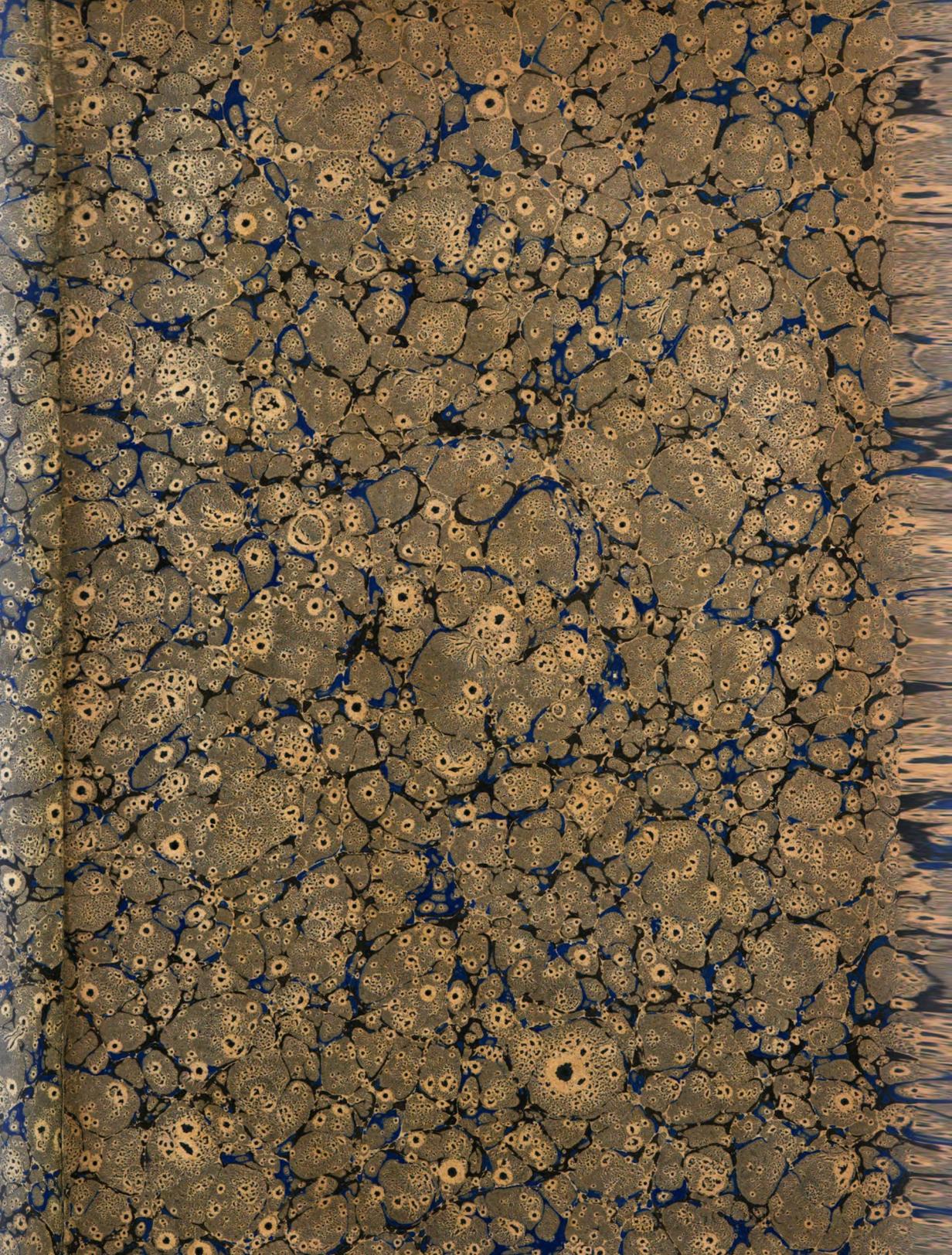




THE LIBRARY
OF
THE UNIVERSITY
OF CALIFORNIA
LOS ANGELES



REVISTA
DE
EDUCAÇÃO E ENSINO

E
ARCHIVO DE INÉDITOS HISTÓRICOS

DIRECTOR — Prof. Ferreira-Deusdado

IX VOLUME

GUILLARD, AILLAUD & C.^ª

FILIAL	SÈDE
242 — Rua Aurca — 1. ^o	Boulevard Montparnasse, 96
LISBOA	PARIS

1894

LISBOA
TYPOGRAPHIA DE LUCAS EVANGELISTA TORRES
93 — Rua do Diario de Noticias — 93

L
45
R326
v. 9

O CRIMINALISTA LOMBROSO PERANTE OS SABIOS

Já ha muito tempo que o mundo dos *espiritistas* esperava a adhesão completa do celebre professor Lombroso ás suas crenças. Manifestaram clamorosa alegria ao verem sem restricções enfileirado nas suas phalanges o afamado professor de Turim, crendo que com o prestigio do seu nome se vão ganhar em favor da causa muitas victorias.¹

Mas o passo dado por Lombroso não causou satisfação na maioria dos seus correligionarios criminalistas. O dr. Alberto Moll, de Berlim, na sua critica sobre a nova phase das observações de Lombroso, escreve: «o grau de exame critico das idéas de Lombroso não é, infelizmente, sempre sufficiente para nos permittir acreditar-o sem restricção, quer como observador critico, quer como explorador engenhoso». Mais adiante sustenta o mesmo sabio allemão que não nega, segundo é costume *a priori* os factos descriptos por Lombroso, como espiritaista, mas que fica, no entanto, n'uma reserva sceptica, como mais preferivel e mais nobre para combater as suas idéas.

Afim de que o leitor saiba de que se trata, transportemo-nos a uma sessão de *espiritismo*, representada por Lombroso no artigo a que nos referimos. Estão assentadas muitas pessoas a uma mesa, entre as quaes o *medium* Eusapia, que dizem ser necessario para que os phenomenos se produzam.

¹ Jornal de Berlim, *Zeitgeist*, de 25 de janeiro de 1892, e *Revue de l'Hypnotisme*, juillet, 1892.

de Florença *La Nazione* (28 de dezembro de 1885 e 12 de junho de 1886) logo depois do congresso anthropologico de Roma, para assignalar a leviandade das observações scientificas do sr. Lombroso e seus discipulos.

Na primeira d'estas cartas Montegazza escreveu : «Discipulo modesto, mas convencido da escola experimental, admitto que qualquer ramo da pathologia, que toda a sciencia social seja qual fôr, deve inspirar-se n'esta escola e seguir como methodo a observação e a experiencia. Mas quando eu vejo um nome da escola positiva afirmar as cousas mais absurdas, forçar os factos para chegar a fazel-os corresponder ás nossas theorias, precipitadas e exaggeradas, sinto um profundo desgosto e penso involuntariamente no proverbio : Deus me guarde dos meus amigos que eu me guardarei e bem dos meus inimigos.»

Na segunda carta Montegazza falava assim de Lombroso : «Ha trinta annos que o conheço. Hoje, ainda como d'antes, é um dos mais brilhantes escriptores das causas medicas, um dos mais infatigaveis agitadores de idéas e de hypotheses e o mais excellente *bersagliere* da sciencia, que eu conheço. É o mais agil rompedor de circulos de papel no grande circo dos paradoxos scientificos, é o mais amavel *fundibulario* ou mau *companheiro de casa* (o que mais vos agradar) das sciencias anthropologicas e psychologicas. Tem sempre um pé na sciencia e outro nos sophismas e logomachias ; salta a cada instante, do genio para a loucura, e do pensamento para os meteoros. Hoje ainda, como ha trinta annos, tem os mesmos ardores e as mesmas temeridades, quando se trata de fabricar relações atavicas, physio-pathologicos e cabalisticas, é tambem sempre mau observador. Foi elle que mediu o craneo de Volta e a sensibilidade dos loucos com dois lapis e duas chaves, é sempre o mesmo clinico que analisa as ourinas dos doentes, lançando os reagentes em cascas de ovos. E' sempre o mesmo physiologo que perante o Iustituto Lombardo das Sciencias, pretendeu obrigar as suas gallinhas a andar recuando, enquanto os pobres animaes como todos os da sua especie, teimavam em andar para diante.»

E mais adiante : «Quiz lançar um grito de rebate e assignalar a abuso ou, para ser mais exacto, o mau uso da escola experimental no estudo particularmente delicado e difficil da psychologia e da anthropologia criminal... Um erro commettido n'um laboratorio, uma theoria prematura ou im-

prudente, imaginada á cabeceira do leito d'um enfermo não podem perturbar as consciencias nem a organização social. Mas quando os advogados e o publico, o juiz e os jurados, vem introduzir o thermometro n'uma cavidade innominavel de Possante para deduzir d'esta experiencia, se está em presença d'um louco ou d'um criminoso, então temos razões para nos inquietar, e para perguntar se na nova escola de anthropologia criminal não se encontrará um elemento que depende mais da psychiatria que da sciencia.»¹

Com esta auctorisada opinião não se fortalece certamente a gloria scientifica de Lombroso.

Manouvrier n'uma conversa disse-nos que ficára desilludido quando visitou em Turim o laboratorio de Lombroso, não só pela pobreza de instrumentos, como pela falta de ordem e de rigor em tudo. As suas estatisticas são organisadas sobre medições a dedo e a olho.

Lombroso tem sido continuamente victima de mystificações e de brincadeiras de toda a casta, tanto por causa da sua credulidade e da sua excessiva precipitação, como pela phantasia e bom humor d'aquelles que se lhe dirigem. Em todas as edições do *Uomo delinquente* apparecem os retratos de tres pretendidos assassinos de Ravenna, que são tres contendores sobreviventes de duellos e que por gracejo foram enviados os retratos a Lombroso.

O professor L. Lucchini cita muitos exemplos d'estas mystificações.

Escreve o egregio professor da universidade de Bolonha : «Um dia Lombroso descobre uma horrivel cabeça de forçado. Era verdadeiramente disforme, sobretudo por causa da ausencia das cartilagens do nariz, que sem ter a importancia anthropologica que lhe attribue Ottolenghi, tem um tal logar na figura humana. Depressa a fez imprimir nos seus livros e a collocou até no frontespicio d'uma das edições do *Uomo delinquente*, como archetypo do criminoso nato. Alguns annos depois encontrei este desgraçado na calceta de Pesaro e certifiquei-me que a sua deformidade fôra o resultado de doencas contrahidas durante a prisão.

Muito recentemente, em Roma, collegas pedem-lhe para desenvolver os caracteres anthropologicos d'um pretendido assassino, e apresentam-lhe uma photographia na qual desco-

¹ *Le droit pénal et les nouvelles theories*, pag. 416, 449, anno de 1892.

bre sem custo todos os caracteres do criminoso nato. Ora esta photographia era a de Pietro Mascagni, o auctor da *Cavallaria rusticana*.»

Os proprios criminosos para se tornarem interessantes mystificam Lombroso contando-lhe casos curiosos, que elle relata, como verdades, em favor das suas hypotheses.

Lombroso aproveita-se em larga escala de todos os trabalhos scientificos, até dos proprios adversarios, comtanto que lhe sirvam para a comprovação das suas hypotheses. Outras vezes considera como adeptos, publicistas, que estão bem longe de partilhar as suas idéas.

G. Tarde foi a principio contado entre os adeptos da escola italiana, quando elle é propriamente um psychologo e jurista que vae ás sciencias experimentaes buscar elementos para melhorar o codigo penal vigente. Escreve elle : «Certamente sei bem que o sr. Lombroso e os seus discipulos não perderam o ardor em medir febrilmente craneos, pulsações, reflexos rolidianos, e o *Archivio de Psychiatria* continua a armazenar esta volumosa colheita de algarismos. Se ouço sempre o ruido do moinho, não vejo todavia nenhuma farinha.»¹

Sobre a refutação do systema lombrosiano teem-se escripto numerosos trabalhos, mas o notavel professor não afrouxa na sua fecunda actividade, ficando no emtanto silencioso perante as criticas, desdenhando as polemicas, mas modificando proveitosamente as suas theorias. Ainda ha pouco, n'uma notavel revista² de seria analyse critica, que se inspira inabalavelmente em systema, accusava Lombroso de lançar a logica sem cerimonia para traz das costas, como incommoda ás suas explorações anthropologicas.

Recordemos aqui, escreve Lombroso, que para todas estas descobertas como para tudo o que é verdadeiramente novo no campo experimental, não ha nada mais impertinente que a logica e o grande bom senso, o maior inimigo das grandes verdades. E' que nos estudos iniciaes é preciso trabalhar muito mais com o telescopio que com a lente. Com a lente, com os syllogismos e com a logica provar-se-ha que é o sol que se move e que a terra está immovel.»³

¹ G. Tarde, *Revue philosophique*, pag. 483, novembro, 1891.

² *Etudes religieuses, philosophiques, historiques et litteraires*, publiée par les Pères de la Compagnie de Jesus, avril, 1893, pag. 602.

³ C. Lombroso, *L'Anthropologie criminelle et ses recents progrès*, pag 9.

Vê-se que a analyse dos factos nas suas relações minuculas e o estudo dos elementos das idéas nos seus pormenores intimos, enfadam o inclito professor. Reclama para si o direito de se perder nas nuvens das hypotheses, entregando-se á phantasia seductora da imaginação e regeitando como incommodos o bom senso e a logica. Esta antipathia pela logica e pelo bom senso scientifico, tem-na revelado quasi sempre Lombroso nas suas imaginosas theorias.

Parece que Lombroso quer pôr em pratica a celebre phrase de Goethe, «mais vale fazer hypotheses do que não fazer nada» e com effeito é innegavel que Lombroso tem servido a sciencia com essa fertil modalidade do seu brilhante engenho.

FERREIRA-DEUSDADO.

ASSOCIAÇÕES DE PATRONATO PARA MENORES

Memoria sobre as Officinas de S. José

Character da educação — Casas de educação para menores lá fóra : Orphelinato Prévost, em França, Asylo Roukavischnikoff, na Russia e Oratorios de D. Bosco, na Italia — Officinas de S. José em Portugal. Estatistica das Officinas de S. José no Porto, Braga e Lisboa, sua educação professional, litteraria e moral.

O problema da educação das creanças é tão antigo como o homem, pois a necessidade de proteger e dirigir os entes que começam apenas a abrir os olhos á luz do sol, e a firmar os primeiros passos no caminho da vida, é tão imperiosa que para logo se impõe ao espirito do homem. Nas edades primitivas um tal problema foi grosseiramente comprehendido, nem isso admira, e grosseiramente executado : depois com o desenvolvimento da civilização complicou-se, mudou de face, refundiu-se, alterou-se, mas não deixou nunca de existir. Em o nosso seculo principalmente tomou proporções assombrosas já em face dos novos progressos de todas as sciencias, que não podiam deixar de influir no modo de edu-

car, já em face das tremendas crises por que tem passado as classes operarias, pois a má orientação educativa dos tempos modernos fazendo-lhes conceber ambições illimitadas de possuir e de gozar e prégando-lhes o principio de revolta contra toda a auctoridade politica ou religiosa, constituia um perigo permanente para a manutenção da boa ordem.

Casas de patronato a menores orphãos ou abandonados (não direi o mesmo dos pervertidos) são frequentes em nosso paiz, como em quasi todas as nações da Europa, embora poucas ministrem a educação profundamente religiosa do instituto de D. Bosco, de que nos havemos de occupar como base das *Officinas de S. José* em Portugal.

A. Coffignon no seu livro recente *L'enfant à Paris* menciona os seguintes asylos para menores, creados n'este seculo, em Paris e seus arrabaldes: *Orphelinato das artes*, *Orphelinato do Sena*, *Orphelinato Ribouté-Vitalis*, *Orphelinato Prévost*, em Cempuis.

Fallaremos d'este ultimo, porque offerece alguns pontos de interesse e até aproveitaveis para as casas de educação, embora outros nos causem profunda estranheza.

Prévost, seu fundador, era filho d'uma familia pobre da localidade. Aos 17 annos resolveu ir conquistar fortuna a Paris. Ao despedir-se de casa o pae disse-lhe: *Meu filho, não sei o que te está reservado no futuro; mas se um dia chegares a ter uma boa posição, lembra-te que partiste pobre, de Cempuis, aos 17 annos.*

Estas palavras pelo seu tom algum tanto mysterioso gravaram-se profundamente no seu espirito. A fundação d'um hospicio que honrasse a sua terra natal começou a ser o sonho constante da sua juventude. Não tendo meios para realisar-o fundou uma casa commercial e dedicou-se com afan ao trabalho. Ao fim de trinta annos, durante os quaes soffreu bastantes revezes e contrariedades, achou-se senhor d'uma fortuna regular e em 1860 deu começo á obra suspirada.

O Orphelinato Prévost encerra 180 educandos entre rapazes e raparigas. O minimo de idade para a admissão é 4 annos e a sahida aos 16.

A casa está organizada de maneira a constituir uma vasta familia patriarchal: assim os professores e mestres, na maxima parte casados, vivem todos de portas a dentro com mulher e filhos: os educandos e educandas vivem todos em commum como se foram filhos do mesmo pae e mãe.

Para inocular no coração dos jovens o espirito da iniciativa e o sentimento da individualidade, aos que revelam mais aptidão e tem mais idade vão-se-lhes confiando pouco a pouco os varios misteres da casa. Uns são escolhidos para preferitos dos outros, tendo a seu cargo um turno de rapazes ou de raparigas, a quem dirigem no estudo, de cujo aceio tratam, etc.; outros são incumbidos de tocar a campainha, de dar corda aos relogios e acertal-os pelo quadrante solar, de fazer á noute a ronda á casa a ver se estão bem fechadas as portas e janellas, de observar nos instrumentos proprios os varios phenomenos meteorologicos e enviar nota á estação competente.

Este systema tem as grandes vantagens de diminuir notavelmente o pessoal inferior e de ensinar as creanças a ordenar a vida de familia, emfim a começar a ser homens.

Quanto á educação litteraria tem as aulas de primeiras lettsas, de inglez, de contabilidade, stenographia, etc.; quanto á professional tem as officinas de typographo, encadernador, alfaiate, torneiro, etc.

Para fortificar o corpo dos aprendizes são obrigados a frequentes exercicios manuaes, a longos passeios, a trabalhos de gymnastica, a banhos frios, etc.

Muito desejavamos referir-nos com individuação ás instituições francezas seguintes: *Sociedade de patronato do Sena, Colonia agricola de Mettray, Penitenciaria da ilha do Levante, Casa de educação penitenciaria de Fouilleuse* (Seine-et-Oise), o que esperamos fazer brevemente.

* * *

Ha tambem na Russia, em Moscou, um instituto que merece aqui menção honrosa: é o *Asylo Roukavischnikoff*.

Este estabelecimento, que é a primeira casa correccional para menores fundada na Russia, deve a sua fundação ao zelo e á propaganda de madame Alexandra Nicolaeвна Strécaloff, illustre presidente da *Sociedade Propagadora de livros uteis*, que em 1864, dois annos antes de publicadas as leis relativas á correcção dos delinquentes menores, defendeu calorosamente perante a sociedade, a que presidia, a necessidade de crear uma tal instituição.

A sociedade, obtida a auctorisação do governador militar

de Moscou, creou a principio uma escola de proporções muito modestas n'uma dependencia do mosteiro Simonoff. Começou com 7 alumnos, a que ensinavam gratuitamente doutrina christã, leitura e escripta os religiosos do mosteiro, ao passo que madame Strécaloff se encarregava da curadoria da escola e 2 outros membros da sociedade se incumbiam da direcção. Havia uma só officina, a de brochador, para aviar as publicações da sociedade.

A obra tornou-se sympathica e começaram a vir os primeiros donativos: mais tarde promoveu-se um concerto que rendeu 450 rublos. Conquistada a sympathia do publico, foi-se desenvolvendo e admittindo maior numero de aprendizes. Mas o seu principal desenvolvimento deve o ao zelo infatigavel do dr. Roukavischnikoff, que dirigiu o Asylo desde 1870 a 1875, e lhe deixou o seu nome.

Em 1878 a *Sociedade Propagadora*, depois de muitas difficuldades para sustentar o Asylo, cedeu-o á administração do municipio, e acha-se já estabelecido em edificio proprio seu, onde abriga cento e tantos jovens criminosos condemnados nos tribunaes de Moscou.

Estão divididos em 4 secções: 1.^a os que se tornaram culpados em consequencia do abandono dos paes; 2.^a os de caracter voluntarioso e arrebatado; 3.^a os pervertidos, mas de caracter timido e docil; 4.^a os incorrigiveis.

Ha 10 officinas: marceneiro, serralheiro, ferrador, alfaia-te, torneiro, sapateiro, pintor, encadernador, cartonador e brochador. As obras executadas pelos aprendizes tem ganheado uma tal fama que nunca ali faltou trabalho.

Na escolha do officio attende-se á opinião do medico, á capacidade e desejo do recluso.

Tem aulas de leitura, escripta, calculo, doutrina christã, desenho, canto e musica, além da gymnastica e exercicios militares.

Durante o dia estão a cargo dos mestres, dos educadores e dos vigias.

De noute ha 1 vigilante em cada divisão, e 2 outros vigiam constantemente os dormitorios, além dos relógios de registro e rondas nocturnas.

Nos dias festivos ha conferencias sobre conhecimentos uteis feitas aos menores tanto pelo director, como pelo capellão, pelos professores e pelo medico.

Quando entra ou quando sae qualquer recluso, são-lhe

tiradas photographias : assim é facil a cada visitante verificar a differença ou o desenvolvimento adquirido.

Quando chega á idade ou reúne as condições necessarias para sahir, recebe do Asylo uma somma para a compra dos instrumentos do officio, que póde ser tanto maior, quanto maior foi o zelo que mostrou durante a estada na officina. Collocam-no em um patrão de conducta provada, continuando a ser vigiado e protegido pelo Asylo durante os 3 primeiros annos. Se durante esse triennio o aprendiz se portar bem, acaba a tutoria e elle recebe um novo auxilio monetario.

Ha no livro, d'onde estou extractando e resumindo esta pequena noticia, uma pagina tão brilhante a respeito da influencia moral do dr. Roukavischnikoff no animo dos reclusos, que não posso furtar-me o prazer de transcrevel-a aqui:

« . . . a sua principal obra foi a regeneração das creanças delinquentes recebidas pelo asylo, e foi n'isto que elle obteve os mais admiraveis resultados.

« Sob a influencia do seu systema de educação, as creanças mais corrompidas, até mesmo as mais dadas ao vicio, sentiam mais rapidamente adoçar-se-lhe a alma, reconheciam as suas faltas e davam prova de um arrependimento sincero e completo. Em que consistia então esse maravilhoso systema de educação? Na brilhante personalidade do doutor e no seu profundo amor pelas creanças teremos a explicação do facto. Ficava-se maravilhado pelos sentimentos de ardente sympathia de que dava mostras N. W. Roukavischnikoff ao receber cada recémvindo no asylo; experimentava o mais sincero e profundo amor por todos quantos estavam reclusos, amava-os como uma terna mãe ama o proprio filho; a alegria d'elles era a sua alegria, as dôres d'elles eram as suas dôres; uma boa acção de um asylado causava ao director a mais sincera alegria.

« Os asylados comprehendiam-no; a athmosphera moral que Roukavischnikoff creara no Asylo surprehendia-os e commovia-os. Atravez da camada viciosa que os cobria, viam n'elle o homem que os amava, o homem disposto a fazer tudo por elles; e o poder d'aquelle affecto adoçara lhes os corações endurecidos. Reciprocamente os asylados deixavam-se possuir do affecto pelo seu director, cuja palavra se converteu dentro em pouco n'uma lei para elles. Começaram então a prohibir-se reciprocamente uns aos outros a pratica de qualquer má acção, porque sabiam que os seus delictos desgostavam

o director ; isso era o bastante para que os habitantes do Asylo perdessem toda a vontade de delinquir.

«Se todavia acontecia que algum recémchegado que houvesse estado já em prisão ou deposito, commettia qualquer falta, era ver a agitação dos outros asylados, a irritação de que se possuíam contra o recémvindo que deshonrava o asylo, os seus esforços para destruir aos olhos do director, por qualquer boa acção, a impressão que poderia ter-lhe causado a falta do camarada. E tudo isto se deve á influencia de um unico homem que se consagrou inteiramente ao serviço da obra de salvação das creanças desgraçadas bastante para cairem nas garras do vicio ou do crime. . .

«N. W. Roukavischnikoff consagrara-se inteiramente ao asylo. Todas as manhãs ali se dirigia depois de cumprimentar a sua mãe enferma e informar-se da sua saude. Não regressava d'alli senão á hora do jantar em companhia da familia e terminada a refeição para lá voltava e lá se conservava até á hora do recolher e deitar dos asylados. Foi essa a sua tarefa quotidiana durante todo o tempo que administrou o asylo. Elle mesmo ensinava aos discipulos leitura, escripta e contabilidade, vigiava a sua instrucção na fabrica, partilhava dos seus jogos e passeios, recitava as orações dos domingos e dias santificados e tinha ainda tempo para se entreter com elles em commum ou em particular. N'uma palavra, era o tudo do asylo, era a alma d'aquelle estabelecimento.»¹

Em galardão de tantos serviços prestados á mais sancta de todas as causas, S. M. o Imperador da Russia, accedendo ao pedido do *comité* da *Sociedade Propagadora*, ordenou em 28 de dezembro de 1873 que d'alli para sempre (*in perpetuum*) o asylo se chamasse *Asylo Roukavischnikoff*.

A sua fama espalhara-se ao longe e de toda a parte lhe dirigiam consultas ou vinham visitar a sua obra e informar-se de vista. O rev. Stanley, deão da abbadia de Westminster, que acompanhou os principes de Galles e Edimburgo em uma excursão pela Europa, e que em Moscou visitou por varias vezes o Asylo, ficou tão maravilhado com o systema de educação usado pelo director que, voltando á patria, no seu primeiro sermão narrou o que acabara de ver, terminando

¹ *O Ensino Carcerario e o Congresso Penitenciario de S. Petersburgo* por Ferreira-Deusdado, pag. 157 e seg.

por estas palavras : *posso morrer descansado agora porque já vi um santo.*

Não se pôde negar um tal nome a quem, depois de sacrificar o seu descanso e uma grande parte da sua fortuna aos pobres da intelligencia, aos abandonados da familia, aos párias da sociedade, morre no seu posto victima da sua dedicação.

Effectivamente, aos 30 annos de idade, em 8 de agosto de 1875, succumbia o dr. Roukavischnikoff em consequencia de um resfriamento n'um passeio com os asylados.

* * *

A Igreja, que na idade média fundara para os artistas irmandades ou confrarias de mutuo auxilio, não podia agora ficar indifferente ; ao seu espirito providente não podia passar despercebida aquella instantissima necessidade social.

Os pensadores christãos conceberam o plano de organizar o trabalho profissional sobre bases novas. E foi D. Bosco, um dos maiores homens d'este seculo, quem melhor soube incarnar em si o espirito da Igreja, quem melhor comprehendeu e executou o problema da educação das classes pobres, sobretudo dos menores.

Este sacerdote italiano nasceu em Castel-Nuovo d'Asti, diocese de Turim, em 1815, d'uma familia pobre, ficando orphão de pae logo aos 2 annos.

A vocação litteraria revelou-a desde tenra idade : ainda pastoreava os rebanhos no pendor dos Alpes quando muitas vezes foi visto a decorar e recitar poesias italianas.

A falta de meios para ir cursar os estudos na visinha cidade de Chieri, valeu-se da hospitalidade d'uma familia, cujos filhos ensinava a ler e escrever em troco da alimentação recebida. Concluidos os estudos e iniciado no sacerdocio entrou no *convitto* de S. Francisco de Assis (em Turim), que era uma especie de Instituto ou escola normal, em que os jovens sacerdotes se aperfeiçoavam no estudo da moral e nos exercicios da predica. D. Bosco dedicava as horas vagas ao cuidado dos pobres e dos enfermos, nas prisões e nos hospitaes ; mas, não sei por que secreto influxo, as creanças já agora de principio attrahiam o melhor de suas attenções. Por um lado a lembrança das privações que

soffreu elle, pobre e orphão, para ascender ao estudo a que a Providencia o destinava, e por outro a profunda dôr de que se apossava a sua alma, toda cheia de sentimentalidade e poesia, ao ver os jovens mergulhados no vicio, sem pae ou mãe que velasse por elles, sem um amigo que lhes desse a mão para se regenerarem, fizeram nascer em seu espirito a idéa de se consagrar á educação dos mesmos jovens ¹.

No triennio que duraram os seus estudos —1842-43-44—, só podia consagrar á catechese os domingos e dias santificados, porque alem do trabalho das aulas auxiliava o P. Borelli na direcção e administração d'um hospital. Passado porém aquelle tempo, como o numero dos catechisandos tinha ascendido a cerca de 300, resolveu D. Bosco consagrar-se só e inteiramente a elles organisando uma escola (Oratorio de S. Francisco de Sales), onde podesse ministrar-lhes uma instrucção e educação completas. Mas sendo pobre, como pobres eram os seus pupillos, foi preciso vencer innumeradas difficuldades e provações de toda a ordem sobretudo nos dois primeiros annos de 45 e 46.

N'uma parte os visinhos revoltavam-se e não queriam aturar o barulho dos rapazes; n'outra o dono do predio alugado para escola despedia-o, porque não queria a casa damnificada: de maneira que dentro em pouco mais de um anno a escola andou ambulante por 4 ou 5 pontos da cidade, devendo accrescentar-se que n'estes intervallos de arranjar casa teve de dar aula na praça, ao ar livre, por mais de 1 mez, e algumas vezes de os levar em peregrinação pelos arabaldes para d'algum modo os ter entretidos.

Depois d'estas difficuldades materiaes vieram outras que o não affligiram menos.

Por um lado as auctoridades começaram a suspeitar que elle queria promover uma vasta reacção religiosa: por outro os proprios collegas e amigos intimos de D. Bosco vendo a confiança com que elle fallava no desenvolvimento futuro da sua obra, collegios, asylos, officinas, etc., deram-no por doido e estiveram a ponto de lançal-o no fundo de um hospital.

E' no mais acceso da refrega que se conhecem os verdadeiros heroes.

¹ Cf. *Don Bosco e la pia società salesiana* per Alberto du Boys, trad. dal francese, 3.^a ed. 1885. Parte I, cap. I, § I.

Pobre de meios, desprezado por uns, perseguido por outros, e abandonado por todos, D. Bosco estava cada vez mais firme e decidido no seu plano, cada vez penetrava mais no futuro, porque tinha a confiança inabalável na Providencia de Deus, que nunca abandona os que trabalham pela sua causa.

E assim foi. As dificuldades foram desaparecendo uma a uma, e os resultados obtidos na instrução e educação fizeram com que todos se rendessem á evidencia.

Os examinadores ficavam surprehendidos com as respostas dos seus rapazes. O rei Carlos Alberto enviava-lhe uma esmola de 100 liras. O municipio de Turim em 1852, maravilhado com o seu systema de instrução, concedia ao seu *oratorio* a pensão annual de 1000 liras.

Mas o exito obtido na parte moral e disciplinar é por sem duvida mais glorioso.

Não havia quem não pasmasse ao vêr como, sem castigos violentos, tantos rapazes vadios, viciosos e refilões se transformavam em poucos mezes adquirindo habitos de ordem e disciplina. Um dia passava ao lado do campo de recreio um carabineiro real e vendo a presteza com que 300 rapazes, que brincavam espalhados em diversos pontos, se levantavam para se pôrem na fórma ou manobrem diante de D. Bosco, exclamou: «*Na verdade um exercito com soldados assim admiravelmente disciplinados seria invencivel*» —in verità, un esercito con soldati così mirabilmente disciplinati, sarebbe invincibile.¹

A sua fama já tinha transcendido os limites da patria e da Africa eram-lhe remettidos em 1852 cinco arabes incorrigiveis para educar.

Mas ha um factio, acontecido em 1854, ainda mais significativo e que bem mostra o poder da religião no espirito dos adolescentes.

Depois de fazer alguns dias de catechese e exercicios religiosos a trezentos e tantos jovens detidos na prisão de Turim, propoz-lhes arranjar licença para darem um passeio em sua companhia, se lhe promettessem não fugir. Obtida licença, percorreu as ruas e os arrabaldes e voltou com todos ao carcere, dispensando os 50 carabineiros postos á sua disposição.

¹ Op. cit. Parte I, cap. I, § III.

O ministro Rattazi, a quem D. Bosco foi dar parte do bom exito da jornada, e ao mesmo tempo agradecer-lhe a auctorisacão que tanto lhe havia custado a conceder, disse-lhe : *Io riconosco que voi apostoli di Dio avete una forza morale misteriosa superiore a qualsiasi forza materiale che sia in nostre potere. Voi potete regnare sopra il cuore della gioventù e penetrare nella coscienza degli uomini. Noi, all'incontro, non lo possiamo punto ; questo é dominio a voi riservato.*

No congresso penitenciario de Francfort-sobre-o-Meno em 1847 citou-se um factio similar a este, acontecido egualmente na Italia. Obermayer, director da prisão de Monaco, homem profundamente religioso e d'uma grande auctoridade sobre os presos, sahio com elles de noite a acudir a um incendio e voltou no fim com todos para a prisão. Este factio surpreheudeu por tal modo os congressistas que o hollandez Suringar exclamou : *Não ha, estai certos, nem haverá jámais senão um Obermayer em todo o mundo.*¹

No systema educativo de D. Bosco os castigos são raros : corporaes não os ha, nem quarto escuro, nem recreio isolado. O mais violento de todos é a expulsão, mas esta é feita com tal brandura que fica sempre aberta a porta ao infeliz se um dia se arrepende. Os castigos eram suppridos por uma educação profundamente religiosa : D. Bosco fazia-lhes conceber tal odio ao crime e tal amor á virtude, que elles traziam sempre a consciencia diante dos olhos como um espelho a que se compunham.

No quadriennio de 1848-52 cresceu tanto o numero dos alumnos, que D. Bosco além do *Oratorio de S. Francisco de Sales*, se viu obrigado a fundar um segundo n'outro local da cidade de Turim — *Oratorio de S. Luiz*, ficando o 1.º com 700 e o 2.º com 800. Data tambem d'esta epocha a creação d'um internato para 30 orphãos.

D. Bosco começou a vêr pela experiencia que uns poucos dos seus alumnos eram tão pobres, que não tinham quem lhes desse alimentacão, nem onde se abrigassem de noite. Resolveu, pois, coadjuvado por sua mãe, que já então vivia na sua companhia, acolhel-os no *Oratorio*. D'aqui lhe advieram novos trabalhos, porque sendo parcos os seus haveres, teve muitas vezes de mendigar de porta em porta o obolo da caridade para poder vestil-os e alimental-os.

¹ Op. cit. Parte I, cap. IX.

Em 1854 desencadeando-se na cidade o cholera-morbus, viu-se praticamente e pela primeira vez o bom fructo da obra de D. Bosco. Animados por elle offereceram-se 50 alumnos para tratar dos cholericos nos hospitaes e lazaretos, onde prestaram relevantes serviços.

Em 1864 para perpetuar o seu Instituto e dar-lhe mais largo campo d'acção, lançou os fundamentos d'uma Congregação religiosa, escolhendo para viverem sob uma regra commum 50 padres ou clerigos salidos das suas escolas e dando-lhe o nome de *Congregação salesiana*, que foi approvada mais tarde, em 1874, por uma constituição de Pio IX.

Desde então a obra de D. Bosco centuplicou. Dezenas de escolas, asylos, officinas e colonias agricolas se acham espalhadas sobretudo na Italia e na America meridional.

Pelos ultimos n.^{os} do *Bulletin Salesien*, que é o orgão mensal da Congregação salesiana e se publica n'umas poucas de linguas, vê-se que ella actualmente está diffundida pelos seguintes paizes: Italia, França, Hespanha (7 casas), Inglaterra, Algeria, Palestina, Mexico, Colombia, Equador, Republica Argentina, Republica do Brazil, Paraguay e Patagonia.

D. Bosco falleceu em 1888 e succedeu-lhe D. Miguel Rua, um orphão que elle um dia acolhera, depois educara e mais tarde elevara ao sacerdocio.

* * *

Entre os estrangeiros que foram á Italia admirar, ver com seus olhos a grande obra de D. Bosco, conta-se um virtuoso e dedicado sacerdote portuguez, o padre Sebastião Leite de Vasconcellos, que commovido e animado pelas palavras do proprio D. Bosco, veio fundar no Porto, em 1880, um instituto similar. A dedicação e perseverança do padre Sebastião foram coroadas dos melhores resultados. Póde dizer-se sem lisonja que a sua obra foi um mundo novo patenteado aqui a dentro das nossas fronteiras aos olhos abertos de todo o paiz. A imprensa de todas as côres e o publico em geral fizeram-lhe o mais generoso acolhimento que jámais se tem feito em Portugal. Abra o leitor os relatorios publicados nos 10 annos que já conta a *Officina de S. José* e verá representadas todas as classes n'aquelles extensos catalogos de visi-

tantes : bispos, titulares, ministros, deputados, auctoridades administrativas, industriaes, jornalistas, padres, frades, estrangeiros, tudo.

Os esforços empregados pelo benemerito fundador foram verdadeiramente titanicos. Os seus modestos haveres não davam para sustentar uma casa d'esta ordem. Nos primeiros annos, em que pela natureza mesma do seu instituto tinha de comparecer em toda a parte, nas ruas, nas praças, nas estações, nos comboys, nos prestitos, nas manifestações publicas para despertar a attenção e depois a sympathia de todos, viu-se elle obrigado muitas vezes a prégar dois sermões em cada domingo, a mandar os seus aprendizes tocar a duas ou mais igrejas para arranjar sufficientes meios de subsistencia.

Administrar uma grande casa, procurar-lhe meios de vida, além dos deveres do seu estado e dos de escrivão na Camara ecclesiastica do Porto, era trabalho que se não compadecia com a saude e fraca de um só homem. O padre Sebastião arruinou por esse tempo notavelmente a saude e ainda agora se não restabeleceu de todo. Mas quando a causa é tão santa, quando nos esperam as bençãos dos homens irmanadas com as bençãos de Deus, tacs cicatrizes são um titulo de gloria!

As Officinas de S. José, porque correspondiam a uma instantissima necessidade do nosso meio, começaram logo a apparecer em varios pontos do paiz. Em 1889, a 8 de dezembro, inauguraram-se em Braga sob a protecção do sr. arcebispo primaz umas officinas, dirigidas por 2 virtuosos sacerdotes, padre Manuel Joaquim Gonçalves Pereira e padre José do Egypto Vieira.

Em outubro de 1890 mons. Francisco Herculano Cordeiro, director do Asylo do Sagrado Coração de Jesus, que já em 12 d'agosto de 1886 tinha proposto á Direcção da Associação protectora d'Asylos a fundação em Lisboa d'uma officina de S. José á semelhança das que existiam no Porto, ideia muito sympathica ás senhoras da direcção, mas que então, por falta de meios, não poude ser levada a cabo, viu finalmente logrados os seus desejos installando no seu Asylo 2 officinas, uma de marceneiro e outra de sapateiro.

Em meiado de 1891 fundou em Torres Novas uma pequena Officina de S. José o rev. conego mons. Miguel Augusto Ferreira, sob a protecção de D. Alexandre Saldanha da Gama e d'uma commissão de senhoras. Chegou a ter 14

aprendizes distribuidos por 2 officinas, uma de tecelagem, industria muito procurada na localidade, e outra de sapateiro. Infelizmente passado anno e meio viu-se obrigada a fechar por desintelligencias e difficuldades que surgiram.

Ultimamente acaba de installar-se no Funchal em casa cedida temporariamente pelo governo uma outra officina de S. José.

Oxalá que esta idéa vá germinando em outros pontos do paiz, sobretudo nas capitaes de districto, onde a miseria e a irreligião se accumulam e onde portanto se torna cada vez mais difficil a aprendizagem conveniente d'um officio.

Continua.

P. ANTONIO GOMES PEREIRA.

ESBOÇO HISTORICO DO ENSINO DOS SURDOS-MUDOS EM PORTUGAL

Estudo apresentado ao Congresso pedagogico hispano-portuguez-americo realizado em Madrid em outubro de 1892

P.º PEDRO MARIA DE AGUILAR

O sr. J. M. de Almeida acabou logo, em 1861, com o ensino dos surdos-mudos na Casa Pia; os alumnos de ambos os sexos foram entregues a suas familias, muitos d'elles com uma pensão de 3\$000 réis por mez, que alguns recebem ainda hoje. O habil canteiro José Nicolau Machado está n'este caso.

José Maria Pereira teye, pois, que se retirar; continuou a entregar-se ao ensino em lições particulares. Era, com José da Costa, do Porto — cujo papel é de pouca valia — o unico homem que ministrava a instrucção á classe tão numerosa dos surdos-mudos. Felizmente estes não esperaram por muito tempo um auxilio valiosissimo sufficiente, embora viesse de um homem só, para arrancar o publico da sua culpavel indifferença para uma desgraça em tantos pontos comparavel á terrivel cegueira.

Em 1868 havia na escola normal de Lisboa um homem de grande talento como pedagogista e orador sagrado, o Rev.^{do} P.^o Pedro Maria de Aguiar.

O Reverendo Padre tinha nascido n'uma aldeia perto de Pinhel e feito os seus estudos n'esta cidade. Em 1856 era coadjutor de Santa Izabel, em Lisboa, e durante as epidemias do cholera, 1856, e da febre amarella, 1857, ficou de dia e de noite n'um posto de honra, sempre prompto para tudo e para todos. Estes serviços extraordinarios de que uma alma menos generosa podia dispensar-se, mereceram-lhe uma medalha de 1.^a classe. Desde essa época até á sua nomeação para capellão da escola normal fez sacrificios numerosos sem a minima retribuição e sustentou, para viver modestamente, uma lucta medonha.

Na escola normal a pedagogia foi o seu estudo predilecto; e um assumpto original, o do ensino dos surdos-mudos, despertando-lhe em primeiro logar a curiosidade e depois o mais vivo interesse, entregou-se a elle sem descanço.

Preparou-se rapidamente para pôr em pratica os brilhantes resultados que lhe demonstrava a theoria. Ensejos tão louvaveis foram talvez animados pelos progressos obtidos no Bom Successo por madre Petronilla que o P.^o Aguiar devia ou pelo menos podia conhecer pessoalmente, dadas as affinidades religiosas de ambos. Annunciou então para os surdos-mudos pobres um curso gratuito em sua casa. Todos os jornaes da época preveniram os paes, e o reitor do Lyceu de Lisboa poz, para o mesmo fim, uma sala ás ordens do Reverendo Padre. A suppressão, quasi immediata da escola normal, não lhe deixou realisar a idéa, em obediencia ao primitivo plano.

Não tinha coisa maior em que exercesse a sua actividade, quando o benemerito cidadão Jeronymo Vaz Napoles, de uma familia distincta de Guimarães, veiu a Lisboa para confiar os seus tres filhos surdos-mudos ao eminente pedagogista. Um d'elles era uma gentilissima menina de reconhecida intelligencia. O padre Aguiar acceitou o encargo, principiando as lições em outubro de 1869, em casa do referido fidalgo. Todavia a este fazia um grande transtorno economico o fixar definitivamente a sua residencia em Lisboa e procurava os meios de voltar de todo a Guimarães, com o mestre e os discipulos. Conseguiu este *desideratum* em tres mezes, assegurando ao P.^o Aguiar que alguns surdos-mudos das proximi-

dades de Guimarães estavam á sua espera para receberem um ensino que já não esperavam encontrar.

Voltando-se o Reverendo Padre para a idéa que tempos antes o preocupara. poz-se a caminho do norte, o da terra natal, deixando muitas saudades na sociedade culta e principalmente no professorado de Lisboa. E' que «aquelle homem era em Portugal um dos raros que possuíam a verdadeira sciencia infantil. Amava a regeneração da escola pelo amor. Dera na escola normal as provas mais cabaes de um espirito de observação admiravel, de um immenso advinhar a intelligencia das creanças e o labyrinth dos segredos d'ellas. Fanatisava-o o desbravar espiritos incultos pelo emprego dos methodos intuitivos. Sacerdote de Jesus, tinha gravado na alma o preceito do seu mestre: «Ensinæ os ignorantes pelo affecto e pela graça.» Havia-se applicado principalmente ao invento de melhoramentos novos para o ensino dos surdos-mudos. A sua alma nutria a grande ambição de arrancar ao abysmo as creanças abandonadas áquelle inferno e o seu trabalho bradava-lhe á consciencia: «Hei de realisar o intento.»¹

Lá tambem eram particulâres as lições que o padre Aguilhar dava aos seus alumnos, em casa d'elles. O principio foi espinhoso sem duvida; mas o mestre era incansavel e os discipulos estavam desejosos de aprender; o resultado devia ser bom. Estabeleceu então um collegio, de que os jornaes da epoca fazem menção. Eram acceitos alumnos internos, semi-internos e externos.

Esta instituição prestou grandes serviços no districto e chegou a ter 16 alumnos, 13 rapazes e 3 meninas.

Para o laborioso padre o tempo tomado por estes educandos não sendo ainda sufficiente para cançal-o, quiz dar livre curso á sua actividade, annexando ao seu collegio aulas para individuos dotados de todos os sentidos. Se o eminente professor tivesse applicado o methodo oral — *articulação, leitura nos labios e a escripta sem os signaes* — com o rigorismo que requer, adiantar-nos-hiamos até á opinião de que adivinhou os serviços que, n'um convívio diario, rapazes que fallam e escrevem prestam a surdos-mudos que não fazem uso dos signaes.

Ajudou-o muito n'este tarefa o intelligente director do jor-

¹ D. Antonio da Costa, no seu primoroso livro *No Minho*.

nal *Religião e Patria*, mas esta secção durou só um anno.

O reverendo padre gosava da estima geral; nenhuma sociedade distincta se formava sem que fosse chamado e a sua voz auctorizada era sempre ouvida com a maxima deferencia. N'esta antiga e formosa cidade, berço da monarchia portugueza, as quintas estavam sempre abertas para mestre e discipulos passearem e recrearem-se á vontade; era um prazer olhar para o bondoso padre que, no meio d'um bando alegre, tomava uma parte activa nos recreios. N'esses passatempos não faltavam ensejos para ensinar em presença dos objectos ou dos factos, uma serie de nomes ou de expressões. A noite, era em casa a vida de familia com os diferentes entretenimentos que tornam as horas tão agradaveis: prendas, cartas, dança, etc.

Era, com effeito, o amor das crianças que dominava no espirito do padre Aguilar durante as suas funcções profissionaes. Chegava um novo alumno ao collegio e, embora os surdos, mesmo sem instrucção, não sejam tão apprehensivos como a maior parte da gente imagina, dirigia-se quasi sempre a um cantinho, affastado dos outros mudozinhos; o mestre approximava-se d'elle e interrogava-o com um olhar carinhoso diligenciando perceber os seus signaes e fazer-lhe a vontade. A creança, vendo que a entendiam, abrandava-se rapidamente. No dia seguinte o padre repetia ao joven alumno os proprios signaes de que se tinha servido na vespera e este, maravilhado por ver outra pessoa usar da mesma linguagem que elle, ficava cheia de alegria e sympathisava logo com um homem tão agradável. Os discipulos mais antigos seguiam com interesse o processo do mestre e imitavam-no immediatamente ao pé do novato. Tal modo de proceder dava excellentes resultados, porque assim os recém-chegados não tinham embarços na expressão e na recepção das idéas; era pouco a pouco que se acostumavam á linguagem já estabelecida no collegio: methodo essencialmente facil, racional e empregado hoje em toda a parte, até nas escolas onde a articulação é o fim principal, limitando-se, é claro, ás primeiras communicações entre o professor e o alumno.

O padre Aguilar começava quanto antes o ensino da lingua escripta. Cada um dos discipulos tinha uma ardozia de mão e as carteiras eram tambem cobertas por uma lamina da mesma ardozia. Um quadro preto e diversos cadernos completavam o material necessario ao ensino da escripta. O

primeiro ensino consistia em um numero notavel d'escriptos depois de se mostrar o objecto que representavam.

O zeloso professor, que amava deveras as creanças, procurava sempre distrahir-as proveitosamente nas lições; imaginou para este fim differentes exercicios tão curiosos como uteis. Citaremos um d'elles. O rev. Aguilar preparava um certo numero de quadrados de papel branco, e sobre cada um escrevia o nome d'um objecto presente na aula; misturava-os depois e punha-os n'um bonet ou n'uma caixa; um alumno designado tirava um cartão, ao acaso, e mostrava o objecto que a escripta representava. Os outros assistiam com interesse ao exercicio, preparando-se para quando chegasse a sua vez e rectificando os erros commettidos. Inversamente o mestre designava um objecto e um alumno devia procurar nos papeis aquelle de que se tinha tirado o nome. Excellente exercicio para as creanças não esquecerem o vocabulario adquirido e amplial-o rapidamente. Seguiam-se depois phrases cada vez mais extensas e verbos nos tres tempos seguintes: presente do indicativo, preterito perfeito e futuro.

Aqui, o padre Aguilar, conhecedor do methodo do abbade de l'Épée e costumado sem duvida a lidar com surdos-mudos de alguma instrucção, reivindica uma innovação importante: a do ensino de rudimentos de conjugação. Os surdos-mudos pouco adeantados exprimem-se, em geral, com os verbos no infinito, o que dá ao periodo uma forma curiosa, especial, que recebeu até o nome expressivo de «phrase de surdo-mudo.» Expressando-se pela linguagem dos signaes, os surdos-mudos seguem rigorosamente a geração das idéas. Collocam no primeiro plano a pessoa, o facto ou o objecto para que desejam chamar a attenção. Ex.: *João vai a Cintra comprar camelias* exprime-se pela mimica *Cintra—camelias — João — comprar — ir.*

O conhecimento dos tempos acima mencionados, postoque insufficiente, era de um auxilio enorme para que os alumnos de Guimarães se expressassem facilmente. E' um facto que mostra superabundantemente o talento e a luz que o illustre pedagogista punha n'este estudo especial.¹

¹ Não queremos affastar-nos do nosso assumpto. Por isso não falaremos do estado já muito adeantado da arte lá fóra n'essa época. O que o padre Aguilar considerou, e certamente com rasão aqui, descoberta sua, era moeda corrente em França, na Inglaterra, na Italia, na Alle-

Para tornar mais tangíveis os processos do padre Aguilar no ensino da lingua, vamos dar a palavra a um escriptor dedicadissimo á causa dos surdos-mudos, o sr. Joaquim Ferreira Moutinho, que cita exemplos colhidos no proprio collegio :

«Na escola do sr. Aguilar instrucção instrumental ou preparatorios, quer dizer o 1.º periodo do ensino que substitue o que n'outros institutos se chama periodo de domesticação. Estes preparatorios consistem —em escrever correntemente, copiando ; em conhecer os appellativos de um grande numero de objectos e acções ; sufficiente cultura da memoria pelo sentido da vista e aptidão para apanhar e reter sem esforço o valor e a fórma graphica de muitas palavras. Esta classe compunha-se de 4 meninos e uma menina, todos entre 6 e 8 annos, e admittidos á escola *havia pouco tempo*. Alguns escrevem muito bem e todos mostram desejo de saber. Assevero que conheço muitas creanças de maior idade que falam, ouvem e frequentam a escola ha muito mais tempo e que estão muito mais atrasadas que os pobres mudinhos! Appreciemos a segunda classe, que estuda o curso de lingua-gem e que se compõe de 5 alumnos entre 9 e 14 annos, tendo o mais antigo sómente 18 mezes de frequencia. E' curioso o systema de ensino adoptado pelo sr. Aguilar : com 15 ou 20 palavras forma elle mais de 100 orações ou perguntas, a que o discipulo responde promptamente com as mesmas palavras. Vou procurar demonstrar por exemplos alguns dos estudos que presenciei.

O professor, tendo na mão um giz e um ponteiro de pau, está perto d'uma lousa ou ardozia collocada na parede, formando os meninos em volta um semi-circulo.

1.º ESTUDO

O professor, querendo ordenar aos meninos diferentes acções, escreve na lousa as seguintes palavras, assim collocadas :

manha, em Hespanha, etc. Os alumnos de Pereira, que manejavam correntemente, alguns até com primor, a lingua franceza, não deixavam de conhecer todas as flexões dos verbos.

José	chapéo	comprimento
tinteiro	Augusto	testa
mostre	Antonio	abrace
Manuel	cadeira	empurre
lenço	limpe	Lucas
e — o — a — me — lhe — do — da — etc.		

E, apontando para as palavras, dá começo ao exercicio do seguinte modo :

Lucas, comprimenta o Manuel
 abrace-me
 mostre o lenço a Augusto e limpe-o
 José, empurre a cadeira do Antonio e limpe-lhe a testa

2.º ESTUDO

O professor pela mesma fórma interroga o discipulo, que responde, apontando tambem com outro ponteiro.

José	cavallo	mulher
Augusto	animal	ave
Antonio	mesa	cousa
Manuel	Paula	objecto
Lucas	homem	amphibio
? — sim — não — é — e — o — a		

Pergunta — Manuel, o cavallo é ave ?

Resposta — Não, o cavallo é animal.

P. — Augusto, a mesa é amphibia ?

R. — Não, a mesa é objecto, é cousa.

3.º ESTUDO

Exercicios de leitura e escripta

O mestre aponta e o discipulo responde escrevendo a giz :

P. — O cão falla ?

R. — Não sr., o cão ladra.

P. — Quem falla ?

R. — A gente, quando Deus lhe concede esse grande favor,

P. — A pomba nada ?

R.— Não sr., a pomba anda e vôa.

P.— Quem nada ?

R.— Nadam os peixes, os amphibios, muitos animaes e a gente, quando sabe.

Estes meninos sabem contar muito regularmente e conhecem a data e o nome dos dias, dos mezes e dos annos. Um d'elles, bebendo as palavras nos labios do mestre, pronuncia distinctamente com voz fraca mas clara um copo de agua; outro pronuncia todas as letras do alphabeto, e quasi todos dizem pai e mãe ! E' innegavel que todos elles saibam as regras grammaticaes e a formação dos verbos. O mais antigo na escola, e que é um sympathico menino, trabalha ha tempos como typographo em uma typographia e, se não é já muito perito, dá esperanças de o ser.»

Sobre a primeira classe só temos que fazer elogios ao professor; quanto á segunda, suscita observações judiciosas que permitem medir rigorosamente o grau de adiantamento real dos alumnos.

Este processo de ensinar por meio de quadros de palavras, dispostas ao acaso, sem ter as mais pequenas relações entre si, podia agradar ás creanças pelo movimento exigido nos exercicios e, pela mesma razão, satisfazer plenamente os visitantes mais ou menos leigos na materia; porém, não hesitamos em dizel-o, era um processo absolutamente imperfeito. Podia dar resultados com um certo numero de phrases de uso vulgar, sempre as mesmas, que, sem esforços, o alumno decorava e empregava; mas isto não é sufficiente, basta apenas para as primeiras communicações. O que se deve procurar é o ensino regular, graduado, de todas as fórmas grammaticaes de modo que não só a creança as perceba e depois reproduza, mas ainda e sobre tudo que seja capaz de se servir d'esta fórma, d'esta maneira de se expressar com qualquer outra idéa; isto é, que possa generalisar o uso das fórmas escriptas que se lhe ensinam.

Exemplifiquemos: O alumno estudou os verbos *ser* e *estar*; deve empregal-os com acerto não só n'algumas phrases já vistas, mas tambem na expressão de qualquer pensamento novo, que exige um dos dois verbos. O processo do sr. Aguilár não podia conduzir a esta perfeição e os factos concordaram plenamente com a nossa affirmativa.

Quasi todos os alumnos do sr. Aguilár alcançaram bom

resultado na linguagem escripta e puderam ter convívio facil com a sociedade por esse meio; mas nenhum d'estes alumnos (e fallamos com muitos), conseguiu escrever com perfeição a lingua portugueza.

Vamos dar um especimen d'umas linhas escriptas deante de nós, em conversa, por um surdo-mudo que aliás honra o mestre. E' o sr. José de Castro a quem D. Antonio da Costa fez elogios bem merecidos.

Escreveu-nos o excellente moço: «*O Bernardino Machado escreve nova lei. O governo. — Collegio dos surdos-mudos em Lisboa quantos mudos? — Eu sou mais sabio dos todos os mudos de Portugal — Outros mudos escrevem aos fidalgos e outros não entendem os escritos mal entendidos Em Braga não ha mudos ninguem, eu ensino aos mudos para escrever e ler faz bem*». Poderíamos citar muitos outros exemplos, e d'outros surdos-mudos; mas estes affiguram-se-nos sufficientes por ser d'um homem intelligentissimo e muito estudioso.

Accrescentemos que o sr. José de Castro, aproveitou muito em casa, depois da sua sahida do collegio, com seu irmão mais velho, o sr. Joaquim Pereira de Castro, que está sempre prompto a esclarecer qualquer duvida. E' unicamente pelo seu trabalho pessoal que este mudo, com certeza um dos mais instruidos de Portugal, conseguiu estudar franquez, e bastante para sustentar uma conversação.¹

Uma outra causa de erro no ensino do sr. Aguilar consistia em fallar cedo de mais das cousas abstractas. A ideia de Deus, dos mysterios da religião, etc. entravam por uma grande parte nas materias ensinadas pelo digno padre, e é d'elles que se regozijava sempre quando alludia aos progressos. Escutemos o sr. Joaquim F. Moutinho, fallar, sem a ter visto, d'uma das discipulas mais adeantadas, e filha do sr. Jeronymo Vaz Napoles: «Com o pouco tempo que tem de estudo aquella interessante donzella, cujo talento é susceptivel de realisar as concepções mais sublimes, lê, escreve e conta correctamente; tem variados conhecimentos pelo aproveitamento que sabe tirar de uma leitura continua e escolhida, e responde perfeitamente bem ás perguntas que se

¹ E' com a maior alegria que tributo aqui a expressão do meu profundo reconhecimento á honrada familia Castro, pela forma fidalga com que me recebeu e me forneceu esclarecimentos quando foi a Guimarães colher informações directas ácerca do R.^{do} P.^o Aguilar.

lhe fazem ácerca da formação do mundo, da criação do homem e da existencia de Deus!» Este desejo explica-se n'um sacerdote, mas é incontestavel que a creança antes de chegar a um certo desenvolvimento intellectual, não póde repetir senão automaticamente phrases puramente abstractas que não foram estudadas, parte por parte e detidamente.

E' por isso que na maior parte das escolas francezas, o ensino religioso começa a ser dado só no quinto anno dos estudos. Em Hespanha e na Inglaterra principiam mais cedo, mas limitam-se ao lado pratico e fazendo que decorem pequenas orações. Não é assim que o entendia o padre Aguilhar, queria conversações, discussões até com os alumnos, e todas as pessoas, muitas d'ellas illustradas, que tiveram o prazer de se demorar um pouco com elle, são testemunhas d'esta preocupação constante e aqui os leitores teem um exemplo frisante n'este pequeno dialogo: «P. Quem falla? — R. A gente, quando Deus lhe concede esse grande favor.» Resposta que não é d'um surdo-mudo, mesmo d'uma instrucção regular; é uma phrase decorada, e nada mais; a creança que a empregue não póde analysal-a.

ANICET FUSILLIER.

A PROPOSITO DA IDENTIFICAÇÃO ANTHROPOMETRICA

Referindo-se a este assumpto que no numero anterior passámos em revista, recebeu o sr. director a carta que publicamos em seguida e a que daremos algumas palavras em resposta, agradecendo préviamente ao signatario as suas atenções.

«... Sr. — No n.º 11 da *Revista de Educação e Ensino*, de que v. é muito digno redactor, lê-se um artigo firmado pelo distincto naturalista dr. Bettencourt Ferreira, subordinado á epigraphe *A identificação anthropometrica*. Depois de varias considerações das quaes se deduz a grande importancia da applicação do methodo Bertillon — a *bertillonage*, como lhe chamam já em França — termina o auctor por estas palavras que transcrevo: *Presta sem duvida o methodo Ber-*

tillon-Rollet os melhores serviços em numerosos casos de reconhecimento, mesmo fóra das pesquisas policiaes ou judiciaes. Entre nós ha apenas tentativas dispersas que podem aperfeiçoar-se a ter applicação n'estes serviços de que se sente a falta no nosso paiz e que ha conveniencia urgente de inaugurar, para bem da justiça e da sociedade.

Uma d'estas tentativas foi feita no Porto e devida á iniciativa do commissario da 2.^a divisão policial, Terra Vianna. Acompanhei os trabalhos para a organisação d'um posto anthropometrico, que seria o primeiro entre nós e tomei a sua direcção. E' pois conhecendo bem a fórma como se iniciaram e se suspenderam os trabalhos anthropometricos no Porto, que peço licença para discordar n'um ponto do auctor do artigo.

Não *podem aperfeiçoar-se* aqui tentativas scientificas e de utilidade, não está isso no animo de quem devia fazel-o; ha outros assumptos mais importantes que prendem por inteiro a attenção de pessoas em quem deviam imperar menos invejas mal reprimidas ou crassa ignorancia. Um commissario de policia comprehende a vantagem d'um posto anthropometrico, installa-o, o actual governador civil visita-o, e, intelligente como é, elogia-o, nas escolas de medicina referem-se a elle os professores apreciando justamente as suas vantagens; mas adocece o commissario, é substituido, e tudo se torna inutil, tudo cae, porque não cabe no estreito intellecto de quem não tem a minima noção do que é util e do que é vantajoso.

Assim terminou o posto anthropometrico no Porto e é por isso que a minha desprerenciosa opinião é que nada se póde fazer de bom e de proveitoso, pelo menos em quanto não haja mais sciencia e mais senso, menos mesquinhez de espirito e menos vaidade.

Esta *rectificação*, permitta-se-me a phrase, não é uma manifestação de despeito, é a simples expressão da repugnancia e desalento que estas cousas provocam.

Creia-me

De V., etc.

Eduardo Maia.

Quintanista de medicina.

Quando na nossa precedente revista falámos de leve nas

tentativas realizadas em Portugal com intuitos anthropometricos, é certo que poderíamos citar nomes dos que se occultam sob o manto da modestia mas que são muito valiosos para a sciencia, os dos srs. professor Serrano, Alfredo Lopes, Fonseca, Alfredo Dias. Não citámos trabalhos porque não tendo elles sahido ainda do inedito e não os conhecendo particularmente, claro é que não podíamos fazer mais do que indicar a sua existencia, não passando aliás de tentativas dispersas que não visavam especialmente o ponto de vista anthropologico-criminalista e mesmo como estudos de anthropologia geral ou de anthropometria, não estão por ora acabados.

Duvida o sr. Eduardo Maia da possibilidade de se aperfeiçoarem entre nós estes estudos de uma utilidade incontestavel. Entendemos que está no seu direito, tomando nós a sua afirmação como expressão de uma opinião pessoal que acatamos devidamente, por isso não tomamos a liberdade de a discutir. Como *rectificação*, conforme o sr. Maia lhe chama, é que a não podemos acceitar, por isso mesmo que a carta de s. ex.^a antes corrobora do que infirma as nossas asserções e desejos. Em Portugal não se sahio ainda do periodo das tentativas, em anthropologia, mesmo considerando os trabalhos do sr. dr. Ferraz de Macedo, tambem ainda mal conhecidos, mas é licito admitir que sejamos conduzidos ao aproveitamento serio e pratico d'essas e d'outras contribuições scientificas.

Fallando com serenidade philosophica não devemos ser tão pessimistas que vamos negar até a possibilidade da continuação de estudos de uma utilidade pratica consideravel e demonstrada senão para todos, para os competentes, o que é essencial.

Todos os inventos e innovações padecem a mesma sorte e cousas mais difficeis e por ventura de menos proveito temos visto realizadas e se, como o faz sentir o sr. Maia, isso depende da intelligencia e da vontade de um ou outro funcionario, é facil de prever que o sr. Terra Vianna, meritissimo iniciador das investigações anthropometricas no Porto, não ficará sem continuadores á obra que briosamente emprehendeu com o sr. Maia. A este senhor desejamos cordialmente mais alento para combater e superar as difficuldades que se oppõem ao desenvolvimente e applicação de tão fecundas investigações.

J. BETTENCOURT FERREIRA.

INSTITUIÇÃO DO BISPADO DE MIRANDA E DIGNIDADES
DA SÉ D'ELLA

Carta que se fez sobre a declaraçam das dinydades da se de Miramda. Dom Joham etc A quantos esta minha carta virem, faço saber que eu por seruiço de Deos e bem da clerezia e pouo da cidade de Miramda e das cidade villas e lugares que ora são do bispado da dita cidade de Miramda supliquey ao santo padre papa Paulo terceiro ora presydenete na Igreja de Deos que quessesse desmembrar e apartar da diocesy da Igreja metropolitana de Bragua a dita cidade de Miramda com a cidade villas e lugares que nas bullas e provisões de sua santidade são nomeadas e as eximir e exemptar da superyoridade e jurisdicção diocesana dos arcebispos de Bragua com todas as Igrejas moesteiros beneficos ecclesiasticos clerezia e pouo das ditas cidades villas e lugares e com todos os direitos e remdas que hos ditos arcebispos de Braga tinham nas mesmas cidades villas e lugares e que criase e aleuantasse em Igreja cathedral e episcopall a Igreja parroquial de santa Maria da dita cidade de Miramda e lhe dese por diocesy e bispado as ditas cidades villas e lugares e applicase ao bispo que pelo tempo fose da dita Igreja cathedral de Miramda a dita jurisdicção diocesana direitos e remdas que hos arcebispos de Braga tinham na dita cidade de Miramda e na cidade villas e lugares acima ditas. E por a Igreja de Miramda ser do meu padroado e dos Reys meus subcesores e ser em os frutos della criada hua comemda da cavallaria da ordem do mestrado de nosso snñr Jhesu Xpõ, outro sy de minha nomeaçam e dos Reys meus subcesores, eu ouve por bem em meu nome e delles e como governador que sou da dita ordem de renunciar e desystir pera o sobredito aver efeyto o padroado da Reitoria da dita Igreja e o direito de nomear comemdadores á dita comemda e que ha comemda se extinguisse e suprimise. E o samto padre por o asy semtir por seruiço de Deos e bem da dita clerezia e povo pelas causas e resões em sua bulla declaradas a minha supplicaçam e instamcia desmembrou e apartou da dita diocesy de Braga a dita cidade de Miramda e as cidade villas e lugares nas ditas bullas declaradas com todas as Igrejas moesteiros beneficos ecclesyas-

ticos e clerezia e pouo e as exhiuiue exemptou da suprioridade e jurisdicam quanto a lley diocesana da Igreja metropolitana de Braga e arcebispos della e criou e alevantou em Igreja cathedral e episcopall a dita Igreja parrochial de Santa Maria de Miramda e lhe deu por diocese e bispado a dita cidade villas e lugares e concedeu e applicou ao bispo que pelo tempo della fose a jurisdicam diocesana e episcopal direitos e remdas que na dita cidade de Miramda e nas ditas cidade villas e lugares Igrejas moesteiros e clerezia e pouo dellas os arcebispos de Bragua tynham e extingio e supremio a reitoria e beneficio simples e thesouraria e comemda que na dita Igreja de santa Maria de Miramda avya sem prejuizo das pessoas quo hos tinham como mais largamente nas bullas e prouisões apostolicas he comtheudo. E a minha apresentacam proveo o santo padre nouamente do dito bispado de Miramda a Dom Thorybio Lopes adayão da capella da Rainha minha sobre todas muito amada e presada molher e instituyo e ordenou sua santidade que na dita Igreja cathedral de Miramda ouvesse pera sempre duas denidades e quatro conezias e outras tantas prebemdas que se chamassem dos graduados — s — hua denidade e duas conezias com duas prebemdas pera mestres ou allias graduados em theologia e outra denidade e duas conesias e outras tuntas prebemdas pera doutores ou allias graduados em direito canonico que pelo tempo se promoverem e graduarem nos ditos graaos na universidade geral dos estudos de Coimbra e nam avendo theologos graduados na dita universidade pera mestres de artes em ella graduados. As quaes denidades e conesias com suas prebemdas o santo padre ordena e mamda que se dem aos ditos graduados e nam a outras pessoas per autoridade ordinaria de bispo de Miramda que ora he e pelo tempo for com meu conselho e dos Reys de Portugall que pelo tempo forem nos modos e formas que com meu conselho pello dito bispo for instetuido e ordenado e que se nam posa promover per outra autorydade posto que seja apostollica e asy concedeo e deu poder ao dito bispo que com meu conselho e asensu criasse e instetuisse outras denidades conesias prebemdas e beneficios eclesiasticos com cura e sem cura que lhe parecese necesarios e convenientes pera o culto divino e seruiço da dita Igreja cathedral de Miramda pera os modernos vigario e clerigos que ora tem a reitoria beneficio e thesouraria na dita Igreja e pera as mais pessoas que ao dito bispo parecer. E applicou e annexou o samto

padre pera sempre a mesa capitular da dita Igreja de Miramda as remdas e fruitos da dita reitoria beneficios e comenda da dita Igreja de comsentimento dos beneficiados que hos ora tein. E asy applicou e anexou á dita mesa capitular os fruitos remdas do moesteiro de Crasto davelaans da ordem de são Bemto do dito bispado de Miramda na forma e modo que mais largamente nas ditas bullas apostollicas he ordenado e declarado per virtude da autoridade das quaes o dito bispo, de meu conselho e asensu, criou instituiu e ordenou nouamente na dita Igreja cathedral de Miramda as denidades conesias prebendas beneficios capelancias e officios seguintes — s — hum adayado ao qual applicou pera sempre duas prebendas esta he a denidade que ho samto padre instetuyo e ordenou pera os graduados em direito canonico e se dará pelo bispo e pelos bispos que pelo tempo forem por autoridade ordinaria por meu conselho e dos meus successores Reys de Portugal e nam em outra maneira segumdo forma da dita bulla. — Item hum chantrado o qual tera hua prebenda somente e o chantre que ora he e pelo tempo for prouido apresentará ao dayão e cabido hum clerigo pera subchamtre abilly e idonio pera o dito cargo. E os ditos dayam e cabido sendo taall lho receberam e a custa da remda da fabrica lhe ordenaram e mandaram pagar coveniente salayro e podera ser remouido ad nuptum do dito dayão e cabido. — Item hum mestre escollado o qual outrosy terá hua so prebenda, e esta seya pera sempre a denidade pera hum dos graduados em theologia ou em artes graduados na dita uniuersidade de Coimbra e não se podera dar a outras pessoas e se prouera pelo dito bispo e seus subcessores per autoridade ordinaria de meu conselho e dos Reys de Purtugual meus subcessores como na dita bulla se conthem. E o mestre escolla que ora he e pelo tempo fur prouido terá cuidado de buscar e apresentar ao dito dayam e cabido hua pessoa auta pera ler e ensinar ao menos gramatica aos beneficiados capellães e moços do coro da dita see, os quaes poderam apremder nas oras e tempos em que nam forem necessarios pera o seruiço da Igreja e a todos os clerigos pobres de ordeens sacras e menores do bispado de graça que queiram apremder a dita grammatica ao qual os ditos dayão e cabido daram competemte salario a custa da fabrica e sera outrosy o dito mestre de gramatica remouiuel ad nuptum do dito dayam e cabido. E queremdo o dito mestre escolla ler per sy grammatica logica philosophia ou theologia avemdo ou-

uimtes autos pera iso nos tempos que emsynar e ler seja escuso das oras e deuinis officios e aja suas destrebuições inteiramente como se fosse a ellas presente e intarresmente. E porem seja obrigado a ser presente e interessemte as ditas oras e deuinis officios nos dias samtos e nos outros em que ele nam ler e nam o sendo sera descomtado.—Item hua thesouraria a qual terá outra prebemda e mais não, e o thesoureiro que ora he e pelo tempo fór prouido apresentará hum cleriguo auto e fiel aos ditos dayão e cabido pera subthesoureiro e sendo tall sera recebido serlhea ordenado e paguo salairo competente á custa da fabrica. Outro sy sera remouiuel ad nuptum do dayão e cabido.— Item criou e instetuyu o dito bispo de meu conselho e assensu tres arcediagados hum da mesma see e cidade de Miramda, outro da cidade de Bragamça, e outro da villa de Miramdella, e a cada hum dos ditos arcediagados applicou sua prebemda. E amtre elles precedera o arcediagado da mesma see e cidade de Miramda, e apoz elle o da cidade de Bragamça e depois o de Miramdella, e porem nehum delles precedera o thesoureiro nem as outras denidades acima ditas posto que per direito outra cousa seja determinado, e esto auemdo respeito ao costume de outras Igrejas cathedraes do Reyno. Outro sy os ditos arcediagos nam terem jurisdicam allguma nos ditos arcediagados nem lemites delles. — Item foi mais declarado pelo dito bispo com meu conselho e asensu que criaua e instetuaia quatro conesyas e quatro prebemdas que se nomeam dos graduados — s — duas conesyas com suas prebemdas pera graduados em theologia na uniuersidade de Coimbra e nam avemdo graduados em theologia na dita uniuersidade pera mestres em artes em ella graduados e outras duas conesyas e duas prebemdas pera doutores ou allias graduados em direito canonico na dita uniuersidade, e as denidades acima ditas que sam ordenadas pera os ditos graduados e estas quatro conesyas com suas prebemdas agora e quando quer que vagarem se daram aos ditos graduados e não a outras pessoas — s — as que ora se derem e proverem esta primeira vez a theologuos ou a artistas seram sempre dadas aos ditos graduados em theologia na dita uniuersidade de Coimbra, e nam os avendo a mestres em artes graduados na dita uniuersidade, e as que forem prouidas esta primeira vez a graduados em direito canonico na dita uniuersidade se daram sempre a canonistas nella graduados quando vagarem, e nam a outras pessoas nem em outra maneira. E

a colação das ditas denidades e conesyas se fara pelo bispo que ora he esta primeira vez e as mais que vagarem e pelos bispos que pelo tempo forem do meu conselho e dos Reys meus subcessores, e o dito bispo e bispos seus subcessores primeiro que provejam das ditas denidades e conesyas pediram a my e aos ditos Reys meus subcessoros conselho a que graduados se proveram as denidades e conesias e quaes graduados dellas devam de ser prouidas e sem o tal conselho as nam proverá nem daram como o santo padre na dita bulla ordena e manda.—Item instetuyu e criou mais o dito bispo de meu conselho e asensu noue conesyas e noue prebemdas pera noue conegos das quaes hua conesya e prebemda sera pera hum clerigo tamgedor de orgãos que sera obriguado ao coro e deuinis officios como os outros conegos os tempos que nam for occupado em tamger os orgãos e tamgera os ditos orgãos aos tempos necysarios e quando o bispo que ora he e pelo tempo for ou o cabido ou presidemte do cabido lho mandarem. A qual conesya com sua prebemda quando quer que acontecer vagar per qualquer modo que seja nam podera ser dada nem prouida a outra allguma pessoa salvo o clerigo tamgedor de orgão que pera iso for sufficiente.—Item mais duas meas conesyas e meas prebemdas pera dous meos conegos e outras duas meyas prebemdas pera dous clerigos idonios que ho bispo poera pera ter carreguo da cura da see e sua fregesya —s— pera hum delles ser cura e outro coadjutor e ambos terem a mesma obriguacam. Item hua prebemda que se repartira per quatro capellães que ho bispo e bispos que pelo tempo forem poeram na dita see pera em ella seruirem.—Item mea prebemda que se repartira per seys moços do coro que outro sy o dito bispo poera pera o serviço da dita Igreja os quaes capellães e moços do coro serem remouiveis ad nuptum do dito bispo e bispos que pelo tempo forem.—Item hordenou e instetuyo o dito bispo que na dita Igreja cathedral de Miranda aja hum porteiro da maça que sirua ao bispo e cabido segundo costume e ordenança que os outros porteiros da maça seruem nas outras Igrejas cathedraes e asy hum syneiro e outro homem que tenha carreguo de varrer a dita Igreja e lamçar os cães fora della. Aos quaes porteiro da maça syneiro e varredeyro se ordenaram salarios competentes pelo bispo e cabido a custa da remda da fabrica da dita Igreja e seram os ditos officiaes postos pelo dito bispo e bispos que pelo tempo forem remouiveis ad nuptum do dito bispo e de seus

sobcesores. — Item ordenou que os officios do prebendeyro e veador da fazenda contador e scripvão do cabido e veador das obras se siruam pelas denidades e conegos que pera elles forem elegidos em cabido. — Item de meu conselho e asensu o dito bispo instetuyo e ordenou e applicou pera a Fabrica da dita ssee hua prebenda e meya das rendas da mesa capitulliar e applicou das remdas da mesa episcopall para sempre outra tanta remda quanto vallerem duas prebendas em modo que ha Fabrica tenha de remda pelas remdas do bispo e cabido tres prebendas e mea e a cora e azeite vinho e ostias se daram a custa desta remda da Fabrica. — Item mais ordenou no modo sobredito que quando o cabido tyver negocios ou demandas que tocarem ao cabido e mesa capitulliar pera que aja mester conselho de letrados ou fazer outras despezas que se façam astaes despezas a custa da remda da mesa capitulliar e nam da fabrica. — Item ordenou e constetuyo o dito bispo de meu conselho e asensu que todas as remdas da dita mesa capitulliar se repartam pelas ditas denidades conegos meyo conegos, capellães e moços de coro, solido allibra per destrebuções cotydianas e se vemçam no modo e forma que se vemcem as ditas destrebuções cotydianas e as repartições das cantidades que se applicaram e vemceram pelas oras e officios devinos se faram pelo dito bispo e ho cabido. — Item ordenou o dito bispo de meu conselho que os quatro conegos das conesyas dos graduados precedam nas precisões e asemtos do coro e cabido aos outros conegos e os ditos graduados amtre sy precederam huns aos outros segundo a calidade dos graaos e sciencia em que forem graduados e a antiqidade dos ditos graaos como por direito he determinado. E quanto aos outros conegos, os que forem ordenados de ordems de misa precederam aos outros que não forem sacerdotes e os de ordems de avangelho aos de epistolla, e os de ordems de epistolla aos que forem ordenados de ordems menores somemte. E quando comorrerem muytos de misa ou de evangelho ou de epistolla ou de ordems menores precederam os que primeyro tomaram posse de suas conesyas, e se muytos tomaram posse juntamente precederam os que primeiro foram provydos per suas prouisões, e se muytos foram juntamente providos e juntamente tomaram posse precederão os que primeyro tomaram as ordems que teverem. Estas regras se guardaram nos meyo conegos e capellaes no que se a elles poderam adoptar. E os meos conegos nam entraram em cabido nem teram em

elle voz. E os ditos letrados graduados que forem provydos das ditas denidades e conesyas pregaram na dita ssee e conselharam nos negocios do cabido quamdo pelo bispo ou pelo cabido lhe for encomendado e mandado. E os mais statutos e ordenações que forem necessarias pera bom regimento da dita se e do coro e da clerezia e pouo do dito bispado de Miramda poderá o bispo fazer com seu cabido e sem elle como per direito o pode fazer. E per as ditas cousas serem feytas e ordenadas e instetuidas pelo dito bispo dom Thorebio Lopes com meu conselho e asensu segundo a forma da dita bulla do samto padre mandey de tudo faser esta carta asygnada per mym e asellada do meu sello. A qual se guardara no cartorio da dita ssee pera a todo sempre se saber como o dito bispo asy o instetuyo e ordenou com meu conselho o asensu. Dada em a villa de Santarem a XII dias do mes de outubro, Pero Fernandes a fez. Anno do nacimiento de nosso Sãr Jhesus Xpõ de 1546. Rey.

(Chancellaria de D. João III, liv. 15, fl. 53, v.)

F. M. ESTEVES PEREIRA.

BOLETIM BIBLIOGRAPHICO

FERREIRA-DEUSDADO — *Chorographia de Portugall illustrada* — 50 gravuras, 20 mappas a côres — 1.^a edição — Guillard, Aillaud & C.^a, 1893.

A carencia de espaço obrigou-nos a adiar até agora a noticia e apreciação do novo livro do sr. professor Ferreira-Deusdado, em que nos dá prova das suas qualidades magistraes e de publicista e em que melhor se revela a sua intuição artistica, que o genero da obra publicada permite manifestar e que contribue muito para o attractivo d'ella.

Sem poder apresentar novidades scientificas que aliás se não podem exigir de livros d'estes, que compendiam o que ha definitivamente adquirido na sciencia e por isso os auctores teem a difficil missão de escolher entre opiniões diversas, de discriminar a noção exacta da que menos verdadeira

pareça ser, o novo trabalho do sr. Ferrreira-Deusdado tem a originalidade da fórma, bastante desusada entre nós, de apresentar o assumpto primeiramente aos sentidos por meio de desenhos e mappas, com a delicada eloquencia dos traços e das côres em habil combinação, tornando no dispor das materias o mais synoptico possível o quadro de exposição, n'um estylo ameno e bem portuguez, cuja correccão não priva de mostrar a elegancia e distincção que apanagiam constantemente a prosa do auctor.

O volumoso caderno chorographico do sr. Deusdado não veio a publico para augmentar a lista já enfadonha de compendios para as escolas, feitos de modo que pobres alumnos, de espirito imperfeito ainda e muitas vezes guiados por mestres sem critica e com falta da verdadeira orientação pedagogica, não sabem assimilar intellectualmente, mas que estudam e decoram... conforme os programmas de ensino. A *Chorographia de Portugal illustrada* é um livro claro e ameno em que qualquer pôde reconhecer até nos pormenores menos aprendidos e apparentemente insignificantes, o paiz dos grandes navegadores occidentaes e as paragens outr'ora mysteriosas que elles abriram ao culto europeu.

Tudo isto na magnifica edição da casa Guillard, Aillaud & C.^a, de Paris, que lhe deu a nitidez e graciosidade que é caracteristica das suas publicações. Não faltam cartas geographicas, gravuras mostrando typos, costumes, monumentos, animaes proprios d'esta ou d'aquella fauna, plantas culturaes, e para completar o conhecimento de tudo o que respeita Portugal, teve o auctor o meticoloso cuidado de concisamente dar relações ácerca da linguistica, circumstancias ethnographicas, moraes e sociaes, da industria e commercio, das religiões e da administração publica, para nada faltar a este livro moderno nos materiaes scieintificos e modernissimo na maneira de expôr.

* * *

EDUARDO BURNAY — *Elogio historico do dr. Agostinho Vicente Lourenço*, lido na sessão publica da Academia Real das Sciencias. Lisboa, typographia da Academia. 1893.

Não nos surpreendem os bem escriptos e coordenados periodos em que o conhecido professor e academico delineou a figura respeitavel do velho chimico que honrou a sciencia e a

patria com os seus trabalhos e os seus serviços. Sabemos que o seu panegyrista tem na sua mente e na sua erudição onde rebuscar abundantes elementos para os trabalhos de largo alcance scientifico, sem exhaurir o seu rico deposito, sempre que o auctor queira mostrar-se menos avaro dos achados feitos durante os proficuos estudos que o occupam e mostrar as faces brilhantes do seu espirito esmerilado por uma severa educação scientifica.

O elogio do professor Vicente Lourenço, tem o saliental-o o valor historico das investigações feitas pelo sr. professor Burnay e a elegancia despretençiosa da phrase, sem effeitos forçados ou avesados, mas aprazivel na leitura, e que é como o perfume exhalado das flores que derramadas sobre a sepultura escondem o morto e o fazem apparecer á imaginação n'uma apothese de virtudes.

O discurso do sr. Burnay é ao mesmo tempo biographia e historia das sciencias, em qual das partes bem succedido e curioso; representa integralmente a personalidade do sabio chimico e dá a conhecer o estado da chimica e da sciencia em geral, na epocha de Lourenço e nas anteriores, para que se forme bem a idéa do seu valor scientifico, que n'uma rapida synthese conclusiva nos offerece em um curto paragrapho que não deixaremos de dar como primicia do ramilhete oratorio que o successor de Lourenço na cathedra escolar e na séde academica depoz publicamente no imaginario pedestal do chimico portuguez:

«Ali tende senhores assignalados por trabalhos de laboratorio de superior importancia o nosso eminente collega, e foi na verdade pelo saber pratico que justamente se lhe reputava, que o vulgo scientifico o considerou sempre em especial, contrapondo mentalmente a sua proficiencia experimental ao espirito de theorisação, a que ó julgavam mais alheio, e que tão mal apreciado é entre aquelles, que, aliás numerosamente, vivem na falsa persuasão de que só as mãos operam descobrimentos e só das retortas distila o progresso.»

* * *

PAUL CHOFFAT — *Description de la faune jurassique du Portugal — Classe de céphalopodes*. Lisboa, typ. da Acad., 1893.

Por todo o paiz a fauna fossil offerece incognitos, que a

minoría muito restricta dos que se dedicam á geologia, mal póde abranger no curto lapso, necessario para levar a geologia portugueza ao nivel a que se acha nos outros paizes, onde se formam notabilidades no proseguimento d'estes estudos, muito mais productivos do que entre nós se julga. Ao dizer isto fallamos em relação á quantidade de assumpto a explorar e não á qualidade de trabalho, por que essa é excellente e a proval-o vem agora a nova memoria do sr. Choffat, publicada pela direcção dos trabalhos geologicos de Portugal, e pertencente á serie de estudos feitos pelo distinctissimo geologo, sobre os terrenos jurassicos de Portugal e que, como todas as obras do auctor, é feita com um rigoroso methodo, que só assim consegue vencer as difficuldades dos importantes e multiplos labores a que obriga o conhecimento geologico perfeito de qualquer região, e tanto mais quanto menos estudada.

Sobre a fauna fossil trabalha-se ao mesmo tempo como geologo e como zoologista, para constituir o que se chama paleontologia e que é uma verdadeira sciencia que póde ter a sua independencia, pelo material enorme de conhecimentos que a formam, com methodos especiaes e classificações proprias. E' n'este grupo scientifico que o sr. Choffat nos mostra a profundeza das suas observações, que expõe com a clareza que só teem os muito versados no assumpto que tratam.

As *Ammonites* do lusitanico, das linhas de Torres Vedras são o objecto da presente memoria do sr. Choffat, que apresenta esta curiosa fauna com um methodo que torna bastante comprehensivel o seu estudo e permite seguramente comparar os terrenos que por esta fauna se caracterizam.

A descripção das especies, feita sem complicações de caracteres e de pormenores, que veem muitas vezes sobrecarregar a classificação e difficultar a determinação, deixa sobresahir bem as características das differentes fórmas, sem a demasiada especialisação que vulgarmente torna quasi inatingiveis muitos grupos conchyologicos.

Serviu-se o auctor de um processo, para figurar os seus especimens, o qual muito agradavel para objectos d'arte, nem sempre dá exito e maior numero de vezes falha em obras de historia natural, e particularmente n'esta monographia do sr. Choffat póde dizer-se que é por vezes infeliz, apesar dos bellos trabalhos da casa Leopold, que a illustram. Nem por

isso diminue a valia do novo producto das incessantes occupações do sr. Choffat, que teria basta razão de se enyaidecer d'elle se não fosse a sua modestia tão provada como o seu talento e grande applicação.

B. F.

* * *

Publicações recebidas

REVISTA DOS LYCEUS — Dezembro, 1893.

Assignado por A. C. publica em primeiro artigo uma dissertação sobre a necessidade de introduzir e desenvolver a educação moral e religiosa, isto a proposito do processo Urbino de Freitas, attribuindo o crime d'este e de outros á deficiencia d'aquella educação e declara que o nosso é o paiz menos religioso da Europa. Cita exemplos estrangeiros, mas observaremos que é justamente no estrangeiro que a criminalidade se manifesta aterradora. Cremos bem que a religião seja um freio moral, mas ha assassinos muito religiosos. A religião do dever custa mais a ensinar e a praticar, mas é mais proveitosa.

Insere além d'isto: *Historia dos manuscriptos classicos*, por Salomon-Reinach — *Complementos arithmeticos*, por Pereira Caldas — *Orthographia franceza*, por A. Coelho — *O espectroscopio dos laboratorios* de Mrs. Conlin e Marty, Ribeiro Nobre. — *Bibliographia*. — *Instrucção publica*. — *Problemas de physica e chimica*, por R. Nobre.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA — 12.^a serie, n.º 3 e 4.

Mitras luzitanas do Oriente, por Christovão de Nazareth, 2.^a edição corrigida e augmentada — N.º 5 e 6 — *America Austral* — *Cartas escriptas da America nos annos de 1882-1883*, por A. Lopes Mendes.

REVISTA DE GUIMARÃES — Outubro, 1893.

Dr. Francisco Martins Sarmiento, por Avelino Guimarães — *As villas do Norte de Portugal*, por Alberto Sampaio — *Documentos inéditos dos seculos XII-XV*, por Oliveira Gui-

marães — *Catálogo das moedas portuguezas existentes na coleção da Sociedade Martins Sarmento*, por J. Freitas Costa — *Estatutos da Abbação (Sub-Sin.) — Boletim, Balancetes*, por Simão E. Alves Neves — *Indice.*

REVISTA JURIDICA — N.º 23.

Um assassino de onze annos (Crime de Ramalde), por Bernardo Lucas — *Anotações ao livro primeiro do Código Penal Portuguez*, por P. V. — *Systema penitenciario*, pelo dr. Senna — *A definição de crime*, por A. Hanson — *Direito e processo civil*, por Abel Pereira do Valle.

No seu artigo sobre o systema penitenciario, o sr. dr. Senna discute-o de maneira a fazer notar bem que ao legislador penal falta, sobretudo, o estudo do criminoso, e que o systema penitenciario, segundo a lei de 1887, é insufficiente e sobretudo dispendioso. E' um trabalho muito bem deduzido.

REVUE INTERNATIONALE DE L'ENSEIGNEMENT — 15, janeiro de 1894.

M. Bonet-Maury insere um interessante artigo sobre as escolas de Ensino Superior para mulheres nos Estados-Unidos (1893) e o dr. H. Schiller escreve sobre a reforma do Ensino secundario na Prussia em 1892, um estudo critico extenso e bem feito. M. Camillo Bloch, historia a instrucção publica no Aude durante a revolução franceza (instrucção primaria).

REVUE L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR — N.º 1, janeiro de 1894.

Chronique, par M. Jules Gautier — *Realisme et naturalisme*, (fin), par M. Pierre Robert — *Le cours de M. Th. Ribot au Collège de France*, par M. L. Bélugou — *Philosophie scientifique*, par M. Picvret — *Une première leçon d'histoire romaine dans l'enseignement moderne*, par M. A. Féral.

N.º 2. *Chronique*, par M. Jules Gautier — *La bibliothèque de Pétrarque*, par M. S. Rocheblave — *Chateaubriand d'après un livre récent*, par M. Emile Troillet — *De la methode à apporter dans l'étude des questions d'enseignement* de M. Dreyfus-Brissac, par M. F. Picvret — *Le cours de M. Lavisse à la*

faculté des lettres de Paris — Les études égyptologiques (suite)
par M. E. Amelineau.

N.º 3. *Chronique*, par Jules Gautier — *État numérique des élèves des établissements universitaires ou assimilés admis en 1893 aux écoles de gouvernement — Les jeudis classiques de l'Odéon*, par Z. — *Le théâtre de la Fontaine*, par M. Pierre Robert — *Philosophie scientifique* (suite), par M. Picvret — *Études égyptologiques* (suite), par M. E. Amelineau.

N.º 4. *Chronique*, par M. Jules Gautier — *L'enseignement moderne et la médecine*, par M. L. Desternes — *A propos de la correction des devoirs — La théâtre de la Fontaine* (fin), par M. Pierre Robert — *Philosophie scientifique*, par M. Picvret — *Faculté des lettres de Paris*, cours libre de M. Debisour — *Les études égyptologiques* (suite), par M. E. Amelineau.

LA REVUE PÉDAGOGIQUE — Décembre, 1893.

L'école Tewfik, A. Chevalley — *Enquête sur les collections recueillies, en géologie et en botanique, par les écoles anormales primaires*, Mrs. Bureau et Meunier — *L'écriture droite et l'écriture penchée, aperçu historique*, dr. Javal — *Quelques remarques au sujet de la préparation professionnelle des élèves-maitres, rôle des conférences pédagogiques*, L. Simiand — *Les écoles morgennes de jeunes filles en Belgique*, Madame Marie Rauber — *Le prix Valey Meunier — Le certificat d'optitude pédagogique : une statistique inédite — La société contre la mendicité des enfant*, F. Buisson — *La gymnastique militaire en Suède*, Strehly — *L'enseignement de l'hygiène*, M. dr. Vapias — *Encore les petits ramoneurs — Education professionnelle des élèves-maitre: les visites d'écoles*. R. S. — *Les nombres dans la gamme*. A. Follet — *Causerie scientifique*, P. P. Dehérain — *La pleiade de Malherbe (des Études critiques)*, de F. Brunetière).

LA ESCUELA MODERNA — Janeiro de 1894.

La psicologia de los sexos y sus fundamentos fisiologicos, por A. Foriellée (continuacion) — *Cartas... pedagogicas?* por C. S. O. y U. G. S. — *Analisis y sintesis*, por Esteban Oca — *Estado actual y reformas de la primera enseñanza*, por Prudencio Solis — *Enseñanza ciclica*, por G. Comas Ribas — *Impresiones de un maestro novel*, por Alejandro Tudela —

Impresiones escolares sobre America a proposito de la Exposicion de Chicago, por Gabriel Compayré — *Informacion ácerca de la reforma de la inspeccion de primera enseñanza* — *Una leccion de mineralogia por los parvulos*, por Joaquin Sama — *Una leccion de geografia*, por E. G. B. — *Chronica general*.

BOLETIN DE LA INSTITUCION LIBRE DE ENSEÑANZA.

Juan Luis Vives, sus teorias de la educacion y su influjo sobre los pedagogos ingleses, por M. J. Parmentier — *La enseñanza entre los musulmanes españoles*, por D. J. Ribere — *Revista literaria* — *Antologia de poetas hispano-americanos*, por B. J. Altamira — *El problema social*, por D. J. Azcarate — *Estudio critico sobre la doctrina de Garofalo y de la nueva escuela criminalista*, por D. P. Dorado y Montero.

REVISTA INTERNAZIONALE — Janeiro de 1894.

Il determinismo nella sociologia positiva, prof. Rossignoli — *Économia capitalistica moderna nella sua funzione nei suoi effetti*, por G. Toniolo — *La question del riposo festivo*, N. Raffaelli — *Questioni politiche e riforme sociali* — *Saggio Su trent'anni de storia greca*, por G. de Sanctis.

No primeiro artigo o professor Rossignoli acaba de analisar o que ha de verdadeiro e de philosophico no determinismo e no livre arbitrio e estabelece depois de apontar e fazer critica a varios estudos e artigos litterarios, as condições em que aquelle se deve estabelecer ou considerar. Esperamos outro e definitivo artigo do notavel professor italiano, para nos referirmos mais demoradamente ao assumpto.

NOUVELLE REVUE INTERNATIONALE (Matinées Espagnoles)
N.º 1, 15, janeiro de 1894.

Revue de la politique européenne, par Emilio Castellar, que como illustre lapidario da phrase faz rebrilhar os diversos acontecimentos politicos e sociaes da actualidade em facetas limpidos, revelando a sua critica e a sua imaginação — *La possession*, Michel Corday — *Question brûlantes*, Denise — *La Vengeance d'Eros*, Léon Hennebicq — *Les oubliées*, Louis de Bare — *Poésies castillanes*, Aristides et J. Calcano — *Bul-*

letin historique, Léon Marlet—*L'anglateur en Egypte*, Julian Despretz—*Le Faillieur de Napoléon*, Vicomte d'Albens—*Le roman d'une ambitieuse*, (suite) Madame Rattazzi—*Anarchie, indolence et dynarchie* (suite), par Rapos—Noticias, Correspondencia, Theatros, Chronica, etc.

A MEDICINA CONTEMPORANEA — Janeiro de 1894, n.º 1.

Clinica da enfermaria de Santo Amaro—Interessantes observações clinicas, pelo professor Bettencourt Raposo—*Hospital de Rilhafolles*, relatorio minucioso e curioso do professor Miguel Bombarda—*Revista therapeutica*—*Revista estrangeira*.

N.º 2, 3 e 4. Continuação d'aquelles artigos e o *Depoimento e interrogatorio do perito prof. Ferreira da Silva, no processo Urbino de Freitas*.—*Sociedade das Sciencias Medicas* (acta).

REVISTA DE MEDICINA E CIRURGIA.

E' um novo collega que nasce cheio de vida e pujante de talento, o qual estimamos deveras receber e registrar aqui, e que vem preencher uma falta enorme que se sentia nas sciencias medicas nacionaes

De um envenenamento raro nas creanças, por Manuel Bento de Sousa—*De algumas intervenções obstetricas nas suas relações com o mecanismo do parto*, por Abilio de Mascarenhas—*Pseudo-paralysis syphilitica*, H. Mouton—*A mensuração urethral como meio de diagnostico dos apertos largos*, por Alfredo da Costa—*Revista clinica*, por A. de Vasconcellos.

N.º 2, janeiro de 1894. *Da alienação mental após a extracção da cataracta*, por Sousa Refoios—*De algumas intervenções obstetricas nas suas relações com o mecanismo do parto*, por Abilio de Mascarenhas—*A mensuração urethral como meio de diagnostico dos apertos largos*, por Alfredo da Costa—*Correspondencia de Paris*, por Mello Vianna—*Revista clinica*, por A. de Vasconcellos.

LE PROGRÉS MÉDICAL — Janeiro de 1894, n.º 1.

Fausse paraplégie et troubles musculaires d'origine hysterique chez les jeunes garçons, par Jules Simon—*Bulletin, l'Internat des Hôpitaux à Paris*, par Marcel Beaudoin—*La dé-*

claration obligatoire des maladies contagieuses, par L. R. Régnier — *L'assainement des villes : Toulon*, par B — *Sociétés savantes* — *Revue de thérapeutique* — *Bibliographie* — *Varia* — *Nouvelles*, etc.

N.º 2. *Le pensément ouaté*, par prof. Felix Terrier (M. Baudoin) — *Affections spasmo-paralytiques infantiles*, par dr. Raymond — *Bulletin: Le pavillon d'isolement pour les malades atteints d'ophtalmie purulente à la clinique des Quinze Vints*, par dr. Charles Abadie — *La déclaration obligatoire des maladies contagieuses*, par L. R. Régnier — *Comment ou voudrait choisir les professeurs* — *Sociétés savantes* — *Revue des maladies des fosses nasales*, par J Baratoux — *Revue de pathologie générale et de thérapeutique*, par A. Raoult — *Revue de dermatologie et de syphiligraphie*, par Paul Raymond — *Correspondance* — *Bibliographie* — *Varia* — *Nouvelles*, etc.

N.º 3. *Diagnostic d'une tumeur des corps restiforme, Autopsie*, par E. Brissaud — *Bulletin: La question de l'hôpital Saint-Louis*, par dr Freeman — *Le pavillon d'isolement des Quinze-Vingts*, par dr. Ch. Abadie — *Séance solennelle de la Société de Chirurgie (Eloge du P. Richet)*, par M. B. — *Sociétés savantes* — *La laicisation de l'assistance publique et l'enseignement professionnel des infirmiers et infirmières des hôpitaux Bouneville* — *Varia* — *Formules* — *Nouvelles* — *Chronique des hôpitaux*.

N.º 4. *Affections spasmo-paralytique infantiles*, par dr. F. Raymond — *Nature et traitement du goître exophtalmique*, par A. Joffroy — *Bulletin* — *Tendances médicales*, par Marcel Baudoin — *Les médecins de la réserve et de la territoriale* — *Sociétés savantes* — *Revue de thérapeutique* — *Revue de chirurgie* — *Bibliographie* — *Assistance publique* — *La laicisation*, etc. (suite) — *Varia* — *Formules* — *Bouneville*, etc.

REVUE DE L'HYPNOTISME ET DE LA PSYCHOLOGIE PHYSIOLOGIQUE — Janeiro do 1894.

La Volonté, par le dr. Manouvrier — *Thérapeutique suggestive*, par le dr. Liébault — *La suggestion criminelle*, par le dr. Voisin — *A propos de la pseudo-extériorisation de la sensibilité*, par A. Voidin — *Revue bibliographique*, dr. Croez, fils — *Le somnambulisme et la fascination*, de E. Mesnet (Dr. Montpallier) — *L'attentat contre M. Gilles de la Tourette* — *Société d'hypnologie* — *Nouvelles*, etc.

HISTORIA LITTERARIA E PEDAGOGICA

(Continuado de pag. 511, dos n.º 11 e 12, de novembro e dezembro de 1893)

CX

Para tirar 40 moios de trigo da Redinha

Eu el-rei faço saber a vós juizes, vereadores e procurador da villa da Redinha, que eu hei por bem e me praz, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra possam tirar e levar d'essa villa para o dicto collegio, 40 moios de trigo, pouco mais ou menos, que dizem que lhe vende D. Aleixo de Menezes, meu aio, dos 60 moios de trigo que ahi tem de sua renda da novidade d'este anno presente, de 562, ficando na terra os 20 moios de trigo que fallecem para cumprimento dos dictos 60, e por tanto vos mando que lhe deixeis tirar os dictos 40 moios de trigo, sem embargo de quaesquer minhas provisões, defesas ou posturas da camara, que em contrario haja, o que assim cumprireis posto que este alvará não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. André Sardinha o fez em Lisboa a 5 dias de outubro de 1562. Manqel da Costa o fez escrever. Rainha. Que deixem tirar e levar ao reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra da villa da Redinha pera o dicto collegio 40 moios de trigo pouco mais ou menos, que dizem lhe vende D. Aleixo de Menezes, dos 60 moios de trigo que ahi tem de sua renda da novidade d'este anno, ficando na terra os 20 moios, e isto sem embargo de quaesquer provisões de V. A., e defesas ou posturas da camara que em contrario haja, e que este não passe pela chancellaria.

CXI

D. Sebastião, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc., aos que esta minha carta testemunhavel virem, faço saber que por parte do reitor do col-

legio das Artes da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, me foi apresentado um alvará d'el-rei meu senhor e avô, que santa gloria haja, por Sua Alteza assignado com duas apostillas por mim assignadas de que o treslado de todo um, e depois outro *de verbo ad verbum*, é o seguinte: «Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz que o reitor do collegio das Artes da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, que ora é e ao deante for, e assi a pessoa que tiver cargo de prover e dar as porções aos porcionistas do dicto collegio, possam mandar comprar, tirar e levar para a dicta cidade de Coimbra, de quaesquer cidades, villas e logares de meus reinos todo o trigo, cevada, centeio, milho, e quaesquer outros mantimentos, e cousas de que tiverem necessidade, pera provimento e despesa dos padres do dicto collegio e dos dictos porcionistas, sem embargo de quaesquer minhas provisões, e defesas e posturas das camaras que em contrario haja, pagando-se tudo pelos preços da terra. E por tanto mando a todos os corregedores, juizes, justiça e ouvidores, officiaes e pessoas das dictas cidades, villas e logares, que deixem comprar e levar d'elles para a dicta cidade de Coimbra o dicto pão e mantimentos ás pessoas que para isso levarem certidão do dicto reitor do collegio e porcionistas d'elle, e lhe deem e façam para isso dar toda a ajuda e favôr que lhes cumprir pagando tudo pelos preços e estado da terra como dicto é, o que uns e outros assim cumprirão com diligencia, e em tal maneira que o dicto collegio seja provido dos dictos mantimentos, e que o dicto reitor não tenha rasão de se aggravar; e qualquer que o assim não cumprir ou contra isto fôr, incorrerá em penas de 20 crusados, ametade pera os captivos e a outra ametade pera quem os accusar. E hei por bem que este alvará valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valera este outro, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás que não forem passados pela chancellaria se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 16 dias de outubro de 1555. Manoel da Costa o fez escrever. Hei por bem que o alvará atraz feito d'el-rei meu senhor e avô, que santa gloria

haja, se cumpra e guarde como se n'elle contem, e mando a todas as justiças, officiaes e pessoas a quem o conhecimento pertencer, assim o cumpram e façam inteiramente cumprir, e esta apostilla me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, e por mim assignada, e passada por minha chancellaria, posto que por ella não seja passada, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 4 dias de janeiro de 1558. Manoel da Costa a fez escrever. E assim me praz que o dicto alvará se entenda e cumpra no gado e carnes de que o dicto reitor e padres do dicto collegio das Artes tiverem necessidade, e mandarem comprar para sua mantença e provimento do dicto collegio, e mando a todos os corregedores, ouvidores, juizes e justiças, officiaes e pessoas a quem o conhecimento pertencer, que assim o cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar; e hei por bem que esta apostilla valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, posto que esta não seja por ella passada sem embargo das ordenações que o contrario dispõem, e a pessoa que comprar as dictas carnes e gado, mostrará certidão do dicto reitor da quantidade e qualidade do gado que lhe mandam comprar, e a tal quantidade poderá sómente comprar e tirar para o dicto collegio cada vez que lho mandar comprar, e mais não. Manoel da Costa a fez em Lisboa a 6 de julho de 1558.» E apresentado assim o dicto alvará e apostillas, como dicto é, por parte do dicto reitor das Artes do collegio da dicta companhia de Coimbra me foi pedido, lhe mandasse dar o treslado de todo, em uma minha carta, porquanto lhes era necessario para o mandarem a algumas partes, por não mandarem o proprio que se poderia romper ou perder, e visto por mim seu dizer e pedir, e o dicto alvará e apostillas perante mim apresentados, e como todo era limpo e são e carecido de todo o receio e duvida, lhe mandei dar o treslado de todo em esta minha carta testemunhavel. Dada na cidade de Lisboa a 21 dias do mez de abril. El-Rei nosso senhor o mandou por D. Simão da Cunha do seu conselho e chanceller-mór de seus reinos e senhórios. Pero d'Oliveira a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1563 annos. Pagou d'esta 100 réis e de assignar 20 réis. D. Simão. Antonio Varella o fez escrever. Concertada. Pero d'Oliveira. Concertada. Antonio Varella. D. Simão.

Sobre o pão que embaraçaram em Traz-os-Montes

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, possam tirar e trazer das comarcas da Beira e Traz-os-Montes para a dicta cidade de Coimbra, 1450 alqueires de trigo e 50 alqueires de centeio que dizem lá mandaram comprar pera despeza do dicto collegio por virtude de uma minha provisão geral que para iáso tem, e isto sem embargo de quaesquer minhas provisões, defezas e posturas das camaras que em contrario haja. Do qual trigo o dicto reitor e padres dizem, que lhe embargaram e tomaram 800 alqueires no concelho de Ferreiros de Tendaes. E mando aos juizes, vereadores, e officiaes do dicto conselho, que lhe desembarguem e tornem logo os 800 alqueires de trigo e lhe cumpram e guardem inteiramente a dicta provisão como se n'ella contem, sem lhe n'isso porem duvida nem embargo algum. E assim mando aos juizes, justiçaes e officiaes dos outros logares por onde o dicto pão vier até á dicta cidade de Coimbra, que lh'o não tomem, nem parte alguma d'elle, antes lhe dêem toda ajuda e favor de que tiverem necessidade pera o trazerem. O que uns e outros assim cumpram sob pena de 20 cruzados, em que incorrerá qualquer que o assim não cumprir ou contra isto for, ametade para os captivos e a outra ametade para quem os accusar. E mando a qualquer corregedor, ou justiçaes, a quem este fôr apresentado, que o cumpram e façam inteiramente cumprir, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 26 dias de março de 1563. Manoel da Costa o fez escrever. O cardeal. Alvará sobre os 1500 alqueires de pão, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, mandaram comprar nas comarcas da Beira e Traz-os-Montes, os quaes V. A. manda que lhe deixem livremente tirar e trazer para a dicta cidade, e que os 800 alqueires de trigo, que lhe embargaram e tomaram no concelho de Ferreiros de Tendaes, lhe sejam logo desembargados e tomados. Pera V. A. ver. Phillipus. João Mendes. Pagou nada.

CXIII

Provisão pera comprar todos os mantimentos e carnes necessarias,
e pera os gados poderem pastar

D. Sebastião, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia e da India, etc. A todos os corregedores, ouvidores, juizes, justiçaes, officiaes e mais pessoas de meus reinos e senhorios, a quem esta minha carta testemunhavel for mostrada e o conhecimento d'ella com direito pertencer, saude. Faço-vos saber que por parte do reitor e padres da companhia de Jesus me foi apresentado um alvará. d'el-rei meu senhor e avô, que santa gloria haja, com tres apostillas minhas, pedindo-me que lhe mandasse tudo passar em carta testemunhavel, em modo que fizesse fé onde fosse apresentada por quanto se esperavam d'ella ajudar. E vistas por mim as dictas provisões e por estarem limpas, sem terem cousa que duvida faça, lhes mandei passar a presente e o treslado d'ellas *de verbo ad verbum* é o seguinte: Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz que o reitor do collegio das Artes da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, que ora é ao diante fôr, e assim a pessoa que tiver cargo de prover e dar as porções aos porcionistas do dicto collegio, possa mandar comprar, tirar e levar para a dicta cidade de Coimbra de quaesquer cidades, villas e logares de meus reinos, todo o trigo, cevada, centeio e milho, e quaesquer outros mantimentos e cousas de que tiverem necessidade, para provimento e despeza dos padres do dicto collegio e dos dictos porcionistas, sem embargo de quaesquer minhas provisões, defezas e posturas das camaras que em contrario haja, pagando-se tudo pelos preços e estado da terra, e por tanto mando a todos os corregedores, ouvidores, juizes, justiçaes, officiaes e pessoas das dictas cidades, villas e logares que deixem comprar, tirar e levar d'ellas pera a dicta cidade de Coimbra o dicto pão e mantimentos ás pessoas, que para isso levarem certidão do dicto reitor que declare a quantidade do pão e mantimentos que lhe mandam comprar, e são necessarios para o dicto collegio e porcionistas d'elle, e lhe deem e façam para isso dar toda a ajuda e favor que lhes cumprir, pagando tudo pelos preços

e estado da terra como dicto é, o que uns e outros cumprirão com diligencia, e em tal maneira que o dicto collegio seja provido dos dictos mantimentos e que o dicto reitor não tenha rasão de se aggravar. E qualquer que o assim não cumprir, ou contra isto fôr, incorrerá em pena de 20 crusados, ametade para os captivos e a outra ametade para quem os accusar. E hei por bem que este alvará valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada per minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.^o livro, titulo 20.^o, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais d'um anno, passem por cartas e passando por alvarás não valham; e valera este outrosi, posto que não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás que não forem passados pela chancellaria se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 16 dias do mez de outubro de 1555. Manoel da Costa o fez escrever. Rei. Apostilla. Hei por bem que o alvará atraz escripto d'el-rei meu senhor e avô, que santa gloria haja, se cumpra e guarde como se n'elle contém, e mando a todas as justiças, officiaes e pessoas a que o conhecimento d'elle pertencer, que assim o cumpram e façam inteiramente cumprir, e esta apostilla me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, e per mim assignada e passada per minha chancellaria, posto que per ella não seja passada, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa a fez em Lisboa aos 4 dias de janeiro de 1558. Manoel da Costa a fez escrever. Rainha. E assim me praz que o dicto alvará se cumpra e guarde no gado e carnes de que o dicto reitor e padres do dicto collegio das Artes tiverem necessidade, e mandarem comprar para sua manança e provimento do dicto collegio, e mando a todos os corregedores, ouvidores, juizes e justiças, e pessoas e officiaes a quem o conhecimento desto pertencer, que assim o cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar; e hei por bem que esta apostilla valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, posto que esta não seja por ella passada, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem; e a pessoa que comprar as dictas carnes e gado, mostrará certidão do dicto reitor da quantidade e qualidade do gado que lhe mandam comprar. E a tal quantidade poderá sómente comprar e tirar para o dicto collegio

cada vez que o mandar comprar, e mais não. Manoel da Costa a fez em Lisboa aos 6 dias de julho de 1558. Rainha. Hei por bem, havendo respeito ao grande numero de religiosos, que ha nos collegios da companhia de Jesus da cidade de Coimbra e Evora, e a verdade que tratam em todas as cousas e na compra das carnes de que tem necessidade, para despeza dos dictos collegios por se fazer pelos dictos religiosos ou pelos servidores dos mesmos collegios, que a lei que fiz o anno passado de 64, por que deroguei todos os privilegios e provisões que tinha passados sobre a compra dos gados e carnes, se não entenda nem cumpra na provisão de el-rei meu senhor e avô, que santa gloria haja, escripta na outra meia folha d'esta folha, nem nas apostillas d'ellas que foram concedidas ao dicto collegio de Coimbra. E assim me apraz que o dicto reitor e padres do collegio de Evora possam usar e usem da dicta provisão e apostillas na compra das carnes e dos mais mantimentos de que tiverem necessidade pera despeza do dicto collegio, e para que a dicta lei possa ter o effeito para o que a eu ordenei, hei por bem que cada um dos reitores dos dictos collegios quando houver de mandar comprar algum gado pera despeza d'elles, passe sua certidão feita e assignada por elle em que declare o numero do gado e qualidade d'elle, e das outras carnes que mandar comprar, pela qual certidão sem mais outro exame, os officiaes das camaras de cada uma das dictas cidades de Coimbra, e de Evora serão obrigados a lhes passar cartas de visinhança pera comprarem o dicto gado e carnes, sem lhes nomear logar certo em que se hajam de comprar, e isto todas as vezes que lhes apresentarem as dictas certidões, sem lhe diminuir nem taxarem o dicto gado, nem tomarem conta de como o dispenderam nem d'outra alguma cousa, as quaes cartas de visinhança se registrarão nos livros das camaras das dictas cidades com declaração do numero e qualidade de gado de que lhe foram passadas, e com ellas poderão os dictos padres comprar ou mandar comprar pelos servidores e familiares dos dictos collegios, a quaesquer logares de meus reinos o gado que nas dictas cartas fôr declarado, e sem mais licença dos officiaes das camaras dos dictos logares, nem outra alguma diligencia, lhes poderão quaesquer pessoas vender o gado, e vendendo-lho pela dicta maneira, e ficando o dicto gado que lhe assim venderem assentado e escripto nos livros das camaras dos logares em que o comprarem, com declaração

da qualidade e quantidade do dicto gado, e do nome das pessoas que lho venderam, não incurrerão as dictas pessoas em pena alguma. E os escrivães das camaras dos dictos logares passarão suas certidões nas costas das dictas cartas de visinhança, em que summariamente declarem o numero de gado que compraram por virtude d'ella, e a que pessoas e quanto a cada pessoa declarando nas dictas certidões, que fica o tal gado registado nos livros das camaras, e os dictos reitores serão obrigados no fim de cada um anno fazer certos por suas certidões, aos officiaes das camaras de cada uma das dictas cidades de Coimbra e Evora, a quantidade e sorte de gado que até então se tiver comprado para os dictos collegios, pelas dictas cartas de visinhança que lhe assim passarem. E hei por bem que o gado, que pela dicta maneira se comprar para os dictos collegios, possa pastar pelos logares coimeiros pagando-se sómente a perda e damno que fizer, e mando a todas as minhas justicas, e pessoas a que este alvará e esta apostilla ou traslado d'elles em publica fórma, fôr mostrado e o conhecimento d'isto pertencer, que os cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar sob a pena no dicto alvará declarada. E esta apostilla me praz que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria; e posto que por ella não seja passada, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. Jorge da Costa a fez em Almeirim a 25 de Janeiro de 1555. O Cardeal. A qual carta testemunhavel mando que se dê e tenha tanta força, auctoridade, e vigor, tanta quanta com direito lhe deve ser dada, por ser trasladada do proprio alvará, e apostillas que ficarão aos dictos padres; bem e fielmente compri-o assim. Dada n'esta minha cidade de Lisboa aos 14 dias do mez de agosto. El-rei nosso senhor o mandou pelo dr. Henrique Esteves da Veiga, do seu desembargo, que por seu especial mandado tem cargo de corregedor dos feitos e causas civis de sua corte, e casa da supplicação com alçada. Francisco de Almeida a fez no officio de Luiz Vaz de Rezende. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1565 annos. Pagou d'esta carta 80 réis e de assignar 20 réis. Luiz Vaz de Resende a fez escrever. Henrique Esteves da Veiga. Concertada. Jeronymo de Mattos. Concertada por mim com a propria que levou o reitor. Luiz Vaz de Resende. Pagou nada. Luiz Carvalho. Simão Gonçalves Preto.

CXIV

Pera os mantimentos

D. Sebastião por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, a todos os corregedores, ouvidores, juizes, justiça, officiaes, e pessoas de meus reinos e senhores, a quem esta minha carta testemunhavel com o traslado de uma minha provisão, e apostillas a ella unidas, fôr mostrada, e o conhecimento d'ella com direito pertencer, saude. Faço-vos saber que por parte do reitor e padres do collegio de Jesus me foi apresentada a dicta minha provisão, da qual apostilla d'ella o traslado *de verbo ad verbum* é o seguinte: Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz que o reitor do collegio das Artes da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, que ora é e ao deante fôr, e assim a pessoa que tiver carrego de prover e dar as porções aos porcionistas do dicto collegio, possam mandar comprar, tirar e levar para a dicta cidade de Coimbra, de quaesquer cidades, villas e logares de meus reinos, todo o trigo, cevada, centeio, milho e quaesquer outros mantimentos, e cousas de que tiverem necessidade, pera provimento e despeza dos padres do dicto collegio, e dos dictos porcionistas sem embargo de quaesquer minhas provisões, defesas e posturas das camaras, que em contrario haja, pagando-se tudo pelos preços e estado da terra, e portanto mando a todos os corregedores, ouvidores, juizes, justiça, officiaes e pessoas das dictas cidades, villas, e logares, que deixem comprar, e tirar e levar d'elles para a dicta cidade de Coimbra, o dicto pão e mantimentos ás pessoas que para isso levarem certidão do dicto reitor em que declare a quantidade do pão e mantimentos que lhe mandarem comprar, e são necessarios para o dicto collegio, e porcionistas d'elle, e lhe deem e façam para isso dar, toda a ajuda e favor que lhes cumprir, pagando tudo pelos preços e estado da terra como dicto é; o que uns e outros assim cumprirão com diligencia e em tal maneira, que o dicto collegio seja provido dos dictos mantimentos, e que o dicto reitor não tenha razão de se agravar, e qualquer que o assim não cumprir e contra isto fôr, incorrerá em pena de 20 cruzados, ametade para os ca-

pívos, e a outra ametade para quem os accusar; e hei por bem que este alvará valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria se não guardem. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 16 dias do mez de outubro de 1555. Manoel da Costa a fez escrever. Rei. Alvará por que V. A. ha por bem que o reitor do collegio das Artes, e assim a pessoa que tiver cargo de dar as porções do dicto collegio, possam mandar comprar e tirar para a cidade de Coimbra, de quaesquer logares do reino, todo o pão, mantimentos, e cousas de que tiverem necessidade, pera provimento e despeza dos padres do dicto collegio, e dos porcionistas, sem embargo de quaesquer provisões, defesas e posturas das camaras que em contrario haja com pena de 20 cruzados, e que este valha como carta, e não passe pela chancellaria. Hei por bem que o alvará atraz escripto d'el-rei meu senhor e avô, que santa gloria haja, se cumpra e guarde como se n'elle contem, e mando a todas as justicas, officiaes e pessoas, a quem o conhecimento d'elle pertencer, que assim o cumpram, e façam inteiramente cumprir; e esta appostilla me praz que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, posto que por ella não seja passada, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 4 dias de janeiro de 1558. Manoel da Costa a fez escrever. Rainha. E assim me praz que o dicto alvará se entenda e cumpra no gado e carnes de que o reitor dicto e padres do collegio das Artes tiverem necessidade, e mandarem comprar pera seu mantimento e provimento do dicto collegio. E mando a todos os corregedores, ouvidores, juizes, justicas, officiaes e pessoas a quem o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar; e hei por bem que esta apostilla valha, e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, e por mim assignada, e passada por minha chancellaria, posto que esta não seja por ella passada sem embargo das ordenações

que o contrario dispõem, e as pessoas que comprarem as dictas carnes e gado mostrarão certidão do dicto reitor da quantidade e qualidade do gado que lhe manda comprar, e a tal quantidade poderá sómente comprar, e tirar para o dicto collegio, cada vez que lho mandar comprar, e mais não. Manoel da Costa a fez em Lisboa, a 6 dias de julho de 1558. Rainha. Pagou nihil. Hei por bem havendo respeito ao grande numero de religiosos, que ha nos collegios da companhia de Jesus das cidades de Coimbra e Evora, e a verdade que tratam em todas as cousas, e na compra das carnes de que tem necessidade, pera despeza dos dictos collegios, por se fazer pelos mesmos religiosos, ou pelos servidores dos dictos collegios, que a lei que fiz o anno passado de 564, por que deroguei todos os privilegios e provisões que tinha passadas sobre a compra dos gados e carnes, se não entenda nem cumpra na provisão d'el-rei meu senhor e avô, que santa gloria haja, escripta na outra meia folha d'esta folha, nem nas apostillas d'ella que foram concedidas ao mesmo collegio de Coimbra, e assim me praz que o reitor e padres do dicto collegio de Evora possam usar e usem na dicta provisão e apostillas na compra das carnes, e dos mantimentos de que tiverem necessidade, pera despeza do dicto collegio, e pera que a dicta lei possa ter o effeito para que eu a ordenei, hei por bem que cada um dos reitores dos dictos collegios, quando houverem de mandar comprar algum gado pera despeza d'elles, passem sua certidão feita e assignada por elles, em que declarem o numero do gado e a qualidade d'elle, e das outras carnes que mandaram comprar, pela qual certidão sem mais outro exame os officiaes das camaras de cada uma das dictas cidades de Coimbra e de Evora serão obrigados a lhe passarem cartas de visinhança, para comprarem o dicto gado e carnes, sem lhes nomear logar certo em que se hajam de comprar, e isto todas as vezes que lhes apresentarem as dictas certidões sem lhe diminuirem nem taxarem o dicto gado nem tomarem conta de como o despenderam, nem de outra alguma cousa, as quaes cartas de visinhança se registrarão nos livros das camaras das dictas cidades, com declaração do numero e qualidade de gado de que lhe foram passadas, e com ellas poderão os dictos padres comprar, ou mandar comprar pelos servidores ou familiares dos dictos collegios; em quaesquer logares de meus reinos, o gado que nas dictas cartas fôr declarado, e sem mais licença dos officiaes das camaras dos

dictos logares nem outra alguma diligencia lhes poderão quaesquer pessoas vender o dicto gado, e vendendo-lho pela dicta maneira, e ficando o dicto gado que lhes assim venderem assentado e escripto nos livros das camaras, nos logares em que o comprarem, com declaração da qualidade e quantidade do dicto gado, e dos nomes das pessoas que lho venderam, nem incorrerão as dictas pessoas porisso em pena alguma, e os escrivães das camaras dos dictos logares passarão suas certidões nas costas das dictas cartas de visinhança, em que summariamente declarem o numero do gado que compraram por virtude d'ellas, e a que pessoas, e quanto a cada pessoa, declarando nas dictas certidões que fôra o tal gado registado nos livros das camaras: e os dictos reitores serão obrigados no fim de cada um anno fazer certas suas certidões aos officiaes das camaras de cada uma das dictas cidades de Coimbra, e Evora a quantidade e sorte do gado que até então se tiver comprado pera os dictos collegios pelas dictas cartas de visinhança que lhes assim passarem. E hei por bem que o gado que pela dicta maneira se comprar para os dictos collegios possa pastar pelos logares coimeiros pagando-se sómente a perda e damno que fizer, e mando a todas minhas justiças, officiaes e pessoas a quem o dicto alvará e apostilla, ou o treslado d'elles em publica fórma fôr mostrado, e o conhecimento d'isso pertencer, que os cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar sob a pena no dicto alvará declarada, e esta apostilla me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, e posto que por ella não seja passada, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. Jorge da Costa a fez em Almeirim a 25 de janeiro de 1565. O cardeal infante. Hei por bem que o dicto gado possa pastar pelos logares coimeiros, pagando-se sómente o damno e perda que fizer como acima se contem, sem embargo de quaesquer defesas e posturas das camaras dos logares onde assim pastar que haja, e sem embargo das dictas defezas e posturas serem por mim confirmadas. E esta apostilla hei por bem que valha, posto que o effeito d'ella haja de durar mais d'um anno, e que não seja passada por minha chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 28 de fevereiro de 1567. O cardeal infante. E sendo assim tresladada a dicta provisão com suas addições e apostillas,

por me ser pedida esta carta testemunhavel lha mandei passar, pela qual vos mando que tanto que vos apresentada fôr, passada pela minha chancellaria, a cumpraes e guardeis como se n'ella contem dando-lhe em juizo e fóra d'elle tanta fé, credito e auctoridade, quanta lhe por direito póde e deve ser dada, e se daria ao original se fosse apresentado, por quanto foi concertada com o proprio e com a carta; o que uns e outros assim comprireis e al non façaes. Dada n'esta minha muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa aos 15 dias do mez de março. El-rei nosso senhor o mandou pelo dr. Antonio Saraiva, do seu desembargo, corregedor de sua côrte e casa da supplicação dos feitos e causas civeis com alçada. Christovam Lopes a fez no officio de Luiz Vaz de Rezende, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1568 annos. Pagou d'esta 50 réis e de assignar 20 réis. Luiz Vaz de Resende a fez escrever. Antonio Saraiva. Concertada por mim Luiz Vaz de Resende, e por mim João de Mattos. Pagou nihil. Luiz Carvalho. Simão Gonçalves Preto.

Continúa.

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

INSTITUIÇÃO DO BISPADO DE MIRANDA E DIGNIDADES DA SÉ D'ELLA

Alvará.

Eu elRey faço saber a vós Corregedor da comarca de Miranda e ao Ouvidor do Duque de Bragança meu muito amado e presado sobrinho, e a quaesquer outros Corregedores Juizes e Justiças a que este for mostrado, e o conhecimento pertencer que eu pedi ao Santo Padre que criasse e alevantasse em See Cathedral a Igreja de Nossa Senhora da Villa de Miranda, e a apartasse da Diocese do Arcebispo de Bragua com toda a Jurisdição Episcopal fruitos e rendas e dereitos que o Arcebispo de Braga tinha, os lugares seguintes a saber, a dita Villa de Miranda e seu termo com as cgrejas da dita Villa e termo, e a Cidade de Bragança e seu

termo com as Igrejas e Mosteiros da dita Cidade e seu termo, e a Villa de Vinhaaes e seu termo com suas Igrejas, e a Villa de Outeiro e seu termo, e a Villa de Monforte de Rio Livre e seu termo com suas Igrejas, e a Villa do Vimioso e seu termo, e a Villa de Chaves e seu termo com as suas Igrejas, e os conceder por Diocese e Bispado ha dita Igreja Cathedral de Nossa Senhora de Miranda pera que o Bispo que pollo tempo for della tenha a dita jurdição episcopal em ella e aja todos os direitos e rendas que os Arcebispos de Braga atee ora ouveram por asy o aver por serviço de Deus e bem da clerezia e povo da dita Villa de Miranda e dos ditos lugares, e a sua santidade aprouve de assy o conceder como por mim lhe foi pedido: e por confiar das virtudes, bondade, saber e experiencia de Dom Thoribio Lopez Adayam da Capella da Raynha minha sobre todas muito amada e presada mulher, pedy a sua santidade que o prouvesse do dito Bispado, e Sua Santidade o proveo delle e lhe mandou passar hum Breve pera poder tomar posse do dito Bispado, e o reger e o governar, e aver os ditos direitos e rendas por vertude do dito Breve atee se expedirem as Bullas da dita provisam. E porque elle envia ora tomar posse do dito Bispado por seu Procurador, que vos mostrará o dito Breve e sua Procuração, vos mando que lhe deis toda ajuda e favor que necessaria for, e com justiça poderdes, pera tomar posse do dito Bispado, jurdição, direitos e rendas d'elle. E este cumprireis e guardareis muito inteiramente posto que nam passe por minha Chancellaria sem embargo da minha ordenação. Antonio Ferraz o fez em Evora a quatorze dias do mez de Julho de mil e quinhentos e quarenta e cinco. Rey. Alvará pera Vossa Magêstade ver.

Minuta de um Alvará.

Eu elrey faço saber a vos Corregedor da Comarca de Miranda e ao Ouvidor do Duque de Bragança, meu muito amado e prezado sobrinho, e a quaesquer outros Corregedores, Ouvidores Juizes e Justiças a que este for mostrado e o conhecimento pertencer, que eu pedi ao Santo Padre que criasse e alevantasse em See Cathedral a Igreja de Nossa Senhora da Villa de Miranda, e apartasse da Diocese do Arcebispado de Braga os lugares seguintes, com toda a Jurisdição Epis-

copal Diocesana, Espiritual e Temporal, Ecclesiastica e Secular, fructos rendas direitos e proventos que o Arcebispo de Braga em elles tinha a saber, a dita Villa de Miranda e seu termo com as Igrejas da dita Villa e termo, e a Cidade de Bragança e seu termo com as Igrejas e Mosteiros da dita Cidade e seu termo, a Villa de Vinhaaes e seu termo com suas Igrejas, a Villa de Outeiro e seu termo com suas Igrejas, a Villa de Monforte de Rio Livre e seu termo com suas Igrejas, a Villa de Vimioso e seu termo com suas Igrejas, e os Concelhos d'Algoso, e Peñarroyas, Chacim, Nuedosa, Nozelos, Sofulte, Val de Asnas, Cortiços, Terra Dona Chamas, Bemposta, Azinhoso, Villa de Mirandela com os termos dos ditos Concelhos e Villas e suas ogrejas e coutos e cameras que nos ditos lugares e seus termos e limites estão e jazem que pertenciam até ora aos Arcebispos e See de Bragua, e concedese as ditas Villas e lugares por Diocese e Bispado á dita Igreja Cathedral de Nossa Senhora de Miranda, e lhe apricasse as ditas jurdições rendas e direitos, coutos e cameras pera que o Bispo que pello tempo fôr da dita Igreja de Miranda tenha as ditas jurdições em eles, e aja todos os direitos e rendas que os Arcebispos de Bragua até ora tiveram, e ouveram, o que pedi a Sua Sanctidade por assi o aver por serviço de Deus pera boo governo da Crezeria e povo da dita Villa de Miranda e Cidade de Bragança e das outras villas e lugares acima nomeados, e a Sua Santidade aprouve de o conceder como por mim lhe foy pedido, e por confiar das virtudes e bondade saber e experiencia de Dom Turibio Lopes Adayam da Capella da Rainha minha sobre todas muito amada e presada molher pedi a Sua Santidade que ho provesse do dito Bispado e Sua Sanctidade o proveo d'elle, e lhe mandou passar hum Breve pera poder tomar posse do dito Bispado e o reger e governar e aver os ditos direitos e rendas por vertude do dito Breve até se expedirem as bulhas da dita Provisão, e porque elle envia ora tomar posse do dito Bispado camaras e coutos e rendas delle por seu Procurador, que vos mostrará o dito Breve e sua procuração, vos mando que lhe deis cada um em sua jurdição toda a ajuda e favor que necessario for e com justiça poderdes pera tomar posse do dito Bispado e jurdições espirituacs e temporaes, coutos e camaras direitos e rendas d'elle, e este compríreis e guardareis muito inteiramente posto que nom passe por minha Chancellaria sem embargo da ordenação que

despoem que os Alvarás que por ella não passarem se não cumpram.

Manda elRey nosso Senhor que se faça o Alvará pera posse do Bispado de Miranda em esta forma. Em vinte e oito de Agosto de mil e quinhentos e quarenta cinco. Monteiro.

Minuta de outro Alvará.

Eu elrey faço saber a quantos este meu Alvará virem e a que o conhecimento delle pertencer, que eu vi o Contracto de permutação atraz escripto, feito antre os Eleitos Arcebispo de Bragua e Bispo de Miranda em elle nomeados em seus nomes e das suas Igrejas, Ey por bem e me praz de dar como de feito por esta parte dou meu consentimento aa permutação e escambo no dito Contracto conteudo, como em elle se contem, e pera que a dita permutação possa ser confirmada pelo Santo Padre ou por quem pera isso seu poder tiver, este quero que valha e tenha força e vigor como se fosse Carta por mim assignada e assellada do meu sello, e passada por minha Chancellaria, sem embargo de minhas ordenações que o contrario dispõem, e posto que este não passe pela dita Chancellaria sem embargo das ditas Ordenações, etc.

(Gaveta 18, maço 1-3, fol. 174 e seguintes).

Dom Joham etc. faço saber a vos dom Thoribio Lopes bispo de Miranda do meu conselho e dayam da capela da Rainha minha sobre todas muyto amada e prezada molher que meu parecer e conselho he que nas dinidades e conesias que ora nouamente criastes com meu conselho e asensu na see de Miranda para graduados em theologia e canones na uniuersidade de Coymbra aveis de prouer com meu conselho, provejaes do adayado que he a dinidade dos graduados em direito canonico a Gil do Prado bacharel em canones, e o mestre escolado que he a dinidade dos graduados em theologia a Francisco Artaxo capelão da Rainha bacharel formado em theologia graduados na dita uniuersidade e das duas conesias com suas prebendas dos graduados em theologia a Damiam Luis e a Gonçallo Lopes bachareis em theologia graduados na

dita uniuersidade e das duas conezias com suas prebendas dos graduados em canones a Lopo Dias e a Joam da Veiga bachareis em direito canonyco graduados na dita uniuersidade ; os quaes nos mostrarão o scrito de seus graos de como são graduados na dita universidade de Coimbra antes que os prouejaes nas ditas dinidades e conesias. Dada em a villa de Santarem a XIII dias do mes de outubro. Pedro Fernandes a fez anno do nascimento de nosso senhor J. C. mil quinhentos quarenta e seis. Rey.

(Chancellaria de D. João III, liv. 33, fl. 169.)

A Dom Toribio Lopez, bispo de Miranda, carta de nobreza e armas.

Dom Joham etc. A quantos esta minha carta e prerogatiua delo virem faço saber que pelas muitas virtudes abelidade e saber que achey em Dom Toribio Lopez adayam da capella da Rainha minha muito amada e prezada molher eleito bispo de Miranda. E por que a tall denidade comrespoenda na nobreza de sange e pera mais gloria sua, esguardando eu os muitos seruiços que ele bispo eleito tem feyto a my e principallmente a Rainha servindoa em Castella, e em estes meus Reynos muito lialmente em particullares e muitos seruiços, eu de meu moto proprio satisfazendo a seu requerimento e por folgar de lhe fazer merce, o faço nobre e de nobre sange nacido e o reduzo e ponho ao comto e estado dos nobres e antigos fidallguos de meus Reynos. E porque a tall nobreza mais com efeyto nelle resplamdeça lhe dou per armas e imsynias de nobreza pera elle e pera todo sempre segundo por portugual meu principall Rei darmas por mandado lhe hordenou e concertou como nesta carta estam pimtadas as quaaes armas sam as seguintes — s — o campo escoartellado ao primeiro dazull e tres estrellas e roquete douro e ao segundo de prata com huma pallmeira de sua cor e seu fruyto douro e asy aos seus contrarios e huma bordadura de purpara com hum letreiro de redor douro que diga: Vnan petit a Domino hanc requiram ut inhabitem in domo Domini. E asy lhe dou per armas hum escudinho azull com huma cruz potentea ¹ de prata amtre tres estrelas douro pera

¹ Cruz potentea, que tem a haste de alto a baixo mais longa que os braços. — *Dicc. de Moraes*, ad verb.

que as posa trazer em seu synete com devisa do Rotallo; as quaaes armas per meu especiall mandado o dito portugall Rei darmas logo registou em seu llibro dos Registos das armas dos fidallguos o qual escudo armas e synaes possa trazer e tragua o dito Dom Toribio em todos os lugares de homras em que hos nobres e antigos fidallguos sempre costumaram as trazer em tempo dos muy esclarecidos Reis meus progenitores e com elles possa exercitar todollos autos llicitos a paz e a guerra e asy as posa trazer em seus firmaens aneis e synetes e deuisas e os poer em suas casas e edeficios e leixallas sobre sua propria sepulltura e finalmente servir e homrar e gouvir e aproveitar dellas em todo e per todo como auto e perrogatiuas de sua nobreza convem com ho que quero e me praz que aja elle e gose todallas homras graças e merces e isemções e framquezas que ham e dewem aver os fidallguos nobres e de antiga linhagem. E porem mando ao dito portugall meu Rei darmas que as tenha em boa e devida guarda e asy aos outros que depois delle forem para em todo tempo serem avidas por aprovadas e verdadeiras e lhas deixem lograr e posuir como cousa sua propia e a outros allguns não. E mando a todos meus Desembargadores e Corregedores Juizes e Justiças officiaes e pesoas a quem esta minha carta for mostrada que em todo lha cumpram e guardem e façam comprir e guardar todo o nella contheudo sem duuida nem embargo allgum que lhe em ello seja posto porque asy he minha merce e per lembrança e firmeza lhe mando dar esta minha carta asynada per my e asellada do meu sello de chumbo. Dada em a minha muy noble e sempre leall cidade devora aos quatro dias do mes de novembro, Pero Ribeiro por Jorge Pedroso scripvam da nobreza a fez. Anno do nacimiento de nosso snr Jhũ Xpõ de mill e v^e R v annos. Rey.

(Chancellaria de D. João III, liv. 35, fl. 111).

Carta de conselho.

Dom Joham, etc. faço saber a quantos esta minha carta virem que esguardando eu os serviços e merecimentos, virtudes e lletras de dom Turibio Lopez eleito bispo de Miramda pelos quaes he rezão que receba de my onra merce e acrescentamento e confiando delle e de sua bomdade e saber

que me sabera bem aconselhar e dar conselho verdadeyro fiel e tal como deu e por folguar de lhe fazer merce tenho por bem e o faço do meu conselho e quero e mando que seja daquy em diamte chamado para meus conselhos e estar nelles e como pessoa do meu conselho gose e use de todas as onras graças merces preuillegios e liberdades e priminencias que tem e de que gosam e usam os do meu conselho. E elle jurará na camcellaria os samtos avamjelhos que me aconselha e daa conselho verdadeiro e fiel quando lho pydir. E por firmeza dello lhe mandey dar esta carta por my asynada e assellada do meu sello pendentemte. Joam de Seyxas o fez em Evora a XVIII dias de nouembro anno do nacimiento de noso sñr Jhũ Xpõ de M^v R^v. Manuel da Costa a fez escrever. Rey.

(Chancellaria de D. João III, liv. 43, fl. 31).

Dom Joham, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que por follgar de fazer merce a dom Thoribio bispo de Miramda do meu conselho ey por bem e me praz que has suas remdas e diuydas do dito bispado se posam daquy em diante executar e arecadar por o seu recebedor das ditas remdas naquella forma modo e maneira em que hos meus allmoxarifes e recebedores per bem do meu Regymto podem arecadar e executam nas minhas remdas e diuydas de seos recybymentos, e quero que ho recebedor do dito bispo tenha niso aquele poder e jurdiçam que hos ditos meus almoxarifes e recebedores por bem do dito Regimento tem na arecadaçam e execuçam das ditas diuydas de minhas remdas. Notifico-o asy a todas minhas justiçaes officiaes e pessoas a que ho conhecimento desto pertemcer e lhe mando que cumpram e façam inteiramente comprir esta carta como se nella comthem, sem duuyda nem embargo algum que a ello seja posto, porque asy he minha merce. Dada em Allmeirim a xxx dias de março. Joam de Seyxas a fez anno do nascimento de noso sñr Jhũ Xpõ de M^v R^{vi} Manoel da Costa a fez escrever. Rey.

(Chancellaria de D. João III, liv. 43, fl. 22, v.).

Aho bispo de Miramda comfirmação da composição que fez com hos moradores do termo de Bragança sobre o uoto que elRei Ramiro fez ao apostolo Santiago.

Eu elRey faço saber a quantos este meu aluará virem que dom Toribio bispo da cidade de Miramda do meu conselho e os moradores do termo da cidade de Bragança me enuiarão dizer que antre elles avia grandes e antigas demandas e duvidas sobre a pagua do voto que elRei Ramiro fez ao bem-aventurado apostollo Santiago. Porque elle dito bispo diz lhe serem obriguados os ditos moradores a pagar e dito voto — s — cada hum quatro e cinco mididas aleguando para iso posse. E os ditos moradores do termo de Bragança dizem que não hão de ser senão duas mididas de centeyo : e outros dizem que não deuem nada e que estão em posse de nunca paguarem tall voto nem a elle são obriguados. E porque esta contenda era muito antiga e duraua per muitos annos per onde era muito dinheiro guastado de parte a parte e além d'isso se seguiam muitos inconuenientes e deseruiço de Deos da tall questam e demanda se vierão ora a concertar e fazer huma composição e transaução antre sy por se tirarem de preitos e demandas e escusarem mais custas dexações e despezas na maneira seguinte — ss — que cada morador da dita terra de Bragança que acostumava pagar o dito voto ora fosse de huma ou de duas mididas ou de quatro e cinco ou mais ou menos mididas seja obriguado per esta composição e transaução a pagar tres alqueyres de centeyo de voto do dito bispo de Miranda e sua Igreja pera sempre em cada hum anno. Pello qual voto elle bispo em seu nome e da dita sua Igreja de Miranda se avia por contente e satisfeito e desistia de todo o direito e aução que contra os ditos moradores da terra de Bragança podia ter e pretender. E porque eu são padroeiro do dito bispado de Miranda era necessario interpor e dar meu consentimento e autoridade para o dito concerto composição e transaução vallerem, pedindo-me que o quizesse daar. E por seu requerimento ser justo porque por ter inteira enformação deste caso tenha por muy certo ser o dito concerto em proveito e utilidade da dita Igreja e a soseguo das ditas partes hey por bem e me praz do dito concerto composição e transaução e dou minha autoridade e consentimento pera que se faça e seja firme e valioso pera sempre. E por firmeza dello lhe mandei daar este aluara por my asinado, o quall sera encorporado na escriptura ou escripturas que se do dito concerto e transaução

ouverem de fazer para se por elle em todo tempo ver e saber como se fez com minha autoridade e de meu consentimento como dito he. E este hei por bem que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome per my asinada e passada per minha Chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo liuro titulo xx que diz que as cousas cujo efeito ouver de durar mais de hum anno passem per cartas e passando por aluarás não valhão. Johão de Seixas o fez em Lisboa a xv de maio de mill RIX. Manoel da Costa o fez escrener. Rey.

(Chancellaria de D. João III, liv. 55, fl. 144).

F. M. ESTEVES PEREIRA.

ASSOCIAÇÕES DE PATRONATO PARA MENORES

(Continuado do n.º 1)

**Estatistica das Officinas de S. José no Porto, Braga e Lisboa.
Sua educação profissional, litteraria e moral**

OFFICINA DE S. JOSÉ DO PORTO — Começou em 1883 com 8 alumnos, e em 87 tinha 40 distribuidos por 5 officios. A officina de sapateiro tinha 17 aprendizes e apresentava já n'esse anno, que era o 4.º depois de installada, um saldo a favor de 375\$915 réis; a officina de alfaiate installada tambem 4 annos antes, tinha 13 e um saldo a favor de 56\$453 réis; a officina de carpinteiro, com 5, um deficit de 133\$040 réis; a officina de encadernador, aberta em 8 de janeiro de 1886, com 3, um deficit de 176\$935 réis; a officina de serralheiro, aberta em 24 de maio de 1887, com 2, um deficit de 254\$960 réis.

As 2 officinas de sapateiro e alfaiate apresentam ambas um saldo a favor de 432\$368 reis, e as outras 3 carpinteiro, encadernador e serralheiro um deficit de 614\$935 réis.

Portanto o deficit das 5 officinas no anno de 1887 foi de 182\$567 réis.

Deve notar-se que as 2 primeiras officinas apresentariam uma receita muitissimo maior senão tivessem o pesado encargo de calçar e vestir todos os 40 aprendizes. A officina de encadernador não apresenta um *deficit* real porque tem machinas e aparelhos que cobrem o mesmo *deficit*; a de serralheiro possui um torno mechanico que custou 210\$000 réis.

Mas ha ainda uma circumstancia que impede o lucro das officinas: logo que os aprendizes sabem do officio e por tanto podem dar proveito á casa, são collocados fora a ganhar o pão. Não obstante tudo isto, o rev. P.^o Sebastião nutre a esperança de que não estarão longe os dias em que as officinas se mantenham pelo seu proprio trabalho.¹

Em 1891, anno a que attinge o ultimo relatorio publicado, o numero de aprendizes tinha-se elevado a 65, distribuidos por 4 officinas.

Officina de sapateiro, cerca de 20 aprendizes, receita 1.241\$565 réis, despeza 1.007\$565 réis, lucro 234\$000 réis.

Officina de alfayate, cerca de 20 aprendizes, receita 2.777\$623 réis, despeza 2.725\$415 réis, lucro 92\$200 réis.

Officina de encadernador, 5 aprendizes, receita 660\$780 réis, despeza 437\$660 réis, lucro 223\$120 réis.

Officina de marceneiro, installada em novembro de 1890, 6 aprendizes, receita 186\$820 réis, despeza 573\$765 réis, deficit 386\$945 réis.

As 3 primeiras officinas apresentam um lucro de 549\$320 réis e a ultima um deficit de 386\$945.

Portanto as 4 officinas deram um lucro de 162\$375 réis.

«Nove annos, diz o rev. P.^o Sebastião no seu notavel relatorio, são passados sobre esta instituição, e comquanto não possa ainda mostrar grandes fructos dos sacrificios empregados, todavia algum resultado favoravel se apresenta, e é de esperar que no futuro se alongue consideravelmente.

«Desde a abertura da Officina, em 4 de outubro de 1883, abrindo apenas com 8 jovens, até á presente data, tem sido recolhidos e recebido educação, vestuario e alimento 155 jovens; existem actualmente internados 65. Falleceram n'este periodo 5, sendo 3 emquanto viviam na officina e 2 passados 2 annos que já estavam fóra, no seu officio de alfaiate. Para

¹ Vid. balancete appenso aos *Estatutos da officina de S. José*, escola de artes e officios pelo presbytero Sebastião Leite de Vasconcellos, pag. 31 e 32.

estes 5 jovens aqui consigno uma indelevel saudade pela maneira como se conduziram em vida, morrendo nos mesmos sentimentos religiosos em que aqui foram educados.

«Sahiram 90: uns antes da idade marcada pelo regulamento, porque se julgavam a si proprios habilitados para ganharem o pão fóra da officina, e outros por que haviam completado a idade regulamentar, e porisso a officina teve de lhes dar um pequeno enxoval e collocal-os em termos de comecarem a ganhar honradamente o pão de cada dia.

«Eis o destino que tiveram e o que occupam ao presente, segundo o conhecimento que tenho:

Estão no exercito 5.

Um d'estes occupa o logar de musico em infantaria n.º 18.

Para a armada 3.

Para a alfandega, como praticante, 1.

Para estudos superiores na carreira ecclesiastica 3.

Para o Brazil 4.

Para a Africa 7.

Para mestre de alfaiate dos orphãos de Coimbra 1.

Para escripturarios no Caminho de ferro, por não terem saude para continuarem com o officio de carpinteiro, 2.

D'estes, 5 já estão casados.

Os restantes 64 estão como officiaes em diversas lojas no Porto e Lisboa, exercendo o officio que aqui aprenderam e que é o seu ganha-pão, juntamente com a prenda da musica.»

Na parte litteraria ensina-se sómente o quanto basta para um artista, porque «educar uma creança pobre n'um officio, mas por outro lado ensinar-lhe o *francez* ou o *inglez*, não é operar no sentido da sua regeneração» como diz no seu relatorio o rev. P.º Sebastião.

Tem 5 aulas:

Elementar — de que já fizeram exame 30 alumnos.

Complementar — de que já fizeram exame 19.

Desenho — frequentado por 20.

Canto.

Musica — Foi instituida esta aula como um meio de regeneração e ao mesmo tempo de educação e entretenimento honesto e util. A banda organisada tem estado por muitas vezes a uma grande altura, mas nunca poderá attingir a perfeição que deseja, porque ella, por via de regra, é formada pelos mais velhos e estes vão emigrando conforme completam a idade, e porisso será sempre como de principiantes.

A receita e a despesa n'este anno economico de 91 orçou por 15 contos de réis. Na receita é importantissima a verba de legados e esmolas que se aproximou de 8 contos de réis e a do producto das 4 officinas que é de quasi 5 contos de réis. A despesa em alimentação é de 2.400\$000 réis por anno, 200\$000 réis por mez e 6\$500 por dia, o que dá para cada educando a despesa media de 100 réis por dia, 3\$000 réis por mez, ou 36\$000 por anno.

Mas se distribuirmos pelos 65 educandos toda a despesa obrigatoria da casa (gaz, lenha, carvão, roupa lavada, mobilia, reparos no edificio, alimentação, instrumentos de musica, ordenados de professores e creados) que é de 4.518\$405 réis teremos 69\$513 réis por anno ou 190 réis por dia para cada um. E se ainda distribuirmos por elles a despesa das férias dos mestres, que são 685\$705 réis, teremos mais 10\$560 réis por anno ou 28 réis por dia. Cada alumno custa pois 190+28 ou 218 réis por dia. ¹

OFFICINA DE S. JOSÉ DE BRAGA — Segundo as informações que pude colher de 3 vezes que a fui visitar (não tenho noticia de nenhum relatorio publicado) começou em 1889 com 9 vadios da rua e actualmente (janeiro de 94) eleva-se a 40 o numero dos educandos distribuidos por 2 officinas, de sapateiro e alfaiate, onde se executam obras de notavel perfeição, bastando dizer que alli se trabalha para os collegios da cidade e de fóra, principalmente para o Seminario dos Apostolos, para o Seminario de Santo Antonio e S. Luiz Gonzaga, e para o Seminario de N. S. da Oliveira de Guimarães, e que ha quasi 2 annos o governador civil lhe confiou a manufactura dos uniformes para os guardas da policia civil.

Tem aula de primeiras lettras, desenho, canto e musica.

Esta tem dado eximios resultados, pois tem uma musica muito bem organizada, d'onde já sahiram uns 7 para a banda do regimento.

Este instituto de caridade merece uma grande sympathia aos habitantes da cidade, pois os jornaes d'alli mui frequen-

¹ Vid. *Monumento da caridade christã ou a Officina de S. José do Porto*, pelo Presbytero Sebastião Leite de Vasconcellos. Porto, 1892, pag. 21 a 30.

temente publicam listas de donativos e esmolas para os pobres internados.

Ha 2 factos que abonam exuberantemente a mesma sympathia por aquelle benemerito estabelecimento. Quando um dia se resolveu fazer uniformes para os educandos uns poucos de mercadores apressaram-se a concorrer com a sua parte: uns davam peças de panno, outros peças de ferro, outros alguns metros de fita etc. Repetiu-se quasi o mesmo factio quando se organisou a banda de musica. O director mandou os futuros musicos pela cidade a pedir esmola para os instrumentos ás pessoas do seu conhecimento, e tão abençoado foi o peditorio que dentro em poucos dias appareciam os instrumentos sem despeza para a casa.

Os aprendizes são provenientes uns da cadeia, outros da vadiagem da rua, outros orphãos, e ainda outros abandonados ou filhos de familias pobrissimas.

Alguns teem sido expulsos por incorrigiveis, mas maior tem sido o numero d'aquelles que as familias tem reclamado quando chegam a meia educação para se aproveitarem de alguns poucos vintens que os menores possam já ganhar.

OFFICINA DE S. JOSÉ DE LISBOA — Começou em outubro de 1890, com duas officinas, marceneiro e sapateiro, e 3 aprendizes: em janeiro de 1892 tinha 12 aprendizes, em janeiro de 1893 tinha 18 e em janeiro de 1894 tinha 43 distribuidos por 3 officinas, sendo 22 em sapateiro, 8 em marceneiro e 13 em alfayate (officina installada em maio de 1893).

Segundo os estatutos da casa são 2 as condições para a admissão: ter 11 annos completos, e ser orphão, pobre ou abandonado.

Regulamento interno: ás 5 horas levantar, ás 5 $\frac{1}{2}$ orações na capella e missa, ás 6 estudo no salão, ás 7 entrada para as officinas, 8 ás 8 $\frac{1}{2}$ almoço, ás 12 jantar e recreio, á 1 entrada para as officinas, 4 $\frac{1}{2}$ ás 4 $\frac{3}{4}$ merenda, ás 6 $\frac{1}{2}$ sahida das officinas e recreio, ás 7 estudo no salão, ás 8 orações da noite e ceia e ás 9 recolher.

Desde a abertura até ao encerramento das officinas (das 7 da manhã ás 6 $\frac{1}{2}$ da tarde) medeam 11 $\frac{1}{2}$ horas, mas deduzindo o tempo de comida e recreio ficam 10 horas de trabalho para os mestres, e deduzindo ainda para os aprendizes o

tempo das aulas, veremos que elles não permanecem na respectiva officina mais horas do que as marcadas na lei relativa ao trabalho dos menores fundada na pedagogia moderna.

Nos 2 primeiros annos foi a casa forçada a admittir officiaes externos para satisfazer as encommendas que appareciam ; depois dispensamol-os, porque apezar de escolhidos com toda a circumspecção, não reuniam as condições necessarias para viverem em casas de educação, e a experiencia nos convenceu de que elles só apparentemente se submettiam á disciplina.

O adiantamento adquirido n'estes 3 annos por alguns aprendizes nas duas officinas, sapateiro e marceneiro (a de alfaiate tem só 8 mezes), devido ao cuidado e diligencias dos mestres, é digno de todo o louvor sobretudo na officina de sapateiro, onde ha um com dois annos incompletos de officio, que o mestre acaba de declarar habilitado para ganhar a vida em qualquer parte, e que executa com notavel perfeição todo o calçado fino tanto de homem como de senhora, sabendo tambem ajuntar e casear. Ha ainda mais 3 n'esta officina que trabalham regularmente. Para se fazer idea do zelo e afan com que se applicam ao officio, basta saber que, não sendo mais de 5 ou 6 os que propriamente trabalham, ha semanas de fazerem perto de 40\$000 réis de calçado e mezes de 130 a 140\$000 réis.

Movimento economico do asylo desde julho de 1890 a dezembro de 1891: receita 6:353\$805 réis, sendo importantes as verbas seguintes: esmolas e donativos extraordinarios réis 1:496\$560, mensalidades das socias e bemfeitores 1:268\$530 réis, concerto em Cascaes 208\$000 réis, um legado 359\$085 réis, rendimento da officina de sapateiro 1:564\$805 réis, idem da officina de marceneiro 570\$845 réis.

Despeza 6:353\$805 réis, sendo notaveis as verbas: professores e empregados 1:152\$890 réis, renda de casas réis 577\$500, fardamento e roupas 220\$850 réis, camas, louças e concertos 87\$190 réis, encanamento de agua, gaz e obras no asylo 201\$900 réis, comedorias 767\$675 réis, officina de sapateiro (ferias, ferramenta, sola, cabedal e aviamentos), 1:899\$160 réis, officina de marceneiro (ferias, ferramenta, madeira e aviamentos) 933\$280 réis.

Movimento economico de 1892: Receita 4:730\$715. São importantes as verbas: esmolas e donativos extraordinarios 1:082\$145 réis, mensalidades das socias e bemfeitores réis

842\$470, bazares 506\$420, peditorio no Club de Cascaes em uma noite de recita 250\$500 réis, um legado 250\$000 réis, rendimento da officina de sapateiro 931\$710 réis, idem da officina de marceneiro 627\$920 réis.

Despeza 4:723\$390 réis, sendo importantes as verbas: professores e empregados 808\$610 réis, renda de casa réis 425\$000 réis, fardamentos e roupa 110\$060 réis, comedoria 792\$900 réis, officina de sapateiro (ferias, ferramenta, sola, cabedal e aviamentos) 918\$955 réis, officina de marceneiro (ferias, ferramenta, madeira e aviamentos) 881\$745 réis.

Para apreciar o movimento economico de 1893, ainda não está publicado o respectivo relatorio, mas podemos desde já apresentar algumas notas aproximadas.

Receita e despeza cerca de 10:000\$000 réis. Verbas importantes na receita são: uma tourada no Campo Pequeno 2:411\$000 réis, rendimento das 3 officinas, cerca de réis 2:000\$000, onde vão incluidos perto de 500\$000 réis de moveis, calçado e roupa feita para a casa.

Verbas importantes na despeza: renda de casa 700\$000 réis e comedoria cerca de 1:500\$000 réis.

Pelos numeros acima descriptos vê-se que no 1.º anno (propriamente 15 mezes, pois o relatorio d'este anno abrange d'esde outubro de 1890 a dezembro de 1891) a officina de sapateiro apresenta um deficit de 334\$000 réis, e a de marceneiro um deficit de 362\$000 réis; e que no segundo a de sapateiro já apresenta um lucro de 12\$755 réis e a de marceneiro ainda um deficit de 253\$000 réis. Deve porém accrescentar-se (nota ommittida no relatorio) que n'este anno o lucro da officina de sapateiro é de noventa e tantos mil réis, se incluímos n'elle 40\$000 réis de calçado para a casa e outros 40\$000 réis de obra feita mas não vendida ainda. A' falta de relatorio para 1893 poderemos calcular aproximadamente para a officina de sapateiro um lucro de 300\$000 réis e para a de marceneiro um deficit de 100\$000 réis. A tão vagarosa diminuição do deficit na officina de marceneiro deve attribuir-se não á falta de trabalho, mas á maior difficuldade na aprendizagem d'este officio, que obriga o mestre a gastar muito tempo junto dos aprendizes, sobretudo nos primeiros annos.

Para bem calcular a despeza media diaria de cada alumno no artigo da alimentação, como o numero d'elles, e em qual-

quer dos 3 annos que já contam as *Officinas*, tem variado muitissimo desde o principio até ao fim, parece-me melhor tomar para base os 6 ultimos mezes (agosto de 1893 a janeiro de 1894) em que o numero apenas oscillou entre 39 e 43.

A casa dispendeu para a alimentação de 48 pessoas (40 alumnos, 1 subdirector e 7 empregados menores) em agosto 166\$360 réis, em setembrs 147\$215 réis, em outubro réis 146\$350, em novembro 149\$065, em dezembro 164\$645 réis, em janeiro 162\$955 réis, despeza total dos 6 mezes 936\$590 réis, que distribuidos por 182,5 dias dão a despeza diaria de 5\$132 ou 107 réis para cada pessoa. Segundo esta base cada alumno custa á casa 107 réis por dia, 3\$200 réis por mez e 38\$000 réis por anno.

Para a educação litteraria e artistica dos alumnos ha no asylo as aulas:

Elementar

Complementar

Desenho

Canto

Musica

Pelo que respeita á parte administrativa e disciplinar apresentarei a seguinte nota: desde a sua inauguração tem sido educados nas *Officinas de S. José* de Lisboa 60 rapazes, dos quaes foram expulsos por costumes pessimos 3, entregues aos tutores por incapacidade mental 2, fugiram 6, morreu 1, foram reclamados pela familia 5, existem actualmente 42.

D'estes alguns são oriundos da *Patronagem* — officinas installadas nos baixos do Paço de S. Vicente e protegidas pelo em.^{mo} sr. Cardeal Patriarcha e pela *Conferencia de S. Vicente de Paulo* —, outros da Casa de Correção, outros da Santa Casa da Misericordia e ainda outros filhos de familias porrissimas, orphãos ou abandonados.

Relativamente ao destino social dos educandos, é plano do Director collocal-os, logo que cheguem aos 21 annos (antes d'essa epoca, como a experiencia tem mostrado, a educação é incompleta), em casas de toda a confiança, onde possam honradamente e sem quebra da educação moral aqui recebida ganhar meios de subsistencia, ou ainda fornecer-lhes trabalho em casa medeante uma retribuição correspondente ao que ganhariam fóra.

Esta segunda hypothese não será difficil de resolver se attendermos á concorrência enorme que desde ha um anno

a esta parte tem tido as 2 officinas, de sapateiro e marceneiro. Se as *Officinas de S. José* tomarem um tão largo desenvolvimento que possam abrigar e proteger algumas centenas de rapazes, se ellas se tornarem um foco de actividade importante, como já se faz esperar, é evidente que então será necessario aproveitar todos os aprendizes que os respectivos mestres forem dando por habilitados. Isto será tanto mais grato para os superiores d'esta pia obra, quanto é certo por um lado que os patrões e casas de confiança escasseiam bastante em Lisboa, e que os aprendizes por outro, depois de terem convivido com elles durante 6 ou 7 annos, depois de terem ganhado o habito da virtude e do trabalho, depois de fazerem timbre da sua honra e do seu bom nome, hão-de dar-se melhor n'este ambiente, em que sempre foram tratados como filhos, do que em qualquer outra parte.

* * *

Mui de proposito deixei para final d'este meu humilde trabalho o fallar da *educação moral*, capitulo desconhecido na maior parte dos relatorios officiaes e que é innegavelmente a parte principallissima dos institutos d'esta ordem.

Ministrar a uma creança noções de todas as coisas, inicial-a no estudo das bellas letras, ensinar-lhe os principios elementares das sciencias e das artes, emfim dar-lhe a *instrucção* mais completa possivel, é estimavel sem duvida; mas se lhe não formaes o coração, eliminando d'alli as hervas ruins que já começam de germinar, se lhe não incutis o horror ao vicio e o amor á virtude, se lhe não chamaes a attenção para a tranquillidade da consciencia depois da pratica do bem e para o remorso depois da pratica do mal, se lhé não despertaes a idéa de Deus premiando os bons e castigando os delinquentes, se lhe não ensinaes a obedecer aos superiores, a amar a familia, a respeitar os semelhantes, a cumprir a palavra, a ser grato aos beneficios, se não a *educaes* emfim, a vossa obra ficará pouco menos de perdida.

Fallando por experiencia propria, direi que o ponto capital para quem está á testa d'uma casa de educação é conquistar o coração dos educandos, insinuar-se de tal maneira no seu espirito, que elles comprehendam que tem deante de si um pae ou um amigo para os dirigir e não um juiz sem-

pre prompto para castigar. Conseguido isto facil lhe será encaminhar as creanças para onde lhe aprouver. Não é em geral com meios violentos que ellas se devem levar. Quando alguma vez for necessario applicar-lhes algum grave castigo deve fazer-se com tal modo que o culpado se convença de que o mereceu, e que foi elle que o impoz a si mesmo, e não é o resultado d'um simples capricho do superior.

Os meios que para mim tem produzido melhor resultado na regeneração dos rapazes são a privação do recreio, o encerro em quarto escuro, e sobre tudo a exhortação e os conselhos em particular. Com prazer ouvi da bocca do meu amigo P. Gonçalves Pereira, sub-director da *Officina* de Braga, que este era tambem o meio que lhe havia sortido melhor effeito.

Ha porém caracteres tão refractarios e tão adeantados na perversão (não direi incorrigiveis porque ainda não está provado que elles existam) que todos os meios tentados, todas as exhortações, todos os conselhos, todos os castigos mesmo graves ficam inuteis. Se elles ganham amor ao trabalho ainda ha a esperanza de que com o tempo tomem brio e pundonor e assim se venham a emendar. Luctei inutilmente cerca de 2 annos com alguns oriundos da *Casa de Correção* ou tirados da vadiagem da rua. Eu bem sei que o habito da virtude não se póde ganhar em poucos dias; ás vezes o vicio está-lhe tão arreigado no coração, que é difficillimo extirpal-o ainda que haja a melhor boa vontade da sua parte. O sub-director da *Officina* de Braga, ha pouco citado, fallou-me do caso de um educando que, sendo intimado para deixar um mau habito, veio passados dias chorando ter com elle e pedir-lhe que o mandasse embora, porque não lhe fora possivel, por mais esforços que fizesse, emendar-se.

Os resultados negativos de 3 ou 4 no meio de algumas dezenas não são para desanimar: sirvam os bons que se aproveitaram de lenitivo ás ralações innumeradas, ás inquietações e desgostos de toda a ordem e em todo o sentido que aquelles poucos nos causaram a mim e ao Director durante muitos mezes.—Ao sementeiro do Evangelho só incumbe lançar a semente á terra: a Deus pertence o fazel-a germinar.

O Sub-director da Officina de S. José, de Lisboa

P. ANTONIO GOMES PEREIRA.

OS PACHIDERMES DO ESTADO D'EL-REI D. MANOEL

Como anda sabido, só no reinado d'este monarcha, de so-beja rasão cognominado o *Venturoso*, começou a Europa a ver os grandes pachidermes da Asia; — o elephante e o rhinoceronte — que apenas conhecia pelas descripções dos antigos escriptores.

N'esses que hoje nos parecem já fabulosos tempos, e ainda bem depois; a presença d'estes formidaveis exemplares do reino animal em Lishoa era tão frequente, como, depois, em nossos dias já, a dos macacos que os napolitanos passeiavam ao collo ahi por essas ruas da Baixa, fazendo-os, de quando em quando, dançar sobre a movel e arredondada banquinha, tocar sanfona, disparar a pistola ou menear o pandeiro, perante a chusma embasbacada, enquanto não vinha o momento de os lançarem ás varandas, a visitar as meninas que fugiam espavoridas, fechando pressurosas as valedoras, vidraças:

D. Manoel chegou a ter cinco elephantes reunidos, e quando sahia em estado, o seu grande luxo, a sua grande e realenga vaidade era leval-os deante de si enfileirados da Ribeira até á Sé, soberbamente amantilhados, e não menos ltuosamente vestidos os respectivos *kornakas*, que em palanquim dourado, assente no dorso dos bichos, os governavam, fazendo-os executar mil zumbaias e *salás*, enquanto iam por entre as alas cerradas dos quinhentistas lisboetas affirmando as grandezas e opulencias asiaticas de seu real se-nhor.

O estado d'el-rei D. Manoel, n'esses dias de gala, era assim, de ordinario, o que é hoje o estado dos nossos reis, quando, por excepção, deante do coche auriluzente em que elles uma que outra vez atravessam a cidade em dias de alta excepção, vão rodando, pesados e monumentaes os poucos coches de gala que a magestade d'el-rei D. João VI entendeu que podia dispensar lá no Rio de Janeiro, ao enfiar, fugindo aos maltrapidos de Junot, a barra de Lisboa.¹

¹ O Principe Regente levou para o Brasil em 1807 quarenta e tantos coches, sendo ainda depois de 1834 para lá mandados mais alguns, a

Mas, assim como os coches da Casa Real teem contra elles quantos entendem que essas antiquadas machinas já estão fóra da moda, os elephants, ao que asseguravam já desde mui remotas eras Plinio; Strabão e outros conspícuos escriptores, tinham, e terão ainda, se a natureza se não cançou de ser a mesma, por terríveis e irreconciliáveis inimigos os rhinocerontes, não menos feios bichos do que os seus antagonistas, e mais desengraçados do que elles, grandes massas brutas, ainda que menos alterosas do que os elephants, e, em todo o caso, muito mais antipathicos do que elles em configuração e em character.

Lêde Fr. Gaspar de S. Bernardino, bem mais no caso de vos dar a biographia elephantina do que o sr. Luiz Figuiér, provavel narrador d'outiva; lêde P.^o Manoel Barradas, que á custa de alguns contratempos, teve meio de estudar os elephants de Ceylão, mais geitosos e delicados na figura, e não menos amováveis e fagueiros do que os seus irmãos industanicos ou africanos.¹

Ahi admirareis de quanta intelligencia, gosto e delicado tacto esses animaes são dotados, e como elles corrigem com

titulo de partilhas, por motivo do fallecimento do imperador D. Pedro IV.

Venderam-se, porém, outros, por deteriorados, no reinado da rainha a sr.^a D. Maria II, e estando diversos em total ruina, nas cocheiras do Calvario, ainda em 1868, segundo conta Vilhena Barbosa, de quem resumimos esta noticia, existiam trinta e nove nas cocheiras então recém-reedificadas da calçada da Ajuda.

Foi no reinado d'aquelle soberano, e por occasião do baptisado da sr.^a infanta D. Antonia, que se começou a cuidar em restaurar alguns d'estes coches, cuja collecção, apesar de redusida, ainda hoje constitue uma das nossas mais apparatusas curiosidades artisticas.

E', porém, preciso advertir que entre os antigos coches, hoje em serviço na Casa Real, ha algumas pesadas e bem pouco elegantes machinas, chamadas estufas, introducção dos Philippes, e que, em verdade, só como assumptos archeologicos se recommendam. São as que a Vêdoria manda aos sahimentos dos personagens publicos no goso d'essa distincção, e que, segundo terá sido notado, devem justificar plenamente o nome que lhe foi dado: — caixas enormes de couro engraxado, sem postigos lateraes; estufas verdadeiras, absolutamente impróprias para o nosso clima; verdadeiros fornos ambulantes.

Vemos que em Chicago, na Feira do Mundo, passeiaram algum ou alguns dos antigos coches da nossa velha reallea. E' provavel que da America do Sul tenham passado para a America do Norte... rebaixados até á cathgoria de curiosidade burlesca... Tombos da vida!...

¹ *Itinerario da India por terra, cap. 15, Discrição da cidade de Colombo, in Hist. Trag. Marit., Tom. I.*

seus peregrinos gostos e mimosas predilecções a aspera rudeza de seu tosco e brutal aspecto, desmentindo o que se espera em ferocidade d'aquelle seu formidando vulto d'elles, com as mais graciosas obsequiosidades a quem bem os trata e acarinha. Lêde as narrativas de Damião de Goes, e enternecer-vos-heis, ao pensar no valioso e sempre bem humorado prestimo dos elephantes empregados da Ribeira das naes de Goa, e como algum d'elles soube vingar com a morte a coima de poltrão com que o offendeu o chefe que os governava.¹

Havendo-vos inteirado das bellas qualidades de caracter e de coração, até, que ennobrecem o elephante, não vos custará decerto comprehender quão indigno seja de compararse-lhe esse corcovado e repellente animal que os antigos chamavam Ganda, que não sabe mais do que pisar aos pés o tratador que lhe dá a ração, vingativo, brutal, estúpido, só nascido para terror dos outros animaes;— o terrível rhinoceronte.

Tudo isto contaram tambem os antigos escriptores; contaram mais:— contaram que tanto que o rhinoceronte vê um elephante, se este se lhe não póde esquivar, ha lucta, da qual nem sempre o elephante sahe victorioso.

* * *

Nos estabulos d'el-rei D. Manoel tambem não faltava o rhinoceronte, e el-rei, que tinha suas lettras, e lia Plinio e Strabão tambem, quiz averiguar um dia até que ponto eram verdadeiros estes auctores em suas affirmativas, quanto á natural anthipathia que desune os dois pachidermes.

A pousada dos elephantes era nas dependencias do palacio dos Estaos, ao Rocio. D. Manoel designou um d'elles, o menos corpulento, mais adaptado ao menor tamanho, tambem, do rhinoceronte, para luctar com elle.

No paço da Ribeira e entre este e a casa da India havia um grande pateo, fechado por altos muros ameiados, proprio para o espectáculo que Sua Alteza se promettera. O elephante foi conduzido até ao portão d'esse pateo, que corria ao longo das casas da Ribeira.

¹ CHRONICA D'EL-REI D. MANOEL, *Parte Quarta, Cap. 18.*

Por outro lado se fizera entrar primeiro o rhinoceronte. Ao meio do pateo corria um passadiço que communicava os aposentos d'el-rei com os da rainha. Ornavam-no varios pannos de armar que pendiam até ao solo. D. Manoel deu ordem para que escondessem ahi o rhinoceronte até entrar no pateo o elephante.

Logo que este entrou, fechou-se-lhe o portão nas costas, e levantaram-se os pannos de armar, para que o rhinoceronte o visse. Foi o bastante. O torvo pachiderme, que trazia sempre uma cadeia anilhada a um pé, e cuja extremidade andava sempre na mão do indio que o tratava, e lhe curava a chaga da algema, fez um geito para o tratador como quem lhe pedia que o largasse. Foi-lhe o indio alargando a cadeia, e o bruto começou de caminhar para o elephante, que ainda não dera por elle, por estar com a anca voltada para o lado de onde o seu antagonista se mexia.

Emquanto caminhava lento, mas seguro, o rhinoceronte levava o focinho no chão, assoprando tão violentamente, que a terra e o lixo do pateo lhe redemoinhavam diante das ventas.

Sentiu-o, porfim, o elephante, e voltando-se rapido, entrou de mover a tromba com furioso ademan, dando ao mesmo tempo berros atroadores. E o rhinoceronte ia avançando sempre, a cabeça cada vez mais baixa, e por conseguinte o chifre que se lhe ergue recurvo no alongado focinho cada vez mais aproado e certo á barriga do seu inimigo.

De repente, o elephante, que, por muito novo, apenas tinha tres palmos de dentes fóra da boca, gira rapido sobre si mesmo, e endireitando para uma janella que se rasgava junto da porta do pateo, defendida por varões de ferro que não tinham menos de oito boas polegadas de grossura em quadrado», segundo Goes affirma, investe com ella com tal força, que torce dois d'esses varões, e escapa-se para a rua de um salto atravez o só espaço que elles lhe deixaram.

Foi tão rapida a corrida do elephante, e o salto que deu, passando atravez os varões torcidos, que o indio que o governava não teve mais tempo que deixar-se escorregar do cachaço do bicho ao chão, livrando-se com formidavel cambalhota em meio do pateo de morrer arrebitado entre a janella e o dorso do fugitivo animal.

Este, correndo em vertiginosa carreira atravez a cidade, em direcção ao palacio dos Estaos, sua pousada, causava uma verdadeira revolução. Peões e cavalleiros que encontrava,

tudo era levado diante de si, pisando e atropellando os desprecados ou pondo em fuga os mais advertidos.

A desordem e o barulho que tudo isto causava, os brados que uns aos outros se davam, para que se guardassem, alvorotavam a cidade e como que a apparentavam victima de violenta sedição.

Quanto ao rhinoceronte, esse quedara-se no pateo, dando como que a entender aos circumstantes, com os geitos e me-neios que fazia, que tinha a victoria por certa, se o elephante quizesse esperar.

El-rei D. Manoel, vendo frustrada a tenção, e acabado o spectaculo justamente quando elle ia começar, consolou-se, provavelmente, a commentar a subita resolução do elephante e o modo devéras surprehendente como elle a posera em practica.

Fez-se exame á janella e aos torcidos varões que haviam dado escapula ao bicho, e chegou-se á conclusão que a abertura que o elephante atravez elles se proporcionara, a custodaria para que por ella passasse um homem de commum estatura, vestido em pelote!

Fôra o medo que obrara o prodigio !

* * *

Sempre nós cuidamos — porque não confessal-o? — que o bom Damião de Goes cedera, na parte e capitulo da sua chronica, em que este caso é narrado, ao devaneio de fazer seu romance, á custa dos pachidermes do seu real biographado.

Que o rhinoceronte, sendo o inimigo natural do elephante, estivesse disposto á lucta, comprehendiamos; que o elephante preferisse fugir a bater-se com o seu mortal inimigo não nos repugnava crel-o, mas que a sua retirada da arena a operasse elle por modo tão maravilhoso quão inacreditavel, eis o que nos custava a deixar passar.

N'este sentimento decorreram annos. Um dia, porém, abrindo a copiosa monographia do prof. De Gubernatis, sobre os *Viajantes Italianos nas Indias Orientaes*, encontrámos na parte consagrada, n'essa monographia, aos documentos inéditos, e sob o n.º VI, a seguinte corroborativa, authenticada pelo nome do confirmante, e auctorisada pela precisão das datas que Damião de Goes despresara :

Carta escripta por Valentim de Moravia aos mercadores
de Nuremberg

(Tradução)

«No dia 20 d'este mez de maio de 1515, chegou aqui a Lisboa, cidade nobilissima de toda a Lusitania, emporio ao presente excellentissimo, um animal chamado pelos gregos Rhynoceros e pelos Indios Ganda¹, presente do rei poderosissimo da India da cidade de Cambaia a este serenissimo Manoel, rei de Portugal, o qual animal no tempo de Pompeo Magno foi mostrado, com outros animaes aos romanos, em seus jogos, como diz Plinio. Este Rhynoceros, diz elle, tem um chifre sobre o nariz, é inimigo do elephante, e havendo de combater com elle, aguça o chifre em uma pedra, procurando no combate ferir o seu adversario na barriga, por ser no elephante a parte mais vulneravel. Diz o mesmo auctor que o Rhynoceros é tamanho como o elephante, mas tem as pernas mais curtas e a côr semelhante á do buxo »

(Segue se uma informação em latim copiada de Strabão, e que De Gubernatis ommittiu).

«E isto diz o dito Strabão, no que mostra concordar com o que aqui vimos, e principalmente no que toca á inimizade que se dá entre os dois animaes, porque em dia da Santissima Trindade² sendo o elephante introduzido em certo paeo junto ao palacio do rei, e sendo conduzido ao mesmo lugar o supradito Rhynoceros,— vi eu — que tão prompto o elephante deu por elle, começou a correr furioso para cá e para lá, e approximando-se d'uma janella gradeada com varões de ferro da grossura de um braço, accommettendo-a com os dentes e com a tromba, lhe quebrou os varões, fugindo... »

«.....»
«.....»

Está pois confirmada a narrativa de Goes, e perfeitamente assente que o caso por elle narrado se passou tal qual elle o contou no dia 3 de junho de 1515.

¹ Exactamente a gan'd'a do sãoscrito. (Nota de De Gubernatis)

² A Paschoa de 1515, segundo o kalendario Juliano, cahiu a 8 de abril, e é por este kalendario que se ha de fazer o calculo, pois que o gregoriano só foi admittido em Portugal por lei de 20 de setembro de 1582. Assim, o domingo da Santissima Trindade terá sido a 3 de junho.

* * *

Pobre rhinoceronte ! D'elle se póde dizer que foi bem creado e mal fadado !

D. Manoel, resolvendo mandar a sua historica embaixada a Leão X, determinou que fizesse este rhinoceronte parte dos presentes que destinava ao Summo Pontifice, conforme ainda o nosso chronista, do qual, já agora, protestâmos não mais duvidar.

Embarcado em a nau de João de Pina, cavalleiro da casa d'el-rei, foi o bicho ter a Marselha, onde então estava Francisco I.

Correu logo fama na cidade da extraordinaria alimaria que vinha a bordo da nau portugueza, e mandou el-rei de França rogar a João de Pina que desembarcasse o rhinoceronte, para elle o ver.

O palaciano capitão nosso compatriota não só accedeu ao pedido, mas desembarcou tambem um formoso ginete bem ajaesado que offereceu ao monarcha francez, o qual penhorado pelo obsequio, o retribuiu, gratificando João de Pina com cinco mil escudos de *ouro do sol*.

De todas estas gentilezas apenas foi herdeira a Historia. A nau de João de Pina, reembarcado o rhinoceronte, abalou de Marselha para ir dar á costa, em meio de furiosa tempestade, á vista de Genova. Tudo quanto o navio em si continha foi sepultado no mar, e assim lá ficou a rica baixella de prata dourada e lavrada de bestiães (relevos), que fazia parte dos regios presentes ao Papa, os cinco mil escudos de ouro, de João da Pina, e todas as outras cousas boas que ahi se deveriam conter, sedas, fatos, joias, armas e todo o mais luxo compativel com a qualidade das pessoas n'essa nau embarcadas.

O rhinoceronte, que appareceu morto na praia, foi esfolado, empalhado e mandado a Roma, para que se não deixasse de cumprir a vontade do magnifico e dadivoso monarcha, ao menos como fôra possivel. Diz Damião de Goes que Leão X o recebeu com muito espanto e grande tristeza ; espanto pelo disconforme do bruto, tristeza pela perda da gente que o levava.

* * *

Em suas *Peregrinações* confessa Fernão Mendes Pinto o

medo que tem de contar as grandezas do que viu lá por essas terras por onde vinte annos viveu, porque se não veja em risco de lhe pôrem em duvida, ou lhe negarem até a veracidade de suas narrativas aquelles que outras terras alem da sua não tendo jámais visto, se não conformam com o que nas que outros viram póde haver de verdadeiro, tão extraordinario e inverosimil lhes parece.

Damião de Goes, que viu as magnificencias do seculo aureo de Portugal, tão singelo em as contar, não se livraria acaso de ser, ainda assim, posto em duvida pela geração dos incredulos, raça immortal, se a sua chronica fôsse tão corrente pelas mãos d'elles como o *Lunario Perpetuo* ou o *Livro de S. Cypriano*.

Recebâmos a lição, e confessemos-la constrictos.

Sufficientemente no caso de crêr em tudo quanto o guarda-mor da Torre do Tombo nos conta, ácêrca das grandes cousas que se obraram no reinado de seu real senhor, D. Manoel, duvidâmos todayia da veracidade de um simples episodio, que, por fim de contas, não augmenta sequer um ápice nas glorias d'esse famoso reinado.

E que faz então o Destino? Põe-nos diante, com a precisão das datas que Damião de Goes desdenhara, tão insignificante lhe parecera o topico, a confirmação de todo o succedido, avivando-nos assim a lembrança do bem fundado medo do bom de Fernão Mendes.

Assim, pois, ninguem duvide jámais de que o corpulento elephante seja capaz de passar á sua vontade por onde um homem de commum estatura lhe custaria a sahir, mesmo vestido em pelote.

Viu esse prodigio da força alliada ao medo o chronista d'el-rei D. Manoel, e confirmou-o o celebre Valentim de Moravia, em tempo em que mal cuidaria decerto que um compatriota do chronista portuguez o haveria de duvidar.

GOMES DE BRITO.

O ESTUDO MEDICO-LEGAL DO CRIMINOSO

O terror da justiça inflingido durante seculos, mediante uma severidade cruel, levando ao martyrio e á pena inflamante milhares de victimas expiatorias em repetidos holocaustos á divindade insatisfeita em que se venera a justiça humana, não conseguiu nem no pleno christianismo feito de paz e altruismo, preservar do crime as sociedades e o homem da criminalidade que brota hoje por entre os habitos civilizados como a herva nociva entre os trigaes, como sporo parasita na planta nutritiva envenenando-lhe o fructo.

Pesam os codigos de artigos preventivos e de sanções penaes e afadiga-se a justiça no afanoso mister de castigar os delinquentes. O crime e o criminoso subsistem.

Desde tempos immemoriaes, á jurisprudencia arrogou-se o julgamento criminal como materia do *Direito* e de legislação em legislação, de escola juridica em escola penal, se tem erecto em suprema distribuidora da justiça nos casos de offensa a um membro ou grupo social, tendo por objecto particular da sua acção e da sua força repressiva as offensas nas suas relações com o prejuizo causado e realisado e com o perigo que para a collectividade advem da repetição do acto incriminado.

A sociedade tem primeiro a necessidade vaga, instinctiva de evitar o crime, isto é, a acção ou conjuncto de actos que ferem os seus interesses materiaes e os seus sentimentos, e depois, racionalmente tenta libertar-se do vicio que provoca constantemente as manifestações criminosas. Para isso serve-se de uma classe de profissionaes que se acham investidos desde seculos na auctoridade de administrar este ramo da justiça social, por meio do que se chama, tambem um pouco vagamente systema penal.

Mas pertence de facto o crime, inteiramente ao fôro juridico e não deve ou prescinde de ser apreciado segundo outro criterio, por meio de outras noções além ou antes dos que possui a jurisprudencia?

Vamos vêr que póde e deve o crime ser estudado e julgado com a intervenção necessaria, imprescindivel, para boa

administração da justiça e maior segurança da sociedade, de outro fôro que não é realmente menos importante para taes questões do que o juridico. Demonstraremos que o juizo criminal depende de um alargamento natural do fôro medico, que o desenvolvimento das sciencias anthropologicas conquista todos os dias ao tribunal, campo de acção da justiça, e onde o crime é debatido entre legistas sem o conhecimento completo d'aquillo que discutem, sem previa analyse do facto em questão, fóra do estudo das causas que o produziram, das circumstancias que o occasionaram e na presença de um jury composto de cidadãos na grande maioria inaptos para dar opinião sobre a culpabilidade dos accusados, alheios, como são, em geral, ás questões forenses e em particular ás causas crimes. Derivando consequentemente do velho direito o jurista deixa de lado o intimo da noção do delicto e só vê n'elle o acto que fere o direito constituido pela sociedade e contra a infracção do qual applica segundo varios criterios a sanção penal. Este meio creado pelos legistas para attenuar ou annullar o crime e preservar a sociedade do desgraçado conflicto entre o direito á vida, ao goso tranquillo do bem estar justamente adquirido e a tenção de impedir o usufructo legal d'esse bem, resume-se n'uma escala de castigos mais ou menos duros para oppôr gradualmente, n'uma falsa proporção, á importancia dos actos criminosos julgados em abstracto, fóra das suas condições naturaes. E' um pouco mais ou menos tomado arbitrariamente, um *quantum satis* de energia repressiva, para impedir a repetição do attentado que offende mais ou menos brutalmente os direitos legitimamente adquiridos.

O direito criminal conserva ainda a mesma noção vaga, imperfeita do crime, como acto opposto á lei vigente sem maior transcendencia do que a punibilidade do acto delictuoso.

Uma acção não pôde ser, segundo Franck, legalmente perseguida e reprimida pela sociedade senão quando se trata da violação de um direito individual ou colectivo, fundado sobre a lei moral. Mas, apesar d'esta formula aperfeçoada da definição de crime segundo os juristas, persiste n'ella o defeito de comprehensão de actos que se pôdem considerar criminosos e o excesso de englobar outros de modo algum julgaveis delictuosos.

Bastará notar um dos inconvenientes geraes de tal defini-

ção para declarar a sua fallibilidade. Não corresponde sempre ao que a opinião publica, que é a expressão dos *desiderata* sociaes, considera como attentatorios dos direitos e deveres para com a sociedade. Logo não pôde aquella definição bastar á justiça, e a segurança individual e collectiva, que esta é chamada a sustentar, encontra se incompleta ou illudida. Restringindo a esphera de acção legal da punição os juristas deixam fóra do alcance d'ella uma serie de actos que egualmente contrarios a deveres moraes instituidos pela sociedade, estão comtudo fóra da consideração da lei creada.

A noção dos criminalistas a respeito do crime comprehendem não sómente as acções puniveis por lei, mas todas as que offendem o senso moral medio dos povos civilizados.

Tem este criterio do senso moral medio a vantagem, sobre o falso criterio classico dos juristas, de fazer depender a consideração das acções delictuosas da media dos sentimentos moraes de um povo n'uma dada epocha da sua civilisação, de modo que a idea do crime não se funda na violação de direitos que proveem da existencia de uma lei creada convencionalmente, mas sobre a quebra de sentimentos que formam o fundo da moralidade social.

Cabe ao professor Garofalo, da Universidade de Napoles, a gloria de haver assente este criterio e sustentado com denodo os principios em que se filia.

D'aqui ao exame psychologico do accusado vae um passo, que á jurisprudencia tem parecido arriscado, mas que na realidade lhe é difficil por falta de terreno, e só quando as circumstancias particulares do crime o indicam muito claramente, recorre á intervenção medica para esse fim. E' notavel que o exame do estado mental dos accusados só é pedido pela lei actual em certos casos especiaes, quando o delinquente, pelas circumstancias particulares que revestem o crime e lhe dão alguma cousa de extraordinario, de impensado, de desvairamento, se presuppõe fóra da razão.

De ordinario passam perante a justiça innumerous casos em que o exame psychologico do accusado, embora de rigor e de grande interesse moral e scientifico, se não faz, ao arbitrio dos juizes, que determinam conforme o seu querer parecer a occasião em que a medicina deve intervir no fôro criminal, para o fim de estabelecer a responsabilidade ou irresponsabilidade do accusado, sendo para notar que, apoz circumstanciado rela-

torio medico-legal, ainda o juiz se pronuncia sobre a responsabilidade do réu independente da opinião dos peritos medicos, applicando a pena a despeito das conclusões d'estes. Em consequencia graves erros a justiça commette na distribuição das penas, que as mais das vezes além de injustas são insufficientes, como o provam diariamente as reincidencias do crime e o progresso das *escolas* e associações de malfeitores, que são a prova irrefragavel de impotencia da repressão, como a conduzem geralmente os juristas.

A justiça classica, quanto a psychologia do auctor do delicto assenta na crença vetusta e derruida do livre arbitrio, que o positivismo acometteu, emquanto o criminalista de hoje attenta ás condições do crime cujo agente é objecto de severo exame physico e psychologico e tratado como a principal condição para a producção do acto criminoso.

Quetelet dizia: «já que o livre arbitrio não tem acção sobre os factos sociaes e que o homem só é livre no circulo restricto da sua personalidade, é logico que todos os esforços dos publicistas e dos homens de estado sejam dirigidos para o aperfeiçoamento d'esta personalidade.»

Estas palavras estão indicando que é ao estudo da personalidade do criminoso que se deve dirigir primeiro o legislador ou o jurisconsulto que tiver de atacar o crime nas suas origens. Depois proseguirá na sua investigação atravez das ideas e costumes, dos sentimentos, das condições economicas, financeiras e outras da sociedade em que estuda o delinquente.

Chegará d'esta maneira a obter a media dos sentimentos que dominam na sociedade e por essa media avaliará as acções que se affastam mais ou menos d'esse grau de sentimento, e se consideram actos criminosos, mais ou menos nocivos á collectividade, tendo em vista os seus usos e costumes, dos quaes deriva a *media* da opinião social e que fazem considerar de diversa maneira ou dar importancia diferente ao mesmo acto ou grupo de actos conforme a sociedade estudada.

O criterio de justiça assim procurado tenderia fortemente para egualar nas diferentes sociedades a interpretações dos delictos e a maneira de os reprimir, admittidas mesmo as divergencias, que não poderiam ser grandes nas sociedades civilisadas, na apreciação especial de certos crimes. Afferindo estes pelo sentimento moral medio da população

não viria a estar a sentença, quer condemnando, quer absolvendo em desacordo com a opinião publica, o que não raras vezes acontece entre a resolução ultima tomada no fôro e o consenso publico, por isso que aquelle sentimento medio tomado pelo legislador para termo de aferição seria a expressão, como que o symbolo d'aquella opinião.

Concluimos d'estes factos que a justiça para ser exercida com lucidez, deve tirar a venda symbolica que lhe embarga a vista e deitar fóra a balança em que equilibra mal aversadamente as culpas e as attenuantes, os delictos e as penas e antes procurar ver com attenção o accusado, ou seja mesmo o criminoso averiguado, e differençar n'elle pelos caracteres phisicos e psychicos o grau de criminalidade e d'ahi e perigo que a sociedade póde correr se tal individuo permanecer ou voltar, apoz o periodo de isolamento, ao seio da sociedade e d'essa consideração deduzir a pena applicavel.

A analyse do crime e do criminoso em todas as circumstancias é um estudo comparado, como um ramo de pathologia especial cujo estudo por muito particular escapa á justiça que, na ausencia de conhecimentos necessarios, se embarraca com lastimavel frequencia em forçadas e dissymetricas analogias, de que empiricamente se serve na apreciação dos actos criminosos.

Esta comparação só se póde fazer com elementos scientificos dentro da pathologia e por via de regra em psychiatria.

Aproximam-se tanto em numerosos casos os actos delictuosos de certos accusados com os que levam miseros alienados ao manicomio ou lá confirmam a razão da sua entrada e permanencia e por outro lado se assimelham tanto a actos praticados irreflectidamente por creanças ou ferozmente pelos selvagens, que a idéa surgiu de comparar o criminoso ora a um ora a outro dos termos que se nos apresentam naturalmente em equiparação.

Admitta-se, porém, que nem a todo o criminoso póde servir esta comparação. Será, portanto, necessario apartar o que é consequencia de loucura ou impulsão morbida do que seja propositado e imputavel e como fazer a distincção a não ser pelo exame rigoroso do accusado e dos seus antecedentes pessoas e hereditarios e de todos os seus actos considerados physiologica e psychologicamente, o que só uma intervenção mais larga e funda da medicina póde conseguir.

Não nos referimos, é claro, aos actos delictuosos commettidos por loucos ou impulsivos em quem impera manifestamente a psychose, ou a fórma psychica de uma nevrose conhecida e de uma determinação facil clinica e judicialmente, mas em geral aos casos-crimes, em muitos dos quaes a alteração ou anomalia psychica do accusado se não dá a conhecer no fôro e á sociedade, que não são capazes de julgar das idéas e actos anormaes de um individuo senão quando divergem consideravelmente da media dos sentimentos e costumes, e se revelam de um modo estrondoso por um disparate caracteristico do desequilibrio mental.

Casos se dão, porém, nos quaes o conhecimento do desarranjo psychopathico de que resultou o acto criminoso, depende do estudo intimo do accusado e de tudo quanto antecedentemente se lhe refere, observação que tem de ser feita sob a orientação de uma pathologia especial, cuja technica pertence legalmente aos medicos e de nenhum modo como investigação aos jurisconsultos.

A estes compete a instauração do processo que tem por fim colligir todos os elementos que podem esclarecer a causa crime, e descobrir o auctor ou auctores e determinar bem as circumstancias particulares de cada caso forense, de que depende a boa applicação da lei judicial.

Não podem, pois, em face da propria consciencia e da consciencia publica pôr de lado a intervenção medica, não accidental e em casos particulares, mas como meio constante de investigação e de illucidação, assim como o legislador, tornando permanente a intervenção medico-legal deve ter em vista não só a acção da justiça mas a influencia prophylatica, que o estudo do crime á luz das sciencias medicas póde ter para attenuar os efeitos perniciosos da violação dos sentimentos humanitarios que são a base da moral que mantem illeza e feliz a sociedade.

Esta maneira de ver assenta logicamente na admissão do principio de que não se cahe de repente da perfeita harmonia intellectual e moral no disturbio mais ou menos completo e sensivel das faculdades mentaes. Entre a pessoa ajuizada e o rematado louco existe uma infinita graduacção de anomalias que comprehende estados que, sem serem considerados de alienação mental prejudicam a responsabilidade dos que os apresentam e constituem perante a sociedade, isto é, em relação á media dos sentimentos necessarios á

harmonia social, uma falta de adaptação que pôde tornar o individuo impróprio do convívio.

De modo que a falta de adaptação ao meio social é sempre o resultado do abaixamento do nível intellectual e moral considerado superior e necessario para a existencia em collectividade.

Segundo (Tarafalo, o crime consiste n'uma acção nociva que viola o sentimento medio de piedade ou de probidade, e o criminoso será aquelle a quem falta, ou em quem se acha obliterado ou enfraquecido um d'esses sentimentos. E' d'esta dissimilhança sobretudo moral que a sociedade diligencia affastar se, isolando ou eliminando o individuo em quem ella se manifesta mais ou menos abertamente, impondo á responsabilidade o dever de se conformar á lei que traduz a media dos sentimentos que a regem e prevenindo as infracções por meio de castigos mais ou menos apropriados.

Imperam, porém, estes castigos, ou deixam de ser efficazes conforme o grau de adaptação do individuo e não propriamente conforme o grau de responsabilidade, sendo certo que individuos a quem se confere um grau maior de responsabilidade reagem menos á sanção penal do que outros julgados menos responsaveis, conhecido o seu estado mental deteriorado ou enfraquecido, isto é, alguns alienados encarcerados são menos reincidentes de que certos criminosos julgados responsaveis e como taes repetidas vezes condemnados.

D'aqui se deduz que aquella sanção se deve fazer conforme os resultados da observação prévia das qualidades de adaptação dos criminosos, quer dizer sobre o estado intellectual e sobre o sentimento moral que possuem independente do seu grau de responsabilidade.

Para prova a insufficiencia do criterio tirado da responsabilidade juridica bastará notar, ainda d'accordo com as observações psychologicas, que ella pôde variar para o mesmo individuo em momentos e periodos diversos da vida, por influencia da idade, sexo, estados morbidos, suggestões alheias, habitos contrahidos, como os alcoolicos, intoxicação aguda, como a embriaguez, etc., sendo sempre exigivel a intervenção da pericia medica para julgar rigorosamente das condições mentaes de produção do delicto e portanto da responsabilidade do accusado.

* . *

Hoje a anthropologia criminal fundada nos mais positivos e methodicos elementos scientificos, não admittre o criminoso como typo diverso da nossa especie.

O pretendido typo criminoso foi definitivamente abandonado no ultimo congresso (Bruxellas) e escusado é reconstruir aqui todos os raciocinios e factos que levaram os criminalistas positivos a pensar n'um typo especial caracterizado principalmente pelas tendencias criminosas. Certamente ha tanto de exaggerado na creação de um typo especifico destinado ao crime, como em affirmar que todos os criminosos são loucos. Contudo estas theorias escolasticas teem pelo menos o merito de attrahir a attenção para certos caracteres até então inobservados e que podem servir effectivamente para o diagnostico do criminoso como conjuncto de anomalias physico-psychicas.

Foi Marro¹ quem mais se approximou da verdade mencionando não um certo grupo de caracteres particulares do criminoso, mas diversos caracteres distinctivos de muitas classes de criminosos.

N'estes conjunctos de signaes entram somaticos e psychicos, dependentes das taras hereditarias, dos habitos, da instrucção, etc. Mas o agrupamento d'estas caracteristicas ristica dos criminosos tem muito de classificação artificial e a sua interpretação muito de inexacto.

Não ha realmente caracteres bem definidos e de existencia constante que permittam distinguir naturalmente o ladrão do assassino, por exemplo, o que ha em todos os criminosos é um ou mais signaes somaticos que significam a degradação especifica, ou a imperfeição do desenvolvimento organico e a que correspondem modalidades psychicas que vão desde a simples e inoffensiva imperfeição moral até á criminalidade completa, até á perda total do sentimento humano.

A caracterisação exterior dos delinquentes tem-se feito por approximações vagas de signaes physicos, sem que até aqui se possa dizer que haja, pelo menos, um proprio do criminoso. Predomina a fealdade tanto nos homens como nas mu-

¹ Marro, *I carateri dei delinquenti*.

lheres, um conjuncto physionomico repellente, que tende mais ou menos para a deformidade e em que o bello typo escultural apparece raras vezes, como notaram Lombroso, Tarde, Dostoyewsky e Garofalo, mas não existe uma correlação definida entre as feições e o ser moral.

E' o que fez dizer a Benedikt que os actos psychologicos só parcialmente defendem da fórma ou do volume dos órgãos ; são em grande parte o resultado de phenomenos moleculares que escapam á anatomia. Assim, a questão do temperamento é principalmente uma questão physiologica e não anatomica.

De modo que é sobretudo a anomalia psychica que preoccupa hoje os criminalistas e se a propriedade de um estudo deve pertencer áquelle ou aquelles que para o seu adiantamento mais contribuem, o trabalho do exame psychologico dos accusados pertence seguramente aos medicos, que para elle tem trazido os documentos, as observações, os factos constitutivos d'este ramo scientifico.

Avaliar as faculdades psychicas de um individuo e descobrir os desvios, ás vezes quasi imperceptiveis, do que só por convenção se chama normalidade, no ponto de vista mental, é um tanto mais difficil do que fazer um simples diagnostico, e, se o maior cuidado deve dominar o espirito em todas as questões medico-legaes, a da determinação do estado psychico do accusado, sobretudo quando se refere ao acto do crime, é sobremaneira espinhosa e importante, porque se embaraça em obstaculos diversos e necessita ser resolvida decisivamente, pois d'ella depende não só a liberdade ou a condemnação de um membro social, mas a segurança collectiva, que póde ser abalada perigosamente, se fôr restituído ao convívio alguem, que, conservando latente a razão da sua incompatibilidade com a vida social, nem por isso é menos susceptivel de produzir o mal ao menor incitativo, ao toque mais delicado, semelhante aos explosivos modernos que excedem a dynamite nos seus effeitos.

Frequentemente a determinação do estado psychico de um criminoso escapa ás leis da nosologia, o que affasta numerosos incredulos do caminho d'estas investigações psychologicas. E' que o estado mental do criminoso de qualquer classe medeia em geral entre a loucura e a degradação selvatica.

Apparece feroz, não por querer sel-o, mas por sua natu-

reza, e além d'isso encontra a par da sua predisposição especial toda a serie de excitamentos, que os maus habitos, a imitação, o alcool, a miseria, a ociosidade e os prazeres facéis fornecem por toda a parte, principalmente na vida das grandes cidades.

Se abandonarmos, portanto, a idéa da doença, tal como a pathologia a incute e encaminharmos o raciocínio para o campo da teratologia mental, encontraremos por certo o termo que nos falta na serie que vae da selvageria á loucura passando pelo crime.

O crime apresenta-se-nos muitas vezes não como resultado de uma doença, mas como consequencia inevitavel de uma monstruosidade denunciada ao mesmo tempo por anomalias physicas e psychicas, no facies e nas acções. Este seria, por assim dizer, o crime no estado nativo, aquella de que falla Dostoyewsky, dizendo que deve existir no auctor d'elle uma monstruosidade physica e moral desconhecida até ao presente na sciencia.

Como tal ainda compete ao pratico medico a separação delicada do que pertence á symptomatologia da loucura ou á teratologia psychica, e como a razão da distincção se baseia na possibilidade da similhaça, será necessario reconhecer se o crime praticado é o effeito de causa morbida simples ou multipla ou a manifestação de uma anomalia fundamental e incorrigivel.

O criminoso póde apresentar a par da perda mais ou menos completa no senso moral taras pathologicas que o approximam do nevrotico e do louco e póde manifestar com a insensibilidade moral mais profunda uma intelligencia brilhante, e entre estes dois typos extremos ha uma serie de termos em que a degradação intellectual e moral se manifesta por transições quasi insensiveis, d'accordo com a lei da evolução natural.

Toda esta serie se pode dividir em grupos nos quaes ha responsaveis e irresponsaveis, não segundo a justiça, mas segundo a medicina-legal, e cada um se pode caracterisar pelo grau de adaptação social.

Nós classificaremos em :

- 1.º Criminosos natos (não alienados) ;
- 2.º Criminosos alienados ;

- 3.º Alienados criminosos;
- 4.º Creanças delinquentes.

O 2.º e 3.º grupos não representam um desdobramento forçado ou convencional, mas a separação de fórmulas distintas de criminalidade, cuja apreciação tem importancia jurídica. Ha os criminosos cuja alienação de qualquer ordem se manifesta como entidade nosologica depois do acto criminoso, mesmo durante o encarceramento, e os alienados que depois de algum tempo da evolução de uma psychose ou em certos periodos d'ella, revelam intenções criminosas e chegam mesmo a praticar actos delictuosos terriveis como os conhecidos pela designação de perseguidores.

Separamos tambem o grupo das creanças delinquentes, por que n'elle se nota uma criminalidade differente da do delinquente nato e dos criminosos alienados, a qual é tambem sujeita a consideração diversa no fôro e na medicina-legal tendo uma outra significação perante a justiça e perante a sciencia.

Não explanaremos agora tudo o que entendemos a respeito d'estas classes de criminosos, o que nos levaria demasiadamente longe n'este longo artigo. Simplesmente quizemos contribuir para a demonstração, que sabemos não ter feito completa, de quanto é necessario e indispensavel a intervenção medico-legal *constante* no juizo criminal para rigorosa e efficaz correcção e repressão dos criminosos, deixando á sciencia medica a auctoridade de determinar os que por violencia á sociedade devem ser encarcerados ou hospitalizados, internados nas casas correccionaes, nas prisões-asylos ou distribuidos pelas colonias penaes.

J. BETTENCOURT FERREIRA.

O 5.º CENTENARIO DO INFANTE D. HENRIQUE

Missão e importancia de Portugal na historia do mundo. Conquistas e dominios de Portugal. Origem do seu esplendor, causas da sua decadencia.

O infante D. Henrique é o emblema synthetico do periodo em que os nossos destemidos mareantes iniciaram a sua gloriosa carreira, trocando os confortos do lar pelas tempestades do mar tenebroso. O infante D. Henrique, como symbolo, encarna a obra collectiva da nação portugueza, desvendando á fé christã ignotos povos, á sciencia fecundos estudos e á ambição humana opulentos thesouros. A cidade do Porto, glorificando a memoria do personagem que deu immortal renome á nação, emprehendeu um acto patriotico.

Desde 1394 a 1894 ha na historia de Portugal mais desalentos a mencionar que regosijos patrioticos a glorificar. Mas estamos em festa, e da vida do inclito infante navegador, registamos em paginas de livros esplendentes os briosos rasgos narrados pelo chronista Azurara, passados em Ceuta e em Alcacer Ceguer, e deixamos na sombra o desastre de Tanger, o pungente infortunio do infante D. Fernando, as intrigas que levaram os portuguezes á vergonha de Alfarrobeira. E' innegavel que o infante D. Henrique, pelo exito das suas emprezas, mereceu as aclamações da historia, visto que intencional ou involuntariamente serviu o progresso. A moral e a religião nas suas apotheseos são mais exigentes do que a historia politica.

Não podia a *Revista de Educação e Ensino* ficar silenciosa nas festas commemorativas d'este quinto centenario, porque além das outras façanhas do genio do infante navegador, em testemunho do seu muito amor pelas letras, doou á Universidade, n'esse tempo em Lisboa, as suas casas, para n'ellas se ensinarem varias faculdades, consignando-lhe tambem dos dizimos da ordem de Christo, doze marcos de prata, para o lente de prima de Theologia, por escriptura de 25 de março de 1448. Pelo que se lhe deu o titulo de *Protector dos estudos em Portugal*.

Não devem regatear-se homenagens aos filhos de D. João

I, que tão brilhantemente serviram a patria e a religião. É essa gloriosa prole que o nosso poeta canta :

Quem augmentara a terra mais que d'antes
Inclyta geração, altos infantes.

O escopo a que mirava a alma de D. Henrique era ampliar dominios para a ordem de Christo, de que era grão mestre, diffundir o Evangelho, implantar a Cruz, conquistar emfim proselytos á christandade. As viagens, na Europa, de seu irmão o infante D. Pedro, revelaram ao seu cerebro fertil luz, d'onde nasceu a aula de Sagres, que não era por ventura outra cousa mais do que um colloquio de viajantes e marinheiros de diferentes paizes.

A situação geographica de Portugal estava a convida-lo a transpor o Oceano; a grande extensão das suas costas relativamente á sua superficie favorecem essa necessidade de expansão da raça. A extensão do littoral n'um territorio favorece esse territorio duplamente : sob o ponto de vista physico generalisa vantajosamente o clima maritimo, que é mais regular do que o clima continental, sob o ponto de vista social multiplica pelas bahias e enseadas o numero de pontos proprios para o estabelecimento de portos, e consequentemente facilita as relações d'um paiz com o exterior, determinando a vocação maritima d'um povo, e despertando-lhe a cobiça de estabelecimentos coloniaes. E' evidente que a vocação maritima, não depende só do meio physico, depende das qualidades psychologicas da raça ; os povos chinezes do littoral, por exemplo tiveram sempre horror ao mar. Parece-nos que não tem razão os philosophos da historia, que pretendem explicar pela relação de causalidade o desenvolvimento da civilisação d'um paiz pelo recortado das costas.

Acho temerario dizer que a Hellade e a Italia devem o ser focos de civilisação ao seu littoral, e que a Africa e a Australia lhe devem a sua barbaria ou immobildade selvagem. E' evidente que a natureza geographica é uma condição favoravel do desenvolvimento, mas as causas do esplendor da civilisação d'um dado paiz são multiplas.

Emile Durckheim tem estudado estes problemas nos seus cursos de sciencia social. Spencer considera a sociedade como um organismo : nasce, evoluciona e dissolve-se. Lilienfeld nos seus *Gedanken uber die Socialwissenschaft der Zukunft*,

leva tão longe esta theoria, que suppõe que ella vae n'um instante dissipar todos os mysterios de que está cercada a origem e o estudo da sociedade. Alberto Schaeffle na sua grande obra — *Bau und Leben des socialen Körpers*, continua essa escola, fazendo uma analyse mais ampla e minuciosa da sociedade.

A sciencia historica estuda a consciencia dos individuos e a consciencia da sociedade, a primeira é objecto da psychologia propriamente dita, a segunda é o que os allemães Lazarus e Stanthal chamam *Völkerpsychologie*.

Conrad Herman, na sua *Philosophia da historia*, estuda as quatro categorias, religião, sciencia, arte e industria ou o bem, verdadeiro, bello e util, que coexistem com desigual intensidade em todos os povos historicos.

E' sabido que duas grandes raças da especie humana disputaram o predominio no mundo — a raça arica e a semitica. Na antiguidade classica travou-se o duello corpo a corpo entre a semita Carthago e a arica Roma, foi esta que venceu. No seculo VIII, com o Islamismo, propagado pelos arabes, voltam estes filhos de Sem a combater na Hispania os arias, e esta lucta foi prolongada, mas o principio providencial velou pela civilização, dando a victoria aos filhos de Japhet. N'essa epopeia secular de guerras contra os mouros, gravou Portugal uma pagina nos annaes da civilização do mundo. Sem o heroismo da Hispania e de Carlos Martel, fazendo-os recuar na batalha de Tours, para aquem dos Pyrineos, talvez a Europa fosse hoje a sociedade mahometana do imperio turco ou marroquino.

Na historia antiga a civilização teve em cada periodo um centro de cultura, que ao mesmo tempo exercia a hegemonia no mundo historico. Ora é o Egypto, Babylonia, Ninive, a Persia, a Grecia ou Roma, e a cada um d'estes Estados corresponde, como caracteristica, uma funcção no desenvolvimento social. Assim se diz, por exemplo, a Grecia teve por missão a philosophia, a arte, a organização da cidade: a Roma coube-lhe por papel o gladio para conquistar e o codigo para administrar. N'este sentido póde igualmente dizer-se que Portugal teve um periodo de hegemonia na evolução social e uma funcção na historia do mundo — é a epoca dos descobrimentos.

A vida de Portugal anteriormente ao começo dos descobrimentos, é uma provincia emancipada da Hispania por

combates longos e tenazes, que servem a hegemonia da raça arica, mas depois converte-se brilhantemente n'um obreiro da civilisação universal, escrevendo uma das mais bellas e fecundas paginas dos progressos da humanidade.

E' a civilisação da qual diz Guizot que é uma especie de oceano que faz a riqueza d'um povo e no seio do qual todos os elementos da vida do povo, todas as forças da sua existencia veem reunir-se.¹

A alma portugueza illuminada pela fé christã, depois de ter vencido os mouros, abalançou-se a descobrir o terrivel incognito. As lendas do mar tenebroso, da linha equinoxial inhabitavel, d'esse soberano nazareno de longinquo imperio phantastico, chamado Preste João, tudo impellia a sua imaginação a devassar os mares nunca d'antes navegados. A' força herculea dos seus braços heroicos, disciplinados pela crença ardente, submettem-se os gentios, os europeus curvam a cabeça, e a terra e o mar descobrem os seus arcanos. O clero e as ordens de cavallaria, com a estola sobre a couraça, é que condensaram a energia collectiva d'um povo, a que ainda hoje se chama a alma nacional do periodo epico dos descobrimentos. O sentimento da hombridade e de independencia d'esta faxa da peninsula, não podendo dominar para o Oriente da fronteira, olhou para o Atlantico, a região das trevas onde o sol se esconde.

No municipio achou o povo a sua idea organisadora, a nobreza na hierarchia feudal, a realça na Biblia e no direito romano. E' a monarchia catholica que domina a Europa e que em Portugal descobre o mundo. O throno e o altar são os symbolos d'esta epoca de grandeza.

O portuguez do seculo XV tinha a paixão sublime da fé christã, da gloria e da patria, e foram esses sentimentos que o fizeram grande. O seculo mais achacado de enfermidades, não é o que se apaixonou pelo erro, porque ha erros fecundos, é o que desdenha do ideal, amesquinhando os transportes pela justiça e pela esperanza. Onde ha enthusiasmo, onde ha ardor, ha força; porém, quando o movimento se extingue, quando a frieza egoista se apossa da alma, não se pôde esperar senão uma dissolução proxima.

Dois são os polos de toda a actividade psychologica: a razão e o sentimento; é a harmonia d'esses dois poderes que

¹ *Histoire de la civilisation en Europe*, pag. 9, 1851.

aperfeiçoa a nossa especie e que gera a civilização. Cervantes desenvolveu gloriosamente esta these no seu *Dom Quixote de la Mancha*. A península nas epocas grandiosas foi sempre quixotesca. Já no tempo de Junio Bruto, os moradores de Cininia (Sines) responderam altivamente á proposta do general romano para o pagamento do resgate : «Nossos maiores deixaram-nos ferro com que nos defendessemos, e não oiro com que comprassemos d'um pretor avaro a nossa liberdade». ¹ Quixote é espirito brioso e desinteressado, mas carece d'uma porção de Sancho Pança. Na meçida é que está a victoria.

O genio peninsular é caracterizado pelas inclinações mysticas e ambições aventureiras. Esta modalidade ethnica revela-se notavelmente, na psychologia dos grandes homens, como Vasco da Gama, D. João de Castro, e Affonso d'Albuquerque. Este mysticismo é constitucional na estrutura psychologica do povo hispanico, não provém da especulação metaphysica como na antiga Alexandria ou no Industão, surge espontaneamente da alma peninsular. No mysticismo hespanhol, a arte é realista, o proprio Deus desce a encarnar-se na alma humana, como na poesia de Santa Thereza ou nas virgens dos grandes pintores, enquanto que no mysticismo idealista a alma eleva-se e sobe até Deus n'uma absorpção espirital. O mysticismo moral, a fé christã é na alma lusitana o fogo que rebenta em lampejos esplendentes para a civilização. A renascença dá o humanismo, a reforma o anabaptismo delirante, o catholicismo os jesuitas, como austera milicia, que defende o principio da auctoridade, personificado no Pontifice, e o sentimento da fraternidade, symbolisado no Evangelho.

O catholicismo consciente da sua liberdade deu heroes, nobremente sacrificados, o protestantismo, escravizado pela predestinação torna-se incapaz de acções grandiosas. Na administração ecclesiastica, negando o principio da auctoridade, deu a anarchia das seitas e as discordias fratricidas.

O scepticismo contemporaneo enerva os temperamentos mais energicos, amesquinha as intelligencias mais largas, é uma verdade eterna, que só os povos que creem são grandes.

O ideal é uma lei effectiva e permanente na historia e no individuo, é a columna de fogo que illumina o caminheiro

¹ Valerio Maximo, liv. 6.º cap. 4.º.

em todas as categorias da actividade; cada phase social tem a sua formula de progresso, que varia na sua applicação com as differentes circumstancias do espaço e do tempo.

Esses formosos ideaes que illuminaram a alta esphera das sociedades de outr'ora, não tem desgraçadamente hoje cabimento. O regimen democratico, com o nocivo principio de eleição do superior pelo inferior, deu o esmagamento das grandes personalidades moraes. A democracia tende para a egualdade que é um signal de inferioridade. A evolução ascendente vae da egualdade para a desigualdade e a evolução descendente ou retrograda é caracterizada por uma volta á egualdade.¹

Uma outra missão de Portugal na historia do mundo, consequencia dos descobrimentos, é a missão colonizadora. Portugal creou a maior nação da America do Sul e possui qualidades ethnicas como nenhum outro Estado europeu para colonisar a Africa sem, como faz a Inglaterra, exterminar o indigena. O negro quando quer dizer branco, diz portuguez, ama-o como seu senhor e velho amigo. A immigração portugueza aclima-se e afeiçoa-se ao indigena, tratando-o como igual.

Na historia da geographia, os portuguezes não foram somente navegadores, tambem foram viajantes e exploradores terrestres, principalmente na Africa. Desde as expedições enviadas pelo infante D. Henrique até á viagem de Vasco da Gama desfizeram-se as fabulas da antiguidade e as lendas da idade-media. Os viajantes arabes ensinaram aos portuguezes o conhecimento do norte da Africa até ao Sahará e as terras orientaes do Egypto, Nubia e Abyssinia. Prelados portuguezes avassalaram com o baculo e a mitra quasi todas essas regiões. Nos sertões da Africa equatorial e austral não interromperam os portuguezes as suas expedições, desde Diogo Cam.

No entanto é principalmente o Oriente, com a sua riqueza, com o seu commercio e com o seu dominio que deslumbra a acção portugueza. Para a India, China, Malaca, Molucas, prepararam-se brilhantes expedições navaes, que depois navegadores estrangeiros mais directamente aproveitaram. Nos descobrimentos dos sertões e nas viagens terrestres, são sobretudo os nossos missionarios que servem a re-

¹ Delaunay, *Revue scientifique*, 20, maio, 1882.

ligião, a sciencia, pagando a mór parte das vezes com a vida a sua dedicação pela conquista espiritual.

A corôa de D. João II, victoriosa já do Islamismo e depois da feudalidade ou melhor dos grandes fidalgos, conseguiu, aproveitando o espirito cavalheiresco e as tradições das cruzadas, obedecer aos impulsos da ambição que a impellia ao descobrimento de caminho maritimo para a India, onde as duas raças colonisadoras — latina e germanica — semeiam a civilisação pelos quatro pontos cardeaes do globo. O neolatino aventureiro affronta os perigos, o germanico reflectido olha mais tranquillamente os resultados. O genio da nacionalidade portugueza não se revelou sómente nas navegações, tambem nas conquistas. Desde Ceuta a Alcacercuer, Arzila e Tanger, até ás heroicas guerras dos dominios asiaticos, está nos annaes militares, com a espada, gravada uma epopeia. Nos descobrimentos maritimos escreveram os portuguezes uma odysseia desde a ilha de Porto Santo, 1418 até 1520 em que um portuguez Fernão de Magalhães tornou effectiva a primeira viagem de circumnavegação nò nosso planeta.

Na edade-media o papado, além da soberania suprema da igreja catholica, constituia um verdadeiro poder politico, exercendo uma verdadeira jurisdicção em materia espiritual sobre o territorio dos estados catholicos. Nos conflictos diplomaticos entre os soberanos, ou nas discordias civis entre os soberanos e os vassallos, o papa intercedia ora como mediador, ora como arbitro. Em Portugal interveiu numerosas vezes, constituindo a série d'essas intervenções a parte mais importante da nossa historia diplomatica.

A volta de Christovam Colombo do descobrimento da America, estimulou o nosso D. João II e fe-lo crer, que esse mundo podia pertencer a Portugal se estivesse nos limites assignalados pelos tratados para a expansão da actividade dos navegadores portuguezes. N'esse intento prestou uma armada cujo commando destinava a D. Francisco de Almeida, mas os reis catholicos enviaram um agente diplomatico protestar contra o projecto do *principe perfeito* e para fazer cessar esta discordia os dois soberanos recorreram á intervenção do Pontifice. Foi esta contenda que motivou o celebre dito engraçado de Francisco I, de França, que desejava conhecer o artigo do testamento de Adão que legava exclusivamente aos reis de Portugal e de Hespanha uma parte enorme do mundo.

N'essa epoca era papa Alexandre VI, hespanhol, que no seculo se chamára Rodrigo Borgia. Já em 1436, o papa Eugenio IV n'uma bulla conferira a D. Duarte a posse das terras, que os seus navegadores descobrissem. Surgiu ainda a contenda das Canarias que foi resolvida pacificamente.

Alexandre VI promulgou no dia 4 de maio de 1493 duas bullas, uma concedendo aos reis de Hespanha as terras descobertas e por descobrir para o occidente do Oceano, outra mandando traçar do polo artico ao antartico uma linha de separação. Para executar esta bulla reuniram em Tordesillas os plenipotenciarios dos dois Estados e formularam a 7 de junho de 1494 um tratado, no qual se determinava que a famosa linha de separação passava a 370 leguas ao occidente de Cabo Verde, sendo o nascente para Portugal e poente para Castella.

Apresentou-se uma esquadra para fazer praticamente a medição, mas a ignorancia da sciencia geographica não permittiu determinar as longitudes n'esses lugares.

Com esta ampla e gloriosa contenda entre Portugal e Hespanha desenvolveu-se a sciencia do direito internacional. Os descobrimentos do genio peninsular chamaram a attenção dos philosophos.

Selden na sua obra intitulada *Mare clausum* defende o dominio soberano dos mares para os seus possuidores ou descobridores; Grocio no seu *Mare liberum* discute a questão no sentido da liberdade absoluta dos mares e oceanos. A Inglaterra, a Hespanha e Portugal apoiam se em Selden, as outras nações em Grocio.

O exito dos descobrimentos foi importantissimo para a civilização, e seria mais justo escolhe-lo para assignalar o advento da idade moderna do que a tomada de Constantinopla pelos turcos. Com o descobrimento do caminho maritimo da India decaem as florescentes republicas de Veneza e Genova, o Mediterraneo até essa epoca, lago onde a civilização entou os seus hymnos, passa para o Atlantico, Lisboa herda a prosperidade das suas irmãs do Mediterraneo e torna-se o emporio mercantil do globo. As artes na Europa tiveram recursos e a industria teve capitaes, que produziram as maravilhas do seculo XVI. A sociedade na ordem politica transforma-se creando uma nova nobreza.

Paul Leroy-Beaulieu, não obstante os ataques contra Portugal, não pôde deixar de confessar «que se tem dito com

razão que nenhuma nação do mundo fez tão grandes cousas como Portugal relativamente á sua extensão e á sua população¹ e crê ainda que no seculo XX Portugal terá o mais florescente e vasto imperio nas suas colonias da Africa.

Diversas foram as causas de abatimento da nacionalidade portugueza, mas é lei de philosophia da historia: caem umas nações para surgirem outras.

Muitos historiadores teem procurado no estabelecimento do *Santo Officio* uma das causas da nossa decadencia, quando ella é apenas com os seus iniquos rigores um producto gerado n'esse meio, uma amostra da nossa dissolução moral. Ao menos ainda impediu que o contagio da heresia e da *reforma* nos inficionasse com os medonhos estragos das guerras religiosas, que n'essas epocas assolaram terrivelmente os outros Estados.

Ha quem affirme que o tribunal da Inquisição é uma instituição catholica que inventou a tortura. Não é uma invenção da Egreja, até ella punha obstaculos á sua fundação, é sobretudo um tribunal regio, e a tortura não póde identificar-se com o habito da ordem dos dominicanos. A tortura é um vulgar e velho processo psychologico de que se servia o direito penal já na antiguidade e na idade-media para arrancar a confissão do crime ao delinquente.

D. João III era sincero na introducção do funebre tribunal, porque queria evitar as matanças como as do reinado anterior; mas o estado moral dos espiritos d'aquellas epocas levou esta instituição de policia contra os herejes e judeus a graves abusos, inuteis crueldades e funestos exemplos. Porém ella não é uma causa da nossa decadencia, é antes um symptoma, um deploravel resultado.

Depois da Renascença a cultura do cerebro vencia a robustez do braço. E' a comprehensão d'essa idéa que dá a superioridade real aos jesuitas. O temperamento heroico de Santo Ignacio tinha presentido qual era no mundo o seu mister. Os sabios applaudiam os processos pedagogicos da companhia de Jesus e o exito da sua acção educativa affirmou-se de um modo cada vez mais brilhante. Onde erigiam um templo, edificavam uma escola ou uma universidade. Puderam contar 25 universidades e 150 estudos geraes. Portugal declinava. Os *fumos* da India, a cubiça desenfreada pela riqueza e pelo luxo, as leis

¹ De la *Colonisation chez les peuples modernes*, pag. 43, anno de 1882.

fiscaes repressivas, a corrupção administrativa, a concorrência e a emulação dos outros Estados, principalmente da Inglaterra e da Hollanda, arrastaram-nos a uma grande decadencia. Outras causas occasionaes entregam-nos ao dominio da casa de Austria.

A restauração de 1640 é sobretudo obra dos jesuistas. D. João IV era um character dubio, e foi o patriotismo ardente e a energia indomavel d'esse grande genio, que se chamou o jesuita Antonio Vieira, que alcançou a independencia de Portugal. Foi elle sobretudo, de roupeta remendada, que deu o talento e o dinheiro para a organização da defeza nacional e restauração das colonias das garras dos hollandezes. Não obstante os esforços da alma d'esse gigante, a decadencia nacional continuava a revelar-se tristemente.

FERREIRA-DEUSDADO.

ENSINO DOS CEGOS

Resposta ao parecer emitido pelo Conselho de Professores de l'«Institution Nationale des Jeunes Aveugles de Paris», sobré o Alphabeto e methodo de escripta Mascaró, para o ensino dos cegos por meio da letra vulgar

Devido á amabilidade do ex.^{mo} sr. D. Fernando de Leon y Castillo, embaixador de Hespanha em Paris, recebi o parecer que o Conselho de Professores de l'«Institution Nationale des Jeunes Aveugles de Paris» se dignou emittr sobre o meu systema de escripta para cegos.

Examinando attentamente as differentes conclusões que o alludido Conselho expõe como principaes, julguei necessario dever tratar de cada uma d'ellas em separado obedecendo á idéa de tornar mais comprehensíveis alguns pontos, que se gundo eu creio, essa dignissima corporação não comprehendeu bem e ao mesmo tempo para demonstrar que os argumentos apresentados não se fundam em principios verdade

ros, mas sim no principio de que todo o sacerdote deve defender a sua religião, que n'este caso toma o nome de *Culto de Braille*.

Vejamos agora quaes são os graves inconvenientes que o Conselho de Professores encontrou ao examinar o systema de que sou inventor.

1.^a Conclusão — «*Inconvénient des points et accents interlinéaires, qui étendent le rayon tactile.*»

De entre todas as conclusões apresentadas pelo Conselho de Professores, seria esta a unica que se poderia considerar verdadeira dado o caso de que os accents não constituissem uma excepção; esta excepção, que em varias linguas é relativamente diminuta, n'outras, como na ingleza, nem sequer tem logar.

Os accents são excepções á regra geral dos tres pontos de altura e todos sabem que não ha regra sem excepção. Examinando o systema Braille vejo que as letras accentuadas mudam completamente de fórma, o que, conforme julgo, é de muito maior gravidade.

Pela simples leitura d'esta conclusão se vê a falta de imparcialidade com que obrava o Conselho de Professores quando examinou o meu systema.

2.^a Conclusão — «*Résistance des trois épaisseurs à percer.*»

Esta conclusão de modo algum póde considerar-se verdadeira, porque o cego ao escrever pelo meu systema dispõe de varios meios para obstar á resistencia, sem que por isso os resultados deixem de ser completamente identicos. Esses meios são 4, a saber:

1.^o— Querendo escrever em 3 espessuras de papel, isto é, duas de papel *bulle* e uma de papel azul, empregamos um punção mais fino. E' necessario notar que o emprego de 3 espessuras de papel não é essencial para o uso do meu systema de escripta, não obstante ter a vantagem de ficarem duas copias em poder do cego;

2.^o— Querendo ainda empregar 3 espessuras de papel podemos fazel-o, servindo-nos de duas espessuras de papel mais

fino, o que equivale a uma espessura de papel *bulle*, e uma de papel azul; total, duas espessuras;

3.º — Podemos escrever tambem com uma espessura de papel *bulle* e outra de papel azul; total, duas espessuras;

4.º — Finalmente podemos escrever só com uma espessura de papel, empregando o lapis e o papel *commum*.

3.ª Conclusão — «*Dépense considérable.*»

Sobre esta conclusão occorre-me fazer a seguinte pergunta ao Conselho de Professores:

Como é que se pretende comparar o importe de *um unico* exemplar de Braille, e esse mesmo incomprehensivel, com o de *dois* exemplares que se obtem, de cada vez, escriptos pelo meu systema e que podem ser lidos por cegos e videntes?

Unicamente se comprehende esta comparação pelo desejo de defender o systema Braille que eu admiro bastante sem que o fanatismo tenha chegado a fazer perder-me a razão. No que diz respeito á despeza que se faz com o papel azul, pelo menos em Portugal é nulla, porque nos é enviado gratuitamente pela Agencia Havas e pela direcção dos *Telegraphos*.

Creio portanto, que em todas as nações civilizadas em que haja *telegraphos* se poderão obter os *desperdicios* de papel azul que para o uso do cego servem como se fosse papel novo. O papel azul serve para mais de uma vez, o que, no caso de se ter de comprar novo seria já uma economia.

4.ª Conclusão — «*Lenteur de l'écriture, les points devant être ajoutés après que les lettres ont été dessinées.*»

Esta demora não existe, porque o cego ao escrever pelo meu systema não faz a letra como o Conselho julga na sua consideração, mas sim fazendo simultaneamente os pontos e os traços. N'esta conclusão continua o Conselho a querer comparar um unico trabalho de Braille com os dois que se dão ao escrever pelo meu systema, e que um cego exercitado pôde fazer no mesmo tempo que o de Braille. Em todo o caso para que essa comparação possa ter logar, é necessario despojar o meu systema das galas da evolução da letra que

lhes serão dadas depois como brilhante coroamento de um systema de escripta commum a cegos e videntes.

5.^a Conclusão — «*Confusion entre certaines lettres.*»

Como é que poderá resultar confusão entre certas letras se eu emprego no meu systema de escripta para cegos os proprios caracteres romanos? E' muito provavel que possa resultar confusão se as letras estiverem mal feitas, mas isso tambem succede na escripta commum e não exclusivamente nos caracteres traçados pelo cego.

6.^a Conclusão — «*Mr. Mascaró, après avoir critiqué l'emploi des minuscules, n'évite pas absolument d'y recourir lui-même à plusieurs reprises.*»

Sobre esta conclusão tenho a dizer que não recorro ao auxilio das minusculas por necessidade (Mr. MR. Dr. DR. etc.) mas unicamente com o desejo de imitar a escripta do vidente. E' esta uma excepção completamente identica á dos accentos interlineares e tem tão pouca importancia que me admiro bastante de que pessoas tão illustradas como as que compõem esse Conselho se tenham occupado em tratar um assumpto tão nimio e que além d'isso não se encontra nos alphabetos impressos que juntamente com a Memoria lhes remetti.

7.^a Conclusão — «*Que dire des chiffres qui sont absolument conventionnels ?*»

Se os algarismos são absolutamente convencionaes, como diz o Conselho e no que eu concordo, é porque tendo obedecido á regra geral que adoptei ao pôr em pratica o meu invento, tiveram de ficar assim collocados para que ao ligar os pontos pelos traços, estes não estivessem em desharmonia com aquelles.

O que o Conselho não comprehendeu, foi a que regra geral obedece a collocação dos pontos, ou talvez não a quizesse comprehender porque assim como se diz que não ha peor surdo que o que não quer ouvir, tambem não ha peor cego que o que não quer vêr.

D'esta conclusão se depreheende que o meu alphabeto não

é absolutamente convencional, o que vae contra o que anteriormente affirmou o Conselho dizendo que eu pretendia substituir uma convenção por outra convenção.

8.^a Conclusão — *«Pour conclure, Mr. le Directeur pose la question de savoir s'il y a lieu d'adopter, pour l'enseignement, le système Mascaró. A l'unanimité, le conseil se prononce pour la négative.»*

Não me extranhou esta *unanimidade de votos*, e mais uma vez se póde ver que não houve a imparcialidade que estes assumptos requerem.

9.^a Conclusão — *A l'unanimité également, on décide qu'il n'y a pas lieu de l'employer pour la stylographie, les systèmes employés étant préférables.»*

A *unanimidade de votos* com que se decidiu que não tinha lugar o emprego do meu systema para a estylographia dá a comprehender o *parti-pris* do Conselho de Professores, pois não ha nenhum systema estylographico que se possa escrever nas pautas Braille com as mesmas vantagens que o meu.

Isto é uma excommunhão.

Espero que o Conselho de Professores se digne attender as minhas razões, estando completamente ao seu dispôr assim como os meus discipulos cegos para dar-lhes quaesquer esclarecimentos que sejam necessarios, o que de muito boa vontade e do melhor modo possivel procurarei fazer.

Caso essa dignissima Corporação não acceda ás minhas justas pretensões, appellarei para outras corporações illustradas e para o grande publico que não se presta ao culto do deus da rotina.

Tenho a certeza de que Paris, o cerebro do Universo, ha de comprehender o que toda a gente entende e que me ha de fazer justiça.

Reconheço e é preciso que se saiba que l'«Institution Nationale des Jeunes Aveugles de Paris», tem grandes capacidades e possuindo grandes talentos não quererá por certo banir do seu seio o «*Talant de bien fère.*»

Lisboa, 10 de março, 1894.

A. MASCARÓ.

* * *

Resposta ao parecer emitido por Mr. Martin, director de «l'Institution Nationale des Jeunes Aveugles de Paris», sobre o Alfabeto e methodo de escripta Mascaró para o ensino dos cegos por meio da letra vulgar.

Agradecendo primeiramente as palavras amaveis que Mr. Martin me dirige, corresponder-lhe-hei dizendo que attendido o seu muito talento e a illustração dos membros da corporação que tão dignamente preside, bem se póde assegurar ao ver a pobreza de argumentos que empregam para combater o meu systema de escripta que este é evidentemente superior ao de Braille e que é defendido por Mr. Martin e pelo Conselho de Professores unicamente por um dever que julgam profissional. Tenho direito a que se faça justiça ao meu systema de escripta, assim como o dever de defendel-o, para o que estou disposto a apresentar os meus discipulos cegos onde fôr necessario para comprovar as minhas asserções. É necessario, pois, demonstrar que todas as conclusões, apresentadas *arguendi gratia*, pelos Brailistas, são erroneas e apenas productos morbidos de corações gratos á memoria de Braille, até ao ponto de tirar a Barbier a gloria principal que de direito lhe corresponde.

Antes de mais nada direi que o meu alfabeto é em parte convencional e em parte não o é. Os impressos dos cegos deixam de ser convencionaes e entram no dominio do grande publico vidente; as edições periodicas e de instrucção dos cegos passam a ser communs aos que têm vista; e finalmente os manuscriptos dos cegos deixam de ser de todo convencionaes mesmo que o cego empregue só os pontos, pois póde apresentar mais de um 30 % de letras conhecidas por toda a gente.

Não houve sacrificio algum da minha parte ao pretender encontrar uma escripta commum a cegos e videntes, como affirmou Mr. Martin, pois podendo apresentar um 50 % de caracteres conhecidos pelos videntes; limitei-me a conservar apenas um 30 % de caracteres romanos conhecidos por todos e em todo o mundo.

E' preciso que Mr. Martin reconheça que o meu systema tem ainda outra vantagem sobre as estylographias de Beau-

fort e de Mulot além d'aquella que mencionou n'uma das suas conclusões. A minha escripta não só póde ser lida mais facilmente pelos cegos que encontram melhor os pontos do que as linhas, mas apresenta tambem a vantagem de se poder produzir nos proprios aparelhos de Braille. Isto é de grande importancia e Mr. Martin nada disse a este respeito.

Mais adeante diz Mr. Martin que os pontos foram lançados nas letras *presqu'au hasard* e que a disposição adoptada não é nada methodica. Isto não é verdade; Mr. Martin não comprehendeu ou não quiz comprehender qual a regra por mim seguida n'essa disposição e foi naturalmente essa a razão que o levou a dizer que a collocação dos pontos nas letras nada tinha de methodica.

Estas affirmações de Mr. Martin estão em completa desharmonia com um artigo escripto por Mr. Ballu, no *Valentin Haily* do mez de junho de 1890, no qual, fallando do meu systema, diz que procurei na collocação dos pontos *la plus ou moins ressemblance avec la forme usuelle des lettres.*

Procurarei dar a conhecer a Mr. Martin a regra da collocação dos pontos por mim seguida, comparando-a com a que Braille seguiu, aproveitando esta comparação para mostrar mais uma vez as vantagens do meu systema sobre o de Braille.

O systema Braille obedece á regra da formação dos caracteres por meio de series, ás quaes successivamente se juntam pontos em differentes posições.

O systema Mascaró obedece á regra da formação dos caracteres por meio de pontos que definam o melhor possivel *o principio, o meio e o fim, ou o principio e o fim, ou toda a letra romana, sendo possivel, que pretendemos representar.*

As letras do alfabeto Braille fóra da série a que pertencem não são reconhecidas por pessoa alguma e ha um certo numero d'entre ellas que até estão em desharmonia com o que parece que representam no alfabeto mais universalmente conhecido que é o romano.

As letras do alfabeto Mascaró não precisam de disposição especial para serem reconhecidas: basta que dêmos a conhecer a regra geral da disposição dos pontos.

Peço licença a Mr. Martin para apropriar esta sua phrase ao meu systema: *Rien de plus méthodique que cet alphabet.*

Continuando na leitura do parecer de Mr. Martin, vejo que este senhor diz que um dos grandes inconvenientes do meu

systema consiste na «*Lenteur de l'écriture Mascaró comparée à l'écriture Braille.*»

Sómente lhe direi que me parece incrível que o fanatismo pelo systema Braille lhe tenha offuscado a razão até ao ponto de querer fazer uma comparação de tal ordem. Comparemos o systema Braille com o meu apenas na parte em que lhe é semelhante, isto é, nos pontos e não juntando-lhe outro trabalho que vem dar-lhe uma grande superioridade sobre o de Braille.

Os cegos habituados a escrever pelo meu systema fazendo simultaneamente pontos e traços, podem ainda assim competir com os que escrevem só os pontos de Braille. A rapidez porém, não é parte essencial na escripta dos cegos, nem tão importante que mereça ser tão longamente tratada. Os cegos que quizerem escrever com rapidez servem-se da stenographia que é exclusivamente para o seu uso.

Emquanto á resistencia que Mr. Martin diz ter encontrado ao fazer os pontos, dir-lhe-hei unicamente que se tivesse empregado um punção mais fino essa resistencia teria desaparecido. Mas quem nos obriga a escrever em tres espessuras? Não temos acaso diferentes meios para obstar á resistencia das tres espessuras, como por exemplo o emprego do lapis e papel commum de que Mr. Martin não diz absolutamente nada, apesar de lhe ter enviado alguns escriptos em lapis? Ter-se-hão esses escriptos perdido? Mas então como é que Mr. Martin falla no emprego das minusculas pois só n'elles é que me recordo de as ter empregado?

No que diz respeito ao esforço que fez para traçar as linhas, digo-lhe que esse excesso de força é completamente inutil, pois basta passar ao de leve o punção, isto é fazel-o escorregar sobre o papel para que o papel azul transmitta com a nitidez sufficiente a impressão recebida.

Mr. Martin, não póde resignar-se, assim como a maior parte dos Braillistas, a idéa de que o meu systema venha substituir o de Braille, e só assim é que se comprehende a obstinação em apresentar em todas as suas considerações sempre os mesmos argumentos.

Diz Mr. Martin mais adeante que: «*comme conséquence de l'emploi des trois feuilles pour faire une seule page, il faut constater une augmentation très importante de la dépense.*»

Isto não é verdadeiro e vou expôr immediatamente as razões porque o digo.

1.º O emprego de tres folhas não é essencial no uso do meu systema de escripta ;

2.º Dado o caso de se empregarem as tres folhas, ha a vantagem de se tirarem dois exemplares de cada vez e ambos elles comprehensíveis tanto pelo cego como pelo vidente;

3.º A despeza que se faz com o papel azul, pelo menos em Portugal, é nulla, porque nos é enviado gratuitamente pela Agencia Havas e pela Direcção dos Telegraphos. Creio portanto, que em todas as nações civilizadas em que haja telegraphos, se poderão obter os *desperdícios* de papel azul que para o uso do cego servem como se fosse papel novo. O papel azul serve para mais d'uma vez, o que, no caso de se ter de comprar, viria diminuir a despeza exagerada no parecer emittido por Mr. Martin ;

4.º Finalmente direi que os calculos feitos por Mr. Martin sobre o importe de *um unico* exemplar de Braille e o *de dois* exemplares que se podem tirar de cada vez pelo meu systema, são mais uma prova de que Mr. Martin vê o meu systema não com os olhos da razão, mas com os de um coração grato á memoria de Braille.

A ultima consideração do parecer emittido por Mr. Martin diz respeito á impossibilidade de escrever pelo meu systema a musica para os cegos.

O fim principal do meu alphabeto é a representação dos caracteres romanos; ora como todos sabem, esses caracteres não servem para representar a musica, por isso que foi preciso inventar um convencionalismo especial. Como é que quer então Mr. Martin que eu represente a musica por caracteres romanos? Queria talvez que inventasse mais uma nova convenção? Não é esse o meu desejo; não pretendo destruir nada do que está feito, mas simplesmente aproveitar o que póde ser util ao cego e ao mesmo tempo comprehensivel pelos que têm vista.

Para terminar direi que já esperava todas estas opposições e obstaculos ao emprego do meu systema, assim como espero, que depois de comprehendidas as razões que acabo de expôr, hão-de declarar a sua superioridade, á semelhança do director do Instituto de Cegos de Hamburgo, Mr. Merle, que depois de me ter combatido me enviou as seguintes conclusões :

1.ª — «A escripta de linha e a de pontos sustêm-se mutuamente porque desapareceu o seu dualismo.»

2.º— «O systema de pontos faz possível uma revisão bastante segura sobre a correcção da escripta de linhas, affastando assim um grande defeito que para o cego tinha até agora este ultimo systema.»

«Por este motivo saudo na sua invenção um progresso na educação dos cegos e assigno-me, etc., etc.»

Em Hespanha, no Congresso Pedagogico celebrado em Madrid em 1892, houve um fanatico do systema Llorens que pediu que este fosse adoptado sem discussão como official. Devido ao talento e valiosa protecção do dr. Bernardino Machado, representante de Portugal n'esse Congresso, que estava disposto a protestar contra a pretensão do sectario, poudo conseguir que o governo mandasse estudar o meu systema pelo Conselho de Professores do Collegio Nacional de Surdos-Mudos e de Cegos de Madrid, o qual emittiu as seguintes conclusões :

«que o sr. Mascaró procurou sem sahir dos seis pontos de que consta a clave Braille, dar a alguns dos seus caracteres convencionaes a fórma commum ;»

«que o apparelho empregado pelo sr. Mascaró para escrever o seu systema é muito simples, circumstancia muito recommendavel se se tem em vista as pessoas a que se destina ;»

«que o alphabeto Mascaró tem a dupla vantagem de poder-se comunicar o cego com os seus companheiros e com os videntes com um unico trabalho ;»

«e que o dito professor fez um bem com o seu alphabeto no ensino dos cegos.»

Nos Estados Unidos da America do Norte, apesar de terem o «New York Point System» de que se mostram muito orgulhosos e que não é mais do que o systema Braille deitado tambem me felicitaram pelo meu systema de escripta.

Parece pois que o meu systema é apreciado por todos os sabios, menos pelos professores de l'«Institution Nationale des Jeunes Aveugles de Paris,» que não querem reconhecer que a minha invenção é o corôamento da immortal escripta noturna de Barbier orthographiada por Braille.

Lisboa, 10 de março de 1894.

A. MASCARÓ.

Quadro comparativo dos alphabetos Mascaró e Braille

Os pontos que estão ligados pelos traços das letras romanas são os que formam o alfabeto Mascaró, inventado em 1889

Os pontos que não estão ligados, nem podem ligar-se, para representar as letras romanas por estarem em desharmonia com ellas, formam o alfabeto Braille, inventado em 1829

ALFABETO DE A. MASCARÓ,

INVENTADO EM 1889.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
X	Y	Z	Ç	À	Â	Ã	Ä	Å	Æ	Ë
Ä	Ë	Ö	Û	Ø	À	Ä	Å	Ë	Ö	Û
Ä	Ë	Ö	Û	Ø	À	Ä	Å	Ë	Ö	Û

LETRAS MAYÚSCULAS

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

SIGNOS DE PUNTAÇÃO

· : . 2 3 4 5 6 7 8 9 0

Y SIGNO DE NÚMERO

Y1	Y2	Y3	Y4	Y5	Y6	Y7	Y8	Y9	Y0
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Y10	Y20	Y30	Y40	Y1A	Y2A	Y3A	Y4A
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

SIGNOS MATEMÁTICOS

X	/	:	>	<	:	√	∞	∫	∂	∇
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

No. 1.º de 1889. A. Mascaró

1.ª forma de 85

1.º.º.º.º.º

CULTURA DA SENSIBILIDADE

Educação moral — Natureza complexa da sensibilidade — Divisão das inclinações — A educação do coração é quasi sempre descuidada — Necessidade d'essa educação — Dificuldades particulares da educação dos sentimentos — Desenvolvimento da sympathia na creança — Caracteres geraes da sensibilidade infantil — Abuso da sensibilidade na educação — Falsas apparencias da sensibilidade infantil — Regras geraes da educação da sensibilidade — Relações entre o sentimento e a idéa — Comunicação dos sentimentos — Relações entre o sentimento e a acção — Geração dos sentimentos uns pelos outros — O sentimento do prazer e da dôr — Excitações dos sentimentos pessoaes — As paixões.

A educação moral — A educação intellectual é com certeza a melhor das preparações para a educação moral. Tudo o que se faz para desenvolver a intelligencia, é tambem util para a cultura dos sentimentos, da consciencia moral e da vontade. Em uma intelligencia bem organizada, cujas faculdades receberam toda a educação apropriada ao seu destino, as qualidades moraes do character germinam espontaneamente. O homem simplesmente instruido é por vezes um mau homem: mas duvidamos de que o homem bem educado apresente tambem por vezes uma má intelligencia. Uma imaginação regulada, uma attenção aturada e um juizo solido, são barreiras seguras que se oppõem á cegueira das paixões e que impedem as irregularidades de procedimento. Não deixa tambem de ser verdade que a educação intellectual não basta e que as outras faculdades merecem tambem uma cultura especial. O homem não vale menos no ponto de vista sensivel do que no ponto de vista intellectual. Não nascemos só para conhecer e comprehender, mas tambem para sentir e para amar. A educação moral distingue-se pois da educação intellectual, e o seu primeiro objecto deve ser a cultura da sensibilidade.

Natureza complexa da sensibilidade — Não ha mais variado nem mais complexo do que os factos psychologicos que os philosophos referem á sensibilidade. E' aqui, sobretudo, diante d'estes phenomenos tão diversos, que estão os elementos de todas as virtudes e de todos os vicios da humanidade, é diante das manifestações do que ha de mais hu-

milde, de mais grosseiro e tambem de mais elevado e ideal que conviria fazer nascer para as confundir, as opiniões extremas dos que dizem com Rousseau: «Tudo é bom» e com Hegdel «tudo é mau no homem!»

A sensibilidade é a fonte commum onde se alimentam tanto as paixões aviltantes, como os sentimentos mais elevados. E' ella que produz, ora o homem sensual que se abandona aos prazeres grosseiros, o egoista que se absorve todo na consecução do seu bem pessoal, o mau que sacrifica tudo á sua vingança, ora homem dedicado e bom que só tem por prazer o prazer que elle causa a outrem, o amigo, o patriota e o philantropo que fazem abnegação de si mesmos para servirem os objectos do seu culto.

D'esta diversidade dos phenomenos da sensibilidade, resulta que a educação tem um papel duplo: ora trata de moderar ou mesmo de reprimir inclinações perigosas, e paixões más, ora de estimular e desenvolver as bellas e nobres qualidades do sentimento.

A maior parte dos psychologistas concordam em distribuir em tres classes as inclinações ou emoções da sensibilidade:

1.^a As inclinações pessoaes ou individuaes, que tem por objecto o eu e tudo o que a elle se refere directamente: taes são os prazeres do amor proprio e da ambição. Todas ellas se resumem em uma palavra: o egoismo;

2.^a As inclinações sympathicas ou benevolas, por meio das quaes nos affeioamos a outrem, a que a escola positivista chama *altruismo*: as affeições em geral, o patriotismo, o amor da humanidade;

3.^a As inclinações superiores que teem por objecto ideias abstractas: o amor da verdade, do bello e do bem.

Entre estas diversas manifestações da sensibilidade, as outras formam uma classe completamente distincta e prendem-se ao que ha de mais elevado na natureza humana, como a moral, a sciencia, a arte. Havemos de estudal-as á parte. Desde já só as examinaremos, no seu desenvolvimento natural e na sua educação pedagogica, as inclinações egoistas e as inclinações benevolas, pondo sobretudo e logo a principio em relevo as que constituem propriamente a boa sensibilidade, o amor do proximo, em uma palavra, o coração, em virtude do qual, como dizia o P.^o Girard: «O homem é tudo o que é».

A educação do coração é quasi sempre desat-

tendida — Ha muito que os psychologos deram á sensibilidade o seu logar no quadro das facultades humanas ; mas parece que não tem sido bem comprehendidos pelos pedagogistas. Abrindo-se com effeito a maior parte dos tratados de pedagogia, vê-se que o capitulo que diz respeito ao coração é em geral omittido. E n'este ponto a pratica está bem em harmonia com a theoria. Quantas escolas não ha em que se não emprega o minimo esforço, a fim de cultivar as emoções, os sentimentos sympathicos e tudo o que faz o homem bom, sociavel, amigo e dedicado !

Ha mais. Certos escriptores fazem d'esta missão um merito dos pedagogistas, que deveriam antes ser reprehendidos. Bem attesta isto o trecho seguinte :

«O silencio quasi absoluto de Montaigne, sobre esta parte da educação, tendente a formar o coração do discipulo, parece uma nova prova do seu bom juizo».¹

Necessidade d'esta educação — Não nos podemos conformar com uma similhante asserção, e não nos parece que o coração tenha menos direito do que o espirito, a uma cultura especial. Será por ventura preciso provar que o coração vale pelo menos, tanto como o espirito, e que a sensibilidade tambem merece os cuidados do educador ? Não será evidente que o proprio dever deve a maior parte das vezes ser protegido pelo sentimento ? A verdadeira virtude é a que se funda no proprio amor d'ella. «Só é virtuoso, dizia Aristoteles, quem acha prazer em sel-o». Desconfiamos dos homens que, como Rosseau, confirmam o seu comportamento só aos dictames do coração. O coração póde ser regulado pela razão, e uma sensibilidade ardente póde dar logar aos mais estranhos transvios do juizo e da acção. Mas desconfiamos tambem dos espiritos seccos, que raciocinam em demasia e que só se deixam inspirar pela reflexão fria : tropeçarão mais vezes do que se imagina, se o sentimento os não auxiliar.

De resto muitas das nossas affeições fazem parte integrante dos nossos deveres. O amor da familia, dos amigos e da patria, não é só a fonte dos prazeres mais delicados, dos melhores gozos da vida, mas tambem o primeiro dever de um homem virtuoso.

Difficuldades particulares da educação dos sen-

¹ *Meditations et études morales*, pag. 404.

timentos. — Uma das razões do silencio dos pedagogistas sobre a natureza do coração, é provavelmente a dificuldade particular d'esta parte do coração.

Não se dão lições de sensibilidade como se dão lições de leitura ou de calculo. «A affeição, diz miss Edgeworth, não se aprende de cór». O mestre tem na sua mão os meios de excitar as forças intellectuaes da creança: colloca os objectos diante dos seus olhos, communica-lhe os conhecimentos pela palavra, e assim obra directamentè sobre as faculdades do espirito. Mas não tem o mesmo poder sobre os sentimentos. Não se pôde ordenar a uma creança que se commova como se lhe ordena que preste a attenção.

Além d'isso a grande diversidade que a natureza dá ás sensibilidades humanas, vem ainda complicar o problema. O coração é, ainda mais do que o espirito, um dom natural. A opinião commum, que não deixa de ter a sua razão, admite que nascemos carinhosos ou seccos, affectuosos ou frios. A educação parece incapaz de dar calor a certas almas e de fazer despontar n'ellas a vida do amor.

Apezar d'estas difficuldades, ha uma arte de cultivar a sensibilidade e esta consiste, sobretudo, em collocar a alma da creança nas circumstancias mais favoraveis ao desenvolvimento completo das suas disposições naturaes.

Desenvolvimento da sympathia na creança. — A principio a creança não passa d'um pequeno egoista, e é do seu egoismo mesmo que vem pouco a pouco a sympathia, a faculdade de amar. Ella dá cedo provas de sympathia ou de antipathia, não só pelas pessoas e pelos irracionaes, mas tambem pelas cousas inanimadas.

Os brinquedos, os cavallinhos de pau, os gatinhos de borraça, inspiram-lhe muito affecto e ternura. Pelo contrario, detesta tudo o que lhe causa dôr ou enfado. «A palmatoria e a toalha, diz Perez, são seus inimigos pessoaes.» Devemos notar que as primeiras sympathias das creanças são pelas pessoas que lhe causam prazer sensível, tendo já seis mezes só se ri com vontade para a ama ou para a creada. Para a ama porque lhe lembra as doces impressões que sente ao mamar, para a creada porque a embala e dispensa-lhe carinhos.

O habito e a familiaridade representam assim um grande papel no desenvolvimento das primeiras affeições e na educação de uma sensibilidade que é vivamente impressionada por tudo o que é novo e desconhecido.

Mais tarde, quando ha o prazer do gosto e do contacto se ajuntam os da vista e do ouvido, a sympathy provocada por estas novas sensações agradaveis ou desagradaveis estende-se aos objectos sonoros ou de côres vivas, assim como aos animaes que pela graça dos seus movimentos ou pelo ruido dos seus gritos dão á vista e ao ouvido da creança uma occasião para se exercitarem d'um modo agradável.

Em resumo, a sympathy segue passo a passo as manifestações do prazer sensível.

Caracteres geraes da sensibilidade infantil.— A sensibilidade da creança tem os mesmos limites da sua intelligencia. Pensando só nas cousas actuaes, lembrando-se apenas das cousas que acabam de se passar, a creança não sabe estender as suas indicações para cousas futuras. Assim tambem os seus prazeres e dores não vão além do momento.

D'aqui vem a vivacidade e brevidade das emoções da creança. A sua vida sensível é composta de zangas que pouco duram, de choros e risos repentinos, de dôres violentas, de ternuras subitas, de sentimentos, em summa, tão ardentes como ephmeros. Comprehende-se facilmente que sendo só determinado pela presença dos objectos o sentimento da creança impressiona-se depressa, mas não tem raizes profundas, limitando-se por consequencia á superficie em vez de se lhe fixar na alma.

Por um nada exalta-se, é todo alegrias e todo choros, auxiliado n'isso pelas suas forças flexiveis e cheias de vida.

Arrebenta de riso, assim como se banha em lagrimas e se agita todo de impaciencia e de colera.

Mas todo este fogo extingue-se com a mesma rapidez com que se accendeu. Logo que o objecto se affasta ou desapparece, o sentimento vae-se tambem. E' que ainda não ha no espirito da creança uma força sufficiente de pensamento que possa fixar a emoção e tornal-a duradoura. «Logo que se apresentam novos objectos e novas impressões, diz Sully, a torrente da paixão pára».

Abuso da sensibilidade na educação.— Ha pedagogistas cuja maxima favorita é: «raciocinae sempre com as creanças.» Outros não se enganam menos quando dizem: «dirigi vos sempre á sua sensibilidade.»

A educação não tem um mobil exclusivo e a sensibilidade muito menos ainda.

Mesmo depois da sensibilidade estar perfeitamente desen-

volvida na creança, ha perigo em confiar n'ella. Além d'isto esta sensibilidade é curta e limitada, e contando com a sua inspiração para dirigir as acções da creança é o mesmo que contar com cousa nenhuma.

Falsas apparencias da sensibilidade infantil. — A creança é, com effeito, menos sensivel do que parece. Enganados pelas apparencias, attribuimo lhe muitas vezes sentimentos que não têm.

«As acções enganam-nos continuamente pelas suas relações exteriores com as nossas. Illudimo-nos tambem muitas vezes quando procuramos n'ellas para dirigil-as moveis semelhantes áquelles de que temos consciencia. Luiza, no meio de um arrebatamento qualquer, abandona os seus brinquedos e vem suspender-se-me ao pescoço não se cançando em me cobrir de beijos. Parece que o meu coração inteiro de mãe não basta para corresponder á vivacidade das suas caricias; mas depois tambem toda folgasã e cheia de alegria lá vae beijar a boneca ou o braço da poltrona que se acha no meio do quarto.» ¹

Ha uma desproporção evidente entre as manifestações exteriores da creança, entre os seus gestos e movimentos que attestam uma superabundancia de vida em um corpo joven, e a medida real dos sentimentos que ella experimenta. Não devemos, pois, levados por falsas apparencias e por que a creança chora por qualquer cousa, attribuir-lhe uma força de emoção semelhante á nossa. E' ridiculo corrigir a creança dizendo-lhe, como quer Rosseau, depois de um erro commetido: «Meu amigo, causaste-me dôr!» Ou a creança não comprehende e a admoestação deixa-a indifferente, ou parece commovida, estando-o só superficialmente; e assim procurando excitar uma sensibilidade prematura, só se obtem affectações e momices de afeição.

«Tem-se quasi sempre muita pressa, diz miss Edgeworth, em desenvolver a sensibilidade das creanças, exigindo mesmo provas d'este desenvolvimento. Aqui está um exemplo do abuso d'este methodo: Estando a duqueza de Orleans, doente em Paris, M.^{me} Genis exigia dos filhos, cuja educação dirigia, que escrevessem a toda a hora cartas para terem noticias de sua mãe. Partindo de Saint-Leu, M.^{me} de Genis pergunta ás creanças se não tem recado nenhum a dar para Paris. «Sim,

¹ M.^{me} Guizot. *Lettre de familie sur l'éducation*, tom. I, sag. 6.

diz o mais velho, tenho que mandar buscar uma gaiola.» E esquecia a mãe, o que foi preciso dizer-lhe ao ouvido.¹

Tomemos, pois, as creanças pelo que ellas são, isto é, 'pequenos egoistas em quem a sensibilidade affectuosa se desenvolve lentamente, não fazendo nunca desaparecer as preocupações do interesse pessoal.

Regras geraes da educação da sensibilidade — O estado attento do progresso gradual e continuo da sensibilidade, elevando-se pouco a pouco dos prazeres mais grosseiros dos sentidos para as emoções mais delicadas do coração. E' a melhor refutação que se possa oppôr ao erro dos pedagogistas que, á imitação de Rosseau, esperam os quinze annos para desenvolver os sentimentos moraes. Não é nunca cedo para cultivar a sensibilidade da creança e exercitar nas amizades infantis e nas affeições de familia uma sensibilidade destinada a apaixonar-se por cousas mais importantes ainda. N'este ponto é preciso obedecer á natureza e ao instincto e dar largas desde a juventude ás primeiras emoções e aos primeiros abalos do coração.

A educação da sensibilidade deve ser, primeiro negativa, contentando-se em affastar tudo o que possa contrariar e comprimir a sensibilidade nascente. Mas pouco a pouco tornar-se-ha positiva, procurando todas as occasiões de excitar e ao mesmo tempo regular os sentimentos e de interessal-os nas cousas boas e bellas.

Relações entre o sentimento e a ideia — A mais simples analyse psychologica basta para estabelecer que os sentimentos tem relações estreitas com as ideias. A sensibilidade só se exerce sobre os objectos que a intelligencia conhece. E' um erro acreditar que o coração empobrece á proporção que o juizo enriquece. Se quereis que a creança ame a sua patria, ensinae-lhe primeiro que cousa ella é; contae-lhe a historia dos seus antepassados e descrevei-lhes o territorio do seu paiz. Uma vez que a idéa tiver tomado corpo no seu espirito, o sentimento irá seguindo e affeiçoando-se espontaneamente ao objecto conhecido. Não devemos contentar-nos em esclarecer a intelligencia; devemos tambem interessar a imaginação. Um philosopho inglez dizia que a avidez tinha frequentemente por causa o defeito de imaginação.

¹ Miss Edgeworth — *Education pratique*, t. II, pag. 235.

«A narração de um mesmo acontecimento tragico, sendo-nos feita de um modo frio e pouco interessante, deixa-nos insensíveis; em quanto que apresentada de um modo que falla á imaginação comove-nos até ao fundo da alma. E' o que explica tambem que um accidente acontecido em uma cidade que conhecemos, no nosso bairro ou na nossa vizinhança comove-nos muito mais do que se tivesse logar longe em uma cidade estrangeira ou em um paiz desconhecido». ¹

O desenvolvimento da sensibilidade está pois intimamente ligado ao progresso da intelligencia. Não temos directamente acção sobre o sentimento, nem podemos evocal-o de chofre. Mas por vias indirectas, appellando para a reflexão e apresentando á creança quer por meio de narrações, quer por meio de exemplos reaes, situações proprias que a comovam, poderemos, esclarecendo o espirito achar o caminho do coração.

O auctor da *École maternelle*, dá conta de uma lição excellente de sentimento filial. Uma creancinha frequentando ainda as classes inferiores da escola perdera a mãe. Voltando do cemiterio tornou a ir para a escola onde, com o descuido da sua idade fallava e ria com os seus condiscipulos. Quando chegou a hora da classe, a mestra exprimiu-se assim: «meus filhinhos hoje não ha canto, pois que para cantar é preciso estar feliz e contente. Ora nós não podemos estar contentes porque ha aqui uma creança que não é feliz.»

«Acaba de soffrer a maior desgraça que possa cair sobre uma creança: perdeu a mãe que tanto a amava. Esta noite quando entrar para casa não poderá já ver a sua querida mamã que ella tanto beijava. Vós, meus filhos, que tendes a felicidade de achar vossa mãe em casa, lembrae-vos ao beijal-a quanto sois felizes em não tel-a perdido. Amae sempre a vossa mãe, e para lhe provar que a amaes não a façaes nunca soffrer.»

E a mestra accrescentou:

«Sede muito bons para com Carlos que perdeu sua mãe, a qual tanto o amava.»²

Comunicação do sentimento — Se o sentimento não se ensina directamente em compensação, communica-se. A sensibilidade é contagiosa. Se rodiares a creança de af-

¹ Marion, *Leçon de psychologie*, pag. 182.

² M.^{elle} Chalamet, pag. 87.

feição e de amor, ella não deixará de corresponder. O seu coração desperta-se, sentindo que outros corações batem ao lado do seu. Todas as faculdades da alma e sobre tudo o sentimento, tem uma tendencia a radiar e a communicar-se.

Notando nós secura e insensibilidade n'um homem já feito, não o julgemos mal por isso: a culpa é antes dos paes, dos primeiros mestres, do meio em que elle se desenvolveu, do que d'elle propriamente. M.^{me} de Maintenon era a razão em pessoa, mas faltava á sua *solidéz*, como lhe chamava Luiz XIV, um pouco de sensibilidade e de meiguico. De certo este defeito vinha em parte da sua educação: a mãe em toda a sua vida só a tinha beijado duas vezes, e isto mesmo depois de uma longa ausencia. O melhor meio de tornar a creança sensível, é sel-o tambem com ella. O amor produz o amor. A alma abre-se e abandona-se a uma affeição provada. Rodeado de pessoas meigas e de disposições benevolas, habituado a ser um objecto de indulgencia e de amor, a creança tornar-se-ha naturalmente meiga e benevola. Aprende em summa a sentir a bondade cujos effeitos tem experimentado, se o mestre tem amor pelos seus discipulos, o coração d'elles corresponderá ao seu. O amor é naturalmente communicativo, provoca uma reciprocidade de ternura e *sympathia*. A creança sabe muito bem quando é amada, vê isso nos olhos e nas palavras do mestre; e quando reconhece n'elle uma paciencia cheia de affeição, o seu coração internee-se e inclina-se inevitavelmente ao ser que se lhe consagra com tanta dedicacção. Corre para o mestre com alegria, vendo n'elle um amigo e um pae. E' n'isto que eu me fundei, dizia Pestalozzi: Eu queria que os meus discipulos podessem a cada instante, desde pela manhã até á noite ler nos meus olhos e em todo o rosto que o meu coração lhes era dedicado; e que a sua felicidade e as suas alegrias eram tambem a minha felicidade e as minhas alegrias.»¹

¹ Gauthey, *De l'education*, t. II. pag. 8. Convem observar como madame P. Carpentier que esta affeição do mestre para com os discipulos deve ser uma affeição particular e individual: «Para que as creanças amem é preciso tambem amal-as e amal-as não das alturas da *phylantropia* para não ficar assim muito longe d'ellas. Amae todas as creanças do globo se tendes alma bastante vasta para isso, mas amae sobre tudo e em particular cada uma das que são confiadas aos vossos cuidados. Nada de affecto abstracto, e muito affecto pratico.»

Relações entre o sentimento e a acção.— Um excellento meio de cultivar a sensibilidade é dar-lhe occasião e facilitar os meios de se exercitar. O abbade de Saint-Pierre aconselhava como exercicios escolares, actos de beneficencia e de justiça. Pelo menos deve-se exigir das creanças, estando no seio da familia, carinhos para com os irmãos e respeito para com os paes, estando na escola, affabilidade para com os seus condiscipulos.

Só pelo habito de praticar uma virtude, a creança vem a adquirir o sentimento que de ordinario acompanha e inspira esta virtude. Praticando a esmola, aprende a amar os pobres ; prestando serviços aos outros vem a ter amor pela humanidade. Só uma condição se deve exigir : é que as acções suggeridas á creança sejam conformes á sua natureza, que respondam já ás suas inclinações e que não sejam constrangidas e forçadas. Só então achará a creança na acção praticada uma nova fonte de prazer e o prazer fazendo-se sentir excital-o-ha a repetir a acção. É uma verdade que se deve ter em vista que só amamos porque temos prazer em amar.

É preciso não nos contentarmos com a apparencia. No sentimento, assim como em religião, o que importa é o fundo e não as formalidades exteriores.

A creança rica, por exemplo, dá de boa vontade dinheiro aos pobres quando o tem, mas ella não conhece o valor do dinheiro nem sente a privação do que dá por estar habituada a viver na abundancia demasiada. Habitue-mos, pois, a creança só a acções da sua idade e cujo alcance póde comprehender. N'este exercicio da sensibilidade infantil ter-se-ha o cuidado de fazer comprehender á creança os effeitos que as suas acções produzem sobre a sensibilidade dos outros. A falta de *sympathia* provém muitas vezes da inadvertencia da creança que não comprehende o alcance dos sentimentos dos seus semelhantes ; seria mais affectuosa e mais meiga se comprehendesse quanto a sua insubordinação e as suas culpas affligem as que a amam. Fazei-a reflectir na dôr que causa a seus paes procedendo mal, na satisfação que lhes dá procedendo bem. No dia em que a creança tiver uma idéa exacta das consequencias dos seus act's, experimentará de certo as delicias da *sympathia* e da affeição ; fará consistir o seu prazer no prazer alheio, terá decididamente transposto o circulo estreito do egoismo.

Geração dos sentimentos uns pelos outros. — Se

é verdade que os sentimentos se communicam de um coração a outro, não é menos verdade que por uma especie de geração interna, o sentimento uma vez excitado na alma dá n'ella origem a outros sentimentos.

Os diversos affectos formam como que uma cadeia : se a creança chega a attingir uma extremidade facilmente passará de um elo a outro e assim percorrerá toda a cadeia. Dirijamo-nos primeiro aos sentimentos mais simples e mais familiares ; ateemos no coração da creança um centro de calor qualquer e veremos a chamma ir crescendo e estender-se pouco a pouco á alma inteira.

«Amam-se muito as creanças que veem os paes mutuamente amarem-se. Em uma casa onde reina a ternura, as creanças respiram-na por todos os poros e são todas ternura. Antes de aprender a fallar, as creanças lêem o *affecto* nos olhos dos paes e este affecto communicam no ellas a tudo o que as rodeia.»¹

Começando a creança por amar a familia virá tambem com certeza a amar os seus amigos, os seus concidadãos e a humanidade inteira. O filho affectuoso, o condiscipulo affavel, será tambem por uma especie de fatalidade feliz um cidadão ardente, um patriota, um homem generoso e bom. Não é o amor filiar, são os egoismos da familia. Que levam muitas vezes o cidadão a não amar a patria como deve.

O sentimento do prazer e da dôr. — O prazer é o fundo de toda a sensibilidade. E' pela vivacidade do prazer que elle é capaz de sentir que se deve medir o grau de sensibilidade da creança. Julgamos amar os outros por elles mesmos ; e na realidade só os amamos pelo prazer que temos em amal-os.

Com muito mais razão, tratando-se das inclinações pessoais e egoistas, o prazer que se sente é o principio e o fim do sentimento. Em um certo sentido, poder-se-hia pois pretender que a educação da sensibilidade consiste unicamente, quer em desenvolver, quer em regular na crença o sentimento do prazer.

¹ Champfleury, *Les enfantes*, pag. 138.

Continúa.

GABRIEL COMPAYRÉ.

O EXAME MEDICO-LEGAL DO CRIMINOSO

Dissemos no nosso ultimo artigo ¹ dever a justiça repressiva fundar-se, não no velho criterio do livre arbitrio, mas no da adaptabilidade á vida social, pelo conhecimento dos sentimentos que constituem o fundo moral do delinquente em relação á media dos sentimentos sociaes, e pelas causas phisicas, psychicas e moraes, productoras do crime.

Esta evolução scientifica criminalologica, harmoniza-se com a nova phase a que passou ao mesmo tempo, pela fatalidade evolutiva, a justiça, que já não procura vingar a offensa feita á sociedade pelo criminoso, mas redobra as precauções para evitar a repetição do acto incriminado e trata de obter a compensação devida.

Durante esta evolução a justiça tem estado entre a libertação de um criminoso irresponsavel e a punição de um delinquente de livre vontade. Mas a consideração singela d'estes dois termos extremos não corresponde ao ideal de justiça que as sociedades adiantadas pela civilisação desejam com vehemencia e necessitam impreterivelmente. Entre o individuo de consciencia e vontade por si propria dirigivel e o louco averiguado e mais ou menos inconsciente ha uma serie indefinida de termos que diariamente perpassam nos tribunaes, sem que os jurisconsultos se tenham preocupado a não ser por excepção com essa infinita graduação de criminalidade, e com as difficuldades e imperfeições da repressão e a inanidade do pretenso castigo, transformação ultima da antiga fórma de vingança, pela qual se desforçava a sociedade lesada material e moralmente pelo criminoso.

Zaborowski dizia o anno passado ² que a repressão que não tomára conta das differenças entre as diversas cathogorias de criminosos faz uma obra vã e não previne cousa alguma, não reprime ninguem e não chega mesmo a ser justa, e por seu lado, P. Garnier, o illustre medico chefe da enfermaria do deposito da perfeitura policial de Paris, declarou ao congresso anthropologico de Bruxellas (1892) que ti-

¹ *Revista de Educação e Ensino*, n.º 2-3, pag. 87.

² Conferencia feita na mairie do xvi bairro. Paris, fevereiro de 1893.

nha apurado 255 erros judiarios, em que se tratou de delinquentes inconscientes, tomados pela justiça como responsáveis e portanto como voluntarios do crime.

Um criminoso é sempre uma anomalia, e de facto é sabido que apresentam frequentes vezes stigmas que, se não os distinguem verdadeiramente do commum dos homens, revelam a sua divergencia das leis physiologicas e psychologicas pelas quaes se rege a grande maioria em que o criminoso se destaca pelas suas taras e pelos seus actos immoraes. Porque em qualquer criminoso ha sempre mais de um signal, ainda que pouco reconhecido, mais de um acto denunciativo da anomalia que o colloca em divergencia e opposição com a sociedade, e o faz repellir por esta. Por isso não é raro nos criminosos, encontrar além do acto ou actos delictuosos os habitos alcoolicos, o caracter apaixonado, a susceptibilidade exagerada, a irritabilidade, as anomalias de sensibilidade, o desamor, a irreligiosidade ou o fanatismo, as taras degenerativas, geralmente multiplas, as anomalias psychicas, as deficiencias ou imperfeições intellectuaes e de caracter, um grau maior ou menor da insensibilidade moral, disequilibrios nervosos, e até nevroses e psychoses. Tudo isto, porém, se esbate lentamente entre a probidade e o crime, desde o criminoso nato até ao d'ocasião, que pela altivez de sentimentos que a sociedade preza foi levado a tentar contra o seu semelhante o que em circumstancias diversas constitue delicto, por exemplo quando uma violencia foi perpretada em defesa da honra.

Para fazer conhecer melhor a necessidade de introduzir no fôro o concurso medico-legal phreniatrico, como guia seguro na classificação dos criminosos, na distribuição das penas e na disposição de medidas preventivas do crime, recordaremos e citaremos alguns casos que por mais caracteristicos se tornem mais demonstrativos.

O criminoso nato, se não é sempre um ente pathologico é com certeza fundamentalmente uma monstruosidade psychica sobre que a repressão tem de ser indefinida e especial para ser efficaz e para a qual não servem as penas graduadas á importancia do delicto commettido por mais duro que seja o castigo. O exemplo que cita Lombroso¹ é excepcionalmente capaz de provar o que affirmamos. Um individuo preso em

¹ Lombroso, *Psychiatria*, pag. 81, 1892.

uma das cadeias de Inglaterra, desde a sua primeira infancia torturava os animaes. Um dia agarrou uma criança mais nova do que elle despiu-a, chicoteou-a com um ramo d'arvores, esgatanhou-a e mordeu-a. Os visinhos notavam que as suas gallinhas desappareciam e os seus cavallo appareciam com as guellas cortadas. Surprehenderam-no no acto de immolar um cavallo. Torcia o pescoço ás gallinhas roubadas. Foi condemnado a um anno de prisão, passado o qual, tentou estrangular o irmão mais novo. N'outra occasião tentou suffocar uma creança sob montões de roupa. Roubou ao pae uma quantia consideravel pelo que o encerraram n'uma penitenciaria durante sete annos. Entrou em um regimento de cavallaria, expirado esse novo praso de penalidade. Feito soldado, levou um dia o cavallo para um fojo e forçou-o a metter-se na lama á pancada até morrer, desertando em seguida. Voltou para a familia. Uma vez o pae a descascar uma maçã golpeou um dedo. A' vista de sangue o criminoso fez-se pallido, excitado; foge de casa e introduz-se n'uma herdade proxima, corta o pescoço a um cavallo, feito o que foge para os bosques. Encontrando uma rapariga, atira-se a ella e viola-a. Foi condemnado então a prisão perpetua, mas infelizmente foi perdoado no fim de seis annos. Voltando ao paiz natal apoderou-se de um cavallo e prendendo-o a um poste poz-se a retalhal-o e a mutilal-o horriavelmente. Decidiram-se emfim a encerral-o n'um asylo, mas ainda não findou assim as suas terriveis façanhas. Fugindo d'ahi a cinco annos, teve ainda occasião de violar uma rapariga. Mesmo no' asylo tentou castrar um pobre imbecil e maltratou outro com um garfo. Matava todos os animaes que lhe cahiam nas mãos...

Taes factos estão evidentemente pedindo a revisão dos codigos penaes, sob uma differente maneira de ver. Não pôde quanto a nós tratar-se simplesmente da responsabilidade ou irresponsabilidade em casos d'estes. E' claro que não verificada a existencia de uma tara nosologica que explique directamente o acto criminoso, provado o estado de lucidez e de consciencia do accusado, o juiz não pôde furtar-se á condemnação segundo as leis. applica a penalidade *proporcional*, e o criminoso passa incorrigido e cae na reincidencia, porque a pena proporcionada ao delicto não serve para contrariar a tendencia para o crime.

O resultado é que cumprida a pena, ou mesmo antes d'is-

so, na prisão ou no asylo, mal resguardado, a reincidencia dá-se, porque a penalidade e a reclusão em nada ou em muito pouco modificaram as condições psychicas e moraes do criminoso, antes deram talvez incitamento ás suas melevolas tendencias, o que acontece por exemplo, nas nossas cadeias civis, fora do regimen penitenciario e mesmo apesar d'este.

Comtudo podem estes individuos que revelam profunda preversidade e absoluta inaptidão para a vida collectiva, não apresentar signaes physicos da sua anomalia. O assassino Prevost era um homem de 1^m,84 de estatura, de capacidade craneana superior á média. Broca que estudou o seu cerebro affirmou que só apresentava como anomalia uma disposição morphologica, que foi encontrada depois em cerebros de não-criminosos e até no de um litterato e politico distincto. Taes criminosos não são por isso menos anormaes nem deixam de representar monstruosidades psychicas. A sua maneira de conducta para com o seu semelhante revela poderosamente o equivalente da loucura. São chamados doidos moraes. Por elles o crime é praticado em estado de consciencia, a sua intelligencia póde ser culta ou pelo menos cultivavel e manifestar certa penetração, mostrando-se elles proprios habilidosos; são robustos, isentos de taras physicas, degenerativas, ou possuem uma ou outra menos significativa. Apesar d'isso a sua culpabilidade não obedece á sanção penal. São insusceptiveis por natureza de arrependimento, n'elles predomina a insensibilidade moral profunda. São incorrigiveis. E' necessario e instante que tomando por base o exame psychologico do criminoso a repressão se faça segundo a qualidade d'este, conforme o seu grau de adaptação social, por meio de uma penalidade que seja regenerativa ou que ao menos mantenha o delinquente fóra das condições physicas e moraes do crime, exercendo a mais rigorosa vigilancia, modificando quanto possivel o seu moral por um trabalho serio e apropriado.

E' facil muitas vezes filiar o crime entre as consequencias da degenerescencia physica e mental, que vae de geração em geração degradando até ao rebaixamento criminoso que é o desnivelamento em relação a media social dos bons sentimentos. O alcoolismo figura milhares de vezes na historia dos crimes e dos criminosos, e nunca se seria demasiado rigoroso na repressão dos habitos que levam a esse terrivel conjuncto morbido que dá ao homem um mixto de ferocidade e de loucura e nos apresenta umas vezes o criminoso

delirante no estado agudo, outras o delinquente morbido de fôrma chronica.

Um rapaz parisiense, de dezeseis annos dá uma facada na mulher do homem que lhe dá abrigo e de comer. A mulher dormia com uma criança ao lado. Foi preso e declarou com uma accentuação provocante que quizera matar a mãe e o filho e como o movel do crime não se explicasse pela intenção de roubo, obrigaram-n'o a confessar que fôra violador depois de ser assassino. Em casa do pae com intelligencia e habilidade ganhava quatro francos por dia. Mas cedo regeitou o trabalho dizendo que era bom para os imbecis e metteu-se com os gatunos e tratantes, gabando-se de aprender *o officio*.

Interrogado na prisão sobre as suas ideas declarou que o seu desejo era matar, roubar, massacrar, fazer mal á maior quantidade de gente possivel. Matar alguém foi sempre a sua idea fixa. Cortar cabeças! Ainda novo, sonhava com facadas e queria fazer como Pranzini. Elle proprio deu a razão da sua perversidade horrivel. Deixando-me fazer sempre as minhas vontades, dizia elle, não me parece estranho que eu não goste de trabalhar; segui o principal defeito de meu pae, que era beber absintho. Effectivamente era filho de um alcoolico dos mais funestos absinthicos e além d'isso abusava tambem elle proprio d'essa bebida singularmente toxica. O seu proceder contrastava com o do irmão mais velho, honesto e laborioso. Este fôra nascido na epocha em que o pae não abusava ainda do absintho. Um outro filho aos dezoito annos foi condemnado por fogo posto. Era o primeiro effeito do absinthismo paterno e o caso que citamos o resultado de uma crise. Não tem nenhuma tara apparente e a sua physionomia, não deixa advinhar a sua profunda degeneração moral. As feições são bastante finas e regulares, diz Garnier, a quem se deve a presente observação, a sua physionomia é animada e expressiva. O craneo e a face não apresentam malformação alguma bem caracterizada. O seu desenvolvimento é normal e sem ser robusto, tem apparencia saudavel. Anda com firmeza. Os labios delgados, o olhar audacioso e resolute revelam todavia uma dureza fria. O sr. Garnier como perito reconheceu n'elle um criminoso instinctivo e concluiu a sua responsabilidade completa, porque realmente não apresentava desarranjo intellectual.

A hereditariedade do crime é incontestavel, conhecem-se

familias de criminosos, como ha familias em que uma herança morbida destroe e aniquila até ao ultimo membro. Um dos casos conhecidos, mais notaveis, é o da familia Yuke que contava 200 ladrões e assassinos, 288 enfermos e 90 prostitutas, todos sahidos do mesmo tronco durante 75 annos. Max que lhe deu origem era um ebrio.

Além do vicio hereditario e da herança da criminalidade, existe a herança morbida geral da escrofula, do tuberculo, da syphilis que explicará muitas vezes os facies e as taras physicas apresentados pelos delinquentes de qualquer grupo. Virgilio em 266 criminosos encontrou 195 eivados d'aquelles males que tambem conduzem á degenerescencia moral pela degenerescencia physica a taes factos harmonisam-se com aquelles que temos observado de nevropathias e perturbações mentaes, nascendo de desordens organicas de que não participava primitivamente o systema nervoso.

As tendencias criminosas estão pois no quadro da hereditariiedade morbida d'onde sae muitas vezes a monstruosidade physica e tantas outras a monstruosidade moral, quanto basta para cercear ao criterio da responsabilidade a maior parte do seu valor juridico, e que deve fazer dar á repressão um sentido bem diverso do castigo ou da vingança inflingida ou exercida no uso de um direito creado pela sociedade. A repressão orientada pelos principios e factos descobertos pela anthropologia criminal e pela psychiatria deve tender menos ao castigo do que á indemnisação e á regeneração physica e moral, não á vingança, mas ao annullamento dos maus instinctos e á salvaguarda social que é o supremo dever d'aquelles que desempenham o cargo social de vigiar o cumprimento das leis e operar a repressão dos actos nocivos á collectividade.

Provado como está por numerosissimos factos scientificamente analysados que o crime é em geral o resultado de uma herança pathologica, um termo na serie dos actos anormaes dos degenerados ou dos psychopathas, que taes actos não obedecem á classificacão imposta pelos juristas para applicação das penas, e que tem uma significacão psychologica e social diversa, por exemplo, do valor de um furto, e da interpretacão dada no fôro criminal ao estado mental de um assassino ou de um violador, deve a lei ser modificada no sentido anthropologico medico-legal que estabelece a apreciação dos actos delictuosos serenamente analysados, fóra dos desejos de vingança social e de quaesquer ideas apaixonadas.

das, sobre uma base constituída por observações feitas com a applicação rigorosa de um methodo scientifico pelo qual todo o delinquente se avalia pelo estado das suas funcções physicas e pelo seu estado mental e se determina o seu grau de nocividade e de adaptabilidade á vida social e a fórma de repressão mais conveniente.

Factos de observação quasi quotidiana nos dão fundamento para reclamar contra a acção de uma pretendida justiça que liberta diariamente numerosos reincidentes que vão progressivamente aggravando o seu delicto, sobrecarregando a sua criminalidade, encontrando sob a protecção da justiça, no meio social, o encitamento e as causas occasionaes de novos e mais repellentes attentados, ao passo que vemos com não menor pasmo e descontento ferir com a penalidade infamante aquelle que observado escrupulosamente quanto á significação pathologica dos seus actos nocivos se nos revela um alienado que necessita o isolamento n'um manicomio em vez de merecer a deportação.

E' necessario assentarmos em que a acção da lei se não deve limitar a separar com mais ou menos larga intervenção medico-legal, em responsaveis e irresponsaveis, por isso que pelos factos apontados e por muitos analogos se prova que a responsabilidade é um criterio falso e insustentavel para exercicio da repressão e para evitar o perigo social proveniente da existencia dos degenerados criminosos, capazes de commetter actos que ferem o sentimento humanitario e pôdem produzir graves desordens e damnos.

Póde em muitos casos a lei que procura exclusivamente a responsabilidade do réo, ser illudida e vir como consequencia a mais illegal e monstruosa applicação penal. E' ainda possivel que em mais de uma occasião o mesmo criterio da responsabilidade tenha valores differentes para o mesmo individuo, porque este se encontra em situação mental apparentemente diversa nas epochas de commetter os actos incriminados, resultando o contrasenso de ser umas vezes condemnado como responsavel o agente que n'outras é illibado por irresponsavel.

Vamos exemplificar com factos authenticos como se póde dar este resultado contradictorio do uso do falso criterio da responsabilidade. D'entre varios casos que nos offerece a medicina legal moderna escolheremos para comprovar as nossas affirmações, alguns que pelas apparencias de razão dos

accusados melhor se prestam á sustentação da nossa these. Para isso transcrevemos resumindo a observação do dr. Rouby, director da Casa de Saude de Dôle¹ communicada ao Congresso da Associação Franceza para a adiantamento das sciencias em Besançon (1893).

X., um rico proprietario rural não apresentava antecedentes que auctorisassem a suppor qualquer alteração mental. Uma occasião deu-se na familia d'elle um acontecimento que ferindo-o nos seus affectos o levou a pouco e pouco a um desequilibrio cerebral. Seu cunhado, que era alcoolico, n'uma crise de embriaguez assassinou a esposa. Preso e condemnado só a dois annos de prisão, passado este periodo, voltára á mesma terra. X. tinha visto a irmã, morta, ensanguentada e experimentou então uma impressão espantosa. Ao mesmo tempo um odio insaciavel desenvolveu-se n'elle contra o cunhado e criou o desejo de matal-o. Durante o processo X. tinha pesadelos parecendo-lhe ver a irmã em sangue; julgava-se a matar o cunhado. Quando soubes que este apenas tinha sido condemnado a dois annos de prisão ficou suffocado de colera. A volta do assassino para a mesma terra, exasperou-o e fallava de dia e de noute em matal-o. Por fim o assassino ausentou-se mas o sentimento de vingança não se apasiguou por esse facto; tomou uma outra direcção. A idea de assassinato tornada obsessiva procurou fixar-se sobre uma outra pessoa e escolheu como objecto do odio a propria filha de X. que elle amava sobretudo no mundo. A idéa de morte, porém, não se acompanhava já de odio. X. continuava a adorar a filha. Acariciava-a mas queria matal-a e entra na contradicção extravagante de receiar por ella ao menor accidente e no emtanto querer assassinal-a sem motivo. Tal pensamento desola-o, fal-o chorar e arrebatarse. X. tem a consciencia da sua idéa delirante; continúa a ver-se em pesadelos o assassino de sua filha. A impulsão torna-se irresistivel e por varias vezes a pedido do proprio pae a creança é levada para fóra de casa. Então X. soffre com a sua ausencia.

Faltando-lhe outra vez o objecto da sua idéa fixa, X. volta a sua impulsão para a esposa e é a esta, que, do mesmo modo sem motivo deseja matar. Mas esta impulsão homicida dura só um dia e é de novo contra a filha que reaparece a obsessão primitiva. X. começa a abandonar o trabalho por

¹ *Revue de l'hypnotisme*, octobre 1893.

falta de gosto, tem desejo de vadiagem e não está bem em parte alguma. E' aconselhado então o internato, o que o doente acceta de boa mente, mas hesita e demora a sua entrada.

Se X. não tivesse resistido, como era facil de acontecer, á sua impulsão e houvesse morto a filha ou a esposa, ficaria claro que se tratava da realisação d'uma idea maniaca e X. conhecido como um alienado bem caracterizado, seria dado como irresponsavel e não soffreria a repressão criminal. Mas, suppondo que a impulsão se realisava ao tempo do confronto com seu cunhado depois dos factos que excitaram X. contra elle, como nenhum antecedente tinha até ali revelado qualquer desequilibrio mental na pessoa de X. e como legalmente ninguem tem o direito de justicar e ferir por suas mãos, X. seria necessariamente condemnado e teria provavelmente expiado na prisão o supposto crime que pelos consequentes se reconhece ser antes o symptoma de uma terrivel affecção e teria havido um d'estes erros judiciaes, que aliás não são muito raros e se pôdem dar a cada passo.

Contrariamente ao que se passou, se o cunhado de X. tivesse voltado de novo á terra, a idea obscessiva de X. recahiria na pessoa que primeiro a provocou e supponhamos que a impulsão cada vez mais irresistivel tivesse chegado á pre-
pretação de um assassinato. N'este caso as ideas delirantes de X. já eram conhecidas e o que é agora consequente seria então antecedente bastante averiguado para fazer dar X. como irresponsavel perante a justiça e era absolvido. De modo que, por uma circumstancia aparentemente de pequeno valor, a epoca em que o acto criminoso foi commettido, a apreciação juridica do facto muda completamente de signal baseada no criterio da responsabilidade moral do accusado.

Ora o facto é que X. não podia ter em qualquer dos casos graus diversos de responsabilidade. Um individuo ou é responsavel ou irresponsavel e se esta qualidade pôde em grande numero de casos soffrer uma apreciação tão delicada que seja difficil definil-a para satisfazer á lei, é muito melhor prescindir de um criterio que não poucas vezes pôde induzir em erro grave o que tem de cumprir a lei.

Referir-nos-hemos, para terminar, a um facto que com o ser de conhecimento publico, por se ter passado em plena praça e principal episodio do caso, foi scientificamente analysado por auctoridade competentissima no assumpto, o que infelizmente raras vezes acontece no nosso fóro criminal, e

por isso não registramos aqui maior numero de factos relativos á estatística portugueza da criminalidade.

A. T. B., estucador, por alcunha o *Areola*, foi preso depois de ter aggreddido traícoeiramente o sr. P., architecto, em uma das principaes praças da capital. O estucador B, é o mesmo que ha tempos foi ter com o sr. F., ameaçando-o com um revolver, para que lhe dêsse trabalho ou dinheiro. Fôra despedido de umas obras, por denuncia de ter subtrahido d'ellas uma porção de gesso, escrevendo elle uma carta ao sr. P. dizendo-lhe que ia vingar-se. Examinado por dois subdelegados de saude estes foram de opinião que o preso devia ser internado em Rilhafolles.

Depois da entrada d'este doente encontrou-se um revolver nas mãos d'outro, e o sr. director professor Bombarda averiguou que aquelle objecto pertencia ao primeiro.

O doente B. conta que via fazer roubos nas obras do Estado e tendo falado n'isso ao architecto P., despediram-n'o. Procurou-o para que lhe pagasse o tempo que estava sem trabalho; injuriou-o por duas vezes e á terceira aggreddiu-o como foi publicamente notorio. Antes d'isso o preso tinha procurado varias auctoridades para denunciar os roubos nas obras do Estado e como o não attendessem aggreddiu o architecto P. para que o levassem aos tribunaes e ali contar os roubos que conhecia. Tem accidentes com intervallos de dois a tres mezes. Começaram-lhe aos quinze annos. Aos oito recebeu uma pedrada na fonte de que conserva pequenas cicatrizes, mas não teve então accidente grave, nem perdeu os sentidos. Hoje conhece a chegada dos ataques; tem aura accusada pela sensação de pancadas no braço.

Algumas observações anthropometricas dão: indice cephalico 75,1; arcadas supraciliares salientes; relevo osseo na parte mais elevada da arcada zygomatica, craneo volumoso em relação á face, fronte estreita.

A's vezes a crise não vae além da aura. Tem cahido de alturas, estando a trabalhar. Apresenta vestigios da mordedura da lingua. Ao exame medico mostra-se um tanto triste e sombrio, mas todos os factos que refere são expostos com a mais apparente lucidez. Revela apenas por uma certa lentidão na falla, *no pegajoso da palavra* que se trata de um epileptico. *O espirito, um pouco enfraquecido tem uns laivos de demencia epileptica.* A todo o momento, porém, diz o sr. dr. Bombarda na sua observação, nos encontramos no mundo

com sujeitos de espirito igualmente fraco e que ninguem se lembra de collocar n'um manicomio. As apparencias de lucidez são de ordem tal que ninguem ha que a primeiro exame, não extranhe a retenção do doente n'esta casa. A historia por elle referida ainda vem mais confirmar o juizo que n'essa base se possa estabelecer. Tratar-se-hia d'um espirito revoltado contra abuzos, em primeiro logar, depois contra uma grave injustiça que d'esses abusos teriam importado.

Transcrevemos textualmente n'essa ultima parte a observação do sr. professor Bombarda cujas affirmações com respeito a este caso são de molde a corroborar as nossas ácerca da inconveniencia da applicação do critico da responsabilidade, para julgar da imputabilidade de um réo. O sr. professor Bombarda, continúa dizendo — «Eu não teria duvida em advogar a irresponsabilidade, *não porque o doente não conhece os actos que pratica, não tenha a lucidez bastante para reconhecer que elles são contrarios á lei, mas porque lhe fallece a resistencia bastante para vencer a impulsibilidade morbida*».

Continuando internado o doente, teve o sr. professor Bombarda, occasião de presenciar crises epilepticas perfeitamente caracterisadas, o delirio e as impulsões de que o doente é victima.

Se collocarmos este caso ao lado do de Marinho da Cruz que teve consequencias muito diversas, apesar da intervenção dos peritos declarando-o irresponsavel, o que não obstou a que o tribunal de guerra se julgasse competente para lhe inflingir a penalidade, parece-nos não sem razão sufficiente que fica innegavel que a questão da responsabilidade ou irresponsabilidade do réo não é bastante em grande numero de casos, para derimil-o ou condemnal-o, e como é geralmente illogica a questão da responsabilidade parcial ou atenuada, é claro que este criterio que tão facilmente conduz a resultados não só contradictorios entre si, mas a graves erros juridicos e abusos da lei, deve ser destituido de consideração perante os tribunaes e substituido pelo da adaptabilidade moral á sociedade, que permite, mediante o mais profundo exame medico-legal do criminoso, collocar este na situação em que melhor possa indemnisar a collectividade pelo prejuizo produzido e conforme o estado mental do réo, evitando a reincidencia, por processos mais therapeuticos do que penas.

J. BETTENCOURT FERREIRA.

INÉDITOS DE HISTORIA PORTUGUEZA

MARQUEZ DE POMBAL NO DESTERRO

Mss. da Collecção Pombalina, na Bibliotheca Nacional
de Lisboa

(cod. n.º 708 e 711)

Em principios de setembro de 1779 foi definitivamente resolvido o processo ao primeiro ministro d'el-rei D. José. As efficazes providencias promettidas no decreto de 3 d'esse mez não tardaram a ser iniciadas. D. Maria I, cedendo, emfim, á dupla conjuração tramada contra o decaído ministro de seu Augusto Pae; — a do clero e a da nobreza, resolveu fazer começar judiciaes interrogatorios ao Marquez de Pombal. Estes interrogatorios seriam fundados nas proprias affirmativas e proposições contidas na *contrariedade* que o Marquez opposera ao escandaloso *Libello por lesão enormissima*, de Francisco José Caldeira Soares Galhardo de Mendanha, libello que a Rainha mandava separar do processo, e com elle a apologia que lhe fôra resposta, cancellando-se ambas as peças, e queimando-se as copias que o demandado fizera tirar da sua volumosa justificação.

Para aquelle fim, pois, foram mandados dois juizes ao Marquez, para com todo o segredo lhe fazerem os alludidos interrogatorios, «sendo os referidos juizes o desembargador José Luiz da França, deputado da meza da consciencia e ordens, na categoria de interrogante, e o desembargador Bruno Manuel Monteiro, extravagante da casa da supplicação, como escrivão do inquerito».¹

Por uma passagem do segundo dos documentos que vamos transcrever se vê que estes dois magistrados, em começando no desempenho da sua ingrata commissão, aggregaram a si o corregedor de Leiria, inimigo pessoal do indiciado criminoso.

¹ Simão José da Luz, *Historia da Guerra Civil*, Tomo I, pag. 256.

Não se ignorava em Pombal nenhuma das phases porque iam passando as activas diligencias dos partidos adversos ao ex-ministro, para conseguirem uma vingança tal que houvesse de egualar a magnitude dos aggravos contra elle articulados.

O filho primogenito do Marquez, que a regia clemencia separou constante dos rigores de que fizera alvo seu octogenario pae, mantinha activa correspondencia com este, trazendo-o ao par de todos os passos e machinações de seus inimigos, e logo que o inquerito á propria pessoa do accusado foi resolvido, a condessa d'Oeiras partiu para Pombal, a juntar-se a seu sogro e a sua sogra, para assistir ao drama que ia começar, e transmittir todas as scenas d'elle ao afflicto esposo.

São as cartas d'esta senhora, contando os preliminares angustiosos d'essa devassa, que hoje vamos dar pela primeira vez a publico.

Diz-se que Sebastião José de Carvalho impuzera á familia da noiva de seu filho este casamento. E' possivel que assim fôsse, mas das cartas que vamos publicar se ha-de ver que jamais consorcio nascido de uma imposição, poderá ter sido mais auspicioso. Ao cabo de quinze annos de casada¹, a filha de D. José de Menezes e da condessa de Raspack amosta-se n'essas cartas a mais terna e carinhosa das esposas. Lendo estes documentos em que transparece o mais espontaneo affecto, e a mais acrisolada dedicação, não podemos deixar de nutrir profunda e viva sympathia pela dama que ahi deixou, tão nobre quão affectuosamente, impressa a intelligente e dedicada interferencia que lhe coube no seio d'essa familia, flagellada agora pela desgraça com tanto maior crueza, quanto fôra desmarchada a severidade do seu chefe para com os reus do seu desagrado, no tempo em que elle se esquivara, inflexivel, ás doçuras do perdão.

Antes de nos decidirmos a dar taes quaes foram escriptas essas cartas, escrupulosamente copiadas, pensámos se conviria minorar algum tanto as faltas orthographicas que n'el-

¹ Henrique José de Carvalho e Mello casára aos dezeseis annos com D. Maria Antonia de Menezes Raphael (agosto de 1764), sendo então creado conde de Oeiras. Sua esposa morreu sem lhe deixar successão, e como conde de Oeiras se conservou viuvo até á morte, acontecida no Rio de Janeiro, em 1812, passou o titulo e casa que herdára de seu pae a seu segundo irmão, conde da Redinha.

las se contêm. Entendemos porém que nos não eram licitas emendas, que, além de numerosas, privariam os documentos copiados do melhor da sua authenticidade.

E' para sentir, decerto, que a esposa do primogenito de Pombal, não escrevesse correctamente. Mas se seu marido não foi melhor prendado, como já mostrámos, nada se desdoura a condessa em soffrer de igual senão. E se considerarmos que, a par do interesse historico, brillam n'esta curiosa correspondencia tão exemplares extremos de um coração sensível, desculpados hão de ficar, decerto, os senões de uma educação litteraria que no reino difficilmente seria, por então, melhor.

(Autographa)

I

10 de outubro de 1779.

Meu adorado e querido Filho de todo o meu amor, faça esta em primeiro lugar para me emformar da tua saude, e muito principalmente agora, em que tu as de estar muito aflito pela serteza que tens de ter partido dahi, os menistros, com efeito ontem 9 do corrente pelas tres oras e meya da tarde tendo nós acabado de jantar nos vierão dizer os criados, que se estavam apiando hum ¹ cavalleiros, nós apenas ouvimos isto ficamos mortas, pois eu esperava que elles viessem de seje e não a cavallo; fomos logo em direitura ao quarto de teu Pay que ainda estava na cama e adrumisido, por não dormir senão de dia, porem quando nós chegamos já lhe tinhão dado a agradavel noticia de estarem ali os menistros, teu Pay mandoos entrar no mesmo instante, e pos a sua Cabelcira, a mana ² tinha ido buscar caldo, quando os ditos emtrarão, e virão a Tua may, muito vermelha e as veias da cara pareciam que arebentarão, eu fria e tremola, e coazi sem poder falar; ambos os menistros nos fizerão os seus comprimentos, e o quanto eles sentião vir a semelhante

¹ Aqui, ali ha o que é natural no transe; — provas da precipitação e pressa com que a condessa ia escrevendo.

² A segunda das filhas de Pombal, D. Maria Francisca, posteriormente casada com D. Christovão Manoel de Vilhena, senhor de Pancas.

coiza, porem que erão mandados e não tnhão outro remedio senão obedecer, nos os fomos emcaminhado (*sic*) para a cama de teu Pay adonde eles lhe diserão as mesmas palavras que nos tnhão dito, e muitas outras, cheias de atenção, e em tudo até agora nos tem obrigado emfinito; paçados os comprimentos dise Joze Luis França, que ali emtregava na mão de Sua Ex.^a as ordens que tinha, na ordem e decreto que lhe dava asinado pela Raynha, porem que como a sua Ex.^a lhe faria emcomodo o lelo, o dava a Bruno Manoel que o fizesse ¹; as palayras que eu pude perceber são estas que vou repetir, e que me partirão o Coração; que Sua Magestade lhe perdoava a prizão, que ele justamente tinha merecido, por atender aos seus annos, e molestia e pela mesma rezão recomendara que fizesem a diligencia com toda a moderação, e comodo do dito marquez, este hera o fim.

O principio constava de hma reprehensão, com palavras fortes, e declarando que fizesem apreheção em todos os papeis porem de quezitos ainda senão tratou nada, e temos a esperanza de termos estas boas vezitas huns poucos de dias, para as quais se lhe fés a Pozentadoria em caza de Jorge Coelho; ²

Teu Pay ouvi (*sic*) tudo, com toda a tranquillidade do seu grande espirito; ³ de Sorte que os ministros estão pasmados, e admirados de verem semelhante constancia, acabado este primeiro paço dise teu Pay aos ministros que fossem para a outra caza, em quanto elle se levantava, o que os ditos logo fizerão, tendo isto durado uma ora ⁴ e no em-

¹ Bruno Manoel Monteiro, o accessor de José Luiz da França. O decreto era o de 3 de setembro de 1779, promulgado a proposito da celebre *Petição de recurso*, divulgada em sete copias, que D. Maria I mandara queimar.

² Esta devassa durou até 18 de janeiro do anno seguinte, visto que, segundo se colhe de uma carta da condessa, que posteriormente publicaremos, os juizes mandados a Pombal partiram d'ali n'esse dia. As supposições que prolongam até abril a presença em Pombal dos dois juizes ficam assim desenganadamente aniquiladas.

³ Não menos grande o coração que dictou esta phrase!

⁴ E' transparente que em Pombal se conheciam já as resoluções da côrte.

O que se vê, porém, é que o Marquez, ao contrario do que se tem dito, não «se foi logo metter na cama, tanto que lhe constou terem chegado aquelles dois juizes»; — já n'ella estava. Esta simulação que lhe anda attribuida, demonstra-a esta passagem menos verdadeira.

tanto estiverão conosco hum bocado, e Jozé Luis França nos pediu muito que não nos affigissimos, que eles sentê muito o noso desgosto, porem que devemos graças a D.² de eles serem os que tinham vindo, pois erão muito obrigados ao Snr marquez, e que tudo o que fosse attenção o avião de fazer, e que não querião de modo nenhum fazer o mais leve emcomodo, que avião de vir, quando sua Ex.² mandase e estar o tempo que sua Ex.² quizesse o fosse hum quarto o meya ora, e que ainda que urase mezes, eles niso não tinham o mais leve emcomodo. ¹

Levantouse teu Pay pos a sua cazaca a sua cabeleira, e pediu o seu bastão, chamou dois criados, e foi neles emcostado até a caza aonde estavam os ministros, apenas os ditos o virão entrar forão buscalo e teu Pay lhe dise que se asentase nas cadeiras de sima ² o que eles não quizeram fazer pedindo a sua Ex.² o fizesse porem teu Pay lhe dise que no cazo de senão sentarem em sima, que ele se sentava no chão, pois eles faziam a figura do Soberano. com efeito obedecerão; teu Pay logo lhe entregou as chaves das cazas aonde estavam os papeis, o que eles também não querião aseitar, porem teu Pay os obrigou, e eles ficarão com elas e oferecendolhe teu Pay se quizessem ver todas as cazas eles responderão que não era nesecario, e se demurarão duas oras menos dés minutos, o que se pasou teu Pay tomando huma exzata relação; isto he tudo quanto se pasou, no dia de ontem; agora te mando dizer o que teu Pay me dise que te mandase dizer que ele de corpo ainda estava mizaravel, porem que o espirito era o mesmo, acabada a vizita jantou e siou teu Pay juntamente, e comeu melhor do que os outros dias, e depois dormio coiza de huma ora, a consternação que me tem feito isto tudo não tenho palavras com

¹ Eram sinceras estas attenções e deferencias? Eram a resultante de um plano de dissimulações, habilmente concebido, com o fim de suavisar a agrura da visita, e vencer, pela moderação e pela cortesia, as difficuldades de uma primeira entrada?

Menos rustico do que o corregedor de Leiria, que insultava o paciente, é provavel que o juiz França alcançasse o que ha de verdadeiro em certo proloquio popular assás vulgarisado...

Em todo o caso, França foi mui destramente prevenindo as senloras que o negocio *poderia durar mezes...* Era uma maneira suave de lhes ir dispondo a paciencia.

² Nas que occupariam o logar destinado ao canapé, se o não havia na sala, como parece.

que te posa explicar, porem teu Pay nos anima e com este exemplo nos emchemos de constancia e a mesma te mando eu recomendar e pedir, aseita o meu Coração isto hé tarde vou para a missa e esta vai pelo Padre Caetano e a D.^s meu amor

Tua do C.

M. A. R.

(em monogramma)

P. S. Esquesiame dizerte que teu Pay terça feira e quarta tomou as suas unturas, e com elas se achou melhor, ésta hé feita na cama; apenas me levantei me disserão que os menistros, mandarão e vieram saber de nós, e á noite apparecerão, teu Pay lhe dise se eles querião ver os papeis e eles responderão que não, e as 8 oras se forão por teu Pay se ter queixado muito e ter tido hum felato, e apenas bebeo agoa de melissa se pos bom, esta está feita até ter ocazião de ta mandar pois veio (vejo) que teu Pay não despedio o Padre Caetano, como mo tinha dito para Lisboa oje.

II

12 de outubro de 1779.

Minha alma, agora neste instante tenho a serteza de partir daqui o Padre Caetano, e aporveito mais este bocadinho, dizendote que tenho estado com o mayor cuidado em ti, vendote na mayor consternação em quanto não tens noticias de ca, tomara que o Padre voase para te livrar dele; teu Pay graças a D.^s vai respondendo, como costuma; ontem vierão os menistros, e trouserão comsigo o Corregedor de Laria, para aestir a tudo; e este quando chegarão os ditos não estava na terra, de sorte que o mandarão chamar logo, este tal hé todo do marquez de Penalva e tem feito insulencias a teu Pay; durou a conferencia 3 oras e 20 minutos; mas sem embargo de tudo isto teu Pay se acha melhor, ontem comeo tanto ao jantar como a noite com muito boa vontade, depois disto, deitou-se em cama totalmente nova, e lavoise, o oje poem tudo novo, até as tres oras e meya da noite, não tinha pegado no sono, e ainda não sei a que oras adorme-

ceo, a nosa Vida, hé estar sempre sentada, com teus Pays, pois nem hum instante o largamos, e quando nos vimos deitar são as oras que te mandei dizer, porem eu não estando acostumada a deitarme tão tarde não me tem feito mal nenhum, e para a minha mana tem sido hum gosto para não perder o seu costume ; tua May me dise que disese eu ao Franzine ¹ que queria que ele lhe mandase vir duas aRobas de Xiculates huma com Baunila e outra sem ela porem que o queria muito bom, ela as vezes o tem mandado vir de Milão mandote dizer isto, para lembrares ao dito Franzine da minha parte e dalhe hum grande recado ²; tão bem quero que o meu filho me mande comprar linguados de frielas que ande vir de la fritos, e o molho de escabeche ade vir dentro de uma garrafa, que hé para teu Pay, que gosta muito deles, e cá, os não ha ³, quero que vejas se achas destas fatias que vem de olanda, e que mas mandes tão bem huma caixa delas ; quando vier o tabaco recomenda que venha em folha de Flandes, pois em garrafa podese cobrar (*sic*) (quebrar) como ao que susedeo a Mana M.^a e que não venha tão bem junto com alguma coiza que cheire ; a respeito de Ayres de Saldanha já sei a resposta que teu Pay ade mandar ⁴, que vem a ser que o pode mandar sitar, ele diseme que to podia mandar dizer, porem eu agora não tive tempo de lhe pedir algumas respostas a respeito da caza, e os papeis que trouxe ja lhos emtreguei, ele respondeu-me que pa:á o futuro avião de servir ; mandame dizer se as minhas jentes te

¹ Dr. Miguel Franzini, italiano de nação, lente de mathematica em Coimbra, e posteriormente mestre do principe D. José e do infante D. João, que reinou com o nome de D. João VI.

² Entenda-se : recommendações affectuosas.

³ Eis uma indicação curiosa. O rio que passa em Frielas é o de Sacavem. Vê-se que, n'esse tempo, os de Friellas exploravam esta especialidade, de que hoje não ha noticia, que saibamos.

⁴ Referencia a algum dos muitos sujeitos que se acharam credores do ministro, quando elle deixou de ser o *temido* Marquez de Pombal. E' sabido que o acrescimo da desgraça lhe foi augmentando a lista dos *Mendenhas*.

No cod: 706 d'estes mesmos Mss. encontra-se, a fl. 80 : «*Carta de Patrio José Castellão Lisboa, dirigida ao Marquez de Pombal.*»

O signatario queixa-se de prejuizos que soffreu com a venda de umas casas sitas na travessa do Cabo (?), ao Campo de Sant'Anna, vepda que se realisou constrangidamente em 1773.

E' uma edição abreviada de Galhardo de Mendanha.

tem procurado nesta ocazião, eu depois que cá estou não recebi senão uma carta de meo Pay, e dos manos nenhuma, porem eu tão bem tenho feito o mesmo ¹, minha Vida tu não podes crer a saudade que me deves, e ainda que cá estou com muito gosto fazendo companhia a teus Pays, e que estes tem tido grande consolação em nos cá ter e muito principalmente nesta ocazião, pois asim nos tem dito eles mil vezes, sempre o meu coração está afflito e consternado com a falta da tua amavel companhia e ainda que a minha não te podia livrar dos desgostos e trabalhos, que tem avido, e há, sempre te servia de algum alivio pois bem sabes o quanto te adoro, e quanto sinto tudo o que te póde mortificar, e mais a teus Pays, que olho para eles como meus proprios, porem espero em D.^s que ainda avemos de ter muitos gostos e consolaçoens; e com este pensamento acabo esta, dizendote que sou tua e o serei em quanto me durar a vida, e so por isto dezejava viver eternamente com o meu Henrique.

A Mana M.^a te manda recados.

Tua do C.

M. A. R.

(em monogramma)

GOMES DE BRITO.

¹ A dedicada esposa bem sabia quanto a occasião era propria para revelar pusilanimes e ingratos, e como verdadeira amiga, leal e corajosa, queria orientar-se sobre o que lhe restaria fazer, com respeito aos seus, cuja frieza para com o marido, ella ia já inferindo pela que lhe demonstravam a ella.

Mas com esse grande coração de mulher, indemnisa bem, com o fecho d'esta carta, o esposo idolatrado, a quem Deus, em meio da sua afflicção, ainda soccorria com tão eloquentes e apaixonadas demonstrações de affecto!

CULTURA DA SENSIBILIDADE

(Continuado do n.º 3)

Mas ha prazeres e prazeres : ao lado das vis satisfações dos sentidos ha as puras emoções do coração. A educação conseguira, pelo desenvolvimento da intelligencia fazer predominar cada vez mais os prazeres elevados sobre os gozos materiaes. Trocar a garrafa de vinho ou de alcool pelo livro, substituir a *sensação pela ideia*, tal era segundo Condorcet, o problema fundamental da educação popular. Se não fôr pela *ideia*, pelo menos substitua-se pelo sentimento. Entre a vida da sensação e a vida intellectual ha um intermediario que é mais accessivel á multidão : é a vida dos sentimentos, das emoções do coração, das ternuras da familia e da amisade e das santas alegrias do patriotismo.

E' tambem uma questão que se deve tratar, a de saber se a educação deve tender a augmentar a aptidão que a creança tem para sentir vivamente o prazer e a dôr de qualquer natureza que sejam.

Segundo Kant, a cultura do sentimento do prazer ou da dôr devia ser puramente negativa. O caso de uma creança que não acha prazer em cousa alguma é completamente excepcional. O sentimento do prazer é muito conforme á natureza para que seja necessario excital-o. Pelo contrario é preciso tomar precauções contra uma tendencia naturalmente tão poderosa.

«Não se deve, diz o philosopho allemão, amolecer a sensibilidade. A inclinação aos prazeres é o mais deploravel de todos os males da vida ¹.»

De certo, cousa nenhuma boa se pôde esperar das naturezas moles e effeminadas que só sabem obrar sob o impulso do prazer. Não pensamos com Fenelon que seja preciso na educação fazer tudo pelo prazer e que o ideal do mestre seja o ter uma «cara alegre e conversas alegres». Sem acreditar que a dôr é inseparavel do esforço, — pois que ha esforços alegres em que o desenvolvimento da actividade tem por con-

¹ Kant, op. cit. pag. 225.

sequencia um augmento de prazer, — admittirmos que o esforço é por vezes penoso e doloroso: ora é elle a condição do progresso e o instrumento da educação.

«Combatamos a moleza na creança; mas por outro lado não esqueçamos que a sensibilidade é o peor de todos os defeitos. Que podemos nós esperar d'aquellas creanças taciturnas que nada commove, que não sabem rir nem sorrir e que o prazer não excita. Podemos pelo contrario esperar tudo das creanças inclinadas ao divertimento e que tem a paixão do prazer, com a condição, comtudo, de sabermos dirigir pouco a pouco, para o bem, para os objectos dignos de serem amados, esta necessidade de alegria e este amor do prazer.»

Excitação dos sentimentos pessoaes — O sentimento desenvolve-se por si só, diz Gauthey, quando se trata do amor de si. «Parece com effeito, á primeira vista, que os sentimentos egoistas só precisam de uma disciplina negativa e repressiva que lhes tempera os exageros. E, comtudo, todos os que tem tratado com creanças sabem que em certos casos a educação deve, mesmo com os sentimentos pessoaes, exercer o seu papel geral que consiste em aguilhoar e estimular. Ha, com effeito naturezas de tal modo languidas e entorpecidas que a educação deve intervir afim de as excitar ao amor proprio e á ambição.

«As impressões egoistas, diz Sully, podem ser assaz fracas para que seja preciso recorrer a uma excitação positiva. Ha creanças indolentes e por assim dizer em lethargia que convem serem excitadas a afirmar a sua personalidade. N'este caso póde ser desejavel despertar n'estas creanças o sentimento de orgulho, de ambição, e, até nos casos extremos, o sentimento anti-social da rivalidade e o prazer de levar vantagem os outros. Mesmo não havendo uma frouxidão natural d'estes sentimentos, o educador não deve ter tanto em vista reprimil-os como dirigil-os para objectos mais elevados. Elle deve procurar a transformal-os, apurando-os. Assim os seus esforços tenderão a fazer passar a creança do receio do mal physico ao receio do mal moral, da emulação para as qualidades do corpo á emulação para as do espirito, do orgulho que inspire a posse dos objectos materiaes ao orgulho mais nobre que excita a posse dos bens intellectuaes¹.»

¹ Sully, op. cit. pag. 505.

As paixões — A dizer a verdade o estudo das paixões não é assumpto pedagogico. As paixões, com effeito, que são inclinações exaltadas, exclusivas, que so tem definido: «os habitos da sensibilidade», habitos imperiosos e violentos, só se desenvolvem no decurso da vida. A sua pouca idade e a sua inexperiencia livram a creança d'estas perturbações futuras, destas doenças da alma. E' á moral e não á pedagogia que incumbe procurar os meios de curar como á logica incumbe o corrigir os sophismas enraigados do espirito de systema. Comtudo, se a educação não tem que occupar-se directamente das paixões, visto que em geral ellas não existem na idade escolar, ella deve prevenir sua apparição. E' preciso impedir desde a infancia que pela preferencia dada a certas inclinações, pelo desenvolvimento exclusivo de certos gostos, a alma não se torne um terreno preparado para o desabrochar das paixões. A melhor garantia, n'este ponto de vista, é desenvolver a sensibilidade em todas as direcções. Não ha a receiar que a paixão se apodere de uma alma aberta a todos os bons sentimentos e que estiver habituada a distribuir o seu amor pelos diversos objectos dignos d'elle. Além d'isto ha mais algumas precauções que tomar, e que Marion, resumio felizmente n'estas poucas linhas :

«A vigilancia vale mais do que a repressão e os conselhos. E' preciso rodear a creançinha de cuidados. Fazer tudo para que ella cresça em perfeita saude moral: isto dispensa as accusações tardias e as reprehensões inuteis. Eyitar ás creanças as occasiões de cahir, cuidar com seu comportamento evitando que ellas suspeitem qualquer vigilancia, afastar-lhes da vista os maus livros, os maus espectaculos, tomar cuidado nas companhias que frequentam, não ter em presença d'ellas senão conversas convenientes, dar-lhes só bons exemplos, inspirar-lhes, quanto possivel, o sentimento da sua responsabilidade: n'uma palavra, dar ao seu crescimento moral um feitio e uma direcção tal que sejam sãs e fortes quando chegar a hora das paixões: tal é a obra de uma educação bem conduzida¹.»

GABRIEL COMPAYRÉ.

¹ Marion, *leçons de psychologie*, pag. 249.

O EYANGELHO DE S. LUCAS TRADUZIDO EM LINGUA MIRANDESA

El Santo Ebangelho de Jesucristo segundo Sã Lucas

Vamos neste número encetar a publicação de textos em lingua mirandesa, começando por alguns trechos do Evangelho de São Lucas, esmeradamente traduzidos pelo sr. Bernardo Fernandes Monteiro, natural da Povia¹, concelho de Miranda do Douro, actualmente residente no Porto, e que conhece muito proficientemente a sua lingua materna, a qual continúa a falar correntemente.

Esta fase românica, cuja primeira noticia científica foi dada pelo sr. J. Leite de Vasconcellos², é falada no concelho de Miranda, em dois dialectos principaes, o de Sendim e o de Duas Igrejas, pela população campesina e aldeã, quasi sempre cumulativamente com o português nas suas varias formas trasmontanas, que do mirandês muito se acercam em bastantes das particularidades que as diferenciam dos mais falares do reino; conserva porém aquele idioma da raia um cunho notavelmente asturiano, do que são exemplo o *lh* inicial por *l* inicial latino (*lhobar*, português *louvar*, latim *laudare*), e a permanencia de *l* e *n* mediais, *delantre*, *cheno*, a par do português *deante*, *chêo* (*chêo*, *cheio*).

Não tem o mirandês ortografia propria sua, encostando-se á portuguesa os individuos que por curiosidade nele escrevem, com as variações e incongruencias que aquella infelizmente admite.

Seguimos neste texto um modo de escrever português, como convém, visto ser tal idioma falado em territorio português; prescindimos todavia nessa escrita dos superfluos ornatos etimológicos que, ainda mal, continúam a complicar as variadas ortografias da nossa lingua. Na publicação dêste texto, que não tem carácter determinadamente científico, entendemos comtudo desnecessario levar muito longe o rigor da

¹ Em mirandês *Proba*, latim *popula*.

² *O Dialecto Mirandez*, Porto 1882: contém oito textos, de pag. 30 a 34. *Flores Mirandezas*, Porto 1884, 40 pág.: poemetos do autor, seguidos de observações sobre pronuncia e de um pequeno vocabulario.

representação gráfica. O texto, pois, deve ler-se como o indicam os símbolos usuais da ortografia portuguesa, pronunciados como nos dialectos trasmontanos; isto é:

ou é ditongo (ôo) e difere portanto de ô.

x sôa como em xadrez.

ch vale por tx, próximamente.

ç e z proferem-se como no sul do reino, mas z final sôa como ç.

s inicial e ss medial profere-se quasi como x; s medial quasi como j. Êste último som mantém-se ao s quando há supressão da vogal que o precede em português, como em 'Sabel, por exemplo, em vez de Isabel.

Particularidades especiais da pronuncia do mirandês são as seguintes, que se devem ter em consideração:

ô, ê são quasi u (do inglês full), i (do inglês fill).

ó, fica entre ó português de córte, e ô de côrte.

As vogais nasais finais, ou antes de outras vogais, estão representadas por (˜): *ã, ẽ, ã, õ, ù*; não há os ditongos nasais *ão, ãe, ẽe, (em), õe, ùe*; e antes de *l* da mesma sílaba conserva o som que tem em português nas sílabas fracas, como em *levar, sepultar, me, se, de, lhe.*

Qualquer português, se atender a estas observações preliminares, pode ler com sufficiente correcção este texto e os que se lhe seguirem, pois que em todos eles conservaremos a mesma escrita.

Remataremos estas palavras preambulares dizendo que o tradutor, em nossa opinião, presta á literatura patria com estes trabalhos um assinalado serviço, pelo qual merece muito louvor.

A. R. GONÇALVES VIANNA.

CAPÍTULO I

1. Puis que fôrũ na berdade mûitos los que emprendirũ poner ă órdeno la narraciõ d'las cousas que antre nõs se birũ desampenhadas,

2. Cũmo no las cuntórũ los que desde el prencipio las birũ cũ sous propios õlhos e que fúrũ ministros d'la palabra:

3. Parciu-me tamiẽ a mi, scelentissimo Teófilo, depois de me haber diligentemente anformado de cõmo todas eilhas se passórũ desde el prencipio, dar-te por scrito la relaciõ d'eilhas,

4. Para que conheças la berdade d'aqueilhas cousas ã que tenes sido anstruido.

5. Hoube ã tiempo de Harodes, rei d'la Judéa, um saçardote pur nome Zacarias, d'la turma d'Abias, e sua mulhiêr, d'la familia d'Aarõ, teniẽ por nome 'Sabel.

6. E ambos érã justos delante de Dius, caminando porfeitos ã todos los mandamentos e preceitos del Senhor.

7. E num teniẽ filhos porque 'Sabel era stere, e ambos se achábã ã eidade abançada.

8. E sucediu puis que, desampenhando Zacarias delante de Dius el cargo de saçardocio, na órden d'la sua turma,

9. Caíu-le por sôrte, segundo el costume que habiẽ antre los saçardotes, antrar ne templo del Senhor a oufercer el ancenso.

10. Estaba toda la multidõ del póbo fazendo curaciõ d'la parte de fõra. al tiempo que se ouferciẽ l'ancenso.

11. E apareciu a Zacarias ã anjo del Senhor, posto ã piẽ d'la parte dreita d'l'altar d'ancenso.

12. El que bendo Zacarias, quedou todo torbado, e fui grande el temor que lo assaltou.

13. Mas l'anjo le dixee: Nũ temas Zacarias, porque fui ouvida la tua ouraciõ: e 'Sabel tua mulhiêr te parirá ã filho e ponerás-le el nome de Joã.

14. E te ancherás de gusto e de alegria e mûito se alegrará ne sou nacimiento.

15. Porque el será grande delante del Senhor: e nũ beberá bino, nĩ algũa outra bebida que puda ambriagar, iá desde el bentre de sua mai será cheno del Sprito Santo.

16. E cumberterá mûitos d'los filhos de Israel al Senhor sou Dius.

17. E él mesmo irá adelante d'él ne sprito e bertude de Elias, para reunir los coraçones d'los pais al d'los filhos, e reduzir los ancrédulos a la pordencia d'los justos, para preparar al Senhor ã póbo porfeito.

18. E dixee Zacarias a l'anjo: Por onde conhecerei iou la berdade dessas cousas? por que iou sou biêlho, e miê mulhiêr sta abançada ã anhos.

19. E respondendo, l'anjo le dixে: Iou sou Grabiél, que asisto delante de Dius e que fui ambiado para te falar, e te dar esta bõna nõba.

20. E desde agora quedarás mudo e nõ poderás falar até al diê ã que estas cousas succedã, bisto que nõ deste crédito a las miês palábras, que se hã de cumprir.

21. E el póbo staba sprando a Zacariás: marabilhaba-se de ber que el se demoraba no templo.

22. E quando saliu nõ les podiê falar, e antendirũ que habiê tenido ne templo algũa bisõ. E él lo seneficaba por accenos, e quedou mudo.

23. E aconteciu que, depois de se tenêẽ acabado los diês del sou menisterio, retirou-se Zacariás para sua casa.

24. E algũ tiempo depois, concebiu 'Sabel, sua mulhiêr, que por cinco meses se deixou star scondida, dezindo:

25. Isto iê la gracia que el Senhor me fizo, nos diês ã que atendi u a tirar el miu aprobio d'antre los homes.

26. Estando 'Sabel ne sexto mês, fui ambiado por Dius l'anjo Grabiél a ùa cidade de Galiléa, chamada Nazarete.

27. A ùa birge desposada cũ ù barõ que se chamaba José, d'la casa de Dabide, e el nome d'la birge era Mariê.

28. E antrando puis l'anjo onde eilha staba dixo-le: Dius te salbe chena de gracia, el Senhor iê contigo, benta iês tu antre las mulhiêres,

29. Eilha como l'oubiu, turbou-se del sou falar, e discoriê pensatiba que saudaciõ seriê esta.

30. Antõ l'anjo le dixে: Nũ tomas, Mariê, puis achaste gracia delante de Dius.

31. Eis conceberás ne tou bentre, e parirás ù filho, e ponerás-le el nome de Jesús.

32. Este será grande e será chamado filho d'Altíssimo, e el Senhor Dius le dará el trono de sou pai Dabide: e reinará eternamente na casa de Jacobe.

33. E el seu reino nõ tenerá fi.

34. E dixে Mariê a l'anjo: Cumo será isso: puis iou nõ conheço barõ?

35. E respondendo l'anjo, le dixে: El Sprito Santo abaxará sobre ti, e la b'rtude d'Altíssimo te cubrirá cũ la sua selombra. E por isso mesmo el Santo, que há de nacer de ti, será chamado filho de Dius.

36. Que ai tenes tu 'Sabel tua parienta, que até cuncee-

biu ã filho na sua belhice : e este iê el sexto més d'la que se diz stere.

37. Por que a Dius nãda iê ampossible.

38. E antõ dixê Mariê : Eis-eiqui la scraba del Senhor, faga-se ã mí segundo la tua palabra. — E l'anjo se apartou d'eilha.

39. E naqueilhes diês, lhebantando-se Mariê, fui cã priêssa a las montanhas, a ãa cidade de Judá.

40. E antrou ã casa de Zacarias, e saludou a 'Sabel.

41. E aconteciu que tanto que 'Sabel oubiu la saudaciõ de Mariê dou el nino saltos ne sou bentre : 'Sabel quedou chena del Sprito Santo.

42. E bradou ã alta boz e dixê : Benta iês tu antre las mulhiêres, bento iê el fruto del tou bentre.

43. E d'onde a mí esta dita, que venga bejitar-me la que iê mái de miu Senhor ?

44. Porque assí que chegou la voz d'la tua saudaciõ a los mius oubidos, lhougo el nino dou saltos de prazer ne miu bentre.

45. E benabenturada tu, que criste, porque se hã de cumprir las causas que d'la parte del Senhor te fõrũ ditas :

46. Antõ dixê Mariê : La miê alma angrandece al Senhor.

47. E el miu sprito se alegrou por stremo ã Dius miu Salvador.

48. Por el tener pôsto los ôlhos na baixeza d'la sua scraba, porque eis-aí d'hoje ã delante me chamarã benabenturada todas las geraciones.

49. Por que me fizo grandes cousas el que iê Podrõso, e Santo el sou nome.

50. E la sua mesericordia se stende de geraciõ a geraciõ sôbre los que lo témẽ.

51. El declarou el poder del sou braço, desfizo los que ne fondo del sou coraçõ formábã altibos pensamentos.

52. Depuso del trono los podrosos, e lhebantou los oumildes.

53. Anchiu de biênes los que teniẽ fame, e despediu bazius los que êrã ricos.

54. Tomou debaixo de la sua proteciõ a Israel sou serbo, lhembrado d'la sua mesericordia.

55. Assí como lo teniẽ pormetido a nõssos pais, a Abraã, a la sua posteridade para siẽmpre.

56. E quedou Mariê cū 'Sabel cerca de tres meses, depois de los quales boltou para sua casa.

57. Mas a 'Sabel se le chegou el tiempo de parir, e pariu ũ filho.

58. E oubirũ los sous bezinos e parientes que el Senhor habiê assinalado cū eilha la sua mesericordia, e se congratulábã cū eilha.

59. E aconteciu que al uitabo die benirũ circuncidar el nino; le queriê poner el nome de seu pai Zacarias.

60. E respondendo sua mái, dixê : De neũa sôrte, mas será chamado Joã.

61. E responderũ-le : Ningũ hai na tua geraçõ que tenga este nome.

62. E perguntábã por acenos al pai del nino, como que riê que se chamasse.

63. E pedindo ũa tabrica, screbiu dezindo : Joã el sou nome. E todos se anchirũ d'assombro.

64. E lhougo fui abierta la sua boca, e la sua lhengua, e falaba bendezindo de Dius.

65. E el temor se apossou de todos los bezinos d'eilhaes : e se debulgórũ todas estas maravilhas por todas las montanhas de la Judéa.

66. E todos los que las oubiê las conserbábã en sou coraçõ, dezindo : Quiê julgais bõs que benerá a ser este nino? Por que la mano del Senhor era cū él.

67. E Zacarias sou pai fui cheno del Sprito Santo, e profetizou, dezindo :

68. Bendito seia el Senhor Dius d'Israel, porque beji-tou, e fizo la redenciõ del sou póbo :

69. E porque nos suscitou um salvador podróso, na casa del sou serbo Dabide.

70. Segundo lo que el teniê pormetidó por boca d'los sous santos profetas que bebirũ nus seclos passados.

71. Que nus habiê de lhibrar de nõssos einemigos, e d'las manos de todos los que nos tubéssẽ odio.

72. Para eixercitar la sua mesericordia a favor de nõssos pais, e lhembrar-se del sou santo pacto.

73. Segundo el juramento que que él fizo a nõssos pais Abraã, de que él nos fariê esta gracia :

74. Para que lhibles d'las manos de nõssos einemigos, lo sirbamos si temor,

75. ã santidade e justicia delante d'eilhas, par todos les diês d'la nôssa vida.

76. E tu, nino, tu serás chamado el profeta d'Altissimo, porque irás ante la face del Senhor a porparar los sous caminos :

77. Para se dar al sou póbo el conhecimento de la salba-ciõ, a fi de que él reciba el perdõ de sous pecados :

78. P'las antranhas de mesericordia del nôsso Dius, cõ que alhá d'alto nos bejite este sol ne oriente :

79. Para alemiar los que bibẽ de assiento nas trebas e na selombra d'la môrte : p'ra deregir los nôssos piês ne camino d'la paz.

80. Ora el nino cresciẽ e se fortificaba ne sprito e habi-taba nes desertos até el diẽ ã que se manifestou a Israel.

CAPÍTULO II

1. E aconteceu n'aqueilhes diês que saliu ã édito emanado de César Augusto, para que fusse alhistado todo el mundo.

2. Este pormeiro alhistamento fui feito pur Cirenio, gobernador d'la Siria :

3. E ibã todos alhistar-se, cada ã a sua cidade.

4. E chubiu tamẽ José de Galiléa, d'la cidade de Nazarete, a la Judéa, a la cidade de Dabide, que se chamaba Belẽ, porque era d'la casa e familia de Dabide,

5. Para se alhistar cõ la spõsa Mariẽ, que staba pejada.

6. Estando alhi, acunteciu completárẽ-se los diês ã que habiẽ de parir.

7. E pariu a sou filho primogénito, e lo anfachou e lo reclinou ã ãa manjadoura ; porque nõ habiẽ lhogar para eilhas na stalage.

8. Ora n'aqueilha mesma comarca habiẽ ãs pastores que begiábã e rebezábã antre si las begilias d'la noite para guardãrẽ el sou rebanho.

9. E eis que se apresentou junto d'eilhas ã anjo del Senhor, e la claridade de Dius los cercou de refulgente lhuz, e tubirũ grande temor.

10. Porẽ l'anjo les dixe : Nõ temais : porque eis-eiqui bos bengo anunciar ã grande gózo, que lo será para todo el póbo :

11. E iê que hoje bos naci u na cidade de Dabide el Salbador, que iê el Cristo Senhor.

12. E este iê el sinal que bo lo fará conhecer: Achareis ũ nino ambólto ã panhos, pôsto ã ũa manjadoura.

13. E súbitamente apareciu cū l'anjo ũa multidõ numarosa d'la melicia celestial, que lhoubaba a Dios e deziê:

14. Gloria a Dios ne mais alto d'los ciêlos e paz na tierra a los homes, a quiê el quier biê.

15. E aconteciu que, depois que los anjos se retirórũ d'eilhes para el ciêlo, falábã antre si los pastores, dezindo: Passemos até Belê e beiamos que iê lo que el Senhor nos mostrou.

16. E fúrũ cū grande priêssa, e achórũ Mariê e José e el nino postos ã ũa manjadoura.

17. E bendo isto, cunhecírũ la berdade d'lo que se les habiê dito a cêrca d'este nino.

18. E todos los que oubirũ se admirórũ: e tamiê d'lo que les habiê refrido los pastores.

19. Antretanto Mariê ouserbaba todas estas cousas, cunfrindo alhá ne fondo del sou coraçõ ũas cū las outras.

20. E los pastores boltórũ glorificando e lhoubando a Dios, par todo lo que teniê oubido, e visto que era conforme el que teniê dito.

21. E depois que fúrũ cumpridos los uito diês para ser circuncidado el nino, fui-le pôsto el nome Jesús, cumo le teniê chamado l'anjo, antes que fusse concebido no bentre de sua mái.

22. E depois que fúrũ concluidos los diês d'la purificaciõ de Mariê, segundo la lei de Muisós, lhebórũ-lo a Jerusalê, para lo apresentárẽ al Senhor;

23. Segundo lo que stá scrito na lei del Senhor: Todo el filho macho, que fur primogenito, será consagrado al Senhor;

24. E para oufrecêrẽ ã sacraficio, conforme lo que stá mandado na lei del Senhor, ũ par de rôlas, ou dous palumbicos.

25. E habiê antõ am Jerusalê ũ home chamado Simeõ, e este home justo e timorato spraba la cunsolaciõ de Israel, e el Sprito Santo staba nél.

26. E habiê recebido repõsta de Sprito santo, que el nũ beriê la morte sã ber pormeiro el Cristo del Senhor.

27. E biêno pur Sprito al templo: e traiendo los pais el

nino Jesús, para cumprirẽ cū el preceito, segundo el costume d'la lei, por él;

28. Antõ lo tomou ã sous braços Simeõ, lhoubou a Dios, e dixे:

29. Agora iê, Senhor, que tu despides al teu serbo ã paz, segundo la tua palabra:

30. Porque iá los mius ôlhos birũ el Salvador que tu nos diste:

31. El qual aparelhaste delante d'la face de todos los pobos,

32. Cume lhume para ser rebelado a los gentius e para gloria del teu póbo d'Israel.

33. E sou pai e sua mái stábã admirados d'aqueilhas cousas que dél se deziẽ:

34. E Simeõ los abençoou e dixे para Mariê sua mái: Eis eiqui stá pôsto este nino para ruína e para salbaciõ de muitos ã Israel e para ser el albo a que atire la contradiciõ:

35. E será esta ã spada que traspassará la tua mesma alma, a fi de se descubrírẽ los pensamientos que muitos tenerã scundidos nos coraçones.

36. E habiê ã profetiza chamada Ana, filha de Fanuel, d'la tribu de Azer: esta habiê ia chegado a ã eidade muito abançada e teniê bibido siête anhos cū sou marido, desde la sua bergindade.

37. Achaba-se esta antõ biúba de eidade de uitenta e quatro anhos: eilha nũ se apartaba del templo, onde serbiê a Dios de diê e de noite, ã aiunas e ouraciones.

38. Eilha, puis, sobrebenindo nesta mesma ocasiõ, daba gracias a Dios e falaba d'él a todos los que sprábã la rendenciõ d'Israel.

39. E depuis que cilhes dórũ fi a todo, segundo el que mandaba la lei del Senhor, boltórũ a Galiléa, para la sua cidade de Nazareto.

40. Antretanto el nino creciê e se fortificaba, stando cheno de sabedoria, e la gracia de Dios era cū él.

41. E sous pais ibã todos los anhos a Jerusalẽ no diê solene d'la pascoa.

42. E quando tubo doze anhos, chubindo eilhes a Jerusalẽ, segundo el costume del diê de la fiêsta,

43. E acabados los diês que eilha duraba, quando boltórũ para casa, quedou el nino Jesús am Jerusalẽ, si que sous ais lo adbertissẽ.

44. E crendo que el beneriê cū los d'la cometiba, andórũ camino de ũ diê, e lo buscábã antre los parientes e conhecidos.

45. E cūmo el nũ achássẽ, boltórũ a Jerusalẽ ã busca dél.

46. E acunteciu que tres diês depois lo achórũ ne templo, assentado ne meio d'los doutores, oubindo-los e fazendo-les preguntas.

47. E todos los que l'oubiẽ stabã pasmados d'la sua anteligencia e d'las suas respôstas.

48. E quando lo birũ se admirórũ. E sua mái le dixê: Filho, por que ousaste assi cū nōs? sabe que tou pai e iou te andamos buscando chenos de afliçõ.

49. E él les respndiu: Para que me buscábades? nũ sabeis que amporta ocupar-mo d'las cousas que sō del serbicio de miu pai?

50. Mas eilhes nũ entenderũ las palabras que les dixê.

51. E deciu cum eilhes e biêno a Nazarete: e staba ala oubediencia d'eilhes. E sua mai conserbaba todas estas palabras ne sou coraçõ.

53. E Jesús creciê ã sabedoria, e ã eidade, e ã gracia de-lantre de Dios e de los homes.

CAPÍTULO III

1. E nel anho décimo quinto del imperio de Tiberio César, sendo Poncio Pilatos governador d'la Judéa, e Harodes te, trarca d'la Galiléa, e sou armano Felipe tetrarca de Ituréa e d'la provincia de Traconites, e Lisaniás tetrarca de Abilénia,

2. Sendo príncipes d'los saçardotes Anás e Caifás, biêno la palabra del Senhor sobre Joã, filho de Zacarias, ne deserto.

3. E él fui discurrindo por toda la tiêrra del Jordã, preguntando el bautismo de penitencia para remissõ de pecados.

4. Cūmo stá scrito ne lhibro d'las palabras del profeta Isaías: Boz del que clama ne deserto: Aparelhai el camino del Senhor, fazei dreitas las suas bredas.

5. Todo el balhe sera cheno, e todo el monte e cabeço será arrasado, e los malos caminos tornarã-se dreitos e los scabrosos lhanos.

6. E todo l'home berá el Salvador ambiado por Dius.

7. Deziê puis Joã al póbo que beniê para ser por él bautizado: Raça de bíboras, quiê bos adbertiu que fugissedes d'la ira que bos stá amanaçada?

8. Fazei portanto fruitos dignos de penitencia e nũ comecéis a dezir: Nôs tenemos por pai a Abraã. Porque iou bos declaro que podróso iê Dius para fazer que d'estas piêdras náçã filhos a Abraã.

9. Porque iá el machado sta pôsto a la raiz d'las árboles. E assi toda la árbole que nũ da bõ fruto sará cortada e lançada ne fôgo.

10. E le preguntábã las gentes, dezindo: Puis que faremos?

11. E respondendo-les, deziê: El que tẽ duas túnicas dê ùa al que la nũ tẽ: e el que tẽ que comer, faga el mesmo.

12. E benirũ tamiẽ a él publicanos, para que los bautizasse, e le dixerũ: Mestre, que faremos nãs?

13. E él les respundiu: Nũ cobreis mais del que lo que bos fui ourdenado.

14. D'la mesma sôrte preguntábã-le tamiẽ los soldados, dezindo: E nós que faremos? E Joã les respundiu: Nũ traiteis mal nĩ ouprimais cũ calunias persona algũa, e dai-bos por cuntentes cũ el bõsso sóldo.

15. E como el póbo antendissee, e todos assentássẽ nos sous coraçones que talvez Joã seriê el Cristo.

16. E respondiu Joã, dezindo a todos: E iou na berdade bos bautizo ã auga, mas benerá outro mais fôrte del que iou, a quiê iou nũ sou dino de desatar la correia d'los seus çapatos: él bos bautizará ã bertude del Sprito Santo e ne fôgo:

17. La qual pala stá na sua mano e él lhimpará la sua eira e recolherá el trigo ne sou celeiro, e queimará las palhas ã ù fôgo que nunca se apaga.

18. E assi anunciaba outras múltas cousas al póbo nas suas esortaciones.

19. Mas Harodes tetrarca, sendo por él reprendido, por causa de Harodias, mulhiêr de sou armano, e de todos los males que Harodes habiê feito,

20. Acrescentou sôbre todos los mais crimes tamiẽ él de mandar meter Joã nũa cadena.

21. E acunteciu, que como recebissee el bautismo todo el

póbo, depois de bautizado tamiẽ Jesús e stando ã ouraciõ, abriu-se el ciêlo.

22. E deciu sôbre el le Sprito Santo ã forma corporea, como ãa palomba: sonou del ciêlo ãa boz, que deziê: Tu iês aquel miu filho specialmente amado: ã ti iê que tengo pôsto toda la miê complacencia.

23. E el mesmo Jesús começaba a ser quaje de trinta anhos, filho, como se julgaba, de José, que le fui de Heli, que le fui de Matat,

24. Que fui de Lebi, que le fui de Melquí, que le fui de Jane, que le fui de José.

25. Que le fui de Matatías, que le fui de Amós, que le fui de Naũ, que le fui de Hesli, que le fui de Nage;

26. Que le fui de Mahat, que le fui de Matatías, que le fui de Semei, que le fui de José, que le fui de Judá,

27. Que le fui de Joana, que le fui de Resa, que le fui de Zorobabel, que le fui de Salatiel, que le fui de Neri.

28. Que le fui de Melquí, que le fui de Adi, que le fui de Cosã, que le fui de Er,

29. Que le fui de José, que le fui de Eliezer, que le fui de Jori, que le fui de Lebi,

30. Que le fui de Simeõ, que le fui de Eliaci,

31. Que le fui de Melica, que le fui de Mainã, que le fui de Matata, que le fui de Natã, que le fui de Dabide,

32. Que le fui de Jessé, que le fui de Obed, que le fui de Booz, que le fui de Salmõ, que le fui de Naasõ,

33. Que le fui de Aminadab, que le fui de Araõ, que le fui de Esrõ, que le fui de Farés, que le fui de Judas,

34. Que le fui de Jacobe, que le fui de Isaac, que le fui de Abraã, que le fui de Taré, que le fui de Nacor,

35. Que le fui de Sarug, que le fui de Ragau, que le fui de Faleg, que le fui de Héber, que le fui de Sala,

36. Que le fui de Cainã, que le fui de Arfaxad, que le fui de Sã, que le fui de Noé, que le fui de Lamec,

37. Que le fui de Matusalẽ, que le fui de Henoc, que le fui de Jared, que le fui de Malaleel, que le fui de Cainã,

38. Que le fui de Henos, que le fui de Set, que le fui de Adã, que fui criado por Dius.

CAPÍTULO IV

1. Cheno puis del Sprito Santo boltou Jesús del Jordã, e fui lhebado pol Sprito al deserto.

2. Onde stubo quarenta diês, e fui tentado pol diablo. E nũ comiu nada nestes diês: e passados eilhes, tubo fome.

3. Dixo-le antõ el demonho: Se sós Filho de Dius, dize a esta piêdra que se comberta ã pã.

4. E Jesús le respondi: Stá scrito: Que l'home nũ bibe sómente de pã, mas de toda la palabra de Dius.

5. E el demonho el lhebou a ã alto monte, e le mostrou todos los reinos d'la redundeza d'la tiêrra, ã ã momento de tiempo,

6. E le dixe: Darei-te todo este poder e la gloria destes reinos: porque eilhes me fôrũ dados: e iou los dou a quiẽ biẽ me parcir.

7. Portanto, se tu na miê presencía, prostrado, me adora-res, todos eilhes serã teus.

8. E respondendo Jesús, le dixe: Scrito stá: Al Senhor tou Dius adorarás, e a él só serbirás.

9. Lhebou-le inda a Jerusalẽ, e puso-lo sôbre el pináculo del templo, e dixele: Se iês Filho de Dius, lhança-te d'eiqui abaixo.

10. Porque stá scrito que Dius mandou a los sous anjos, que tubissẽ cuidado de ti, e que te guardássẽ,

11. E que te segurássẽ ãm sous braços, para nũ frires talvez el tou piê ã algũ piêdra.

12. E respondendo Jesús, le dixe: Dito stá: Nũ tentarás al Senhor tou Dius.

13. E acabada toda la tentanciõ, se retirou dél el demonho, até ciêrto tiempo.

14. E boltou Jesús, ã birtude del sprito, para Galiléa, e la fama dél se debulgou pur todo aquel país.

15. E él ansinaba nas sinagogas d'eilhes, e era aclamado grande por todos.

16. E biu a Nazarete, onde se habiẽ criado, e antrou na sinagoga, segundo el sou costume, ã diê de sábado, e lhebantou-se para ler.

17. E fui-le dado el lhibro del profeta Isaías. E quando desanrolhou el lhibro, achou el lhogar onde staba scrito:

18. El Sprito del Senhor repousou sôbre mi, pulque él

me consagrou cum la sua unciõ, e ambiou-me a pregar el eibangelho a los pobres, a sanar a los quebrantados del coraçõ:

19. A anunciar a los catibos redenciõ, e a los ciêgos bista, a poner ã libardade los quebrantados para sou resgate, a publicar el anho favorable del Senhor e el diê d'la retribuciõ.

20. E habendo anrollhado el lhibro, le dou al menistro, e se assentou. E quantos habiẽ na sinagoga teniẽ los ôlhos fincados nél.

21. E começou él a dezir-les : Hoje se cumpriu esta scriptura nos bôssos ouvidos.

22. E todos le dábã testemunho, e se admirábã de la gracia d'las palabras que saliẽ d'la sua boca, e deziẽ: Nũ iê este filho de José?

23. Antõ les dixeu Jesus : Sî dúbida que bôs me applicareis este proverbio : Médico, cura-te a ti mesmo : todas aqueilhas grandes cousas, que oubimos dezir que faziste ã Cafarnaũ, faze-las tamiẽ eiqui na tua patria.

24. E proseguiu : Na berdade bos digo que ningũ profeta iê biẽ aceite na sua patria.

25. Na berdade bos digo que muitas biúdas habiẽ ã Israel nos diês de Elías, quando fui fechado el ciêlo por tres anhos e seis meses, quando hube ã grande fame por toda la tiêrra :

26. E a ningũa d'eilhas fui mandado Elías, senũ a ãa mulhiêr biúda de Sarepta de Sidonia.

27. E mûitos lheprosos habiẽ ã Israel nel tiempo del profeta Eliseu, mas ningũ d'eilhas fui lhimpo, senũ Naamã de Siria.

28. E todos los que stábã na sinagoga, oubindo isto, se anchirũ de ira.

29. E lhebantórũ-se, e lo lhançórũ fõra d'la cidade : e lo cunduzirũ até al cume del monte, sôbre lo qual la sua cidade staba fundada, para lo precipitarẽ.

30. Mas él, passando pol meio d'eilhes, se retirou.

31. E deciu a Cafarnaũ, cidade de Galiléa, e eilhí los ansinaba nes sábados.

32. E eilhes se spantábã d'la sua doutrina ; porque la sua palabra era cũ autoridade.

33. E staba na sinagoga ã home cheno de spritos imundos, e esclamou ã boz alta.

34. Dezindo : Deixa-nos, que tenes tu cū nós, Jesús Nazareno ? beniste a perdé-nos ? biẽ sei quiẽ iês : iês el Santo de Dios.

35. Mas Jesús le respndiu, dezindo : Calha-te, e sale desse home. E el demonho, depois d'lo tener lhançado ă tiẽrra ne meio de todos, saliu d'el si le fazer mal algũ.

36. E quedórũ todos chenos de pabor, e falábã ũs cū los outros, dezindo : Que cousa iê esta, porque él cū poder e cũ bertude manda a los spritos imundos, e estes sálẽ ?

37. E pur todos los lhogares del país corriê fama de sou nome.

38. E salindo Jesús d'la sinagoga, antrou ă casa de Simõ. Ora la sôgra de Simõ padeciê grandes febres : e pedíru-le que se cumpadecisse deilha.

39. E anclinando-se ă piê sôbre eilha, puso preceito a la febre, e la febre la deixou. E, eilha lhebantando-se lhugo se puso a serbí-los.

40. E quando fui sol pôsto, todos los que teniẽ anfermos de defrentes males, los traiẽ. E él, ponendo sus manos sôbre cada ũ d'eilhas, los sanaba.

41. E de mûitos saliẽ los demonhos, gritando e dezindo : Tu iês el Filho de Dios : mas él, reprendendo-los, nũ permitiê que eilhas tal dexéssẽ, que sabiẽ que él mesmo era el Cristo.

42. E depois que fui diê, tenendo salido, se retirou para um lhogar deserto, e las gentes lo buscábã, e fúrũ até onde él staba, e lo deteniẽ, para que se nũ apartasse d'eilhas.

43. El les dixe : A' las outras cidades iê necessario tamiẽ que iou anuncie el reino de Dios, que para isso iê que fui ambiado.

44. E andaba pregando nas sinagogas de Galiléa.

BERNARDO FERNANDES MONTEIRO.

BOLETIM BIBLIOGRAPHICO

Resposta ao livro «O Doutor Minerva», pelo mais humilde dos Bonifacios. 239 pag. — 1894.

O illustre professor o sr. Manuel Bento de Sousa publicou ainda recentemente um livro intitulado *O Doutor Minerva*, que tinha por fim a critica do ensino em Portugal. Esse livro é escripto n'uma linguagem imaginosa, repassado de pessimismo, entrecortado de facecias ás vezes engraçadas. Afigura-se-nos que o illustrado professor, podia na exploração do assumpto servir-se mais eficazmente do prestigio do seu nome e do brilho do seu talento. O sr. M. Bento de Sousa limita a sua critica ao ensino da grammatica e ao ensino da historia, duas theses pedagogicas de notavel valor. Quanto á grammatica faz referencias muito perfunctorias, mas assás contestaveis. Quanto ao ensino da historia discute com elevação o retrato psychologico d'alguns personagens portuguezes e revela-se um habil critico na investigação dos phenomenos sociaes e nos processos de escrever e de julgar a vida historica da humanidade. No que diz respeito propriamente ao ensino da historia limita-se a uma analyse humoristica, cheia de *pequeninas cousas*, d'um compendio elementar de instrucção primaria, criticando a fórma grammatical da dicção e a veracidade dos factos expostos. Não affronta o problema pedagogico, necessario, capital, no ensino da historia — a sua acção educativa — que é o que devia merecer ao moralista e ao patriota superior attenção.

Ao vermos annunciado um livro sobre o *ensino da historia* por um professor notavel, rejubilamos, porém com tristeza o dizemos, a leitura não correspondeu á nossa expectativa. Lê-se a pag. xiv da Introducção do *Doutor Minerva*: «O certo é que assim se vão enchendo de erros e banalidades as cabeças dos estudantes, tirando-lhe ao espirito aquelle vigor logico e deductivo de que tanto hão de vir a precisar na vida.» Parece-nos que a historia não é a sciencia particularmente chamada a imprimir *vigor logico e deductivo* ao espirito do alumno. As mathematicas, sim, exercitam o raciocinio deductivo, e a logica ensina tanto os processos da de-

ducção como da inducção. O destino pedagogico da historia é outro mais elevado na esphera da actividade psychica : é o ensino moral e esse deve ser ministrado promiscuamente com o ensino da historia. Não é sómente por lições, por maximas, por preceitos dirigidos directamente á memoria do alumno, que o professor lhe deve desenvolver na alma o sentimento moral, mas sim aproveitando na critica dos successos historicos a occasião para proceder de modo que deixe na memoria do alumno o sello indelevel da idéa fecunda do bem, da lei do dever, do respeito do direito e do sentimento da justiça. E' no decurso do ensino da historia que muitas vezes póde evidenciar-lhe exemplos de sancção moral, tanto na vida dos individuos como na dos povos, provando-lhe que a historia é a mestra por excellencia da humanidade, mas que desgraçadamente os homens não sabem sempre alumiarse com a sua luz. Como o homem é o agente da historia, nenhuma outra sciencia fornece tantas idéas adequadas, tantos factos concretos para a direcção do sentimento e para a formação do caracter.

N'esta *Revista* já a sr.^a D. Cecilia Schmidt Branco se occupou com justo criterio do *ensino da historia*, estudo formoso e suggestivo que determinou os eloquentes applausos tambem aqui publicados do insigne historiador o sr. Oliveira Martins.

São numerosos os trabalhos publicados lá fóra sobre o ensino da historia tanto em revistas pedagogicas como em volumes. Ha pouco tempo publicou o illustre professor de Madrid, Rafael Altamira, um volume assás completo *La enseñanza de la historia*.

O ensino da historia para as creanças da instrucção primaria não deve limitar-se aos factos veridicos, deve conter as narrativas lendarias e anedocticas, que lhe desinvolvam a imaginação e lhe dirijam o sentimento. Evidentemente é preciso fazer distinguir á creança os factos positivos, dos successos problematicos ou heroicos e dos mythologicos, aproveitando á semelhança do grande Plutarcho todos os elementos para a cultura da sensibilidade, da consciencia moral e da vontade. O professor de historia precisa de ser um psychologo para desinvolver as bellas e nobres inclinações da creança e reprimir as perigosas.

Quanto a exames na instrucção secundaria e superior, o que a verdadeira critica deve pedir em Portugal, é o levantamento

na bitola, intensidade e extensão no ensino, aperfeiçoamento de methodos.

Desejariamos que o livro do celebre professor o sr. M. Bento de Sousa correspondesse ao titulo *critica do ensino*.

Agora temos a *Resposta* que é um livro de defeza e não uma exposição didatica ou uma resenha critica. O *mais humilde dos Bonifacios* é o auctor do livro criticado sobre historia do volume *Doutor Minerva*. Como clamor de defeza, como desaggravo, é uma investida sangrenta e justificada que deixou o seu aggressor á beira da ambulancia, maltratado no craneo, mas sobretudo ferido pungitivamente no coração.

Quasi todas as armas com que o *mais humilde dos Bonifacios* ataca o seu contendor saem dos arsenaes de Antonio José Viale, o austero professor do Curso Superior de Letras, ou do sr. Manuel Pinheiro Chagas, brilhante professor da mesma escola. Se a lamina tem a rija tempera de Toledo a energia com que é vibrada foi pedida a Sant'Iago nos momentos de renhida peleja contra os infieis.

A pag. 122 escreve sobre o merito do livro *O Doutor Minerva*: «Final appareceram apenas umas observações disparatadas ácerca d'uma grammatica portugueza, e uma critica do ensino da historia, completa emquanto á perfidia e á insolencia, mas mutilada e desviada do fim verdadeiramente util e pratico, sob o aspecto didatico e pedagogico.»

Como os leitores vêem, esta linguagem é assaz vehemente, e nunca o motejo é chulo, na exposição dos argumentos de defeza, que abrangem quasi todo o livro, ao contrario conserva inalteravel compostura de fórma, sem maciesa de expressão.

Mal se pôde fazer a resenha d'um livro de defeza, que foi feito por um advogado, vestido de toga magistral, e que parece que se inspirou no capitulo V do nosso codigo penal vigente, que se refere aos crimes contra a honra, diffamação, calumnia e injuria. Quem quizer ter uma idéa exacta do seu conteudo deve lê-lo.

Bonifacio conclue dizendo que com relação ao auctor do livro *Doutor Minerva* ficaram manifestas as suas intenções e com relação á obra que se verificou a passagem da escriptura: *O sal perdeu a sua força e agora para mais nada pode servir senão para ser pisado dos homens*.

No fim do volume *Resposta* vem uma nota extraida do li-

vro de exames do Lyceu nacional central de Lisboa, que a achamos extremamente cruel, mas tem a attenuante de que a edição d'essa nota não existiria, se não existisse a obra *O Doutor Minerva*.

* * *

La Elocuencia de los Numeros, por Canta Claro, 238 pag., Madrid, 1893.

La Elocuencia de los Numeros, é principalmente um volume de demographia hespanhola.

A arithmetica é a sciencia dos numeros, que se generalisa na algebra, toma fórma na geometria, tem vida na physica e movimento na mechanica. Analogicamente com relação á sociedade pela estatistica das cifras com os elementos que as constituem, vem o auctor n'este livro apresentar os caracteres essenciaes que distinguem a sociedade hespanhola. O livro é talvez um pouco pessimista com relação ao estado moral, intellectual e politico do formoso reino visinho, mas a imaginação sombria do auctor, que é um moralista, não podia ver a sociedade actual côr de rosa.

Mostra com estatisticas curiosas que ha mais tabernas do que escolas e que aquellas estão sem inspecção hygienica e estas sem o material necessario. Indigna-se contra os erros da philosophia materialista que dissolve os costumes, mutila as crenças moraes e abafa o espiritalismo vivificante que continha enfreados os homens nas suas ruins paixões e nocivas tendencias.

No anno de 1890 regista que houve 641 suicidios. Por falta de recursos, 121; por enfermidades, 96; por desgostos de familia, 48; por amor contrariado, 65; por delirio de grandezas, 36; por questões de honra, 86; por fraquezas amorosas, 72; e 116 por delirio furioso.

Passam segundo o auctor de 7:646 os imbecis, de 1:785 os loucos criminosos, e de 8:459 os que padecem de delirio de grandezas. Ha nos manicomios 12:752, cujo contingente vem augmentando ha nove annos a esta parte. São 8:45 os loucos inoffensivos, encerrados em estabelecimentos.

O epilogo do livro é uma apostrophe vehemente contra a hypothese marxista e contra o celebre judeu que plantou essa arvore chamada *O Capital* que está produzindo tão amargos fructos.

Entende Canta Claro que o moralista e o economista teem direito a ser escutados, um para alumiar os factos com a luz da sciencia, o outro para coordenal-os com a luz subministrada por aquelle; afim de que sejam racionalmente utilisaveis em beneficio de *cada um* para todos e de *todos para um*.

Muito obrigado pela offerta do livro. Canta Claro é o pseudonymo de que usou um illustrado e celebre escriptor, que é coronel do exercito hespanhol.

* * *

Tratado de Derecho Politico, por Adolfo Posada, professor de la Universidad de Oviedo, 430 pag., Madrid, 1893.

Este volume pertence a uma serie que o auctor está publicando sobre *Principios de direito*, sobre *Direito constitucional*, etc. Não é uma monographia sobre um ramo de direito publico, constitue o 1.º volume d'um verdadeiro tratado sobre a *sciencia do Estado*. N'esta obra encontra-se condensada toda a sciencia politica, modernamente posta em acção pelos publicistas, philosophos, juriconsultos, da Allemanha, França, Inglaterra, Italia, America, etc.

A sua vasta bibliographia encerra todo o movimento contemporaneo n'este ramo do saber humano. Abre o primeiro capitulo pelo conceito do Estado como primeiro problema da politica e como instituição para o direito. No segundo occupa-se do direito como antecedente necessario do Estado, das espheras do direito e da sua realisação. No terceiro capitulo trata da pessoa e do estado juridico. E' este o objecto do primeiro livro. Seguem se depois seis livros que teem por objecto respectivamente, o Estado politico, sua origem, sua natureza, seu fim, sua actividade, sua fórmula.

Todo este livro tem um alto merito sob o ponto de vista historico, porque a proposito de todos os problemas do direito politico, o auctor apresenta as opiniões de todos os pensadores, desde Herodoto a Platão, desde Aristoteles a Polybio, desde Cicero a Montesquieu, até Schleiermacher, a Mohl e a Bluntschli. Um dos capitulos mais notaveis pela clareza expositiva e pela precisão logica, é o que tem por objecto a theoria das funcções do Estado. Encerra o livro com a discussão das fórmulas de governo, mostrando uma imparcialidade juridica na exposiçáo dos argumentos, e uma serenidade

de critica que não é vulgar nas naturezas peninsulares, geralmente dominadas pelas paixões politicas.

Concluimos, agradecendo cordealmente ao preclaro professor a sua offerta, e exhortando os nossos leitores á consulta d'este excellente guia.

* * *

Antropologia y Derecho, por J. J. Tavares de Medeiros, advogado em Lisboa, traducido y aumentado com un apendice sobre Antropologia criminal por Manuel Torres Campos, catedratico de la Universidad de Granada, 203 pag., 1893. Sevilla.

E' bem conhecido dentro e fóra do paiz o nome do talentoso advogado o sr. Tavares Medeiros, que estuda solidamente os grandes problemas das sciencias juridicas. Como 1.º secretario do congresso juridico de Lisboa, affirmou brilhantemente a sua dedicação ás indagações scientificas e successivamente em outros congressos lá fóra tem pelas suas *memorias* grangeado uma merecida fama.

Começa este livro pela definição da anthropologia e pela sua posição em relação com as demais sciencias.

O auctor aqui narra, como é natural, a noção e extensão d'este termo, segundo a época da sciencia e o systema do philosopho que o empregou.

No emtanto não se refere ao pensador que lançou na terminologia scientifica o vocabulo *anthropologia* que foi Kant. Para Kant anthropologia é a sciencia do homem, considerada como mais vasta do que a psychologia e comprehendendo o estudo da alma, do corpo e das suas relações, assim como a psychologia das raças e dos povos. Depois Biran, querendo egualmente alargar o quadro da psychologia, deu o titulo de anthropologia á sua ultima obra. O sr. Tavares de Medeiros inspirou-se mais nos naturalistas do que nos philosophos, mas tambem apresenta as classificações de sciencias de Ampère, de Auguste Comte, de Herbert Spencer. Depois refere-se á opinião dos anthropologos propriamente ditos a Topinard, Manouvrier, de Lapouge. E' sabido que a anthropologia como sciencia biologica foi fundada por Paulo Broca e que foi d'esta corrente que nasceu a criminologia italiana.

O nosso auctor estabelece depois o fundamento das rela-

ções jurídicas ou necessidade da missão sancionadora do direito, concluindo n'uma larga analyse pela organização anthropologica da sciencia do direito. É rarissimo o jurista portuguez que affronta estes problemas, e expõe estas theorias, em geral o foro encerra-os acanhadamente no dominio dos praxistas.

Quem verteu em castelhano este livro foi o dr. Torres Campos, egregio professor da universidade de Granada, que o enriqueceu com um apendice sobre a anthropologia criminal, não só estudando a sua origem, mas expondo a sua evolução, assignalada pelos tres congressos, de Roma em 1885, de Paris em 1889, de Bruxellas em 1892. Tambem se refere, como o auctor, frequentes vezes á união internacional de direito penal, aos tres jurisconsultos que estão á frente d'essa instituição e ao seu papel no desinvolvimento contemporaneo das sciencias juridicas.

O sr. D. Manuel Torres Campos é muito conhecido e estimado em Portugal, principalmente depois que tomou parte no congresso juridico de Lisboa de 1889, onde se distinguio pela lucidez do seu talento, pela eloquencia da sua dicção e pela vastidão do seu saber.

O nome de Torres Campos é apreciado desde o extremo occidente da Europa ao extremo oriente.

Em 1890, em Moscou, falando-nos o conde de Kamarowsky de escriptores hispanicos, mencionou com elogio este professor de Granada e o mesmo conde o cita na sua obra *Sur les tendences des Peuples á la Paix*, pag. 30, que está traduzida do russo em diferentes linguas.

São numerosos já os trabalhos juridicos do illustre professor de Granada, e El-rei de Portugal, para lhe mostrar o seu apreço, já o distinguio com a mercê da grão-cruz de Nossa Senhora da Conceição.

FERRERA-DEUSDADO.

* * *

Enygme sans-clef, par madame Urbain Ratazzi. Paris, P. Ollendorff, 1894.

Está em moda o estudo psychologico que na verdade tenta pela novidade e pela multiplicidade de aspectos. Tem a attracção indizível do mysterio e o sabor exquisito da lenda; tem o gosto esthetico e a profundidade da investigação scien-

tifica e dá a todos materia para dissertação e critica, para discutir e para descrever, sobretudo para pensar e para sentir. Não é, portanto, dado a todas as organizações, varonis ou delicadas, robustas ou morbidas, entrar desembaraçadamente n'estes segredos, que até ha pouco constituíam o privilegio intellectual e litterario de uma casta de philosophos, entre os quaes algumas mulheres, que, por mais mal que digam linguas maliciosas, conseguiram fazer-se admirar, como madame de Stael e G. Sand.

Madame Ratazzi entra na intima psychologia humana com a singeleza mais elegante e com uma observação exercitada revelando a facilidade de mão de artista que se conhece na mais pequena obra, ligeira mas sabia combinação de traços e côres, com ar de estudos modestos, a que a sua assignatura exalta o valor que as suas obras já teem affirmado no mundo das letras.

Os contos, que são em geral miniaturas do romance e que por tal requerem a graça e a delicadeza de traço do seu homologo genero de pintura, são n'este livro de madame Ratazzi, alguma cousa mais do que simples historietas combinadas á phantasia, como bordados em fundo falso, como frescos de invenção disseminados nas paredes de um antigo salão de luxo. Offerecem-nos estudos que synthetisam as theorias parciaes que definem certas propriedades da alma humana. São antes typos ou personagens do que narrações e com isto estamos a dizer que se trata não de acções, de peripecias tecidas como originalidade, mas de sentimentos e de instinctos que se encontram e luctam, umas vezes em aventuras de romance, outras vezes em scenas verdadeiras, onde aavez de minimas particularidades aparentemente indifferentes, se descobrem muitos pormenores curiosos da psychologia humana. Por isso encerra paradoxos que explicam a subordinação do feixe de contos ao titulo do primeiro — *Enygme sans-clef*.

Não é felizmente uma obra inspirada no pessimismo que suggere a decadencia actual; é uma como que personificação de idéas e de theorias apresentadas na fórma artisticamente litteraria e amena do conto, discutidas em dialogo scintillante, com natural elegancia de phrase, sem requinte que torne impertinentes ou affectados os seus bellos trechos de prosa. Podem os criticos não ver n'este interessante livro o verdadeiro reproduzido do natural como ensaiou, não

sem proveito o realismo, mas é um estudo imminantemente suggestivo a sua leitura e cremos ser esta uma das obras que respeita o criterio de Balzac de que para serem boas devem fazer pensar.

Assim a auctora não fabulou ao que parece para não se obrigar a expor a moralidade do caso no fim de cada conto, deixa a conclusão suspensa e dependente da comprehensão do leitor, que d'esta maneira fica com mais liberdade de pensamento, e póde, mercê d'esta rara delicadeza e despretençiosidade, interpretar os factos contados, seguindo mais de uma orientação.

É particularmente a mulher a objectivada n'estes estudos e é principalmente o character feminino, nas suas morbidas contradicções que apparece desenhado, explicado pelo facto, analysado em acção, methodisado pela observação austera do investigador desapaixonado mas clemente e litteralisado em romance com fino talento de stylist.

Se uma desequilibrada que soffre a fatalidade de uma herança morbida e não encontra no meio social senão a corrupção ou o indifferentismo, principios de egoismo e de depravação, obedece a impulsões desencontradas que trazem como resultante a preversidade, póde encontrar o remédio que a salva, o meio de revolucionar o seu ser moral e ser restituída, regenerada e boa á sociedade moralista e severa, não o provou ainda a sciencia, mas dil-o, por exemplo, o sentimento de madame Ratazzi no seu *Enigma sem chave*, com que abre o precioso volume e não haverá natureza em que apesar de todo o pessimismo da época que pesa sobre nós, não possua a quantidade necessaria de generosidade e de idealismo para não repudiar a esperanza no aperfeiçoamento moral por meio da boa psychologia bem applicada.

B. F.

* * *

Publicações recebidas

UNION IBERO AMERICANA — Janeiro de 1894.

Seccion Oficial — Litteratura, ciencias y artes: Enero, soneto de Noguès — Fundacion del Monastero de Santa Creus, por Victor Balanguer — Estudios teorico-praticos sobre Mecanoterapia: Amasamento, par Decref y Ruiz — Estatuas, par

- Arjona y Lainez — *Agricultura industria y comercio: Colonias de los srs. D. Miguel y D. Toribio del Campillo*, par Arjona y Lainez — *Proyecto para establecer una Asociacion cooperativa benefica y de seguro de vida gratuito*, par Garcia Ayllon — *Comercio de vinos en la Republica Argentina. La trasatlantica*, par Vital Fité — *Real sidra asturiana* — *Seccion legislativa: Articulos de la constitucion, para los que emigren á Costa Rica* — *Seccion estatistica: Apuntamentos sobre la Republica da Costa Rica* — *Seccion biographico-bibliographica: D. Venancio Fernandes Questa* — *Indices.*

REVUE INTERNATIONALE DE L'ENSEIGNEMENT — Feveiro de 1894.

L'enseignement de la Republique et la restauration des etudes religieuses, par Maurice Vernes — *L'Histoire grecque et la Nunismatique conseil général des Facultés de Paris*, par Theodore Reinach.

— Março de 1894.

I, *L'instruction publique dans l'Aude pendant des Revolution*: II, *L'instruction secondaire: L'Ecole centrale*, par Camille Bloch — *Sur la nécessité d'un enseignement national en Russie*, par Leonce Pingaud — *Éléments de Bibliographie pour l'histoire de l'art moderne*, par Lemoniner et F. Benoit.

REVUE DE L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEURE — Feveiro de 1894, n.º 5.

Chronique par J. Gautier — *Jeudis classiques de l'Odeon*, par Z. — *Metaphysique*, par Picavet — *La socialisme dans la litterature*, (suite), par M. Calvet — *Etudes egyptologiques*, par Amelineau.

— N.º 6.

Chronique, par Gautier — *Bibliographie, De regina Berenice, de Maurice Wahl*, par M. Brunel — *Metaphysique*, par M. Picavet — *Les travaux recents de la litterature latine*, par M. Issac Uri — *Etudes egyptologiques*, (suite), par M. Amelineau.

— N.º 7.

Chronique, par J. Gautier — *Le R. P. Chauvin et M. G. le Bidois*, par M. Pierre Robert — *Le congrès des religions á Chicago*, par Picavet — *Les etudes egyptologiques*, par M. Amelineau.

— N.º 8.

Chronique, par J. Gautier — *L'éducation physique à l'école primaire*, par Jules Lemaitre — *Critique dramatique*, par M. E. Trolliet — *Le socialisme dans la littérature*, par M. Calvet — *Etudes égyptologiques*, par M. Amelineau.

— N.º 9. Março.

Chronique, par M. Gautier — *Concours général des lycées et collèges: Questions soumises aux assemblées de professeurs* — *La céramique chinoise*, par Rocheblave — *Le socialisme dans la littérature*, par M. Calvet — *Etudes égyptologiques*, par M. Amelineau.

— N.º 10.

Chronique, par M. Gautier — *Prevost-Paradol, d'après un livre récent*, Pierre Robert — *A la Sorbonne*, par Z. — *Les jeudis classiques de l'Odéon*, par Z. — *Le socialisme dans la littérature*, par Calvet — *Article récent sur Hippolyte Taine*, par M. Picavet.

BOLETIN DE LA INSTITUCION LIBRE DE ENSEÑANZA — Fevereiro de 1894.

Notas sobre el movimiento pedagogico y literario en Chile, por D. R. Altamira — *Los juizos corporales en la educacion*, por R. Rubis — *Manifiesto à los partidarios de la educacion integral*, por el Comité interino — *La enseñanza entre los musulmanes españoles*, por D. J. Ribera — *La classificion de las ciencias segun Wundt*, por F. Giner — *Bosquejo de una teoria general sobre el quimismo terrestre*, por S. Calderon.

REVUE PÉDAGOGIQUE — Janeiro de 1894.

Un Sursum corda — *La psychologie de l'enfant, d'après un livre de M. Compayré*, par J. Steeg — *La caisse des retraites pour la vieillesse et les instituteurs*, par R. S. — *Le certificat d'études primaires*, par Labeyrie — *Bourses départementales de séjour à l'étranger au profit des instituteurs, dans le département du Nord*, par R. S. — *A' propos du décret de 29 frimaire an II*, par J. G. — *L'enseignement primaire sous l'ancien régime: Témoignage de Turgot*, par J. F. Thénard — *La société scientifique et littéraire des institutions de France*, discours de M. Beauregard — *Causerie littéraire*, par F. Hémon — *Quatrejours d'observation du sommet du Mont Blanc*, par J. Jansen

A MORAL NO ESPIRITO CONTEMPORANEO ¹

A ausencia de concepção philosophica e de cultura psychologica chumba o espirito a um estreito materialismo objectivo, facto que é vulgar nos individuos de meio-saber e de aca-nhada intelligencia. Imaginam que os philosophos não viram as cousas que elles apalpam e se perderam na chimera, como se as aguias perguntassem aos mosquitos, se é mui dilatado o azul do espaço.

A faculdade da razão é que nos esboça o ideal na vida e fortalece a consciencia moral, elevando-nos acima dos instin-ctos dos brutos. Quando a nossa razão nos torna tão des-graçados como as paixões, é caso para dizer que é um do-ente envenenado pelo seu medico. Infelizmente, no estado actual da sociedade, muitos homens parecem-nos mais cor-rompidos pela razão do que pelas paixões. Nas condições em que o seu cérebro edificou a vida psychologica, encabeçar lá a moral espiritualista ou a religião seria metter uma for-mosa ruina antiga da architectura dorica ou corinthia n'um moderno edificio de mau gosto.

A sã philosophia e o christianismo tem ministrado á hu-manidade desditosa muitos remedios consoladores, mas ella bastas vezes rejeita-os com soberba. Verdade é que tambem o céu dá orvalho á terra e ella envia-lhe pó em recom-pensa.

A geração hodierna tem o espirito moral enfraquecido pela duvida e desencaminhado pelo egoismo sensual: precisa robustecer-se n'um ideal elevado, dirigir-se por principios se-guros, reconfortar-se na pureza da crença, mantendo no san-ctuario da sua alma o culto moral de regras inflexiveis, em que todos os dias deve meditar como o christão que vae á leitura do divino Evangelho revigorar a fé.

Para muitos sabios contemporaneos a missão do homem é o usufructo de uma aggregação de molleculas, tendo por

¹ Fragmento d'um livro do auctor que acaba de apparecer — *A an-thropologia criminal e o congresso de Bruxellas*. 1 vol. de 330 pag.

filtro sensível um systema nervoso. Não ha nenhuma força mysteriosa, irreductivel, que se manifeste pelo sentimento, pela idéa ; ha apenas o corpo humano, formado por um conjuncto de cellulas animadas com a sua ordem e a sua finalidade, mas sem consciencia nem identidade.

Falsa sciencia essa que confunde, na sua etiologia, elementos diversos da existencia moral, nivellando o vicio com a virtude, o peccado com a santidade, glorificando o instincto e justificando o crime. É preciso distinguir na sciencia uma parte hypothetica e uma parte positiva e evitar que as hypotheses perigosas offendam a ordem moral. As theorias metaphysicas do materialismo degradam a consciencia e atacam a ordem juridica. Nunca a sã razão esquecerá que a moral, a poesia e a religião são o sonho celeste da vida humana elevada. A função do homem de sciencia é ou indagar verdades novas, ou vulgarisar conhecimentos adquiridos ; grande é a responsabilidade da sua missão, porque o mal da sociedade contemporanea é profundo, visto que os prazeres materiaes absorvem todo o ideal da actividade e não ha fé n'um destino superior da nossa especie, a que outr'ora se submettia a vida.

O materialismo philosophico conduz á sympathia do gozo pelos appetites palpaveis, a arte exclusivamente realista leva o espirito aos prazeres dos sentidos, aniquilando, ao germinar, o sentimento do ideal, a aspiração do melhor, do perfeito, emfim, de Deus. Este materialismo na philosophia e na arte dá o triumpho ao egoismo individual, ampliando-se ás vezes até á familia pela natural acção dos instinctos animaes da conservação do individuo e da perpetuidade da especie. N'este caso, semelhantes á leão, protegem e defendem com bestial violencia a prole, blasonando, soberbos do seu papel, que toda a sua moral, que toda a sua religião se cifra na familia : d'ahi nascem os crimes mais escandalosos e mais hediondos da nossa sociedade. Para ostentar os manjares opi-paros e o luxo brilhante de si e dos que amam, carecem das riquezas, e, devorados por essa cobiça, pisam aos pés inconscientemente, ainda que logicamente, a verdadeira moral e a religião, como a leão, ao defender heroicamente a sua prole, pisa o sentimento augusto da justiça, o respeito sublime do direito, a idéa santa do dever.

O amor de si proprio não é um mal ; o proprio Evangelho, no preceito da caridade, apresenta-o como termo de compa-

ração e como medida do amor que devemos ter para com os outros : *Ne feceris quod tibi fieri non vis*. Mas o egoismo é o amor exaggerado e exclusivo do *eu*, amor impellido até aos limites extremos pelo desprezo e sacrificio de tudo o que não é elle. Este vicio submette o homem ao seu imperio, tornando-o seu escravo, quando a alma humana deve submeter os seus sentimentos e as suas inclinações á disciplina da vontade. Quem no mar da vida se mergulha nas ondas encurvadas da ambição quasi sempre afoga a independencia moral.

O egoismo constitue uma nefasta trilogia, que se releva pelo orgulho, pela cubiça, e pela sensualidade. Desde que o coração deu asylo a taes sentimentos, elles subjagam a alma como tyrannos, abafando na consciencia o ideal moral, que é a lei interior do bem.

Diz um proverbio «que com o vento se alimpa o trigo e os vicios com o castigo», mas o vento da insania não deixa, por uma reforma da educação moral, castigar estes tristes desmandos ; por isso surge a anarchia socialista com o pavoroso programma da sua vingança, mostrando que as laboriosas abelhas que produzem o mel não devem eternamente alimentar-se com a cera dos desenganos.

Não póde permitir-se, affirmam em clamor os descontentes, que alguns tenham o superfluo, quando muitos não teem o necessario. O anarchismo tem uma razão economica de ser, mas os seus processos são o crime na fórma mais hedionda. Dizem que o seu systema de principios constitue uma religião, chegando a comparal-a ao divino christianismo nascente ; mas os anarchistas rebellam-se contra a ordem juridica em nome do egoismo, da soberba, e matam o seu semelhante, emquanto que os christãos, almas intemeratas, levantam-se contra a corrupção pagã em nome da abnegação, da humildade, e morriam para testemunhar a sua crença como martyres. Os primeiros cubiçam a riqueza que leva á felicidade dos sentidos, os segundos luctavam pelo Evangelho que leva á biatitude espiritual.

A altivez da intelligencia, a tonta ambição da gloria, a imaginosa phosphorescencia das honras geram ás vezes doenças na alma : mas a cubiça da ganancia immoderada gera na sociedade actual um estonteamento e umas vertigens que por sua vez produzem ondas irrequietas, que veem periodicamente á superficie do pantano social. Todos estes vi-

cios, apossando-se da alma fazem n'ella o ninho do egoismo. Quando se diz que as pessoas insensíveis á dôr alheia são as mais felizes, lembra-nos o adagio indiano : «vale mais estar sentado que de pé, estar deitado que assentado, mas vale mais estar morto, do que tudo isso.»

Os grandes guerreiros, os grandes estadistas, glorificados pela historia, teem todos o seu calcanhar de Achilles, e alguns teem crimes hediondos. Isso mostra quanto ha de fragil e quebradiço no bronze da epopeia dos grandes homens.

Com a idéa das apotheoses, dos centenarios festeja-se o exito das acções sem indagar a intenção e a pureza da vida. Ha um paganismo manifesto e um epicurismo latente no fundo das sociedades modernas, e, á medida que o sentimento christão se ausenta, percebe-se mais vivamente. O *secularismo* inglez e o *positivismo* francez, substituindo as aspirações eternas pela vida deleitosa do presente, dirigem e fortalecem essa tendencia.

O interesse é o manjar com que se nutrem os egoistas, a esperança é o pão com que se alimentam os infelizes, a gloria é o vinho com que se embriagam os ambiciosos, a verdade e a belleza são o nectar que delicia os philosophos e os artistas ; mas o bem é a hostia sagrada com que commungam os justos.

A lei moral é o fim supremo da vida : «faze o bem succeda o que succeder». Aquelle que corresponde ás injurias com beneficios é como a arvore que dá sombra e fructo aos mesmos que a apedrejam. A ingratição desgosta, mas não desanima o homem recto, porque elle sabe que a adversidade é o cadinho em que a virtude se apura. Já Goethe dizia : «o talento fórma-se na solidão, o character na torrente do mundo».

A alma de um individuo fórma-se pela livre e lenta penetração do carinho do lar que o affaga e do ambiente social que o envolve. É, sobretudo, a educação que governa os sentidos, purifica os sentimentos, tempera a imaginação e eleva a consciencia. A educação é uma arte, por isso tem um character pratico ; mas quasi todos querem ensinar com a razão ; com o exemplo poucos ensinam. São Cyreneus que ajudam a levar a cruz mas que não morrem n'ella.

É difficil reconstruir sob as ruinas amarguradas da consciencia de um criminoso adulto a idéa da justiça, o sentimento da dignidade ; é, no emtanto, possivel, se elle ainda

tem fé em alguma cousa superior; a fé é uma flôr que geralmente não renasce no coração onde os desenganos a mataram. As crenças ou illusões que se desfazem são pedaços de coração que se esphacelam. As cadeias do aviltamento escalavram tanto o coração que quasi nunca sara.

Os espiritos illuminados por um tenue raio de luar transcendente, ainda quando se revolvem n'um lamaçal de deshonra, nunca deixam de ver que ha estrellas no céu. Dizia Santo Agostinho áquelle que tendia a desencaminhar-se da fé: «Os livros santos sirvam de travesseiro em que descanses a tua cabeça».

As mais fortes barreiras que o céu collocou entre o homem e o crime são a consciencia moral e a religião. Em geral os criminosos ou são descrentes ou são profundamente supersticiosos, e ha superstições que são estímulo para o crime. O individuo indouto sem religião amesquinha inconscientemente e altivamente as crenças dos outros. O cumulo da degradação é não conceber a vergonha e desprezar o desprezo.

Nos individuos sem caracter superiormente formado por uma solida educação é o meio social deleterio o terrivel factor do crime. Na tribuna do congresso de Bruxellas dissemos nós no decurso de um debate: «*La morale qui écarte les mauvaises influences du dehors est proprement la discipline morale préliminaire qui affranchit l'âme et la rend capable de vraie moralité*»¹.

O caracter nacional tem-se enfraquecido e as inclinações teem peiorado. Sem duvida o ensino tem concorrido para essa depressão, quer na ordem normal, quer na vida penitenciaria.

.....

FERREIRA-DEUSDADO.

¹ Actes du troisième congrès international d'anthropologie criminelle, pag. 410.

A PRIMEIRA EPÍSTOLA DE S. PAULO AOS CORINTHIOS TRADUZIDA EM MIRANDÊS

Primeira epistola de Sã Paulo a los Corinthios

CAPÍTULO VII

1. Paulo chamado apóstolo de Jesu Cristo por bontade de Dius a Sóstenes nösso armano.

P'lo que me pertence porẽ a las cousas sobre que me screbistes, digo que bom seriẽ a ã home nũ tocar mulhiẽr algũa.

2. Mas, por ebitar la fornicaçõ, cada ã tenga sua mulhiẽr e cada ãa tenga sou marido.

3. E el marido pague a sua mulhiẽr lo que debe, e d'la mesma maneira tamẽ la mulhiẽr al marido.

4. La mulhiẽr nũ tẽ poder ne sou corpo, mas tẽ-lo el marido. E tamiẽ d'la mesma sorte el marido nũ tẽ poder ne sou corpo, mas tẽ-lo la mulhiẽr.

5. Nũ bos defraudeis ã a al outro, se nũ de commũ acordo, por algũ tiempo, para bos applicades a la ouraçiõ : e de nobo tornai a coabitar, para que nũ bos tente Satanás por bossa incontinencia.

6. Porẽ iou digo-bos isto como ãa cousa que se bos perdona, nũ por mandamento.

7. Porque quiero que todos bós seiades tales como iou mesmo : porẽ cada ã tẽ de Dius sou propio dõ : ãs, na berdade, de ãa sorte, e outros d'outra.

8. Digo tamiẽ a los solteiros e a las biúdas, que les ié bono se permanecerẽ assi, como tamiẽ iou

9. Mas se nũ ténẽ dõ de continencia, cásẽ-se ; porque mi-lhor ié casar-se, do que abrasar-se.

10. Mas aqueilhes que stã ounidos ã matrimonio, manda, nũ iou, se nó el Senhor, que la mulhiẽr se nũ separe del marido.

11. E se eilha se separar, que quede sã casar, ou que faga paz cũ sou marido. E el tampouco deixe a sua mulhiẽr.

12. P'lo que toca porẽ a los demais, iou ié que lo digo, nũ

el Senhor : que se algũ armano tẽ mulhiêr infiel, e esta consinte ã coabitar cũ él, nũ la lhargue.

13. E que se ãa mulhiêr fiel tẽ marido que ié infiel, e este consinte ã coabitar cũ eilha, nũ lhargue la tal a sou marido.

14. Porque el marido infiel ié santificado p'la mulhiêr fiol e la mulhiêr infiel ié santificada p'lo marido fiel: d'outra sorte los bossos filhos nũ seriẽ lhimos, mas agora sã santos.

15. Porẽ se el infiel se retira, que se retire : porque neste causo iá el nôsso armano, ou la nôssa armana, nũ stã mais sujeitos a la scrabidõ : mas Deus nos chamou ã paz.

16. Porque donde sabes tu, á mulhiêr, se salbarás al tou marido ? ou donde sabes tu, á marido, se salbarás la tua mulhiêr ?

17. Porẽ todabia cada ã, conforme el Senhor le haja repartido, cada ã conforme Deus le haja chamado, assi ande : e isto ié como iou el ourdeno ã todas las eigrejas.

18. Ié chamado algũ sendo circuncidado ? nũ busques porpucio ; ié chamado algũ ã porpucio ? nũ se circuncide.

19. La circuncisõ nada bale, e el porpucio nada bale : se nũ la guarda de los mandamentos de Deus.

20. Cada ã na bocaciõ ã que fui chamado, neilha permaneça.

21. Fuste chamado siendo serbo ? nũ te dê cuidado : e se inda pudes ser libre, aproveita-te melhor.

22. Porque el serbo, que fui chamado ne Senhor, lhibertó ié del Senhor : assi mesmo el que fui chamado sendo lhibre, serbo ié de Cristo.

23. Por preço fustes comprado, nũ bos fagais serbos de homes.

24. Cada ã puis, armanos, permaneça delante de Deus ne stado ã que fui chamado.

25. Quanto porẽ a las birges, nũ tengo mandamento del Senhor : mas dou conselho, como quiẽ del Senhor tẽ alcançado mesericordia, para ser fiel.

26. Antendo puis que isto ié bono por causa de la instante necessidade, porque ié bono para el home star assi.

27. Stás lhigado á la mulhiêr ? nũ busques sultura. Stás lhibre de mulhiêr ? nũ busques mulhiêr.

28. Mas se tomares mulhiêr, nũ pecaste, e se la birge se casar nũ pecou : todabia los tales padecerã tribulaciõ de la carne, iou quejira poupar-bos a eilha.

29. Isto finalmente vos digo, armanos : El tiempo ié bre-

be: el que resta ié que nũ só los que ténẽ mulhieres seiam como se las nũ tubíssẽ.

30. Mas tamiẽ los que chórã, como se nũ chorasse, e los que fólã, como se nũ folgássẽ, e los que cómprã, como se nũ possuissẽ.

31. E los que usã deste mundo, como se dél nũ usássẽ: porque la figura deste mundo passa.

32. Quiero puis que bós bibais sî inquietaciones. El que stá sî mulhiêr, stá cuidadoso de las cousas que sã del Senhor, de como há de agradar a Dios.

33. Mas el que stá cũ mulhiêr, stá cuidadoso d'las cousas que sã del mundo, de como há de dar gusto a sua mulhiêr, e anda debedido.

34. E la mulhiêr solteira, e la birge, cuida nas cousas que sã del Senhor, para ser santa ne corpo e ne sprito; mas la que ié casada cuida nas cousas que sã del mundo, de como agradará al marido.

35. Na berdade, digo-bos isto para proveito bosso: nũ para bos prender, mas sómente para el que ié ounesto, e que bos facilite el ourar al Senhor sî ambaraço.

36. Mas se algũ julga que parece ser desonra propia, quanto a sua filha donzeilha, el ir-le passando la cidade de casar, e que assi cumbẽ fazer-le el casamento, faga el que quegir: nũ peca, se casar.

37. Porque el que formou ã sou peito ãa firme resoluciõ, nũ le oubrigando la necessidade, mas antes tenendo poder na sua propia bontade, e cũ isto determinou ne sou coraçõ conserbar la sua filha birge, biẽ fai.

38. Assi que el que casa la sua filha donzeilha fai biẽ, e el que nũ casa fai melhor.

39. La mulhiêr stá ligada a la lei por todo el tiempo que sou marido bibe: mas se morir el sou marido, queda eilha lhibre: case cũ quiẽ quegir, contanto que seia ne Senhor.

40. Porẽ será mais biẽ abenturada, se permanecer assi, conforme el miu conselho: e julgo que tamiẽ iou tengo el sprito de Dios.

BERNARDO FERNANDES MONTEIRO.

OS TRES REINOS DA NATUREZA

Assim como se dá o nome de *anthropologia* á sciencia que tem por objecto a historia do homem, á que tem por objecto a historia da Terra costuma vulgarmente chamar-se *geologia*.

Uma e outra não são, a bem dizer, mais de que um caso particular d'uma sciencia mais geral, a *physiologia*, sciencia das funcções ou dos actos por meio dos quaes se manifesta, desenvolve e propaga a vida. Se é evidente que não ha causa sem effeitos, nem effeitos sem causa, não o é menos que não poderia haver effeitos ou causas sem meios, ou, o que diz o mesmo, sem *orgãos*. O órgão é o laço do effeito e da causa, o instrumento pelo qual a causa se transforma em effeitos variados. Estes tres termos inseparaveis: *causa*, *meio*, *effeito*, ou, n'uma linguagem mais abstracta *forças*, *orgãos*, *funcções*, não são mais do que maneiras diferentes de considerar a vida. As sciencias physicas occupam-se mais particularmente da natureza e da intensidade das forças; a anatomia da fôrma e textura dos orgãos; a *physiologia*, enfim, do encadeamento e do caracter das funcções. Estas tres ordens de sciencias são por tal fôrma solidarias entre si que é absolutamente impossivel separal-as completamente. Suppõem se e penetram-se a tal ponto, qua os sabios mais exclusivos na sua especialidade não podem tratar a menor questão pertencente a uma d'estas sciencias, sem invadir o dominio das duas outras. E' de toda a evidencia, por exemplo, que a sciencia das funcções não póde dar um passo se não fôr esclarecida pela dos orgãos, que, por si só, não teria sentido algum, se estudando-lhe as suas fôrmas, não conhecessem as funcções que os orgãos são chamados a desempenhar.

Sem a anatomia a *physiologia* não é possivel, e reciprocamente. A *physiologia* do globo terrestre é a *geologia*; a sua anatomia é a *mineralogia*.

Os mineraes não são seres, mas orgãos, e a divisão da natureza em reino animal, reino vegetal e reino mineral, é um d'esses velhos erros contra os quaes é tempo que a sciencia proteste. Quem diz *reino*, diz reunião de *individuos* de naturezas mais ou menos analogas. Ora o individuo mineral

não existe, e a definição que se julgou poder dar-lhe, basta por si só para mostrar que esta palavra não corresponde mais que a uma simples concepção do espirito.

Aqui fica, resumidamente, o que encontramos de mais claro sobre este assumpto nos melhores tratados estrangeiros de geologia e mineralogia. Para os animaes e vegetaes, a individualidade consiste na indivisibilidade; para os mine-raes, na indecomponibilidade.

Se cortarmos uma planta ou um animal, matamol-os; se decomposmos um sal aniquilamol-o. Perde as suas propriedades essenciaes, não é mais elle; o que d'elle resta não tem com elle relação alguma.— O que acabamos de dizer não parece insensato, mas para melhor o julgar, vejamos as consequencias que d'aqui se tiram. Essas consequencias são: a agua, não tal ou tal gotta d'agua, não a agua d'um lago ou d'um oceano, mas a agua *em si*, a agua pura na sua generalidade é um individuo, porque, se a decomposermos cessa de existir. Pela mesma razão o ar atmospherico na sua totalidade; o carbonato de cal, o sulfato de sódá, etc., são individuos.

Um pedaço de talco, que facilmente se póde vêr, não é um individuo, é uma parte do individuo geral silicato de magnésio.

Quando um chimico, no seu laboratorio, obtem uma combinação nova, uma combinação que não existe na natureza, é uma individualidade que elle creou. A potencia da sua retorta não a cede á do Deus do Genesis.

E' preciso concordar que esta maneira de ver destroe todas as nossas ideias, porque temos considerado até aqui a *fórma* como uma das condições essenciaes da individualidade. E é isto tão verdadeiro que quando a superstição inventou seres aérios, espiritos, duendes, apesar de todos os argumentos da subtil metaphysica que ella para si inventára, nunca póde chegar a conceber esses individuos imaginarios a não ser revestidos d'um involucro delicado, diaphano, intangivel, mas comtudo limitado nos seus contornos. Em sentido commum *individualidade* é synonymo de *organisação*, e fallar de um individuo sem orgãos e sem fórma equivale a fallar d'um triangulo sem lados.

Haüy, naturalista francez, comprehendeu bem este facto. Fazia dos cristaes os unicos e verdadeiros individuos mineralogicos. Os cristacs, é verdade, teem uma fórma que

lhes é propria, mas infelizmente para o systema que elle creou, esta fórma não é uma prova d'organisação, porque não corresponde a propriedades que em si sejam inseparaveis como a funcção é inseparavel do orgão. Sabe-se, com effeito, e foi isso o que destruiu o systema cristalographico, com o qual se veio substituir a tenebrosa doutrina que acabamos de expôr e que foi trazida pelos discipulos de Werner das escolas da nebulosa Allemanha; sabe-se que ha mineraes que tendo a mesma fórma e a mesma cristalisação, possuem propriedades differentes, que outros possuindo as mesmas propriedades cristalisam d'uma outra maneira, e emfim que a mesma quantidade de materia pôde, sem nada perder das suas propriedades, apresentar successivamente cristaes sem relação uns com os outros.

Se passasse pela idéa a um anatomista condecorar com o nome d'*individuo* o tecido celular pela razão de que não podemos decompol-o chimicamente sem o destruir, e sustentar além d'isso que além do reino vegetal e do reino animal existe um reino anatomico composto de differentes pennas ou do individuo geral penna, de differentes escamas ou do individuo geral escama, excitaria o riso universal, e comtudo esse dissegador de plantas ou d'animaes não fazia mais do que repetir o que ensinam dissecadores dos planetas. Como elles tomava orgãos por individuos, e, afinal de contas, não vemos porque o individuo musculo ou cartilagem fosse mais ridiculo que o individuo oxygenio ou fluor.

Não receamos, pois, repetir: não existe reino mineral porque não existem individuos mineralogicos. Ha effectivamente tres reinos; mas o terceiro, é o reino *sideral*, e, para isso, os individuos que o compõem são tão evidentemente distinctos, que a sua individualidade não pôde ser posta em duvida.

Sem o saber, os astrologos são naturalistas, e quando classificam os corpos celestes em estrellas, planetas, cometas, etc., fazem exactamente o que fazem os seus confrades, que distribuem em generos e familias os animaes e as plantas.

Não haveria certamente grande mal em que se tomassem os mineraes por individuos, se a consequencia que d'aqui resulta não fosse que existiriam individuos vivos e individuos mortos, corpos organisados e corpos inorganicos, deploravel dualismo, que ha seculos embarça os progressos da sciencia.

Que se admitta, pelo contrario, como nos, que os mineraes não são individuos, mas orgãos, que nós definimos *o ser ou o proprio individuo considerado nos seus meios d'acção*; porque não podemos admittir que exista outra cousa senão individuos, como todo o orgão se refere a um organismo vivo, como todo o orgão d'um corpo vivo é vivo, não ha mais nada morto na natureza, e a vida torna-se a lei universal.

Mas que dizer do cadaver? O que é preciso dizer, é que, na velha accepção da palavra, não existe. O meu braço, a minha perna, são orgãos da terra ao mesmo tempo que são meus.

O phosphato calcario que compõe o meu esqueleto faz, ao mesmo tempo, parte do esqueleto do planeta. O sal que é misturado no pão com que nos alimentamos, e que, quando o tivermos comido, se tornará um dos nossos orgãos, não cessa por isso de ser um dos orgãos do globo. Quando o nosso organismo vier a dissolver-se, os meus orgãos, em lugar de pertencerem a dois organismos diferentes, não pertencerão mais que a um só.

As suas funcções, que eram humanas e terrestres no seu conjuncto, não serão mais que terrestres. Modificar-se-hão, mas não serão aniquilados; não cessarão de ser vivos, mas viverão uma vida diferente.

Bem mais ainda: se a propria Terra vier a ser reduzida a pó, os seus orgãos, de que alguns hoje são tambem os meus, não cessarão por isso de viver; porque ao mesmo tempo que manifestam a vida do globo, manifestam tambem o do systema solar, e a dos organismos mais vastos de que esse systema faz parte. Pertencendo todo o orgão á vez, mediata ou immediatamente, a todos os organismos possiveis, todos vivem assim vida universal; para que um d'elles possa cessar d'existir ou de viver, seria preciso que tudo viesse a aniquilar-se.

Limitar-nos-hemos a repetir que, enquanto se não considerarem os mineraes como substancias mortas, nunca poderemos subtrair-nos á aleivosia, que faz do nosso planeta um simples amas de materia bruta, tirando a sua fecundidade não da sua propria natureza e do concurso de todos os outros seres, mas devendo-o ao bello prazer d'um mestre ou aos arbitrarios caprichos do acaso, prejuizo anti-scientifico se assim succedesse, pois que limitando-se as investigações physiologicas ao reino animal e ao reino vegetal, tendem a tornar

impossivel a explicação d'um dos lados essenciaes de todo o phenomeno.

A physica e a chimica tomam os factos taes quaes elles são, e limitam-se a verificar-lhes a existencia.

O que estas sciencias tratam de descobrir sobretudo, são as *leis*, quer dizer, as maneiras de ser permanentes e invariaveis das coisas : ora, nas coisas, assim como ha um lado invariavel, constante, ha tambem um lado variavel e inconstante. E' esta associação, esta harmonia de immutabilidade e de inconstancia, que constituem o progresso ou a realidade.

Pelas sciencias physicas sómente, não podemos pois chegar mais que a um conhecimento incompleto ou abstracto da natureza.

Para que este conhecimento seja completo ou verdadeiro, é preciso que comprehenda o variavel e o permanente, o facto e a lei, a pratica e a theoria, é necessario, n'uma palavra, que a physiologia venha impôr os seus coefficients ás formulas da physica.

Desde o dia do seu nascimento, a Terra tem realisado per-pétuos progressos.

Para o demonstrar, basta enumerar as peripecias successivas de que se compõe a sua historia. Seria pois tão mau conhecer como desprezar este facto de desenvolvimento que, pela variabilidade que suppõe, escapa ás inflexiveis apreciações do calculo.

E' pois de toda a necessidade que uma sciencia d'uma outra ordem, como a physiologia, intervenha e forneça a explicação de tudo o que, no encadeamento dos phenomenos, tende a um fim, antes que obedeça a uma lei.

Que não nos enganemos : não é sómente a sciencia que é interessada em que se creia na vida do nosso planeta, ou, d'uma maneira mais geral, na crença na vida universal ; é antes de tudo e sobretudo, a moral.

O que não ama a natureza não amará nunca os homens.

Não podemos nem comprehender nem amar a morte ; como amariamos a natureza se a considerassemos privada de vida ?

Outubro — 1893.

FALCÃO DE LIMA.

HISTORIA LITTERARIA E PEDAGOGICA

(Continuado de pag. 61, dos n.ºs 2 e 3, de fevreiro e março de 1894)

CXV

Para tirar moios de trigo

Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que eu hei por bem e me praz que o reitor e padres da companhia de Jesus do collegio da cidade de Coimbra possam comprar e levar das villas de Soure e da Redinha, e de quaesquer outros logares para a dicta cidade, todo o trigo que o dicto reitor declarar por sua certidão nas costas d'este que é necessario para o dicto collegio, e despeza d'elle, o que assim hei por bem sem embargo de quaesquer provisões, ou posturas de camara, que em contrario haja, pelo que mando a todas as justiças e officiaes, a quem o conhecimento d'esto pertencer que o cumpram inteiramente sob pena de pagarem 30 cruzados, ametade para quem os accusar, e a outra ametade para os captivos, e este se comprirá como se n'elle contem, posto que não passe pela chancellaria, sem embargo da ordenação que o contrario dispõe. Lopo Soares o fez em Alcobaça a 17 de agosto de 1569, e eu Miguel de Moura o subscrevi. — Rei. — Alvará do reitor e padres da companhia de Jesus do collegio de Coimbra, pera ver. Pero da Fonseca, reitor do collegio da companhia de Jesus d'esta cidade de Coimbra, por este por mim feito e assignado, digo que tenho necessidade de 70 ou 80 moios de trigo pera sustentação dos padres d'este collegio. E portanto peço ás justiças d'El-Rei nosso senhor e pessoas a quem pertencer das villas de Soure e da Redinha, e de quaesquer outros logares, que o deixem tirar livremente, conforme a esta provisão de Sua Altesa. Em Coimbra aos 2 de setembro de 1569, e de quaesquer outros logares. Pero da Fonseca. Cumpra-se como se contem. João Lopes. Cumpra-se como se n'elle contem. Alvaro Fernandes Ruiz.

CXVI

Pera os 100 moios de pão

Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que para sustentação e mantimento do dicto collegio têm necessidade de comprar este anno 100 moios de pão, trigo, cevada, milho e centeio, e mandando ora á villa de Soure comprar algum d'elle, lhes foi impedido o levar-o, por se dizer que Vossa Altesa tem mandado que d'ahi se não tire pão algum. Pedem a Vossa Altesa, lhes dê licença pera poderem mandar comprar onde quer que o acharem, e levar para a dicta cidade, todo o pão que lhes fôr necessario pera seu mantimento e provisão, sem embargo de quaesquer provisões ou posturas de camaras em contrario. E no que receberão esmola e mercê. Li o que juraram que não mister pera despeza do collegio. Em Cintra a 16 d'agosto de 1570. Paulo Afonso.

Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atraz escripta dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, hei por bem e me praz que elles possam comprar, tirar, e levar de quaesquer logares do reino para o dicto collegio até 100 moios de pão de que dizem que tem necessidade, pera despeza d'elle, sem deixarem parte alguma do dicto pão na terra, e isto sem embargo de quaesquer minhas provisões, e posturas das camaras que em contrario haja. E mando ás justiças e officiaes dos dictos logares, que lhes deixem tirar d'elles o dicto pão, e lhes cumpram e guardem inteiramente este alvará como se n'elle contem, sem n'isso lhe porem duvida nem embargo algum, declarando o dicto reitor por seu assignado, que o dicto pão é para despeza do dicto collegio; e este se cumprirá posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Gaspar de Seixas o fez em Cintra a 16 d'agosto de 1570. Jorge da Costa o fez escrever.—Rei.—Martim Gonçalves da Camara. Ha Vossa Altesa por bem que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, possam comprar, tirar e levar de quaesquer logares do reino para o dicto collegio até 100 moios de pão, de que dizem que tem necessidade pera despeza d'elle, sem deixarem parte alguma do dicto pão na terra, e isto sem embargo de quaesquer provisões e posturas

em contrario. A provisão d'El-Rei nosso senhor guardo, e mando que se guarde como n'ella se contem, a 28 de setembro de 1570 annos. Francisco de Figueiredo.

CXVII

Pera se poder comprar gado sem carta de visinhança

D. Sebastião, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem-mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio d'Ethiopia, Arabia, Persia, e da India etc., etc. a quantos esta minha carta virem, Faço saber que por parte do reitor e padres do collegio de Jesus e das Artes da cidade de Coimbra me foi apresentado um meu alvará, por mim assignado, e registado em minha chancellaria, do qual o treslado é o seguinte: Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem, que por folgar de fazer mercê por esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus e das Artes da cidade de Coimbra, e por lhes escusar o trabalho, e oppressão que recebem em fazerem as diligencias que a lei dos gados manda, quando vão comprar algum gado pera despeza do dicto collegio, hei por bem e me praz que elles possam mandar comprar, pelos padres e irmãos da companhia, todo o gado de que tiverem necessidade pera sua sustentação a quaesquer logares onde o houver, sem serem obrigados a levar carta de visinhança pera o poderem comprar, sómente levarão certidões do reitor do dicto collegio da quantidade e qualidade do gado que manda comprar, com a qual certidão os dictos padres e irmãos poderão comprar o dicto gado livremente, e as pessoas com que se concertarem lh'o poderão vender, sem ser necessario fazerem-se no caso outras algumas diligencias, das que a dicta lei manda. E para que os vendedores não possam fazer ácerca d'isso conluio ou engano algum, o padre ou irmão que lhes comprar o dicto gado per virtude das dictas certidões do dicto reitor, lhes deixará um assignado, ou certidão sua, ou do dicto reitor, em que declare a quantidade do gado que lhes comprou e a qualidade d'elle; a qual certidão bastará para descarrego do vendedor, quando der conta de seu gado, sem ser necessario fazer mais sobre isso outras algumas diligencias, e isto sem embargo da dicta lei dos gados, e de quaesquer outras leis, e provisões minhas que em contrario haja,

e assim sem embargo das posturas das camaras, que ora são feitas e ao deante se fizerem sobre este caso. O que assim me praz confiando nos dictos padres, que terão nisso tal ordem e resguardo, que se não possa fazer cousa alguma em fraude da dicta lei, e do intento com que se fez. E mando a todas minhas justiças, officiaes e pessoas a quem este alvará, ou o treslado d'elle em publica fórma, fôr mostrado, e o conhecimento d'elle pertencer, que o cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como n'elle se contem ; o qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação, livro segundo, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais d'um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham ; e valerá este outro sim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás, que por ella não forem passados, se não guardem. Gaspar de Seixas o fez em Lisboa a 21 de abril de 1571. Jorge da Costa o fez escrever. E apresentado assim o dicto alvará por parte do dicto reitor e padres me foi dicto, que por estar em papel, que facilmente se poderia romper e tratar mal, lhes convinha, tel-o guardado no seu cartorio, e portanto me pediam por mercê, que lhes mandasse dar o treslado d'elle em uma minha carta, pera por elle se effectuar e cumprir o contheudo no dicto alvará. E visto por mim o seu dizer e pedir, e como o dicto alvará era todo limpo, são, e carecido de todo o vicio e duvida, assignado por mim e registado em minha chancellaria, lhes mandei dar o treslado d'elle n'esta minha carta, e por ella mando a todos os meus desembargadores, corregedores, ouvidores, juizes, justiças, officiaes e pessoas a quem fôr mostrada, e o conhecimento d'ella pertencer, que em todo lha cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, e os deixem usar de todo o contheudo no dicto alvará, segundo a fórma d'elle sem duvida nem embargo algum que lhe a isso seja posto. Dada em a cidade de Lisboa a 26 dias de maio. El-Rei nosso senhor o mandou por D. Simão da Cunha, do seu conselho, e chança-rel-mór de seus reinos e senhorios. Pero Fernandes a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1571. Diz na margem diligencias. D. Simão. Concertada. Pero Fernandes. Pagou nihil, e ao sello nihil. Pero Fernandes. D. Simão.

CXVIII

Para a compra do gado

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Persia e da India, etc., a quantos esta minha carta virem Faço saber que por parte do reitor e padres do collegio de Jesus e das Artes da cidade de Coimbra me foi apresentado um meu alvará, per mim assignado e registado em minha chancellaria, do qual o treslado é o seguinte: «Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que, por folgar de fazer mercê por esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus e das Artes da cidade de Coimbra, e por lhes escusar o trabalho e oppressão que recebem em fazer as diligencias, que a lei dos gados manda quando vão comprar algum gado para despeza do dicto collegio, hei por bem e me praz que elles possam mandar comprar pelos padres e irmãos da companhia todo o gado de que tiverem necessidade pera sua sustentação, a quaesquer logares onde o houver, sem serem obrigados a levar carta de visinhança para o poderem comprar, sómente levarão certidões do reitor do dicto collegio da quantidade e qualidade do gado que manda comprar, com a qual certidão os dictos padres e irmãos poderão livremente comprar o dicto gado. E as pessoas com quem se concertarem lh'o poderão vender, sem ser necessario fazerem-se no caso outras algumas diligencias das que a dicta lei manda. E pera que os vendedores não possam ácerca d'isso fazer conluio, ou enganar algum, o padre ou irmão que lhes comprar o dicto gado, por virtude das certidões do dicto reitor, lhes deixará um assignado, ou uma certidão sua, ou do dicto reitor, em que declare a quantidade do gado que lhes comprou e qualidade d'elle, a qual certidão bastará pera descarrego do dicto vendedor, quando dér conta do seu gado, sem ser necessario fazer mais sobre isso outras algumas diligencias. E isto sem embargo da dicta lei dos gados e de quaesquer outras leis e provisões minhas, que em contrario haja, e assim sem embargo das posturas das camaras que ora são feitas e ao deante se fizerem sobre este caso, o que assim me praz confiado dos dictos padres que terão n'isso tal ordem e resguardo, que se não possa fazer cousa alguma em fraude da dicta lei e do in-

tento com que se fez. E mando a todas minhas justiças, officiaes e pessoas a quem este alvará ou treslado d'elle em publica fôrma fôr mostrado, e o conhecimento d'elle pertencer que o cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, como se n'elle contém. O qual hei por bem que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, e por mim assignada e passada por minha chancellaria sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais d'um anno, passem por cartas e passando por alvarás não valham. E valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás que por ella não forem passados se não guardem. Gaspar de Seixas o fez em Lisboa a 21 de abril de 1571. Jorge da Costa o fez escrever.» E apresentado assim o dicto alvará por parte do dicto reitor e padres me foi dicto que por estar em papel, que facilmente se poderia romper ou tratar mal, lhes convinha tel-o guardado em seu cartorio, e por tanto me pediam por mercê que lhes mandasse dar o treslado d'elle em uma minha carta, pera por elle se effectuar e cumprir o contheudo no dicto alvará. E visto por mim seu dizer e pedir, e como o dicto alvará era todo limpo, são, e carecido de todo o vicio e duvida, assignado por mim e registado em minha chancellaria, lhe mandei dar o treslado d'elle n'esta minha carta, e por ella mando a todos meus desembargadores, corregedores, ouvidores, juizes, justiças, officiaes e pessoas a que fôr mostrada e o conhecimento d'ella pertencer, que em todo lh'a cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, e os deixem usar de todo o contheudo no dicto meu alvará, segundo a fôrma d'elle, sem duvida nem embargo algum que lhe a isso seja posto. Dada em a villa de Santarem a 18 dias de março. El-rei Nosso Senhor o mandou pelo dr. Belchior de Amaral, fidalgo de sua casa, e corregedor de sua côrte, que ora por seu especial mandado tem cargo de chancarel mór de seus reinos e senhorios. Paulo Barradas a fez no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1572. Pero Fernandes a fez escrever, pagou 200 réis. De assignatura 20 réis. Belchior de Amaral. Pagou nihil, ao sello 10 réis. Pero Fernandes. Belchior de Amaral.

Pera trazer pescado d'Aveiro e Buarcos e pera não arrecadarmos nas sisas e portagens qualquer pão que comprarmos

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. A todos os corregedores, ouvidores, juizes, justiças, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios a quem esta minha carta testemunhavel, com o treslado de uma minha provisão, e appostilla n'ella posta, fôr mostrada, e o conhecimento d'ella com direito pertencer, saude. Faço-vos saber que por parte do reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra e do collegio das Artes, me foi apresentada uma minha provisão por que houve por bem, que os almocreves e quaesquer outras pessoas que trouxerem pescado das villas de Aveiro e Buarcos, e quaesquer outros mantimentos para despeza dos dictos collegios os podessem tirar livremente. E porque a dicta provisão estava em papel, e se ia gastando, me pediam lhes mandasse dar o treslado em esta minha carta tesmunhavel, pera a ter no cartorio dos dictos collegios; e visto seu requerimento lh'a mandei dar e o treslado é o seguinte: «Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz, por alguns justos respeitoes, que me a isto movem, que aos almocreves e quaesquer outras pessoas, que em suas bestas d'aqui em deante trouxerem pescado da villa de Aveiro, ou da villa de Buarcos á cidade de Coimbra, para provimento e despeza do reitor e padres do collegio de Jesus da dicta cidade, não seja tomado o dicto pescado, nem parte alguma d'elle pelos almotaçais e officiaes da dicta cidade, nem por outra alguma pessoa, posto que digam ter necessidade do dicto pescado pera si ou pera provimento dos moradores e povo da dicta cidade, nem sejam molestados nem avexados por assim trazerem o dicto pescado pera o dicto collegio; e assim hei por bem que os officiaes da arrecadação da sisa do dicto pescado, nem os rendeiros d'ella os não obriguem, nem constranjam a fazer saber, nem a escrever o dicto pescado, nem ao descarregar em parte alguma senão no dicto collegio, nem lhes façam sobre isso vexação alguma, pois sendo para mantimento dos padres e familia do dicto collegio se não deve d'elles sia: e isto se

cumprirá assim mostrando os dictos almocreves, ou pessoas que trouxerem o dicto pescado, certidão do reitor do dicto collegio, de como é para despeza e provimento d'elle. E mando ao juiz, vereadores, procurador e almotaceis, e officiaes da dicta cidade, e ao contador e officiaes de minha fazenda n'ella, que cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará como se n'elle contém; e qualquer official ou pessoa que o assim não cumprir ou contra isto fôr, incorrerá em pena de 10 crusados por cada vez, ametade pera os captivos, e a outra ametade pera quem os accusar, e este se registará no livro da camara da dicta cidade pelo escrivão d'ella. O qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, per mim assignada, e passada per minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas cujo effeito houver de durar mais d'um anno passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá outro sim este, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 21 de agosto de 1560. Manuel da Costa a fez escrever. — Rainha. — Alvará sobre o pescado que os almocreves, e quaesquer outras pessoas em suas bestas d'aqui em deante trouxerem da villa de Aveiro, ou da villa de Buarcos á cidade de Coimbra, para provimento e despeza do reitor e padres do collegio de Jesus da dicta cidade. Para Vossa Alteza vêr. E assim hei por bem que os padres dos collegios de Jesus e das Artes da cidade de Coimbra não sejam obrigados a fazer saber, nem despachar nas sisas e portagens, o pão, vinho, carnes e pescado, mantimentos e quaesquer outras cousas que lhe vierem e trouxerem das villas de Aveiro, Esgueira, e de quaesquer outras partes, pera despeza e provimento dos dictos collegios, assim nos logares onde comprarem as cousas sobredictas como na cidade de Coimbra, e isto sem embargo de qualquer regimento ou artigos que em contrario haja; e mando aos contadores e officiaes de minha fazenda e a quaesquer justiaças, officiaes e pessoas a quem o conhecimento de isto pertencer, que assim o cumpram e façam cumprir, e hei por bem que esta apostilla valha, e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome e por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do

2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais d'um anno, passem por cartas e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 7 de fevereiro de 1562. Manuel da Costa a fez escrever.—Rainha.—Pagou nihil. A qual carta testemunhavel mando que se dê, e tenha tanto credito, e auctoridade, e vigor, tanto quanto com direito lhe deve ser dado, porquanto se tresladou dos proprios bem e fielmente. Dada n'esta minha cidade de Lisboa aos 18 dias do mez de dezembro. El-rei nosso senhor o mandou pelo dr. Antonio Saraiva, desembargador do seu desembargo, e corregedor de sua corte e casa de supplicação com alçada dos feitos civeis. Christovão Lopes a fez no anno de 1567, com entrelinha d'elle. Pagou sessenta e dois réis, e d'assignar 20 réis. E eu Luiz Vaz de Rezende a fiz escrever. Antonio Saraiva. Concertada por mim Francisco d'Almeida. Concertada. Luiz Vaz de Rezende. Pagou nihil. Luiz Carvalho. Simão Gonçalves Preto.

CXX

Pera poder tirar pescado d'Aveiro e Esqueira para o collegio

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio d'Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc., a todos os corregedores, ouvidores, juizes, justiças, officiaes, e pessoas de meus reinos e senhores, a que esta minha carta testemunhavel for mostrada, e o conhecimento d'ella com direito pertencer, saude. Faço-vos saber que por parte do reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra me foi apresentada uma provisão minha com uma apostilla, per mim assignada, pedindo-me que lhe mandasse passar o treslado d'ella em carta testemunhavel, em modo que tivesse fé e vigor, e vista por mim a dicta provisão e apostilla original, e como era verdadeira e sem n'ella ter cousa que duvida faça, e estar limpa, lhe mandei passar a presente, e o treslado da dicta provisão e apostilla *de verbo ad verbum* é o seguinte. Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz

por alguns justos respeitos que me a isto movem, que aos almocreves e quaesquer outras pessoas, que em suas bestas d'aqui em deante trouxerem pescado da villa d'Aveiro ou da villa de Buarcos á cidade de Coimbra, pera provimento do reitor e padres do collegio de Jesus da dicta cidade, não seja tomado o dicto pescado nem parte alguma d'elle, pelos almotaceis e officiaes da dicta cidade, nem per outra alguma pessoa, posto que digam ter necessidade do dicto pescado pera si ou pera provimento dos moradores e povo da dicta cidade, nem sejam molestados, nem vexados por assim trazerem o dicto pescado pera o dicto collegio. E assim hei por bem que os officiaes da arrecadação da dicta sisa do dicto pescado, nem os rendeiros d'ella, os não obriguem nem constanjam a fazer saber, nem a escrever o dicto pescado, nem os rendeiros, digo, nem a o descarregar em parte alguma senão no dicto collegio, nem lhes façam sobre isso vexação alguma, pois sendo para mantimento dos padres e familia do dicto collegio, se não deve d'elle sisa; e isto tudo se cumpra assim, mostrando os dictos almocreves, ou pessoas que trouxerem o dicto pescado, certidão do reitor do dicto collegio de como é para despeza e provimento d'elle. E mando ao juiz, vereadores, procurador, almotaceis e officiaes da dicta cidade, e ao contador e officiaes da minha fazenda n'ella, que cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará como n'elle se contém, e qualquer official ou pessoa que o assim não cumprir ou contra isto fôr, incorrerá em pena de 10 cruzados por cada vez, ametade pera os captivos, e a outra metade pera quem os accusar, e este se registrará no livro da camara da dicta cidade pelo escrivão d'ella: o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, per mim assignada e passada per minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais d'um anno, passem por cartas e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim posto que não seja passado pela chancellaria sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás que não forem passados pela chancellaria se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 21 de agosto de 1560. Manuel da Costa o fez escrever.—Rainha.—

Segue-se a apostilla.

E assim hei por bem que os padres dos collegios de Jesus e

das Artes da cidade de Coimbra, não sejam obrigados a fazer saber, nem despachar nas sisas e portagens o pão, vinho, carnes, pescado, mantimentos, e quaesquer outras cousas que lhes vierem, que lhes trouxerem das villas de Aveiro, Esgueira e de quaesquer outras partes, pera despeza e provimento dos dictos collegios, assim nos logares onde comprarem as cousas sobre-dictas como na dicta cidade de Coimbra, e isto sem embargo de qualquer regimento e artigos que em contrario haja; e mando aos contadores e officiaes de minha fazenda, e a quaesquer justiçaes, officiaes e pessoas a quem o conhecimento d'isto pertencer, que assim o cumpram e façam cumprir, e hei por bem que esta apostilla valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome e por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais d'um anno, passem por cartas e passando por alyarás não valham; e valerá outrosim este, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás que não forem pas-sados pela chancellaria se não guardem. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 7 dias de fevereiro de 1562. Manuel da Costa a fez escrever.—Rainha — A' qual carta testemunhavel mando que se dê tanto credito, fé e auctoridade e vigor, quanto com direito lhe deve ser dado, por quanto se tresla-dou do proprio alvará bem e fielmente. Cumpri-o assim e al não façaes. Dada n'esta minha cidade de Lisboa a 2 dias do mez de maio. El-rei o mandou pelo dr. Fernão de Magalhães do seu desembargo, e corregedor dos feitos e causas civeis da sua corte com alçada. Gabriel a fez no officio de Luiz Vaz de Rezende, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1562. Luiz Vaz de Rezende a fez escrever. Pagou nihil. 20 réis de assignatura e de assignar nada. Fernão de Magalhães. Concertada por mim com o proprio. Luiz Vaz de Rezende. Concertada. Maldonado. Não faça duvida o riscado da lauda atraz, que não diz nada. P. pagou 40 réis. Luiz Carvalho. Antonio de Macedo.

CXXI

Pera que nos não tomem o pescado nem sejamos obrigados
a arrecadar nas sisas e portagens

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos

Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc., a todos os corregedores, ouvidores, juizes, justiçaes, officiaes e pessoas de meus reinos e senhores a quem esta minha carta testemunhavel fôr mostrada e o conhecimento d'ella com direito pertencer, saude. Faço-vos saber, que por parte do reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, me foi apresentado um meu alvará com uma apostilla nas costas d'elle, pedindo-me que lhe mandasse passar em carta testemunhavel, o treslado de tudo, pera se ajudarem d'elle, e visto por mim passei a presente, e o treslado do dicto alvará, e apostilla *de verbo ad verbum*, é o seguinte: «Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz por alguns justos respeitoes, que me a isto movem, que aos almocreves e quaesquer outras pessoas que em suas bestas d'aqui em deante trouxerem pescado da villa de Aveiro ou da villa de Buarcos á cidade de Coimbra pera provimento e despeza do reitor e padres do collegio de Jesus da dicta cidade, não seja tomado o dicto pescado nem parte alguma d'elle, pelos almotaceis e officiaes da dicta cidade, nem por outra alguma pessoa, posto que digam ter necessidade do dicto pescado pera si ou pera provimento dos moradores, e povo da dicta cidade, nem sejam molestados, nem avexados por assim trazerem o dicto pescado pera o dicto collegio, e assim hei por bem que os officiaes da arrecadação da sisa do dicto pescado, nem os rendeiros d'ella os não obriguem nem constranjam a fazer saber, nem a escrever o dicto pescado, nem a o descarregar em parte alguma senão no dicto collegio, nem lhes façam sobre isso vexação alguma, pois sendo para mantimento dos padres e familia do dicto collegio se não deve d'elle sisa; e isto tudo se cumprirá assim, mostrando os dictos almocreves, ou pessoas que trouxerem o dicto pescado, certidão do reitor do dicto collegio, de como é para provimento e despeza d'elle, e mando ao juiz, vereadores, procurador e almotaceis, e officiaes da dicta cidade, e ao contador e officiaes de minha fazenda n'ella, que cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará como sen'elle contém. E qualquer official e pessoa que o assim não cumprir, ou contra isto fôr, incorrerá em pena de 10 cruzados por cada vez, ametade para os captivos, e a outra ametade para quem os accusar, e este se registará no livro da camara da dicta cidade pelo escri-

vão d'ella. O qual hei por bem que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, per mim assignada, e passada per minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais d'um anno, passem por cartas e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 21 de agosto de 1560. Manuel da Costa o fez escrever.—Rainha.—Apostilla. E assim hei por bem que os padres dos collegios de Jesus e das Artes da cidade de Coimbra, não sejam obrigados a fazer saber, nem despachar nas sisas e portagens, o pão, vinho, carnes, pescados, mantimentos e quaesquer outras cousas que lhes vierem, e trouxerem das villas de Aveiro, Esgueira e de quaesquer outras partes pera despeza e provimento dos dictos collegios, assim nos logares onde comprarem as cousas sobredictas, como na dicta cidade de Coimbra, e isto sem embargo de qualquer regimento ou artigos que em contrario haja. E mando aos contadores, e officiaes de minha fazenda, e a quaesquer officiaes e pessoas a quem o conhecimento d'isto pertencer, que assim o cumpram, e façam cumprir, e hei por bem que esta apostilla valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, per mim assignada, e passada per minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas cujo effeito houver de durar mais d'um anno passem per cartas, e passando per alvarás não valham; e valerá este outrosim posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás que não forem passados pela chancellaria se não guardem. Jorge da Costa a fez em Lisboa a sete dias de fevereiro de mil quinhentos scssenta e dois. Manuel da Costa a fez escrever. — Rainha — A' qual carta testemunhavel, mando que se dê tanto credito, fé, autoridade, e vigor, tanto quanto com direito lhe deve ser dado, por quanto se trasladou da propria provisão, que o dicto reitor e padres tem, e se cumprá como em ella se contem. Dada em esta minha cidade de Lisboa aos vinte e seis dias do mez de janeiro. El-Rei o mandou pelo doutor Fernão de Magalhães, do seu desembargo, e corregedor dos feitos, e causas civeis da sua corte com alçada. Francisco d'Almeida a fez no officio de

Luiz Vaz de Rezende, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos sessenta e tres annos; pagou d'esta sessenta dias, e de assignar vinte réis. Luiz Vaz de Rezende a fez escrever. Fernão de Magalhães. Concertada. Luiz de Rezende. Concertada per mim Pero de Amaral. Cumpra-se, e registe-se, a sete de abril de sessenta e oito. Francisco de Paiva. João Lucas. Pero Lopes. P. Pagou quarenta réis. Luiz Carvalho.

Continúa.

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

O MUSEU DE HISTORIA NATURAL E AS VIAGENS

As relações entre os museus de historia natural e as viagens são de tal maneira intimas que uns quasi não existiriam e com certeza não valeriam sem as outras e, para buscar o mais proximo e melhor exemplo — o museu de Paris — possui admiraveis collecções formadas á custa de extraordinarias odysseas de naturalistas, aos quaes se deve o conhecimento de paragens até elles ignoradas ou pouco conhecidas. Trabalhos e dedicações heroicas estão comprovados no grandioso Museum que por isso tem sido desde os primeiros tempos uma das cousas mais notaveis da capital franceza, e que o publico nunca deixa de admirar.

O grande exemplo de soffrimentos de toda a ordem e de sacrificios enormes, de uma dedicação illimitada, não já patriotica mas humanitaria, inexcedivel e scientifica encontra-se na historia d'estas espantosas travessias, a qual só os museus podem mostrar na maxima amplitude do seu valor material e moral.

Não se comprehende um museu sem bibliotheca, sem ao menos os recursos bibliographicos que permittam o estudo dos objectos que encerram, pelo qual se conhece a sua historia e a sua importancia scientifica e pratica; do mesmo modo nada se adiantaria sem junctar a cada peça os documentos ou as informações essenciaes para se saber a sua proveniencia, a sua constituição, o seu valor, para se poder fazer ou completar a sua descripção.

Portanto, á instituição dos museus e á formação das collecções deve annexar-se a narração dos factos que lhes deram origem e todas as indicações que esclareçam sobre ella e sobre cada objecto colleccionado. Não pode pois deixar de estar ligada a historia dos museus de sciencias naturaes com a das viagens de exploração tendo por fim o estudo das regiões desconhecidas e de que reverte para aquellas instituições o enorme material que n'ellas se accumula, graças á paciencia, á abnegação, ao espirito philosophico, á coragem de muitos valentes a quem a patria não costuma reconhecer no devido grau os serviços e que olvida antepondo-lhes heroes, ás vezes menos uteis á humanidade, ou notabilidades que se illustraram sem rasgo e adquiriram muito commodamente a sua celebridade, mesmo a sua immortalidade, em conciliabulos politicos, nas columnas de gazetas, nos gabinetes diplomaticos, em prosas mais ou menos celebres, mas de que o publico tem mais directa e immediatamente a noção, porque as julga de perto, porque se illude sempre com gratas apparencias, ao passo que se esbate o effeito do heroismo e do perigo contado a distancia de tempo e de logar do facto passado.

A sciencia e a humanidade devem, porém, muito a estes heroes viajantes e sertanejos, que são sempre os precursores das novas conquistas, e que estabelecem no meio de perigos e difficuldades incommensuraveis as primeiras relações que ligam as velhas ás novas civilizações, o mundo antigo ao mundo novo, a sciencia de hoje com a sciencia do futuro.

A viagem de Commerson pela America, Oceania e pelas ilhas do mar indico (1766-1773) conhece-se pelas ricas colheitas obtidas e pela correspondencia intima do explorador pela qual se pode ajuizar quasi diariamente das condições particularmente difficeis em que se achou o viajante (Milne Edwards). Revelam-se d'este modo e a par o homem de sciencia e de coragem com aquelle stoicismo que só a verdadeira convicção philosophica pôde gerar e sustentar.

Commerson dedicou-se com paixão aos estudos na natureza, por occasião de seguir o curso medico na faculdade de Montpellier e inclinou a sua curiosidade para a botanica que veio a estudar com exito. Occupava-se tambem de zoologia com aproveitamento e Linneo encarregou-o de fazer a descripção dos peixes do Mediterraneo. Depois, as conversações

com os naturalistas do Museum principalmente com Bernard Jussieu e tambem com o astronomo Lalande despertaram-lhe o gosto pelas viagens longiquas e foi por isso que elle acceitando o titulo de Botanico e Naturalista do Rei, se apressou a embarcar para uma viagem de circumnavegação sob o commando de Bougainville.

Antes de partir deixou uma noticia geral das observções de historia natural que seria possivel fazer nas terras austracs, trabalho que mereceu ser copiado nas secretarias da marinha, para distribuir a todos os capitães de navios que fossem áquellas paragens.

Depois de uma grande digressão vem estasiar-se perante a belleza de Madagascar. E' a verdadeira terra de promissão para os naturalistas, diz elle; é ali que a natureza parece ter-se recolhido a um santuario particular para trabalhar em modelos diversos d'aquelles de que se serviu n'outros sitios. As formas mais insolitas, as mais maravilhosas encontram-se lá a cada passo.

Em presença d'aquella natureza nova, perenne, o naturalista heroico e entusiasta redobrou de trabalho para lhe captar os segredos maravilhosos e começou a sentir-se invadido pelo cansaço, continuando no entanto a investigar. N'uma das suas cartas a Lalande escreve: «Tenho apenas forças para escrever-lhe e pode-se apostar que vou, como o pobre Veron, succumbir ao excesso das muitas vigílias e dos meus trabalhos. Pode, como me prometteu uma vez (n'um excesso de prophacia, sem duvida) trabalhar na historia do meu martyrologio.»

De facto morreu no anno proximo a 13 de maio de 1773, na Ilha de França, com 46 annos. Dias depois era nomeado com Laurent de Jussieu, socio da Academia das sciencias, que ignorava a sua morte.

Commerson legou materiaes de estudo consideraveis. O seu herbario continha 200 volumes em in-folio e foram expedidos da Ilha de França para Paris trinta e duas caixas contendo as colleções.

A L. Jussieu coube o inventario do espolio do illustre explorador-naturalista e apezar de muitas riquezas perdidas, pode avaliar em mais de quatro mil o numero de especies vegetaes collecionadas, entre as quaes havia mil novas. Muitos animaes, peixes em maioria, mil e quatrocentos desenhos muito bem executados, manuscritos, apontamentos,

dão a medida de actividade e do valor das suas observações.

Leguat (1691-1693) deixou ácerca das ilhas Bourbon e Rodrigues a relação de factos que sem a sua viagem não seriam conhecidos tão cedo, e assim tambem a importancia d'essas paragens, tão fertes nos seculos XVII e XVIII e hoje distituidas do seu antigo esplendor, pela acção do homem.

Tambem notavel a expedição organisada pelo governo francez em 1800 sob o commando do capitão Baudin ás terras austraes, em que seguiam engenheiros astrónomos, naturalistas e desenhadores e pela qual se immortalisaram Péron e Lesueur.

Quanto esta viagem foi fecunda em descobertas e não parca em luctos, dil-o o mesmo professor Milne-Edwards.¹

Riedelé, jardineiro chefe, morreu em Timor em 1801; Sautier, um dos seus ajudantes, falleceu pouco depois de scorbuto; Levillain, zoologo, morreu no mesmo anno; Mauge, foi exhalar o ultimo alento na Ilha de França em 1802 e Depuch, mineralogista, ficou sepultado em Timor em 1803. Leschnenault, Bory de Saint-Vincent, Dumont, o pintor Garnier, os desenhadores Milbert e Lebrun, não poderam continuar a viagem, impedidos pela doença e tiveram de desembarcar na Ilha de França, abandonando a expedição. Devia esta durar quatro annos e d'ella houve de ficar immerso em gloria o nome de Péron e de Lesueur que apesar dos perigos e difficuldades alcançaram para a sciencia riquezas incalculaveis e as mais curiosas referencias. Mais de cem mil specimens em que havia pelo menos duas mil especies novas, entre as quaes o despojo do celebre mamifero de bico — o ornithoryncho, que forneceu a Geoffroy Saint-Hilaire o objecto de uma memoria notavel, em que previu o facto mais tarde confirmado da oviparidade d'esse quadrupede singular, animaes que ainda não tinham sido vistos em Paris, o Echineo, os Kangurús, os Dasyuros, os Phascolomas, tinham representantes n'esta collecção. As phocas de tromba ou elephantes marinhos, especie desconhecida hoje, foram observadas por Péron que apanhou um d'esses exemplares.

Fez-se d'esta maneira uma luz intensa sobre a historia natural das terras australianas, e adeantou-se um largo passo

¹ A. Milne-Edwards, *Les cours pour les voyageurs (Revue scientifique, n.º 18, tomo LI, 1893.*

para o conhecimento das variantes das faunas proximas, por que mais tarde se veiu a reconhecer que os primeiros caoars, capturados na ilha de Decrés differiam da especie da Australia, e d'aquelles que cedo o homem exterminou n'essa ilha deserta só restam os despojos no Museu de Paris.

Os desenhos de Lesueur, que acompanham esta obra scientifica são ao mesmo tempo uma obra d'arte, feitos do natural e que não desmerecem com o tempo do seu primitivo valor.

As viagens do abbade David pela Mongolia e pelo Thibet oriental adquiriram para a França ha cerca de trinta annos riquezas que maravilham ainda hoje os naturalistas; Bonvalot e Capus pela Asia central e de Bonvalot e do principe Henrique de Orleans, da Russia ao Tonkim, em perigosa e arrojada travessia, acabam de exemplificar o extraordinario merito e alto valor d'estas conquistas que engrandecem a nossa especie e augmentam o bem estar da humanidade que usufrue mais tarde as riquezas descobertas e aproveita os novos solos, seguindo pelos caminhos trilhados pelos heroicos naturalistas que se aventuraram, olhando em frente o perigo, por essas regiões.

Todas as descobertas de que os museus historico-naturaes são repositório, são o resultado d'estas e de outras accidentadas viagens, que não são o producto excentrico de um delite phantasiado, mas o resultado de abnegação, de denodo, de amor pela sciencia e de patriotismo incondicional, de uma largueza extrema que estende á humanidade todos os beneficios do seu emprego.

A exploração do Brazil por Alexandre Rodrigues Ferreira a que já nos referimos vem a proposito lembrar entre as viagens que deram á sciencia tantos achados preciosos que utilisaram conseguintemente ao commercio e á industria, depois de aberto o caminho para essas regiões novas á custa de sacrificios e de perigos sem nome, perfeitamente extraordinarios.

E se attendermos bem á multiplicação d'estas viagens scientificas e á vastidão dos paizes assim percorridos em maior esforço e com proveito incontestavelmente superior ao da guerra ou da invasão forçada, veremos quanto estamos longe da epoca da usurpação sanguinolenta dos primeiros conquistadores e quanto esta conquista pacifica é mais proficua e de mais duradouro effeito, do que a das epocas da occupação guerreira.

Perder-se-hia o producto d'estes grandiosos trabalhos se não houvesse instituições que servissem de receptaculo aos exemplares e curiosidades trazidas das regiões longiquas onde só se aventuram as grandes coragens e de que só os grandes espiritos se atrevem a penetrar-lhe o mysterio, em prol da civilisação e da sciencia.

Ficariam inuteis, aniquilados os esforços generosos dos que expõem a vida ao preço de um subsidio pouco tentador, e de uma gloria em geral pouco estimada pela maior parte da gente, se não fossem essas instituições que conservaram o nome de museus e onde se preparam, dispõem e classificam todos os especimens colhidos no desempenho da mais ardua tarefa, onde se continua na placidez das salas de estudo e dos laboratorios, o estudo começado á pressa no decurso da viagem, onde enfim se converte o resultado d'esta no mais productivo ensino, que se faz pelos factos, pelos documentos, e que tem valor objectivo e immediato interesse pratico.

Hoje quasi não resta uma porção de terra e de oceano, de rio ou montanha que tenha escapado á exploração mais ou menos profunda e que não tenha nos museus de historia natural um representante ou mais de um, de maior ou menor valor, os documentos da utilidade de estes ou aquelles objectos que podem ser o inicio feliz de uma nova applicação industrial, de um novo ramo de commercio.

Na Africa para onde ha muito a Europa cubiçosa lança os olhos e para onde transborda lentamente, ainda receiosa, o seu excesso de população, exploradores de todas as nacionalidades teem operado reconhecimentos em todas as direcções, incessantemente, adquirindo nome e vantagens para a sciencia e para a politica, relações uteis e productivas para o commercio, novas materias e novos centros para a industria.

Desde seculos que os viajantes portuguezes percorrem na Africa grandes regiões, trazendo esperançosas amostras da sua exuberante fertilidade.

De muitos poderiamos definir as proezas que continuam na idade moderna, os feitos dos grandes descobridores portuguezes, contribuindo, n'uma era de effectividade pratica, em explorações melhor orientadas, para o exito brilhante d'essas arrojadas campanhas.

São conhecidas as viagens de João da Silva Feijó a Cabo Verde de 1784 a 1795, em que alcançou á força de custosos

trabalhos interessantes collecções para o antigo museu de Ajuda, e que entraram com os restos d'este na formação do nosso rico Museu Nacional.

Os corajosos esforços dos portuguezes para o adiantamento das sciencias naturaes n'essa epoca, mostram-nos entre outros factos, as collecções que Geoffroy Saint-Hilaire levou do nosso primeiro museu para Paris, durante a invasão franceza.

D'estas faziam parte as collecções que Feijó fizera em Cabo Verde em que, entre outros objectos de valor havia, segundo toda a probabilidade, o exemplar até essa data unico do *Macroscincus Coctei*, saurio de enormes dimensões relativamente ás que são conhecidas no grupo dos scincoides, ordinariamente pequenos e constituindo o mais avultante exemplar da fauna insular de Cabo Verde, especie hoje desaparecida e que segundo as investigações do sr. professor Barbosa du Bocage fora capturado por Feijó que o inscreveu nas suas listas, como *lagarto*, sendo mais tarde o objecto de interessantes estudos de zoologia especial.¹

E' entre todas notavel a exploração ou antes a serie de explorações de José de Anchieta, que representa o mais elevado exemplo de abnegação pela sciencia, repudiando todas as comodidades, distrahindo-se apenas com os imprevistos e episodios da vida aventureosa, como quem se resigna ao cumprimento de um grande dever, com aquella vocação que multiplica as forças.

No relatorio que precede o projecto de lei apresentado ao parlamento, e pelo qual o governo foi auctorizado a conceder a José de Anchieta uma pensão quando estiver impossibilitado temporaria ou definitivamente de proseguir os seus trabalhos, sahida da verba do orçamento do Ultramar destinada á exploração zoologica de Angola, celebram-se os serviços d'este explorador, que parece ter trocado definitivamente as amenidades da vida civilisada pelas asperezas selvaticas dos sertões africanos.

Diz o citado relatorio² que «basta enumerar os territorios por onde se teem dilatado as excursões de José de Anchieta, basta commemorar o peculio copioso de exemplares da fauna africana com que tem enriquecido o nosso museu nacional,

¹ B. du Bocage, *Journ. sc. math. phys. nat.* XVI, 1873.

² Relatorio assignado pelos srs. Pinheiro Chagas, Lourenço Malheiros, Marianno de Carvalho, Elias Garcia, Luciano Cordeiro, Sarrea Prado.— J. S. Ribeiro. *Hist. est. sc. litt.* XIII — 1885.

basta citar a honrosa consideração com que o seu nome é hoje havido entre os zoólogos mais illustres, e que mais trabalham e se distinguem na sciencia, para aquilatar na justa medida os meritos e serviços do animoso e indefesso explorador.»

José de Anchieta partiu de Lisboa em julho de 1866 e encetou a exploração africana, percorrendo successivamente os territorios de Benguella, os Dembos, Catumbella e Mossamedes. Nos annos de 1867 e 68 internou-se pelo sertão de Mossamedes, visitou Capangombe, explorou a extensa serrania de Chella e passou d'ali a Huila, Quillengues e Caconda.

Em 1869 percorreu ao norte de Quanza, o Dondo, Pungo-Andongo, Golungo-Alto, até á foz do Dande, d'onde regressou a Mossamedes por Loanda.

Em 1870 internou-se de novo até Huila, sendo chamado d'ahi a Mossamedes para prestar soccorros medicos á povoação «que estava sendo assolada por graves enfermidades, e desprovida de recursos de medicina.»

D'esta delicada commissão extraordinaria ao seu cargo já de si penoso se sahio o illustre explorador com «o mais feliz exito», em seguida ao que proseguiu na serie das suas excursões, voltando a Huila e passando aos Gambos e ao Gumbe, onde permaneceu de 1872 a 1875, com interrupção apenas de alguns mezes que veio passar a Mossamedes para se restabelecer de uma grave enfermidade. Em 1877 foi de Mossamedes para Caconda, onde se demorou até 1879 e d'onde poudes enviar copiosas riquezas para a metropole.

As colleccões africanas do Museu de Lisboa attestam pela profusão dos enviados de Anchieta, qual a intensidade e o valor dos seus prolongados trabalhos.

Em 1881 mais de 4:000 exemplares de aves tinham sido colligidos por José de Anchieta, além de numerosos specimens de mamiferos, reptis, peixes, anthropodes e molluscos com que abasteceu a secção zoologica e cuja noticia scientifica foi cuidadosamente dada com aquella notavel proficiencia que lhe deu justa auctoridade, pelo venerando professor Barbosa du Bocage.¹

Continua.

J. BETTENCOURT FERREIRA.

¹ B. du Bocage, *Ornithologia d'Angola*, 1881. *Jorn. sc. math. phys. e nat.*

A EDUCAÇÃO MORAL

A educação moral propriamente dita — As faculdades moraes — A educação moral e o ensino da moral — Importancia da educação moral — Superioridade da grandeza moral — Será a creança boa ou má? — Opiniões contrarias — A creança não é boa nem má: Opinião de Kant — Justificação de certas inclinações da creança — Os seus maus instinctos — Repressão das tendencias viciosas — A consciencia ou razão pratica — O senso moral na creança — Desenvolvimento da consciencia moral — Primeiras manifestações da moralidade — Educação da consciencia moral — Difficuldades d'esta educação — Poder do instincto de imitação na creança — Os exemplos historicos — Os exemplos vivos — Os preceitos e os exemplos — O amor do bem.

A educação moral propriamente dita. — Não seguimos aqui o exemplo dos pedagogistas que, a proposito da educação moral, fazem nos seus livros a exposição de toda a theoria dos deveres, toda a moral, assim como expõem toda a psychologia a proposito da educação intellectual. O nosso assumpto é mais limitado: trata simplesmente de procurar por que modo a natureza desenvolve por si mesma as faculdades moraes e porque modo a educação intervem para as cultivar, para estimular seu apparecimento e afirmar seu desenvolvimento. Não vem para aqui o tratar circunstanciadamente dos differentes empregos da força moral: só temos de explicar como esta força nasce e se afirma pouco a pouco.

As faculdades moraes. — As faculdades moraes distinguem-se das intellectuaes em tenderem á acção e não ao conhecimento. São faculdades praticas, não faculdades especulativas. Formam o character, emquanto que as faculdades intellectuaes formam o espirito. Conduzem-nos á virtude emquanto que as outras nos conduzem á sciencia. É preciso distinguir no conjuncto das faculdades moraes, que vulgarmente se chama consciencia, tres series differentes de factos:

1.º Os factos da *sensibilidade*, não da sensibilidade geral de que já fallámos, que radia em affectos de toda a especie, mas d'aquella que nos faz amar o bem e o dever e que se commove diante de tudo o que é bom;

2.º Os factos da *intelligencia*, a razão pratica que nos sugere as ideias do bem e do mal, do merito e do desmerito, em uma palavra as noções moraes;

3.º Os factos da *vontade*, a energia que nos determina a praticar a acção que sabemos ser boa e a vontade que nos inclina á virtude. Por outras palavras, é preciso ao mesmo tempo amar, conhecer e querer o bem. Não basta que a nossa intelligencia esclarecida nos permita discernir o que é bom do que é mau : é preciso ainda sobretudo que uma vontade forte nos dê os meios de executar as decisões do nosso juizo moral, e é preciso tambem para que o esforço moral seja menos penoso que o sentimento venha em nosso auxilio e que as ordens imperiosas da razão se tornem o mais possível agradaveis solicitações do coração.

A educação moral e o ensino da moral. — Uma cousa é a educação moral, outra o ensino da moral.¹ Um curso de moral, um systema de preceitos, é decerto um grande auxilio para formar um homem de bem. A philosophia antiga não deixava de ter razão quando ensinava que a virtude se ensina. Não é com certeza inutil captivar didacticamente a attenção da creança sobre as grandes verdades da consciencia, sobre a divisão dos deveres, e sobre a natureza das diversas obrigações da vida. Todavia, o ensino da moral não é mais do que uma pequena parte da educação moral.

Esta educação é de todas as idades e de todos os instantes. Começa com a vida pelos exemplos que os paes transmittem aos filhos, continua na escola pelos habitos que lá se formam, pelos sentimentos que ahí se desenvolvem, sobre tudo, pela disciplina, e prolonga-se, emfim, durante toda a existencia pelo esforço da vontade e da educação pessoal.

Até de resto esta educação é uma obra completa, para a qual collaboram mais ainda que para a educação intellectual, não só a natureza propria da creança e as suas disposições naturaes e gostos particulares, mas tambem os caracteres diversos de todas as pessoas que a rodeiam, paes, amigos, mestres, e em geral as influencias, talvez tão profundas, posto que menos patentes, do meio social em que vive.

Não podemos encerrar a educação moral no quadro estreito de um curso escolar e de uma serie de lições por mais sciencia que n'isso se empregue.

«A educação moral, dizem com razão os auctores do programma de 1882, não tem por fim fazer saber, mas fazer crer ; é mais affectiva do que demonstrativa. Devendo actuar

¹ V. a segunda parte d'esta obra.

sobre o ser sensível, procede mais do coração do que do raciocínio. Não se propõe de analysar todas as razões do acto moral, procura antes de tudo produzi-lo, fazel-o repetir, fazer d'elle um habito que governe a vida. Na escola primaria sobre tudo não é uma sciencia, é uma arte de encaminhar a vontade livre para o bem.»¹

Importancia da educação moral. — Será preciso insistir agora sobre a importancia particular da educação moral? Necessaria em todos os tempos, é ainda mais n'uma sociedade como a franceza em que a moralidade deve desenvolver-se á medida que se vae desenvolvendo a propria liberdade.

«O estabelecimento do regimen republicano, diz o auctor de um livro recente, reduzindo a parte da auctoridade material que se impõe, exige em troca um augmento proporcional d'esta auctoridade moral que se acceta. Sendo menos governados por uma vontade exterior, é preciso que os homens saibam governar-se melhor: é preciso que aprendam a fazer de boa vontade e por dever o que faziam á força e por medo.»²

Superioridade da grandeza moral. — Dissemos atraz que a instrucção ou força intellectual representava um grande papel no desenvolvimento da força moral. Acontece, portanto, que a moralidade não acompanha a sciencia nem mesmo o genio.

«Moralmente fallando, diz Blackie, Napoleão I, viveu e morreu pobre e pequeno. Era facil a Byron ser um grande poeta; mas dobrar o seu espirito indisciplinado, melhorar o seu temperamento sombrio e melancolico, aprender a portar-se como um homem que raciocina, eis o que lhe era difficil. Por consequencia a sua vida apesar dos seus esplendores de grandeza sublime não foi mais do que uma queda terrivel.»³

O mesmo se poderia dizer de Rousseau, capaz de dedicação heroica, mas incapaz de se dobrar aos deveres ordinarios da vida; homem de genio incomparavel, mas difficilmente honesto. A moralidade deve ser a primeira das nossas preoccupações, visto que ella é a primeira necessidade da sociedade. «Concebe-se ainda uma sociedade composta de pes-

¹ V. o decreto de organisação das escolas primarias de França.

² Vessiot de *l'Education à l'école*. Paris, ct. 1885. Recommendamos este excellente livro aos professores de instrucção primaria.

³ Blackie, op. cit., pag. 64.

soas honradas sem instrucção, mas não se póde conceber uma sociedade de pessoas instruidas sem honradez.» ¹

Será a creança em si boa ou má?— O ideal é fazer da creança uma pessoa moral que tenha em si mesma as regras do comportamento, que se guie pela sua propria vontade, e que não conheça outra regra que não seja a do bem e cuja vontade só tenda para o bem.

Mas antes que a natureza e a educação tenham conseguido desenvolver completamente os germens da consciencia, antes que a creança seja *capaz de virtude*, passam-se muitos annos e durante este tempo só se póde pedir á creança que seja *innocente*. Deve-se só tratar de a impedir de praticar o mal, e quando muito de cultivar as disposições instinctivas, que a encaminham para as acções honestas. Só se lhe póde impôr uma moralidade por assim dizer, exterior, esperando que a razão e a vontade possam ser na sua alma já adulta os solidos principios de uma moralidade interior livremente intencionada e realisada.

Até que ponto se presta a natureza da creança a esta primeira educação? Haverá n'ella só tendencias instinctivas para o bem ou pelo contrario será preciso contar com uma resistencia pertinaz da parte de uma natureza fundamentadamente corrompida e viciosa.

Por outras palavras, será a creança por si mesma boa ou má? A direcção geral da educação deve variar com a resposta que se der a esta pergunta: ou só se deve ter complacencia para com uma natureza reputada boa, ou só se deve pensar em reprimir um ser originalmente mau.

«A educação, diz M.^{me} Guizot, foi por muito tempo um systema de hostilidade contra a natureza humana. Corrigir e punir, eram as unicas cousas de que se tratavam. Parecia que só se pensava em tirar ás creanças a natureza que Deus lhes havia dado para lhes dar uma a capricho do mestre.» ²

Por outro lado, desde Rousseau sobretudo, desde as paradoxas do Emilio sobre a innocencia absoluta e a bondade perfeita da creança, a educação tende a substituir os castigos pelas exhortações; e «os aduladores da infancia», segundo a expressão de M.^{me} Necker de Saussure, só pensam em acabar em tudo o que é restricção e constrangimento, para deixar á natureza a sua plena e livre expansão.

¹ Vessiot, op. cit., pag. 13.

² Madame Guizot, op. cit., carta xii.

Opiniões contrárias.— Poremos de parte tanto as opiniões absolutas dos optimistas e pessimistas que nos apresentam alternativamente a natureza infantil sobre as côres mais risonhas ou mais sombrias.

«Tudo é bom, exclama Rousseau, ao sair das mãos do autor das cousas. Os primeiros movimentos da natureza são sempre rectos.»

Por outro lado, diz S. Paulo, «nascemos todos uns chorões e zangados». «Todos nascem para serem reprobos», proclama S. Agostinho. E os jansenistas repetem-no á porfia.

«Deveis considerar os vossos filhos, escreve Varet, como inclinados e dispostos para o mal. As suas inclinações são todas cheias de corrupção e não sendo sopeadas pela razão ellas só lhe farão achar prazer e divertimento nas cousas que encaminham para o vicio.»¹

É entre as duas theses egualmente falsas da preversidade radical e da liberdade absoluta do homem que se deve procurar a verdade.

A creança em si não é boa nem má. — A dizer a verdade, a creança não tem ainda character moral; e a questão podia-se suppor resolvida pela seguinte observação de Kant :

«E' questão controversa, diz elle, se o homem é pela sua natureza naturalmente bom ou mau. Eu respondo que não é nem uma cousa nem outra: pois que elle não é por natureza um ser moral, e só vem a sel-o quando eleva a sua razão ás ideias de dever e de lei. Elle só pode tornar-se moralmente bom por meio de virtude, isto é por meio de um constrangimento exercido sobre si mesmo, posto que possa ser *innocente* durante todo o tempo emquanto as suas paixões dormitam.» Mas Kant desloca um pouco a questão, que consiste em saber se as acções da creança são inspiradas por uma intenção moral boa ou má, o que ninguem se atrevia a pretender, mas se, sem o querer, e por uma inclinação inconsciente da natureza, a creança é por si mesma disposta ao bem ou ao mal. A verdade é que a creança é inclinada a uma e outra cousa, e que na sua natureza complexa as suas disposições viciosas se associam aos instinctos legitimos e louvaveis.

Reconhecemos, portanto, que as inclinações na creança não são pela maior parte más em si mesmas. «O que é mau,

¹ V. a *Histoire critique des doctrines de l'education*, tom. I, pag. 275

escreve M.^{me} Guizot, não é a inclinação, é o desregramento.» E Kant dissera também no mesmo sentido: «A única causa do mal, está em não submeter a natureza a regras.»

Os pretendidos maus instintos da creança.— Examinemos algumas das acusações contra a creança.

Tem-se dito muito mal d'ella. «A creança, dizia Labruyère, é um ser altivo, desdenhoso, colerico, invejoso, curioso, interessado, preguiçoso, voluvel, etc.» Dá prazer o saber que esta infiada de injurias vem de um celibatario. Sem querer lisongear a creança, é permittido affirmar que os defeitos provem, uns da má educação que recebe, outros da sua ignorancia, e só um pequeno numero de uma tendencia innata para o mal.

Diz-se, por exemplo, que a creança é cruel. «N'esta idade não ha dó,» escrevia La Fontaine, que era menos meigo para as creanças que para os animaes. O dito não deixa de ter verdade; mas esta crueldade não é, o mais das vezes, senão falta de intelligencia. As creanças não tem dó porque não comprehendem o mal que fazem. Torturam um passaro, porque como pequenos cartesianos, ignoram que o passaro sofre.

Um outro instinto da creança, dizem também, é o roubo. A creança assemelha-se ao selvagem que só tem uma noção confusa da propriedade. «Ella não tem precisamente o instinto do roubo, observa Legouvé, mas também não tem o instinto da propriedade alheia.» A distincção entre o *teu* e o *meu* consiste muitas vezes para a creança em tomar o *teu* para fazer d'elle o *meu*. Mas será cousa de admirar que a creança, que nunca estudou codigo, que mesmo nunca encontrou como o Emilio, de Rousseau, um jardineiro Roberto para lhe explicar as origens da propriedade, será de admirar que ceda á tentação de tomar para seu uso o que lhe agrada e lhe não pertence?

Em outros casos, é o homem já feito que pelas suas inaptidões ou pelo seu exemplo, inculca á creança os seus proprios defeitos.

Falla-se da vaidade pueril? Não são, por acaso, os paes os culpados? São os paes que a provocam excitando disparatamente o amor proprio dos seus filhos exaggerando-lhes os seus meritos. E' bem conhecida a historia d'aquella pequenita que tendo sido elogiada pela mãe por uma graça que dissera, dizia diante de uma visita: «Mamã, a mamã não conta a esta senhora o que eu disse esta manhã?»

Censura-se a creança por ser gulosa! é certo que a este respeito Rousseau tem razão e que é a sociedade que estraga a natureza. Por acaso a creança que é gulosa faz mais do que desejar o seu quinhão das gulodices que enchem a meza dos paes? Se não lhes dessem o exemplo da temperança, a creança seria mais sobria do que se imagina.

Egualmente a mentira não é muitas vezes mais que o resultado da nossa inaptidão. «Quem quebrou este movel?» gritamos nós encolerisados. A creança culpada mas toda asustada responde: «não fui eu.»

A creança que se trata com doçura, confia os seus segredos, mas aterrorisada pela severidade dos paes procura um refugio na mentira.

Não basta, além d'isto, para julgar a creança com justiça, procurar na sua ignorancia ou na sua má educação a desculpa da maior parte dos seus defeitos. Seria preciso ir mais longe e mostrar tambem as boas qualidades, os bons sentimentos de justiça, de liberdade, de piedade, e de bondade de que por vezes dá prova.

Parece-nos ter dito bastante para dar a razão aos que no seu juizo sobre a creança querem escapar ao mesmo tempo ao excesso dos elogios demasiadamente obsequiosos e ao ardor dos anathemas apaixonados.

Os maus instinctos da creança. — Confessemos por tanto que os instinctos da infancia são verdadeiras tendencias para o mal. E' inexacto dizer que na natureza só ha germens para o bem. A inveja, a colera, são naturaes e são más por si mesmas. O mal aqui está na inclinação, não no seu desregramento. M.^{me} Necker de Saussure insiste, não sem pezar, diz ella, sobre os vicios inherentes á natureza da creança:

«Fallo d'aquella depravação momentanea da vontade que faz achar um certo prazer, um condimento particular na ideia de infringir a regra: «Observa-se nas creanças uma cousa que não é a fraqueza nem a incapacidade de se submeter aos sacrificios exigidos pelo dever: E' a alegria em sacudir o jugo.»¹

Bain consagra tambem um artigo especial ao que elle chama os «sentimentos anti-sociaes e maus».²

¹ Madame Guizot, op. cit., tom. I, pag. 104.

² Bain, op. cit., pag. 54.

Aos que quizerem negar a existencia dos instinctos **maus** e que explicarem o mal pelo desregramento de inclinações boas em si mesmas, basta fazer comprehender que o desregramento é pelo menos um principio de mal; e que a tendencia a este desregramento está na natureza e que por consequencia a natureza humana não é toda boa.

Repressão das tendencias viciosas.—A educação moral não deve ser só uma obra de excitação e de cultura: deve tambem combater e reprimir. A principio, combater-se-ha o mal favorecendo o bem, pois não ha melhor meio de corrigir as más inclinações do que o de cultivar as boas; nem de combater a preguiça do que o de excitar ao trabalho; nem de impedir a maldade do que o de ensinar a ser bom.

É n'este sentido que M.^{me} Guizot escrevia: Estive sempre persuadida de que a educação não dispõe de maior força contra o mal do que o amor do bem. Não é possivel reprimir uma má disposição; mas fortifique-se uma boa pois o melhor meio que conheço para estirpar um defeito é de crear uma virtude em seu lugar.¹

Em certos casos, portanto, é preciso recorrer a uma repressão directa. O methodo dos derivativos nem sempre basta. As doenças caracterizadas precisam de remedios especiaes. E' aqui então que intervem a disciplina com o seu sequito de castigos, e com os seus meios de coerção necessaria.² Indulgente para com os defeitos leves que só poderiam ser aggravados exprobando-os á creança e castigando-os depressa, a disciplina deve ser severa para com os erros graves; deve impedir que se repitam e castigar-os severamente se não póde prevenir-os e se uma resistencia pertinaz tornou inuteis as exhortações e as reprehensões.

A consciencia ou razão pratica.—Ha um momento na vida da creança em que não basta corrigir as suas más inclinações e despertar os seus instinctos bons, em que é preciso excitar a sua consciencia moral e suscitar n'ella a ideia de uma regra geral de comportamento, a ideia do dever. A natureza depositou o germen d'ella na intelligencia, mas é á razão, isto é, á mais alta das faculdades intellectuaes, que a psychologia refere a origem das noções moraes. A razão é a faculdade das ideias intellectuaes, necessarias e absolutas.

¹ Madame Necker de Saussure, tom. I, pag. 304.

² V. a segunda parte d'esta obra.

E' a luz natural que esclarece todo o homem que vem para este mundo.

A creança desde os primeiros alvares de sua intelligencia acha-se já submittida á direcção da razão, mas esta razão é quasi inconsciente: a creança é incapaz de formular as leis racionaes, de que os seus juizes são a applicação. Assim como um rapazinho de sete a oito annos procura com o pae o objecto perdido e não o achando exclama: «mas afinal elle deve estar n'alguma parte!» Não será isto já exprimir sob uma fórma ingenua e sem chegar a ter d'ella completo conhecimento, a necessidade da existencia de um espaço infinito onde se acham todas as cousas materiaes? Assim tambem quando a creança a quem queremos inculcar a ideia da criação do mundo e a do Creator, responde obstinada: «E antes de Deus o que é que havia?» Não é por ventura evidente que, sem o saber, o seu joven espirito já obedece ao principio de causalidade que não admitte existencia sem uma cousa interior?

Os exemplos que acabamos de citar, prendem-se ao que Kant chamava a razão pura, isto é a razão theorica, e especulativa que nos guia nas descobertas da sciencia.

Ha ainda outras manifestações da razão que se referem á vida pratica, ao procedimento moral. N'este sentido a razão não é mais do que a consciencia moral, a creança em uma lei obrigatoria a que todos devem obedecer. Desde Kant os philosophos dão-lhe o nome de razão pratica. Examinemos se sob esta fórma a razão se manifesta tambem nas acções da creança.

O senso moral na creança. — Em que momento se póde dizer que desponta na creança a ideia moral por excellencia, isto é, a distincção entre o bem e o mal? Certos observadores da infancia parecem ter exaggerado muito a este respeito a intelligencia da creança.

Perez é da opinião que póde haver noção objectiva entre o bem e o mal dos seis aos sete mezes. Darwin declara ter observado o senso moral em creanças de treze mezes.

E' convicção nossa, comtudo, que nem aos treze mezes, nem aos dois annos, nem muito mais tarde a creança não está em estado de discernir verdadeiramente o bem do mal.

Para o julgar capaz de *moralidade* no sentido estricto da palavra, seria preciso primeiro acceitar uma definição inexacta da consciencia moral, uma definição que infirma e atenua o seu alcance; seria necessario depois admittir uma interpreta-

ção illusoria de certos actos da vida infantil. Eis os factos referidos por Darwin¹ e por Perez². «Doddy, aos treze mezes parece sensível ás reprehensões do pae que lhe chama mau. Aos dois annos e cinco mezes, Doddy, estando só, apodera-se de um pedaço de assucar o que elle sabia ser-lhe prohibido; o pae encontra-o á saída do quarto de jantar e nota n'elle uma attitude extranha. Creio, acrescenta Darwin, que esta attitude deve ser attribuida á lucta entre o prazer de comer assucar e *um começo de remorso* » Os exemplos dados por Perez são analogos. Uma creança de onze mezes obedece quando o pae elevando a voz lhe diz : «cala-te», ella não quer ainda andar por si só, mas o pae obtem que ella dê alguns passos apresentando-lhe metade de um pecego.

É preciso realmente estar muito bem disposto para illustrar com o epitheto de *moraes*, acções em que só se manifesta o desejo de uma satisfação sensível, o receio de uma dôr associada pela memoria a certas acções, e quando muito a distincção entre os carinhos e as ameaças paternas.

A associação das ideias e a memoria, juntando-se a uma sensibilidade consciente do prazer e da dôr, bastam largamente para explicar a obediencia relativa que se obtem da creança, e por isto recusamo-nos a acreditar que um bebé já é senhor do *senso moral* logo que obedece por habito ou por temor.

Desenvolvimento da consciencia moral. — Não se deve negar a importancia d'estas primeiras distincções sensíveis e utilitarias para aquisição futura das distincções *moraes*. A natureza procede por esboços successivos. Pelo que diz respeito á consciencia moral como á attenção, nos primeiros tempos bastam apparencias e o simulacro do estado real que só muito mais tarde será attingido.

A principio, bem é o que agrada, mal o que desagrada á creança. Façamos com que ella só se compraza no que é bom. Mais tarde, bem é o que os paes ordenem, mal o que prohibem. Obtenhamos pois que a creança ame ou tema assaz os seus paes para se conformar docilmente com a vontade d'elles. Mais tarde ainda quando a intelligencia é capaz de reflexão, o bem é o que é util, o mal o que é nocivo.

Façamos o mais possivel para fazer concordar o dever com o interesse da creança. Em fim, em um grau mais elevado,

¹ V. a noticia da *Revue scientifique*.

² Perez, op. cit.

o bem é o que os homens approvam, e o que a lei civil exige ; o mal aquillo que é universalmente reprovado.

Tornemos a creança sensivel á opinião alheia : ensinemos-lhe a corar e envergonhar-se por qualquer acto que é geralmente censurado.

E' só no ultimo termo da sua evolução que a consciencia consegue distinguir a ideia de um bem moral, existindo por si mesmo, conforme á dignidade do homem, e que é preciso praticar pela unica razão de ser o bem. Mas antes da ideia moral se extremar de qualquer elemento extranho, do atractivo do prazer, do temor ou do amor que inspiram os paes, das incitações do interesse e do respeito que inspira a opinião publica, quantos graus intermediarios, quanto caminho não ha a percorrer ! E' só depois de uma penosa e lenta elaboração que se pode attingir ao ideal da consciencia que comprehendendo uma lei soberana inclinando-se diante d'ella e conformando-se voluntariamente ás suas prescripções.

Continua.

GABRIEL COMPAYRÉ.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

REVUE DE L'ENSEIGNEMENT — N.º 12.

Chronique, par M. Jules Gautier — *Le mouvement poetique*, par M. Emile Trolliet — *Le theatre de Alexandre Dumas fi's*, (suite), par M. C. Chollet — *Les caractères, de M. Fr. Paulhan*, par M. F. Picavet — *Le méthode cartesienne de M. Gaston Milhaud*, par M. J. Filippe.

— N.º 13.

Chronique, par M. J. Gautier — *De l'utilité qu'il pourrait y avoir à instituer un roulement des professeurs dans les classes de grammairre et de lettres* (Extrait de l'Academie de Toulouse) — *Wagner et le génie français*, par M. Olivier Billar — *Le théâtre de Alexandre Dumas fils*, (fin), par M. C. Chollet — Bibliographie : *La poésie lyrique et satyrique en France au Moyen Age*, de M. Léon Clédât, par M. Max Lanusse — *L'éducation de la volonté de M. Jules Payot*, par M. F. Picavet — *Cours de M. Lavissee : Ruines politiques et morales de la Fronde* — *Le prix de numismatique de Mon Age à l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres*, par M. F. P.

LA REVUE PEDAGOGIQUE — N.º 3, março, 1894.

Un voyage en Allemagne, par M. Just — *De la coéducation des sexes aux États-Unis*, par M. Dugard — *De la manière d'enseigner le français aux petits bretons, et plus généralement aux enfants qui habitent des pays où l'on parle une autre langue que la langue française*, par Poitrineau — *L'étude des langues vivantes*, par Jules Steeg — *Les bibliothèques circulantes*, par E. Blanchet — *La mendicité des enfants* — *Causerie géographique*, par P. Dupuy — *Prévost-Paradol à l'École normale, 1849-1852* (extrait de *Prévost-Paradol, étude suivie d'un choix de lettres*, par Octave Gréard — *La presse et les livres* — *Chronique de l'enseignement primaire en France*.

REVISTA INTERNAZIONALE — Fevereiro de 1894.

Dotrina elementare intorno all' economia politica, por A. P. — *L'efficacia della religione cristiana sulle leggi antiche*, por Rivalta — *Il problema del vagabondaggio all' esiero a proposito di un libro di R. Paolucci di Calboli*, por D'Amelio — *Questioni politiche e riforme sociali* — *Saggio su trent'anni di storia greca*, por De Sanctis.

LES MATINÉES ESPAGNOLES — Fevereiro de 1894.

Lettre d'une voyageuse, M. R. — *A' M le president de la République*, Denise — *Revue de politique europeene*, Emilio Castellar — *Blanco White*, par W. Gladstone — *Souvenirs de Corse*, par Georges de Lys — *Une affaire*, par Georges Beaume — *Ames craintives** (poésie), par E. Verraeren — *Petits poèmes* (poésie), par Henri Charriaut — *Mouvement littéraire et artistique*, par Eugène Assé — *Le roman d'une ambitieuse* (suite), par Madame Urbain Rattazzi — *Anarchie, indolence et synarchie* (suite), par Papus — *Les femmes artistes*, par Marquet de Vasselot — *Chronique internationale*, par Vicomte d'Albens — *Correspondance de Belgique*, par Vurgey — *Théâtres*, par Une Comédienne — *Mademoiselle Georges*, par Anotole Cerfber — *Chronique de l'élégance*, par Simone — *Tablettes mondaines internationales*, par Henri de Beautiran — *Ribliographie*, par Savioz, H. Merle, etc. — *Bulletin financier*, par G. L.

A MEDICINA CONTEMPORANEA — Fevereiro de 1894, n.º 5.

Os methodos de precisão no diagnostico das doenças internas, por Cardoso Pereira — *Hospital de Rilhafolles*, prof. Mi-

guel Bombarda — *Degenerados* — Depoimento do prof. Ferreira da Silva, no julgamento de Urbino de Freitas — *Congresso internacional — Estatística mortuaria e meteorologica de Lisboa.*
— N.º 6.

Clinica da enfermaria de Santo Amaro, prof. Bettencourt Raposo — *Depoimento do prof. Ferreira da Silva — Sociedade das Sciencias Medicas — Estatística.*
— N.º 7.

Nephrectomia, prof. Sabino Coelho — *Hospital de Rilhafolles*, prof. Bombarda — *Uma consulta medica no seculo passado — Clinica da enfermaria de Santo Amaro*, prof. Raposo — *Variedades — Estatística.*
— N.º 8.

Gelo natural e artificial, por Silva Carvalho — *Clinica ad enfermaria de Santo Amaro*, (*Extensão continua nas fracturas femurales*), prof. Raposo — *Hospital de Rilhafolles*, prof. Bombarda — *Depoimento do prof. Ferreira da Silva*, etc.
— N.º 9.

Velocipedia, prof. Raposo — *Hospital de Rilhafolles*, prof. Bombarda, etc.
— N.º 10.

Cholecystotomia, em caso de lithiase biliar, prof. Sabino Coelho — *Clinica da enfermaria de Santo Amaro*, prof. Raposo — *Hospital de Rilhafolles*, prof. Bombarda.
— N.º 11.

Responsabilidade attenuada, prof. Raposo — *Hospital de Rilhafolles*, prof. Bombarda — *Sociedade de Sciencias Medicas — Onoffrofs, hypnotismo e o sr. patriarcha*, etc.

REVISTA DE MEDICINA E CIRURGIA — N.º 4, fevereiro de 1894.

Ulceras e seu tratamento, por Curry Cabral — *Etiologia da febre typhoide*, por C. Pestana — *Thyrotomia e suas indicações*, por A. Monteiro — *Correspondencia de Paris — Revista geral.*

— N.º 5, Março.

Ulceras e seu tratamento, por Curry Cabral — *Algumas intervenções obstetricas nas suas relações com o mechanismo do parto*, por Abilio Mascarenhas — *Um caso de microcephalia*, por M. Bombarda — *Revista geral — Notas e informações.*

— N.º 6, março.

Ulceras e seu tratamento, por Curry Cabral — *De algumas intervenções obstetricas nas suas relações com o mechanismo do*

parto, por Abilio Mascarenhas — *O tratamento do prolapso uterino*, por Augusto de Vasconcellos.

— N.º 7, abril.

Duração de gravidez, por J. Theotonio — *Sobre o tratamento das fistulas urinarias do perinéo*, por Alfredo da Costa — *O tratamento do prolapso uterino*, por Augusto de Vasconcellos — *Correspondencia de Paris*, por Mello Vianna

— N.º 8, abril.

A cholera de Lisboa, por J. T. de Sousa Martins — *Notas clinicas sobre o tratamento dos fibromas uterinos*, por Sousa Oliveira — *Correspondencia de Paris*, por M. Vianna.

— N.º 9, maio.

Sobre a epidemia reinante, por Eduardo Motta — *A epidemia de Lisboa*, por Ricardo Jorge — *Contribuição para o estudo dos abcessos chronicos da amygdala*, por Avelino Monteiro — *O opio nos accidentes nerv: sos dos diabeticos*, por D. Antonio de Lencastre — *Correspondencia de Paris*, por Mello Vianna.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA — N.ºs 7 e 8.

O orientalismo em Portugal no seculo XVI, por S. Viterbo.

— N.ºs 9 e 10.

Cartas escriptas da America, por Lopes Mendes.

REVISTA JURIDICA.

Revindicação d'uma letra de cambio, por Bernardo Lucas — *Natureza da prescrição*, por Abel Andrade — *Anotações ao livro primeiro do Código Penal Portuguez* — *O sphygmographo* — *Tabelliões a trinta «sous»*, por A. Monteiro — *Os incorrigiveis* — *Alteração ao regulamento vigente para a liquidação e cobrança da contribuição de registro* — *Varia: (Carta de Lombroso — Poesia de Vaillant — Caso de criminalidade — Joanna a estripadora — Anthropometria no Anaam — O enforcamento — Accordãos — Legislação.*

REVISTA NOVA — Fevereiro de 1894.

Litteratura hespanhola contemporanea — *O Romance*, por Reis Damaso — *As «Miragens» do sr. Carlos de Lemos* — *Momento*, por C. Lemos — *Serenata*, por A. Gil — *Boletim bibliographico* — *Sobre o glossario (carta)* — *Glossario transmontano*, por A. Monteiro.

INÉDITOS DE HISTORIA PORTUGUEZA

UMA CARTA DO CAVALHEIRO OLIVEIRA

Ms. da Bibliotheca Real da Ajuda

Damos hoje n'esta secção uma carta até agora inédita que Francisco Xavier de Oliveira, conhecido pela antonomasia de CAVALHEIRO OLIVEIRA, escreveu ao auctor da Bibliotheca Lusitana, Abbade Diogo Barbosa Machado. Agradecemos ao nosso distincto amigo, sr. Rodrigo Vicente de Almeida, digno official da Bibliotheca Real da Ajuda, o mimoso brinde com que quiz illustrar as paginas d'esta *Revista*, offerecendo-nos a copia, por elle proficientemente annotada, do autographo existente n'aquella Bibliotheca:

«Esta carta, escreve-nos o sr. Almeida, parece-me um excellento subsidio para quem quizer estudar e recompor a vida de Francisco Xavier de Oliveira. Tenho muita satisfação em contribuir, no meu tanto, para esse fim.

«Entre nós, ainda por muito tempo ha de ter tal ou qual prestimo — ao menos devemos esperal-o — a pequena companhia de *mineiros* litterarios que, aqui e ali, obscuramente vivem espalhados pelo nosso Portugal, a desentranhar, por gosto proprio e forçado destino, os materiaes riquissimos com que em nossa terra se podem levantar grandiosos monumentos em honra de tudo quanto deve interessar ao espirito humano, sob o dominio da Historia e das Lettras.

«Se não posso contar-me, humildemente o reconheço, entre o numero dos artifices distinctos d'esses monumentos, creio que, por indole, condição e destino proprios tenho alguns, ainda que tenuissimos, requisitos para me considerar bem alistado na modesta e obscura companhia de sapadores das lettras patrias, a que acima alludi.

«Tendo levado parte da minha já um tanto adiantada vida a procurar sustentar-me na fileira de modo a satisfazer o me-

lhor possível a esses requisitos, não é sem gosto que verei confirmado na *Revista de Educação e Ensino*, um dos que em mim supponho terem mais vivida existencia: — o particular regosijo que experimento, sempre que me parece haver espontaneamente contribuído para que alguém n'este mundo, seja quem fôr, meu conhecido ou não, presente ou futuro, encontre aclarada uma data, explicada uma circumstancia, definida uma situação, illustrada uma passagem, resolvido emfim um d'esses variados e multiplos problemas da nobre profissão das letras, que em terra que, como a nossa, tão escaça *ferramenta* possui á disposição de seus cultores, constantemente lhes difficultam o trabalhar bem, e depressa, *desiderata* de todo o espirito consciencioso e operoso.»

Ajuda, maio de 1894.

Rodrigo V. d'Almeida.»

Restando-nos agradecer a preferencia com que o nosso distincto amigo nos obsequiou, nada mais accrescentariamos, senão que á sua natural modestia está sempre em desaccordo com o seu innegavel merito, se essa verdade não fôsse desde muito reconhecida por todos os que teem a fortuna de conhecer tão prestante quão perfeito cavalheiro, e se nas mesmas phrasas da parte da carta do nosso amigo que deixamos transcrita o proprio facta não se estivesse tão evidentemente espellhando.

E' a seguinte a carta do CAVALHEIRO OLIVEIRA, acompanhada das notas do sr. Almeida.

Snor Diogo Barbosa Machado.

A Carta que V. m. me escreveo em 15 de Junho, e que me entregou aqui João da Silva me alegrou por muitos principios que não podião deyxar de causar semelhante effeito em hum homem que se presa de saber ser bom amigo ainda no estado mais infeliz, e ainda na situação mais melancolica. Nesta situação, e neste estado me achava justamente quando recebi a carta de V. m. pois que por outras que me chegaram ao mesmo tempo se me deo a noticia da morte de minha molher,¹ e a certesa de que a nossa corte despresando o

¹ Esta epoca parece não estava ainda bem determinada, porque o sr.

zello, o trabalho, e a despesa com que servi até agora me tem absolutamente abandonado. A carta de V. m. acompanhada do seu retrato, e V. m. mesmo representando-se-me ao natural nas suas obras servio de reparo aos furiosos golpes com que a fortuna e o amor me castigavão.

O primeyro Tomo da Bibliotheca Lusitana que dá a idea da grande Obra que V. m. empredeo he sem disputa huma produção das mais nobres, das mais uteis, e das mais scientificas que ategora se vio no nosso Reyno. Depois do conhecimento que tenho dos outros onde viagei, sou obrigado a crer que não ha no mundo cousa tão facil como fazer livros, pois que não ha terra habitada em que os Autores deixem de produzir ou como formigas, ou como praga. Fazer porem obras da qualidade desta Bibliotheca em que V. m. trabalha he assumpto determinado a poucos pois que são raros os Escriptores que semelhantes a V. m. ennobrecem a Patria, illustrão a Republica Litteraria, e acquirem fama immortal em todo o Orbe com as produções do seu spirito. Se da mesma forma que se inventarão as Canonisações dos Bemaventurados se introdusissem as Apotheoses dos Sabios, não ha quem possa duvidar que já se teria consagrado huma statua ao merecimento de V. m. com aquella mesma justiça com que vemos levantar todos os dias imagens dedicadas á virtude de outros homens. Na nossa Lisboa só os homens Santos são virtuosos : em todo o mais mundo catholico igualmente se dá o nome de virtuoso ao Santo como ao Sabio, e os Italianos por exemplo são prodigos deste epitheto a favor de toda a creatura perfeita que até a huma comediante, se he insigne no seu officio, condecorão com o titulo de *virtuosa* sendo talvez huma grande peccadora. Como eu me acho em hum Paiz onde o entendimento dos homens hé somente subordinado á Divindade do que se communica entendo com aprovação de todos os sabios que aqui conheço que V. m. não só he virtuoso mas virtuosissimo em summo grão, porem como sou obrigado a dize-lo a V. m. em huma carta que vai para terra onde o juizo dos homens que o tem está sogeito ao entendimento de outros homens que nunca o tiverão, nem o hão de ter, não podendo por esse principio

Pinheiro Chagas em seu *Dicc. Popular*, diz que Xavier d'Oliveira *casou e enviuvou sendo ainda muito novo*, quando nascendo elle em 1702, tinha na data d'esta carta (1742) quarenta annos de idade.

aclamar a virtude de V. m. contento-me de lhe segurar que a sua memoria será sempre santissima na opinião de todo o homem douto, e no conceyto de todos os seus collegas virtuosos. Quem sabe que V. m. podia offerecer esta obra ao Publico igualmente em Latim¹ como em Portuguez ainda descobre mayor virtude no Autor vendo que para honrar a propria Patria, e o natural idioma preferio a Lingoagem Lusitana á Latina sem ambicionar os aplausos universaes que certamente havia de alcançar se cuidasse em antepor a fama do seu nome, a utilidade dos seus compatriotas. Ninguem sente mais do que eu conhecer que elles são ingratos pois que a propria experiencia me tem mostrado a pouca estimação que dão a toda esta qualidade de sacrificios. O que V. m. fez escrevendo-lhe huma tal obra na sua lingua he digno de hum reconhecimento tão sincero, como sey que he o sentimento de todos os homens doutos que veem a mesma obra composta em hum idioma que não sendo universal lhes he desconhecido. Esta he a razão por que dos exemplares que V. m. me remeteo se não vendeu hum só até ao presente. Os Judeos que entendem a lingua não a sabem ler por seus peccados, e os sabios que comprehendem muitas lingoas ignorão totalmente a nossa, e esta he a primeyra occasião em que se arrependem dessa falta.² Se a obra fosse já completa muitos me tem dito que ainda sem a entenderem a comprarião para ornamento das suas Bibliothecas, porém em hum só volume sem segurança dos que se devem seguir nenhum lançou ateagora estando aqui costumados ás subscripcoẽs com que os livreiros em semelhantes casos de obras grandes, e dilatadas segurão ao Publico de lhas darem completas dentro de hum termo fixo. A tardança do Segundo Tomo tambem intimida os Curiosos. Eu lhes seguro que V. m. continua incessantemente a sua applicação, porem elles querem ver, e não duvido que em vendo o dito Segundo Tomo comecem a animar-se collocando em todas as Livrarias hum Padrão que fará com que as glorias Portuguezas sejam tão duraveis como os seculos. Do Exemplar que V. m.

¹ Como fizeram muitos auctores em suas nações a respeito de seus patricios, e se podem ver na mesma *Bibliotheca Lusitana*, tom. I. Prologo, pag. XI a XVI.

² O que equivale a afirmar não terem Camões, Vicura, Barros e outros muitos portuguezes, leitores alguns na Europa no seculo dos Encyclopedistas.

me fez presente lhe dou os devidos agradecimentos,¹ e de outro que tomey para mim mesmo darey conta justa esperando que V. m. tenha a bondade de me remeter o Segundo Tomo logo que sahir da Impressão. O Retrato de V. m. está muy natural e bem aberto, e foi muy louvado por estas partes.² Se V. m. me poder mandar huma meya dusia delles fora dos livros estimarey poder satisfazer ao desejo de pessoas muito dignas que determinão alcançalo para lhe darem culto entre as mais Imagens, que venerão nos preciosos Gabinetes das suas Pinturas, onde cuidão sobre tudo em collocar as Effigies dos Varões Insignes e Virtuosos. V. m. foi tão dignamente louvado pelos compatriotas que todos os que logrão esta honra se animão a fazerem numerosos os aplausos, e esta he a unica desculpa que V. m. pode dar ao que fez a seguinte Decima :

In Laudem Reverendissimi et Illustrissimi Domini Didaci Barbosa Machado,
Primi Bibliothecae Eruditissimi Scriptoris

DECIMA³

Legens Bibliothecam Lusam,
Quam scripsit Barbosa Insignis,

¹ Parece que este exemplar é o que foi adquirido, com os restos da livraria do Cavalheiro Oliveira por Duarte Lessa. Veja-se o que a tal respeito refere Innocencio em seu *Dicc. Bibliogr.*, art. Francisco Xavier de Oliveira.

² É uma excellente gravura aberta em cobre pelo célebre gravador francez S. H. Thomasin, sobre o retrato pintado por Kelberg. Representa dois terços do corpo, em 0,75 de alto, tendo a gravura geral 0,84 por 0,22.

O socio da Academia Manuel Bernardes Lopes Fernandes, possuia um outro retrato de Barbosa Machado, gravado por Debréi em 1741, de 0,17. Este por ventura seria mandado fazer para collocar na *Bibl. Lus.* (impressa no mesmo anno) cujas vinhetas todas, e as letras capitães que a illustram, são abertas pelo mesmo Debréi. Por qualquer circumstancia, talvez a de ser este retrato muito mais pequeno, foi esta gravura substituida pela outra excellente que illustra a obra.

³ Esta Decima está inedita ; porque Barbosa só no primeiro volume lançou os louvores que lhe haviam dirigido, embora depois recebesse muitos mais, como devemos suppor, se compararmos a abundancia d'elles n'aquella epoca, com os que, pelo mesmo assumpto, recebeu Innocencio da Silva em nossos dias.

Meam Apollineus Ignis
 Subito inflamavit Musam.
 Donare conor profusam
 Tibi, oh maxime Virorum!
 Laudem nobilium Laborum
 Queis Primus inter Majores
 Factus, non ut sunt Authores
 Alii, sed Author Authorum.

DISTICON

Lusi Scriptores jam Surrexere Sepulchris
 Judicii, que Dies, Bibliotheca fuit.

F. X. D. O.

Começando agora a responder á Carta de V. m. lhe agradeço infinitamente ver que se interessa como amigo em sentir a infelicidade que experimentey com o Conde de Tarouca. He sem duvida que foi grande, porem he incrível o quanto os seus parentes a tem augmentado chegando por obstinação ou por ignorancia a fazerem com que eu publique por força hum caso em que o dito Ministro perde precisamente a reputação escurecendo a sua memoria, a qual eu cuidey tanto em conservar com perjuizo do meu credito somente em attenção da sua Familia, que me tem recompensado com toda a qualidade de injurias, e de inimisades. Espero que huma especie de Manifesto que publicarey em pouco tempo na Lingoa Franceza terá a virtude necessaria para fazer abrir os olhos não só a todos estes Senhores, mas a todo o Mundo a respeito do que me tem acontecido em serviço dessa Corte desde que me apartey della.¹

Tambem agradeço a V. m. a reposta que fez a Mr. Marchand² o qual a estimou muito. Do que socedeo a V. m.

¹ Em quarenta annos que Xavier de Oliveira viveu depois d'esta carta, não consta que elle publicasse o tal Manifesto. E porque? Era interessante saber-se.

² Este é sem duvida, o erudito bibliographo francez, Prospero Marchand, que teve loja de livreiro em Paris, mas que por seguir com enthusiasmo a doutrina protestante, se foi estabelecer com o mesmo negocio em Amsterdam: mais tarde, deixando essa vida, entregou-se ao estudo, e vivia retirado, sendo comtudo muito consultado pelos bibliographos do seu tempo. Morreu em 1756.

com Francisco da Silva me admiro.¹ Cuidey que eu somente lograva a dita de ser desgraçado com elle. Os livros que V. m. deixou passar ou que elle passou da sua mão ao outro Livreiro são muy dificeis de encontrar. Se apparecem pagão-se bem. Aquelles que eu mandey era ainda hum resto da curiosidade de meu Pay, que pela diligencia de muitos annos os tinha conseguido.² Se porem se descobrir algum dos que V. m. me aponta não me descuidarey de lançar mão d'elle. Quanto á encommenda de estampas que V. m. continua a lembrar-me confesso que tenho medo de fazer emprego algum por que em todas as occasiões em que descobri alguma cousa que podia servir a V. m. achey que o preço não era commodo, ou para melhor dizer duvidey se seria a sua satisfação. Pelo que respeita aos retratos dos Principes e Varoes Insignes não faltarey de lancar em todos os que poder achar desejando que V. m. me diga se a sua curiosidade se limita somente nos Heroes Portuguezes, ou se pertende haver tambem os retratos dos Estrangeyros mais famosos.³ Quando eu fizer alguma venda da Bibliotheca me embolçarey dos 11\$650 rs. que constão da Memoria que V. m. me remeteo. Quanto aos 960 rs. dos dous Tomos das Memorias de Portugal⁴ he sem duvida que eu disse a meu Irmão que

¹ E' provavel que seja o livreiro que pelos annos de 1727 se annunciava em algumas obras: — «Francisco da Silva, livreiro da Academia Real e dos Senados de Lisboa Occidental e Oriental», e ainda, em 1742, unidas de novo as cidades, — «Livreiro da Academia Real e do Senado» —.

² Barbosa, *Bibl. Lus.* diz que, «José de Oliveira de Sousa... formou uma numerosa livraria, cujo principal argumento era Historia secular.» Barbosa porém errou na data da morte, que lhe poz em 1729; dizendo aliáz Francisco Xavier d'Oliveira, na carta 9.^a do tom. III, que seu pai fallecera no anno de 1734. Tambem julgo ser de interesse bibliographico saber-se que, além da edição mencionada pela mesma Bibliotheca de um Epithalamio feito por José de Sousa de Oliveira com o titulo: *En los felicissimos despozorios del serenissimo rei de Portugal D. João V con la serenissima reyna D. Marianna de Austria.* Viana, en la officina de Juan Diego Kurner 1708. 4.^o (de 8 pag.), ha outra de — Lisboa. en la Imprenta de Antonio Pedroso Galran, 1708. 4.^o de 8 pag. Em qualquer das duas assigna-se o auctor com as iniciaes — J. O. S. F. D. E. — que provavelmente quereão dizer — José de Oliveira de Sousa, Escrivão da Embaixada —, logar que elle então occupava.

³ Deveria ser de portuguezes celebres, dos quaes Barbosa colleccionou 1:380; além de 690, de reis, principes e infantes de Portugal. Esta collecção acha-se na Bibliotheca do Rio de Janeiro.

⁴ Era a 1.^a edição das *Memoires de Portugal avec la Bibliothèque Lusitane*, Amsterdam, 1741, 8.^o, 2 tom.

os desse a V. m. muito antes de saber que hia a tão pouco custo ganhar hum tão estimavel presente como he o que V. m. me fez da sua composição. Tambem escrevi ao dito meu Irmão¹ que desse a V. m. hum exemplar de todas as folhas de Cartas Portuguezas que imprimo, e que lhe remeti. Se elle entre os mais descuidos que me faz ver que pratica a meu respeito commeteo o de faltar a esta diligencia V. m. pode pertender o dito exemplar como cousa propria mandando dizer ao Doutor Felix Joseph da Costa² que lho entregue pois que o dito Senhor he quem hoje tem os ditos Livros de Cartas em seu poder. Quando eu comecey a imprimir estudey muito em suprimir todas as que podião encontrar ahi difficuldades. Nem essa atençaõ, nem a aprovaçaõ que V. m. e outros Amigos derãõ ás primeyras Folhas animando-me a continuar a Obra servirãõ de a fazer passar sem contrariedades achando-me ainda sem a certeza de que se lhe derãõ as Licenças necessarias para correr sem ser Tachada. Se o embaraço ainda dura peço a V. m. que se empregue em disfaço-lo pois que não conheço ahi outra pessoa mais digna de quem possa esperar semelhante graça. Para tudo o que for do serviço de V. m. fico sempre prompto. G.^{de} Deos a V. m. muitos annos. Haya 19 de Outubro de 1742.—Amigo e muito servidor de V. m.—Fran.^{co} X.^{er} de Oliv.^{ra}.

A EDUCAÇÃO MORAL

(Conclusão)

Primeiras manifestações da moralidade.— A moralidade, no sentido verdadeiro da palavra, não é a simples conformidade do acto com a lei moral: é o característico de uma pessoa que intencional e volitivamente se submete a esta lei executando conscientemente acções que julga boas.

¹ É talvez só por esta carta que consta ter o Cavalheiro Oliveira um irmão em Lisboa.

² A este amigo tinha Xavier de Oliveira dirigido em 1741 uma das suas mais graciosas e eruditas cartas, versando sobre tres obras que o dito Costa havia publicado. E a 7.^a do tom. I.

Deveremos nós acreditar que a creança é absolutamente estranha á moralidade assim comprehendida? Alguns factos parecem provar o contrario.

«Nem todas as delicadezas do sentimento moral, diz Egger, são o producto da educação e o privilegio de uma idade mais avançada. Por exemplo, o instincto do remorso e da emenda revela-se facilmente na creança depois das pequenas rebeldias da vontade. Nunca a creança se mostra tão alegre como depois d'estas tempestades: parece-nos ver n'ella a intenção de fazer esquecer o pezar que causou pelas suas perrices.»¹

Perez cita, segundo o philosopho italiano L. Ferri, o facto de uma creança de cinco annos que tendo sido elogiada pela mãe lhe dizia: «mamã eu queria tornar-te ainda mais contente, queria ser sempre boa; mas diz-me lá, porque não posso eu ser sempre boa?»²

Um facto mais convincente ainda é o da creança citada tambem por Perez, que se não julgava assaz castigada de uma falta que commettera e que reclamava por uma especie de sentimento espontaneo de justiça, um supplemento de castigo.

Educação da consciencia moral. — Ha pois na natureza mesma germens de moralidade. Seria com effeito impossivel suggerir a ideia do bem se o seu principio não estivesse contido na razão.

«A creança tem em si mesma a lei moral, primeiro inscientemente e como que em estado latente. Depois, pouco a pouco, vae-se desobstruindo, sae das profundezas mysteriosas da consciencia, revela a sua presença por estremecimentos silenciosos; em seguida toma a voz e falla, commanda, significa a sua vontade por meio de ordens cada vez mais precisas, cada vez mais instantes, e em fim quando se vê desprezada manifesta-se por meio d'aquelle soffrimento indefinivel, ora surdo, ora agudo e pungente que se chama remorso.»³

Decerto a evolução natural do individuo tende por si mesma a produzir as noções moraes. Mas o educador póde auxiliar este desenvolvimento. Para isto é necessario: 1.º que exerça a creança a julgar das acções alheias; que, por meio de historias verdadeiras e surprehendentes, lhe mostre certos

¹ Egger, op. cit. pag. 68.

² Perez, *La psychologie de l'enfant*, segunda edição, pag. 343.

³ Vessiot, op. cit., pag. 33.

homens que praticaram o bem ou o mal ; que faça com que ella se pronuncie sobre as virtudes e os vicios alheios, que a incite a dar as razões pelas quaes esta acção lhe parece boa e aquella outra má ; 2.º que deixe a creança praticar, correndo-lhe os riscos e perigos, as acções suggeridas pela sua propria iniciativa, que a habitue cedo a decidir-se por si mesma e a adquirir assim o sentimento da sua responsabilidade, e em fim que lhe forneça frequentes occasiões de domar as suas inclinações e de vencer os seus maus instinctos.¹

Por outras palavras, é preciso appellar o mais cedo possivel para a experiencia da creança. As noções moraes não podem ser transmitidas do exterior como verdades geometricas : devem sair espontaneamente da reflexão pessoal e dos sentimentos intimos. A consciencia só se revela lentamente nas creanças que não têm sido habituadas nem a obrar por si mesmas nem a julgar as acções dos outros.

«E' dentro de si mesma, diz ainda o auctor que acabamos de citar, que a creança traz a sua norma de procedimento, é dentro de si mesma que o mestre deve ensinar-lhe a procural-a e quando este commanda, deve fazer-lhe comprehender que não é em seu proprio nome que o faz, mas em nome da lei moral que se acha inscripta no coração da creança e da qual elle é apenas o echo e o interprete. Habituar a creança a conduzir-se na ausencia dos seus mestres e de todos os que tem o direito de a obrigar a praticar o bem e de castigal-a pelo mal feito, como se conduziria na presença d'elles ; tomar o ponto de apoio em si mesma e contra si mesma, fazer-lhe ver que pode chegar-lhe a dirigir-se sem auxilio nenhum estranho e habitual-a insensivelmente a prescindir d'esta direcção exterior : eis aqui o verdadeiro methodo da educação !»²

¹ Era o methodo seguido por Pestalozzi : «Em lugar de dar ás creanças lições directas de moral, aproveitava elle com habilidade todos os acontecimentos que se passavam em casa : estes eram assaz numerosos para que cada dia se offerecesse um sem numero de occasiões em que lhes fazia sentir a differença entre o bem e o mal, entre o que é justo e injusto . . . » (Pompée, *Études sur Pestalozzi*, pag. 250.)

² «A educação moral elemental, dizia Pestalozzi, comprehende tres partes distinctas : é preciso primeiro dar ás creanças uma consciencia moral, despertando n'elles sentimentos puros ; é preciso em seguida, pelo exercicio, acostumar-as a dominarem-se a fim de se applicarem a tudo o que é justo e bom ; é preciso emfim acostumar-as a formarem pela reflexão e comparação, uma ideia precisa do direito e dos deveres moraes que para ellas resultam da sua posição e do meio em que vivem.» (Roger de Guimps, *Histoire de Pestalozzi*, pag. 206.)

Por outras palavras convem que toda a virtude moral ensinada ás creanças esteja intimamente ligada, como dizia Pestalozzi, «a uma experiencia instinctiva e sensível que lhes seja propria.»¹

Difficuldades d'esta educação. — Ha uma tal distancia entre o estado natural da creança unicamente sensível ao seu prazer e ao seu interesse, e o estado normal de uma consciencia esclarecida que, á primeira vista, quasi que se chega a desesperar do bom exito e a julgar impossivel a evolução que conduz o espirito á concepção do bem.

Mas, n'esta obra delicada, a natureza fornece-nos poderosos auxiliares. E se é difficil suggerir á creança a ideia abstracta do dever, muito mais facil é habitual-a a cumprir praticamente certos deveres.

Quando se trata sobretudo dos deveres para com os outros homens, a creança será auxiliada pelos seus sentimentos naturaes de sympathia e de benevolencia, e da pratica d'estes deveres sairá pouco a pouco a ideia do proprio dever.

«E' dos primeiros movimentos do coração, exclama Rousseau, que se elevam as primeiras vozes da consciencia; assim, como dos sentimentos de amor e odio nascem as primeiras noções do bem e do mal; justiça e bondade não são sómente palavras abstractas, concebidas pelo entendimento, mas tambem verdadeiras affeições da alma esclarecida pela razão.»

As virtudes relativas aos deveres pessoaes serão de uma aquisição mais difficil: mas aqui ainda os sentimentos naturaes, o amor proprio, o sentimento do util, virão em auxilio da educação moral. Não é de modo algum prohibido o mostrar á creança que o seu interesse e o seu dever concordam em impôr-lhe a moderação dos seus desejos, e a resistencia ás suás más inclinações.

Mas sobre tudo, e em todas as partes da vida moral, o exemplo será sempre grande mestre: antes de impôr a lei moral á obediencia da creança como uma regra imperativa, é preciso propol-a á sua imitação, como um exemplo que se ensina. A creança é antes de tudo imitadora, e o grande segredo da educação moral é em saber aproveitar d'este instincto. Lembremo-nos de que talvez o mais bello livro da moral religiosa tem por titulo a *Imitação de Jesus Christo*.

Poder do instincto de imitação na creança. — O

¹ Vessiot, op. cit., pag. 35.

poder do instincto de imitação na creança provem de varias causas e em primeiro logar da sua ignorancia. Não dispondo ainda senão de um pequeno numero de conhecimentos e de um fraco fundo de ideias, a creança acha-se á mercê das percepções que a sollicitam por todos os lados. A seu pensamento docil e livre de preocupações, abraça as imagens exteriores e segue sem resistencia a corrente para onde a impellem as impressões que sobre ella actuam. Além d'isto, a creança é fraca; falta-lhe a personalidade. Precisa de obrar e não tem ainda vontade. Incapaz de obrar por si mesma, regula-se pelo que vê fazer os outros. A sua fraqueza é a causa principal das suas disposições para a imitação.

A *sympathia* é tambem um dos principios do instincto de imitação.

Todos nós temos uma tendencia a estar de accordo nos nossos sentimentos e acções com os homens que nos rodeiam, e particularmente com aquelles que amamos. Amar alguem é querer assimilar-se a elle. A creança que tem um vivo affecto pelos seus condiscipulos tende naturalmente a imital-os. Quanto maior fôr o numero de causas de *sympathia* quanto mais analogias de condição e idade houver, maior será a intensidade do instincto de imitação.

Accrescentemos emfim que na imitação, por mais servil que possa parecer, ha tambem n'ella por vezes como que um primeiro ensaio da liberdade da creança e da aspiração para o ideal. A creança quer elevar-se acima de si mesma, e por isso as pessoas que ella imita de preferencia depois dos seus condiscipulos, são os seus superiores e mestres.

«Todos os homens teem tendencia para a imitação, mas é sobre tudo na creança que ella se observa mais facilmente. Não tendo ainda uma individualidade pronunciada e um character forte, não póde por si mesma prover ás suas precisões, e assim cede facilmente a um impulso extranho. Os seres que a rodeiam actuam sobre ella mais do que ella sobre elles e assim amolda-se facilmente ao exemplo que lhe dão, sobretudo se têm mais idade, se são mais fortes, mais habéis e experimentados do que ella.»¹

Os exemplos historicos.—Se é verdade que nenhuma das nossas acções deixa de influir sobre nós, cada um dos nossos actos bons ou maus, se repercute no nosso procedimento

¹ Gauthey, op. cit., tom. II, pag. 388.

futuro e contribue a encaminhar para o bem ou para o mal a corrente da nossa vida, é também incontestavel que as acções dos outros homens, tanto dos que nos precederam sobre a terra, como dos que vivem á roda de nós, exercem sobre o nosso character, por pouco que se manifestam á nossa imaginação, uma influencia profunda. O passado irradia sobre o presente. As almas que desaparecem vão revivendo nas gerações que se succedem. Os exemplos dos antigos formam os espiritos dos novos na vida e como bem se disse, «os mortos governam os vivos.»

Rodiemos pois a creança de todos os bellos e nobres ensinamentos da historia.

Façamos por inspirar-lhe por meio de narração e de pinturas as virtudes que illustraram os seus antepassados.

«Para a grandeza da vida, diz um pedagogista inglez, nada é tão importante como uma imaginação povoada de lembranças heroicas. Não ha methodo mais seguro para nos tornarmos bons e talvez mesmo grandes, do que viver cedo no trato dos homens grandes e bons. Não ha sermão que valha o exemplo de um grande homem. Contemplae jovens imaginações as illustres galerias dos grandes homens, voltae-vos para o Walhalla das almas heroicas de todos os tempos e logares. Sentir-vos-heis incitados para o bem, e envergonhar-vos-heis em commetter uma baixeza perante este exercito de illustres testemunhas.»¹

Decerto não se trata de fazer heroes dos discipulos. As occasiões para heroismos são raras. Mas comtudo não se deve evitar em apresentar ás creanças um ideal moral dos mais elevados. O individuo que tornarmos de portar-se como heroe em uma circumstancia solemne, dará mais provas de virtude em qualquer momento da sua vida. Familiarisemos pois o espirito que se trata de moralisar, «com o heroismo humano em carne e osso, tal como é representado por uma escolha de boas biographias.»²

D'esta alta excitação moral alguma cousa se reflectirá nas mais humildes condições sociaes.

A historia apresenta, para imitação dos que estudam, um exemplo de virtudes familiares e simples, accessiveis a todos. As *vidas* de Plutarcho para só citar este auctor encerra um

¹ Blackie, *op. cit.*, pag. 91.

² *Ibid.*, pag. 94.

thesouro de bellos modelos de que todos podem aproveitar, e que são, como se disse, «a materia mesma que ha de sempre constituir qualquer força moral.»

Os exemplos vivos. — Ha ainda alguma cousa que é superior ao exemplo do passado, é o trato social. A creança imita de preferencia as pessoas que vê e que frequenta. As mais bellas narrações historicas são frias, comparadas com o testemunho real e presente de uma vida virtuosa. O homem de bem não vela só pela sua propria virtude, concorre tambem para a virtude dos outros pela influencia magnetica que espalha á roda de si e por toda a parte por onde passa e pela benéfica irradiação das suas qualidades moraes. Ha um contagio do bem assim como ha um do mal e da doença.

Uma boa parte das melhores almas d'este mundo adquiriram a sua superioridade moral menos pelo esforço da sua vontade do que pela imitação natural dos homens de bem que a rodeiam. Quantas familias não ha em que a virtude é uma tradição, uma herança que se transmite de paes a filhos tão segura e directamente como um patrimonio ! Marco Aurelio, o sabio imperador romano, conta nos seus *Pensamentos* que devia a varias pessoas da sua familia algumas das suas melhores qualidades :

«Meu avô, diz elle, ensinou-me a paciencia. A modestia vem-me de meu pae. Devo a piedade a minha mãe.»

Felizes dos homens que, como Marco Aurelio, vivem desde o seu nascimento em uma atmospherã de virtude e que, para adquirir bons costumes só tem que seguir os bons exemplos que os rodeiam !

«De todos os meios a empregar para instruir as creanças e formar os seus costumes, o mais simples, o mais facil e o mais efficaç é o de lhes apresentar os exemplos das cousas que devem praticar ou evitar. Não ha palavras por mais energeticas que sejam, que lhes dêem ideia das virtudes e dos vicios tão bem como as acções dos outros homens que são outras tantas imagens. Não ha nada que penetre o espirito dos homens tão doce e tão profundamente como o exemplo.»¹

Os exemplos e os preceitos. — Não devemos contudo imaginar que o exemplo que é o preceito em acção, nos dispensa absolutamente do preceito abstracto que falla ao espirito. Convem apresentar á creança sob uma fórmula clara

¹ Blackie, pag. 89.

e expressiva as principaes maneiras do dever e, alimentar a sua memoria com bellos textos moraes.

Presentes sempre á imaginação, estas formulas são um apoio contra as tentações do prazer e contra os sophismas da paixão ; de quantas fraquezas não nos livrarão ellas !

«Convem, diz um auctor já muitas vezes citado, trazer em si como um santo e purificante influxo, um alto ideal de vida, expresso em uma fôrma energica e viva. As pessoas supersticiosas usam um amuleto sobre o coração : fazei por ter no vosso um thesouro de palavras santas, e estareis mais bem armado contra o mal do que um monarcha absoluto detraz das lanças ameaçadoras dos seus guardas. As palavras d'estas achal-as-heis em varias partes: nos livros sagrados da India, em Platóo, em Epicteto, e no antigo e novo Testamento.» ¹

Já não acreditamos na virtude magica das palavras, mas comtudo quem é que não sabe por experiencia o poder que tem em um momento de crise moral, a ideia subitamente evocada de uma maxima, de uma regra de procedimento, sobretudo se a este preceito se ligar a lembrança da pessoa que nol-o transmittiu a imagem de uma mãe, de um pae, de um mestre venerado ? Com effeito, para que o preceito seja efficaz é preciso que penetre profundamente na alma, que vá além dos labios e da memoria ; que se torne por assim dizer uma parte viva da consciencia.

Não nos contentemos com uma moralidade fingida, fundada sobre maximas aprendidas nos livros.

«Que pensariamos nós, dizia engenhosamente Plutarco, de um homem que indo buscar fogo a casa do visinho e achando a lareira bem guarnecida, se lá ficasse a aquecer-se sem pensar mais em voltar para casa ?»

E' a imagem do homem que se contenta em recitar discursos de moral bem estudados, que, para estar certo de proceder bem, tem sempre de consultar um livro, um evangelho qualquer, e que não tem sabido accender no seu proprio coração um foco interior de nobres inspirações.

O amor do bem.—Exercitada e instruida por experiencia pessoal, habituada a raciocinar sobre as suas proprias acções, e a julgar as dos outros, pezando-lhes as consequencias, iniciada pelos actos de alegria do cumprimento do dever, animada pelos exemplos que viu, appoiada pelas exhortações e

¹ Locke, *Pensées*, pag. 112.

preceitos dos seus mestres, a creança ir-se-ha elevando pouco a pouco á vida moral. N'esta obra complexa, ácerca da qual Bain diz que «as condições a satisfazer são tão numerosas que é apenas possível indicar com precisão o melhor methodo a adoptar», o papel principal pertence não aos livros, não ás lições, mas ao character dos paes ou do mestre. A lei moral não póde ser para a creança uma fria abstracção impessoal : é precisó que se encarne n'um ser vivo. O pae, a mãe, o mestre representam aos olhos da creança a lei moral, e deverão represental-a não como seres impassiveis e aridos, mas como personalidades vivas que se commovem á vista do mal e que estão cheias de affectos e de ternura. Se a religião tem sobre o desenvolvimento da humanidade tão profunda influencia, é por apresentar ao espirito dos homens, a ideia de um pae supremo, bemfeitor da humanidade, que pela sua vontade soberana impõe a virtude a seus filhos. O conhecimento do bem não basta, é preciso juntar-lhe o amor do bem. E' amando os homens virtuosos que lhe foram apresentados como exemplos, é por vezes amando um modelo divino de toda a virtude, que a creança virá emfim a amar o proprio bem.

GABRIEL COMPAYRÉ.

HISTORIA LITTERARIA E PEDAGOGICA

(Continuado de pag. 203, do n.º 5, de maio de 1894)

CXXII

Tença do padre Miguel de Sousa

Eu el-rei faço saber a vós, veadores da minha fazenda, que eu hei por bem e me praz, que os vinte e cinco mil réis de tença que de mim tinha o padre Miguel de Sousa, da companhia de Jesus, que eu houve por bem que houvesse o collegio de Coimbra da dicta companhia em sua vida, sem embargo de, por elle ser professo, vagarem para minha fazenda, o padre provincial da dicta companhia os possa renunciar em

quem lhe approuver, para a pessoa em quem fizer renúnciação delle os haver em sua vida; e portanto vos mando que apresentandó-vos renúnciação do dicto padre provincial, e a provisão que o dicto collegio tem da dicta tença, façaes fazer á tal pessoa padrão em fórma da dicta tença, para a haver em sua vida, como dicto é, no qual se tresladará este meu alvará, por quanto por alguns respeitos, e por fazer esmola ao dicto collegio, assim o hei por bem, e mando que assim se cumpra, posto que este não passe pela chancellaria. Balthazar Ribeiro o fez em Lisboa a vinte e sete de maio de mil quinhentos sessenta e seis. Eu Bartholomeu Froes o fiz escrever. — O cardeal. — P. O barão. Ha Vossa Alteza por bem que os vinte e cinco mil réis de tença, que o padre Miguel de Sousa tinha da fazenda de Vossa Alteza, que houve por bem que os houvesse o collegio de Coimbra da dicta companhia, em sua vida, sem embargo de, por elle ser professo, vagarem para Vossa Alteza. O padre provincial da dicta companhia os possa renunciar em uma pessoa em sua vida, porquanto por alguns respeitos, e por fazer esmola ao dicto collegio, o ha Vossa Alteza assim por bem; e que este não passe pela chancellaria. P. de Balthazar da Fonseca.

CXXIII

Padrão de doze mil réis do irmão Antonio Moniz

Dom Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber, que por parte do reitor e padres da companhia do collegio de Jesus da cidade de Coimbra me foi apresentada uma minha carta, tirada da Torre do Tombo, em que está incorporado um alvará de el-rei D. João, meu senhor, que sancta gloria haja, por onde Phebus Moniz, que Deus perdoe, tinha e havia sessenta mil réis de tença cada anno, obrigatorios, de que o treslado é o seguinte: D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber, que o procurador do collegio da companhia de Jesus da cidade

de Coimbra me enviou dizer por sua petição, que elle tem necessidade do treslado de um padrão de sessenta mil réis de juro, que Phebus Moniz, que Deus tem, tinha, e se pagavam na casa de Setubal; porquanto delle faz menção, que por sua morte ficaram ao dicto collegiô doze mil e tantos réis, me pedia lho mande dar da Torre do Tombo, em modo que faça fé, porquanto o padrão velho não apparece, nem o querem dar a elle supplicante, e receberá mercê. E visto o seu requerimento, passei uma provisão minha, para Antonio de Castilho, do meu conselho, e guarda-mór da Torre do Tombo, feita em Lisboa a seis de março de mil quinhentos e oitenta e nove, pela qual mandei que lhe desse o treslado do dicto padrão, na fórma costumada, e em cumprimento della o dicto guarda-mór o fez buscar pelo escrivão de seu cargo, adeante nomeado, que o buscou, e achou, no livro do registo da chancellaria, do anno de mil quinhentos e cincoenta e quatro, ás folhas cento e sessenta e oito, do qual o treslado é o seguinte: Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que por da parte de Phebus Moniz, fidalgo da minha casa, filho de Jeronymo Moniz, que foi reposteiro-mór d'el-rei meu senhor, e padre, que sancta gloria haja, me foi apresentado um alvará por mim assignado, de sessenta mil réis de tença em cada um anno, que o dicto Jeronymo Moniz seu pae, de mim tinha, do qual alvará o treslado é o seguinte: Nós el-rei fazemos saber a quantos este nosso alvará virem, que a duqueza minha tia, que Deus haja, deu em casamento a Dona Maria da Cunha, mulher de Phebus Moniz, seis mil dobras, de casamento, das da ordenança, e lhe deu por ellas sessenta mil réis de tença cada anno, segundo em sua carta se contem, a qual tença tinha Jeronymo Moniz, seu filho, em vida da dicta minha tia, e porque nós somos obrigados por os dinheiros do assentamento da dicta minha tia, que el-rei meu senhor, que Deus tem, quiz que ella houvesse depois de seu fallecimento certos annos, para se pagarem suas dividas, segundo no alvará da mercê se contem lhe pagar as dictas seis mil dobras pela tença, o dicto Jeronymo Moniz nos pediu lhe fizessemos mercê de lhe não tirar a dicta tença e nos prouvesse de lhe ficar assim a tença de casamento obrigatoria, como o são as outras que el-rei D. Affonso, meu tio, que sancta gloria haja, deu aquellas pessoas, que as tem, e andam em nossos livros, do que a nós por lhe fazer mercê approuve. Porém por se dizer por parte do duque, meu muito

amado e prezado primo, que nas tenças que a dicta duqueza, sua mãe, dava, assim nesta como nas outras, havia de haver descontos, segundo a fórma da acção, que nisto por seus procuradores poz na nossa relação, e que pagando esta tença ao dicto Jeronymo Moniz em dinheiro, ou tença, seria em prejuizo da fazenda da dicta duqueza, e mercê que lhe el-rei meu senhor, e padre, que sancta gloria haja, tinha feito do dicto seu assentamento depois da sua morte, o que primeiro se havia de determinar por justiça; e que assim ao dicto Jeronymo Moniz como aos outros se havia de pagar o que por sentença lhe coubesse, nos quizessemos sobrestar na dicta mercê até ver a sentença que neste caso se dá, e se por ella o dicto Jeronymo Moniz houyer de ser pago das dictas seis mil dobras, a nós praz por este alvará de lembrança delhe fazer mercê da dicta tença na maneira sobredicta, e lhe mandaremos então fazer sua carta em forma. E porem por folgarmos de lhe fazer mercê, nos praz, e lhe fazemos dos dictos sessenta mil réis em cada um anno, do começo do mez de maio de quinhentos e vinte e um por deante até que a dicta sentença se determine e dê, e dada se for contra elle requerer-nos-ha para nisso fazermos o que for nosso serviço, porque no dicto tempo falleceu a dicta duqueza minha tia, e lhe foi levantada, e por este mandamos aos nossos veadores da fazenda que lhe façam pagar os dictos sessenta mil réis na maneira sobredicta, e os assentem em nossos livros com a declaração sobredicta, que os não hade haver mais que até se dar a dicta sentença, e que lhos não hão-de despachar, em cada um anno, sem saberem primeiro da dicta sentença, e se é dada, e no desembargo dirá o veador da fazenda por que passar, que soube da dicta sentença, e que por não ser dada lhos despachou; e isto queremos que valha, sem embargo de não passar por nossa chancellaria, e ser alvará de papel, e de nossa ordenação em contrario. Escripto em Thomar ao primeiro dia de agosto. Alvareno Netto o fez, de mil quinhentos e vinte e tres, com o qual alvará o dicto Phebus Moniz me apresentou mais uma certidão de justificação do doutor Ruy Gago, do meu conselho, e desembargo, juiz de meus feitos em minha fazenda e das justificações della, que parecia ser feita por Pero de Almeida, escrivão das dictas justificações, por Simão Alvares, e assignada pelo dicto doutor Ruy Gago, aos tres dias do mez de agosto do anno passado, de quinhentos e cincoenta e tres

Pela qual certidão se mostrava pertencer ao dicto Phebus Moniz, por o dicto Jeronymo Moniz seu pae ser fallecido, quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis réis e quatro ceitis de tença cada anno, dos sessenta mil réis de tença, contheudos no dicto alvará—A saber : xii iii xxxiiij e dois ceitis, a elle de sua direita parte, e os trinta e cinco mil trezentos e trinta e tres réis, dois ceitis como herdeiro de João Moniz seu irmão já fallecido, que os herdára, e lhe pertenciam de sua legitima, e terça, e do quinhão de uma sua irmã, e assim mostrava mais pela dicta certidão pertencerem ao dicto reitor, e collegiaes do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, os doze mil trezentos e trinta e tres réis e dois ceitis de tença cada anno que falleciam para cumprimento dos dictos sessenta mil réis por parte de Antonio Moniz já fallecido, filho do dicto Jeronimo Moniz, e irmão do dicto Phebus Moniz, por ser da dicta companhia e collegial do dicto collegio, e antes de seu fallecimento fazer doação ao dicto collegio confirmada por mim dos dictos doze mil trezentos e trinta e tres réis, e dois ceitis de tença. E bem assim me apresentou o dicto Phebus Moniz mais um publico instrumento de concerto e transacção feito antre elle e o reitor e collegiaes do dicto collegio sobre os dictos doze mil trescentos e trinta tres réis e dois ceitis de tença, que parecia ser feito e assignado por Antonio Luiz, tabellião das notas da cidade de Lisboa aos vinte e seis dias do mez de julho do dicto anno passado de cincoenta e tres, pelo qual instrumento se mostrava que, por antre elles haver duvidas e differenças sobre os dictos doze mil trezentos e trinta e tres réis e dois ceitis da dicta tença, e sobre a mais fazenda que ficára por fallecimento do dicto Antonio Moniz, se vieram a concertar, e eram todos contentes, e lhes aprazia que o dicto Phebus Moniz, em nome do dicto collegio recebesse, lograsse e possuisse em dias de sua vida, somente e mais não, os dictos doze mil trezentos e trinta e tres réis e dois ceitis de tença cada um anno que pertenciam ao dicto collegio, por parte do dicto Antonio Moniz, e que por morte delle Phebus Moniz ficasse ao dicto collegio. Pedindo-me o dicto Phebus Moniz que por quanto os dictos sessenta mil réis de tença contheudos no dicto alvará lhe pertenciam, isto é, quarenta e sete mil e seiscentos e sessenta e seis réis, e quatro ceitis por serem seus, e da herança, e successão que houvera de João Moniz, seu irmão, e os doze mil trezentos e trinta e tres réis e dois ceitis da parte do collegio que havia de haver em sua vida, por bem

da dicta transacção, segundo tudo acima é declarado, que houvesse por bem de lhos mandar pagar por minha fazenda, sem embargo de nella lhe ser posta duvida no pagamento dos dictos sessenta mil réis por respeito da demanda que no dicto alvará faz menção, que não era ainda acabada, e que o escusasse de mostrar cada anno, como a dicta demanda não era finda, como pelo dicto alvará era obrigado mostrar porque lhe era muito trabalho, e oppressão; e visto seu requerimento com o dicto alvará, e a forma delle, por virtude do qual os dictos sessenta mil réis andam assentados no livro de minha fazenda, e foram por ella sempre pagos ao dicto Jeronymo Moniz em sua vida, e assim a seus herdeiros, depois de seu fallecimento, até o fim do anno de quinhentos e cincoenta e dois, em que lhe foi posta duvida no pagamento delles como acima é dicto, e visto como pela dicta certidão, e instrumento de transacção se mostra pertencerem ao dicto Phebus Moniz os dictos quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis réis, e quatro ceitis de tença, de sua direita herança e sob cessão pelo modo sobredicto e assim haver de receber e comer, em sua vida os dictos doze mil trezentos e trinta e tres réis, e dois ceitis em nome do dicto collegio, a que pertencem; o que tudo visto, e por lhe fazer mercê, hei por bem e me praz, sem embargo da dicta duvida, elle Phebus Moniz tenha, e haja, e lhe sejam pagos, em dias de sua vida sómente os dictos sessenta mil réis de tença em cada um anno, a saber :— os dictos quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis réis, e quatro ceitis, por lhe pertencerem de sua successão como acima é declarado, e os doze mil trezentos e trinta e tres réis, e dois ceitis, em nome do dicto collegio, a quem pertencem segundo já é dicto, e por morte do dicto Phebus Moniz, ficará resguardado a seus herdeiros, todo e qualquer direito que tiverem nos dictos quarenta e sete mil seiscentos sessenta e seis réis, e quatro ceitis de tença, e ficará outro sim então reservado ao dicto collegio, todo e qualquer direito, que tiver nos dictos doze mil trezentos e trinta e tres réis, e dois ceitis de tença que lhe assim pertencem, e que o dicto Phebus Moniz, em sua vida, em nome do dicto collegio hade haver, como dicto é; os quaes sessenta mil réis de tença cada anno o dicto Phebus Moniz terá e haverá em sua vida, posto que a dicta demanda ora não seja acabada, nem ao deante se acabe, sem ser obrigado a mostrar como não é finda, e assim me praz que os dictos sessenta mil réis lhe sejam pa-

gos no meu thesoureiro mór ou quem seu cargo tiver, do primeiro dia de janeiro do anno passado de quinhentos cincoenta e tres em diante, porque de então se deixaram de pagar por respeito da dicta duvida; e portanto mando ao meu thesoureiro mór, ou a quem o dicto cargo tiver que do dicto janeiro de quinhentos e cincoenta e tres em diante, dê, e pague ao dicto Phebus Moniz em dias de sua vida os dictos sessenta mil réis cada anno, e lhe faça delles bom pagamento aos quartéis do anno por inteiro, e sem quebra alguma por este só alvará geral, sem mais outra provisão minha, nem de minha fazenda, e pelo treslado della que será registada no livro de sua despeza pelo escrivão de seu officio com seu conhecimento mando aos contadores que lho levem em conta; e hei por bem que este alvará valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria sem embargo da ordenação do segundo livro titulo vinte, que diz que as cousas cujo effeito houver de durar mais de um anno passem por cartas, e passando por alvarás não valham. Jorge da Costa o fez em Lisboa a vinte e dois dias do mez de dezembro de mil quinhentos cincoenta e quatro. E o alvará dos sessenta mil réis que acima vae tresladoado foi roto ao assignar deste; e assim foi riscado o assento delle do livro de minha fazenda para se mais não despacharem nem pagarem pelo dicto assumpto, e não dizia mais a dicta carta. Treslado de uma verba que está posta á margem della. Destes sessenta mil réis de tença separada que Phebus Moniz havia, pertencerão ao reitor e padres da companhia de Jesus da cidade de Coimbra doze mil trezentos trinta e tres réis e dois ceitis, como constou por certidão do doutor Ruy Brandão, feita em Lisboa a dezeseis de janeiro de quinhentos e oitenta e nove annos, portanto se poz esta verba por despacho da meza da fazenda. Feita em Lisboa a seis de fevereiro do dicto anno, a qual puz eu Christovam de Benavente, escrivão da Torre do Tombo, a dezeseis do dicto mez e anno. Christovam de Benavente. E achada assim a dicta carta de padrão no dicto livro da chancellaria foi pedido ao guarda-mór da Torre do Tombo que fizesse dar o treslado, e elle o fez dar em esta minha carta assim e da maneira que nella é escripta, e nesta faz menção, á qual darão tanta e tão comprida fé, como á propria do dicto livro, porquanto foi com ella concertada. Dada em a mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa aos trese dias do mez de março.

El-rei o mandou por Antonio de Castilho, do seu conselho, e guarda-mór da Torre do Tombo. Christovam de Benavente escrivão della a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos oitenta e nove annos. E ora me enviaram dizer o reitor e padres do dicto collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, que Antonio Moniz que foi padre da dicta companhia, por seu fallecimento deixára ao dicto collegio doze mil trezentos e trinta e tres réis e dois ceitis da tença obrigatoria, que lhe couberam nas partilhas que por fallecimento de seu pae Jeronymo Moniz se fizeram dos sessenta mil réis de tença obrigatoria que tinha, como constava do treslado do padrão neste incorporado, e que por certos respeitos o collegio os deixára comer a Phebus Moniz irmão do dicto Antonio Moniz em vida do dicto Phebus Moniz, com obrigação de por sua morte tornarem a ficar ao dicto collegio, como tudo constava do dicto padrão e o dicto Phebus Moniz era fallecido, e seus filhos tinham já tirado o padrão da parte que lhe coube dos dictos sessenta mil réis como outro sim constava por uma certidão de justificação que apresentavam do doutor Ruy Brandão, do meu conselho, juiz de minha fazenda, e das justificações della, pedindo-me houvesse por bem lhes mandar passar padrão dos dictos doze mil trezentos e trinta e tres réis e dois ceitis de tença; e visto seu requerimento, padrão neste tresladado, e certidão de justificação, hei por bem, e me praz que o reitor, e padres do dicto collegio, tenham, e hajam em cada um anno os dictos doze mil trezentos e trinta e tres réis e dois ceitis de tença obrigatoria, assim e da maneira que Phebus Moniz havia os dictos sessenta mil réis pela dicta carta do padrão nesta tresladada, e conforme a ella, e isto em quanto não forem pagas ao dicto collegio as dobras que montarem nos dictos doze mil trezentos e trinta e tres réis, e dois ceitis de tença, e quero e me praz que lhe sejam assentados e pagos no almoxarifado da dicta cidade de Coimbra, de janeiro deste anno presente de mil quinhentos e oitenta e nove em deante. Pelo que mando ao almoxarife, ou recebedor do dicto almoxarifado que ora é e ao deante for, que do dicto janeiro deste presente anno em deante, dê e pague ao reitor e padres do dicto collegio os dictos doze mil trezentos e trinta e tres réis, e dois ceitis de tença em cada anno, e lhe faça delles bom pagamento aos quarteis por inteiro, e sem quebra alguma posto que ahi a haja por esta só carta geral, sem mais outra

provisão, e pelo treslado della que será registada no livro de sua despeza, e pelo escrivão de seu cargo, e conhecimentos dos dictos reitor e padres, mando que lhes sejam levados em conta cada anno, que lhos assim pagar. E a D. Duarte de Castello Branco, conde de Sabugal, meirinho mór destes reinos, do meu conselho de estado, e veador de minha fazenda lhos faça assentar no livro dos juros della e levar cada anno na folha do assentamento do dicto almoxarifado por quanto o assento que no dicto livro estava em nome do dicto Phebus Moniz, se riscou, e se poz nelle verba em como pertenceram estes doze mil tresentos e trinta e tres réis, e dois ceitis ao dicto collegio, segundo se viu por certidão de Manuel de Azevedo, fidalgo da minha casa, e escrivão de minha fazenda; e outras taes verbas se pozeram nos registos do dicto padrão dos sessenta mil réis na chancellaria, e no almoxarifado de Setubal, como outro sim constou por certidões de Christovam de Benavente, escrivão da Torre do Tombo, onde os livros da chancellaria estão; e de Francisco Martins, escrivão do dicto almoxarifado, que com o padrão neste tresladado, e certidão de justificação, foi tudo rôto ao assignar deste, que por firmeza de tudo lhe mandei dar, por mim assignado, e sellado com o meu sello pendente. Dado na cidade de Lisboa a vinte e um de março. Manuel Franco o fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e oitenta e nove. Eu Ruy Dias de Menezes o fiz escrever.— Rei.—

Mandou el-rei nosso senhor pagar ao reitor e padres da companhia de Jesus da cidade de Coimbra onze mil quinhentos vinte e cinco réis, que lhe montaram haver dos doze mil tresentos e trinta e tres réis e dois ceitis de tença contheados neste padrão de dezoito de janeiro do anno de mil quinhentos e oitenta e oito em que Phebus Moniz falleceu, até fim de dezembro do dicto anno, o qual pagamento houveram no thesoureiro mór por alvará feito a vinte e seis de maio de mil quinhentos e oitenta e nove. Ruy Dias de Menezes. Assentado. O conde Meirinho mór. Padrão de doze mil tresentos e trinta e tres réis, e dois ceitis de tença cada anno obrigatoria ao reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, que lhe pertenceram por fallecimento de Phebus Moniz dos sessenta mil réis de tença, que elle tinha obrigatoria pelo padrão neste tresladado por meio de Antonio Moniz irmão do dicto Phebus Moniz, que foi pa-

dre da dicta companhia, a que couberam nas partilhas que se fizeram por fallecimento de seu pae, e hão de ser pagos ao dicto collegio no almoxarifado da dicta cidade de Coimbra de janeiro deste anno presente de mil quinhentos e oitenta e nove em diante. P. Pagou nada por serem privilegiados, em Lisboa a dezoito de abril de mil quinhentos e oitenta e nove; e aos officiaes trezentos e dois réis e meio. Gaspar Maldonado. Registado na chancellaria a fl. 244. Antonio de Aguiar. Simão Gonçalves Preto.

Continua.

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

CONGRESSO INTERNACIONAL EM ANTUERPIA

Foi distribuida a circular-convite aos differentes homens da sciencia, n'esta especialidade, para assistir ao congresso internacional para o estudo das questões relativas ao patrocinio dos reus condemnados, dos vadios, das creanças moralmente desamparadas e dos alienados. O congresso abrirá a 25 de julho proximo e durará até 31 do mesmo mez.

Presidirá como presidente honorario o sr. Begerem, ministro da justiça do gabinete belga. Inspirando-se nos principios consagrados pelo congresso internacional de 1890, as sociedades de patronato belgas obtiveram resultados absolutamente inesperados. A experiencia de quatro annos sómente demonstrou que importantes progressos aquella reunião fizera alcançar á nova sciencia. Actualmente, porém, importa verificar os melhoramentos alcançados, rectificar e sobretudo completar, á luz d'estes resultados, o programma definitivo das reformas praticas; importa sobretudo dar á obra uma larga extensão e comprehender na sua influencia benefica os vagabundos e os alienados. Igual extensão, no effeito dos patronatos, reclama imperiosamente deliberações sobre esta questão e exige que se determine um programma novo onde tenham cabimento as reformas ainda não executadas.

As relações intimas que unem a sciencia da beneficencia publica com a do direito penal, demoveram a Associação In-

ternacional de Direito Penal a prestar o concurso da sua assistência effectiva. Esta Associação que teve em Paris as suas ultimas sessões fará coincidir a sua nova reunião com as sessões do congresso internacional do patronato.

O concurso de numerosas celebridades estrangeiras assegurará á segunda sessão do congresso o esplendor das discussões; mas as commissões occupam na obra do patronato uma parte muito brilhante para que a collaboração dos membros belgas não seja um elemento indispensavel de exito. A circular diz que a experiencia será preciosa para os resultados do congresso e appella para a dedicação dos seus membros. A adhesão ao congresso com a quota de 20 francos dá direito á enviatura do relatorio das sessões e ás festas pela occasião do congresso, das quaes se publicará um programma especial.

O secretario geral do congresso é o sr. Alph. Ryckmans, recebendo toda a correspondencia no Marché St. Jacques, 21, Anveres.

Programma das questões submettidas ao congresso

PRIMEIRA SECÇÃO

Protecção da infancia

I—A applicação dos principios adoptados pelo congresso internacional de Anveres, na sua sessão de 1890, em materia de protecção da infancia tem correspondido á espectativa do congresso?

II—Quaes são os meios a empregar para conseguir conhecer as creanças maltratadas ou moralmente desamparadas sobre as quaes a protecção da assistência deve exercer-se?

III—Quaes são as medidas a tomar a respeito das creanças viciosas, tiradas á auctoridade de seus paes?

IV—Quaes são em materia de processo penal as regras a seguir nos processos intentados contra as creanças?

V—E' mister estabelecer uma intelligencia entre os patronatos dos diversos paizes, no intuito da protecção da infancia e quaes são os meios praticos de facilitar n'esta materia a acção do patronato internacional?

SEGUNDA SECÇÃO

Protecção dos reclusos e dos que cumpriram sentença

I—A que condições certos condemnados que cumpriram sentença, poderiam nos casos especiaes, ser isentados provisoriamente da vigilancia da policia no intuito de facilitar a acção do patrocínio.

II—Como convém vir em auxilio, provisoriamente, dos reus que cumpriram sentença e que á sua saída da prisão estão desprovidos de abrigo e de recursos?

III—E' necessario estabelecer uma intelligencia entre os patronatos dos differentes paizes no intuito da protecção dos reclusos e dos reus que cumpriram sentença e quaes são os meios praticos de facilitar n'esta materia a acção do patrocínio internacional?

TERCEIRA SECÇÃO

Vadiagem, mendicidade e alienados

I—A applicação dos principios adoptados na primeira sessão do congresso de Anveres no que diz respeito a represão de vadiagem e da mendicidade, tem dado os resultados favoraveis que esperava o congresso?

II—Qual é o melhor modo de patrocínio a seguir a respeito dos mendigos e vadios, principalmente d'aquelles que são trazidos perante os tribunaes ou postos á disposição da auctoridade administrativa?

III—Quaes são n'esta materia as relações a estabelecer entre as instituições de assistencia e as juntas de patronato? Convém animar a creação de colonias livres?

IV—Não é util organizar o patrocínio dos individuos curados de uma doença mental, dos surdos-mudos, ou dos cegos, á saída dos estabelecimentos especiaes de educação e dos epilepticos que se encontram desamparados e sem recursos? Qual o melhor systema de patrocínio para esta categoria de infelizes?

V—Porque medidas se poderá melhor assegurar a represão da vadiagem e do patrocínio reciproco dos repatriados?

QUARTA SECÇÃO

Direito penal

I—Que methodo convém adoptar para organisar uma estatistica scientifica e uniforme da reincidencia.

II—Que methodo convirá adoptar para a estatistica dos resultados obtidos nos differentes paizes pelo patrocínio dos condemnados que cumpriram sentença e da protecção da infancia ?

III—A que categorias do reclusos o systema das sentenças indeterminadas poderia ser applicado ?

IV—Não ha meio de tornar mais rigoroso o regimen da prisão, sobretudo para os condemnados de curtas penas ?

V—Ha meio de entender a competencia do juiz unico em materia repressiva ?

O governo belga convidou os membros da *união internacional de direito penal* e assistir a este congresso e decidiu que uma secção especial (a 4.^a) seria reservada para a *união* ahi discutir as questões que ella propoz.

A sessão administrativa dos estatutos realisar-se-ha separadamente, n'um local reservado para a *união*.

A mesa da *união* espera que os membros corresponderão numerosamente ao convite.

FERREIRA-DEUSDADO.

O EVANGELHO DE S. LUCAS TRADUZIDO EM LINGUA MIRANDESA

— Continuação do n.º 3 —

El Santo Ebangelho de Jasucristo segundo Sã Lucas

CAPÍTULO V

E aconteceu que atropelando-lo la gente acudiê a él p'ra oubir la palabra de Dios, e él staba a la borda del lhago de Genesarot.

2. E biu duas barcas que stábã a la borda del lhago: e los pescadores habiẽ saltado ã tiẽrra, e lhebábã las suas redes.

3. E antrando nũa destas barcas, que era de Simõ, le rogo que él apartasse ù pouco d'la tiẽrra, e stando sentado, ansinaba al pôbo desde la barca.

4. E lhongo que acabou de falar, dixo a Simõ: Fai-te mais al lhargo, soltai las bõssas redes p'ra pescar.

5. E respondendo Simõ, le dixo: Mestre, depois de trabalharmos toda la nuite nũ apanhemos cousa niũa: porẽ sôbre la tua palavra soltarei la rede.

6. E depois que assi lo fazirũ, apanhárũ peixe ã tanta abundancia, que la rede se les rompiẽ.

7. Lo que los oubrigou a dar sinal a los companheiros, que stábã noutra barca, p'ra que los benissẽ ajudar. E benirũ, e anchirũ tanto ambas las redes, que pouco faltaba que eilhas nũ fõssẽ al fondo.

8. Lo que bendo Simõ Pedro, botou-se a los piês de Jasus, dezindo: Senhor, que sou ù home pecador.

9. Por que el spanto lo teniẽ assombrado a él, e a todos los que se achábã cũ él, de ber la pesca de peixe que habiẽ feito.

10. E d'la mesma sôrte habiẽ deixado pasmados a Tiago e a Joã, filho de Zebedeu, que érà companheiros de Simõ. Mas Jasus dixo a Simõ: Nũ tengas miêdo, dêsta ora ã delante serás pescador de homes.

11. E como chegórũ a tiẽrra las barcas, eilhes, deixando todo, fôrũ lo seguindo.

12. E sucediu que se achaba Jasus ã ùa daquilhas cidades, e eis que apareciu ù home cheno de lhepra, el qual, bendo a Jasus, e botando-se cũ el rostro ã tiẽrra, le fizo esta peticiõ, dezindo: Senhor se tu quiêres, biẽ me pôdes lhimpar.

13. E él, stendendo la mano, le tocou, dezindo: Quiêro, seia lhimpo. E ne mesmo punto desapareciu dél la lhepra.

14. E el mesmo Jasus le mandou que a niũ lo dexisse. Mas, bai, le dixo, mostra-te al saçardote, e oufrece p'la tua lhimpeza lo que fui ordenado por Moisés, par les serbir de testemunho.

15. Antretanto se standiẽ cada bez mais la fama del sou nome, e se ajuntórũ muitas gentes p'ra lo oubirẽ, e p'ra sérẽ curados d'las suas anfermidades.

16. Mas él se retiraba pal deserto, e se poniẽ ã ouraciõ.

17. E aconteceu ù diẽ, que tamiẽ él se achaba sentado an-

sinando. Estábâ igualmente assentados alhi ùs fariseus e doutores d'la lei, que teniẽ benido de todas las aldeias de Galiléa, e de Judéa, e de Jerusalẽ : e la birtude del Senhor staba pronta para los sanar.

18. Eis que aparecírũ ùs homes que traiẽ sóbre ù lheiro ù home que staba paralíteco, e lo queriẽ meter drento de casa, e poné-lo delante dél.

19. Mas nũ achando por onde lo meter por ser múita la gente, chubírũ al telhado, e, lhebantando las teilhas deitórũ-lo abaixo, ne mesmo lheiro, ne meio d'la casa, delante de Jasus.

20. El qual, como biu la fé d'los homes, dixo : Home, los tous pecados te sã perdonados.

21. Antõ começórũ los scribas e los fariseus a discorrer alhá eilhes, dezindo : Quiẽ ié este, que diz blasfémias ? Quiẽ pôde perdonar pecados senũ solo Dios ?

22. Mas Jasus, como antendiẽ los pensamentos d'eilhes, respondendo, les dixo. Que considerais bós alhá nes bõssos coraçones ?

23. Qual ié más fácele, dezir : Sã-te perdonados los pecados, ou dezir : Lhebanta-te, e anda ?

24. Puis p'ra que sabas que el Filho del home tẽ sóbre la tiêrra poder de perdonar pecados (dixo al paralíteco) : A tí te digo, lhebanta-te, toma la tua cama, e bai p'ra tua casa.

25. E lhebantando-se lhougo, a la bista d'eilhes, agarrou el lheiro ã que staba, angrandecendo a Dios.

26. E quedórũ todos pasmados, e angrandecérũ a Dios. E penetrórũ-se de temor, dezindo : Hoje tenemos bisto prodigios.

27. E depuis disto saliu Jasus, e biu sentado ne telonio ù publicano, por nome Lebi, e dixo-le: Sigue-me.

28. E él deixando todo, lhebantando-se, lo seguiu.

29. E Lebi le deu ù grande banquete ã sua casa : onde ajuntou grande número de publicanos, e outros que stábã sentados a lá mesa cũ eilhes.

30. Porẽ los fariseus e los scribas deilhes murmurábã, dezindo a los discípulos de Jasus : Por que comeis e bebeis bós cũ publicanos e pecadores ?

31. E respondendo Jasus, les dixo : Los que se áchã sanos nũ necitã de médico, mas los que stã anfermos.

32. Iou bi chamar, nũ los justos, mas los pecadores, a la penitencia.

33. Antõ le dexirũ eilhes : Por que razõ los discípulos de Joã, e assi mesmo los d'los fariseus, fázẽ muitos aiunos e oraciones, e los tous cómc e bebẽ?

34. A los quales respondiú Jasus : Por bintura podeis bós fazer que aiunẽ los amigos del sposo, anquanto el sposo stá cũ eilhes ?

35. Mas alhá benerã diês nes quales, quando el sposo les fôr tirado, antõ aiunarã naqueilhes diês.

36. E tamiê les propuso esta comparaciõ : Niũ põ remendo de panho nõbo ã bestido biêlho, por que d'outra sôrte rompe-se el panho biêlho, e el retalho nõbo nũ quadra cũ el biêlho.

37. Tamiẽ niũ deita bino nõbo ã botos beilhos, por que de outra sôrte fará el bino nõbo rebentar los botos, arramarã-se el mesmo bino, e perderã-se los botos.

38. Mas el bino nõbo debe-se recolher ã botos nõbos e assi todo se conserba.

39. De mais que niũ, bebendo del bino biêlho, quiêr lhougo del nõbo, porque diz : Iê melhor el biêlho.

CAPÍTULO VI

E aconteceu nũ diê de sábadõ, chamado segundo-primeiro, que, como passasse p'las senaras, los sous discípulos cortábã spigas, e machucando-las nas manos, las comiẽ.

2. E algũs d'los fariseus les deziẽ : Por que fazeis el que nũ iê licito nes sábadõs?

3. E respondendo-les Jasus, dixo : Bós nũ teneis lido lo que fizo Dabide quando tubo fame, él e los que cũ él stábã ?

4. Como antrou na casa de Dius, e tomou los panes de la proposiciõ, e comiu deilhes, e dou a los que beniẽ cũ él, sendo assi que nũ podiẽ comer deilhes senũ solo los saçardotes?

5. Dixo-les mais : El Filho de home iê senhor tamiẽ del sábadõ mesmo.

6. E aconteceu que tamiẽ outro sábadõ antrou Jasus na sinagoga, e ansinaba ; e achaba-se alhi ã home que teniẽ ressequida la mano dreita.

7. E los scribas e los fariseus lo stábã spreitando, p'ra ber se curaba ã sábadõ, a fi de tenêrẽ de que lo acusarẽ.

8. Mas Jasus sabiẽ los pensamentos deilhes, e dixo para el home que teniẽ la mano ressequida : Lhebanta-te e põ-te ã piê ne meio. E lhebantando-se él, quedou ã piê.

9. E Jasus les dixo : Pregunto-bos se iê lícito nes sábados fazer biẽ ou mal, salbar la vida ou tirá-la.

10. Depois, correndo todos cũ los ôlhos, dixo para el home : Stende la tua mano. E stendeu-la él, e fui-le restituída la mano.

11. E eilhes se anchirô de furor, e falábã ùs cũ los outros p'ra ber lo que fariẽ de Jasus.

12. E aconteceu naqueilhes diês que saliu al monte a orar e passou toda la noite ã ouraçiõ a Dius.

13. E quando fui diê, chamou los seus discípulos, e scolliu dentre eilhes doze e que chamou apóstolos.

14. A saber : Simõ, a quiẽ dou el sobrenome de Pedro, e André sou armano, Tiago e Joã, Felipe, e Bartolomeu.

15. Mateus e Tomé, Tiago filho de Alfeu, e Simõ chamado el zelador.

16. Judas armano de Tiago, e Judas Scariotes, que fui el traidor.

17. Baixando depois cũ eilhes, parou nũa plainice, acompanhado d'la cometiba de sous discípulos, e de grande multidõ de pôbo de toda la Judéa, e de Jerusalẽ, e d'las tiêrras marítimas, assi de Tiro como de Sidonia.

18. Que teniẽ concorrido a oubi-los e p'ra que los sanasse d'las suas anfermidades. E los que érá atormentados d'los spritos imundos quedábã sanos.

19. E todo el pôbo faziê deligencia por tocá-lo, pois saliẽ dél ùa birtude que los curaba a todos.

20. E lhebantando él los ôlhos p'ra los sous discípulos deziẽ : Biẽabinturados bós los pobres, por que bõsso iê el reino de Dius.

21. Biẽabinturados los que agora teneis fame, porque bós sereis fartos. Biẽabinturados bós que agora chorais, porque bós riereis.

22. Biẽabinturados sereis quando los homes bos aborreçerẽ, e quando bos separárẽ e cargárẽ de anjurias, e rejeitarẽ el bõsso nome como malo, por causa del Filho de home.

23. Folgai naquel diê, e alegrai-bos, porque, mirai, grande iê el bõsso galardõ ne ciêlo : porque dêsta maneira tratábã a los profetas los pais deilhes.

24. Mas ai de bós los que sodes ricos, por que teneis la bõssa consolaciõ.

25. Ai de bós los que stais fartos, porque benereis a tener

fame. Ai de bós los que agora rides, porque gomereis e chorareis.

26. Ai de bós quando bos lhoubárẽ los homes, porque assi faziẽ a los falsos profetas los pais deilhes.

27. Mas digo-bos a bós-outros, que me oubis : Amai a bós-sos einemigos, fazei biẽ a los que bos ténẽ odio.

28. Dezi biẽ d'los que dizẽ mal de bós, e rogai polos que bos acúsã.

29. E al que te frir nũa face, oufrece-le tamiẽ la outra. E al que te tirar la capa, nũ defendas lhebar tamiẽ la túnica.

30. E dá a todo aquel que te pedir, e al que tomar lo que iê tou, nũ lo tornes a pedir.

31. E lo que quereis que bos fágã a bós los homes isso mesmo fazei bós a eilhes.

32. E se bós amais a los que bos âmã, que mercimiento iê el que bós tenereis? porque los pecadores tamiẽ âmã a los que âmã a eilhes.

33. E se fazirdes biẽ a los que bos fázẽ biẽ, que mercimiento iê lo que bós quereis? porque isto mesmo fázẽ tamiẽ los pecadores.

34. E se bós amprestardes áqueilhes de quiẽ sprais receber, que mercimiento iê lo que bos tenereis? porque tamiẽ los pecadores amprestã ùs a los outros, p'ra que se les faga outro tanto.

35. Amai puis a bósos einemigos, fazei biẽ, e amprestai si dende sprardes nada : e tenereis múi grande recompensa, e sereis filhos d'Altíssimo, que fai biẽ a los mesmos que le sã angratos e malos.

36. Seiades puis misericordiosos, cõmo tamiẽ bossos Pae iê misericordioso.

37. Não julgueis, e nũ sereis julgados : nũ condaneis, e nũ sereis condanados.

38. Dai, e dará-se-bos : ne seno bos meterã ùa bõna medida, e biẽ chena, e biẽ calcada, e biẽ acuquelhada ; porque qual fôr la medida de que bós ousardes para los outros, tal será la que se use p'ra bós.

39. E pôs-les tamiẽ êsta comparaciõ : Põde acauso ù ciẽgo guiar outro ciẽgo? nũ iê assi que ù e outro cairã ne barranco?

40. Nũ iê el discípulo sôbre el mestre, mas todo el discípulo será perfeito, e se lo fôr como sou mestre.

41. E porque bus tu ãa ariêsta n'ólho de tou armano, e nũ reparas na trabe quo tenes ne tou ôlho?

42. Ou como pôdes tu dezir a tou armano : Deixa-me, armano, tirar-te del tou ôlho ãa ariêsta, quando tu nu bés que tenes ne tou ãa trabe ? Hipócrita, tira pormeiro la trabe del tou ôlho, e depois berás p'ra tirar la ariêsta del ôlho de tou armano.

43. Por que nũ iê bõna árbole la que dá fruitos malos, ni mála árbole la que dá bõnos fruitos.

44. Porquanto cada árbole iê conhecida pol sou fruto. Porque ni los homes conhécẽ figos de los spineiros, ni d'los abrólhos bendimã ubas.

45. El home bõno, de bõ tesouro del sou coraçõ tira el biẽ e l'home malo de malo tesouro tira el mal. Porque del que stá cheno el coraçõ, disse iê que fala la boca.

46. Mas porque me chamaís bós, Senhor, Senhor ! e nũ fazeis el que iou bos digo ?

47. Todo el que bẽ a mí, e nũ bé las miês palabras e las põ por obra, iou bos mostrarei a quiẽ él iê semelhante.

48. Iê semelhante a ù home que fai ãa casa : él scabou profundamente sôbre ãa peinha : e quando biẽno ãa chena d'augas dou arrebatadamente la inundaciõ sôbre aqueilha casa, e nũ pôde mobé la, porque staba fundada sôbre rocha.

49. Mas el que oube e nũ obra iê semelhante a ù home que fai la sua casa sôbre tierra lhebadiça, na qual batiu cõ biolencia la corriente del riu, e lhougo cafu, e fui grande la ruína daqueilha casa.

CAPÍTULO VII

E depois que Jasus acabou de fazer sonar todos estes discursos a los oubidos del põbo, antrou ã Cafarnañ.

2. E achaba-se alhi grabemente anfermo, iá quase a las pertas d'la môrte, el criado dũ centuriõ, que era mũito stimado dél.

3. E quando oubiu falar de Jasus, ambiou a él ãs ancianos d'los judius, rogando-le que benisse curar el sou criado.

4. E cilhes, lhougo que chegóru a Jasus, le faziẽ grandes instancias, dezindo-le : Iê persona que merece que tu le fagas este fabor,

5. Porque iê amigo d'la nõssa gente, e él mesmo nos fundou ãa sinagoga.

6. Iba puis Jasus cū eilhes. E quando se achaba já cerca d'la casa, le mandou el centuriõ dezir por sous amigos este recado : Senhor, nũ t'afadigues, porque iou nũ sou mercedor de que tu entres ã miê casa.

7. Por esta razõ nĩ iou me achei mercedor de te ir buscar : mas dize tu ãa sola palabra, e el miu criado será salbo.

8. Porque tamiẽ iou sou ouficial subordinado, que tengo soldados a las miês órdenes, e digo a ã : Bai acolhá, e él bai ; e a outro : Bẽ acá e él bẽ ; e al miu serbo : Fai isto, e él fai-lo.

9. Lo que oubindo Jasus, quedou admirado, e boltando-se p'ra el pòbo que lo iba seguindo, dixo : A berdade bos afirmo que nĩ ã Israel tengo achado fé tamanha.

10. E boltando p'ra casa los que habiẽ sido ambiados, achórũ que staba sano el criado que stubira doliente.

11. E aconteceu isto : ne diẽ seguinte caminaba Jasus p'ra ãa cidade chamada Nai, e ibã cū él los sous discípulos e muito pòbo.

12. E quando chegou cerca d'la pôrta d'la cidade, eis que lhebábã ã mórto a la sepultura, filho único de sua mái, que já era biúda : e benic cū eilha muita gente d'la cidade.

13. Tenendo-la bisto el Senhor, mobido de compaxõ p'ra com eilha, dixo-le : Nũ chores.

14. E chegou-se e tocou ne squife. Parórũ lhougho los que lo lhebábã. Antõ dixo : Moço, iou te mando, lhebanta-te.

15. E sentou-se él que habiẽ stado mórto, e começou a falar. E Jasus lo entregou a sua mái.

16. Pol que se apodrou de todos el temor, e gloreficábã a Dius, dezindo : Û grande profeta se lhebantou antre nós, e bigitou Dius el sou pòbo.

17. E la fama deste milagre correu por toda la Judéa, e por toda la comarca.

18. E contórũ a Joã los sous discípulos todas estas cousas.

19. E Joã chamou dous de sous discípulos, e mandou-los a Jasus dezindo : Sós tu lo que hás de benir ou iẽ outro el que spramos ?

20. E como benissẽ estes homes a él, le dexirũ : Joã Bautista nos ambiou a ti, p'ra te preguntar : Iês tu lo que há de benir, ou iẽ outro el que spramos ?

21. (E naquella mesma hora curou Jasus a múitos de anfermidades e de chagas, e de spritos malinos, e dou bista a múitos ciêgos).

22. Depois, dando la sua respôsta, les dixo: Ide dezir a Joã lo que teneis oubido e bido: que los ciêgos bêẽ, los coxos andã, los lheprosos quédã lhimpos, los xordos oubẽ, los môrtos ruscitã, a los pobres iê anunciado el abangeilho:

23. E que iê biẽabinturado todo aquel que nũ se scandalizar a miu respeito.

24. E partidos que fôrũ los mensageiros de Joã, começou Jasus a falar dél al pôbo, dezindo: Que fustes bós bér al deserto? ãa canha sacudida del aire?

25. Mas que fôstes bos ber? ã home bestido de roupas delicadas? Biẽ bedes que los que bístẽ roupas preciosas, e bibẽ ã delicias, sõ los que bibẽ nes palacios d'los reis.

26. Mas que fôstes bós ber? ã profeta? Na berdade bos digo, e mais que profeta.

27. Este iê aquel de quiẽ stá scrito: Eis ende ambio iou el miu anjo delante d'la tua face, que proparará el tou camino delante de ti.

28. Porque iou bos declaro que antre los nascidos de mulhiêres nũ hai maior profeta que Joã Bautista, mas el que iê menor ne reino de Dios iê maior del que él.

29. E todo el pôbo, e los publicanos que teniẽ sido bautizados cũ el bautismo de Joã, dôrũ gloria a Dios, oubindo estes discursos.

30. Porẽ los fariseus e los doutores d'la lei desprezórũ el designio de Dios ã danho de si mesmos, ã nũ se tenérẽ feito bautizar por él.

31. Antõ dixo el Senhor: Puis a quiẽ direi que se asseméilhã los homes d'esta geraciõ? e cũ quiẽ se parécẽ eilhes?

32. Sõ semelhantes a los ninos, que stã sentados ne terreiro, e que fálã ãs p'ra los outros, e dizẽ: Nós tenemos cantado al sõ d'la gaita p'ra bos divertir, e bós nũ beilestes: tenemos cantado ã ar de lamentaciõ e bós nũ chorestes.

33. Porque biẽno Joã Bautista, que nã comiẽ pã, nã bobiẽ bino, e deziêdes: El stã andemoninhado.

34. Biẽno el Filho del home, que come e bebe, e bós dezis: Béiã el home comilõ e amigo de bino, que acompanha cũ publicanos e pecadores.

35. Mas la sabedoria fui justificada por todos los seus filhos.

30. E rogaba-le ã fariseu que fôsse comer cũ él. E havendo antrado ã casa del fariseu, se sentou á la mesa.

37. E ne mesmo tempo ãa mulhiêr pecadora, que habiẽ na

cidade, quando conheciu que staba á la mesa ã casa del fariseu, lhebou ãa redoma de alabastro chena de bálamo.

38. E ponendo-se a sous piês por detrás dél, começou a regar-le los piês cū lágrimas e los anxugaba cū los cabelhos d'la sua cabeça, e le beisaba los piês, e los untaba cū el bálamo.

39. E quando isto biu el fariseu que lo teniê combidado, dixo alhá cū él, fazendo este discurso: Se este home fõra profeta, biê sabriê quiê e qualiê la mulhiêr que lo toca, por que iê pecadora.

40. Antõ, respondendo, Jasus le dixo: Simõ, tengo que te dezir, ãa cousa. E él respondi: Mestre, dize-la.

41. U fiador teniê dous debedores: ã debiê-le quinhientos dinheiros, e outro cincoenta.

42. Porê, nũ tenendo los tales cū que pagar, remitiu-les él a ambos la dívida. Qual lo ama puis mais?

43. Respondendo Simõ, dixo: Creio que aquel dobedor a quiê perdonou maior quantia. E Jasus le dixo: Julguste biê.

44. E boltando-se p'ra la mulhiêr, dixo a Simõ: Bés esta mulhiêr? Antrei ã tua casa, nũ me deste auga p'ra los piês, mas esta cū las suas lágrimas regou los mius piês, e los anxugou cū los sous cabelhos.

45. Nũ me deste beisos: mas esta, desde que antrou, nũ cesou de me beisar los piês:

46. Nũ unteste la miê cabeça cū bálamo: e esta com bálamo untou los mius piês:

47. Pel que te digo que perdonados le sã sous mûitos pecados, porque amou muito. Mas al que menos se perdona, menos ama.

48. E dixo-le a eilha: perdonados te sã los tous pecados.

49. E los que comiê alhi começórũ a dezir antre si: Quiê iê este, que até perdona pecados?

50. E Jasus dixo p'ra la mulhiêr: La tua fé te salbou: bai-te ã paz.

CAPÍTULO VIII

E aconteciu depois, que Jasus caminaba por cidades e aldeias, pregando e anunciando el reino de Dios: e los doze cū él.

2. E tamẽ algũas mulhiêres que él teniê lhibrado de pris-

tos malinos e de enfermidades: Mariê Madalena, d'la qual Jasus habiê tirado demonhos.

3. E Joana, mulhiêr do Cuza, procurador de Harodes, e Suzana, e outras mûitas, que le assistiç de suas posses.

4. E como houbisse concorrido ù crescido número de pôbo, e acudisse cuidadoso a él d'las cidades, les dixo Jasus, por semelhança:

5. Saliu el que sembra, a sembrar el sou grano: e a sembrá-lo, ùa parte caíu junto al camino, e fui pisada e la comirũ las abes del ciêlo.

6. E outra caíu sôbre pedragulho, e quando fui nascida se seccou, porque nũ teniê humidade.

7. E outra caíu antre spinos, e lhougo los spinos que nascirũ cũ eilha la afogórũ.

8. E outra caíu ã bôna tierra, e, depois de nascer, dou fruto, ciento por ù. Dito isto, ampeçou a dezir ã alta boz: Quiẽ tẽ ouvidos de oubir ouba.

9. Antõ los sous discipulos le preguntórũ que queriê dezir esta parábola.

10. Él les respondi: A bós fui concedido conhecer el mistério del reino de Dios, mas a los outros se les fala por parábolas, p'ra que bendo nũ bêia, e oubindo nũ antêdã.

11. Iê puis este el sentido d'la parábola: La simiente iê la palabra de Dios.

12. La que caíu a la borda del camino, sô aqueilhes que la óubẽ; mas depois bẽ el diabro, e tira la palabra del coração deilhes, p'ra que nũ se sãlbẽ crendo.

13. Quanto á la que cai ã pedragulho, senefica los que recêbẽ cũ gusto la palabra, quando la oubirũ; e estes nũ tẽ raizes, porque até ciêrto tiempo crêẽ, e ne tiempo d'la tentaciõ bôltã atrás.

14. E la que caíu ã spinos, estes sô los que oubirũ; porê, indo por delante, quédã sofocados d'los cuidados, e d'las riquezas e deleites desta bida, e nũ dã fruto.

15. Mas la que caíu ã bôna tierra, estes sô los que, oubindo la palabra cũ coração bôno e mui sano, la retêẽ, e dã fruto pola pasencia.

16. Ningũ puis ascende ùa lhuzirna, e la cõbre cũ algũa vasilha, ou la pô debaixo d'la cama: pô-la assi sôbre ù can-deiro, p'ra que bêia la lhuz los que éntã.

17. Porque nũ hai cousa ancobiêrta, que hagũ a de ser

declarada, nĩ escondida que nã haga de saber-se e fazer-se pública.

18. Bede puis como oubis. Porque aquel que tẽ, le será dado : al que nũ tẽ, inda aquillo mesmo que antende tener le será tirado.

19. E benirũ tener cũ él sua mái e sous armanos, e nũ podiẽ chegar a él pola múita gente.

20. E benirũ dezir-le : Tua mái e tous armanos stã allhá fõra : quiẽrẽ ber-te.

21. Él, respondendo, les dixo : Miẽ mái e mius armanos sõ aqueilhes que óubẽ la palabra de Dius e la pónç por obra.

22. E aconteceu isto nũ daqueilhes diẽs : que antrou él e los sous discipulos ã ùa barca, e les dixo : Passemos á la outra ribeira del lhago. E eilhes partirũ.

23. E anquanto eilhes ibã nabegando, dromiu Jasus, e lhebantou-se ùa tempestade de biento sôbre el lhago e peligrábã.

24. E chegando-se a él le despertórũ, dezindo : Mestre, nós morremos. E él, lhebantando-se, ancrepou el aire e la tempestade de l'auga, e lhogo todo cessou, e biẽno bonança.

25. Dixo-les antõ Jasus : Onde stá la bõssa fé ? Eilhes che-nos de temor, se admirórũ, dezindo ùs para los outros : Quiẽ cuidas que iẽ este, que assi manda a los bientos e al mar, e eilhes le oubedécç ?

26. E nabegórũ para la tiẽrra d'los gadarenos, que stá fronteira á Galilé.

27. E lhogo que saltórõ ã tiẽrra, biẽno tener cu él ù ho-me que staba andemoninhado habiẽ iá múitos tempos, e nũ bestiẽ roupa algũa, nũ habitaba ã casa, senũ nes sepulcros.

28. Este lhogo que biu Jasus, botou-se delante dél, e, gritando múi alto, dixo : Que tenes tu comigo, Jasus, Filho de Dius Altíssimo ? pido-te que nũ me atormentes.

29. Porque Jasus mandaba al sprito imundo que salisse del home. Porque habiẽ muitos tiempos que lo arrebatava, e inda que lo guardássẽ preso ã cadenas e grilhões, lhogo rompiẽ las cadenas, e agitado del demonho fugiẽ p'ra los deserts

30. E fizo-le Jasus esta pergunta, dezindo : Que nome iẽ el tou ? E'l antõ respondi : Legiõ ; porque érã ã grande número los demonhos que teniẽ antrado nél.

31. E estes le pedirũ que los nũ mandasse ir p'ra el abismo.

32. Ora, andaba alhi pascendo ne monte ùa grande ma-

nada de cochinos, e le pediẽ que les pormetisse antrar nelhes. E Jasus lo pormitiu.

33. Saltrũ puis del home los demonhos, e antrõrũ nes cochinos, e lhougo la manada d'los cochinos se arrojou por ã despenhadeiro ne lhago, e alhi quedou toda afogada.

34. Quando isto birũ los cochineiros, fugirũ e fõrũ-lo contar á las cidades e polas granjas.

35. E salirũ a ber el que habiẽ acontecido, e benirũ a tener cũ Jasus, e achõrũ a sous piẽs sentado, iá bestido e ã sou juizo, al home de quiẽ habiẽ salido los demonhos, e tubirũ grande miẽdo.

36. E los que habiẽ presenciado lo que teniẽ sucedido les contõrũ tamiẽ como el possesso fõra lhibrado d'la legiõ.

37. E toda la gente del territorio d'los gadarenos pediu a Jasus que se retirasse deilhes, por que stãbã possuĩdos de grande miẽdo, p'lo que el, ambarcando-se, se retirou de bõlta.

38. E pedi-le el home, de quiẽ teniẽ salido dos demonhos que lo deixasse star cũ el. Porẽ Jasus lo despediu, dezindo :

39. Torna p'ra tua casa, e conta las grandes cousas que Dius te fizo. E fui publicando por toda la cidade las singulares grãcias que le fazira Jasus.

40. E aconteceu que, tenendo boltado Jasus, lo receberã las gentes, puis todos lo stabã sprando.

41. E eis que biẽno ã home chamado Jairo, que era príncipe d'la sinagoga, e botou-se a los piẽs de Jasus, pedindo-le que benisse a la sua casa.

42. Por que teniẽ ãa filha única, que teneriẽ doze anhos, e êsta staba morrendo. E sucediu que, anquanto iba Jasus caminando, ancomodãbã-lo los apertones del põbo.

43. E ãa mulhiẽr padeciẽ fluxo de sangue habiẽ doze anhos e teniẽ gastado cũ médicos todo el sou cabedal, sã poder de niũ deilhes ser curada.

44. Chegou por detrás, e tocou la borda del bestido de Jasus, e ne mesmo instante le parou la corriente de sangue.

45. Dixo antõ Jasus : Quiẽ iẽ que me tocou ? E respondendo todos que niũ fõra, dixo Pedro, e los que cũ el stãbã : Mestre, las gentes te apertã e ouprimẽ, e inda me preguntas : Quiẽ iẽ que me tocou ?

46. Replicou inda Jasus : Algũ me tocou, porque iou coñheci que de mi salie ãa birtude.

47. Quando la mulhiẽr se biu assi descobiẽta, biẽno toda tremendo, e se botou a los piẽs de Jasus, e declarou delar-

tre de todo el pôbo la causa porque le habiê tocado : e como quedara lhougo sana.

48. E él le dixo : Filha, la tua fé te salbou : bai-te ã paz.

49. Inda él nũ teniê acabado de falar, quando biêno ù dezir al príncipe d'la sinagoga : Iê môrta tua filha, nũ te dés al trabalho de acá benir.

50. Mas Jasus, tenendo oubido esta palabra, dixo para el pai d'la nina : Nũ temas, tẽ fé sómente, e eilha será salba.

51. E depuis de chegar a casa, mandou que ningũ antrasse cũ él, senõ Pedrũ e Tiago e Joã, e el pai e la mái d'la nina ;

52. Antretanto todos la chorábã, e se feriẽ de pena. Porẽ Jasus les dixo : Nũ choreis, que la nina nũ stá môrta, mas dôrme.

53. Mas los que sabiẽ que eilha staba môrta zombábã dél.

54. Antõ Jasus, tomando-le la mano, dixo ã alta boz : Nina, lhebanta-te.

55. Antõ la sua alma tornou al corpo, e eilha se lhebantou lhougo. E Jasus mandou que le dissẽ de comer.

56. Quedórũ puis chenos de terror sous pais, a quiẽ Jasus puso preceito de nũ contárẽ a persona algũa el que se teniê passado.

Continúa.

BERNARDO FERNANDES MONTEIRO.

BOLETIM BIBLIOGRAPHICO

DR. FERRAZ DE MACEDO — *Crime et criminel*, Belhatte et Thomas, Paris — Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

Só agora nos veio á mão, por delicada offerta do auctor, esta obra que foi apresentada ao congresso de anthropologia criminal de Bruxellas em 1892. Sabiamos anticipadamente do abundante material de estudo que possui o sr. dr. Ferraz de Macedo, e todos conhecem a sua rara competencia nos estudos anthropologicos e por isso justificada é a curiosidade despertada pelo seu novo trabalho que veio accentuar melhor as qualidades de homem de sciencia que outros opusculos deixaram perceber.

Agora os seus estudos são mais extensos, a sua observação dirigida com methodo se não irreprehensivel, ao menos accetavel e permittindo ver mais claramente o modo de pensar e de sentir do auctor sobre a questão especial da criminalidade.

Na ultima obra do sr. dr. Ferraz de Macedo ha a ligação de elementos trazidos das escolas anthropologico-criminalistas conhecidas com idéas pessoaes do auctor. Considerando o *typo crime* variavel como o *typo criminoso*, com as sociedades como concepções sociologicas, distingue quatro origens principaes de criminosos: a loucura, a teratologia, a pathologia, adquirida ou adventicia e a pathologia nativa por anomalias anatomicas, organicas ou histo-chimicas imperceptiveis. Serão estas as origens bem distinctas e exclusivas do crime? Parece-nos que não, porque algumas são reductiveis ou dependentes entre si, por exemplo a loucura e a teratologia, aquella e a pathologia adquirida ou adventicia e faltam outras que são geralmente admittidas. O crime é um phenomeno complexo, effeito de causas que se complicam e tem sido o defeito de alguns criminalogistas dar a esta ou aquella causa em separado a preponderancia na producção dos actos criminosos, taes como a sociedade os encara.

O sr. Ferraz de Macedo conclue das suas observações que é sempre o organismo do proprio criminoso que origina a causa do crime, «independentemente de qualquer influencia extranha vinda do meio social ou dos exemplos que para nada são n'estes actos.»

De modo que o auctor considerando o crime apenas como acto anti-social e tem no proprio criminoso a sua razão de ser, renova a hypothese dos stigmas somaticos da criminalidade, e pretende caracterisar o criminoso pelas anomalias encontradas, hypothese que hoje é sabido, e particularmente a contar do ultimo congresso criminal, tem mudado de extensão e de enunciado, considerando-se as anomalias physicas do criminoso como signaes apenas da degenerescencia de que o crime é bastas vezes um producto. Feré, n'um livro recente, veiu estabelecer este modo de vêr, que dá uma direcção aos estudos anthropologico-criminaes, differente da que lhe dera a escola de Lombroso.

O auctor entende que o organismo reagindo de diversas maneiras contra a causa determinante, produz ou deixa de produzir a delinquencia, por um poder que lhe é proprio, por

um funcionamento especial dos seus órgãos. Esta maneira de vêr relaciona-se com aquella hypothese mais original que o sr. Ferraz de Macedo expõe na IV parte do seu livro consagrada á *anthroposophia*, a ideia de correlação entre o tronco e a cabeça, na qual baseia a parte mais pessoal da sua theoria criminalogica.

Quiz o auctor ver na aproximação exterior reduzida ao schema e na confrontação de medidas interiores uma homologia perfeita entre os dois segmentos principaes, e além d'isso buscou nas relações anatomo-physiologicas dos differentes órgãos thoraco-abdominaes e craneo-faciaes a explicação dos phenomenos psychicos individuaes e sociaes. Conhecem-se os actos chamados reflexos, mas a anatomia não descobriu a ligação intima que os encadeia e a physiologia tambem não deu por ora a conhecer o mechanismo profundo d'estes actos.

Por outro lado a clinica descobriu a influencia pathologica que os órgãos teem uns sobre os outros, como a dilatação do estomago pôde conduzir, por fermentações anormaes e intoxicações consecutivas, a perturbações encephalicas, como o abuso dos alcoolicos pôde levar a alterminadas fórmias de alienação mental, assim como certas alterações psychicas modificam a pressão arterial e a nutrição. Mas faltam ainda factos de observação e experimentaes para explicar d'um modo claro e constante a influencia distincta de cada órgão sobre os restantes e dos diversos apparatus sobre cada órgão. Por isso, sem deixar de apreciar o que é original, verdadeiro e bem achado n'esta theoria largamente exposta, somos levados a affirmar que o auctor exaggerou o schema, porque anatomica e physiologicamente não é possivel estabelecer, sem forçar os factos, uma perfeita correspondencia entre os dois segmentos vertebrados e visceraes, para chegar a concluir que não é o cerebro que commanda o restante do organismo, mas que aquelle se torna muitas vezes passivo do segmento inferior, que determina o impulsionamento do encephalo, porque é da desharmonia entre os dois segmentos ou de uma alteração visceral que resultam os maus productos psychicos, hypothese tão engenhosa como ousada, que, por exemplo, não explica como pôde ás vezes ser criminoso um individuo bem conformado e ser genial aquelle em que se dão salientes desproporções corporaes. Em séries de observações diversas das do sr. Ferraz de Macedo foram encontrados, embora não com vulgaridade

individuos de constituição apollonica, dando as provas da mais completa monstruosidade psychica, como no caso estudado por Garnier, citado por Zaborowski ¹, em que não foi notada tara alguma a par de uma grande perversidade. Por outro lado a clinica psychiatrica conhece desgraçados microcephalos que não passam de ser idiotas sem nunca chegarem á mais leve delinquencia. O sr. Ferraz de Macedo, negando a acção do meio social e dos costumes, não vê outro modo de explicar as divergencias do character dos individuos fóra da sua constituição organica. Assim, por exemplo, do mesmo tronco familiar podem sahir individuos dotados de qualidades socia-veis e outros que lhes são antitheticos e que pelo contrario parecem dotados das peiores qualidades moraes. O distincto anthropologista vê n'esta divergencia o resultado da *heterogeneidade* da constituição organica. Faltaria ainda averiguar intimos phenomenos de herança morbida que tanto podem dar-se no physico como no moral, e não destituir de toda a relação de causalidade os factos externos que entram no determinismo das nossas acções, e que produzem muitas vezes efeitos similhantes, em diferentes capacidades organicas. O mesmo citado caso explica pela herança morbida a differença profunda entre o criminoso e irmão honesto.

Tanto na parte anthropologica como na parte propriamente criminalologica, as observações do sr. dr. Ferraz de Macedo não deixam nunca de ser seriamente interessantes e eminentemente suggestivas. Quiz-nos parecer que o auctor se apressou um tanto a concluir, de casos, aliás relativamente pouco numerosos, para poder generalisar e instituir as suas conclusões sobre uma questão ainda rijamente discutida.

São cuidadosamente coordenadas as mensurações e as notas relativas aos estudos anthropologicos; representam um trabalho bem sustentado em que se revelam as notaveis aptidões do auctor, fornecendo bastantes elementos de estudo aos que proseguem n'este campo scientifico. É hoje fóra de duvida que os que ligam como o sr. dr. Ferraz de Macedo importancia etiologica ás anomalias encontradas nos criminosos concluem exaggeradamente, assim como da hypothese particular da influencia predominante dos órgãos do tronco nas alterações psychopathologicas. Ainda o mesmo exaggero de

¹ *Revista de Educação e Ensino*, n.º 4, 1894, pag. 133.

opinião se faz sentir, d'esta vez com menos originalidade, reeditando as razões sociologicas do crime, na ultima parte do seu estudo. As suas idées sobre philantropia, sobre justiça social, sobre a pena de morte, sobre o atavismo, são, ao menos pela fórma como o auctor as apresenta, demasiadamente theoreticas e insufficientemente baseadas, sendo já conhecida essa negação da philantropia, a admissão felizmente muito parcial da pena de morte, a rejeição do criminoso atavico.

Julgamos que, aproveitando as excellentes disposições do auctor e os bons elementos colligidos nos seus aturados estudos, o auctor deveria exercer a sua critica sobre uma feição menos parcial dos factos e das opiniões para estabelecer mais firmes conclusões, que dariam ao seu trabalho o cunho de uma grande auctoridade.

A'parte estas pequenas considerações, a obra do sr. Ferraz de Macedo tem um elevado valor scientifico e representa uma grande quantidade de trabalho que estimamos sinceramente ter occasião de reconhecer.

J. BETTENCOURT FERREIRA.

* * *

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

D. RAPHAEL DE LABRA — *La acción particular en el movimiento pedagogico de la España contemporanea. La intimidad ibero-americana* — Discursos pronunciados por occasião do Congresso pedagogico hispano-portuguez-americano, em Madrid, 1892 — Madrid, Hernando y C.^a, 1894.

O auctor exalta a iniciativa particular de varios grupos e sociedades hespanholas no fomento da educação publica e congratula-se com essas aggremações pelo exito obtido. Celebra igualmente com entusiasmo a confraternidade entre os povos da peninsula e da America representados no congresso.

G. RICOTTI — *La pazzia e la sua influenza nel secolo XIX.*

E' uma nova obra que comprehende um novo systema philosophico, tendente a demonstrar a existencia da força sobretudo, com applicação á existencia humana e á vida social.

REVUE HISPANIQUE — Annuncia-se a publicação de uma nova revista pelo sr. Foulché-Delbox, professor da escola de Altos Estudos-Commerciaes de Paris (Curso Superior do Commercio). O summario do primeiro numero, março de 1894, consta dos seguintes artigos:

Les langues litteraires del Espagne, por Gonçalves Vianna — *La transcription hispano hébraïque*, par Foulché-Delbox — *Etudes sur la littérature espagnole au XIX siècle*, par E. Mérimée, Jovellanos — *Une poésie inédite de Rodrigo Cota. Los besos de amor*, obras inéditas de D. Juan Melindez Valdez — *Varia*: I. *Notes sur Guillen de Castro*; II. *Deux lettres inédites d'Isabelle la Catholique, concernant la famille de Rodrigo Cota* — *Bibliographie* — *Comptes rendus* — *Chronique*.

Paris, Picard et fils. Rue Bonaparte, 82.

REVUE-NEW-SCOLASTIQUE — Começou tambem a publicar-se em Louvain, Belgica, esta excellente revista philosophica, pela Sociedade Philosophica de Louvain. Foram-nos enviados os n.ºs 1 e 2 (janeiro e abril 1894) com os seguintes summarios:

La philosophie néo-scolastique, par D. Mercier — *Un chapitre inédit de la philosophie d'Ibn-Sinâ*, par J. Forget — *Les bases physiologiques de la parole rythmée*, par G. Verriest — *L'exemplarisme et la théorie d'illumination spéciale dans la philosophie de Henri de Gand*, par M. D. Wulf — *Mélanges et documents: Brefs de S. S. Léon XIII relatifs à la fondation d'un Institut Supérieur de Philosophie à l'Université Catholique de Louvain* — *La personnalité du delinquant dans l'instruction judiciaire*, par S. Maus.

Les caractères de la philosophie moderne, par L. de Lantheere — *Des bases physiologiques de la parole rythmée (suite)*, par G. Verriest — *L'idée fondamentale du positivisme et ses conséquences logiques*, par J. Halleux — *La théorie de Weissmann et la philosophie de la nature*, par S. George Mivant — *Philosophie et science dans l'étude du monde inorganique*, par L. Nys — *Mélanges et documents* — *Comptes rendus* — *Revue des Revues*.

Louvain, Dicudonné: Paris, Alcan.

O INSTITUTO — 3.ª série, n.º 7, janeiro de 1894.

Direito administrativo, por Francisco Joaquim Fernandes — *Catologue des coleoptères du Portugal*, por M. Paulino de

Oliveira — *Poeticas de Ovidio Nasão*, pelo visconde de Seabra — *Memorias de Castilho*, por Julio de Castilho — *Versos de Campoamor*, por Joaquim de Araujo — *Censura de uma poesia de Camões*, por Ramos Coelho — *D. Antonio da Costa*, por J. Castilho.

— N.º 8 e 9.

O infante D. Henrique e a Universidade, por J. M. Rodrigues — *O infante D. Henrique*, por A. J. Teixeira — *Trabalhos nauticos dos portuguezes nos seculos XVI e XVII*, por Sousa Viterbo — *Alguns traços da vida do infante D. Henrique*, por J. J. Brito Rebello — *O tumulo do infante*, por J. M. Teixeira de Carvalho.

REVISTA DE GUIMARÃES — N.º 2, abril de 1894.

Tagilde, memoria historico-descriptiva, por Oliveira Guimarães — *Boletim*, por Gaspar Paúl — *Balancetes*, por Sebastião A. E. Neves.

REVISTA DE MEDICINA E CIRURGIA — N.º 10, maio de 1894.

Os serviços de saude publica em Portugal, por Eduardo Burnay — *A epidemia de Lisboa*, por Ricardo Jorge — *Contribuição para o estudo bacteriologico da epidemia de Lisboa*, por Camara Pestana e Annibal Bettencourt — *Memoria ácerca de la epidemia que actualmente reina en Lisboa*, por D. Frederico Montaldo.

— N.º 11, junho de 1894.

Epidemia reinante, por Curry Cabral — *A epidemia extravagante*, por Manoel Bento de Sousa.

REVISTA DOS LYCEUS — N.º 9, fevereiro.

Educação moral e religiosa na instrucção publica, por A. C. — *Instrucção publica no Ultramar*, por João Figueirinhas — *Osteologia*, por F. Ribeiro Nobre — *Noticia bibliographica dos elementos de philosophia racional e moral para ensino nos lyceus nacionaes*, por Joaquim Maria da Silva.

— N.º 10, março.

O estudante inglez é o portuguez, por A. Coelho — *Pensamentos sobre a educação, de Locke*, por F. Ribeiro Nobre — *Li.quefacção dos gazes* — *Estatistica do lyceu nacional de Beja, relativa ao anno lectivo de 1892-1893*.

— N.º 11, abril.

Educação moral e religiosa na instrucção publica, por A.

C.— *O merito e o favor em exames*, por Sarcey — *Escrever de pé*, por A. Coelho — *Ambos os dois*, por Pereira Caldas — *Pensamentos sobre a educação*, de Locke, por Ribeiro Nobre — *Noticias officiaes*.

MEDICINA CONTEMPORANEA — Abril e maio de 1894.

Continua a publicar o interessante e minucioso relatorio do hospital de Rilhafolles pelo sr. prof. Miguel Bombarda. O sr. prof. Bettencourt Raposo continua a série de historias clinicas dos casos observados no seu serviço hospitar. No n.º 16 de 22 de abril insere o sr. Silva Carvalho o seu primeiro artigo sobre a epidemia de Lisboa, replecto de elementos muito curiosos e bem expostos, continuando nos n.ºs 18, 19, 21, 22, 23. No n.º de 26 de abril vem o relatorio da Sociedade das Sciencias Medicas sobre a epidemia em questão. O sr. professor Sabino Coelho, publica no n.º 26 (10 de junho) a observação notavel de um caso de nephrite supurada curada pela nephrectomia.

AGRICULTURA CONTEMPORANEA — N.º 2, maio.

Chronica, por J. Verissimo d'Almeida — *A agua e as doenças parasitarias do homem e dos animaes*, por Godofredo Ramos — *Conservação das batatas*, por dr. Fernando d'Almeida — *Como se deve colher a azeitona*, D. Luiz de Castro — *3.ª conferencia da Real Associação de Agricultura Portugueza* — *Vinho de passas*, por D. Luiz de Castro — *Revista agronomica*, por José d'Almeida — *Boletim metereologico*, por F. de Figueiredo — *Tratamento das principaes doenças das vinhas*.

REVISTA DAS ALFANDEGAS.

D'esta interessante revista quinzenal, orgão da classe aduaneira, destacam-se numerosos trechos technicos e litterarios de que sentimos não poder resumir aqui os summarios, por motivo da falta de espaço. Entre muitos destacamos *A reforma das alfandegas*, pelo sr. conselheiro Pinto de Magalhães — *O cofre dos emolumentos*, por Lara Everard — *Explicação technica ao indice da pauta das alfandegas*, por Telles Machado. Na parte litteraria sobresaem: *A filha do barqueiro*, por Silva Neves — *O tio Roberto*, por Vidigal Salgado — *O meu ninho*, por Rozendo Carvalheira.

ESTUDOS DE ANTHROPOLOGIA CRIMINAL ¹

Notas anthropometricas e psychologicas sobre 120 reclusos da Casa da Correcção de Lisboa, colhidas e commentadas

POR

ALFREDO LUIZ LOPES

Studiare e conoscere le causa vera della delinquenza, è fare il primo passo in un tentativo serio di lotta per frenala.

(A. MARRO — *I caratteri dei delinquenti*, Torino, 1887).

A seductora e moderna escola de anthropologia criminal, teve por ponto de partida a escrupulosa apreciação das intimidades do organismo, e por objectivo a distincção dos actos derivados de perfeitas faculdades ao serviço de organizações normaes, d'aquelles que unicamente dependam de causas physicas ou psychicas provenientes de desequilibrio, defeito ou enfermidade. Breve alastrou da Italia, seu berço, para todo o mundo culto vulgarizando o nome e os trabalhos do seu iniciador e dos seus proselytos, porque sendo o fructo de aturadas e bem dirigidas observações tinha um grande fundo de verdade, talvez algures ataviada com exaggeros originados do fanatismo.

Foram estes exaggeros, que despertaram nas fileiras contrarias protestos vehementes e discussões acaloradas, que o peso das estatisticas illuminadas por uma justa e prudente

¹ Excerpto de um trabalho escripto em 1889, e ao qual pertence o artigo, que ácerca do calão do criminoso portuguez, foi publicado n'esta Revista nos n.ºs 11 e 12 dos mezes de novembro e dezembro de 1893.

interpretação, resolverá n'um futuro mais ou menos distante. A todos que se interessam por este importante assumpto, do qual derivarão relevantes modificações na legislação penal, cumpre auxiliar tão grandiosa obra; e qualquer quota com que se contribua para esta universal subscripção decerto não será despida de valor.

Foi tal convicção, que me levou como medico das Cadeias Civis de Lisboa a iniciar entre nós, em 1888, os estudos de anthropometria criminal, um dos principaes elementos para a anthropologia dos delinquentes.

Comecei pelos menores detidos na Casa da Correccão de Lisboa, deixando para mais tarde o exame dos criminosos adultos. E' o resultado das minhas primeiras indagações que vou apresentar sem outra pretensão, que não seja a de prestar o mais insignificante auxilio á estatistica universal, que se está elaborando. Possa a concisão, pela qual me empenho, substituir a falta de merecimentos proprios n'este meu trabalho, e possa este despertar em Portugal as attenções para tão importante ramo das sciencias juridicas e moraes¹, que no estrangeiro está merecendo aturados e cuidadosos estudos da parte de grande numero de medicos, jurisconsultos, criminalistas e phylosophos.

¹ Durante o tempo, que decorreu entre a confecção d'este insignificante trabalho, e a sua publicação, os progressos scientificos feitos lá por fóra no campo da anthropologia criminal conseguiram despertar Portugal do languido marasmo, com que a elles de longe assistia. No congresso juridico, que em abril da 1889 se reuniu em Lisboa, bastantes jurisconsultos portuguezes se mostraram completamente embebidos nas então recentes theorias criminaes, defendendo-as com o enthusiasmo, que só a convicção produz. Pelo mesmo tempo, e posteriormente, habeis ainda que poucos escriptores nacionaes puzeram a sua brilhante penna ao serviço da moderna escola, publicando importantissimos livros, que por andarem nas mãos de todos nós superfluo seria enuncial-os. Não pretendo competir com estes no alindado estylo nem na vasta erudição, pois que apenas cuidei em despertar entre nós as attenções por este assumpto, a meu ver de incontestavel interesse, dedicando-lhe alguns dos momentos, que aos meus trabalhos clinicos pude roubar.

Sirva esta sincera declaração de previa desculpa para qualquer deficiencia, que fôr encontrada no meu presente estudo, feito ha mais de seis annos.

I

Considerações geraes

Os estudos anthropometricos dos menores criminosos — Bases, programma e vantagens d'este estudo — Mappas geraes dos resultados dos exames anthropologicos de 120 rapazes criminosos e 50 não criminosos.

Não abundam mesmo no estrangeiro os estudos anthropometricos dos menores criminosos, e entre nós nem estes nem os adultos teem até hoje (1889) sido objecto de taes investigações. Os principaes trabalhos, identicos ao meu, e os unicos que encontrei citados nos livros classicos, são os devidos a E. Raseri, de Turim, a Charkow, da Russia, ao celebre Lombroso e ao não menos conhecido Antonio Marro, professor de medicina legal e medico do manicomio de Turim.

De todos o que contém maior numero de observações é o de Raseri, que se occupa, como eu, de 120 individuos reclusos da casa da correcção «La generala» de Turim, e que foi publicado logo ao despertar da anthropologia criminal.

Os outros auctores occupam-se dos menores delinquentes em livros escriptos sobre anthropometria criminal em geral, e conjunctamente com observações colhidas em adultos citam as que se referem a individuos menores de 18 annos. Assim Charkow estudou apenas 75 criminosos menores de 20 annos, e Marro, no seu excellente livro *I caratteri dei delinquenti*, que foi com toda a justiça premiado no concurso internacional de anthropologia criminal, entre as suas numerosas e valiosissimas observações anthropometricas cita as que se referem a 50 criminosos de 12 a 18 annos, e a 40 não criminosos de equal idade.

Outros, mas raros, anthropologos teem tambem contribuido, ainda que com menor obulo, para o não rico arsenal de conhecimentos scientificos colhidos sobre este importante assumpto.

A todos estes famosos observadores terei occasião de me referir no decurso d'este meu trabalho, cujo maior merecimento derivará de ser bem limitado o numero dos restantes, que sobre o mesmo thema teem sido publicados.

* * *

Assentou o meu exame sobre 120 criminosos do sexo masculino, de 10 a 18 annos de idade, e 50 individuos não criminosos de igual sexo e idade, dos quaes a grande maioria eram alumnos de collegios particulares de educação.

Quasi todos os delinquentes, reclusos na casa da Correção de Lisboa, se forem classificados debaixo do ponto de vista dos crimes, que praticaram, podem dividir-se em quatro grandes grupos, a saber :

- 1.^o — reus de vadiagem
- 2.^o — » » furto
- 3.^o — » » desordem e ferimentos
- 4.^o — » » sodomia e attentados ao pudor.

Pertencem a estes quatro grupos os menores que estudei, e ainda que um d'estes está cumprindo pena pelo crime de homicidio, a fórma porque foi praticado o delicto póde fazel-o considerar como crime de simples ferimentos.

Só utilisei para as minhas observações aquelles reclusos, nos quaes depois de minucioso exame me não restou duvida sobre a sua indole criminosa e sobre a espontaneidade do seu crime, e d'esta fórma completamente abandonei alguns que estão encarcerados por terem sido pela policia encontrados sem o abrigo e protecção de familia, e outros que foram internados na prisão a pedido de paes ou tutores afim de os castigar de faltas de respeito, desobediencias ou renitencia ao trabalho.

Egualmente não me occupi do exame de muitos outros rapazes, cujos pequenos delictos apenas merecem o simples nome de estouvamento, bem vulgar em rapazes com taes edades, sobretudo quando a familia os não encaminha com

uma bem dirigida educação, e com o exemplo moralizador de uma vida pautada pelo dever e honestidade.

Em cada um dos menores criminosos tomei as seguintes medidas, referindo todos os numeros a kilogrammas ou a centímetros, conforme indicam o peso ou qualquer dimensão:

- 1.º — *peso* ;
- 2.º — *estatura* ;
- 3.º — *abertura dos braços em cruz* ;
- 4.º — *comprimento da mão direita*, medida desde a prega cutanea da face palmar correspondente á articulação radio-carpica até á extremidade do dedo medio ;
- 5.º — *largura da mão direita*, medida ao nivel da articulação metacarpo-phalangeana dos quatro ultimos dedos ;
- 6.º — *comprimento do dedo médio da mão direita*, medido desde a extremidade até á prega que separa a parte digital da palmar ;
- 7.º — *circumferencia do craneo*, tomada horisontalmente ao nivel da parte inferior da frente ;
- 8.º — *semicircumferencia anterior*, verificada na medida anterior a parte comprehendida entre uma linha, que passasse pelas aberturas dos conductos auditivos externos ;
- 9.º — *curva antero-posterior*, medida desde a prega da raiz do nariz até á protuberancia occipital externa ;
- 10.º — *curva transversa*, medida entre as aberturas dos dois conductos auditivos externos por fórma que se cruzasse em angulo recto com a curva antero posterior ;
- 11.º — *diametro antero-posterior*, verificado com o compasso de espessura desde a parte mediana da bossa nasal até ao ponto mais afastado do occipital ;
- 12.º — *diametro transverso*, verificado par egual fórma entre as partes mais afastadas dos parietaes ;
- 13.º — *altura da frente*, medida desde a raiz do nariz até ao limite anterior dos cabellos ;

- 14.º — *diâmetro bizygomático*, medido com o compasso de espessura entre os pontos correspondentes á maior distancia das arcadas zygomáticas ;
- 15.º — *diâmetro bimaxillar*, medido por igual fórma entre os angulos da maxilla inferior.

Em seguida a estas medidas indico nos meus mappas a respeito de cada um dos menores observados, os numeros seguintes, considerados de grande valor por todos os anthrologos, que d'este estudo se teem occupado :

- 16.º — *differença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz* ;
- 17.º — *relação entre a estatura, calculada igual a 100, e o comprimento da mão direita* ;
- 18.º — *differença entre as semicircumferencias craneanas, anterior e posterior* ;
- 19.º — *índice cephalico*, que, como se sabe, é a relação entre o diâmetro antero-posterior da cabeça, considerado igual a 100, e o diâmetro transverso ;
- 20.º — *somma das medidas craneanas*, isto é, da circumferencia, da curva antero-posterior e da transversa e dos diâmetros antero-posterior e transverso.

Não me contentando simplesmente com as medidas anthropometricas que acabo de indicar, tentei desvendar o mais que me foi possível com respeito á psychologia dos delinquentes. Por isso procurei avaliar o grau de cultura e desenvolvimento das suas faculdades intellectuaes e da sua habilidade, manual e artistica, assim como da sua indole mais ou menos criminosa. É esta a razão porque nas seguintes columnas dos meus mappas menciono ainda a respeito de cada individuo o seguinte :

- 21.º — *instrucção anterior ao crime*, a qual claramente apenas se refere a elementarissimas noções de

- leitura e escripta, notando com as letras *N*, *P* e *S*, os tres differentes graus de não saber, saber *pouco* ou *saber* ler e escrever regularmente ;
- 22.º — *aproveitamento na instrucção litteraria* obtido na aula elementar da cadeia, servindo as letras *N*, *P* e *R* para mostrar se não houve aproveitamento, se houve *pouco* ou se houve *regular* ;
- 23.º — *aproveitamento nas officinas* de sapateiro, alfaiate, carpinteiro, esparteiro, pedreiro, oleados ou nas aulas praticas de marinheiros e corneteiros, que funcçionam na Casa da Correção, servindo para fim identico ao já citado as letras *N*, *P* e *R* ;
- 24.º — *quantidade de crimes anteriores* áquelle cuja pena está cumprindo ;
- 25.º — *natureza d'estes crimes*.

Para apreciar a fórma como os paes de cada um dos criminosos contribuíram mais ou menos voluntaria e directamente para a explosão do seu character criminoso, apresento as seguintes informações altamente valiosas para a confirmação da constante e poderosa influencia da hereditariedade no assumpto em questão :

- 26.º e 27.º — *idade do criminoso na occasião em que lhe morreu o pae ou a mãe* ;
- 28.º — *idade do criminoso quando se encontrou abandonado* pela familia, se acaso passou por esse estado ;
- 29.º e 30.º — *existencia de alienação mental ou epilepsia nos paes ou parentes proximos* ;
- 31.º — *existencia de criminosos entre os paes ou irmãos*, indicando, sempre que o consegui saber, o membro da familia que cumpriu condemnação e o crime que a originou ;
- 32.º — *existencia de alcoolismo nos parentes proximos*.

Na casa das observações menciono o que de maior importancia julguei, omitindo alguns dos exames de que Lombroso, Marro, Lacassagne e outros se teem occupado por me parecerem de menor valia no campo dos meus actuaes estudos, isto é, em criminosos pequenos na idade e na gravidade dos crimes. Convem, entretanto, notar que esta pequenez não póde amesquinhar as vantagens sociaes, que devem derivar de estudos identicos a este meu. É no meio d'esta pleiade de menores delinquentes que se encontram os futuros grandes criminosos. Por emquanto apenas tacteam os primeiros degraus da escada do crime, mas com o decorrer de alguns annos a maior parte d'elles subirão até ao cume d'essa escada se não forem feitas as urgentes modificações, que estão requerendo os codigos e regulamentos das nossas casas de correcção para menores. Taes modificações instantemente exigidas pelos progressos da moderna sciencia, e por ella encaminhadas, devem principalmente ter em mira, mais a prevenção dos crimes que a sua punição. Aqui, como em medicina, a prophylaxia avanta-se á therapeutica, como mais proficua e mais humanitaria. É a ella, que os criminalistas devem attender com o maximo empenho, tanto mais preciso e justificado quanto a regeneração dos grandes criminosos se mostra ser uma excepção rarissima, apesar dos escrupulosos cuidados hygienicos, physicos e moraes com que nos paizes mais adeantados se está applicando as penalidades.

Passando á exposição das tabellas, que mencionam os resultados das minhas investigações, e com o fim de facilitar a sua comprehensão, devo fazer preceder a sua leitura da advertencia de que as edades ahí exaradas se referem a annos, os pesos a kilogrammas, e as outras medidas a centimetros. Entre as abreviaturas adoptadas convem dizer a interpretação das seguintes :

agg. — aggressão
 ao n. — ao nascer
 a. p. — attentado ao pudor
 aprov. — aproveitamento
 comp. — comportamento
 d. — desordem

f.— furto
fer.— ferimentos
i.— irmão
inc.— incendiario
ladr.— ladrão
m.— mão
N.— não
P.— pouco
p.— pae
proem.— proeminente
r.— regular
S.— sim
s.— sodomia
v.— vadiagem

CRIMINOSOS

Número de ordem	Medidas da mão direita			Medidas craneanas						Diametros da face		Diferença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz				Relação entre a estatura e o comprimento do nariz		Diferença entre as semi-circunferências craneanas ant. e post.		Indice cephalico
	Idade	Peso	Estatura	Abertura dos braços em cruz	Medidas da mão direita		Circunferencia	Semi-circunfer. ^a	Curvas		Diametros		Altura da frente	Bizygomatico	Bimaxillar	Diferença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz	Relação entre a estatura e o comprimento do nariz	Diferença entre as semi-circunferências craneanas ant. e post.	Indice cephalico	
					Comprimento	Largura			Comprimento do dedo medio	Antero-posterior	Transversa	Antero-posterior								
1	26	125,5	120	13,7	6,8	5,5	50	24,9	30	28,9	16,7	13	3,4	11,5	9,2	5,5	10,9	-0,2	75,4	
2	10	26,8	123,5	117	13,2	6,7	5,6	50,5	26	33,2	30,5	18,2	13,5	4,8	11,2	9,5	6,5	12,1	1,5	74,1
3	27,6	126	126	13,6	6	5,7	52	27,2	32,6	30,7	18,7	13,4	3,8	11,2	9,5	0	10,7	2,4	71,6	
4	28,4	137,5	125	14	6,8	6,3	49,8	23,8	33	29,4	18	13,3	2,9	10,5	8,4	11,5	10,1	-2,2	73,8	
5	11	28,5	127	126	13,5	6,1	5,8	49,9	25,2	30,9	31	17,2	13,9	3	11,1	8,9	1	10,6	0,5	80,8
6	32,2	135	130	14,4	6,7	5,7	51	25,6	30,4	31,2	17,6	14	2,6	11,8	9,7	5	10,6	0,2	79,9	
7	33,3	137,5	132,5	14,2	6,6	5,4	55	27	34,5	33,2	19,2	14,2	4,6	11,1	8,9	5	10,3	-1	73,9	
8	32,4	139	136	14,6	6,6	6	52	26,5	30	30,2	17,2	13,7	4	10,6	9,8	3	10,5	1	79,4	
9	31,8	136	132	15,1	6,7	6	49,6	25,9	31,2	30,8	17,9	13,4	5	10,6	9,5	4	11,1	2,2	74,8	
10	34	138,5	135	15,1	6,7	6	51,6	25,9	31,2	30,8	17,9	13,4	5	10,6	9,4	3,5	10,9	2	87	
11	33,2	136	136	15	6,7	5,9	52,4	25	32,9	32,8	18,1	14	3,8	11,4	9,8	0	11	-2,4	77,3	
12	31,2	135	132,5	14,6	6,2	7	50	26,6	30,6	30,1	17,4	14	3,9	11,8	9,5	2,5	10,8	3,2	80,4	
13	32,8	143	132	15,6	7,8	6,4	52,6	27	33,8	32,2	18,3	14,2	4,5	12,1	9,9	11	10,9	2,6	77,5	
14	37,8	135,5	135,9	15	7	6,4	50,2	24,9	31,1	29,6	17	14	4,7	11,6	9,8	-0,4	11	-0,4	82,3	
15	28,9	127,5	126,5	14,7	7,7	6,8	50,8	26	31,1	30,5	17,5	14,7	5,1	11	9,7	1	11,5	1,2	84	
16	31,6	128,5	124	14,1	6,3	5,5	53	24,6	33,8	31,8	18	13,8	3,8	11,4	9,6	4,5	10,9	-3,8	76,6	
17	37,3	146	143,5	16,2	7,1	6,7	50,6	25,2	32,2	31,2	18,8	13,7	4,7	11,7	9,8	3,5	11,1	-0,2	72,8	
18	38,5	145,5	144	16,3	7,5	7	51,6	25,7	32	31,2	18,1	13,2	4,6	11,4	9,4	0,5	11,2	-0,2	72,9	
19	32,1	138	130,6	14,6	6,7	6	50,5	25,2	33	31	18	13,5	4,6	12	9,6	7,4	10	-0,1	75	
20	35,8	137,5	139	15,2	7,6	5,8	54	26,8	33,6	32,4	18,5	14,2	4,9	12,2	10	-1,5	11	-0,4	76,7	
21	38,7	139,5	139,5	16	7,6	7,7	51,6	26,6	33	31,2	17,2	14	4,4	11,9	9,6	0	11,4	1,6	81,3	
22	14	31,5	133	129	14,6	6,8	6,5	53	25,8	34	31,8	17,7	14	4,9	11,8	9,8	4	10,9	-1,4	79
23	38,2	146	141	16,7	7,4	6,6	52,4	26	34	31,1	16,9	13,3	4,5	10,6	8,7	5	10,3	-0,4	78,7	
24	40,2	147,5	149	16,7	7,8	7,5	52,6	24,9	34,2	30,8	17,7	13,1	4	11,7	9,1	-1,5	11,3	-2,8	74	
25	32,2	134	133	15,8	6,8	6,9	53	27,5	33,4	31,3	17,6	14,9	5,2	11,2	9,9	1	11,8	1	84,6	
26	34,8	142	141,5	15,2	6,8	6,2	51	24,8	34	31,1	17,5	13,5	4,3	11,8	10	0,5	10,7	-1,2	77,1	
27	39,1	147	147	16,7	7,1	6,5	53,6	26,1	31,9	32,1	18,6	14,1	4,1	11,8	9,9	0	11,3	-1,4	75,8	
28	43,4	153	152,5	17	7,5	7	51,1	27,1	33,1	32,5	18,5	14,1	4,6	11,1	9,2	0,5	11,1	2,9	76,2	
29	54	159	161	19,1	8	7,4	53	26,5	32	31,3	18,5	14,2	3,9	12,6	10,1	-2	12	0	76,7	
30	38,5	142,5	145	16,1	7,5	6,2	51,8	25,1	31,9	29,9	18,3	13,2	4,2	11,7	9,5	-2,5	11,2	-1,6	72,1	
31	36,8	141,5	141,5	16	7,4	6,6	52,6	25,5	32,2	32,2	18,1	13,8	5	12	9,1	0	11,3	-1,6	75,1	
32	15	38,7	148	148,5	16,2	7,2	7,2	51,8	26,2	32	31,2	17,2	14	3,8	11,8	10	-0,5	10,9	0,6	81,3
33	40,3	151	145	16,7	7,2	7,5	49	25,3	32	30,9	17,5	13,8	4,7	11,8	9	6	11	1,6	73,8	
34	36,5	143	141,5	15,6	7,1	6,4	52,4	27,3	32,7	30,4	18,7	13,2	4,1	12,1	10	1,5	10,9	2,2	72,7	
35	44,5	153	155	17,6	7,8	7,1	54,5	28,5	33,8	34	18,6	15,1	5,7	12,7	10,2	-2	11,5	2,5	81,1	
36	44,2	148	145	15,9	7,6	6,7	52	26	30	31	17,4	14	3,3	12	10,3	3	10,7	0	79,5	

DE VADIAGEM

Idade	Sexo	Somma das medidas crânicas (segundo o comprimento ant. e post. do crânio)	Instrução anterior ao crime	Aproveitamento durante a prisão	Crimes anteriores	Edade em que ficou			Precedentes da familia				Observações		
						Natureza	Quantidade	Na aula	Nas officinas	Sem o pae	Sem a mãe	Abandonado		Alienados	Epilepticos
138,6	N	N	N	N				7							Quasi idiota.
145,9	N	R	P		1 vadiagem			ao n.							
147,4	N	N	N	N											
143,5	N	P	N	N											
142,9	N	N	N	N											
141,2	N	N	N	N	3 vadiagem										Pouco intelligente.
156,1	N	N	N	P				8	5	8	pae	i. vadio	pae		Quasi idiota.
143,1	N	N	N	N	1 vadiagem										
142,9	N	R	R	R	2 vadiagem										
146,8	N	R	R	P											
150,2	P	P	P	P	2 vadiagem					7			pae	pae	
142,1	N	N	N	N						6				pae	
151,1	N	N	P	P	4 vadiagem										Tem hypospadias.
141,9	N	R	R	R				5	4	5					
144,7	N	N	N	N						12					
150,4	N	P	R		4 vadiagem										
146,5	N	N	N	N						8					
146,1	N	P	P	N	4 vadiagem										Muito turbulento.
146	N	N	N	N	2 vadiagem			11							Muito nervoso.
152,7	N	N	P	P	2 vadiagem										
147	N	N	P	P	2 vadiagem										
150,5	P	R	R	R											
147,7	N	N	N	N						10					
148,4	N	N	N	N											
150,2	N	N	P		1 vadiagem										
147,1	N	N	N	N											
150,3	N	N	P	P	3 vadiagem			8	8	8	mãe	irmão		pae	Muito turbulento.
149,3	N	N	N	N				10	12	12				p. e m.	
149	N	N	N	N						1				pae	
145,1	P	P	P	P										pae	
149,9	P	R	R	R	4 vadiagem										
146,2	P	R	N	N											
143,2	N	P	R		1 vadiagem										
147,4	N	P	R		1 vadiagem										
156	S	P	R												
144,4	N	P	N		2 vadiagem			ao n.							

Número de ordem				Abertura dos braços em cruz	Medidas da mão direita		Medidas crânicas						Diâmetros da face		Diferença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz	Relação entre a estatura e o comprimento da mão	Diferença entre as semi-circumferências crânicas ant. e post.	Índice cephalico		
	Idade	Peso	Estatura		Comprimento	Largura	Comprimento do dedo medio	Circumferencia	Semi-circumfer. ^a	Curvas		Diâmetros		Altura da fronte					Bizygomatico	Bimaxillar
										Antero-pos-terior	Transversa	Antero-pos-terior	Transverso							
37		39,8	144	139	15,1	7,3	6,2	50	25,1	31	29,2	17,3	13	4	11,8	10,2	5	10,6	0,2	75,2
38		44,5	151	155	16,6	7,7	6,6	52,9	27,2	33,9	32,8	18,6	14,7	4,2	12,2	10,4	4	10,9	2,5	79
39	16	49,4	154,5	149	16,6	8,1	7	53	26,5	32,3	30	19,1	13	4,6	12,8	10,6	5,5	10,7	0	68
40		38,5	146,5	138,5	16	6,7	6,2	53,5	26	35	31,6	18,4	14,8	4,2	11	9,7	8	10,9	-1,5	80,4
41		46	154	156	18,5	8	8,5	53	27,3	33	32	18,5	13,7	4	12,4	10,1	2	12	1,6	74
42		52,5	169	173	18,5	8	7	52,1	27,4	31,2	33,2	18,1	14,2	4,1	12,1	10,1	4	10,9	2,7	78,4
43		49,4	165,5	158,2	18,6	8,2	8	54	26,8	33	32,8	17,7	14,2	4,3	12	9,1	6,3	11,1	-0,4	80,1
44		51,8	161	159	17,4	8	6,8	52	27	32,1	33,2	17,7	14,3	5	13,2	11,3	2	10,8	2	80,8
45		51	160	161,5	18	8	7,6	52,6	28	34,6	33	18,4	14,3	4,2	12	9	1,5	11,2	3,4	77,5
46		55,5	163,5	162	18,8	7,6	7,6	53,9	27,2	32,7	32,9	18,8	14,2	4,5	12,9	10,1	1,5	11,3	0,5	75,5
47		45,5	155	154	16,6	7,6	7,9	53,8	27,9	32	32,2	18,5	14,8	3,7	12,4	9,7	1	10,7	2	80
48	17	56,5	164,5	160	18,3	8,2	7,5	53	27	33	30,1	18,9	13,9	4,9	12,6	11,1	4,5	11,1	1	73,5
49		55,8	162	149	17,9	8	7	52	27,2	32	31,8	18,2	14,9	4,2	12,3	11	13	11	2,4	81,8
50		50	155,2	155	17,5	7,8	7,8	54,9	28	33	31,8	18,5	14	6,4	12,9	10,5	0,2	11,2	2,9	78,9
51		51,2	160	159,5	18	7,9	8	52,8	26,6	32,8	31,2	18,1	15,2	4,7	12,7	10,3	0,5	11,2	0,4	83,9
52		52,1	164	177	18,4	8	7,9	55,2	28,9	35	33,4	19,5	13,7	4,2	11,1	10,4	-1,3	11,9	3,6	70,4
53		49,5	156	159	18	7,8	7,7	52	25,2	32	31,6	18,2	14	4,4	13	10,3	-0,3	11,5	-1,6	76,9
54		53	170	164	18,8	7,9	7	55,9	28,5	36,9	35	19,2	14,2	4,6	12,9	10,1	6	11	1,1	73,9
55		53,1	170,5	165	18,1	8,3	8	55,7	28,5	35,4	32,7	19,4	15,3	5	13,6	12,7	4,5	10,6	1,3	79,5
56		49,7	152	146	17,1	8,2	7,1	52,6	26,5	32	31,2	18,2	13,7	4,1	11,4	10	6	11,2	0,4	75,2
57	18	50,2	158	146	18	8	7,5	53,6	27	33,3	33	18,2	13,8	4,9	12,9	10,6	1,2	11,3	0,4	75,2
58		57,3	167	168	17,9	7,6	8,5	54,5	28,9	33,4	33,1	18,8	15,1	4,5	13,5	10,9	-1	10,7	3,3	75
59		56,4	171	163	18,3	8	8,2	53,6	27,2	33,7	33,2	17,5	15,2	4	13,7	11	8	10,7	0,8	86,8
60		59,5	173	167	18,9	8,3	7,9	54,6	27,6	36,9	33,8	18,9	14,6	2,7	12,5	11,2	6	11,3	0,6	77,2

SOMA das medidas craneanas	Instrução anterior ao crime	Aproveitamento durante a prisão	Crimes anteriores			Edade em que ficou			Precedentes da familia				Observações
			Quantidade	Natureza	Sem o pae	Sem a mãe	Abandonado	Alienados	Epilepticos	Criminosos	Alcoolicos		
												Na aula	
140,5	N	N			10		10						Estrabismo convergente.
152,9	N	N	2	vadiagem									
147,4	N	R	2	vadiagem									
153,3	S	N			15					irmão	irmãos	pae	Quasi idiota.
150,2	N	N											Ausencia congenita do veu palat.
148,8	N	N											Pouco intelligente.
151,7	S	R			12	14	14						
149,3	N	R			12		13						
152,9	N	N			10	13				i.vadio		p. e m.	
152,5	N	N				15				i.vadio		pae	
151,3	S	R	1	vadiagem	4		8						Tem a face asymetrica.
148,9	N	N											
148,9	P	N	1	vadiagem									Alcoolico.
152,8	N	N				11							
150,1	N	N											
156,8	P	N	5	vadiagem					mãe				
147,8	P	N	6	vadiagem								pae	
161,2	N	N	1	vadiagem	6								
158,5	N	N					14						
147,7	N	N											
151,9	N	N	5	vadiagem								pae	
154,9	P	N					12						
153,2	P	N								p. vad.			
158,8	N	R					ao n.						

CRIMINOSOS

Numero de ordem	Idade	Peso	Estatura	Abertura dos braços em cruz	Medidas da mão direita			Medidas craneanas					Diametros da acc			Diferença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz	Relação entre a estatura e o comprimento da mão	Diferença entre as semi-circunferências craneanas ant. e post.	Índice cephalico	
					Comprimento	Largura	Comprimento do dedo medio	Circunferencia	Semi-circunfer. ^a	Curvas		Diametros	Altura da frente	Bizygomatico	Bimaxillar					
										Antero-posterior	Transversa									Antero-posterior
61	10	29,1	127	126	14,2	6,8	6	52,6	25	34,6	33,2	18	14	5,2	11,3	8,7	1	11,1	-2,6	83,8
62	10	29,3	131	126	14,2	6,9	6,3	50,4	25,1	30,2	30,6	17,4	14	6,7	11,6	9	5	10,8	-0,3	80,4
63	11	34	132,5	130	14,7	6,3	5,7	50,9	26,6	29,9	30,3	17	14,6	4,4	12	9,7	2,5	11	2,3	85,8
64	11	28,8	127	125	14,2	6,7	6,1	54	25,3	34	33,2	17,6	14,3	5	12	10,1	2	11,1	-3,4	81,2
65	12	29,2	131	129	14,4	6,8	6	51,9	21,4	32	30,8	18	14,5	5,7	11,4	9,6	2	10,9	-3,1	80,5
66	12	36,4	140	135,5	15,2	7,3	6,8	49,8	25,2	32	30	17,1	13,2	3,6	11,6	9,6	4,5	10,8	0,6	77,1
67	13	46,2	149	141	16	7,2	6,6	56	27	35,2	33,2	18,6	15,1	5,1	11,7	9,8	8	10,7	-2	81,1
68	13	29,9	131	126	14,8	6,5	6,3	51,8	24,7	31,2	30,2	18,2	13	4	10,5	8,3	4	12,2	-2,4	71,4
69	13	39	134	131	14,9	7	6	51,3	26,2	32	33	18,2	14,6	4,5	11,9	9	3	11,1	1,1	80,2
70	13	37,4	141	143	17	7,9	7	52	26,2	33,2	33,5	17,9	14,3	3,5	11,6	9,9	-2	12	0,4	79,8
71	14	43,4	146,5	145	16,3	7,8	6,6	53	27,2	34,7	32,6	18,5	14,5	4,4	12,4	10,2	1,5	11,1	1,4	78,3
72	14	34,5	148	145	17	7,7	7,2	50,2	25,2	30,9	30	17	14,9	3,4	12,1	9,9	3	11,4	0,2	87,6
73	14	37,3	144	135	15,2	6,8	6,4	53	26,7	33,2	33	19	14,4	3,6	11,9	10,3	9	10,5	0,4	75,7
74	14	29,8	134	129,5	14,9	6,6	5,9	50,2	26,2	29	29,3	17,4	14	3,5	11,6	9,4	4,5	11,1	2,2	80,4
75	14	42	148,5	145	16,2	7,1	6,5	53,9	27,1	33,3	31,6	18,6	14,2	4,9	11,7	9,6	3,5	10,9	0,3	76,3
76	14	40,7	145	139	15,9	7	6,5	54	27	34	32	18,6	14,6	5	11,9	10,1	6	12,2	0	78,4
77	15	35	148	148	15,6	7	6	50,3	24,2	31,2	29,7	18	13,1	3,8	12,5	9,3	0	10,5	-1,9	72,7
78	15	32,1	148,5	142,5	15,6	6,8	6	52,5	27,8	32	31,9	18	14,3	5,2	12,2	10	6	10,5	3,1	79,4
79	15	50,2	159	159	18,9	8	8,2	53,6	27,2	33,6	32,1	19	13,8	4,8	11,8	10	0	11,8	0,8	69,6
80	15	44,6	155	161	17,1	7,4	7,5	53,2	28,2	35	33	19	14,2	5,6	12,8	10,1	-6	11	3	74,7
81	15	55,5	154	155	17	8,1	7,2	53,9	28,2	33,8	33,2	19	14	5,3	12,6	10,2	-1	11	2,5	73,6
82	15	46,8	148,5	145	16	8,7	6,4	54	26,2	33,1	29,3	19,1	14,7	4	12,9	10	3	10,7	-1,1	76,9
83	16	47,7	154,5	153	18,6	7,6	7,2	51,1	26	30,4	30,6	17,2	13,7	4	12,2	9,5	1,5	12,1	4,1	79,6
84	16	51,7	170,5	161,5	19,1	7,9	8,2	54,8	27,9	35	33,3	19	14,7	4,7	11,9	9,6	9	11,2	1	77,3
85	16	42	147	150	16,2	7,7	7	54	27,3	32,6	31	18	13,7	4,1	12,7	10	-3	11	0,6	76,1
86	16	45,7	155	151	17,6	7,8	7,3	51,1	27,9	32,9	30,5	18,3	14,2	4	10,6	8,9	4	11,3	4,7	77,5
87	16	54	172	155	18,9	7,8	7,1	53,1	28,2	34,2	32,4	19	14,4	4,2	11,3	10	1,7	10,9	3,3	75,7
88	16	54	161	162,3	19	8,4	7,3	54,4	26,4	35,7	34	19,1	14	5,1	12,6	11	-1,3	12,3	-1,6	73,2
89	17	42,4	151	144	16,3	7,2	6,6	51,8	25,2	29,6	29,4	17,6	14,2	3,6	12,3	10,3	7	10,7	-0,6	80,6
90	17	45	151	150	17,6	7,4	7,2	52,9	26,3	32,7	32,1	18,2	14	4,5	11,9	10	1	11,6	-0,3	76,9
91	17	48,5	157	156,5	17,5	8,2	7,9	51,9	27,6	33	33,2	18,2	14	3,6	12,6	10,9	0,5	11,1	3,3	76,9
92	18	54	168	158	18,9	8	8,1	53,1	28,2	34,2	32,4	19,1	14,4	3,7	13,3	11,1	10	11,2	3,3	75,3

DE FURTO

Somma das medidas craneanas	Instrução anterior ao crime		Aproveitamento durante a prisão	Crimes anteriores		Edade em que ficou			Precedentes da familia				Observações	
	Na aula	Nas officinas		Quantidade	Natureza	Sem o pae	Sem a mãe	Abandonado	Alienados	Epilepticos	Criminosos	Alcoolicos		
152,4	N	N	N	1	vadiagem									
142,6	N	P	P	1	furto			6				pae		
142,7	S	N	N	3	furt.evad.									
153,1	N	N	N	1	vadiagem	8								Tem a fronte muito proem. E' gago.
147,2	N	N	N	2	furto									
142,1	N	N	N	2	furto							i. des.	pae	
158,1	N	N	N	3	furt.e des.									
144,4	N	P	N	3	furt.e des.	3	5					i.vadio		
149,1	N	R	P	7	furt.e des.							pae d.		
150,9	S	R	R											Notavel pelo seu bom comport.na prisão e aproveitam. nas aulas.
153,3	N	N	N	4	furto									
143,0	N	P	N	1	furto		10						pae	
152,6	P	N	N	4	furto							irmão		
149,9	N	P	P	3	furto								pae	
151,6	N	N	N				4							
153,2	N	P	N	4	furto							pae		
142,3	N	P	R											
147,7	N	N	P	1	furto	6						mãe	pae	
152,1	S	P	R				14					mãe		
154,4	N	N	P	10	f.,agg.e v.								pae	Tem tido pessimo comp.na prisão.
153,9	S	P	P			1								
150,2	N	P	N	3	furt.evad.		6	6				mãe		
143,0	N	N	R	5	furt.evad.							i.vadio		Tem o metade esquerda do craneo maior do que a direita.
156,8	S	R	N	2	furto	10								
149,3	S	R	R											
147,0	S	P	N	2	furto	10	3	14						
153,1	P	N	N	1	furto								pae	
157,2	N	N	N					15						
142,6	N	N	N	3	furto									
149,9	S	R	R	4	furto	11	15	15						
150,3	N	P	R	3	furto	14								
153,2	S	N	N											

CRIMINOSOS DE DESOR

Numero de ordem	Edade	Peso	Estatura	Abertura dos braços em cruz	Medidas da mão direita		Medidas craneanas						Diametros da face		Diferença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz	Relação entre a estatura e o comprimento da mão	Diferença entre as semi-circumferências craneanas ant. e post.	Indice cephalico		
					Comprimento	Largura	Comprimento do dedo medio	Circumferencia	Semi-circumfer.ª	Curvas		Diametros		Altura da fronte					Biygomatico	Bimaxillar
										Antero-posterior	Transversa	Antero-posterior	Transverso							
93	10	29,1	131	126	14,7	6,8	6,7	51,6	25,5	31,3	31,2	17,8	13,9	4,3	11,6	9	5	11,1	-0,6	78,2
94		25,5	119	120	13	6,4	5,2	48,7	23,5	32	30,6	16,6	13,4	3,9	10,2	8,6	-1	10,9	-1,7	80,6
95	11	27	128	126	13,8	6	5,3	50,4	24,5	31,3	30	17,6	13,7	4,3	10,9	8,5	2	10,7	-1,4	77,8
96		29,5	128	126	14,1	6,4	6,6	50,9	24,4	29,8	29,8	17,2	13,5	4,9	11,2	10	2	11	-2,1	78,4
97		29,9	133	128	14,2	6,6	6,3	50,6	23,2	32,3	29,6	17,8	13,25	10,9	8,9	5	10,6	-4,2	74,1	
98	12	34	136,5	130,7	14,6	6,6	6	49,6	24,3	33	32,1	17,8	13,7	3,8	11,1	8,7	5,3	10,6	-1	76,9
99		36,3	141	148	15,1	7,2	6,6	51,8	26,2	33,8	32,2	17,7	14,6	4,6	12,5	9,7	-7	10,7	0,6	82,4
100		43,7	150	145	16,2	8	7	51,8	27,2	33,8	31,2	18	13,1	4,1	11	9,4	5	10,8	2,6	72,7
101	14	38,5	136	135	13,2	7	6,4	54	26,4	33	32,5	18,9	14,25	12,3	10,9	1	11,1	-1,2	75,1	
102		43,1	154	150	16,6	7,5	6,7	52,2	25	33	31,3	17,5	14,3	4,3	12,6	10	4	10,7	-2,2	81,7
103		46,6	148	146	17,1	8,3	7,6	54,8	26	33,5	31,5	18,7	14,3	4,3	11,8	9,2	2	11,5	-2,8	76,4
104		34,5	133	139	14,9	6,3	6,1	50,1	26	29,8	27,7	17,3	14,2	4,1	12,4	9,9	-6	11,2	2,1	82,2
105	15	51,5	165	166	19	8,6	7,9	54,2	28,6	34,6	33,1	19	14,2	4,9	12,7	10,2	-1	11,5	3	74,7
106		43,5	154	150	16,5	8,7	6,3	53,6	25,9	34	32,3	18,6	14,8	4	11,4	10	4	10,7	-1,8	79,5
107	16	44,5	148,5	148	16,5	7,6	6,9	54	26,4	34,5	31,5	18,6	14,4	4,2	12,2	10,7	0,5	11,1	-7,6	76,4
108		62	166	172,5	17,2	9	8	53,2	29,9	34	34,9	18,9	15,14	13,3	11,1	-6,5	10,3	6,6	79,8	
109	17	48,9	154	154	17,1	8	7	54,9	27,2	34,2	33	19,1	14,6	4,1	12,6	10,3	0	11,1	-0,5	78
110		54	172	166	18,9	7,9	7,2	52,3	26,3	33,6	31,7	18,7	14,7	3,9	12,6	11	6	10,9	0,3	78,6
111	18	55	156	162	18,3	8,5	7,9	55	27,8	35	34,5	18,4	16,2	4	13,3	11,2	-6	11,7	0,6	88

CRIMINOSOS DE SODOMIA E DE

112	14	37,5	147	141	15,5	7,4	6	52	24,7	31,6	28,5	17,8	13,2	4	12,1	10	6	10,5	-2,6	74,1
113		48	155	154	18	8,1	7	52,7	25,8	31,5	30,9	17,7	14	4,1	11,8	9,9	1	11,6	-1,1	79
114	15	41,6	152,5	150	17,2	7,1	6,9	51,8	26,1	32	30,1	18,9	13,6	4,2	11,6	9,5	2,5	11,2	0,4	71,9
115		51	156	154	18,8	8,8	8	53	26,1	32,2	31	18,6	14,4	3,9	12,9	12	2	11	-0,8	76,4
116	16	47	154	152,5	18,6	7,5	7,1	51,1	25	30,4	30,6	17,2	13,7	4	12,3	9,6	1,5	12,1	-0,1	79,4
117	17	63	166	176	19,6	9	8	56,5	27,8	33,1	32,2	18,9	15,7	4,4	13,1	11,6	-10	11,8	-0,9	83
118		62	167	176	18,9	8,9	8	56	27,9	34,4	34,9	18,5	14,6	4,1	12,9	11,5	-9	11,3	-0,2	78
119	18	59,5	167	169	18,7	8,9	8	55,1	27,1	34	33,6	18,7	14,7	4,2	13	11,9	-2	11,1	-1	78,5
120		60	160	150	17,4	7,9	7	55,7	28	34,6	34,5	18,6	14,8	4	13	11,2	6	10,8	0,3	79,5

DEM E FERIMENTOS

Somma das medidas crancanas segundo o sistema de Broca	Instrução anterior ao crime			Crimes anteriores	Edade em que ficou			Precedentes da familia				Observações
	Na aula	Aproveitamento durante a prisão	Nas officinas		Sem o pae	Sem a mãe	Abandonado	Allenados	Epilepticos	Criminosos	Alcoolicos	
145,8	N	N	N		8						pae	
141,3	N	N	N			4	4	4				
143,0	N	N	N									
141,2	N	N	N	1 incendiari.								p.m.e.i.
143,5	N	N	N		11				pae			
146,2	R	R	R		11							
150,1	N	R	R			11						
147,9	N	R	R				2					Tem ataques epilepticos.
152,6	N	N	R	2 desordem						pae	pae	
148,3	N	P	R									
152,8	S	P	N		12							
139,1	N	N	N	1 vadiagem	9							Tem asymetria da face.
155,1	S	R	R						pae			
153,3	N	N	N									
153,0	S	P	R									
156,1	N	R	R		10					pae	pae	Tem crime de homicidio.
155,8	S	P	P	2 vadiagem	14							
151,0	N	N	R	2 desordem							pae	Tem ataques epilepticos.
159,1	S	R	R								pae	

ATTENTADOS CONTRA O PUDOR

148,3	N	N	N							i.vadio		
146,2	N	R	R									
146,2	N	N	N	2 vadiagem	7							
146,2	N	N	N			10						
150,1	N	R	R	3 vadiagem						irmão		
150,1	P	P	P								pae	
150,1	N	N	N									
150,1	P	P	P	2 vadiagem						mãe		
150,1	N	N	N	1 vadiagem								

MENORES NÃO CRIMINOSOS

Numero de ordem	Edade	Peso	Estatura	Abertura dos braços em cruz	Medidas da mão direita				Medidas craneanas					Diametros da face		Diferença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz	Relação entre a estatura e o comprimento da mão	Diferença entre as semi-circunferencias craneanas ant. e post.	Indice cephalico	Somma das medidas craneanas	
					Comprimento	Largura	Comprimento do dedo medio	Circunferencia	Semi-circunfer. ^a	Curvas		Diametros	Altura da frente	Bizygomatico	Bimaxillar						
										Antero-posterior	Transversa										Antero-posterior
1	26	128	122	13,6	6	53,5	27,2	32,7	32,1	18,8	14,2	4,1	11,1	8,8	6	10,6	1,9	81,3	151,3		
2	—	127,5	122	13,7	6,3	5,9	53,1	26,9	32,9	32,3	18,6	14,1	4	11,3	9	5,5	10,7	0,7	81,1	151,0	
3	10	25,2	125,5	122	13,5	5,9	5,8	52,5	25,1	32,7	31,9	18,4	14,1	3,9	11,5	9,7	3,5	10,7	-2,3	76,6	149,6
4	26,1	133	133	14	6,7	6,3	54	26,1	33,2	32,3	18,1	14,7	4,3	11,1	10,1	0	10,5	-1,8	81,2	152,3	
5	—	128	129	13,9	6,5	6	53,2	27	32,5	32,4	18,1	15,6	4	12,9	10,1	-1	10,8	2,2	86,1	151,8	
6	27,4	135	131	14	7	6,7	52	26,6	33	31,2	18,7	14,3	4,1	12,6	10	4	10,3	1,2	76,4	149,2	
7	28	126	125,5	15	8,8	7,4	50	24,5	32,2	30,8	18,3	14,1	4	11,9	9,7	-1,5	11,9	-1	77	145,4	
8	—	131	130	13,8	6	6,1	53,1	26,9	32,6	32,5	18	15,8	4,2	11,9	9,9	1	10,5	0,7	87,7	152,0	
9	—	133	134	13,6	6,2	6	53	27	32,2	32,1	18	15,7	3,9	12	9,8	-1	10,3	1	87,2	151,0	
10	—	137	131	16	6,6	6,5	55	28,5	35,1	32,1	19,9	14,4	4	12,1	10	6	11,6	2	77,7	156,5	
11	—	129	129	14,1	7,5	8	54,1	27,5	33	32	18,1	15,3	3,9	11,2	8,9	0	10,9	0,9	84	152,5	
12	32,6	137,5	138	15,5	7	6,3	53,8	27,7	33,7	32	18,7	13,6	5	12,1	9,6	-0,5	11,2	1,6	72,6	151,8	
13	32,4	134	129	14,6	6,7	6	51,2	26,4	34	32	17,7	13,7	4,7	10,8	9	5	10,8	0,6	77,4	148,6	
14	—	135	137	13,7	6,9	6,3	53	26,9	32	31,9	18	14,9	4	11,8	9	-2	10,1	0,6	82,7	149,8	
15	—	136	136	14,1	6,8	6	52,8	27	32,1	32	18,2	15,5	4	12,3	8,9	0	10,3	1,2	85,1	150,6	
16	31	133	123	13,8	6,3	6,2	51,2	24,9	31,6	31,2	18,4	14	4,8	11,3	9,4	10	10,3	-1,4	77	146,4	
17	29	138	140	15,2	6,8	7,3	52,5	25,9	33,3	31	17,8	14,8	4,4	12,1	9,9	-2	11	-0,7	83,7	149,4	
18	6,8	140	139	15,5	7,6	6,4	53,6	26,8	32,1	31,5	18,1	14	4,6	12,1	9,9	1	11	0	77,3	150,4	
19	30,7	132,5	132	15,7	7	6,4	51,9	25,9	33,6	31,5	17,8	14,8	3,7	11,9	9,2	0,5	11,8	-0,1	83,7	149,6	
20	13	38,5	139,5	138	15	7	6,6	51,3	25,5	33	17,7	13,7	3,7	11,4	9,7	1,5	11,4	-0,3	77,4	146,9	
21	33,1	143	142,5	16,1	7,7	6,9	54	27,8	32,5	32	18,4	14,8	4,9	11,9	9,6	0,5	11,2	1,6	80,4	151,7	
22	—	142	145	14,9	7,2	7	53,3	28,1	33,3	32,8	17,9	15,8	4,1	12,7	9,3	-3	10,4	3,9	88,2	153,1	
23	—	150	149	15,6	6,9	7	53,4	27,2	33,2	32,9	18,5	15,1	4,5	12,3	10	1	10,4	1	83,2	153,4	
24	38,8	147	134	15,2	6,8	6,2	51,5	25,7	31,8	31,8	18,5	13,9	5	12	8,8	3	11	-0,1	84,8	145,5	
25	14	—	153	152,5	17,9	7,4	7,9	56,5	29	34,2	33,1	19,1	14,6	4,8	12,4	9,8	0,5	11,6	1,5	76,4	157,5
26	37,1	155	154,5	17,5	7,1	7,2	54,1	27,8	33,6	33,1	18,5	14,7	4,7	12	9,8	0,5	11,2	1,5	79,4	154,0	
27	36	145	144	16,2	7,9	6,9	55	28,8	34,5	34	19	15,3	4,4	12	9,7	1	11,1	1,8	80,5	157,8	
28	47	158	155	17,8	8,1	8	53,3	28,1	33,2	32,9	17,9	15,2	4,5	12,1	10	4	11,2	3,9	84	152,5	
29	40,3	158	155,2	18,7	9	7,8	53,1	27,5	33,4	32	18,2	13,8	4,6	11,4	10	2,8	11,8	-2,1	74,1	150,5	
30	1	—	15	16,8	7,9	6,6	54,1	29,5	32,9	33,1	18	15,9	3,9	12,6	9,1	-3	11	4,9	86,1	154,0	
31	40	158	152,5	17,4	8	5,4	7,9	52,8	32	32,1	19,2	13,8	4,7	12,4	9,6	5,5	11	4,9	71,8	151,8	
32	41,2	162	157	17,7	8,1	8	56,5	28	34	35,2	19	15,4	4,9	12,7	10,1	5	10,9	-0,5	80	159,9	
33	46	151,5	145	15,2	7,3	6,6	52,2	25	32	31,8	18	13,8	3,9	11,7	10,1	5,5	10	-2,2	76,6	147,8	
34	—	157	157	16,9	7,2	7	53,4	27,2	33,1	33	18,1	15,5	4	12,6	10	0	10,7	1,9	85,4	153,1	
35	—	156	158	15,8	7,6	7,8	54,7	28,8	33,8	33,5	18,4	15,9	4,1	12,9	9,9	-2	10,1	2,9	86,4	156,3	
36	44	143	142	16,2	7,6	6,7	53,7	28,2	32,3	32,3	18	15	4,1	12,9	9,4	1	11,3	2,7	83,3	151,0	

Número de ordem	Idade	Índice cefálico	Peso	Estatura	Abertura dos braços em cruz	Medidas da mão direita		Medidas craneanas							Dímetros da face		Diferença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz	Relação entre a estatura e o comprimento do nariz	Diferença entre as semi-circunferências craneanas ant. e post.	Índice cephalico	Somma das medidas craneanas	
						Comprimento	Largura	Comprimento do dedo médio	Circunferencia	Semi-circumfer. ^a	Curvas		Dímetros		Altura da frente	Bizygomático						Bimaxillar
											Antero-posterior	Transversa	Antero-posterior	Transverso								
37	16	48,3	159,5	155	17,2	7,9	7,2	52,7	27,1	31,1	32,5	18,3	14,4	4,8	12	9,8	4,5	10,8	1,5	78,6	149,0	
38	16	—	162	162	19	8,4	8	56,5	29,2	32,3	31,6	19,1	15,2	4	13	10,4	0	11,7	2,9	79,5	154,7	
39	16	—	165	166	17,6	8,2	7,9	54,1	28,2	35	34,5	18,5	15,4	4,6	13,6	10,4	-1	10,6	2,3	83,	157,5	
40	16	51,8	160,5	151,1	16,6	8	7	54,6	26,6	34,7	34,5	18,4	14,7	6	12,6	9,7	9,4	10,2	-1,4	79,8	156,9	
41	17	49,5	171,5	171	19,7	8,3	8,7	54	27	35,8	35	18,8	14	5,7	11,9	10,4	0,5	11,4	0	74,4	157,6	
42	17	52	165	167	18	8,7	8	56	28,7	33,4	35,2	19,6	14,7	5,2	12,8	11	-2	10,9	1,4	75	160,9	
43	17	61,8	164	165	18,2	8,4	7,6	54,8	28,9	34	33,2	19,4	14,6	4,3	13,2	10,9	-1	11	3	76,8	156,0	
44	17	—	164	164	16,9	8	7,9	54,3	27,3	33,8	33,6	18,5	15,9	4,9	13,2	10,1	0	10,3	0,3	8	156,1	
45	17	57	165	164,5	18,5	8,8	8,1	57	29	35,6	35,1	19,2	15,2	4,3	13	10,4	0,5	11,1	3	79,1	162,1	
46	17	59	166	165	18,7	8,7	8	57,5	29	35,8	35,2	18,9	14,6	4,8	13	10,1	1	11,2	1	77,6	162,0	
47	17	—	166	166	17,8	8,4	7,6	56	28	34,6	34	18,5	16	5,4	13,0	10	0	10,7	0	86,4	159,1	
48	18	55,9	167	166,5	17,6	8,8	7,9	56	28,7	35,2	34,8	18,8	15,3	4,9	12,9	10	0,5	10,5	1,4	81,3	160,1	
49	18	—	166	161,5	19,5	8,3	8	58,5	28,9	35,9	34,9	19,8	15,1	5,9	12,8	10,2	4,5	11,7	-0,5	76,2	164,2	
50	18	—	167	160	18,2	8	7,8	55,7	28,2	34,2	34	18,6	15	4,9	13,1	10,2	7	10,9	0,7	85,4	157,5	

CONSELHOS DE MÃE A FILHA

POR

M.^{me} de Lambert

«Os *Conselhos de Mãe a Filha* são obra prima, a que nenhuma outra sobre educação é comparavel.»

FONTENELLE.

Começamos hoje a traducção d'este pèqueno Tratado, que tão de molde corresponde ao espirito da nossa *Revista*, certos de que o leitor — e mais que o leitor ainda — as illustradas leitoras d'ella nos hão de applaudir a resolução.

E porque temos por sem duvida, não ser de todo fóra de logar uma perfunctoria noticia da dama illustre — e a mais de um titulo illustre — que escreveu esta obra, diremos que M.^{me} de Lambert (Anna Thereza de Marguenat de Corcelles) nasceu em 1638 e falleceu na propecta idade de noventa e cinco annos, em 1733.

Foram seus paes Marguenat, senhor de Corcelles, presidente do tribunal de contas da Cidade de Paris, e Monica Passart.

Esta senhora contrahiu segundas nupcias com Francisco Lecogneux, senhor de la Roche Turpin e de Bachaumont, auctor de poesias repassadas de fino espirito e de conceituosa graça, e collaborador com Chapelle, o principe da poesia espirituosa franceza do seculo XVIII, na engraçada obra que passou até nossos dias sob o titulo de *Viagem de Bachaumont*.

O padrasto de M.^{elle} de Marguenat, reconhecendo as felizes disposições que sua joven enteada possuia para o estudo e para as letras, dedicou-se a cultivar essas disposições, familiarizando a sua esperançosa pupilla com os auctores de melhor nota, antigos e contemporaneos seus, e obrigando-a a extractal-os, accrescentados com reflexões e commentarios que ella escreveria.

Já bem depois de completa a sua educação, M.^{elle} de Marguenat, que perdendo seu pae aos tres annos de idade, ti-

vera a fortuna de encontrar em seu padraſto um dedicado preceptor, veiu a contrahir matrimonio, em 1666, com Henrique de Lambert, tenente-general dos reaes exercitos, e governador da cidade e ducado de Luxemburgo. D'este casamento houve um filho e tres filhas. Henrique Francisco de Lambert, o filho, foi marquez de Saint-Bris, general e governador da cidade de Auxerre, duas das filhas morreram na infancia; a terceira, Maria Theresa de Lambert, para quem foi escripto o Tratado de que vamos dar traducção, casou em 1703 com Luiz de Beauvoir, conde de Saint-Aulaire.

Por morte de seu marido, a marqueza de Lambert viu a sua casa enredada em astuciosos processos, que ameaçavam uma herança brilhante mas assás mal parada. A firmeza do seu character e a sua illustração conseguiram triumphar, ao cabo de largos annos de demandas, da má fé cubiçosa dos que pretendiam aproveitar da provada inexperiencia do seu sexo para expoliam seus filhos da paterna herança.

Entanto, havia-lhes a esclarecida senhora dirigido a educação com singular disvelo. Para seu filho escrevera os *Conselhos de mãe a filho*, não menos notavel fructo do seu talento educativo do que a obra que redigiu para sua filha.

Nenhum de seus escriptos, porém, era destinado á publicidade. Discreta, modestissima, a marqueza fôra attrahida ao caminho das lettras pedagogicas antes pelo disvelo consagrado a seus filhos do que pelo prurido de se fazer proclamar *auctora*. O merito das suas obras trahiu-lhe porém a sinceridade; um livreiro commetteu a indiscripção de dar a publico uma edição dos seus escriptos sem a necessaria auctorisação. Longe de desvanecer-se com a nomeada que o facto para logo lhe assegurou, a marqueza de Lambert pagou ao livreiro o preço que lhe elle exigiu pela edição, e retirou-a do commercio.

Livre emfim das duas ordens de cuidados que lhe haviam absorvido os seus primeiros annos de viuva;— a reivindicación da fortuna de seus filhos e a sua educação, M.^{me} de Lambert abriu as suas salas a uma sociedade que a admirava pelo seu talento, e a respeitava pelas suas virtudes.

Familiarisada já agora com a sua legitima e dupla gloria de mãe exemplar e de escriptora primorosa, a marqueza de Lambert consentiu, emfim, em deixar que se imprimissem as suas obras. Viram então a luz, além dos dois tratados a que nos temos referido, a sua *Carta sobre a verdadeira glo-*

ria, os *Tratados sobre a amizade e sobre a velhice* e as *Reflexões ácerca das mulheres, o gosto e as riquezas*.

O grande conhecimento dos homens e das cousas que distingue todas as obras da marquezia de Lambert, e a preferencia que a auctora sempre deu aos principios da sãa philosophia, asseguram aos seus escriptos um logar preeminente entre os do genero. O objecto sacratissimo que os inspirou, dando-lhes um realce e um valor que todas as mães de familia serão as primeiras a confessar, colloca-os na primeira plana dos escriptos destinados áquella perenne e universal admiração que se funda na sympathia por tudo quanto n'este mundo se produz de nobre, generoso e santo.

Com todas estas tão superiores qualidades, as obras da marquezia de Lambert não lograriam, talvez, eternisar-se no conceito publico e na universal acceitação, se o seu estylo não fôsse tal qual convém aos escriptos d'este genero de litteratura;— simples, correcto, elevado.

Não deixam, com effeito, estes predicados de confirmar a auctora no bem merecido conceito que a distingue. A sinceridade do seu pensamento, a singeleza da sua exposição, a gravidade de seus assertos, essa devoção, esse amor maternos que transluzem nos seus *Conselhos*, o desejo ardente de os ver aproveitados, que transparece em cada linha de tão conceituosos escriptos; todo esse conjuncto emfim de idéas sãas, proficuas e repassadas de um indispensavel espirito pratico, torna, com effeito, admiraveis estes escriptos, e plenamente justifica, pelo que toca a este que nos occupa, o juizo do espirito universal que sentenciou os *Conselhos de Mãe a Filha* «*uma obra prima, á qual nenhuma outra sobre educação é comparavel.*»

O nosso Filinto Elysis, traduzindo a *Zadig*, de Voltaire, epigraphou esse seu entretem com o seguinte conceito de Bitaubé: «*Il y a telle traduction qui demande plus de talent que tel original.*»

Muito feliz, se, abalçando-nos a esta traducção, conseguirmos, não provar mais talento do que denuncia a obra da escriptora illustre que nos propomos interpretar, que seria devéras irrisoria a pretensão, mas poupar ao menos a este tentamen modesto a sentença fulminante: — *traduttore, traditore!*

GOMES DE BRITO.

* * *

Tem sido sempre descurada a educação do nosso sexo. Toda a attenção converge para os homens; e como se as mulheres formassem especie á parte, deixam-n'as entregues a si proprias, sem orientação, sem se ter em vista que ellas compõem metade do mundo; que as allianças as hão de necessariamente unir aos homens; que por ellas lhes vem a elles a felicidade ou a desgraça, sendo que os homens sentem sempre a necessidade de as ter ajuizadas; que são ellas que fazem as casas, e são ellas que as perdem; que a educação da puericia lhes anda confiada, e que essa quadra é aquella justamente em que mais vivases e profundas se entalham as impressões. Se desde a infancia, pois, deixam a mulher entregue a governantas, que, provindas ordinariamente d'entre o povo, não sabem senão incutir-lhe sentimentos de baixa estofa, despertadores de todas as paixões timidas; gente que dá á superstição o logar que só pertence ao sentimento religioso, que se quer que a mulher possa inspirar assim á puericia?! Mais avisado seria pensar antes no modo de tornar hereditarias certas virtudes, pela transmissão da mãe ás filhas, do que conservar entre ellas os bens por meio de substituições.

Nada anda pois mais mal entendido do que a educação que se dá ás meninas. Destinadas a agradar, todas as licções que recebem não teem outro fim; avigora-se-lhes o amor proprio, dá-se-lhes por companhia a malicia, e assim se deixa que tomem conta d'ellas o mundo e seus preconceitos; — de virtude e de força é que ellas nunca recebem licções. Mostra-se pois injusto, melhor direi insensato não ver que semelhante educação ha de reverter por força em prejuizo dos infelizes que a recebem.

Para que uma pessoa se torne estimavel, minha filha, não basta que ella se subordine exteriormente á compostura: são os sentimentos que formam o character, são elles que nos conduzem o espirito e nos governam a vontade; são os sentimentos que respondem pela realidade e pela persistencia de todas as nossas virtudes.

Qual será o principio d'esses sentimentos? A religião. Gravada que ella seja em nosso intimo, todas as virtudes hão de brotar d'esse manancial, todos os deveres hão de

achar o seu logar. Em pontos de educação, não é bastante obrigar a juventude a fazer o seu dever; é mister leval-a naturalmente a amal-o: a auctoridade é um tyranno externo; o seu poder não se impõe no intimo. Quando se perscreve a alguem um modo de conduzir se, é preciso dar-lhe as razões e os motivos; inspirar gosto pelo que se aconselha é essencial.

O interesse que temos em praticar a virtude é tão subido, que longe de a olharmos como inimiga nossa, devemos antes consideral-a como a propria origem da nossa ventura, estímulo da gloria, palládio da paz.

Se heis de tomar logar na sociedade, entrai n'ella, minha filha, com principios. Quantas precauções vos guardem do que vos espera, não serão de mais. Entrai muito embora na sociedade, mas com toda a vossa religião. Mantendo-a no coração pelos sentimentos, não deixeis de a sustentar tambem em vosso espirito por meio de leituras a proposito, e subsequentes reflexões.

Se ha nada melhor e mais necessario, do que o conservar um sentimento que nos faça amar e esperar; que nos propicie um porvir agradavel; que tenha o dom de conciliar todos os tempos e o poder de tornar effectivos todos os deveres; que responda por nós a nós mesmos, e que ao mesmo passo se constitua penhor nosso para com os outros!

Quanto não poderá a religião contribuir, com effeito, para guarecer-vos, minha filha, contra os infortunios que vos ameaçam, já que um certo numero de infelicidades as não podereis evitar?! Um antigo dizia *que se acobertava no manto da sua virtude*. Envolvei-vos, minha filha, no manto da vossa religião, e provareis quanto ella ha de ser capaz de vos defender das fraquezas da juventude, propiciando-vos seguro asylo em mais remota idade.

A's mulheres que outro pasto não deram ao espirito se não as maximas do seculo toma-as fatal marasmo pelo discurrer dos annos: o mundo vae pouco e pouco afastando-se d'ellas, emtanto que a rasão tambem a ellas lhes diz que o deixem. Que fazer pois? O passado exsolve-se em saudades, o presente só nos dá pezares; o futuro... esse, amedronta-nos. Só a religião dulcifica tudo, a religião só de tudo consola; — n'esta união com Deus ver-vos-heis ao mesmo passo reconciliar com o mundo e comvosco propria.

Entra uma menina no mundo com a subida ideia da feli-

cidade que elle lhe reserva, e tanto que procura realisal-a, prorompe o fio das mestas inquietações: vai-se após a sua ideia, quer ver a perfeita ventura, e é d'essa porfia que nasce a volubilidade e a inconstancia.

São fallazes os prazeres d'este mundo; promettem mais do que podem. Correr-lhes após, altera-nos, gosamol-os, não nos satisfazem, perdemol-os, entra comnosco o desespero.

Preciso pois se vos torna, minha filha, para que tenham limite vossos desejos, assentar em que, fóra de vós mesma, não encontrareis nunca felicidade que seja solida nem duradoura. Honras e riquezas depressa se lhes esvaece a influencia; possuil-as, é fonte de novos desejos: a familiaridade com os prazeres acaba por fazel-os desaparecer. Antes de os saborear poderieis tel-os dispensado; agora, o possuil-os tornou-vos em necessidade o que antes vos fôra superfluo, e eis-vos ahí mais mal servida do que o ereis dantes. Uma vez que os possuiste, habituaste-vos a elles, perdestel-os e deixaram-vos a vacuidade e a precisão. O que se faz sentir é o transcurso de uma epocha de lastimas para um tempo de prosperidades. Deixai que se exerça o uso; tanto valerá que se extinga o prazer. Teria vantagens o facto, se para logo se pudesse exigir da razão tudo que é mister á felicidade. A experiencia louva-se em nós mesmos; poupai-vos a vós propria tudo o que ella custa, e assentai com anticipação em vosso espirito, e de modo inabalavel, que vos seja norma, *que a verdadeira felicidade reside na perfeita paz da nossa alma, no exercicio da razão, e no cumprimento de nossos deveres.* Tanto que não sintamos que os nossos prazeres nos vem do fundo d'alma, não nos tenhamos, minha filha, por felizes.

São demasiado ponderosas estas reflexões para uma menina; melhor iriam acaso a mais adiantados annos.

No emtanto, não só me parece que as entenderéis, mas, de mais, sou eu que me instruo, escrevendo-vo'las. Não podemos gravar muito profundamente em nós preceitos de sabedoria, o sulco por elles feito é sempre leve, mas deve convir-se que os que se nutrem de reflexões e que recheiam o coração de principios, estão mais perto da virtude do que os que a despresam. Se tão infelizes formos, que faltemos ao dever, ao menos não deixemos de amal-o. Façamo-nos pois, minha filha, d'estes preceitos, um amparo mercê do qual vamos sempre procurando alcançar a virtude.

Continua.

HISTORIA LITTERARIA E PEDAGOGICA

(Continuado de pag. 249, do n.º 6 de junho de 1894)

CXXIV

Padrão de vinte mil réis de juro do irmão Antonio Moniz

Dom João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber, que por parte de Antonio Moniz, fidalgo da minha casa, filho de Jeronymo Moniz, e de D. Violante da Silva, me foi apresentada uma carta de padrão de quarenta mil réis de juro e de herdade, que elle e João Moniz, e Phebus Moniz seus irmãos compraram para elles, e todos seus herdeiros, de que o theor tal é. D. João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber, que por ter novas certas, que o turco faz grandes armadas para mandar ás partes da India, pelo que é necessario resistir ao dicto turco, e para conservação da dicta India mandar a ella armadas, como de feito, com ajuda de Nosso Senhor, mando este anno presente de quinhentos trinta e tres, e assim espero mandar o anno que vem de quinhentos trinta e quatro, para as quaes armadas e despezas que se hão de fazer se ha de mister somma de dinheiro, de que ao presente ha muita necessidade, e por esta obra ser tão necessaria, e se não poder escusar, e por ser de tanto serviço de Nosso Senhor, e bem de meus reinos, e por escusar de dar oppressão e fadiga a meus povos, determinei com os do meu conselho de mandar vender de minha fazenda algumas tenças de juro a quem as quizer comprar, com tal condição que mas tornassem a vender, quando eu quizesse, pelo preço que mas comprarem. E sabendo eu como João Moniz, Phebus Moniz e Antonio Moniz, filhos de Jeronymo Moniz, reposteiro-mór que foi del-rei

meu senhor e pae, que sancta gloria haja, e de D. Violante da Silva, sua mãe, mulher que foi do dicto Jeronymo Moniz, tinham algum dinheiro seu para empregar em bens de raiz, me concertei com elles, os quaes por me servir quizeram escusar, antes de comprar os dictos bens, e fazenda de raiz, e lhes prouve de me comprarem, como de feito compraram, quarenta mil réis de tença de juro e de herdade, por preço e quantia de seiscentos e quarenta mil réis, que é a razão de dezeseis mil réis o milheiro, os quaes seiscentos e quarenta mil réis entregou a Fernão dAlvares, meu thesoureiro-mór, segundo vi por seu conhecimento em fórmula, feito por André Pires, escrivão de seu cargo, e assignado por ambos, aos seis dias do mez de setembro deste anno presente, de quinhentos trinta e tres, no qual conhecimento fazia menção ficarem os dictos seiscentos quarenta mil réis carregados em receita sobre o dicto Fernão dAlvares, pelo qual por esta presente carta tenho por bem, e me praz que os dictos João Moniz, Phebus Moniz, e Antonio Moniz, tenham e hajam de mim tença em cada um anno de juro e de herdade, para elles e todos seus herdeiros, e successores, e transversaes, ascendentes, e descendentes, quarenta mil réis, com tal declaração, que se possam partir entre seus filhos, e herdeiros, assim machos como femeas, e assim possam vir a transver-saes, e os possam em testamento deixar a quem quizerem, e os que os houverem os possam trespassar por qualquer titulo, que quizerem, ou a quem lhes approuver, e quando os assim quizerem deixar, ou trespassar não lhes será para isso necessario conhecimento meu nem dos officiaes da minha fazenda, e querendo aquelle ou aquelles, a quem os dictos direitos, ou parte delles, vierem por qualquer titulo, ou successão, tirar cada um sua carta, para em cada um anno lhe ser desembargado na dicta fazenda, o que assim da dicta tença houver de haver, lhe ser feita sua carta em fórmula a cada um, com as condições desta, que será incorporada na outra, ou outras que de novo se houverem de fazer, com declaração como se partiu, ou como veiu a elle, por quanto quero, e me praz que os sobredictos, e seus herdeiros, e pessoas a quem deixarem, ou venderem, ou trespassarem os dictos dinheiros os tenham e hajam para sempre como bens patrimoniaes, e para todo o que dicto é, derrogo a lei mental em todo se necessario é, e todas as outras leis, ordenações, e direitos, e opiniões que em contrario desto haja, posto que se-

jam taes, que fosse necessario serem aqui expressas, e declaradas, sem embargo da ordenação que diz, que quando se as taes leis e direitos derrogarem, se declare e faça delles expressa menção. Os quaes quarenta mil réis quero que os dictos João Moniz, Phebus Moniz e Antonio Moniz, e seus herdeiros e pessoas a quem os assim trespassarem, e venderem, tenham, e hajam pela sobredicta maneira os dictos quarenta mil réis, com pacto e condição de retro-vendendo, de maneira, que quando quer que eu quizer tornar a comprar a dicta tença toda juncta, pelo dicto preço, e dando-lhe junctamente o dicto dinheiro, assim como o elles deram, e pagaram, o possa fazer, e em outra maneira não, e partindo-se a dicta tença entre elles ou outras pessoas quaesquer, e querendo eu a qualquer pessoa que alguma parte della tiver, comprar-lha, o poderei fazer, mandando-lhe pagar junctamente o que na parte que assim tiver, se montar, a rasão dos dictos dezeseis mil réis por milheiro, por que me os dictos ora compraram a dicta tença, e quero que os dictos quarenta mil réis lhe sejam assentados, e pagos, no almoxarifado de Santarem, do rendimento do ramo do geral por esta só carta geral, sem mais tirar outra de minha fazenda, aos quartéis do anno por inteiro, e sem quebra alguma, posto que a ahí haja; e porém mando ao meu almoxarife, ou recebedor do dicto almoxarifado, que ora é, ou a qualquer outro que ao deante fôr, que da feitura desta carta em deante, dê e pague em cada um anno aos dictos filhos de Jeronymo Moniz, ou seus herdeiros, e pessoa, ou pessoas, que os dictos direitos houverem de haver, os dictos quarenta mil réis aos quartéis por inteiro, e sem quebra como dicto é, e fazendo-lhe delles mui bom pagamento, e não lho cumprindo o dicto almoxarife, ou recebedor, hei por bem que incorra em pena de trinta cruzados, para o meu hospital de Todos os Santos da cidade de Lisboa, e por o treslado desta, que será registada nos livros do dicto almoxarifado pelo escrivão delle, e com consentimento dos sobredictos, e seus herdeiros, e pessoa, ou pessoas que estes direitos houverem de haver, mando aos contadores que os levem em conta ao almoxarife ou recebedor que os assim pagar, e por esta prometto aos sobredictos que nunca em tempo algum vá, nem consinta ir contra esta minha carta de venda, em parte, nem em todo, e rogo e encommendo a todos meus successores, que inteiramente a cumpram, e mandem cumprir, e guardar como se nella contém, e mando aos

veadores de minha fazenda, e ao meu contador do dicto almoxarifado, que a cumpram isso mesmo em todo, e a façam cumprir, e guardar, e levar os dictos direitos no caderno do assentamento cada anno, e assentar esta no livro dos geraes, e fazer o dicto pagamento na dicta maneira, sem duvida nem embargo algum, que a ello seja posto, e por firmeza dello lhe mandei passar esta por mim assignada, e assellada do sello pendente de minhas armas; e o dicto conhecimento em fórma foi roto ao assignar della. Cosme Annes a fez em a cidade de Evora aos seis dias do mez de setembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos trinta e tres annos; e eu Fernão dAlvares, thesoureiro-mór del-rei nosso senhor, escrivão de sua fazenda, a fiz escrever, e a subscrevi. Pedindo-me o dicto Antonio Moniz que por quanto das partilhas que se fizeram entre elle e os dictos seus irmãos lhe couberam vinte mil réis dos dictos quarenta mil réis contheudos neste padrão segundo tudo mais compridamente era contheudo em uma certidão de justificação do dr. Ruy Gago, do meu desembargo, que ora serve de juiz dos feitos de minha fazenda, lhe mandasse fazer delles padrão. E visto seu requerimento, e assim o dicto padrão e justificação, por onde se mostra pertencerem-lhe os dictos vinte mil réis pela maneira que dicto é, e querendo fazer graça e mercê, tenho por bem e me praz que elle tenha e haja de mim de tença de juro e de herdade em cada um anno os dictos vinte mil réis de janeiro que passou deste anno presente de quinhentos trinta e nove em deante, assim e pela maneira que tinham e haviam elle e os seus irmãos todos os quarenta mil réis, e com as clausulas contheudas no dicto padrão que aqui vae incorporado, os quaes lhe serão assentados e pagos no almoxarifado de Santarem na sisa do geral da dicta villa por esta só carta geral do primeiro rendimento por inteiro e sem quebra; e mando ao almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado que ora é e ao deante fôr, que do dicto janeiro em deante em cada um anno, pague ao dicto Antonio Moniz os dictos vinte mil réis, pelo rendimento das sisas do geral da dicta villa pela maneira que dicto é, assim como se pagavam os 40\$000 réis a elle e aos dictos seus irmãos, e com a pena no dicto padrão contheuda, á qual hei por bem que se dê execução segundo a fórma do padrão, e pelo treslado desta que será registada no livro de sua despeza pelo escrivão de seu cargo, e conheci-

mento do dicto Antonio Moniz mando que lhe sejam levados em conta, e a D. Rodrigo Lobo, veador de minha fazenda, que lhos faça assim assentar no livro dos geraes della, e faça riscar o assento que nelles anda em nome dos sobredictos, porquanto tambem foi riscado o treslado do dicto padrão, que andava registado no livro do dicto almoxarifado de Santarem, como se viu por certidão do licenciado João da Videira, corregedor e contador da comarca da dicta villa, e o padrão dos dictos quarenta mil réis foi roto ao assignar doutro, que foi dado a João Moniz dos outros vinte mil réis, e desta que por firmeza de todo lhe mandei dar por mim assignada e assellada do meu sello pendente. Diogo Lopes a fez em Lisboa aos 9 dias do mez de julho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1539 annos, e eu Antão da Fonseca a fiz escrever.—Rei.—Hei por bem que estes vinte mil réis de tença contheudos nesta carta se paguem no almoxarifado de Coimbra do 1.º dia de janeiro do anno que vem de quinhentos quarenta e seis em deante ao reitor e padres do collegio de Jesus que ora está na dicta cidade, porquanto pertencem ao dicto collegio, e os ha de haver por bem duma doação que lhe Antonio Moniz delles fez, a qual é confirmada per mim, segundo vi pela carta de confirmação que o dicto collegio tem, que é feita a dois dias de setembro do anno passado de quinhentos quarenta e quatro; e por tanto confirmo e hei por confirmados os dictos vinte mil réis de tença cada anno ao dicto collegio, e quero que o reitor e collegiaes delle os tenham e hajam para sempre com condição e pacto de retro-vendendo contheudo na dicta carta, e com todas as mais clausulas, condições, penas e obrigações que nella são postas e declaradas. E mando ao meu almoxarife, ou recebedor do dicto almoxarifado de Coimbra, que ora é e ao deante fôr, que do dicto janeiro que vem em deante lhos dê, e pague em cada um anno a dicta tença aos quarteis do anno por inteiro, e sem quebra posto que a ahi haja, e isto pelo rendimento do ramo das sisas geraes da dicta cidade, e com todas as clausulas e favor que para bom e seguro pagamento pela dicta carta concedi ao dicto Antonio Moniz, e seus successores no almoxarifado de Santarem, onde lhe era assentada a dicta tença, porque todas as dictas clausulas hei por concedidas e outhorgadas e confirmadas ao dicto collegio de Jesus para sempre, e como dicto é, e pelo treslado da dicta carta e desta apostilla que serão registadas no livro do dicto

almoxarifado de Coimbra pelo escrivão delle, e seu conhecimento mando aos contadores que o levem em conta, em despeza ao dicto almoxarife, ou recebedor que os assim pagar, e ao barão d'Alvito, veador de minha fazenda, que lhos faça assentar nos livros della, e levar cada anno na folha do assentamento do dicto almoxarifado para lhe assim serem pagos, e a pena dos trinta cruzados que pela dicta carta era applicada para o hospital de Todos os Santos de Lisboa, hei por bem que seja para o hospital de Coimbra, e os dictos vinte mil réis foram riscados do almoxarifado de Santarem, assim do livro delle, como do livro de minha fazenda, onde estavam assentados. E hei por bem que esta apostilla se cumpra, e guarde como se nella contém, posto que não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Évora a dois dias de maio anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos quarenta e cinco.—Rei.—Assentada no livro dos juros, titulo de Santarem. Ficam riscados. Assentada em Coimbra no livro dos juros. Padrão de vinte mil réis de tença de juro em cada um anno de janeiro que passou deste anno presente de mil quinhentos trinta e nove em deante, a Antonio Moniz dos 40#000 réis que elle e João Moniz e Phebus Moniz seus irmãos tinham por um padrão que os compraram a Vossa Alteza a condição de retro, os quaes vinte mil réis couberam ao dicto Antonio Moniz nas partilhas que se fizeram entre elle e os dictos seus irmãos, e os outros vinte ao dicto João Moniz como se viu por uma certidão de justificação do doutor Ruy Gago, e que lhe sejam pagos no almoxarifado de Santarem por inteiro e sem quebra pelo ramo das sisas geraes da dicta villa pela maneira no dicto padrão contheuda, que aqui vae incorporado e foi roto ao assignar d'este e do outro que foi dado a João Moniz dos outros vinte mil réis. D. Rodrigo. Registado no livro do almoxarifado de Santarem. Registado no livro do almoxarifado de Coimbra, por mim escrivão delle, Christovam da Cunha. Pagou nihil. P. Pagou quarenta réis a 28 d'agosto de 1539 annos. Pero Gomes. Registado na chancellaria.

Hei por bem e me praz, que os vinte mil réis que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra tem em cada um anno de tença de juro e herdade para sempre, por este padrão pagos no almoxarifado da dicta cidade por carta geral lhe sejam pagos pela dicta maneira de janeiro que pas-

sou deste anno presente de 565 em deante no meu thesoureiro mór, ou quem seu cargo servir, pelo que mando aos veadores de minha fazenda, que façam riscar o assento dos dictos vinte mil réis do livro della do titulo do dicto almoxarifado de Coimbra, e assentar no dicto livro, no titulo do dicto thesoureiro-mór para nelle lhe serem pagos, e o registro deste dicto padrão que estava no dicto almoxarifado se riscou, e se poz nelle verba em como do dicto janeiro em deante lhe hão os dictos vinte mil réis de ser pagos no dicto thesoureiro mór, como se viu por certidão de Ruy Fernandes da Castanheda que serve de contador do dicto almoxarifado, que foi rota ao assignar deste, que hei por bem que valha como carta, posto que não passe pela chancellaria sem embargo das ordenações em contrario. Balthasar de Ponte o fez em Lisboa a 28 de junho de 1566, e eu Alvaro Pires o fiz escrever.—O cardeal.—Assentado. João Paes. D. Julianes. Ha Vossa Alteza por bem que os vinte mil réis que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra tem por este padrão de tença de juro, pagos no almoxarifado de Coimbra, lhe sejam pagos do janeiro que passou deste anno presente de 560 em deante no thesoureiro mór, ou quem seu cargo servir, e que valha como carta e não passe pela chancellaria. Hei por bem que os vinte mil réis que o reitor e padres do collegio de Jesus de Coimbra de juro tem assentados no thesoureiro mór, lhe sejam assentados e pagos no recebedor das sisas da dicta cidade de Coimbra de janeiro deste anno presente de 569 em deante, assim e da maneira, e com as clausulas e condições contheudas no dicto padrão, e mando aos veadores de minha fazenda que lhe façam assentar os dictos vinte mil réis no livro della, e despachar nas dictas sisas, riscando-se delle o assento que delles está no titulo do dicto thesoureiro mór, e os dictos vinte mil réis foram riscados do livro dos pagamentos do dicto thesoureiro mór, e posto nelle verba como lhe hão de ser pagos nas dictas sisas, como se viu por certidão do escrivão do cargo do dicto thesoureiro mór, e esta apostilla valerá como carta posto que não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. João Alvares a fez em Almeirim a 16 de fevereiro de mil quinhentos sessenta e nove. Eu Alvaro Pires a fiz escrever. João Paes. Assentada.—Rei.—D. Francisco. Assentada em Coimbra. Julianes. Ha Vossa Alteza por bem que os vinte mil réis que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade

de Coimbra, tem por este padrão, de tença de juro pagos no almoxarifado de Coimbra lhe sejam pagos de janeiro que passou deste anno presente de mil quinhentos sessenta e nove em diante no thesoureiro mór, ou quem seu cargo servir, e que valha como carta e não passe pela chancellaria.

CXXV

Doação ao collegio de vinte mil réis de juro de Antonio Moniz

D. João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da Índia, etc. Faço saber a quantos esta minha carta virem, que por parte do reitor e collegiaes estudantes do collegio da companhia do nome de Jesus, que ora está na cidade de Coimbra, me foi apresentado um publico instrumento de doação que ao dicto collegio foi feita por Antonio Moniz, estudante da dicta companhia, do qual o theor tal é. In nomine Domini amen. Saibam os que este instrumento publico de pura e irrevogavel doação deste dia para todo o sempre valedora virem, que em o anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos quarenta e quatro annos, vinte e tres dias do mez de maio do dicto anno, na cidade de Coimbra, dentro em as casas em que pousam os collegiaes estudantes da companhia de Jesus, estando ahi Antonio Moniz, estudante da mesma companhia de Jesus, por elle, em presença de mim, notario publico, e testemunhas infra nomeadas, foi dicto que elle por serviço do Senhor Deus e por ser obra pia, vendo que na dicta companhia se podia melhor gastar que em nenhuma outra parte, elle fazia, como de feito faz, deste dia para todo sempre pura e irrevogavel doação á dicta companhia, e collegio de Jesus, de uma tença que elle Antonio Moniz tem no almoxarifado de Santarem, ou em qualquer outra parte que fôr, que tem de juro, e seu patrimonio, que são vinte mil réis de juro cada um anno.

Assim mais de outra obrigatoria, outro sim, e de seu patrimonio em Lisboa no almoxarifado das ilhas, a qual rende doze mil e tantos réis cada um anno, e assim mais de um casal de juro, e herdade, no termo de Raiollos chamado o casal das Pedras, cujas confrontações se podem ver no padrão d'elle, o qual está arrendado neste anno de mil quinhentos qua-

renta e quatro, em tres moios de trigo, e dois e meio de cevada, e oitocentos réis em dinheiro, como se podem vêr pelo arrendamento delle, do qual casal faz doação com todô o que ao dicto casal pertencer, assim de terras como de casas, e outras propriedades, e pastos, e todo o mais que de direito lhe pertencer. Assim disse que esta doação fazia ao dicto collegio de Jesus, dando, e deixando a administração dos dictos bens ao Preposito da dicta companhia, que elle possa gastar-os naquillo que mais for serviço de Deus, com tanto que os taes bens se gastem com estudantes que forem para a dicta companhia, e que sendo caso que este collegio se desfaga, a não haver nelle os estudantes, ou a universidade se mude, todavia esta doação fique firme, e valiosa para sempre, para qualquer parte que se mudar o dicto collegio, de este dia para todo sempre irrevogavel; e prometeu de nunca em tempo algum ir contra ella por si nem por seus successores; e assim o jurou aos Sanctos Evangelhos, em que corporalmente poz a mão direita; e para confirmação da dicta doação, disse elle doador que pedia muito por mercê a el-rei nosso senhor que houvesse esta doação por boa, e firme, e a confirmasse assim, e da maneira que se nella contém, visto como é serviço de Deus e obra pia; e jurou que nesta tal doação não intervinha, nem se esperava intervir, fraude, dolo, simonia, ou outro algum illicito pacto, sómente o fazia como dicto é por serviço do Senhor Deus, e para isto cumprir, e manter, disse que obrigava todos seus bens havidos e por haver, a qual doação, eu, notario, como pessoa publica estipulante, e acceitante em nome do dicto collegio, e pessoas que ao deante pôde convir, e pertencer, acceitei esta doação em nome dos sobredictos, e assim acceitaram em nome do dicto collegio os estudantes collegiaes da dicta companhia, ao presente estantes na dicta companhia e collegio, a saber, estando junctos em congregação, como é do seu costume: o padre mestre André dOviedo, e o padre Peneio, e o padre Moser João de Aragão, sacerdotes de missa, e assim os irmãos Manuel Godinho, Antonio Cardoso, Gonçalo Vaz de Mello, e o padre Martim de Santa Cruz, reitor, e superior dos dictos estudantes collegiaes, que disse que accetava outro sim em nome de todos os mais collegiaes estudantes esta doação, a que foram testemunhas presentes comigo notario que todo vimos, conhecemos, convimos, o bacharel Bento Fernandes, estudante nesta universidade de

Coimbra, e Balthasar Nunes, natural de Mourão, creado que foi de Pero de Mendonça e outros; e eu, Antonio Pires, notario apostolico, auctoritate apostolica, que esta doação fiz e escrevi em meu livro de notas e anotei, e com as dictas testemunhas presentes fui, e este com a dicta nota concertei, de que o tirei bem e fielmente, e aqui de meu publico e consuetudo signal corroborei; dia, mez e anno *ut supra*, rogatus, et requisitus. Pedindo-me o dicto reitor, collegiaes, e estudantes da companhia do nome de Jesus por mercê que houvesse por bem de lhes confirmar e approvar a dicta doação, assim e da maneira que se nella contém. E visto seu requerimento com o dicto instrumento de doação, e querendolhes fazer graça, e mercê por esmola, me praz, e hei por bem de confirmar, e approvar a dicta doação, como de feito por esta presente carta a confirmo, approvo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra, e guarde inteiramente como se n'ella contém, posto que não seja insinuada, e que de direito se requeira a tal insinuação, e posto que o dicto Antonio Moniz não seja ainda de idade de vinte e cinco annos e fizesse a dicta doação sem auctoridade de justiça, sem embargo da ordenação do livro primeiro, titulo = do juiz dos orphãos =, que diz que posto que os menores de vinte e cinco annos sejam emancipados, não possam alhear seus bens de raiz, sem consentimento, e auctoridade de justiça, porque minha mercê e vontade é de approvar a dicta doação, e supro, e hei por supridos todos e quaesquer defeitos que de feito, ou de direito nella haja, para não ser valiosa, havendo respeito a se fazer para o dicto collegio e ser obra pia e de serviço de Nosso Senhor, e ao dicto Antonio Moniz ser já emancipado, segundo vi por sua carta de emancipação, e por outras justas causas que me a isto movem. E assim me praz que o dicto collegio e collegiaes delle possam ter e possuir para sempre os bens e cousas que na dicta doação se contém sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo oitavo, que manda que as egrejas e ordens não possam comprar nem adquirir bens de raiz sem minha licença. E por firmeza dello lhes mandei dar esta carta per mim assignada e assellada de meu sello pendiente, pela qual mando a todos meus desembargadores, corregedores, juizes, justiçaes, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios a quem o conhecimento desto pertencer que assim o cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar sem duvida nem em-

bargo algum que a ello seja posto porque assim é minha mercê. Dada em Evora a 2 do mez de setembro. João de Seixas a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1544. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei. — Hei por bem e me praz de confirmar e approvar a dicta doação, posto que não seja insinuada sem embargo do direito commum e da ordenação do livro 4.º, titulo 54 das doações que dispõem as taes doações não valerem sem insinuação, e posto que a escriptura da dicta doação seja feita por notario apostolico, e não por tabellião publico da minha jurisdicção, e posto que outrosim interviesse na dicta doação juramento, sem embargo da ordenação do 4.º livro, titulo 3.º que diz que pessoa alguma não faça contracto, nem distrato em que ponha juramento nem boa fé, porque minha mercê e vontade é de a confirmar, e approvar em todo, como se nella contém sem embargo de todo o que dicto é, e mando que esta apostilla se cumpra posto que não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Evora a 16 de outubro de 1544. — Rei. — Carta por que Vossa Alteza confirma e approva esta doação que Antonio Moniz fez dos bens e coisas nella nomeadas ao collegio dos estudantes da companhia de Jesus. Para Vossa Alteza vêr. P. Pagou nihil por ser por esmola, a 23 de dezembro de 1544 annos. Pero Gomes. E aos officiaes 360 réis. Registada no livro dos registos da camara desta cidade de Coimbra por mandado de Diogo Alvares Cardoso, juiz de fóra nesta cidade, que ora serve de corregedor, as folhas que começa na volta das folhas 193, e acaba na folha 196, com o concerto que se fez na folha 197, por mim João Gonçalves de Siqueira, que sirvo de scrivão da camara, aos 14 dias de setembro de 1569 annos. João Gonçalves de Siqueira. Pagou nada. Antonio Moniz. Registada na chancellaria. Registado em os livros dos registos destes almoxarifados de Coimbra e Aveiro as folhas 86 do dicto livro em Coimbra aos 20 dias de junho de 1565 annos. Manuel Homem, escrivão do registo o escrevi. Manuel Homem. Pagou sómente 250 réis. Cumpra-se e registre-se hoje 13 de agosto de 1569. Cardoso.

Continua.

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

RELAÇÃO DE EXEQUIAS, ETC., PELA D. MARIA I EM MIRANDA DO DOURO

Inserimos hoje aqui esta *Relação* que tem um especial interesse chorographico e ethnographico sobre a terra e costumes d'aquelle apartado canto trasmontano. Possuimos um unico exemplar d'este raro impresso, o qual, ha já tempo offerecemos á Bibliotheca Nacional de Lisboa, onde não existia nenhum exemplar e que o proprio Francisco Innocencio da Silva desconhecia, porque citando no seu *Diccionario Bibliographico*, numerosas Relações, não cita esta. Eguamente nunca a vimos citada em nenhum bibliographo ou n'outro qualquer escripto. O original d'esta Relação talvez esteja ainda guardado no archivo da camara municipal de Miranda do Douro.

A rainha a sr.^a D. Maria I falleceu em 20 de setembro de 1816 no Rio de Janeiro, cujo corpo foi trasladado para a greja da Estrella de Lisboa, que ella havia fundado.

Esta Relação commemora de passagem os recentes lampejos de heroismo da rija alma trasmontana contra as barbaras invasões francezas, e nós preparamos alguns trabalhos para fazer passar, rubros de patriotismo, das paginas da lenda local para a historia nacional, nomes que nos devem ser caros.

«Hé a cidade de Miranda do Douro, Capital da Provincia de Tras-os-Montes, huma das mais antigas Praças da Fronteira: hoje um montão de ruinas, e quasi deserta, sem população, sem agricultura, e sem Commercio. A sua decadencia, tendo já principio antes da guerra de 1762, se augmentou consideravelmente com os estragos que esta lhe produziu; e se consumou com a mudança do Regimento n.º 24, do Bispo, e do Cabido para a Cidade de Bragança. Porém não obstante, sempre fiel aos seus legitimos Soberanos; no mais deploravel estado de miseria; e tendo mesmo parece que tocado o ultimo momento da sua existencia, como Povoação, tanto aquella he a maior, quanto são tambem maiores as demonstrações, e próvas da sua fidelidade, e Amor

para com os seus Monarcas. Sendo das primeiras da Provincia que arvorou o Estandarte da liberdade contra o intruso Governo em 1808: os seus poucos Habitantes, ainda que inermes, nada hesitárão, offerecendo seus peitos ao ferro inimigo, em formar d'elles hum muro impenetravel á aleivosia, e prepotencia, com que o Dominador então da Europa pretendia, escravizando a Nação Portugueza, separada para sempre dos seus Prezados, e Amaveis Soberanos. He tambem no actual momento, em que toda a Nação, envolta em luto, chorando a perda da Augustissima Rainha a Senhora D. Maria I., que a Cidade de Miranda dá ao Mundo o testemunho mais verdadeiro, o maior da sua fidelidade, e do seu mais acrisolado amor para com os Monarcas, com que o Ceo se digna felicitar os Portuguezes. Logo que naquella Cidade constou com certeza do fallecimento da Nossa Augustissima Rainha a Senhora D. Maria I., ainda mesmo antes de receber-se o Aviso competente, expedido pela Secretaria do Governo, por ter voto em Córtes, convocada a Camara pelo seu Presidente o Doutor Juiz de Fóra, se acordou ordenar o Luto geral no Districto, e se passárão as mais terminantes ordens. Chegada que foi depois a carta de Aviso, e convocada novamente a Camara, se acordou fazer-se a Cerimonia da québra dos Escudos no mesmo dia das Exequias, e que se fizessem os preparativos necessarios, a fim de ser tudo executado com a maior pompa, sem se pouparem despezas, ou trabalho. Para esse fim se levantou no sumptuoso Templo da Sé de Miranda, hum dos melhores do Reino em grandeza, e architectura, huma Eça correspondente, e de huma construcção delicada, e rica: collocou-se no meio d'ella o Túmulo com as Insignias da Realeza aos pés, e este era cuberto com huma cupula de figura oitavada, em que hião fechar as pontas de oito arcos dobrados, que sahião de outras tantas columnas, as quaes formavam os quatro porticos, que davam entrada ao elevado supedaneo da Eça: entre hum, e outro portico se havia formado huma gradaria, que fazendo agradavel vista, dava hum consideravel ár de grandeza, e elegancia á mesma Eça. Havia o Juiz de Fóra pedido por officio ao Coronel do Regimento de milicias huma Companhia do mesmo Regimento, para com as duas de 24 de linha, que fazem a Guarnição da Cidade, acompanharem a Cortejo, e darem as competentes descargas, a que se prestou: e tinha igualmente o mesmo magistrado, e a Camara feito annunciar

a todo o Clero, que se lhe arbitrava de esmola a cada hum 600 réis por assistencia, e missa, applicada pela Alma da Soberana defunta, e 300 réis por assistencia sem missa, tudo alem da Vêla) e que as missas deviam celebrar-se nos Altares da Sé, para onde a Camara tinha feito apromptar ostias, vinho, e cêra. Destinou-se para esse funebre acto o dia 19 de Setembro: pelas nove horas da manhã deste dia formâo as tres Companhias: poz-se uma grande guarda ás portas da Cathedral, e della se revezavão as oito sentinellas, que se pozerão aos porticos da Eça, e toda a mais Tropa se foi postar na Praça do Pelourinho, em frente da Casa da Camara, d'onde sahio o Cortejo na ordem seguinte: Abria o passo huma guarda do Destacamento 24, seguiu em linha as Bandeiras dos Officios com fumos pendentês: apôs estas hia o alcaide pequeno da Cidade, e á sua direita o Escrivão Almoteceria: seguia-se logo o Pendão da Camara, coberto de fumo, levado pelo Vereador mais novo do anno passado Manoel Rodrigues de Moraes, no impedimento do mais velho do mesmo anno João Baptista Ferreira: a hum dos lados hia o Almotacé Paulo de S. Payo, e do outro o Almotacé Caetano José Rodrigues com Varas pretas, e todos de Capas compridas, chapêus desabados, e fumos cahidos: seguia o Pendão huma guarda de honra: seguiu depois em ala os juizes da Vintena dos 24 Povos que compõem o Districto, todos com varas pretas, e apôs elles os officiaes de Justiça do Juizo do Geral, da Correição e da provedoria: logo depois a nobreza: o Coronel de Milicias Antonio Manoel do Amaral com huma parte da officialidade do seu Regimento: o Capitão Mór de Outeiro, Commandantes da Brigada de Ordenanças Martinho Carlos de Miranda com huma parte dos officiaes de ordenanças, e o Doutor Vigario Geral Thomás José Rodrigues Fitas com os Beneficiados, e Clero do Districto.

Cobria todo este apparatuso Cortejo o Corpo da Camara, presidido pelo Doutor Juiz de Fôra Manoel Bernardo Ozorio da Fonseca, que levava á sua direita o Doutor Provedor da Comarca José Antonio de Novaes da Costa e Sá, e este ao Doutor Corregedor da Comarca João Ferreira Sarmiento Pimentel, seguindo sobre a esquerda do Presidente da Camara o vereador primeiro Manoel Gonçalves Deosdado, o segundo José Diegués Pinto, e o terceiro Justiniano Antonio Ferreira Ameno Portugal, que levavão os tres

Escudos : o procurador Francisco Raposo, e o Escrivão Luiz Antonio Pimentel de Azevedo Feio, todos tambem em rigoroso lucto com capas compridas, chapéus desabados, e fumo cahidos : hia ultimamente seguindo a Camara a tropa formada, com as armas em funeral, caixas destemperadas, e cobertas de preto, em marcha grave, puchada pelo commandante do Destacamento o Capitão Domingos Antonio Gil, e o Governrdor Interino da Praça Pedro Guerra Rebello. Tudo infundia o maior silencio, e tristeza. Encaminhou-se o cortejo pela rna da Alfandega, no meio da qual se achava formado o primeiro Tablado, e nelle quebrou o primeiro Vereador o seu escudo: d'ahi, voltando pela rua de Santa Cruz se dirigio á Praça, em que o Segundo Vareador quebrou o segundo Escudo; e no largo da Sé quebrou o terceiro Vareador o terceiro Escudo, em outros semelhantes Tablados cobertos de baêta preta, e com precedencia das palavras do costume, que erão em toda a parte ouvidas com o maior respeito, e saudade por huma Soberana, que como mãe a mais carinhosa marcou todos os dias do seu Reinado com outros tantos actos de Benificencia, e Estabelecimentos de Piedade. Concluida esta triste e tocante cerimonia, se dirigio o cortejo á Cathedral, aonde já se achava a Corporação da Misericordia, presidida pelo seu Provedor José d'Almeida Guimarães e se celebrou com a devida solemnidade o officio de Defuntos distribuindo-se a cêra pelo Clero, Nobreza, e Officialidade antes do Benedictus. Findo o officio se cantou a Missa, sendo Celebrante o Reverendo Abbade de Sendim Fr. Antonio de Sequeira Pereira, Diacono o Reverendo Abbade de Caçarelhos João Baptista Fernandes de Miranda e Subdiacono o Reverendo Abbade de S. Martinho Sebastião Xavier Gonçalves.

Pronunciou no fim della huma elegante, e patetica oração analoga ao objecto o Reverendissimo Padre Ministro Geral dos Trinos Descalços Fr. Francisco da Assumpção; e finda que foi, se seguio a obsolvição do Túmulo, servindo de dignidades absolventes o Reverendo Abbade de Genizio José Manuel de Miranda, o Reverendo Abbade de Sicouro Bernardo Antonio Martins, o Reverendo Abbade de Villa Chãa Francisco Antonio Martins, o Reverendo Abbade de Villar Seco Antonio Pires Vicente e absolvendo o Prestes em ultimo lugar. Concorreo muito para o lustro d'esta funebre função a Musica da Cathedral de Bragança, convidada para esta assistencia, e dirigida pelo insigne mestre da Ca-

rella o Reverendo Conego Manoel Antonio da Silva. Foi numeroso o concurso de pessoas de todas as classes, e sexos; e alem dos Beneficiados, e Clero do Districto, concorrerão tambem Beneficiados, e Clero dos Districtos visinhos, e mesmo dos Povos limitrofes da Hespanha, sendo do numero d'aquelles o Reverendo Abbade de Travanca e o Reverendo Abbade da Bemposta.

A tropa que tinha ficado postada no largo da Sé, havendo dado a primeira descarga ao principio do officio, e a segunda no fim d'elle, deo a ultima quando findou a absolvição do Túmulo. Neste tempo sahio outra vez a Camara da Cathedral, e encaminhando-se aos Paços do Concelho, mandarão alli os magistrados publicar os nove dias de Ferias, cada humo no seu Juizo. Assim se concluiu aquelle acto, em que nenhuma falta pôde notar-se, e aonde brilhou a ordem, e a grandeza que podia exigir o objecto; tudo devido ao incansavel zelo, e oportuna direcção do Doutor Juiz de Fóra Presidente da Camara, debaixo de cujas vistas foi dirigida a funcção desde o seu principio até ao momento em que se concluiu. — E eu Luiz Antonio Pimentel de Azevedo e Feio, Escrivão da Comara, o subscrevi e Assignei Luiz Antonio Pimentel de Azevedo e Feio.

— Na Impressão Regia.

(Esta Relação está depositada nos Impressos Reservados n.º 162 da Bibliotheca Nacional de Lisboa.)

FERREIRA-DEUSDADO.

BOLETIM BIBLIOGRAPHICO

PROF. MIGUEL BOMBARDA — *Contribuição para o estudo dos Microcephalos*, Lisboa, typographia da Academia Real das Sciencias, 1894.

Os livros de pathologia teem entre nós, ainda hoje, a raridade numerica que torna phenomenal a sua apparição no mundo letrado e são particularmente raros aquelles em que

se trata assumpto que tenha relação com a neuro-pathologia, tão pobre aqui, n'este paiz onde tudo se póde aclimar, quando se não relaxe a vontade de o conseguir, mas em que aquelle ramo da pathologia, nunca assaz cultivado, apesar da notariiedade de alguns alienistas portuguezes, teem apenas espigado em magras e descoradas inflorescencias.

Apparece justamente a querer dar novo brio e incremento a esta pobre flora litterario-scientifica a obra recente do sr. professor Bombarda, da Escola de Medicina de Lisboa, conhecido já pela proficiencia com que tem feito alguns estudos sobre assumptos de nevrologia.

Actualmente director do hospicio de alienados de Rilhafolles, onde tem já em curto praso alcançado melhoramentos importantes, com uma boa vontade superiormente esclarecida e capaz do melhor exito, se os poderes publicos auxiliarem a sua generosa iniciativa, tem o sr. professor Bombarda aproveitado o pouco tempo que a administração do manicomio de Lisboa lhe deixa livre, em estudar os numerosos casos d'essa clinica tão especial, que se acha confiada á sua superior vigilancia e, entre os mais curiosos exemplares d'aquella fauna hospitalar, em que a degeneração especifica e morbida mais accentua o seu sello degradante, destacou n'uma cuidada monographia os curiosos exemplares de microcephalia que, com exhuberancia dos caracteres typicos distinctivos d'esta malformação physico-psychica teem convergido para aquelle asylo, como a abrigarem-se do ridiculo, da curiosidade ou do desprezo social, sob a clemencia protectora e sabia dos homens a quem a especialidade da instrucção medica torna receptadores e guardiões de tão extravagantes productos morbidos e degenerados da nossa orgulhosa especie.

Teve, pois, o sr. professor Bombarda a occasião feliz, póde assim dizer-se, optimamente aproveitada, de reconstituir n'um concentrado estudo a historia e a descripção dos microcephalos existentes em Rilhafolles até agora, e d'ella destacar os pormenores recommendaveis á curiosidade scientifica e que melhor expressam o caracter d'esses desgraçados que sem este philanthropico recolhimento, seriam infallivelmente condemnados ao abandono ou á curiosidade mesquinha do vulgo e ficariam perdidos para a sciencia.

As observações redigidas pelo illustre professor são magistralmente feitas, com um methodo e uma seriedade dignos de maior apreço e da melhor boa fé, n'um assumpto

que se presta á divagação e aos enlevos da concepção theorica para explicar estas excentricas anomalias que pareciam constituir a prova viva da relação de parentesco anthroposimico.

Para realisar com a maior amplitude o seu trabalho, o notavel professor poz ao serviço de uma paciente e esclarecida investigação os meios de estudo, cuja combinação tende á mais completa descripção dos exemplares ao seu alcance, dando as relações anthropologicas, anatomicas, physiologicas, pathologicas, clinicas e psychologicas de todos os microcephalos observados com um cuidado primoroso e um bello senso clinico.

Para rebater a theoria de Vogt, que liga ao atavismo, as anomalias anatomo-psychicas dos microcephalos, theoria illusoria que conseguiu enraizar-se na sciencia á custa de um preconceito vulgar, que as incompletas observações historiconaturaes e as homologias forçadas mal sustentavam, torna-se necessario refazer o estudo methodico e pormenorizado anatomo-comparado, embryologico, physiologico, psicologico e pathologico, para melhor reconhecer os caracteres que distinguem claramente o homem entre os primatas e reconhecer que nos microcephalos ha apenas ligeiras similhanças superficiaes com o typo simiano, conservando um facies humano e caracteres anatomicos e psychicos que pertencem bem á nossa especie.

Mostra o auctor que não ha simplesmente no cerebro dos microcephalos um atrazo de desenvolvimento organico, e muito menos uma regressão atavica, sequer mesmo parcial.

Como o proprio Vogt não poude deixar de acceitar, o cerebro dos microcephalos differe menos do do homem normal que o d'este do dos anthropoides, porque, mesmo para Vogt, para quem a similhança entre o craneo do microcephalo e do anthropoide é evidente, o cerebro d'aquelle só representa uma repressão atavica parcial, mais pronunciada á superficie cerebral, e que ás vezes só em alguns lóbos se revela. De modo que nem para o craneo nem para o resto do esqueleto, nem para o cerebro ha a exigivel constancia de caracteres approximativos das duas ordens de seres.

Ainda pelo lado psicologico persiste o erro da observação de Vogt, porque se basea na linguagem rudimentar e por vezes ausente, para declarar uma outra similhança. O sr. professor Bombarda, que observou os seus casos na intimidade e demoradamente desmente com firmeza o modo de

vêr do physiologista suisso. De facto, as dissimilhanças a este respeito entre os microcephalos de Rilhafolles, são taes que permittem formar pela linguagem, physiologica e psychologicamente uma gradação entre a ausencia da linguagem e a expressão de um imbecil.

Um dos pontos capitaes da argumentação do sr. Bombarda e uma das partes mais notaveis do seu trabalho, é a comparação dos cerebros de microcephalos com os simianos e o estudo comparado, anatomo-pathologico d'aquelles, feito com esmero e clareza de vistas, demonstrando primeiro que os cerebros microcephalicos, mesmo independentemente de toda a alteração pathologica anatomicamente demonstravel, affectam as fórmas as mais differentes, nos traços principaes, em caracteres de primeira ordem, de modo que para accetar a theoria da regressão atavica, seriamos forçados a admittir diversos typos ancestraes. Em segundo lugar, reduzindo o atavismo á paragem na evolução intra-uterina, em que os caracteres normaes formam a reproducção dos do cerebro dos antepassados que poderiam ser os anthropoides, é por egual rejeitavel a hypothese, porque o desenvolvimento cerebral do feto não segue de tal modo a linha phylogenetica, que produza mesmo de leve a conformação circumvolucional do anthropoide.

Identica divergencia se mostra ainda entre os factos observados judiciosamente pelo sr. professor Bombarda e a terceira hypothese — a paragem da evolução organica, particularmente cerebral, seguida do desvio que approximaria da fórma simiana. N'este ponto de vista o auctor procura uma orientação por entre as pregas e sulcos do cerebro fetal, para determinar os elementos comparativos que devem confirmar ou infirmar aquella hypothese.

Comparando, pois, o desenvolvimento cerebral no homem, no anthropoide e no feto, e vendo se a algum d'estes termos se póde assimilhar o cerebro dos microcephalos, chega o sr. Bombarda á conclusão de que este se desvia muito mais do typo anthropomopho.

Não estão ainda definidas de um modo nitido as differenças characteristics entre o cerebro dos anthropoides e o do homem. Broca expressou esta difficuldade dizendo, que ha menor distancia do cerebro dos anthropoides ao homem, que dos pithecos aos anthropoides. O sr. professor Bombarda poude apreciar a insufficiencia dos conhecidos caracteristicos de

Hartmann, para o cerebro dos anthropoides. Por isso foi buscar no cerebro embryonario melhores termos de comparação.

A observação assim orientada dá em resultado que no cerebro dos microcephalos ha no desenvolvimento relativo dos diferentes lóbos, diferentes graus ou typos, nenhum dos quaes apresenta uma feição simiana bem caracterizada. Ha atrophias de lóbos, desproporções entre elles, deformações, mas não se encontra uma disposição simiana regular. Egualmente para a consideração dos sulcos cerebraes.

O rego de Sylvius, por exemplo, que é mais fechado no homem e nos anthropomorphos, acha-se mais ou menos aberto nos microcephalos, pondo a descoberto a insula de Reil, caracter evidentemente fetal, que lembra uma paragem de desenvolvimento, se outras deformações não desviassem estes cerebros do typo embryonario.

O auctor mostra tambem como a separação da fenda perpendicular interna e da calcarina não tem o valor distinctivo entre os cerebros humanos e anthropoides, e como ella, não constitue, quando apparenta existir, uma verdadeira anomalia, por isso que tal apparencia existe em cerebros normaes a todos os respeitoes.

Portanto, o sr. Bombarda, conclue muito legitimamente pela insustentabilidade da theoria da rergessão atavica para explicar a microcephalia, hypothese que fica completamente posta de parte em presença do exame psychologico dos microcephalos, que é sem duvida uma das partes mais interessantes d'este estudo, e em que o auctor revela a mais perfeita intuição clinica, reforçada pela de um psychologista profundo. Effectivamente, como tivemos occasião de reconhecer nos proprios exemplares do sr. professor Bombarda, e como elle o faz claramente sentir, a psychologia dos microcephalos affasta-se tambem consideravelmente da dos anthropoides, como a sua anatomia. Tambem n'este ponto de vista se notam varios graus de comparação.

Este professor distingue tres cathogorias em ordem ascendente: indifferentes (mais indifferentes mesmo que os animaes inferiores); instinctivos imperfeitos, que saltam, correm, riem, encolerisam-se, gesticulam, soltam exclamações, com phases de meia depressão ou indifferentismo relativo; finalmente, os microcephalos superiores, melhor dotados, que entram na vida da relação, sem indiferença nem excitações maniaca, entregando-se a uma occupação, usando

da linguagem, cumprindo deveres, sabendo agradecer ou queixar-se, mas de uma intelligencia muito deficiente, com alterações psychicas e por vezes agitações motoras. São estas tres fórmulas que o auctor designa por *idiotismo*, correspondente a um ser *extra-social*; idiotismo ligeiro, de feição proximamente *social*; idiotismo de character *anti-social*, em que ha deficiencia intellectual e perturbações psychomotoras.

Vê-se, portanto, que pelo lado psychologico ainda mais profundamente differem os microcephalos dos anthropoides, uns para mais, outros para menos, e embora a comparação seja difficil entre os diferentes graus de intelligencia humana e a dos animais, cujo estudo não está ainda reduzido ás bases de methodo psychologico regular, não se sabendo, quanto ao valor intellectual dos anthropoides o que ha de fixo e de verdadeiro, entre as mais engraçadas e inacreditaveis anedoctas e versões e o que ha scientificamente apurado, reconhece-se que o que se dá nos microcephalos não é um atrazo ou retrocesso intellectual, que seria correspondente na theoria do atavismo á regressão cerebral, mas uma pronunciada deficiencia que por um lado vae até á obliteração dos instinctos, havendo tal, por exemplo, que nem saberia procurar os alimentos, morrendo de inanição se lh'os não administrassem, e por outro lado chegam até a esforços de uma ideação muito difficilissima, com aboição do sentimento e com manifestações morbidas.

A' observação clinica mais superficial, os microcephalos revelam a sua invalidade physica. A falta de robustez e a insanidade mental é evidente n'alguns.

Tudo isto destroe, em conclusão, as pretensas relações entre estes seres, que podemos considerar como doentes, e os anthropomorphos.

O sr. professor Bombarda, acaba de collocar os microcephalos no verdadeiro quadro que lhes compete, conforme a observação scientifica actual. São o resultado da degenerescencia que se acentua na especie por via hereditaria e pela pathologia adquirida. São entes humanos anormaes que participam da teratologia e se approximam da loucura, quanto ao seu estudo mental, quer sejam resultantes de alterações congenitas, quer sejam o producto de perturbações morbidas influindo no crescimento.

J. BETTENCOURT FERREIRA.

* * *

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

REVUE INTERNACIONALE DE L'ENSEIGNEMENT—Abril.

L'enseignement de la philosophie en Allemagne, par Th. Ruyszen — *Des cours préparatoires à l'étude de la médecine aux États-Unis (1893)*, G. Bosset Maury — *Les langues vivants au Baccalauréat classique*, par Maurice Potel — *Revue rétrospective des ouvrages de l'enseignement (L'instruction publique et la révolution — Deux lettres de Demoustier)*.

—Maio.

De la méthode à apporter dans l'étude des questions d'enseignement. Pensées et réflexions diverses, Dreyfus-Brissac — *La zoologie dans les universités allemandes*, U. Coullery — *Documents inédits par servi à l'histoire de la révolution (1794-1802)*, A. Gazier.

REVUE DE L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEURE — N.º 14, fevereiro de 1894.

Chronique, par J. Gautier — *Lettre aux membres de l'enseignement secondaire*, par J. Bébin — *Réunion annuelle des sociétés savantes à la Sorbonne — Discours de M. Spuller — Les rapports de la musique et de la poésie de M. Combarieu*, par F. Picavet — *L'enseignement des langues vivantes*, par A. B. — *La misère philosophique en Espagne de N. Guardia*, par F. P.

—N.º 15.

Chronique, J. Gautier — *Congrès des sociétés savantes, discours de M. Spuller — Le neo-catholicisme de Mathias Hauteborne*, par F. Picavet — *Les origines de l'art moderne selon M. Courajod*, par F. P.

—N.º 16.

Chronique, par J. Gautier — *Retraites tardives*, par M. Edouard-Petit — *Agrégation de l'enseignement des jeunes filles (Rapport sur le concours de 1893, M. Perroud) — Le mouvement pratique*, par Trolliet — *Philosophie morale et politique de M. Allaux*, par F. Picavet — *Les fouilles de Dahchour, de Morgan — Les femmes dans la science de M. Rebière*, F. P.

—N.º 17.

Chronique, par G. Gautier — *Appel de la ligue de l'ensei-*

gnement — *Ligue française de la moralité publique de l'agrégation des jeunes filles (Rapport)*, M. Perroud — *Discours de M. Spuller à l'occasion de l'inauguration du Lycée de jeunes filles de Versailles.*

REVISTA INTERNAZIONALE — março, 1894.

Il restauratione cristiane dil probleme social, Constanzi — *La questione sociale in Sicili, Carine.*

—Abril.

Il lavoro delle donne e dei fanciulli, De Luca — *La questione sociale in Siciliu, Carine* — *Doctrina elementare intorno all'economia sociale*, A. S. — *Alcuni studi sul matrimoni a proposito di recente questione in Italia*, R. Racini.

—Maio.

Il determinismo nella sociologia positiva, Rossignoli — *La questione sociale in Sicilia, Carine* — *Il colonato e la Chiese* — *Studi di storia medioevale in Toscana, Sardi.*

REVUE PEDAGOGIQUE — abril 1894.

De l'enseignement de l'orthographe, J. Cané — *Les gardesies d'enfants*, dr. Guyot — *Le methode pour l'enseignement de course aux enfants parlant une langue tartare*, T. Bobrovin-kor — *Résultats jénisiaux de étuts de litteration des ecoles primaires em 1892-93* — *Enquête de les idées religieuses des enfants en California*, trad. Cécilo B. — *Un essai de conferences préparatoires à l'examen de l'inspection primaire pour les iustituteurs publics*, R. S. — *Une école chez les Kabyles* — *Les écoles et classes ménegères en Belgique* — *La houille, origine et mode formation des combustibles minéraux*, Vélein.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA — N.ºs 11 e 12 (12.ª série).

Mitras lusitanas do Oriente, por Christovão de Nazaret.

—N.ºs 1 e 2 (13.ª série).

Grammatica do Umbundu ou lingua de Benguella, por José Pereira do Nascimento.

ESTUDOS DE ANTHROPOLOGIA CRIMINAL

Notas anthropometricas e psychologicas sobre 120' reclusos da Casa da Correcção de Lisboa, colhidas e commentadas

POR

ALFREDO LUIZ LOPES

II

Exame em especial dos resultados obtidos

Peso — Estatura — Abertura dos braços — Medidas de mão
— Medidas craneanas — Medidas da face, etc.

Os resultados, que obtive, são em grande parte concordes com os da escola italiana, e para algumas discrepâncias não faltarão decerto faceis explicações.

De passagem os vou indicar occupando-me em especial de cada uma das classes dos dados fornecidos pela minha estatística, afim de assim mais frizar as deducções, que se possam tirar. Sou de opinião que em trabalhos d'esta ordem a concisão é obrigatoria, e por isso apenas farei as considerações indispensaveis, calcando as que julgar superfluas por serem evidentes ou por n'este caso terem minima importancia. Eis a razão porque sacrificarei o mais que poder á abreviação e ao laconismo.

PESO

D'entre os cincoenta menores não criminosos, que observei, motivos estranhos á minha vontade fizeram com que apenas conseguisse apurar o peso de trinta. E' com estes pequenos elementos de comparação, que formulei o seguinte quadro, onde como em todos os restantes farei grupos de

duas edades consecutivas, afim de me collocar mais perto da verdade.

Annos de idade	Media dos pesos nos					
	Não criminosos	Criminosos em geral	Criminosos de			
			Vadiagem	Furto	Desordem e ferimentos	Sodomia e attentados ao pudor
10 e 11	26,7	28,7	28,2	30,8	27,8	—
12 e 13	32,9	34	32,6	38,8	31,8	—
14 e 15	39,4	39,3	39	36,2	43,8	40,9
16 e 17	49,4	48,9	47,6	48,4	50,2	55,7
18	57,3	55,4	54,1	54	54,5	59,7

O peso foi, pois, sempre maior nos criminosos dos 10 até aos 14 annos, quasi igual n'esta idade e inferior dos 15 até aos 18 annos. Este resultado está em completa harmonia com os trabalhos de Pagliani, Lombroso e Marro tambem feitos sobre menores. Segundo este ultimo distincto professor de medicina legal tem elle facil explicação no facto do precoce desenvolvimento da puberdade nos criminosos, originado pela vida desregrada, orgias e praticas obscenas a que geralmente se entregam, pois é facto assente que o periodo da puberdade se acompanha d'um rapido augmento no peso e na estatura. A mesma razão colheria para o facto por mim observado proximo dos 18 annos, porquanto nos não criminosos já então tambem se passou essa evolução sexual, ficando por conseguinte em idênticas condições ás dos adultos, cujo peso é menor entre os criminosos (Thompson, Bischoff, Marro, etc).

E' para notar que os rapazes accusados de sodomia e attentados contra o pudor foram os que se me mostraram com maior peso, seguindo-se-lhes os reus de ferimentos e desordem conforme a anthropologia tem considerado como verdade reconhecida.

ESTATURA

A synopse das estaturas, que encontrei, acha-se no seguinte quadro :

Annos de idade	Media das estaturas nos					
	Não criminosos	Criminosos em geral	Criminosos de			
			Vadiagem	Furto	Desordem e ferimentos	Sodomia e attentados ao pudor
10 e 11	130,1	130	130,7	129	130	—
12 e 13	137,4	134,8	135	134,6	134,7	—
14 e 15	155,8	146,3	145	143,9	151,5	150,7
16 e 17	159,9	156,2	155,2	156,8	154,2	160,7
18	166,1	165,3	165,9	168	164	163,5

Não concordam completamente com os de Lombrozo estes meus resultados, visto que a estatura dos delinquentes se me mostrou em media menor que a normal. Convem, entretanto, notar que mais de dez por cento dos meus examinados attingiam aos 16 e 17 annos alturas exageradas, taes como 170 e 173 centimetros, sendo mais frequente esta elevação nos criminosos reincidentes. Nos cincoenta menores não criminosos, que observei apenas encontrei um com estatura superior a 170 centimetros.

De cento e setenta individuos adultos portuguezes do sexo masculino e não criminosos, que para este fim examinei, reconheci que apenas 58 ultrapassavam a altura de 170 centimetros, isto é, cerca de 35 por cento, sendo a estatura media igual a 168 centimetros¹.

Este facto assignalado por Marro vem mais uma vez confirmar a summa frequencia das estaturas elevadas nos criminosos d'esta idade, dando razão como este illustre criminalista diz, ao antigo proverbio: *mala herba citius crescit*. De resto está plenamente de accordo com o que é affirmado por Lombrozo e outros observadores.

¹ O mappa de inspecção de mancebos para o recrutamento em 1891, nota que em 42:788 mancebos inspecionados no continente 1:159 tinham de altura menos de 1^m,5; 2:288 orçavam por 1^m,53; e 39:341 tinham para cima de 1^m,54 de altura. Nas ilhas em 2:747 individuos havia para a primeira medida 100, para a segunda 125 e para a terceira 2:522. Examinando, por localidades, vê-se que Coimbra, Guarda e Vizeu apresentam maior numero de individuos baixos.

ABERTURA DOS BRAÇOS EM CRUZ

Na decima sexta columna dos meus mappas indico a differença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz, e do confronto d'esses numeros obtive o seguinte resultado referente, como quasi todos os outros, a centimetros :

Differença entre a estatura e a abertura dos braços em cruz	Nos menores não criminosos	Nos criminosos em geral	Nos criminosos de			
			Vadiagem	Furto	Desordem e ferimentos	Sodomia e attentados ao pudor
13	—	1	1	—	—	—
11	—	2	2	—	—	—
10	1	1	—	1	—	—
9	1	2	—	2	—	—
8	—	3	2	1	—	—
7	1	2	1	1	—	—
6	2	11	6	2	1	2
5	5	11	6	1	4	—
4	4	11	5	4	2	—
3	3	7	4	3	—	—
2	—	10	2	3	3	2
1	7	14	7	4	1	2
0	15	18	13	3	2	—
-1	5	10	5	3	2	—
-2	4	6	4	1	—	1
-3	2	2	—	2	—	—
-4	—	2	2	—	—	—
-6	—	4	—	1	3	—
-7	—	1	—	—	1	—
-9	—	1	—	—	—	1
-10	—	1	—	—	—	1
Total...	50	120	60	32	19	9

Vê-se, por tanto, que 30 % dos normaes teem os dois comprimentos eguaes ou com differença inferior a um centimetro, em quanto que apenas 15 % dos criminosos estão n'estas condições.

Entre os não criminosos nem um tem a abertura superior á estatura de mais de 3 centimetros, e 22 % de 1 a 3 centimetros ; 20 % teem a estatura superior de 1 a 3 centimetros, 28 % de 4 a 10 e nem um superior a 11.

Entre os criminosos 7,5 % apresentam a abertura dos braços superior á estatura em mais de trez centímetros e 15 % de 1 a 3; 25,8 % teem a estatura superior á abertura em mais de 1 a 3 centímetros, 34,1 % de 4 a 10 e 2,5 % de 11 centímetros ou mais.

A abertura dos braços foi superior á estatura em 22 % dos normaes e em 22,5 % dos criminosos.

A estatura foi superior á abertura dos braços em 48 % dos normaes e em 62,4 % dos criminosos.

Estes resultados concordam com os de Marro, comprovando que a maioria dos menores criminosos, e especialmente os reincidentes, apresentam differença a favor da estatura, mostrando com frequencia grande disparate entre estas duas medidas (differenças inferiores a -3 ou superiores a 10).

Estudando este assumpto com respeito a cada uma das classes dos criminosos vi que nos vadios predominaram as pequenas differenças positivas a favor da estatura, e nos reus de furto as differenças maiores. Foi nos dois ultimos grupos de criminosos que encontrei as differenças negativas.

COMPRIMENTO DA MÃO

Encontra-se na decima setima columna dos meus mappas as relações que vi existirem entre o comprimento da mão e a estatura calculada igual a 100.

Do seu exame resulta o seguinte quadro, no qual se verifica que dos reus de furto 65,6 por cento mostram a mão igual ou superior a onze centessimos da estatura, emquanto que apenas 47,3 % dos reus de ferimentos e 43,3 % dos de vadiagem attingem esta proporção.

Relação centesimal entre a estatura e o comprimento da mão	Nos não criminosos	Nos criminosos em geral	Nos criminosos de			
			Vadiagem	Furto	Desordem e ferimentos	Solomia e attentados ao pudor
10	1	1	1	—	—	—
10,1	2	1	1	—	—	—
10,2	1	—	—	—	—	—
10,3	5	3	2	—	1	—
10,4	2	—	—	—	—	—
10,5	3	5	1	3	—	1
10,6	2	6	4	—	2	—
10,7	4	14	7	3	4	—
10,8	3	6	2	2	1	1
10,9	4	15	10	3	2	—
11	6	12	6	4	1	1
11,1	2	16	5	6	4	1
11,2	5	10	6	2	1	1
11,3	1	8	6	1	—	1
11,4	2	2	1	1	—	—
11,5	—	5	3	—	2	—
11,6	2	2	—	1	—	1
11,7	2	1	—	—	1	—
11,8	2	3	1	1	—	1
11,9	1	1	1	—	—	—
12	—	3	2	1	—	—
12,1	—	3	1	1	—	1
12,2	—	2	—	2	—	—
12,3	—	1	—	1	—	—
Total...	50	120	60	32	19	9

As mãos mais curtas predominam nos vadios e especialmente nos reincidentes, que são os que apresentam os numeros menos elevados da minha estatística.

Os menores não criminosos apresentaram-se-me como tendo em maioria, 54 0/0, a mão inferior a onze centessimos da estatura, resultados estes que como os antecedentes coincidem com os apregoados por Burmeister e depois verificados por muitos authropologos.

LARGURA DA MÃO E COMPRIMENTO DO DEDO MEDIO

A grande maioria dos individuos normaes e honrados tem a largura da mão igual ou aproximadamente igual (menos

de meio centimetro), ao comprimento do dedo medio da mesma mão. E' este um facto confirmado pela anthropometria.

Entre os meus observados encontrei differença maior de meio centimetro a favor da largura da mão em 38 0/0 dos menores não criminosos, enquanto que em identicas condições encontrei 61 0/0 dos vadios, 68 0/0 dos ladrões, 78 0/0 dos reus de desordem e ferimentos e 88 0/0 dos que attentaram contra o pudor. Por consequencia a grande maioria dos criminosos da minha estatistica tinham o dedo muito curto em relação á mão, havendo alguns, 24 0/0, com esta differença maior que um centimetro e 2 0/0 maior que dois centimetros.

Tudo isto concorda com o que até hoje tem sido observado no estrangeiro, comprovando que entre os delinquentes, prevalecendo as mãos compridas, predominam os casos de dedos curtos e mãos largas.

CIRCUMFERENCIA CRANEANA

Os resultados, que n'este ponto obtive, conformam-se inteiramente com os de Pagliani e de Marro, mostrando que os delinquentes de menor idade, e especialmente os ladrões, apresentam em media uma circumferencia craneana inferior á normal como no quadro seguinte facilmente se reconhece.

Annos de idade	Media das circumferencias craneanas nos					
	Não criminosos	Criminosos em geral	Criminosos de			
			Vadiagem	Furto	Desordem e ferimentos	Sodomia e attentados ao pudor
10 e 11	52,6	50,7	50,5	51,2	50,8	—
12 e 13	53	51,6	51,7	51,9 ¹	51,2	—
14 e 15	54,2	52,3	52	52	53,9	52,1
16 e 17	54,2	53	52,7	53	54	54
18	56,7	54,5	54,7	53,1	53,8	55,5

¹ Não metti em conta um macrocephalo, que com 13 annos tinha a circumferencia craneana igual a 56 centimetros.

Para investigar a que parte do craneo se devia referir o augmento ou a diminuição d'esta medida confeccionei a 18.^a columna dos meus mappas geraes, na qual indiquei a differença entre a semi-circumferencia craneana anterior e a posterior. Fazendo a summula d'esses resultados no seguinte quadro verifiquei que emquanto no estado normal predomina a semi-circumferencia anterior nos criminosos succede o contrario. Assim 64 % dos criminosos teem as duas medidas eguaes ou a anterior menor, e apenas 36 % dos não delinquentes estão n'estas condicções.

Eis o quadro pelo qual se reconhece este facto :

Differença entre as duas semicircumferencias craneanas	Nos não criminosos	Nos criminosos em geral	Nos criminosos de			
			Vadiagem	Furto	Desordem e ferimento	Sodomia e attentados ao pudor
Anterior } (abaixo de -3	—	6	2	2	2	—
menor } - 3	—	3	2	—	—	1
que } - 2	4	13	4	5	4	—
posterior } - 1	4	17	9	1	4	3
Semicircumferencias eguaes ou com differença inferior a um centimetro	10	38	17	11	5	5
Anterior } 1	18	13	10	3	—	—
maior } 2	5	16	11	3	2	—
que } 3	5	10	4	5	1	—
posterior } mais de 3	4	4	1	2	1	—
Total	50	120	60	32	19	9

N'este quadro mais se vê, entre outras cousas, que nos poucos reus de attentados contra o pudor que observei nem um só tinha a parte anterior do craneo mais desenvolvida que a posterior, e que emquanto nem um dos normaes se encontra nas casas inferiores a -2 quasi 8 por cento dos criminosos apresentam esta anomalia.

Não ha, portanto, discrepancia entre o que por mim foi observado e o que os anthropologos teem sobre tal assumpto affirmado. As theorias de Gall e seus sectarios assim como as dos modernos propugnadores das localisações cerebraes

explicarão este e outros factos que a anthropometria assignala como muitos frequentes nos criminosos.

INDICE CEPHALICO

E' este um dos mais importantes elementos das estatisticas anthropometricas porque pretende demonstrar a relação existente entre a porção da massa cerebral que preside á função motora muscular e physica, originaria da impulsão, e a porção que tem por função a mentalidade, o raciocinio e a intelligencia.

Marro fazendo os seus estudos sobre 32 menores normaes e 109 criminosos, diz que não encontrou dolicocephalos entre os primeiros, em quanto que n'estes viu existirem na proporção de 14 por cento. Eguamente viu que os brachyocephalos e especialmente os hyperbrachyocephalos se lhe apresentaram com notavel frequencia entre os normaes.

Nos meus examinados criminosos encontrei 82,5% dolicocephalos e 17,5% brachyocephalos, em quanto que entre os normaes estas duas percentagens se me mostraram com os numeros 52 para os primeiros e 48 para os segundos.

Dos delinquentes, que estudei, 20,8% tinham um indice cephalico inferior a 74, emquanto que entre os não criminosos apenas 8% apresentaram essa classificação, cujos logares mais elevados eram por elles occupados. Dez por cento dos delinquentes attingiram indice igual ou superior a 83, emquanto que 40 por cento dos normaes gozavam d'esse privilegio.

Estes resultados, que no seguinte quadro se podem verificar, estão em geral de perfeito accordo com os do notavel anthropologo e alienista italiano, collaborando para a demonstração do predominio do diametro antero-posterior nos craneos dos criminosos.

Índices cephálicos	Nos não criminosos	Nos criminosos
Menos de 70	—	2
70	—	1
71	—	2
72	1	6
73	1	6
74	2	8
75	1	14
76	3	13
77	9	9
78	1	12
79	4	14
80	4	12
81	4	8
82	—	1
83	5	5
84	3	2
85	4	—
86	5	1
87	—	2
Mais de 87	3	2
Total.....	50	120

CURVAS CRANEANAS

As medidas da curva antero-posterior, que encontrei, acham-se resumidas no seguinte quadro :

Anos de idade	Média das curvas craneanas antero-posteriores nos					
	Não criminosos	Criminosos em geral	Criminosos de			
			Vadiagem	Furto	Desordem e ferimentos	Sodomia e attentados ao pudor
10 e 11	32,7	31,4	31,7	31,5	31,1	—
12 e 13	32,8	32,7	33	32,6	32,6	—
14 e 15	33,2	32,6	32,8	32,1	33,1	31,7
16 e 17	33,6	33,1	33,6	32,8	34,2	32
18	35,1	34,4	34,5	34,8	34,3	34,3

Esta medida mostrou-se me, portanto, maior nos normaes, ao contrario do que Marro observou medindo um pequeno numero de menores, — 55 criminosos e 36 normaes. Concorram, porém, os meus resultados com os que o proprio Marro, Lombrozo e outros encontraram nos adultos, e egualmente são conformes com os de Marro quando assignalam entre todos os menores criminosos os reus de ferimentos como os que apresentam maiores curvas antero-posteriores, e os de attentados contra o pudor como occupando a posição mais inferior.

Passando a estudar a curva transversa no mappa que em seguida formulo, mais uma vez fica demonstrado, como até hoje tem sido para menores e adultos, que nas cabeças dos criminosos é esta curva menor que nas dos não criminosos, o que junto aos resultados anteriormente expostos mostra o pequeno desenvolvimento craneano, e por consequencia cerebral, da maior parte dos delinquentes de menor idade.

Annos de idade	Media das curvas craneanas transversas nos					
	Não criminosos	Criminosos em geral	Criminosos de			
			Vadiagem	Furto	Desordem e ferimentos	Sodomia e attentados ao pudor
10 e 11	31,9	30,5	30,3	31,3	30,5	—
12 e 13	31,8	31,2	31,3	31,8	30,8	—
14 e 15	33,1	31,3	31,4	31,5	31,4	29,8
16 e 17	33,4	32	31,9	32	33,1	32,1
18	34,6	33,2	33,1	32,4	33,1	34

SOMMA DAS MEDIDAS CRANEANAS

A addição da circumferencia, das duas curvas e dos dois diametros craneanos dá um total, que segundo Marro é o melhor elemento para em vida se fazer uma, ainda que grosseira, ideia da capacidade craneana, ou antes de volume do cerebro e do craneo que o encerra. Sem se poder considerar como uma medida exacta fornece sem duvida um excellento meio de comparação, e por isso na vigessima columna

dos meus mappas as indiquei, e no seguinte quadro as compendiei.

Annos de idade	Media das sommas das medidas craneanas nos					
	Não criminosos	Criminosos em geral	Criminosos de			
			Vadiagem	Furto	Desordem e ferimentos	Sodomia e attentados ao pudor
10 e 11	151,1	143,9	143,7	145,9	142,7	—
12 e 13	14,8	146,7	146,9	147,4 ¹	144,8	—
14 e 15	153,6	148,2	148,0	148,9	144,3	145,7
16 e 17	154,7	151,0	150,3	150,7	154,9	151,7
18	160,8	155,3	155,1	153,2	155,0	157,1

A somma indicada mostra-se, portanto, menor nos criminosos que nos normaes, coincidindo de facto com o que tem sido observado nos menores e nos adultos.

Nos meus exames encontrei sete rapazes não criminosos com esta somma egual ou superior a 159, enquanto que apenas dois dos delinquentes atingiram este numero.

Entre os normaes 40 por cento mostraram numeros superiores a 154, enquanto que apenas 15 por cento dos criminosos se contam n'esta categoria. Em contraposição nem um normal teve esta somma inferior a 144, havendo entre os criminosos 24, isto é vinte por cento, que se mostraram com numeros inferiores a este, chegando um a apresentar unicamente 138,6 aos 10 annos, outro 139,1 aos 14 annos, outro 140,5 aos 15, etc.

Numeros menores de 148 encontrei em 41,6 por cento dos delinquentes e em 10 por cento dos restantes.

E' para notar que muitos dos delinquentes, que se me mostraram notaveis pela sua elevada estatura, mostraram-me pequenas capacidades craneanas.

Esta conformação, verificada já por Tarde, Ferri, Lombroso, Marro, Benedickt, Bordier e outros, é identica, ainda que menos exagerada, á que a anthropologia encontra quasi constantemente entre os selvagens. O homem criminoso pa-

¹ Tambem aqui não metti em conta um macrocephalo de 13 annos, accusado de furto, e que apresentava esta somma egual a 158,1.

rece, portanto, para alguns observadores, estabelecer debaixo d'este ponto de vista uma verdadeira transição anthropologica entre o selvagem e o honrado, a quem a civilização aperfeçoou as faculdades.

Quando o estudo da capacidade craneana se faz em malfeitores adultos, é curioso ver as diferenças que muitos observadores descrevem entre as varias classes de criminosos, dizendo por exemplo que os assassinos teem maiores cabeças que os ladrões, etc. No meu caso, porem, esta comparação apresenta menos interesse e importancia, visto que os meus examinados não podem ser classificados pela sua especial indole criminosa por estarem no inicio da sua carreira, e, por consequencia não se saber ainda quaes os que para o futuro virão a ser profissionalmente ladrões, homicidas, incendiarios, etc.

ALTURA DA FRONTE

Entre os rapazes não criminosos encontrei em regra a frente mais alta e espaçosa que nos delinquentes, havendo muitos d'elles com esta altura igual ou aproximadamente igual a cinco centímetros, visinhando-se mesmo alguns dos 6 centímetros. Nem um dos criminosos attingiu esta ultima medida, poucos se acercaram da anterior; mas muitos a tiveram cerca dos trez centímetros, e alguns ainda menor.

E' esta mais uma prova, que junta aos resultados obtidos por todos os dados anthropometricos do craneo demonstram o pequeno desenvolvimento das regiões anteriores do cerebro dos criminosos, o que ainda se tem comprovado pelas observações necroscopicas, prolixa e repetidamente feitas.

Benedickt, Lombroso, Flecks e outros anthropologos, que mais especialmente se teem occupado d'este estudo são concordes em affirmar a grande frequencia dos pequenos volumes dos cerebros entre os criminosos, alem d'outras notaveis e não raras anomalias, taes como disposição anormal e maior riqueza dos sulcos e das circumvoluções cerebraes, especialmente no hemispherio direito (Lombroso), volume mais consideravel do cerebello e anomalias dos vasos sanguineos que regam o encephalo. Entre estas ultimas citam-se algumas muito frequentes, taes como a ausencia da arteria communicante posterior esquerda e a atrophia da arteria do corpo calloso no lado esquerdo, substituida na parte anterior pela communicante anterior.

DIAMETROS DA FACE

O diametro bizygomatico nos criminosos que observei não se distanceou muito do que encontrei entre os normaes, sendo certo que os reincidentes me apresentaram sempre diametros superiores aos medios, o que concorda com o que se tem visto entre os adultos delinquentes, cuja face se mostra relativamente mais desenvolvida que o craneo.

Em quanto ao diametro bimaxillar observei dos onze annos para cima a media nos culpados superior á encontrada nos normaes, e isto especialmente depois dos 15 annos. Foram os reus de sodomia e attentados contra o pudor os que apresentaram numeros mais elevados.

O exagero d'estes dois diametros da face denota para os que se teem dedicado a estes estudos o predominio que nos criminosos teem as funcções da vida vegetativa em relação ás intellectuaes.

* * *

E' certo, e já o fiz notar, que deixei de fazer algumas das observações apresentadas pelos que se teem dedicado ao estudo da anthropologia criminal, taes como curvas parciaes do craneo, angulo facial, indice nasal, exame da orelha e outras. Não o fiz em consequencia de terem os meus exames por assumpto individuos de menor idade nos quaes as referencias omissas carecem de valor por muitas se referirem a caracteres, que nos meus examinados não estão ainda definitivamente estabelecidos.

Está n'este caso a côr dos cabellos. Nos culpados adultos curiosos resultados a tal respeito teem sido notados. Entre elles convem citar o facto dos reus de attentados contra o pudor serem em regra louros, fazendo lembrar um outro facto verificado em medicina que é o das mulheres louras terem a evolução sexual mais precoce que as de cabellos escuros.

Nos menores que observei a côr dos cabellos era em regra castanho clara; mas decerto com o progresso da idade muitas d'estas colorações hão de variar, tirando assim todo o valor ao seu actual exame.

Nos adultos, por exemplo, a rareza da barba apresenta-se com extrema frequencia; mas é evidente que d'este phenomeno não tive de me occupar.

Nos reflexos tendinosos e no exame dynamometrico nada de importante se me revelou e por isso os não cito, e de igual forma procedo com respeito á tatuagem por não ter encontrado um unico exemplar entre os rapazes observados.

Ottolenghi estudando no laboratorio de Lombrozo a forma do nariz dos criminosos chegou a resultados realmente curiosos, que sob o titulo *Dei ricambio materiale nei delinquenti*, publicou no *Giornali della R. Accademia di medicina de Turim* no fim do ultimo anno. A asymetria das aberturas nazaes, por exemplo, é muito frequente entre os criminosos adultos, prevalescendo entre os homicidas como entre os epilecticos os narizes grossos, compridos e gibosos; entre os ladrões como entre os cretinos os narizes achatados, curtos e largos, etc. No meu actual caso este exame que nada de anormal me mostrou pelas razões expendidas não tem identica valia.

Continua.

OS DOIS MINISTROS LIBERAES JOSÉ DA SILVA CARVALHO E MANUEL GONÇALVES DE MIRANDA

O nome do celebre estadista Silva Carvalho logrou a fortuna de ter um neto que inspirado pela musa Clio veio dar um largo clarão á primeira epocha do regimen constitucional. O sr. Antonio Vianna com os dois grandes e formosos volumes: *José da Silva Carvalho e o seu tempo*, veio revelar muitos factos e contribuir poderosamente com estes preciosos documentos para o restabelecimento de muitas verdades da historia contemporanea. A verdadeira critica sobre estes successos, e o juizo sobre os homens d'esse tempo ainda está por fazer. Foi o sr. Antonio Vianna n'esta obra e o sr. Thomaz Ribeiro na *Historia da legislação liberal portugueza*, que deram a formula exacta do modo porque deve estudar-se este periodo tão agitado da vida nacional. D. Miguel e D. Pedro IV são dois personagens historicos, parcialmente julgados por odios reciprocos. Luz Soriano e o Barão de S. Clemente, pelos seus trabalhos constituem dois repositorios de factos, expostos sem methodo, mas elementos d'um alto valor sociologico.

Mal se podia fazer a verdadeira historia do Portugal con-

temporaneo sem esta serie importantissima de documentos que o sr. Vianna nos ministra n'uma edição tão primorosa e n'um processo de exposição tão lucido e tão facil para consulta.

A revolução franceza tinha produzido nos cerebros portu-guezes uma commoção profunda. A deusa da Liberdade deixára de ser uma reminiscencia classica para se encarnar nos homens de 1820. Os cidadãos do *augusto congresso* veneravam essa deusa, como os antigos romanos, sob a figura de mulher vestida de branco, tendo ao lado um jugo quebrado, pegando n'uma lança e com um gorro ora na cabeça ora no topo da lança. Este gorro era o symbolo da liberdade com que os homens de 1820 sonhavam durante a noite e cogitavam durante o dia.

José da Silva Carvalho, e Manuel Gonçalves de Miranda, um magistrado outro soldado, eram dois espiritos rasgadamente abertos, que na juventude estremeceram de enthusiasmo pela liberdade da patria.

Manuel Gonçalves de Miranda é um dos poucos homens d'Estado da primeira metade d'este seculo que tem uma folha de serviços immaculada. O *Diccionario Popular* diz que era um ministro de grande respeitabilidade e fal-o filho do ajudante do intendente de policia da villa de Outeiro.¹ Ma-

¹ A confusão do redactor d'este artigo no *Diccionario Popular*, foi talvez originada pelo nome do celebre Intendente do tempo de D. José I, Manuel Gonçalves de Miranda, tio-avô e homonymo do honrado ministro. A intendencia geral de Policia foi creada pelo marquez de Pombal, sendo o primeiro intendente Ignacio Ferreira de Sousa, segundo o desembargador Manuel Gonçalves de Miranda, nomeado em 1766 e sendo-lhe permittido por um alvará acumular os dois logares e os dois ordenados. O terceiro intendente foi Pina Manique. É longa e notavel a folha de serviços do intendente Gonçalves de Miranda. O seu nome anda ligado á execução de numerosos actos de desmedida violencia e firme energia do ministro marquez de Pombal. Prestou altos serviços ao Estado e a sua fama deixou lenda em Traz-os-montes. Era natural da Paradinha de Outeiro, filho legitimo de Domingos Miranda e de Isabel Gonçalves, neto paterno de Miguel Miranda e de Maria Pires, ambos naturaes do logar de Riofrio. Formou-se na universidade de Coimbra nas faculdades de leis e de canones, foi casado com D. Catharina Luiza Geraldés, da Paradinha. Estreiou-se na vida publica em 27 de junho de 1747 por haver sido nomeado intendente dos linhos canhamos da comarca da Torre de Moncorvo (Vide livro 117, vol. 25, chancellaria de D. João V, Bibliotheca da Torre do Tombo), depois corregedor da comarca e auditor da provincia de Traz-os-Montes, mais tarde promovido a corregedor da comarca de Coimbra e em 1758 a desembargador da Relação do Porto e em 1766 da casa

nel Gonçalves de Miranda era filho de Martinho Carlos de Miranda, morgado da Paradinha, capitão-mór da villa de Outeiro, cavalleiro da Ordem de Christo, moço fidalgo, e em 1834 sub-prefeito da provincia de Traz-os-Montes. Manuel Gonçalves de Miranda nasceu na Paradinha de Outeiro em 30 de novembro de 1780. Nos primeiros annos do seculo XIX acabou com distincção a formatura na faculdade de mathematica da universidade de Coimbra. Fez com notavel bravura as campanhas da guerra peninsular, sendo condecorado com a medalha das tres memoraveis campanhas contra Napoleão. Na acção de 4 de agosto de 1810 de Puebla de Senabria bateu-se com tal valentia que foi promovido por distincção a tenente, mais tarde a capitão de cavallaria 12 e agraciado com a commenda da Torre e Espada.¹

O general Silveira n'esta epoca o commandante aquartelado em Bragança, tinha em grande conta o official Miranda. O capitão Francisco Teixeira Lobo com uma pequena força e o alferes Miranda apenas com 30 cavallos do 4.º esquadrão combateram valorosamente contra um batalhão suizo ao serviço de Napoleão no termo da villa de Outeiro, obrando taes prodigios de bravura que o marechal Beresford os cobriu de elogios.²

Muito padeceu a provincia de Traz-os-Montes durante as invasões francezas. Em compensação cobriram-se de brilhante gloria os seus filhos, entre elles o general Gomes Sepulveda, de Bragança; Antonio Caetano Pavão, de Parada; o tenente general Manuel Pinto Bacellar, de Villar de Ossos, creado depois visconde de Montalegre e elevado a marechal de cam-

da Supplicação (Livro 52, folhas 240, chancellaria de D. José I, no mesmo archivo). Na *Leitura de Bachareis* do desembargo do Paço (Maço 27, M. n.º 6) está a sua circumstanciada habilitação pela qual se prova que elle e a sua familia era puro, limpo e inteiro christão. Instituiu um vinculo em seu sobrinho Martinho Carlos de Miranda, casado com D. Perpetua Maria Geraldés. A instituição do vinculo é de 1779. Este joven morgado foi educado sob a sua direcção no Collegio dos Nobres, de Lisboa. A avaliação das propriedades para o vinculo está no cartorio da villa de Outeiro do tabellião Domingos Pires Velho, que rendiam 820\$000 réis, sendo preciso uma dispensa da Rainha D. Maria I por não chegarem a render um conto de réis, minimo rendimento para a creação do vinculo, allegava-se n'essa dispensa que os fructos tinham pouca extracção n'aquella terra.

¹ Luz Soriano, tomo III, pag. 62.

² *Memorias biographicas do Visconde de Montalegre* por um anonymo, Lisboa, Imprensa Régia, 1812.

po. O esplendor do triumpho illumina na historia só o nome dos cabos de guerra e deixa na sombra grandes heroes de obscuro nome¹.

Depois de expulsos os francezes Manuel Gonçalves de Miranda occupou-se da expulsão dos inglezes. Foi dos que secretamente prepararam a revolução de 1820. No congresso constituinte de 1821, entre os deputados eleitos, lá está Miranda como deputado proprietario pela provincia de Traz-os-Montes.

A lucidez da sua intelligencia e a energia do seu character evidenciou-se tão notavelmente que em 20 de novembro de 1822 era nomeado ministro e secretario d'Estado, sendo abertas no mez seguinte as cortes ordinarias.

Desde a Villafrancada até 1828 a nossa historia politica é cheia de surpresas. Em 1828 o infante D. Miguel, o principe doidamente amado pelo povo, é proclamado rei absoluto, manda a verdade que se diga, que não obstante as instancias que vinham de toda a parte, de quasi toda a nação, elle recusou firme e nobremente declarar-se absoluto sem o assentimento das cortes. Este correcto procedimento do infante idolatrado, traz-nos tristemente á memoria o sangrento fanatismo dos liberaes que em 1828 assassinaram os lentes legitimistas da universidade de Coimbra, que vinham convidar o infante a proclamar-se rei absoluto. D. Miguel cedia á vontade da nação e inspirava-se na politica internacional da Santa Alliança. Não é aqui o logar para discutir as inhabilidades e as violencias da politica dos ministros de D. Miguel, duque do Cadaval, condes da Louzã, de Villa Real e de Basto.

Manuel Gonçalves de Miranda apparece-nos na emigração identificado com Silva Carvalho. E' interessantissima a correspondencia trocada entre os dois estadistas, publicada na obra *José da Silva Carvalho e o seu tempo*, um estava em Londres e o outro em Bruxellas. Os documentos datados de 1830 a 1831, de pag. 60, 65, 69, 71 e 73 do vol. I, mostram a identificação do ideal d'estas duas almas.

A correspondencia entre Miranda e o banqueiro hespanhol Mendizabal a fim de obter dinheiro para a revolução contra o governo de D. Miguel, prova que Gonçalves de Miranda era o financeiro dos liberaes emigrados. A sua carta de Paris com

¹ Collecção de documentos relativos á guerra denominada da península, vol. iv, pag. 142, pelo general Claudio de Chaby.

data de 5 de janeiro de 1833 diz que consente que se faça o empréstimo Duque de Palmella, posto que assás oneroso. E' para notar n'uma epoca de tamanha decadencia litteraria, a correcção com que Gonçalves de Miranda escreve, ora em castelhano, ora em francez.

Uma das reformas, sem duvida, do Marquez de Pombal mais cantadas pelos seus panegyristas, é a da junta da *Providencia litteraria* de 1772, que refundiu os processos universitarios por odio ao ensino da companhia de Jesus, no entanto é necessario confessar que nunca a decadencia litteraria, tanto na sciencia, nas artes e no modo de escrever a lingua, foi tamanha e desceu tão baixo como na da geração educada por essa reforma. Começou pouco mais ou menos nos primeiros annos d'este seculo e prolongou-se até á emigração liberal, terminando com o advento do romantismo.

E' d'um especial valor historico a carta de Miranda a Silva Carvalho, de 21 de março de 1834, quando prefeito do Douro, sobre a attitudo politica da cidade do Porto e outras informações politicas e militares do norte de Tras-os-Montes (pag. 144, vol. II).

D'esta epoca possui algumas informações e anedoctas de Miranda, prefeito do Douro, ministradas pelo meu nobre amigo o ex.^{mo} sr. conselheiro A. E. C. de Sá Brandão, actual dignissimo presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Era n'essa epoca estudante de collegio e recorda-se de ver quasi todas as noites passar os serões na Torre da Marca, em casa de sua mãe, a illustre marquezia de Terena, o mathematico Miranda, eximio jogador de xadrez.

Em 1836 Gonçalves de Miranda era ministro da marinha no gabinete do duque da Terceira. Depois em 1841 foi feito ministro da fazenda; morreu conselheiro de Estado e ministro da marinha, a 5 de abril de 1841.

O *Correio de Lisboa* de 10 de abril de 1841 faz um eloquente elogio das suas virtudes pessoas e civicas e descreve esplendorosamente os grandes funeraes do chorado estadista. José da Silva Carvalho, o velho e leal companheiro de tão elevadas empresas patrioticas era quem levava a chave do caixão do seu dedicado amigo.

Costa Cabral que elles haviam iniciado na politica ficava, o espirito dominador da situação politica do paiz, como defensor da carta que os dois haviam energicamente amparado com a palavra, com a penna e com a espada.

O filho primogenito de Gonçalves de Miranda, Antonio José de Miranda, fizera as campanhas liberaes, era tambem bacharel em mathematica, herdou de seu avô o morgadio da Paradinha, de seu pae o pariato e foi feito visconde da Paradinha em 3 de maio de 1848.

FERREIRA-DEUSDADO.

CONSELHOS DE MÃE A FILHA

POR

M.^{me} de Lambert

(TRAD. POR GOMES DE BRITO)

(Continuado do n.º 7)

Ha, diz-se, dois prejuizos a que é de força obedecer ; a religião e a honra. É' mal pensado tratar a religião de prejuizo ; o prejuizo é uma opinião que tanto pode convir ao erro como á verdade ; esse termo só ás coisas incertas deve applicar-se, e a religião não é uma coisa incerta.

Ainda que a honra seja obra de homens, nada é mais real do que os males que soffrem os que teem pretendido subtrahir-se-lhe : por onde, o revoltar-se contra a honra não deixa de offerecer seus perigos ; deve-se até trabalhar por fortalecer esse sentimento, uma vez que elle tem de ser norma de vida, e que nada ha mais contrario ao repouso e nada nos força a uma conducta mais incerta, do que pensar de uma maneira e obrar de outra. Por isso, é mister que, tanto quanto vos for possivel, vos doteis, minha filha, com os sentimentos correspondentes á conducta que se deve observar.

Fortificai pois *este prejuizo* da honra, e que a vossa delicadeza o leve até ao escrupulo.

Não vos deixeis affrouxar no tocante a estes principios ; não considereis a virtude das mulheres como virtude que o uso recommenda ; não vos acostumeis a acreditar que, para

pagar o tributo que deveis a vossas obrigações, vos basta esquivar-vos aos olhos do mundo. Este e a consciencia são os dois tribunaes inevitaveis perante os quaes haveis de comparecer. Poderá dar se que o mundo vos absolva; não achareis egual facilidade na consciencia. Devendo-vos a vós propria o testemunho de que sois, em verdade, uma pessoa honesta, careceis de propiciar em vosso favor a approvação publica, porque no desprezar-se a reputação é que se gera o menospreso da virtude.

Quando houverdes adquirido alguma pratica do mundo, reconhecereis então que não é preciso ver-se uma pessoa ameaçada pelas leis, para se confinar na orbita do dever; o exemplo das que miseravelmente o transgrediram, os infortunios que as perseguiram, bastariam para suspender ainda o mais rapido pendor.

A vergonha é um sentimento de que podem advir grandes beneficios, se bem observado. Não me refiro á *má vergonha*, que só consegue perturbar-nos o repouso, sem nos melhorar nos costumes; fallo da vergonha que nos afasta do mal pelo temor da deshonra.

Ha grandes virtudes que, levadas a certo gráo, são fonte de perdão para muitos defeitos: o valor supremo nos homens; nas mulheres o pudor extremo. Tudo se perdoava a Agrippina, mulher de Germanico, em obsequio á sua castidade: esta princeza era ambiciosa e altiva; mas, escreve Tacito, todas as suas paixões lh'as consagrava aquella virtude.¹

Se em materia de reputação primar em vós a sensibilidade e a delicadeza, se vos dominar o temor de que vos ataquem no capitulo das virtudes essenciaes, um meio tendes seguro, por virtude do qual aquietareis vossos escrupulos, contentando a vossa delicadesa: — sêde virtuosa.

Desvelai-vos em depurar os vossos sentimentos, moldando-os pelo são raciocinio e pelos dictames da honra. Estudai o modo de viver bem comvosco propria; está ahi um muito infallivel grangeio de prazeres, sem contar com os louvores e boa reputação que heis de alcançar; enthesourai verdadeiras virtudes, e achareis que vos não ha de faltar jámais quem vol-as approve.

¹ A passagem a que a auctora allude é a seguinte:

« Sed Agrippina, aequi impatiens, dominandi avida, virilibus curis, feminarum vitia exuerat.»

ANN. LIB VI, 25.

(Nota do trad.).

Virtudes brilhantes não são partilha de mulheres, mais lhes convem as virtudes simples e menos ruidosas. A nomeada não se quer comnosco.

Disse um antigo *que as grandes virtudes são para os homens*, não concedendo ás mulheres senão o merito unico de passarem despercebidas; e não são, diz elle, *as mais louvadas as mais dignas de louvor, mas antes aquellas de quem ninguém falla*. O conceito parece-me falso, mas se hemos de reduzir esta maxima a termos de conducta, direi que é avisado evitar o mundo e a evidencia vistosa, que algum mal fazem sempre ao pudor, e contentar-se cada qual em ser o espectador de si proprio.

As virtudes das mulheres são difficeis, porque a gloria não ajuda a pratical-as.

Viver no seu lar, não reger mais do que a propria pessoa e a familia, ser simples, composta e modesta, virtudes são não faceis, porque obscuras. Grande merito precisa ter quem foge aos bulícios do mundo, e assaz de coragem para não consentir em ser virtuosa senão a seus proprios olhos. A reputação e a grandesa são o amparo dos nossos fracos, e cede a um fraco verdadeiro quem pretender elevar-se e distinguir-se. A alma repousa na certeza da approvação publica, e a gloria verdadeira está em passar sem ella. Que a approvação publica seja pois eliminada d'entre os motivos de vossas acções; baste que ella lhes seja a recompensa.

Torna-se preciso, minha filha, viver na certeza de que a perfeição e a felicidade mutuamente se equivalem, que só pela virtude sereis feliz, e que de raro vos visitará a desgraça, a não ser que ella penetre pela vereda dos desvarios. Sé cada um se prestar a apertado exame, reconhecerá que jámais os espinhos de uma dôr viva lhe pungiram o intimo, se a tal não deu margem algum defeito, ou a ausencia de alguma virtude. O pezar acompanha sempre a perda da innocencia, mas, de cortejo á virtude, segue um sentimento de doçura, que paga de contado a quantos lhe são fieis.

Tende-o pois por muito certo; o pudor não é a vossa unica virtude se bem que haja mulheres que outra não conheciam, vivendo persuadidas que esta, só por si, as isenta de todos os mais deveres para com a sociedade. A tudo se julgam essas taes no direito de faltar, e de ser impunemente orgulhosas e maledicentes. Anna de Bretanha, princeza imperiosa e soberba dava amargores a Luiz XII, e este bom

príncipe dizia muitas vezes, condescendendo com sua esposa: *De algum modo ha que pagar-se a castidade das mulheres!* Não façais pagar a vossa castidade, minha filha; pensai, pelo contrario, que esta virtude só de vós depende, perdendo o seu maior brilho se não for acompanhada pelas outras.

E' porém preciso que haja suavidade no pudor. O tumultuar do intimo, passando do coração aos labios, prorompe em palavras destemperadas. As paixões ainda as mais activas teem precisão do pudor para amostrar-se sob uma forma seductora: todas as vossas acções devem impregnar-se n'essa forma, ornando ella e embelesando toda a vossa pessoa.

Diz-se que Jupiter, ao formar as paixões, assignou a cada qual seu habitaculo: foi o pudor esquecido, e quando a seu turno se amostrou, não se sabendo onde collocar-o, permitiu-se-lhe que se juntasse com todas as paixões creadas. Desde então, o pudor tornou-se-lhes inseparavel; amigo da verdade castiga a mentira que ousa atacal-a, ligado e particularmente unido ao amor, acompanha-o sempre, e não raro ou o patenteia ou o occulta: o amor perde, emfim, tudo quanto n'elle encanta, se o pudor o não acompanha. Nas jovens, o pudor é o mais lustre.

Seja pois a modestia o vosso primeiro ornamento: possui esta virtude grandes predicados, augmenta a belleza e serve de véu á fealdade: a modestia é o supplemento da belleza. O grande infortunio da fealdade é o de annullar, soterrando-o, o merito das mulheres. Ninguem se propõe antegostar em um rosto disgracioso as qualidades do espirito e os dotes do coração. Summa empresa essa de conseguir que se distinga o merito atravez um exterior desagradavel!

Não vieste a este mundo, minha filha, sem attractivos, mas não sois uma belleza; eis o que ha-de obrigar-vos a fazer provisão de merito. Nada se vos perdoará. A belleza tem grandes vantagens. Dizia certo auctor *que a belleza é tyrannia breve e privilegio principal da criação.* Dizia tambem *que as bellas trazem na frente as cartas que as recommendam.* E' que a belleza inspira um sentimento de doçura que a favorece. Se não tiverdes estas vantagens, julgar-vos-hão rigorosamente. Que, pois, nada haja nem em vosso todo, nem em vossas maneiras, susceptivel de denuncia de que andais por este mundo ignorando o como sois. Em um rosto mediocre, o parecer confiante revolta. Nem por sombras apparencia de arte, nem no discorrer nem no vestir, ou melhor, que a arte se não

presinta; quanto mais delicada é a arte, mais se esquivava á observação.

Não se devem deixar incultos os talentos nem os attractivos, uma vez que as mulheres teem por destino o agradar, mas importa mais adquirir um merito solido, do que dar valor a frioleiras. Nada passa mais breve do que o reinado da belleza; nada ha mais triste do que a sequencia do viver das mulheres que outra cousa não souberam senão ser bellas. Se foram os vossos attractivos que vos grangearam affectos, fazei por conserval-os pelos laços da amisade, emtanto que pelo merito os tornareis perduraveis.

Não é facil dictar regras exactas para agradar. Graças sem merito não teem dominio longo, e o merito sem graças pode fazer-se estimar, mas não enleva. Devem pois as mulheres dispor de um merito amavel, alliando ao mesmo passo as graças ás virtudes. Não limito o merito nas mulheres ao simples pudor; dou-lhe mais extensão. Uma mulher honesta possui as virtudes dos homens, a amisade, a probidade, a fidelidade a seus deveres; uma mulher amavel deve dispor não só das graças exteriores, mas das graças tambem do coração e dos sentimentos. Não ha nada mais difficil do que agradar sem suspeitas de querer mais do que isso.

E' antes por seus defeitos, do que por suas boas qualidades, que as mulheres agradam aos homens; todo o empenho d'estes está em aproveitar as fraquezas das mulheres amaveis, que das virtudes d'ellas é que elles não tiram partido algum.

Não é estimar que elles querem; o que elles querem é passar tempo com pessoas pouco estimaveis. Preferem isto a ver-se obrigados a admirar pessoas virtuosas.

Para conseguir agradar é mister conhecer o coração humano; aos homens a novidade captiva os mais que a excellencia, mas como a flor da novidade, é pouco duradoura, quanto attraia como novidade, bem depressa enfastia por commum. E' preciso, pois, para entreter esse gosto pela novidade, dispor de recursos variados, possuir meritos diversos: não se deve contar com os sós attractivos proprios, é necessario dispor de uma grande variedade de graças e de merecimentos para sustentar a attracção, e fazer gosar, no mesmo objecto, todos os prazeres da inconstancia.

Continúa.

ESBOÇO HISTÓRICO DO ENSINO DOS SURDOS-MUDOS EM PORTUGAL

Estudo apresentado ao Congresso pedagógico hispano-português-americano realizado em Madrid em outubro de 1892 (revisto e augmentado)

Padre Pedro Maria de Aguilar

A arithmetica era o objecto dos cuidados do rev. Padre. Tinha na aula um contador (marcador), todas as moedas portuguezas e algumas estrangeiras, uma balança com a collecção completa dos pesos, uma folhinha, etc. Exercitava os alumnos nas quatro operações fundamentaes, em que primavam, tirando as provas a todas e com isto passava problemas cujos dados eram tirados dos factos de uso commum. Pesavam-se os objectos, mediam-se e os resultados eram escriptos na lousa, e *vice-versa*; quantias enumeradas na pedra eram explicadas com os pesos ou o metro. Aproveitavam-se da folhinha e do relógio para as divisões do tempo, que todos conheciam perfeitamente. Com respeito ás compras que os alumnos viam fazer ou de que se lhes davam explicações, as moedas serviam para repetirem os mesmos calculos que o comprador: methodo excellente que não podia dar senão bons resultados. Faltava só para completal-o o conhecimento da lingua, sem o qual não se póde emprender o estudo minucioso e seguido da arithmetica.

Com effeito, o Padre Aguilar não ia muito longe com os alumnos n'esta disciplina. Por exemplo, José de Castro, intelligente moço surdo-mudo, um dos mais brilhantes alumnos do Padre, e com quem tivemos o praser de passar um dia inteiro, não tem a mais leve noção das fracções. Asseverou-nos que não as estudou no collegio.

Como curiosidade dou uma nota interessante ministrada por outro surdo-mudo, irmão mais velho do precedente, na verdade pouco adeantado, a respeito de contas.

Escreve elle: «multiplicar $11 \times 3 = 3 + 2$ »

Quando lhe mostrei que aquella equação estava errada e

que naturalmente queria escrever $11 = (3 \times 3) + 2$, respondeu-me, por accionados, já se vê, que não se lembrava e que nunca tinha lidado muito com os algarismos.

O rev. Padre ensinava geographia por meio de espheras emblematicas e mappas parietaes; os alumnos não tinham atlas e parece que este ramo de ensino não era muito cultivado. A historia tinha um logar ainda menos importante.

Os trabalhos manuaes e o apprendizado d'um officio não encontravam em Guimarães o logar que merecem n'uma escola de surdos-mudos bem organizada. No proprio collegio não havia nenhuma officina e ao sahirem de lá, os rapazes, a maior parte já crescidos, tinham de principiar então a trabalhar em qualquer ramo, o que os prendia até uma edade adeantada antes que pudessem ganhar alguma cousa. Quando os paes manifestavam o desejo de ver o filho aprender um officio que se exercesse em Guimarães, o Padre não fazia opposição. E' assim que dois alumnos iam todos os dias, a horas determinadas exercitar-se na typographia do jornal *Religião e Patria*. Um d'elles habilitou-se rapidamente; o outro ia lá mais como curioso e para acompanhar o irmão.

As meninas, como já o temos dito, eram n'esta parte mais felizes pois que podiam no proprio collegio familiarisar-se com os arranjos domesticos, prenda utilissima a uma mulher, principalmente a uma mulher pobre, que deve encontrar nas occupações diarias a melhor fonte de ventura.

O fim principal do sacerdote-professor era sem contestação o maior desenvolvimento do alumno em linguagem escripta e felizmente os resultados que obteve coroaram dignamente os seus nobres esforços.

A fama do Padre Aguilar como professor de surdos-mudos, havia-se divulgado. Tinha recebido visitas muito honrosas, como a de D. Antonio da Costa, em 1873, que deixou consignado no seu livro *No Minho* a expressão da sua alegria ao ver as maravilhas da escola de Guimarães.

Não resistimos á tentação de reproduzir parte d'esta magnifica descripção, hoje difficil de encontrar; aqui, de certo, agradaará sobre modo aos nossos collegas de fóra:

«Um enxame de rapazinhos de sete a quinze annos, alegres, risonhos, buliçosos, como se de alguma festa se tratasse, com o alvoroço d'aquella idade, rodeando o padre Aguilar, esperava-nos á porta.

No momento de nos verem chegar, correm todos para nós como se nos conhecessem havia annos, uns estendem-nos as mãos, outros abraçam-nos, outros conchegam-se-nos com affecto, collocam-nos no meio d'elles, quasi que nos querem levar em triumpho; e, note-se, isto de mais a mais n'uma quinta feira, feriado semanal que nós lhe iamos roubar. Enternecia o vêr todo aquelle ninho a sorrir-se tanto por entre a desgraça da sua sorte.

Foi extraordinario o espanto de nós todos a uma tal recepção.

Chegando á sala, Aguilar mandou-os para as aulas dispôr tudo para os exercicios. Os surdos-mudos obedeceram e saíram.

— Padre Aguilar — disse-lhe eu — decifre-me este enyigma. Quando visito uma escola de cegos, um hospital de doudos, um receptaculo qualquer das infelicidades humanas, entro incommodado por saber que vou presenciar sempre rostos tristes, e almas que padecem. Tomado d'esta impressão vinha para aqui, n'isto pensava pelo caminho, esperando encontrar uma escola de tristes; mas que surpresa não é a minha sendo estes pobres mudinhos tão alegres, sem traços de afflicção nos rostos, nem melancholia nos olhos!

Aguilar bateu as mãos enthusiasmado, todo se remecheu na cadeira, e riu-se.

— Esse é o grande segredo — respondeu elle — o segredo da grande regeneração. Sabem porque os encontram assim alegres e felizes quando a sua immensa desgraça os deveria tornar sombrios? E' o milagre da instrucção. E' porque educados e instruidos, consideram-se grandes, elevados pelo seu estudo e trabalho ao nivel dos que ouvem e dos que fallam, ao nivel da humanidade, iguaes a nós todos, e sem o antigo rebaixamento. Com a intelligencia apurada, e com a alma em anceo. anteveem já uma familia, um futuro (que alias não poderiam ter); é como se ouvissem dizer aos seus ouvidos que ouvissem e aos seus labios que fallassem. Por isso o maior prazer que lhes podem dar é virem visital-os, verem-nos ler, escrever, contar, compor, discutir entre si, e com os visitantes. Esquecem-se então da sua desgraça com a alegria de a verem reparada. Aprendem com a ancía do captivo que intenta conquistar a liberdade!

Como se pôde crer, a nossa curiosidade e interesse augmentavam cada vez mais.

O padre Aguilar foi lá dentro e d'ali a poucos momentos veio dizer que podíamos entrar.

En tramos á grande sala do trabalho.

Encontrámos os alumnos divididos em duas classes, a primeira dirigida pela sr.^a D. Joanna Innocencia Pereira Barbosa do Lago, sympathica e intelligente sobrinha do padre Aguilar; a segunda, a dos mais adeantados, por seu irmão o sr. Elyseu Pereira d'Aguilar, mestre já tambem na especialidade.

Estavam todos a seus postos, anciosos, penetrantes, vivos, com aquelles olhos prescrutadores dos mudos, com a soffreguidão com que entrassem n'uma batalha, que elles quizessem vencer.

Lá se via Affonso Marques, de quinze annos, apenas com vinte e oito mezes de escola, e já official typographo; tambem já typographo Alexandre Marques, de quatorze annos; e Antonio Vieira, folgazão, sempre a rir e esportissimo; e o mimoso Augusto Humberto; e José de Castro, creança de dez annos, o primeiro da escola, tão vivo, com tanto talento, e tão delicadinho que lhe puzemos o nome de nervoso, suffocando-se todo quando se equivocava, radiante quando, ao vê-lo brilhar, lhe batíamos as palmas.

Principiou a sessão conversando, por mimica, a professora com elle, e elles uns com os outros.

N'este ponto ha uma novidade curiosa. Nunca lhes foram impostos signaes do alphabeto pelos dedos, systema ainda hoje na Europa geralmente usado. Não é o professor que decreta a linguagem mimica, mas os proprios mudos é que estabeleceram os signaes da conversação, conforme a propria razão lh'os indicava. Instituiram a sua linguagem, natural, espontanea, e os mestres foram-na recebendo, desprezando a theoria dos signaes methodicos, pouco racionais. Os mudos, que vão entrando para o collegio, são obrigados a aceitar a linguagem official. Mas o que tem graça é que, se os de dentro encontram na linguagem dos recémchegados, alguns signaes que lhe pareçam mais significativos, substituem os seus por esses, para logo os aceitam liberalmente, e dão-lhe o direito de idade. D'esta maneira teem feito na sua colonia uma linguagem sublime, filha da natureza, introduzindo o director com este systema uma innovação nacional.

Passaram então aos primeiros exercicios. Disseram-nos na grande pedra a taboada, contaram todas as especies de di-

nheiro, realisaram as operações arithmeticas com todas as suas provas, e alguns resolveram problemas do uso da vida. O systema, além d'isso, comprehende os principios da educação moral, da idéa de Deus, da immortalidade da alma, da familia, da sociedade, dos direitos e deveres. Os mais adeantados tambem escreveram.

Todos os exercicios eram acompanhados da explicação dos methodos, dos apparatus mechanicos, dos milagres, direi melhor, por meio dos quaes o professor chega a estes resultados; e não menos acompanhados eram de sorrisos, de peripecias, de engraçados incidentes. Quanto mais applaudiamos os mudos, mais vida davam elles a tudo. Era em verdade uma scena admiravel. Não enthusiasmava só, commmovia.

E não commmovia unicamente pelo brilho da execução, como ainda mais pela alegrã em que viamos todos aquelles desgraçados por nos mostrarem que se estavam regenerando.

Antonio de Mello andava absorto, Cossoul dizia-nos que lhe produzia o effeito de uma opera composta de musica de todas as boas operas; Lopo⁴ suppunha que depois de uma tal maravilha já não poderia ali presenciar mais nada que o admirasse; Aguilar, vendo aquella impressão geral, levantava os olhos para a testa, e outras tantas vezes mettia as mãos pelos cabellos; o sobrinho ia de uns para os outros; a sobrinha sorria-se para aquellas creanças que eram como filhas do seu affecto. Os pequenos, radiantes, cada um na sua faina, lançavam-nos os diferentes resultados das experiencias, como estrellas que nos passassem por diante dos olhos. Corria ali, n'aquella festival manhã, a doce vida do amor. O espirito de Deus bafejava aquelle recinto, infiltrando-se no coração de todos nós, creanças, mestres e visitantes.

Seguiu-se um intervallo para descanso das creanças e apreciação geral.

Passado o intervallo, a classe mais adeantada, entrando em scena, apresentou um assombro novo.

Tratava-se da difficuldade mestra, *da linguagem*, isto é, da manifestação do pensamento por palavras.

O surdo-mudo não falla, porque não ouve. Isolado no silencio em que a surdez o retém, não sabe a linguagem usual, e ignorante ficaria d'ella muito tempo, ainda mesmo que a

⁴ Lopo Vaz, Antonio de Mello e Guilherme Cossoul acompanhavam D. Antonio da Costa.

surdez lhe desaparecesse repentinamente, como nós também o ficaríamos ao chegarmos a uma nação cuja lingua nos fosse completamente desconhecida.

Não basta pois, que o surdo-mudo saiba escrever, porque a escripta é só um meio, um instrumento; é necessario, além d'isso, que aprenda (com o escrever) a exprimir os seus pensamentos pelas palavras de que usamos, a coordenar os vocabulos como nós os coordenamos, e é n'isto que está a grandissima difficuldade do ensino dos surdos-mudos.

Para elles conseguirem devassar este novo mysterio da linguagem, lamentavam os especialistas estrangeiros o não se poder dar, nos exercicios, á palavra escripta a mesma fugitividade ou fluencia que tem a falla. O grande invento n'este genero realisou-o o padre Aguilar por meio dos processos praticos para se conseguir aquelle resultado.

E' d'este modo, e pedimos attenção, que facil é o comprehendel-o :

As orações não se lhes apresentam na grande pedra já construidas grammaticalmente. Pelo contrario, escrevem-se em diversas columnas, nomes, verbos, conjunções, como materiaes dispersos, para os mudos construirem as orações necessarias. As palavras estão lançadas na pedra para as irem empregando no dialogo por meio dos ponteiros, como estão idealmente no nosso cerebro para usarmos d'ellas com os labios. Dado o signal, cada mudo vae designando rapidamente com o ponteiro as palavras de que usariamos fallando, e trava-se então entre elles não só um dialogo, mas ás vezes uma conversação, e tão fluente que raros são os visitantes que a possam acompanhar.

Exporemos um dos muitos exemplos que presenciámos.

O director tinha mandado a um dos mudos que fosse buscar um copo de agua. O mudo foi e voltou. Os outros mudos commentaram na pedra, grammaticalmente e com a fluencia da nossa palavra, o facto que o primeiro mudo realisára do copo de agua, buscado, trazido e offerecido a quem tinha sede.

Em duas palavras : o ponto capital do invento é o explicar a grammatica pela acção, pela vida, conversar como nós.

Foi de todos os exercicios, o mais assombroso, a scena magistral.

Era este o grande campo da batalha dos surdos-mudos, e elles bem o sabiam. Os dois Paixões, Antonio Pereira, o fol-

gazão, José de Castro, o nervoso, entusiasmados, irrequietos, operavam maravilhas. Sentiam-se os ponteiros ferir na pedra cada uma das palavras com a rapidez do relampago. As formulas faiscavam. Antonio, se se equivocava, levava desesperado a mão á cabeça. Se quem se equivocava era o nervoso, todo elle estremezia. Quando lhes saia bem, os olhos chammejavam-lhes e cravavam-se em nós. Achavam-se ali combatendo em lucta gloriosa, e conquistando a victoria. Nós outros estavamos enleados.

Dirigia-os o ajudante. Aguilar assentado junto á pedra, dava apenas alguma explicação indispensavel.

Foi no meio d'estes exercicios, uma das maiores glorias do notavel pedagogista, que, olhando de repente, vimos uma scena que pinta a escola dos surdos-mudos do padre Aguilar.

Como se disse, n'esta segunda parte só trabalhava a classe mais adeantada. Pois bem ; os outros mudinhos, levados da novidade que ali reinava n'aquelle dia, foram-se chegando instinctivamente, por um modo natural, para o seu director, e n'um momento achou-se o padre Aguilar rodeado dos seus pequeninos mudos, que, fitando os olhos muito abertos na pedra em que a primeira classe trabalhava, se tinham ido collocando, dois nos joelhos de Aguilar, um com a cabeça encostadinha ao hombro d'elle, outro inclinado nos braços da cadeira, ainda outro dava-lhe um beijo na testa ; os restantes em volta, e, em vez de tristonhos e aborrecidos parecem automatados pregados nos bancos a olharem de revês para o professor com medo da palmatoria, estavam todos, como filhos d'aquelle terno pae, como amigos d'aquelle grande amigo, sorrindo-se para elle, ameigando o, amando-o, e, sem o pensarem, formando ali um grupo-divino. Era o grupo da Educação divinizado pelo progresso.

E' que nas escolas de amor, como a do padre Aguilar, educado á luz dos grandes principios do ensino pela alegria e pelo coração, a escola é um centro de familia, um verdadeiro prazer, e por isso os pobres mudos festejavam com os seus sorrisos infantis e abençoavam com os seus abraços innocentes aquelle de quem diariamente recebiam a sua regeneração ; por isso lhe pagavam com processos milagrosos. Ah ! era um grupo aquelle, cuja significação meiga, fazia rebentar as lagrimas dos olhos.

Não ha cousa mais fatal do que um relógio. Tinhamos de partir. A hora arrancava-nos d'ali á viva força. No entretanto

se não podemos ver todos os processos, ao menos traziamos uma ideia geral d'aquella obra portentosa.

Não se pense que estes prodigios se obteem assim em todas as escolas de surdos-mudos da Europa. Ha pouco chegava a Guimarães uma familia brasileira com um filho mudo. Visitára os collegios principaes da especialidade nas nações mais adiantadas, e tão maravilhado ficou o pae com os resultados que presenciou no collegio do padre Aguilar, que ali queria logo deixar o filho, se a mulher lhe não pozesse o véto das saudades maternas.

Mas que trabalho, que esforços, que inventos não teem sido necessarios ao grande pedagogista para levar a sua escola áquelles notabilissimos resultados! Nós admiramos esses resultados, parecem-nos faceis; mas, para chegar a produzil-os, que milagres de paciencia!

A casa do estudo mais parece uma officina: machinas, instrumentos, colleções de dinheiro, quadros intuitivos, tudo ali está. Se cada ramo dos conhecimentos humanos tanto custa a ensinar ás creanças que ouvem e fallam, imagine-se o que não custará a ensinar n'aquella perfeição, aos que não fallam nem ouvem, aos que não podem excutar um dictame nem expôr uma duvida! Cada uma d'aquellas especialidades é pois uma serie de batalhas e de victorias para o salvador dos mudos. Um homem d'estes não é simplesmente um professor de primeira ordem, é uma instituição. Quem tem alma, venha ver a escola dos surdos-mudos de Guimarães».

Essas paginas eloquentes foram pouco lidas, porque se o houvesse sido, os surdos-mudos pobres teriam obtido mais protecção.

O jornal de Guimarães *Religião e Patria* publicou artigos extensos, todos em honra do mestre.

N'um livro importante ¹, publicado em 1882, o rev. Padre A. J. Ferreira Caldas podia dar ao benemerito Aguilar um logar proeminente e estudar detidamente a obra d'elle, porque foi uma gloria para Guimarães o apostado tão completo do illustre professor de surdos-mudos. Padre Caldas escreveu unicamente cinco linhas, lisongeiras, é verdade, n'uma publicação de perto de 600 paginas, pouco de mais para um facto tão notavel, de que tanto havia a dizer.

¹ *Guimarães. Apontamentos para a sua historia.*

O *Commercio do Porto* tinha dado em folhetins (1872), sobre generalidades do ensino, algumas paginas cheias d'erudição, do sr. Vilhena Barbosa. Passados alguns mezes, o mesmo jornal inseria tres artigos muito extensos em que o sr. Joaquim Ferreira Moutinho mostrava o aproveitamento dos surdos-mudos em Guimarães; estes artigos aos quaes já nos referimos foram reproduzidos pelo *Jornal do Commercio* de Lisboa. No mesmo anno o dignissimo governador civil de Braga, em diferentes relatorios apresentava ás juntas geraes os resultados obtidos pelo Padre Aguilar e lembrava a conveniencia de os poderes publicos, ajudarem uma tão humanitaria instituição. No relatorio do ex.^{mo} sr. Luiz Cardoso Martins da Costa Macedo, hoje (conde de Margaride), lê-se o seguinte :

«*Escola de surdos-mudos* — Depois d'impresso o precedente artigo, lembrou-me que não fallava d'uma escola de ensino primario, que temos no districto merecedora d'especial e honradissima menção: a dos surdos-mudos, dirigida pelo rev. Padre Aguilar, em Guimarães. A rapidez e facilidade com que este habilissimo professor *ensina, rindo*, creanças que só entendem por gestos e só por gestos se fazem entender é um quasi milagre. Sem grande vocação para a pedagogia e sem muito estudo não se chega áquelle resultado, e para deplorar será que quem assim emprega tanto talento e tanto trabalho em beneficio dos desfavorecidos da natureza não tenha dos poderes publicos o auxilio de que precisa um estabelecimento sempre pouco concorrido, porque, felizmente para o genero humano, o surdo-mudo é uma excepção.»

Devemos a copia d'este officio á extrema amabilidade do ex.^{mo} sr. Dr. Manuel José d'Oliveira Guimarães, dignissimo deputado por Braga.

Com effeito os elogios não bastam para sustentar um collegio, qualquer que seja. E o Padre Aguilar teve muitas vezes de lutar com difficuldades economicas. E' verdade que em 1873-74-75, uma commissão organisadora d'um instituto de surdos-mudos no Porto lhe mandou duas creanças que pagavam mensalidade. Em 1875 o dignissimo deputado por Guimarães, o sr. Vasco Leão obteve para o collegio um subsidio annual de 300\$000 réis, quantia pequena, comparada ás obrigações que eram impostas ao illustre professor. Com

effeito, depois de um ligeiro esboço historico do ensino e merecidos elogios ao director da escola de Guimarães, lê-se no projecto de lei :

« Artigo 1.º E' concedido ao professor director da escola particular de surdos-mudos, actualmente estabelecida em Guimarães, Pedro Maria de Aguiar, um subsidio annual de 300\$000 réis emquanto a escola funcconar e com os seguintes encargos :

1.º Ensinar gratuitamente os surdos-mudos pobres do districto em que a escola se acha estabelecida.

2.º Admittir como praticantes d'aquelle ensino normal, para habilitação de professores, até ao numero de vinte individuos que o governo mandar admittir. Para esta admissão são necessarios os requisitos exigidos para o magisterio do ensino primario elementar.

3.º Apresentar na bibliotheca nacional de Lisboa, no praso de tres annos, a contar da publicação da presente lei, dois exemplares dos methodos por que ensina na referida escola os surdos-mudos a ler, escrever e contar, acompanhados dos respectivos directorios.

§ 1.º O subsidio de que trata este artigo será pago, uma terça parte pelo estado, e as outras duas terças partes pela junta geral do districto em que a escola funcconar.

§ 2.º O estado subsidiará com uma pensão mensal de 6\$000 réis durante um anno de frequencia e aproveitamento cada praticante de que trata o n.º 2.º.

§ 3.º Os praticantes habilitados são obrigados a servir no magisterio respectivo por espaço de seis annos, ou restituir as pensões que tiverem recebido.

Art. 2.º E' o governo auctorizado a estabelecer, logo que haja pessoal docente habilitado, uma escola gratuita de ensino primario elementar obrigatorio para surdos-mudos de ambos os sexos em cada um dos districtos administrativos, ou em grupos de dois ou mais districtos.

§ 1.º Estas escolas serão sustentadas pelas juntas geraes d'esses districtos.

§ 2.º O vencimento e mais vantagens dos professores d'estas escolas serão em tudo iguaes ás que se estabelecer para as de instrucção primaria com ensino elementar e complementar.

§ 3.º Os professores serão nomeados pelo governo de en-

tre os que tiverem capacidade legal para o ensino primario elementar e frequencia de um anno de habilitação de ensino de surdos-mudos.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das sessões da camara, em 20 de março de 1875.»

Não nos consta que o governo mandasse admittir praticantes no collegio subsidiado, nem tão pouco que o sr. Aguilar apresentasse, no praso marcado, a exposição do seu methodo. De tal fórma que a iniciativa do illustre deputado Vasco Leão, que tinha em vista um fim altamente humanitario, o de diffundir o ensino dos surdos-mudos foi quasi improficua.

N'essa epocha, o Padre Aguilar já estava muito fatigado, não podia como d'antes superintender em todos os exercicios; elle, que sempre preparava as lições d'ante-mão, foi obrigado pelos seus achaques a confiar parte da sua laboriosa missão aos que o rodeavam. Tinha um sobrinho, sr. Elyseu de Aguilar e duas sobrinhas D. Joanna e D. Sarah, que certamente o ajudavam muito.

D. Sarah era muito nova; ao principio D. Joanna, intelligentissima e muito amavel, ensinava os elementos d'escripta ás creanças mais novas e exercitava as meninas na costura, no engommado e em governo da casa; substituiu pouco a pouco o tio, na sua larga tarefa. Podia fornecer á arte d'instruir os surdos-mudos, uma artista de grande talento; mas infelizmente para a sua familia, para a nossa querida causa, casou nova, e a Africa, para onde tinha ido ter com o marido, viu-a morrer pouco depois.

Ficava então o sr. Elyseu de Aguilar só, com o tio e a irmã muito mais nova; e, com alumnos d'uma certa idade, é licito pensar que a sua influencia não era sempre sufficiente para a direcção d'estudos tão complexos, como o são, os da linguagem escripta para surdos-mudos.

O que é certo, queremos repetil-o, é que o collegio estava em via de decadencia.

Já em 1872 o Padre Aguilar, vendo sem duvida o beneficio que a sua escola podia tirar n'um centro maior que Guimarães, tinha acceitado ir ao Porto tomar a direcção do collegio que se tencionava estabelecer.

Foi no Porto que, em 1872, para commemorar a visita a esta cidade do imperador do Brazil, um coração generoso pul-

sou verdadeiramente pela sorte dos surdos-mudos. Não temos nome que passar á posteridade, ficou desconhecido quem deu 200\$000 réis como iniciativa á fundação d'um collegio de surdos-mudos e impôz assim aos seus concidadãos a tarefa de seguir-o n'um caminho tão caritativo. Organizou-se uma commissão composta de notabilidades do Porto para diffundir esta idéa, receber todos os donativos e applical-os opportunamente.

Reuniu logo perto de 1:000\$000 de réis e animada, pediu um subsidio á Camara, mas sem ser attendida.

Que podia fazer esta commissão com uma quantia tão insignificantemente? Ajudar 2 creanças pobres, o que fez, mandando-as educar a Guimarães.

Houve todavia uma esperança. El-rei D. Luiz devia visitar Guimarães, e os illustrados protectores dos mudozinhos pensavam que a escola do Padre Aguilar, tão afamada já, não escaparia á attenção régia. El-rei foi a Guimarães, mas não visitou a escola de surdos-mudos.

Porém os donativos, em que participou D. Luiz, continuavam a acudir á commissão iniciadora d'um collegio no Porto e em 1875, já chegavam a perto de 4:000\$000 de réis.

Foi então que o sr. J. Ferreira Moutinho redobrou os seus esforços para coroar uma obra que era em grande parte sua. Deu á estampa um extenso relatorio do ensino dos surdos-mudos em Portugal, e o valor pedagogico do Padre Aguilar, insistindo na transferencia da escola de Guimarães para o Porto. Esse relatorio, junto com estes apontamentos, é o trabalho mais extenso que se tem publicado em portuguez sobre surdos-mudos. Indica conhecimentos geraes sobre o assumpto, e remata dignamente uma obra de propaganda humanitaria de mais de 3 annos.

Foi só em 1877, que o Padre Aguilar fez um requerimento á Camara do Porto para pedir um subsidio com o fim de estabelecer n'esta cidade uma escola de surdos-mudos de ambos os sexos, obrigando-se a ensinar gratuitamente, como alumnos externos todos os surdos-mudos do concelho do Porto.

A camara deu o subsidio annual de 450\$000 réis.

O illustre professor de Guimarães podia então com esta quantia, os juros dos donativos da commissão iniciadora e as mensalidades dos alumnos pensionistas, caminhar novamente n'esta estrada tão arida, mas sua predilecta, que tinha encetado. Foi na rua de Santa Catharina, uma das mais bem si-

tuadas do Porto, que se estabeleceu em fevereiro de 1878.

O governador civil tinha dado ordens para que todos os paes de surdos-mudos fossem prevenidos, e os jornaes inseriram annuncios n'este sentido: os alumnos deviam affluir. Que desengano! Triste exemplo da indifferença profunda de certos paes, para com filhos que a natureza tinha esmagado tanto, só uma creança se apresentou. Os resultados com ella podiam ser excellentes, mas não era bastante para arrancar um publico interessado á sua culpavel indifferença.

Não devemos todavia extranhar este facto sem dar uma razão do descredito do collegio na mente das familias pobres.

Estas querem para seus filhos um futuro certo, o pão de cada dia pelo menos e por isso ensinam-lhes um officio.

Os pequenos fazem recados e vão adeantando-se pouco a pouco em casa do pae. As despezas para a alimentação e o vestuario são insignificantes e quando a creança chega aos 15 a 16 annos já está na maior parte dos casos habilitada a ganhar mais do que o sufficiente para si.

N'um collegio sem officina, os paes não vêem as mesmas garantias. O filho aprenderá a ler, escrever e contar; estudar geographia, historia, etc.; mas acabados os estudos não quererá saber mais d'um officio. Empregal-o será portanto muito mais custoso.

Estamos convencidos pelo exemplo que nos dão os collegios estrangeiros e a nossa propria experiencia que desde o momento em que proporcionarmos ás familias pobres um collegio com ensino bom e officinas bem organisadas, ellas hão de nos confiar os seus filhos e ficar-nos muito reconhecidas pelo futuro que deriva d'uma organização semelhante.

A nosso vêr, eis a grande deficiencia do extincto collegio de surdos-mudos no Porto.

O rev. Padre trabalhou porém com muito ardor, pois que apresentou publicamente, apenas 3 mezes mais tarde, os resultados obtidos. A commissão iniciadora e o camarista encarregado do pelouro das escolas, assistiam ás provas effectuadas no palacio Cirne, no meio d'uma grande concorrência. Outros alumnos do collegio, tinham vindo de Guimarães abrilhantar esta verdadeira festa para os amigos da infancia, e o auditorio retirou-se maravilhado dos progressos realisados.

Era a ultima vez que o rev. Padre dava provas publicas do adiantamento dos seus alumnos. No principio de 79, uma

affecção cardiaca pôz fim a uma existencia curta, 50 annos e alguns mezes, mas fertilissima em ensinamentos.

Para a instrucção publica era um illustre pedagogista, que desapparecia, e os surdos-mudos deploravam a morte de um pae extremo.

Grando homem, pobre morreu, pobres ficaram os seus ! Irrisão ! Ao passo que os serviços d'elle eram quasi postos de parte pelo governo, interessava-se este pelo instituto de surdos-mudos da Belgica e dava ao director sr. Haerne o diploma de cavalleiro da ordem de Christo.

Iam mesmo desapparecer os menores vestigios d'elle, conforme as leis esmagadoras da valla commum, quando em setembro de 1880, o presidente da Camara do Porto, pondo em relevo os eminentes serviços prestados pelo benemerito professor, fez com que a camara mandasse para o cemiterio de Repouso, uma lapida com o nome inscripto do finado sacerdote. Era uma homenagem de respeito bem merecida.

Antes de deixarmos o Padre Aguilar devemos dizer algumas palavras a respeito do collegio ordinario que estabeleceu no Porto.

N'esse ramo não foi mais feliz que em Guimarães. A instituição, bastante prospera ao principio não deu resultados e não tinha no fim senão um unico alumno. Todavia o ensino primario lucrou com isso. Com effeito o Padre Aguilar, cujas poucas forças o impossibilitaram de tratar praticamente do ensino, pensava sempre em facilitar o estudo á infancia. Para este fim publicou um livro de leitura elementar ou antes uma collecção de manuscriptos autographados para exercicios de leitura. Junto á minha memoria um specimen d'estes cadernos. São muito bem concebidos, de grande interesse e de maxima utilidade para as creanças. Feitos especialmente para os fallantes, podiam prestar alguns serviços á classe dos surdos-mudos. Para a escripta, os mudozinhos tinham lá excellentes modelos e os mais adiantados podiam utilisal-os para se acostumarem á leitura dos manuscriptos. Todavia não tem a simplicidade do livrinho de Valade-Gabel *Dos factos á idéa*, e muitos assumptos n'elles desenvolvidos, não podem explicar-se facilmente aos surdos-mudos, mesmo de instrucção regular.

Ha n'estes cadernos muitas cousas que surdos-mudos podem aproveitar sem esforços ; por exemplo abreviaturas, as formulas para cartas e as gravuras e vinhetas como summario

d'uma pequena redacção. Para surdos-mudos, não ha livros especiaes que obviem a todas as difficuldades; os verdadeiros são os cadernos dos alumnos e para os principios de leitura de manuscritos o professor tem mina inexgotavel na letra dos discipulos, nas cartas dos paes e n'uma parte da sua propria correspondencia.

ANICET FUSILLIER.

A VONTADE, A LIBERDADE E OS HABITOS

O conhecimento e a vontade do bem. — Definição da vontade. — A vontade na criança. — Diferença entre a vontade e o desejo. — Diferença entre a vontade e a ideia. — Relações da vontade com a sensibilidade — Relações da vontade com a intelligencia. — A vontade e a liberdade. — Cultura da vontade. — Sentimento pratico da liberdade. — Educação da liberdade. — Não ha acto algum indifferente. — A vontade e os habitos. — Necessidade dos habitos. — Como se formam os habitos. — Como se corrigem os maus habitos. — A vontade e a educação publica ou particular. — A educação pessoal. — Difficuldade da educação da vontade. — A boa vontade. — Importancia da vontade na vida.

O conhecimento e a vontade do bem. — Quanto mais se esclarece a intelligencia tanto mais se desenvolve a consciencia moral. Basta examinar os costumes dos antigos e modernos para julgar dos progressos que os homens tem ido fazendo pouco a pouco nos conhecimentos dos seus deveres. Pratica-se muitas vezes o mal por ignorancia do bem. Alem d'isso o conhecimento do bem suppõe já por si mesmo uma certa força de determinação para o bem. Saber precisamente onde está o dever é já uma condição excellente para cumpril-o. Confessemos comtudo que o conhecimento não basta e que é preciso juntar-lhe a vontade, a energia moral. Quantos homens ha capazes de dissertar admiravelmente sobre todas as gradações do dever e que são incapazes de se tornarem homens virtuosos: não querem o bem que comtudo conhecem. E' a razão que julga o que deve fazer, mas é só a vontade que nos determina a isso. A educação da vontade é pois uma parte essencial da parte moral.

Definição da vontade. — No seculo dezoito, a palavra

vontade, era por vezes empregada para designar todas as faculdades da alma diferentes da intelligencia taes como : as inclinações, as tendencias e os desejos, e Condillac, dizia da vontade : «que ella comprehendia todas as operações que emanam da necessidade».

Na psychologia contemporanea, a significação do termo «vontade», é mais bem definida, mais bem limitada, e a vontade, ou faculdade de se fazer o que se quer, designa propriamente o poder que tem a alma de se determinar com consciencia e reflexão, expontanea e livremente, a uma acção preferida.

A vontade na criança. — A vontade assim entendida é, bem como a razão, privativa do homem. Só o homem no pleno exercicio das suas faculdades é capaz de querer. Sem duvida, a criança e o irracional determinam-se por si proprios, obram, e por abuso de palavras a linguagem chama vontade ao principio d'essas determinações e d'essas acções. Mas este poder irreflectido de se determinar e obrar não é mais do que um simulacro de vontade. A criança é voluntaria, isto é, amiga de fazer só a sua vontade, que propriamente ainda não tem. N'ella, assim como no irracional, a acção por mais expontanea que seja, não é senhora de si mesma : provocada pelo desejo cego, pela necessidade irresistivel, pelo capricho desordenado, não se possui ; não é mais do que a pallida imagem da verdadeira vontade humana que reflecte, que calcula, que sabe para onde vae e que, por consequencia, se domina e sabe guiar-se.

Diferença entre a vontade e o desejo. — A vontade é decerto differente do desejo. Não é possivel admittir como certos philosophos, que a vontade não é mais do que um desejo ardente e forte, assim como a attenção não passaria de uma sensação dominante. A vontade assim comprehendida não nos livraria das nossas inclinações, nem das nossas paixões ; não seria mais do que a consummação do desejo. Entraria na cathegoria das disposições passivas e fataes ; mas não seria o principio da liberdade. O desejo não é mais do que a incitação de um objecto agradável que nos proporciona prazer e por isso nos leva e por vezes nos determina a procural-o. A vontade, pelo contrario, é a resolução que tomamos por nós mesmos de cumprir um acto agradável ou não. Ha casos em que o desejo e a vontade estão de accordo, em que queremos o que desejamos : mesmo en-

tão a nossa razão distingue claramente o attractivo que a cousa desejada exerce sobre a sensibilidade, assim como o poder que temos de ceder a este attractivo.

Em outros casos a vontade está em contradicção com o desejo; e é então sobre tudo que a distincção entre os dois factos se torna clara e evidente. A preguiça attrae-me e agrada-me, por exemplo: todos os prazeres do *far niente* occorrem á minha imaginação, todas as disposições do meu corpo me levam á indolencia, e comtudo, firmado na ideia do meu interesse ou do meu dever, resisto a estes impulsos; quero trabalhar e entrego-me ao trabalho. Como é possível n'este e em todos os casos analogos, confundir o desejo e a vontade, a corrente, e a força que voga contra a corrente?

Finalmente, em outros casos, só ha desejo; este, pela sua violencia, arrasta a alma que não tem tempo de reflectir nem forças de querer: mas então a acção é voluntaria tanto como o espirito é realmente attento quando é dominado e absorvido por uma sensação. A fixidez do pensamento que se deixa captivar, e, por assim dizer, immobilisar por uma impressão forte, não é mais a attenção do que o arrastamento do desejo é a vontade. Assim como a attenção, quando lhe apraz, desvia e transporta o pensamento, fixa-o sobre o objecto por ella escolhido ou afasta-o d'elle, assim tambem a vontade retém, suspende ou prosegue a acção por ella resolvida.

Diferença entre a vontade e a ideia. — Mas, dirá alguém, se a vontade se distingue do desejo e da sensibilidade é porque se confunde precisamente com a ideia, com a intelligencia. São, com effeito, os motivos derivados da nossa previdencia ou da nossa razão, que só podem fazer contra-pezo ao attractivo do desejo e assegurar o triumpho da vontade. Mas pelo facto da vontade se enxertar por assim dizer sobre uma ideia, não é isto razão para acreditar que seja uma ideia. Por ventura não nos acontece a cada instante o ter uma ideia mui precisa de uma acção a praticar, e comtudo não pratical-a porque não queremos?

Relações entre a vontade e a sensibilidade. — Mas depois de ter mostrado que a vontade é uma cousa distincta em si e irreductivel, depois de estabelecido que é uma força independente, é preciso accrescentar que essa independencia não é absoluta, que para querer não é inutil desejar e que é necessario pensar.

Não imaginemos pois que para preparar no homem o rei-

nado da vontade seja preciso destruir na criança o imperio dos desejos.

As crianças pouco sensíveis tem grandes probabilidades de virem a ser homens pouco energicos.

Pelo contrario, inclinações vivas e ardentes serão por pouco que se lhe junte a reflexão o berço de uma vontade forte ¹.

Excitemos os desejos da criança, dirigindo-os ; ensinemos-lhe a amar cada vez mais aquillo que ella deve amar e, esclarecidos pela intelligencia, os seus desejos se transformarão em vontades.

Além d'isso, a vontade, por mais energica que se supponha, é quasi sempre muito fraca para estar em lucta constante com as inclinações. Cedo se lhe esgotariam as forças. Sem duvida a vontade só manifesta todo o seu poder no esforço e na lucta ; mas felizmente a lucta não é sempre necessaria, e se ha vontades laboriosas e heroicas que triumpham das paixões que combatem, ha tambem vontades faceis, commodas, que são apenas a adhesão de uma alma bem formada a desejos legitimos. Com effeito a maior das nossas vontades são d'este genero, e no decorrer d'uma vida regulada, o que se quer é ao mesmo tempo o que se sente e o que se ama.

O fim da educação deve ser, pois, associar, unir o desejo e a vontade e harmonisar o prazer com o dever. Tudo o que se fizer para melhorar as inclinações aproveitará tambem á vontade tornando o seu exercicio mais facil.

Relações entre a vontade e a intelligencia.— Os philosophos do seculo dezesete, especialmente Bossuet, comprehendiam a vontade no numero das operações intellectuaes. Todo o acto da vontade suppõe com effeito um acto do pensamento que obra.

Não ha vontade, disse um philosopho, onde não ha razão de querer. A' proporção que nos vamos esclarecendo e que vamos reflectindo, que concebemos com mais precisão o que temos que praticar, e que comprehendemos melhor a razão porque o praticamos, vamo-nos tambem tornando cada vez mais senhores de nós mesmos, em uma palavra, temos mais vontade.

Excitemos a criança a reflectir, a não se apressar nas

¹ Sully observa com razão que o exercicio da actividade physica é em si mesmo uma educação rudimentar da vontade.

suas resoluções, a não ceder á primeira, aos appellos dos seus desejos, a pezar o pró e o contra, antes de tomar uma determinação e accrescentaremos assim a força de vontade, cujo poder variavel se modifica á proporção que a nossa energia intellectual diminue ou augmenta.

A vontade e a liberdade.— Mostrando as differenças assim como as relações que ligam a vontade á sensibilidade e á intelligencia, definimos os seus caracteres essenciaes que são a reflexão e a liberdade.

Só são actos verdadeiramente voluntarios os que são de-liberados e que suppõem uma determinação reflectida. E é precisamente porque deriva, não de um instincto irreflectido e fatal, mas de uma decisão meditada, assim como de uma escolha, que o acto voluntario é livre. A liberdade real não é mais do que a faculdade de escolher com reflexão e em pleno conhecimento de causa, entre varias acções possiveis, aquella que preferimos, aquella que julgamos melhor. Sem duvida esta liberdade não nos dá o poder de romper precipitadamente com o nosso passado, de nos desligar de qualquer solidariedade com o que já temos feito, com as nossas inclinações e habitos de espirito ; ella não cria actos absolutamente indeterminados, independentes de qualquer condição, em uma palavra, não cria milagres. Mas em fim, ella tira-nos o mais possivel da dependencia, subtrae-nos ao impulso do momento, ao imperio absoluto dos habitos, ao jugo da paixão, á tyrania da moda e do exemplo ; faz com que nos guiemos por nós mesmos e por meio da razão, e é n'isto que somos livres.

Continua.

GABRIEL COMPAYRÈ.

BOLETIM BIBLIOGRAPHICO

LE LIVRE DES MÈRES DE SOURDS-MUETS, por Gaston Bertoux — Paris.

Com este titulo o sr. G. Bertoux, illustrado professor do Instituto nacional de surdos-mudos de Paris, acaba de augmentar a sua já valiosa collecção d'obras elementares, com um

livrinho d'umas cem paginas destinado a servir de guia ás mães de surdos-mudos, antes que estes possam entrar para o collegio. Indicando as principaes causas da surdez, mostra como se pôde muitas vezes, evitar esta terrivel enfermidade.

Falla detidamente das precauções a tomar na epoca melindrosa da dentição. Insiste, — com muita razão — n'este ponto que as mães, vigiando constantemente o pequenino, incutin-do-lhe boas maneiras, o asseio constante, vigiando-lhe os brinquedos começam convenientemente a sua educação. N'um capitulo interessante indica o sr. Bertoux os meios a empregar para desenvolver a memoria, tão importante no ensino do surdo-mudo. Veem depois conselhos judiciosos, fructos d'uma já longa experiencia ácerca da educação dos sentimentos que se utilisem sobre modo no ensino especial do mudozinho. Se as mães seguissem á risca as indicações que dá ácerca dos exercicios que muito cedo se podem fazer com a vista, o tacto e até com o ouvido, que tempo ganho para o professor, que proveitos para a criança! Respirando o surdo-mudo novo sempre mal, não é para admirar que o auctor consagrasse aos exercicios de respiração umas linhas de muito interesse.

E' tratando da educação intellectual do surdo-mudo que o sr. Bertoux mostra plenamente a sua proficiencia. Um livro elementar não se pôde apresentar com mais clareza nem ser mais fecundo em exemplos frizantes. Por isso já que não podemos n'uma simples nota, analysar esta parte essencialmente didactica, fazemos votos para que as mães de surdos-mudos— que infelizmente são numerosas em Portugal — façam a aquisição d'um livro para ellas tão instructivo.

ANICET FUSILLIEE.

* * *

Report of committee secondary school studies appointed at the meeting of the National Educational Association—July 9, 1892—with the reports of the conferences arranged by this committee und held December, 28-30, 1892.—Washington, government printing office. 1893. (Relatorio do congresso de instrucção secundaria, apresentado em sessão da Associação para a Educação Nacional em julho de

1892, com os relatorios das conferencias realizadas por aquelle congresso de 28 a 30 de dezembro de 1892.

Escripto com aquella concisão ingleza que torna o estylo economico e facilita a comprehensão dos assumptos, exposto com clareza, este relatorio é de uma elevada significação para o adiantamento do ensino secundario na grande república norte-americana.

A simples indicação do alto das paginas conduz-nos com a maior facilidade pelas differentes questões do congresso, cujas importantes conclusões representam as mais sensatas reformas e aperfeiçoamentos d'este grau do ensino publico. Esperamos ter occasião de voltar a ella oportunamente em alguns estudos pedagogicos, que mais tarde publicaremos.

* * *

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

O INSTITUTO — Abril, 1894.

Direito administrativo, por Francisco Joaquim Fernandes — *D. Fr. Bartholomeu dos Martyres*, por José Caldas — *Um projecto de lei e a responsabilidade da gerencia das sociedades anonymas*, por José Benevides — *O caso medico-legal Silva Pereira*, pelos drs. Agostinho Antonio do Souto e Antonio Joaquim Ferreira da Silva — *Memorias de Castilho*, por Julio de Castilho — *D. Antonio da Costa*. Quadro biographico-litterario, por Julio de Castilho — *O movimento typographico e litterario em Coimbra no seculo XVI*, por Sousa Viterbo. — Maio, 1894.

D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, por José Caldas — *Um projecto de lei e a responsabilidade da gerencia das sociedades anonymas*, por José Benevides — *O caso medico-legal Silva Pereira*, por Manuel Rodrigues da Silva Pinto, Joaquim Pinto d'Azevedo, Alberto de Almeida Magro, dr. Agostinho Antonio do Souto e Antonio Joaquim Ferreira da Silva — *Catalogue des coleoptères du Portugal*, por M. Paulino d'Oliveira — *Poetica de Ovidio Nasão*, pelo visconde de Seabra — *Memorias de Castilho*, por Julio de Castilho — *D. Antonio da Costa*, por Julio de Castilho — *O movimento typographico e litterario em Coimbra no seculo XVI*.

REVISTA DOS LYCEUS — maio, 1894.

Instrucção e criminalidade, professores e educadores, por A. Coelho — *Osteologia*, por João Figueirinhas — *O 1.º centenario do grammatico Lhomond*, por A. C. — *Pensamentos sobre a educação, de Locke*, por F. Ribeiro Nobre — *Problemas de physica e de chimica*.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA — 13.ª serie, n.º 3.

Celebração do centenario do infante D. Henrique — Reconhecimento do Limpopo; os territorios ao sul do Save e os Vatuas, por Caldas Xavier — *Documentos de Moçambique*. — N.º 4.

America Austral, cartas de Lopes Mendes.

BOLETIM DA SOCIEDADE BROTERIANA — X. Fasc. 2 e 3. 1893.

REVISTA DE MEDICINA E CIRURGIA — n.º 1, agosto, 1894.

A epidemia extravagante, por Manuel Bento de Sousa — *A proposito do valor semiologico do ganglio supra-clavicular*, por Salazar de Sousa — *A epidemia de Lisboa*, por Ricardo Jorge — *Bibliographia, notas e impressões*.

REVUE INTERNATIONALE DE L'ENSEIGNEMENT — 15 juin 1894.

Des modifications qu'il conviendrait d'apporter aux programmes du doctorat en droit, par Antoine Pillet — *La littérature pélagogique en Angleterre; John Brinsley*, par Jacques Parmentier — *Un homme d'état spirituel et chevaleresque: Massimo d'Azeglio*, par Charles Dezob — *L'enseignement secondaire devant le Senat*.

— 15 juillet.

La reforme de l'agregations d'histoire, par Emile Bourgeois — *Rapport à la faculté libre de Paris, sur la réforme des études de la licence et du doctorat en droit*, par Gabriel Alix — *Documents inédits pour servir à l'histoire de l'Instruction publique pendant la révolution (1794-1802) (suite)* — *La licence es lettres*.

REVUE DE L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR — n.º 2, julho, 1894 — 2.º semestre.

Chronique, par J. Gautier — *Emile Zola*, par C. Chollet — *Bibliographie: Charlot, J. C.* — *De la vie intime des do-*

gmes et de leur puissance d'évolution, essai d'une théorie critique de la connaissance religieuse, par M. A. Sabatier, F. Picavet — *La psychologie de l'amour*, par Gaston Dauville, F. P. — *Diderot et Louis Ducros*, par F. Picavet.

— N.º 3.

Chronique, par J. Gautier — *Emile Zola*, par C. Chollet — *L'année philosophique*, par M. F. Pillon, F. Picavet — *Le commerce*, par M. G. François, Charles Bigot, M. Ernest Lavisse, F. Picavet.

— N.º 4.

Chronique, par J. Gautier — *Victor Hugo, à propos d'un ouvrage récent*, par Pierre Robert — *Bibliographie*, par M. L. — *Le sentiment et la pensée, de Godefernaux*, par F. Picavet — *Saint-Simon et son œuvre de Georges Weil*, par F. Picavet — *Société des études italiennes; l'Atheneum et Ortina*, par F. P.

— N.º 5.

Chronique, par J. Gautier — *Concours général, distribution des prix: Discours de M. Rocheblanc — Jules Lemaître, romancier*, par E. Trollet — *Bibliographie: Desternes et Charlot*.

REVUE PÉDAGOGIQUE — Maio, 1894.

L'instruction primaire aux États-Unis, par E. Levasseur — *Les garderies d'enfants*, par dr. Guyot — *L'éducation de M. Moncade* (analyse d'un livre de Don Bonaventure d'Argonne, 1691), par A. Wissemans — *Discours de M. Edmond de Amicis à la distribution des prix des écoles commerciales de jeunes filles de Turim*, mars, 1894 — *L'hygiène scolaire en Belgique*, par dr. Deville — *Réglement intérieur d'une grande école de Bastia (Corse)* — *L'éducation d'un prince* (extrait de *Vieux Souvenirs*, par le prince de Joinville).

— Junho, 1894.

Discours de M. Spuller à la reunion générale des membres du corps enseignant de l'académie de Poitiers — *L'instruction primaire aux États-Unis*, par E. Levasseur — *Un cours non à supprimer mais à déplacer*, par F. Mutelet — *Ecoles d'applications et écoles primaires*, par E. Toutey — *L'œuvre de propagande de la société contre l'abus du tabac*. — *Causerie scientifique: le potentiel électrique*, par P. Poiré.

LA ESCUELA MODERNA — junho, 1894.

De la educación de si mesmo, por Alcantara Garcia — *Cartas... pedagógicas?* por C. de O. y U. G. G. — *Análisis y*

sintesis, por Esteban Oca — *Ensayos pedagógicos*, por Alejandro de Tudela — *Enseñanza de la Historia de la pedagogia*, por R. Emilio Gonzalez — *Fatiga de la inteligencia*, por Angel Bueno — *Importancia de la anatomia para el estudio y practica de la gimnasia*, por Molina Martin — *La lengua lemozina*, por F. Garcia Collado — *Ejercicios prácticos de arithmetica y geometria*, por G. B. — *Las excursions escolares en Guadalajara* — *Variedades: los cuadros magicos, entretenimiento*, por Arnó Pausas.

REVUE NEO-SCOLASTIQUE — N.º 3, julho.

Philosophie et sciences dans l'études du monde inorganique, par D. Nys — *L'adaptation selon M. Delbœuf*, par A. Thiéry — *Le positivisme et l'évolution intellectuelle*, par J. Halleux — *L'origine des contes populaires*, par Charles Martins — *Du beau dans la nature et dans l'art*, par D. Mercier — *Bref de S. S. Leon XIII relatif à la fondation du l'Institut supérieur de philosophie à l'université catholique de Louvain* — *Comptes rendus* — *Project de Code pénal*, suite, par M. Avant — *Theologica lucis theorica*, par J. Collet — *Dieu devant la science et la raison*, par Villard (le Père A.) — *De civilis potestatis origine theoria catholica*, par H. R. Quilliet — *L'argument de S. Anselme*, par P. Bagey — *L'idée de Dieu d'après la raison et la science*, par Albert Farges.

REVISTA INTERNAZIONALE — Junho.

Il commerce internazionale dei grani. Criteri direttivi a proposito delle odierne questions sul dazio dei cereali in Italia, por G. Tonioli — *La restaurazione cristiana et il problema sociale*, por Constanzi — *La statistica del divorzio*, por Labrioni — *Socialismo e Catholicismo, discorso del conte A. De Mun nella seduta del 30 ajuillo 1894 alla cambra francese*.

MONITEUR BELGE — Journal officiel.

L'éducation, journal des écoles primaires — *Revue de la semaine* — *Actes et documents officiels* — *Pedagogie: cours préparatoire aux examens (programmes)*.

LA ESCUELA PRÁCTICA. — Año I, n.º 6, junho de 1894. —

Revista destinada a suministrar materias de enseñanza a las escuelas, dirigidas por Juan Benejan.

HOCHSCHUL NACHRICHTEN — N.º 46, julho, 1894.

JOSÉ JULIO RODRIGUES

Licção de abertura do curso de chimica mineral na Escola Polytechnica de Lisboa

(1893-94)

MEUS SENHORES: Tenho de fallar do fallecido professor José Julio Rodrigues, e sou eu, certamente, d'entre aquelles que o conheceram, quem menos poderá dizer d'esse bomem notavel, que honrou esta escola com o seu vasto saber, a nação com importantes descobertas e inventos, e que por vezes n'este amphitheatro deslumbrava o seu juvenil auditorio, com os fulgores da sciencia, envoltos no encanto da sua palavra.

Não tive a gloria de ser seu discipulo, pouco o conheci como homem particular ou como collega, e estes factos podiam servir-me d'egide para defender-me de quem me accusasse por não haver consagrado á sua memoria algumas palavras de commemoração, agora que venho occupar, embora transitoriamente, a cadeira que elle tornou illustre.

Mas se d'uma parte não me soffre o animo que eu cale ou procure illudir uma promessa feita aqui no anno lectivo passado, julgo-me ainda por outro motivo constituido no dever de contar aos que não tiveram a fortuna de o ouvir, para que a comprehendam, quanto foi grande, irreparavel, a perda que soffreu o ensino da chimica, esta escola e o paiz.

Além d'isto, a sua vida foi tão cheia de trabalho, o seu esforço tão grande, o seu enthusiasmo e a sua crença no futuro engrandecimento da patria tão forte, que eu não sei de exemplo contemporaneo que de mais valha á mocidade que está presente, para lhe servir d'estimulo e de guia nas lides escolares, de que a narração embora incompleta, a largos traços, com todas as incorrecções derivadas de quem o conheceu tão imperfeitamente, do que foi o professor e o homem, qual a sua herança scientifica, para que possa aquilatar quanto valia.

Não é sómente nas academias a que pertenceu, não é apenas nas sessões solemnes celebradas em sua honra que devem lembrar-se as suas virtudes civicas, os seus serviços e

talentos, está aqui o seu publico predilecto, um auditorio de alumnos, para guardar na memoria e tambem um pouco no coração o que d'elle ficou de nobre e de perduravel.

* * *

A primeira coisa que surprehende a quem examina e lê a obra do professor José Julio Rodrigues é a variedade e multiplicidade d'assumptos em que empregou a intelligencia, a que dedicou o seu estudo e actividade. Não foi apenas um chimico, um professor e conferente distinctissimo; além de ser um habil pratico, tendo realisado brilhantes descobertas, além d'um prelector de dotes excepçionaes, exposição corrente, elegante, facil, não raro cortada de phrases, de ditos cheios de subtiliza e de graça, era instruidissimo, tinha um vasto saber e uma rara aptidão para todos os estudos e empreendimentos. Dir-se-hia um espirito da renascença, em que o sabio era cumulativamente chimico, geometra, physico, medico, inventor de machinas de guerra, e artista, como Leonardo da Vinci. A enumeração, ainda que só d'uma parte, dos problemas que resolveu, das questões de que se occupou, justificará d'uma maneira bastante convincente esta affirmativa.

Foi chimico, e entre outras, publicou as seguintes obras :

- a) *Estudo sobre as bases fundamentaes dos novos pesos atomicos e suas relações physicas mais notaveis.*
- b) *Breve noticia sobre a composição chimica das aguas mineraes das Pedras Salgadas.*
- c) *Breve noticia acerca d'uma nuscente mineral em Traz-os Montes, perto de Rebordochão.*
- d) *Aguas sulfureas do Mosqueiro.*
- e) *Novo modo de evitar as matrizes negativas usuaves em muitos processos de photolithographia e heliogravura.*
- f) *Descripção do processo de photozincographia usado pela secção photographica da direcção geral dos trabalhos geodesicos.*
- g) *Precédés photographiques et methodes diverses d'impressions aux encres grasses* — Editado em Paris por Gauthier Villars.

Algumas d'estas descobertas foram consideradas em França como *hors ligne* e valeram-lhe as mais raras distincções.

Mas não se limitou a ser um chimico, e como portuguez, não podia deixar de interessar-se pelos estudos geographicos e em mais d'uma circumstancia collaborou n'elles publicando *Os modelos para servirem de repositorio ás narrativas e apontamentos dos exploradores africanos, aos dados hypsometricos, barometricos, notas de temperatura, estados de atmospheria, etc.*; e ainda

a) *Expedição á Africa portugueza de 1877.*

b) *Itinerario seguido pelos principaes exploradores africanos.*

E além d'estes outros trabalhos de reconhecido merito.

Mas como geographo não se ficou simplesmente a escrever, e em diversos paizes defendeu algumas das nossas mais disputadas glorias restabelecendo a verdade de factos tantas vezes deturpados por espiritos interesseiros.

Tendo como poucos agitado e lançado ao vento uma grande quantidade de questões e de principios scientificos em numerosas conferencias publicas, vendo que não germinavam por hostilidade ou por falta de preparação do meio, quasi perdida a esperança de que até mesmo os que viessem depois colhessem o fructo da sua propaganda, mudou um pouco de rumo, mas sempre com a fé n'um futuro de prosperidade, dedicou-se ao estudo das industrias, principalmente ao das industrias chimicas.

N'uma hora bem infeliz para elle, vendo perdido quasi tudo que a intelligencia de Pombal delineára, definhando, quasi estiolado perante a concorrência de artefactos similares estrangeiros, o que lograra manter-se com inarraveis esforços e ferrea tenacidade, conhecendo a falta de iniciativa d'aquelles que podiam e deviam cuidar dos interesses materiaes do paiz, José Julio Rodrigues tornou-se industrial.

Sacrificou a sua actividade que era enorme, sacrificou os seus proprios haveres, porque n'este novo campo em que elle apparecia como um dos primeiros arroteadores, novamente se encontrou quasi isolado, talvez incomprehendido, tendo todavia de combater sem descanço e sem desalento, a inercia d'uns e a indifferença d'outros.

Contra as falsas idéas preponderantes n'um paiz inteiro, (do nosso melhor diria, falta de idéas), pela má direcção impressa á sua mentalidade, seria loucura lutar, e todavia José Julio Rodrigues luctou com a crença um pouco ingenua que nunca o abandonava, embora successivos desastres fossem

mais que sufficientes para abater um espirito menos viril. Mas sempre a fé, sempre a convicção de que havia um terreno a desbravar e não um campo esteril, e lá ia pelo caminho da vida deixando nos espinhos que lhe lanceavam a alma, aos farrapos, as suas illusões.

Sempre crente, sempre com os olhos fitos na luz, via talvez mal, via como os deslumbrados, e o clarão que julgava ver irradiar de cada verdade agitada por elle, era talvez devido ao fulgor de seu proprio cerebro.

Não lhe faltou nenhuma das amarguras, nenhuma das dôres com que o mundo costuma premiar aquelles que pela idéa, pelo invento, pela audacia da tentativa não são do seu tempo. Até os insuccessos das proprias emprezas em que perdeu quanto tinha, o não desculparam perante aquelles que o accusavam de visionario, de não ser homem pratico, de abandonar no dia seguinte uma especulação que na vespera se lhe afigurára rendosissima.

Que admira que assim procedesse, pondo de parte aquillo porque combatera pouco tempo antes? No seu caminho havia sempre os mesmos embaraços materiaes que outros sómente podiam remover e que tinham relutancia ou receio de fazel-o, e elle, vendo sem resultado a esperança posta n'uma primeira tentativa, voltava-se logo para outra, contando que da sua actividade percutida contra a indolencia dos outros chispasse o fogo que devia pôr em plena actividade as suas emprezas e intentos.

Mas viu cahir umas após outras industrias ainda nascentes, a da tinta d'imprensa, a fabrica de productos chimicos etc., outras em que pensou ou que estudou nem mesmo lograram existir, aproveitamento dos residuos da fabricação de gaz de illuminação, das quinas, do assucar de beterraba.

A accusação, de não ser um homem pratico, que alguns lhe lançavam em rosto, não era uma feição particular sómente do seu espirito, mas da de muitos que vivem em plenos dominios do pensamento; por lá se perdem e não raro se esquecem algum dos dados algebricos de um problema industrial que deseja pôr-se em equação. Conta Theophilo Gauthier que Balzac, o celebre psychologista e romancista francez, o maior entre todos os dos nossos dias, tentou tambem algumas vezes commetimentos industriaes e antes da construcção das estufas em que deviam crear-se os ananazes que pretendia vender, muito antes de serem plantados, tinha adquirido uma

casa em que mandára pintar no frontespicio, em grandes letras, Ananazes des Jardies, Jardies é um logar visinho de Paris em que elle se dispunha a estabelecer e installar a cultura dos fructos já d'ante mão apregoados.

Se não admira que este facto se desse n'um elevadissimo espirito, vivendo mais de visões do sonho do mundo que havia creado do que da realidade, porque deve extranhar-se que José Julio Rodrigues, que tinha tambem uma intensa vida cerebral onde se agitavam questões tão diversas, não visse em todas as suas minucias, com todas as particularidades necessarias, os problemas que se propunha resolver?

E depois, creio que o espirito d'aventura se não extinguiu em nós, que subsiste, embora transmudado, mas talvez aggravado pela herança transmittida durante seculos. A fluctuação e o vago das almas, a inconstancia e o mudar dos propositos, influencias do largo periodo d'oscillações entre a bonança e a inclemencia do mar, de todos os revezes e fortunas da guerra, do bater descompassado de coração que traz a vida pouco segura. Talvez que o clima tambem intervenha com algum factor indeterminado, como outros conhecidos intervieram na historia. Taine conta que os ventos reinantes na Grecia, um que soprava de manhã da terra para o mar e outro do mar para terra pela tarde, tornaram os gregos navegadores.

E' certo que a essas influencias se não furtam os homens mais cultos, e, para não fallar dos vivos, entre os quaes encontraria tantos exemplos, direi dos mortos. Herculano em pleno vigor da intelligencia fugindo para o bucolismo. Soares dos Reis e Julio Cesar Machado, Anthero do Quental e Camillo Castello Branco emigrando da vida.

Mas havia alguma coisa mais, que não vinha propriamente d'elle, do seu modo de vêr ou de resolver, perante a qual baquearam as suas empresas como baqueariam as de outro qualquer. Sob este sol, tão cantado pelos poetas nacionaes e estrangeiros, Theodoro de Bainville ¹ por exemplo, crescem algumas plantas damninhas, que se enraizam na vida de um

¹ Le fier soleil du Portugal
 Vous tendait sa lèvre obstinée
 Et faisait sont meilleur régal
 Avec votre peau satinée.

homem e que lhe suffocam completamente a actividade e lhe tolhem todo o esforço.

José Julio Rodrigues foi politico, esta phase de sua vida, a menos interessante, foi para a Escola Polytechnica uma das de maior proveito. Não sei que elle medrasse á custa de prebendas, que a politica do seu tempo ainda distribuia fartamente, sei, porém, que com o seu valor de parlamentar, conseguiu arrancar, pôde dizer-se assim, aos poderes publicos, tendo talvez de agradecer de chapeu na mão como um favor, o dinheiro para modificar e melhorar as condições materiaes do laboratorio de chimica. O que este facto representa como tenacidade e o valor que elle tem, só podem inteiramente julgal-o aquelles que um dia mendigaram nas secretarias d'estado qualquer verba a favor da instrucção publica.

Do merecimento da obra que apprehendeu e levou a cabo, não serei eu quem o diga, nem serão os escriptos de José Julio Rodrigues em que deixou reguladas as condições do trabalho da chimica pratica. Será um professor illustre, illustre entre os illustres, chimico abalisadissimo e portanto d'aquelles que melhor saberiam vêr e com mais competencia poderiam julgar, será o doutor Hoffmann.

«Lisbonne, Avril, 17, 1890.

Monsieur et très cher collegue.

Je ne peu pas quitter Lisbonne sans vous temoigner ma reconnaissance pour l'accueil aimable, que je dois à vous et a Mr. Lourenço.

Il m'est à la fois un plaisir et un devoir de Vous dire l'impression qu'a produit sur moi la visite de l'Ecole Polytechnique de Portugal. J'ai été etonné de trouver un établissement scientifique de premier ordre, dont tout pays aurait droit d'être fier. J'admire surtout les laboratoires et l'amphitheatre de chimie. Ayant construit les laboratoires des universités de Bonn et de Berlin je crois posséder quelques connaissances des besoins des institutions chimiques et je n'hésite pas d'affirmer, que je ne connais un laboratoire mieux installé et pour l'enseignement et pour la recherche. Les salles de travail et l'auditoire commandent une profusion d'espace, d'air et de lumière qui je n'ai pas rencontrés souvent ailleurs. Per-

mettez en outre d'ajouter qui je ne me rapelle pas un laboratoire, ou on a réussi a combiner d'une manière semblable l'elegance a l'utilité.

Adieu mon très cher collegue

Votre dévoué

Ah. von Hoffmann.

Estas palavras conteem, a meu ver, o melhor e maior elogio da obra do professor José Julio Rodrigues, que todavia não se contentou em edificar, porque a não julgou completa, senão depois de ter conseguido encher d'estudantes as mezas de trabalho, aprendendo, repetindo as experiencias que tinham visto executar no curso. Regulou os exercicios praticos dos alumnos e sobre este assumpto deixou publicado o *Projecto summario de regulamento dos trabalhos praticos e serviços de laboratorio de chimica mineral*, que conjunctamente com a *Exposição ao conselho da Eschola Polytechnica sobre o ensino e mais serviços da 6.^a cadeira*, provam quanto se interessava pelo desenvolvimento e incremento dos estudos chimicos em Portugal.

Não lhe soffria o animo que o nosso ensino não tivesse a feição pratica que reconhecera ser uma das caracteristicas da instrucção ministrada n'outras nações da Europa que tinha visitado.

Querem, meus senhores, ter a prova de que ao seu valor pessoal, ao seu advogar incessante das necessidades espirituaes e materiaes do laboratorio se devem muitos dos melhoramentos introduzidos no ensino de chimica, e a acquisição do material para as suas experiencias; bastará dizer-lhes que afastado da patria, o subsidio destinado a custear-as, a verba consagrada ao preparador que as dirigia, tudo foi immediatamente levado pelo governo, que teve como um dos melhores expedientes, para salvar a nação da ruina, que de certo lhe não proveio dos subsidios dados á instrucção publica, cercear a dotação dos estabelecimentos scientificos e cortar no pessoal technico e docente. Sublime comprehensão do valor e da importancia do desenvolvimento das sciencias no estado! Das relações d'estas com as industrias, com o desenvolvimento das riquezas publicas!

José Julio Rodrigues não se limitou porém a ensinar na

cathedra; muitas vezes Lisboa e outras cidades o ouviram e applaudiram quando uma questão de interesse geral, como o cholera, as pautas das alfandegas, os melhoramentos dos Açores, precisava ser elucidada perante o publico. Não trepidava então perante os maiores incommodos e sacrificios para conhecer inteiramente o assumpto de que pretendia tratar e para colher todos os aspectos do thema que devia desenvolver. Foi á ilha de S. Thomé para julgar *de visu* a importância e o incremento que podia ter n'aquella uberrima possessão africana a cultura das quinas.

Fallando perante auditorios sempre numerosos formados por individuos de diversas classes sociaes, e por tanto de cultura muito differente, tinha o condão de prender desde as primeiras palavras os ouvintes, de os interessar, de tornar comprehensivel para todos qualquer questão, por mais extranha que fosse aos que o escutavam.

N'estas palestras scientificas, em que por tantas vezes procurou galvanisar o indolente espirito publico, abrindo dilatados horisontes ao estreito campo em que se encerra actualmente a pouca vida nacional, cheias sempre d'um grande numero de dados estatisticos, de factos interessantissimos, de informações do maior valor, de projecções illustrativas, chispavam as ironias, eram por vezes cortadas pelos ditos cheios de agudesa, porque José Julio Rodrigues, tinha graça natural que sabia dispender a proposito, com que temperava quasi que diria, atticamente, os seus discursos, e esta feição do seu espirito não era decerto a menos curiosa e interessante para os que o conheciam.

Na conversa com os seus amigos esfusiavam os ditos chistosos, que ateiando-se uns aos outros terminavam por comunicar a flama da alegria; parecia sempre satisfeito, dir-se-ia que a vida fora sempre para elle côr de rosa. Ultimamente, porém, tornara se sombrio, menos communicativo e expansivo, mas era tão intensa a sua jovialidade, que parecia resultar n'elle d'um justo equilibrio entre o vigor intellectual e o vigor physico, que até mesmo na epocha mais triste da sua vida, nunca foi um pessimista.

Havia no seu character uma outra face que eu não desejo deixar escurecida, embora n'um esboço da sua personalidade, feito como veem a largos traços. O professor José Julio Rodrigues era bom, tinha a alma impressionavel, facilmente vibratil e commovivel. Contarei dois casos apenas para ac-

centuar o que affirmo e para que não pareça que desconheci ou menospresei uma das suas virtudes.

Conhecendo as circumstancias desgraçadas em que vivem as bordadeiras e as rendilheiras dos Açores, que em geral são victimas d'uma espoliação, pela dependencia em que se encontram d'aquelles que vendem e negociam o producto do seu trabalho, sabendo que justamente as mais habeis d'estas pobres mulheres, como acontece com as rendilheiras de Malines, são as que a tuberculose escolhe de preferencia para suas victimas, porque da applicação, da attitude, das condições de trabalho parecem provir, as condições favoraveis ao desenvolvimento das doenças do peito, implorou de sua magestade a rainha, protecção para estas desditosas creaturas, pedido a que correspondeu a promessa d'um asylo para recolher as que pela doença ou pela velhice não podessem continuar a trabalhar.

Creio que antes do professor José Julio Rodrigues ninguém se tinha detido a pensar um momento ao ver esses bordados e rendas primorosas, que como tanto outras coisas que a industria produz ou que a civilização elabora causam tantas victimas, que não mereciam apenas as palavras do nosso louvor, mas pediam tambem uma lagrima da nossa piedade.

Ao voltar do Brazil, para onde tinha emigrado alguns mezes antes, e achando-se tão pobre como tinha ido, encontrou todavia na algibeira, ao partir, algumas centenas de mil réis que lhe tinham produzido uns artigos escriptos n'um jornal de S. Paulo. Deixou-os aos que n'aquella cidade eram ainda mais pobres do que elle, emigrado, com meio seculo, como elle dizia, contando a idade.

Outros factos podia juntar, se fosse meu intento dizer o que foi o homem, e não sómente mostrar o que foi o professor.

Bem sei que as qualidades de coração são n'este logar tão necessarias como as qualidades d'espírito, e que o professor não deve ser para os seus discipulos uma creatura indifferente ou ainda menos do que isso, um individuo hostile; a sua palavra não deve apenas ensinar, deve tambem interessar, a sua intelligencia não deve apenas comprehender, mas deve procurar conseguir que quem o ouve tambem comprehenda, não deve apenas doutrinar, mas esforçar-se porque a sua doutrina seja productiva, não deve unicamente lan-

çar a semente á terra, mas preocupar-se porque se desenvolva e fructifique, não deve cumprir strictamente o dever, mas ter escrupulo no que ensina para que seja util, e na maneira porque ensina para que se colha proveito.

Debaixo d'estes multiplos pontos de vista o professor José Julio Rodrigues era notavel e os seus discipulos sem transpôr a linha que separa a amizade da familiariedade rodeavam-n'o no laboratorio, não raro collaboravam nas suas experiencias e demonstraões praticas. Elle folgava com isso e sempre que surprehendia algum alumno sabendo alguma coisa mais do que é commum saber-se na idade e situação dos senhores, não o esquecia facilmente, galardoava-lhe o merecimento e sabia distinguil-o sempre que occasião se lhe offerecia.

Com tão iminentes qualidades não foi simplesmente a Escola Polytechnica que soffreu com a sua morte, uma perda valiosissima, foi tambem a nação a que elle consagrou os melhores annos da sua vida, a sua immensa actividade, a sua operosa iniciativa. Bem sei que quando deixou de viver entre nós estava perdido para o paiz, mas creio que não completamente.

Ao voltar do Brazil não vinha definitivamente para Portugal, é certo, mas não trazia o espirito vasio de emprehimentos; novas emprezas, novas industrias que Portugal não possui, deviam soldar por mais alguns elos os interesses dos dois paizes irmãos.

Não o quiz assim o destino, que piedoso talvez, entendeu que esse luctador tantas vezes vencido, mas sempre prompto a recommçar a lucta, devia ir emfim descansar.

José Julio Rodrigues era um crente; na sua obra muitas vezes transparece e algumas vezes se affirma a fé n'um destino ulterior, futuro, da alma humana. Se assim é, se nem tudo morre, se o que foi um homem não se reduz pela desagregação dos tecidos ás moleculas em vibração e em movimento, entrando e sahindo de novas e multiplices combinaões d'onde promanam outras tantas manifestaões da vida, creio que o seu espirito formulará ainda agora, um voto, um desejo, tanto elle amou a nossa patria, os estudos da chimica e o seu auditorio d'alumnos, e esse voto será que os senhores que vem frequentar este curso, assim como os que lhes succederem, pensem que um paiz não morre embora cumprida a missão historica que a sua situação geographica, a influencia do seu clima, a fatalidade do meio, emfim, lhe impoz, sempre

que saiba moldar o seu genio a novos commettimentos, affeioar o espirito a novas emprezas.

Fomos aventureiros, fomos navegadores, descobrimos e conquistámos, diz-se muitas vezes, mas guardemos religiosamente as nossas glorias, lembrando-nos de que nada somos.

A sciencia tambem é um largo campo de aventuras, de descobertas, de paragens desconhecidas, onde podem lançar-se avidos de commoção e de gloria espiritos juvenis; que o fogo sagrado se não apague n'esse templo, a nossa alma, onde veneramos a patria; lançem-se firme e decididamente no estudo, e os senhores, a quem pertence o futuro, façam renascer um Portugal novo, conquistando assim o direito de em toda a parte continuarem a chamar-se portuguezes.

BALTHASAR OSORIO.

O MUSEU DE HISTORIA NATURAL E AS VIAGENS

— Continuação do n.º 5 —

Quanta intimidade ha entre as viagens scientificas e os museus, basta para o exemplificar a excellente obra, já classica, do sr. professor Barbosa du Bocage, *Ornithologie d'Angola*, trabalho de naturalista conscienciosissimo e de largo folego, a cuja apreciação voltaremos em mais apropriada occasião. Faz n'ella o seu auctor a apologia justissima do heroico sertanejo José de Anchieta e, como o proprio auctor promette na advertencia que a antecede, toda a obra é destinada a tornar conhecidos os trabalhos do illustre explorador, que com o producto dos seus temerarios esforços tem enriquecido com magnificencia as galerias do Museu Nacional. Exalta mais alguns nomes portuguezes a celebre monographia do illustre professor de zoologia de Lisboa. Na sua introdução refere-se ás explorações realisadas em diferentes regiões africanas por viajantes, especializando os trabalhos e resultados proveitosos dos portuguezes, entre os quaes são mencionados Joaquim José Monteiro, Bayão e José de Anchieta.

Foram portanto, as esforçadas diligencias de Anchieta que forneceram os principaes elementos da fauna ornithologica citada, a qual representa ao mesmo tempo quanto trabalho que sem elle ficaria na obscuridade e sem receber, como que a justificação pelo estudo paciente e demorado na paz do gabinete do laboratorio, e assim resplende n'uma obra digna de tão ousado commettimento, o resultado das arduas tarefas do illustre viajante explorador.

Outra expedição scientifica, cujo exito excederam talvez a espectativa do governo que a decretou e do publico, que em aclamações e diversas demonstrações de regosijo, mostrou o seu enthusiasmo, foi a de Serpa Pinto e Capello e Ivens, auctorisada por carta de lei de 12 de abril de 1877 e destinada a explorar as vastas regiões comprehendidas entre Angola e Moçambique, nada menos que atravessar a Africa, e sobretudo estudar as relações entre as bacias hydrographicas do Zaire e do Zambeze. Era votado um credito de 30 contos de réis para custear a expedição.

O governo de accordo com a commissão central permanente de Geographia de Lisboa, encarregou da difficil missão o capitão de caçadores Serpa Pinto e os tenentes da armada Hermenegildo Capello e Roberto Ivens.

Entre varias disposições que o governo tomou a respeito dos exploradores, deu-lhes tambem *Instrucções summarias ácerca da escolha e preparação dos productos historico-naturaes.*

O glorioso exito da memoranda viagem ficou não só na mente do publico, que ainda se lembra d'esse acontecimento que honra altamente a sciencia e a patria portugueza, mas se acha registado em duas obras, cujo interesse mesmo para os não especialistas n'estes estudos não tem diminuido e cujo valor no commercio mostra a conta em que são tidas pelo publico, uma de Serpa Pinto — *De Benguella á Contra Costa*¹ e o outro de Capello e Ivens — *De Benguella ás terras de Iácca.*²

Desde o final do seculo passado as viagens de naturalistas succedem-se com mais curtos intervallos e chegam a ser si-

¹ Serpa Pinto — *Como eu atravessei a Africa, do Atlantico ao mar indico, Viagem de Benguella á Contra Costa, atravez regiões desconhecidas, determinações geographicas e estudos ethnographicos.* 2 v. 1881.

² Capello e Ivens — *De Benguella ás terras de Iácca.* Descripção de uma viagem na Africa Central e Occidental, comprehendendo narrações, aventuras e estudos importantes sobre as cabeceiras dos rios Cune, Cubango, etc. 2 vol. 1881.

multaneas, como estas a que acabamos de nos referir, todas produzindo abundante colheita para os museus, que conservam archivados e em ordem de estudo e de utilização os materiaes colhidos de tão difficullosa maneira, entre o perigo e a heroicidade.

As ilhas do archipelago de Magalhães foram minuciosamente exploradas em 1882 e 1883, pelos officiaes da *Romanche*, Hyades e Hahn, encarregados de estudar os phenomenos magneticos e metereologicos, e pelos naturalistas do Museu de Paris, Lebrun, Hanriot e Sauvinet. Cento e sessenta caixas com exemplares de geologia, mineralogia, botanica e zoologia, desenhos e apontamentos, formavam o producto total que d'esta exploração veiu para as sciencias naturaes.

Mais modernamente temos as viagens de exploração pelagica, ás quaes se devem notabilissimas descobertas de um grande interesse scientifico, e veem completar com os resultados das pescas oceanicas, as maravilhas colleccionadas nos museus de um e outro lado do Atlantico. Devem n'este grupo especialisar-se as viagens do *Travailleur* e do *Talisman*, e mais recentemente as de *Hirondelle* e do *Prinçese Alice*, sob o commando de S. A. o principe de Monaco, as quaes justificadamente teem feito echo no mundo scientifico, pelo admiravel exito obtido e pelo aperfeçoamento dos meios empregados que constituem já um processo especial, uma disposição propria para um genero de explorações completamente diverso das que se acham descriptas em sciencia e nos annaes da navegação.

Citaremos ainda como notaveis as viagens de Brazza e Dybowski no Congo, a celebre missão do cabo Horn, as de Rousson e de Willem á Terra de Fogo, as de Cattat em Madagascar, e as de Chaper, a todas as quaes a sciencia deve numerosos serviços e preciosos conhecimentos.

As expedições scientificas enviadas com o fim particular do reconhecimento da flora africana, são relativamente modernas, e não menos notaveis.

Uma das que maiores sacrificios custou, foi a do Niger, organisaada pela sociedade promotora da civilisação africana, de Londres (1841) e commandada pelo capitão Troter, e em que se distinguiram Vogel e Ansel, victima da doença e do clima. Passaram pela Madeira, Canarias, Cabo Verde, Serra Leôa e Fernando Pó.

O estudo da flora de Cabo Verde, deve consideravelmente a Vogel, que mais contribuiu para a publicação feita com o titulo de *Spicilegia gorgonica*, que appareceu juntamente com a *Flora nigrítiana*, para que elle tambem muito trabalhou.

Da viagem de Schmit ás ilhas de Cabo Verde, em 1861, resultou a excellente monographia que deu a conhecer 435 especies vegetaes e noticias sobre a zoologia, a geologia, a climatologia, a industria, os usos e costumes.

A viagem do dr. Welwitsch para estudar a flora de Angola, Cabo Verde, tem uma importancia primaz para pôr em relevo a qual bastariam as memoraveis palavras do dr. Bernardino Antonio Gomes.

Continua.

J. BETTENCOURT FERREIRA.

CONSELHOS DE MÃE A FILHA

POR

M.^{me} de Lambert

(TRAD. POR GOMES DE BRITO)

(Continuado do n.º 8)

E' innato nas mulheres o desejo violento de agradar. Achando cerrados os caminhos por onde se ascende á gloria e á auctoridade, lançam-se por outra vereda para as alcançar, indemnizando-se pelos attractivos.

A belleza cega quem a possui, estonteia a alma : attentai todavia, minha filha, no limitado numero de annos que destrinça uma mulher formosa de outra que já o não é. Dominai pois essa ancia excessiva de agradar ; ao menos não a deixeis transparecer. Convem dar um limite á variedade no trajar, e não fazer d'isso constante occupação : as verdadeiras graças não dependem de requintadas galas. Basta que se satisfaça a moda como quem serve um tyranno, não se lhe dando senão o que não é possível recusar-lhe. As modas seriam

cousa rasoavel, se pudéssem alliar á perfeição a commodidade e a elegancia, mas mudar continuamente mais parece volubilidade do que bom gosto ou polidez.

O bom gosto não se quer com a delicadesa excessiva; avalia as pequenas cousas pelo que são, e não se deixa prender por ellas. O asseio é um attractivo, e tem o seu logar na ordem das cousas graciosas, mas o asseio degenera em embelleco desde que se torna exaggerado; é pois de muito melhor conselho fechar os olhos a cousas de pouca importancia, do que dar-se a excessivas meticulosidades.

As jovens são mui susceptiveis de enfadar-se. Como ignoram tudo, os objectos sensiveis attrahem-n'as com singular predilecção, e o enfado é, ainda assim, o menor dos males que as jovens tem para temer. Os regosijos excessivos nunca foram sequito de virtudes: tudo o que se diz almo prazer é perigo.

Por maior que seja a circumspecção necessaria a uma intemerata decencia e á mantença dos limites prescriptos ao pudor, mal que o praser nasce no coração verte-se na alma não sei que doçura que instilla repugnancia por tudo o que se chama virtude, e que entorpece e mingúa o sentimento do dever. Uma donzella não prevê as consequencias d'este veneno, cujo menor effeito será o de perturbar o repouso da vida, perverter o gosto, e fazer que pareçam insipidos todos os praseres singelos. Quando, ao tomar estado, se é tão feliz que se não sentiu ainda o coração preso (como em nós viye um sentimento que procura unir-se, e como esse sentimento ainda não tem emprego), é bem natural que de nós mesmas nos dêmos á pessoa que se nos destina.¹

¹ Ter-se-ha presente o que dissémos em a *Noticia* acerca d'esta illustre dama, que antecedeu a nossa traducção. M.^{me} de Lambert contava já vinte e oito annos quando contrahiu matrimonio.

A sua inclinação pelo estudo, o seu caracter reflectido, a excepcional disposição do seu espirito, emfim, teriam contribuido acaso para retardar a voz da natureza. O seu casamento, pois, seria antes resultado da reflexão, depurada no estudo e na observação das condições precarias da vida humana, do que impetuosa obediencia ao predominio de uma paixão. Acaso o contrahido enlaçe lhe foi insinuado por seu padrasto, sendo por ella bem visto e recebido, apóz maduramente examinado.

M.^{me} de Lambert, com effeito, não foi, ao que parece, menos feliz, por lhe ter sido aconselhado o noivo, em vez de por ella ser escolhido, do que o seria se o seu enlace houvesse sido remate a uma paixão violenta.

Mas, como a nossa auctora é a propria a prevêê-lo, nem sempre, ainda que haja muito decoro e circumspecção, conseguem as jovens alcan-

Sêde moderada, minha filha, no frequentar os espectaculos. Falta á dignidade quem de continuo se mostra n'elles; de mais é difficil que o pudor extreme se intenda bem com a extrema dissipação. Quem não observar estes preceitos não sabe discernir o que mais lhe convem.

Se sois formosa, careceis de não fatigar o gosto publico, deixando-vos ver facilmente; se não sois bella mais vos importa ainda que sejais recatada. Além de que, a grande frequentação dos espectaculos contribue para o imbotar do gosto.

Importa muito evitar, minha filha, as grandes commoções d'alma; são caminho que se apparelha ao tédio e á consumpção do enfado; temiveis inimigos para as jovens, que resistem menos do que sentem.

A temperança, disse um auctor de outro tempo, *é a melhor obreira do goso*. Com essa temperança, tão salutar para a alma como para o corpo, a doce alegria reina por igual em nós; nem ha que ver nos espectaculos, nem ha que provocar despesas: uma leitura, uma obra, uma conversação, propiciam-nos um prazer mais puro do que o apparatus das maiores distrações; os praseres innocentes, em uma palavra, são de muita utilidade; nunca deixam de estar prestes, são sempre beneficos e não se fazem pagar demasiado caros. Os outros lisongeiam mas prejudicam; o temperamento da alma corrompe-se e estraga-se como o do corpo.

Acções e modos de proceder seja tudo subjeito a methodo: bom seria decerto, não termos jámais que deitar contas a nossas posses, mas como vossos bens não são extensos, tereis, de subjeitar-vos ás regras da parcinonia. Sêde governada, que se não dispenderdes com moderação, vereis para logo entrar o desbarato em vossos teres; mal respondereis por vós, se vos faltar a economia.

O fasto engendra a decadencia, e a decadencia origina quasi

car a idade da reflexão livres, como M.^{me} de Lambert parece desejal-o para sua filha, dos laços de uma amorosa inclinação; sendo, por outro lado, assás difficil convencer a feminil juventude a delegar, mesmo em seu proprio interesse, e como *acto natural*, em seus paes o cuidado de lhe destinarem companheiros para toda a existencia.

E' pois mais que provavel que a insinuação de M.^{me} de Lambert não tenha achado graça aos olhos de sua filha, sem que se possa affirmar que a razão não assistia á mãe, ao infiltrar o conselho atravez as suas meio veladas reflexões, ou que a filha procederia desassissadamente não o acceptando para seu proprio uso.

(Nota do trad.)

sempre a corrupção dos costumes. Mas porque uma pessoa deva ser governada, não se segue que haja de ser avarenta; olhai que a avaresa aproveita pouco e deshonra muito. No proceder com regra, o que se deve ter em vista é procurar esquivar-se uma pessoa á vergonha e á injustiça que são corollario a um theor de vida desordenado; não se deve cortar pelo superfluo senão para se estar no caso de satisfazer aos encargos que a decencia, a amisade e a charidade inspiram.

E' a boa ordem, e não a attenção ás pequenas cousas que produz os grandes lucros. Plínio, reenviando a um seu amigo uma obrigação consideravel que herdara de seu pae, com quitação geral, escrevia-lhe: *Não sou abastado, e tenho de dispendir muito; mas fiz da minha frugalidade um capital e a elle recorro sempre que se trata de prestar serviço aos meus amigos.* Tomai a vossos gostos e prazeres, minha filha, a parte com que heis de satisfazer os sentimentos de generosidade que toda a pessoa de coração bem formado deve possuir.

Cerrai os ouvidos ás sollicitações da vaidade. *E' preciso ser, diz-se, como os outros:* esse como é bem elastico. Nutri uma emulação mais nobre; não consintaes que pessoa alguma seja mais honrada, mais proba e mais conspicua do que vós. Senti a necessidade da virtude: a pobreza d'alma é peor do que a da fortuna.

Emquanto gosais da juventude, formai a vossa reputação, augmentai vosso crédito, grangeae o peculio do futuro. Mais entrada em annos, já tudo isto vos custará mais. Carlos Quinto dizia que *aos jovens ama-os a fortuna.* Em quanto vos durar a juventude tudo vos ajudará, tudo se vos offerecerá; a gente moça domina sem pensar em tal. Lá pelos annos adiante, desapparecem as facilidades; esse mago encanto da mocidade que em tudo impera esvaece-se; já não fallam por vós, em fim, senão a razão e a verdade e estas, minha filha, difficilmente as vereis governar o mundo.

Caminhais em busca da reputação, procurais o crédito, dizia Montaigne, *e eu já estou de volta.* Quando a mocidade acaba, quanto vos resta para adquirir, ás virtudes tereis de ir buscar-o.

Tendei á maior perfeição possivel em todos os vossos empreendimentos e em todas as vossas acções: não façais projecto algum, nada comeceis sem perguntar a vós mesma: *Não poderei eu fazer melhor?* Adquirireis assim uma familia-

ridade com a justiça e com a virtude, que vos tornará bem mais facil a sua pratica.

Fazei o que ao seu amigo aconselhava Seneca : *Escolhei, dizia-lhe, entre os grandes homens o que mais respeitavel vos parecer, procedei só em sua presença, dai-lhe conta de todas as vossas acções.* Feliz o que é assás estimado para ser eleito ! Isto é tanto mais facil, quanto os jovens teem um pendor natural para a imitação. Arriscamo-nos menos quando se escolhem na antiguidade estes modêlos, porque de ordinario ahi só grandes exemplos se nos depaeram.

Nos modernos, pôde o systema ter seus inconvenientes : é raro sahirem felizes as copias ; de ha muito se diz que toda a copia deve tremer perante o seu original ; seguimo-l'ó sempre de longe, o que nos priva do caracter natural, que de ordinario é o mais simples e o mais verdadeiro. Fixar-se n'um modêlo desmoralisa ; além de que, uma parte de nossos defeitos procede da imitação. Apprendei pois a temer-vos e a respeitar-vos a vós mesma ; seja a vossa delicadesa o vosso proprio censor.

Estudai o modo de vos fazerdes feliz no vosso estado : ponde tudo em pratica para alcançar esse resultado ; por falta de applicação escapam-nos mil bens. Não somos felizes senão pela attenção e pela comparação.

Quanto mais habil fordes, mais vantagens alcançareis do vosso estado, e maior será tambem a esphera de vossos prazeres. Não é a posse, é o gôso, o que nos faz felizes, e o gosar está na attenção.

Se cada um soubesse contentar-se com o seu estado, ninguém seria ambicioso, nem haveria invejosos tampouco, a paz reinaria sem contradicta ; mas contentarmo-nos de viver no presente é o que nós não sabemos: desejos e esperanças não faltam que nos arrastem incessantes para o futuro.

Ha n'este mundo duas especies de desassisados ; uns vivem sempre no porvir, nutrindo-se de esperanças, e como não são assás previdentes para contarem com ellas á justa, passam a vida a assistir ao desbarato de seus errados calculos. Os que põem a temperança no desejo, não desejam senão o que teêm á mão, e por isso, d'estes poucos se enganam.

Quando porém tal lhes succeda, consolam-se ; como tiraram da ignorancia e do erro todo o beneficio que podiam tirar, teêm sempre em seu favor o prazer de ir esperando. De mais, sabem que o gosto nos bens acaba ou pela posse, ou

pela impossibilidade de alcançar a cousa desejada : com estas reflexões as pessoas de juizo satisfazem-se.

A outra especie de desassisados é a dos que sugam em demasia o presente, sem pensarem no futuro, e assim dão cabo da fortuna, desbaratam a reputação, e estroem o gosto. Os prudentes sabem alliar os dois tempos ; gosam do presente e não deixam de ter o futuro em consideração.

Empregar o tempo, minha filha, é um dever: que uso faremos d'elle ? Poucos são os que saibam estimal-o pelo seu justo valor. *Mui estreitas nos devemos as contas de todos as nossas horas*, disse um auctor antigo, *para que aproveitando as do presente, melhor dispensemos as do futuro*. O tempo foge veloz. Apprendei a viver, isto é, apprendei a fazer bom uso da vida. A vida consome-se em esperanças illusorias, a vida gasta-se a correr após a fortuna ou a esperar que ella se resolva a apparecer. Todos os homens sentem o vacuo do seu estado, sempre occupados, e sempre insatisfeitos. Reflecti n'isto ; — que a vida não está no espaço de tempo decorrido, mas no emprego que deveis fazer d'esse tempo : attendai que tendes um espirito a cultivar, e que lhe deveis o cibo da verdade, que tendes um coração que depurar, e que é força que o conduzais ; attendai que tendes um culto de religião a que vos deveis.

Como os primeiros annos são preciosos, applicai-vos, minha filha, a aproveitai-os utilmente. Emquanto é facil a impressão dos caracteres, ornai a vossa memoria de cousas preciosas ; será provisão que fazeis para todo o decurso da vossa vida. A memoria forma-se e desenvolve-se exercitando-a.

Não deixeis esmorecer de todo em vós o sentimento da curiosidade ; o que é mister é conduzil-o, e dar-lhe um objectivo util. A curiosidade é um conhecimento em embryão, que vos leva mais longe e mais depressa na estrada da verdade ; é um pendor da natureza que precede a instrucção ; cumpre muito não lhe difficultar o curso com a ociosidade e com a mollicie.

Bom é que as jovens se applicuem a sciencias solidas. A historia grega e romana eleva a alma e mantem a coragem, mercê das grandes acções de que é repositorio. Precisa-se saber a historia de França ; a ninguem que se prése é permittido ignorar a historia do seu paiz. Não desapprovarei mesmo uma pouca de philosophia, principalmente da moderna, se para isso ha capacidade : a philosophia

insinua-vos a precisão no espirito, desempasta-vos as ideias e ensina-vos a pensar com methodo. Tambem tem todo o lugar a moral. A' força de ler Cicero, Plinio e outros toma-se gosto pela virtude; penetra no espirito uma impressão insensível que toda se gasta em proveito dos costumes. O pendor pelos vicios corrige-se pelo exemplo de tantas virtudes; e mui de raro encontrareis um mau natural que se comprasa n'esta especie de leituras. Ninguem gosta de ver o que lhe argúe aos defeitos, e o que lhe é condemnação constante.¹

Continúa.

ESTUDOS DE ANTHROPOLOGIA CRIMINAL

Notas anthropometricas e psychologicas sobre 120 reclusos da Casa da Correccão de Lisboa, colhidas e commentadas

POR

ALFREDO LUIZ LOPES

III

Modificações psycho physiologicas e pathologicas nos menores observados

Insensibilidade, imprevidencia e disvulnerabilidade — Instrucção — Calão — Reincidencias — Psychopathias e nevropathias — Modificações teratologicas — Hereditariedade criminosa e morbida — Abandono e orphandade.

Por qualquer meio que os anthropologos tenham pretendido avaliar a sensibilidade psychophysiologica dos grandes criminosos, esta se tem quasi sempre manifestado n'um grau de embotamento mais ou menos completo e apreciavel. Os

¹ Este conceito reproduz em parte o que, mais ampliado, sentenciará, em seu LIVRO DA GOVERNAÇÃO DE DEUS, o douto Salviano: «*Omnes admodum se laudari volunt : nulli grata reprehentio est.*»

(Nota do trad.)

seus apregoados cynismos, a sua frequente e impressionadora vangloria dos crimes praticados, a completa frieza com que elles ouvem as sentenças e a impassibilidade com que sofrem castigos e supportam incommodos, desconfortos e doenças, que em outros individuos são altamente dolorosas, comprovam a cada instante esse embotamento.

Taes modificações, quasi constantes, a par d'um outro privilegio igualmente frequente, e a que Lombroso denominou disvulnerabilidade, são para este medico a dupla origem da crueldade dos criminosos.

A disvulnerabilidade, isto é, a facilidade, muita vez maravilhosa com que os criminosos se curam rapidamente de grandes traumatismos e doenças de summa gravidade, faz com que elles considerem como organismos inferiores, ridiculos e despreziveis os individuos delicados e sensiveis. Se a compaixão, como disse Benedikt, está na razão directa da impressionabilidade do individuo, não admira que os grandes criminosos sejam altamente crueis. A pratica parece confirmar esta asserção. Quanto mais sômos sensiveis, mais dispostos estamos para a compaixão, porque imaginamos em nós os alheios soffrimentos, e pelo contrario quanto mais completa fôr a nossa falta congenita de sensibilidade para as dores e para os sentimentos desagradaveis maior será a inaptidão para sermos compassivos.

Todos estes phenomenos, que tão frequente e frisantemente se encontram nos delinquentes adultos, não deixam de em menor escala se apresentarem nos reus de menor idade.

Repetidas vezes em cerca dos dez annos da minha pratica como clinico das cadeias civis de Lisboa, se me tem offerecido occasião de observar a pasmosa indifferença com que bom numero de reclusos da Caza da Correcção das Monicas soffrem grandes traumatismos, feridas, ulcerações, frieiras profundamente ulceradas e outras doenças, desconfortos e tratamentos dolorosos, queixando-se apenas o bastante para na consulta medica serem dispensados do trabalho, e não se occupando mais do seu mal logo que teem conseguido o seu desejo. Igual indifferença tenho notado existir para os castigos disciplinares, fazendo taes factos completo contraste com o que é costume ver-se em rapazes de igual idade.

Tentativas de fuga feitas em condicções quasi phantasti-

cas evidenciaram-me por mais de uma vez a imprevidencia, mais que pueril, que estes pequenos delinquentes apresentam em face de perigos eminentes e claramente apreciaveis.

Fiel ao programma, que me impuz, da maxima concisão, que julgo obrigatoria para escriptos como este principalmente firmados em estatisticas, não me demorarei mais em tão curioso assumpto. Não posso, porém, calar alguns casos, que entre outros se me affiguram bastante curiosos.

Um dia, de accordo com o director da prisão auctorisei um menor, recluso por ter sido encontrado em abandono, a sair acompanhado por um guarda afim de em casa de um dentista lhe ser extirpado um dente, que bastante cariado lhe produzia muitas dores. Não sem admiração vi que na consulta medica do dia seguinte onze outros reclusos vinham requizitar igual passeio a troco da extirpação de dentes, que diziam doentes, mas que estavam perfeitamente sãos. Indifferentes á dor que iam soffrer, apenas pensavam na maneira de illudir a lei para sair por momentos da prisão. Reconhecendo a inutilidade das suas tentativas, facilmente desistiram do seu intento e não mais faláram na simulada doença.

Ha dois annos os menores, que vi atacados de uma pequena epidemia de ophthalmia purulenta, foram isolados n'uma enfermaria especial e dispensados da frequencia das aulas e officinas. Ao saber d'isto muitos reclusos, que estavam perfeitamente sãos procuráram os mais disparatados meios para inflamar seus olhos, chegando alguns a esfregar as palpebras com a cal destinada as caiações das paredes. Tentavam passar por atacados da epidemia para se eximirem ás suas bem leves occupações. ¹

Com equal fim é uso disputarem avidamente entre si as urtigas da quinta para simularem doenças herpeticas, e ainda

¹ Conta Guet, medico da marinha franceza, que fazendo serviço no presidio da ilha de Nau, verificou que os condemnados para conseguirem a sua entrada para a enfermaria produziam frequentemente abscessos e phlegmões na parte do corpo, que desejavam. Para obterem tal effeito bastava-lhes introduzir com um alfinete debaixo da epiderme uma particula do sarro de seus proprios dentes, ou, quando pretendiam maior lezão, collocar um fio previamente carregado d'egual materia n'um arranhão feito na região escolhida. Diz que em todos os casos se produzia suppuração, quasi sempre circumscripta, mas nos individuos mal predispostos muita vez alastrada em phlegmões diffusos.

que por experiencia propria conheçam o soffrimento, a que se expõem, e a inutilidade da tentativa, não raro apparecem reincidencias d'esta pratica.

Um caso entre outros póde bem frizar a perversão do gosto n'estes individuos. Ha pouco um menor de 18 annos encarcerado no Limoeiro, pelo crime de furto, foi recolhido á enfermaria para se tratar d'uma doença cutanea. Foi-lhe abonada a melhor dieta dos doentes (carne, arroz, etc.), a qual parece deveria satisfazer o seu appetite, pouco habituado de certo a grandes iguarias. Não succedeu, porém, assim, e quasi todos os dias era visto desprezar a comida, que lhe forneciam, para a occultas se alimentar com o pão ensopado no azeite sujo e mau dos lampeões.¹

* * *

Nos menores, que observei, a instrucção anterior ao crime, apenas relativa a simples noções de leitura e escripta, era a seguinte conforme se deprehende dos meus mappas :

Nenhuma em	84
Pouca em	13
Regular em	23
	120

A porcentagem dos analphabetos foi, pois, de 70 em cada 100.

De 676 menores, que durante os annos de 1886 e 1887 entraram para a Casa da Correcção, 456 eram completamente

¹ Ottolenghi, ajudante da cadeira de medicina legal regida em Turim pelo professor Lombroso, estudando o sentido do gosto nos criminosos e fazendo a comparação com outros individuos, chegou á conclusão que n'aquelles a sensibilidade gustativa, como o tacto e o sentido olfativo, se acha manifestamente diminuido. Nas mulheres criminosas esta obtusão é ainda mais profunda que nos homens, e n'uns e n'outros, segundo a opinião d'aquelle observador, tal facto provém mais d'uma lesão das camadas corticaes do cerebro do que de qualquer outra alteração sensorial (*Giornale della R. Academia di medicina di Torino*, n.º 46 — 1889). Arduceo e Messo emmittiram igual opinião a este respeito n'um artigo intitulado : *Recherches sur la physiologie du gout* (*Giorn. dell. R. Acad. di Torino* — 1886).

analfabetos, dando por consequencia uma porcentagem de 67,4, analogia á que encontrei.

Cada escola que se abre faz fechar uma prisão, dizia Guizot ha annos. Incitados por esta verdade os governos de todos os paizes teem activamente procurado desenvolver a instrucção. Em Portugal, porém, apesar de louvaveis tentativas, umas devidas aos poderes publicos, outras á iniciativa particular, a instrucção das classes mais baixas da sociedade continua a exigir serias providencias ¹. O facto de quasi quatro

¹ O defeito da educação das creanças no nosso paiz, cada vez mais desnorteada, não se traduz unicamente no desenvolvimento da criminalidade, mas tambem no da vagabundagem mais ou menos illustrada, na prostituição, no desamor da familia, no desvairamento da razão e da intelligencia, etc.

Nos menores criminosos ha, como mostrei, quasi a completa ausencia de educação physica, moral e intellectual. O organismo d'esses centenares de creanças está inapto para qualquer utilização social. Herdando de seus paes vicios e predisposições morbidas e criminosas, e desenvolvendo essas faculdades pelos exemplos da familia, pela convivencia com os companheiros nas casas da correcção. etc., dentro de poucos annos completam a sua aprendizagem no crime, sendo por isso frequente ver rapazes de 15 e 16 annos totalmente perdidos para si e para a sociedade, á qual mais tarde concederão, em troca da negligencia com que os deixou medrar, alguns milhares de crimes cada vez mais graves, e de filhos cada vez mais perigosos.

A sequestração dos menores n'estas condições, feita no momento do primeiro delicto, a sua educação cuidadosa feita um pouco debaixo do ponto de vista litterario, muito debaixo do ponto de vista moral e muitissimo debaixo do ponto de vista profissional, ensinando-lhes officios em harmonia com a sua capacidade physica, e pondo-os debaixo de uma vigilancia e protecção, feita pelo estado ou por sociedades particulares bem instituidas, tudo isto, e só isto produziria a meu ver incontestaveis vantagens.

Não se corrigem menores delinquentes concentrando-os em casas de correcção, que, como a nossa, não são mais do que um viveiro de criminosos.

Não se lhes evitam as oportunidades de novos delictos abandonando-os depois de alguns dias ou poucos mezes de reclusão, durante a qual nada de bom aprenderam. Não se é humano nem se comprehende a obrigação de velar pelo bem estar de uma sociedade deixando em plena liberdade, sem recursos, amparo nem protecção, rapazes de indole perversa, muita vez epilepticos, nevropathas ou degenerados, e outros que, tendo cumprido pena por qualquer delicto insignificante, encontram ao sair da cadeia todas as portas das officinas. onde pelo trabalho se possam regenerar, receosamente fechadas por lhe saberem do labeo da sua anterior prisão.

Eduquem-se, por isso, ajuizadamente estes desgraçados, protejam-se depois de cumprida a pena, e asylem-se todos aquelles que pelos es-

quintos dos menores delinquentes serem totalmente analfabetos deve despertar a attenção com tanto maior interesse quanto a observação tem mostrado que á medida que n'um paiz augmenta a instrucção decrescem os grandes crimes e

tygmas da sua degenerescencia não deem garantias de poderem ser uteis a si e á sociedade.

Se da educação d'estes rapazes passamos ao exame do que por ahi se ensina n'esses asylos e lyceus, o nosso pasmo não deve ser menor.

Nos asylos de raparigas ensina-se musica, linguas, bordados, e mil outras cousas muito bonitas, mas muito inuteis ou antes muito prejudiciaes ás educandas, que abandonadas por esses mesmos asylos aos 18 annos, tem que recolher á miserrima, suja e desconfortavel casa onde seus pobres paes, geralmente doentes, as recebem como um pesado encargo, do qual se tinham desacostumado.

E ellas, coitadas, ainda que queiram cosinhar, e fazer os misteres da pequenina casa, por não terem aprendido não sabem desempenhar taes serviços. Cresce o desconforto, a incompatibilidade, a desgraça, e quantas vezes a prostituição é o epilogo de tão desnorteada educação.

Em Portugal os asylos não educam as raparigas para mulheres de operarios. Destinam todas para mestras, para senhoras que encontrem um velho rico com quem cazem, para tudo emfim menos para aquillo a que o nascimento as tinham destinado. E, por isso, vemos que a mulher do nosso operario não tem em regra o condão de o attrair a casa, de pelo conforto, pelo acao e pelo carinho incutir o amor de familia, base unica e segura, de toda a felicidade social. Os filhos ressentem-se porisso, do mesmo defeito, em quanto que as creches e asylos, vão deixando aos filhos esquecerem-se dos paes, e aos paes esquecerem-se dos filhos.

Ha uma outra educação litteraria entre nós que tambem é socialmente prejudicial. E' a dos lyceus. Primeiro pela sobrecarga de trabalho intellectual a que obriga, desorganisa os cerebros, prevendo-lhes muita vez a razão. Segundo porque exigindo aos rapazes um relativo e precoce desenvolvimento intellectual, affasta-os das profissões agricolas e industriaes, fonte negavel de toda a riqueza publica. Por isso ahi se veem centenas de individuos regularmente instruidos, em plena e constante vagabundagem, sempre á cata e á espera d'um emprego, mas fugindo dos que possam exigir o exercicio dos seus musculos, de todo inaptos para o trabalho.

E todos estes grupos de individuos erradamente educados são filões que vão alimentar o crime, umas vezes explodindo em attentados previstos e punidos pelos codigos penaes, muitas outras dando em resultado mil modalidades criminosas anti-sociaes, que pela sua natureza passam sem o diagnostico e a responsabilidade penal do crime, mas que não são menos graves e prejudiciaes do que os primeiros.

especialmente os homicídios. Assim o declarou Morselli no congresso anthropologico de Roma, provando conjuntamente por estatísticas e documentos convincentes que a par d'esta diminuição de crimes se manifesta um notavel augmento de suicídios.

Partidario da alta importancia, que a ignorancia tem no desenvolvimento da indole criminosa, não lhe posso ainda assim attribuir o principal papel. Além da conformação anatomica e das modificações physiologicas, que tenho apontado como frequentes, ainda que *não constantes*, nos delinquentes, os antecedentes hereditarios com a falta de educação e a educação descuidada e viciosa conspiram para o mesmo desastroso fim. Por isso, para mim a instrucção a diffundir não deve ser só referente aos conhecimentos litterarios elementares. Muito especialmente se deve attender ás indispensaveis noções de moral e á aprendizagem methodica e muito vigiada das artes e officios, tanto mais util nas classes inferiores que a leitura, a qual muita vez por mal encaminhada só lhes serve para desenvolver ideias e theorias subversivas, desorientando-lhes o espirito.

E' realmente defeituosa a organização das casas da correcção em Portugal. Entre outros inconvenientes tem o da pouca duração das penas impostas aos menores delinquentes. A estatistica da Cadeia das Monicas, relativa ao biennio de 1886 e 1887, mostra que durante este tempo 743 menores termináram a sua prisão. D'estes 252 apenas estiveram detidos de 1 a 10 dias, 177 de 11 a 20 dias e unicamente 136 permaneceram na cadeia por mais de seis mezes.

Temos, pois, que em cada cem rapazes condemnados apenas 18,3 estiveram seis mezes presos, havendo em contraposição 57,7 que sahiram soltos antes do vigesimo dia de prisão. O resultado da educação litteraria e profissional tentada na Casa da Correcção ressen-te-se d'este inconveniente. Os meus observados durante a sua estada na cadeia, desde a sua prisão até ao momento do meu exame, tiveram o seguinte aproveitamento na aula:

Mau	76
Pouco	24
Regular	20

120

Nas officinas, que funcçionam na Cadeia das Monicas e nas aulas de corneteiros e de marinheiros, o seu aproveitamento foi :

Mau	70
Pouco	20
Regular	30
	120

Esta insignificante porcentagem dos que mostram regular aproveitamento — 16,6 e 25^o/₁₀₀ — além da causa apontada, depende ainda da difficuldade e reluctancia que os reclusos, assim como os criminosos adultos, geralmente mostram para o estudo ¹ e para o trabalho.

Thompson referindo-se aos jovens presos de Parkhurst, diz, (*The journal of mental science 1870* — 1.^o Tom.) que elles são fracos de corpo e de espirito, e que a sua aptidão para a instrucção não póde comparar-se com a das classes industriaes e mais elevadas, pois que 90^o/₁₀₀ teem intelligencia muito inferior, e todos são excessivamente maliciosos.

Os criminosos adultos, que na cadeia do Limoeiro por *sua livre vontade* nos annos de 1886 e 1887 frequentaram a escola alli estabelecida, foram em numero de 182, apesar de serem em numero de 7744 os reus que alli estiveram presos e de entre estes se encontrarem 4775 analphabetos, isto é, quasi 60 por cento. Pois d'esses 182 que frequentaram a aula 25,9 por cento não poderam sequer aprender a ler, apesar de espontaneamente o terem tentado.

¹ No ultimo congresso internacional de anthropologia criminal M. Taverni occupando-se do estudo da infancia e juventude dos criminosos, attribuindo-lhe grande importancia, disse que em regra se encontra em taes periodos da vida uma especie de falta de aptidão para a educação, constituindo uma natural predisposição para o crime.

Lembrou a utilidade de um inquerito sobre a porcentagem dos menores reclusos nas casas de correcção, que mais tarde quando adultos são condemnados por novos crimes, e ainda sobre o numero de adultos condemnados que foram criminosos na sua menoridade. De tal estudo se póde decerto inferir nos differentes paizes qual a porcentagem por nacionalidades dos individuos que apresentam resistencia á adaptação ao meio social.

A inaptidão para a educação, por falta natural, que se observa em muitas creanças, apesar de todos os cuidados do educador, é irremediavel, tendo o triste papel da natural predisposição para o crime.

De 4933 presos adultos de ambos os sexos, que durante o ultimo anno de 1888 entraram para as cadeias do Limoeiro e Aljube em Lisboa, 3381 eram completamente analphabetos, sendo para notar que no sexo femenino a proporção d'estes era espantosa, pois attingia a 92,2 por cento.

Duas verdades reconhecidas por todos os criminalistas acabam de ficar mais uma vez confirmadas. A primeira é a grande frequencia de criminosos analphabetos, e a segunda é a reluctancia que estes individuos teem para aproveitarem do ensino, que se lhes ministra. Quando se trata, porém, de aprender qualquer cousa de prejudicial essa difficuldade parece desvanecer-se, e, por isso me tenho admirado de ver delinquentes de menor idade, que apesar dos seus verdes annos se acham perfeitamente instruidos nos segredos da vida accidentada do criminoso. Sobresae entre esta *instrucção* a tecnologia do crime, o calão dos criminosos, ¹ que elles como os adultos escondem dos profanos como se fizesse parte de um codigo secreto.

.....

* * *

Está hoje em criminologia averiguada a grande frequencia de anomalias pathologicas, atavicas e teratologicas, e muito especialmente a grande e fatal influencia da herança. Notavel sempre nos criminosos adultos não menos apreciavel tal frequencia se me apresentou nos meus observados.

Estudando o estado psychopathico e nevropathico dos menores criminosos que observei, verifiquei haver trez quasi idiotas, dois epilepticos, trez de iutelligencia muito acanhada, quatro de pessimo e disparatado comportamento na cadeia, um com o vicio de alcoolismo profundamente arreigado, alguns muito nervozos, e outros, que apesar da sua idade adeantada, conservavam maneiras afeminadas.²

¹ Veja-se os n.ºs 11 e 12 d'esta Revista, pag. 527. *O calão dos criminosos portuguezes*, por Alfredo Luiz Lopes.

² Brouardel diz que as creanças que teem predisposição para o crime soffrem no 3.º anno da sua existencia uma subita suspensão de desenvolvimento em todo o organismo e especialmente na região genito-urinaria, adquirindo os rapazes um typo afeminado, a que já Tardieu se referiu.

Encontrei dois reclusos com a fronte muito proeminente, um macrocephalo, dois gagos, um com hypospadias, um com estrabismo convergente, dois com asymetria na face, um com o lado esquerdo do craneo menos desenvolvido que o direito, e finalmente um com ausencia congenita do veu palatino.

* * *

Entre os 120 criminosos examinados havia 59, que apesar da sua pouca idade já tinham sido presos e condemnados por crimes anteriores. E' realmente pasmosa tão grande percentagem, quasi 50 por cento, e só por si deve chamar a attenção dos nossos criminalistas.

O numero de reincidencias que encontrei foi :

Por 1 crime anterior ao actual em .	18
» 2 » » » » .	17
» 3 » » » » .	10
» 4 » » » » .	8
» 5 » » » » .	3
» 6 » » » » .	1
» 7 » » » » .	1
» 10 » » » » .	1

59

Dos 655 rapazes que nos annos de 1886 e 1887 os registos da Caza da Correcção de Lisboa apontam como entrados para esta prisão em consequencia de crimes por elles praticados, 282, isto é, 43,5 % eram reincidentes. D'estes 161, isto é, 50 % haviam já cumprido mais de duas penas de prisão; 11 tinham sido seis vezes encarcerados; 6 sete vezes; 3 oito vezes; 2 dez e 1 onze vezes.

No anno de 1888 houve 220 menores que alli entraram pela primeira vez, 77 pela segunda, 28 pela terceira, 21 pela quarta, 11 pela quinta, 8 pela sexta, 6 pela setima, 4 pela oitava e 1 pela undecima.

E' assim que começam os criminosos, que, como alguns que actualmente estão descançando nas prisões do Limoeiro, con-

tam na sua historia pregressa 20, 40, 70, e até 110 condemnações, mostrando pela triste riqueza dos seus cadastros a urgente necessidade de uma lei especial com que os poderes publicos pressurosamente accudam a combater a reincidencia.

* * *

A' luz da moderna criminologia um dos mais importantes factores da criminalidade, a par das anomalias anthropologicas é a hereditariedade, de cuja irrecusavel evidencia a todo o momento se teem provas. E' decerto ella a que se avanta ja como mais frequente, mais fatal e mais indiscutivel. Muita vez assignala-se pela transmissão do crime por herança directa ou collateral, transmissão que, segundo Virgilio, se descobre em 32,24 por cento dos condemnados, dando não raramente genealogias curiosas. Cita-se a tal respeito a celebre familia Yuke, na qual houve no espaço de 75 annos 200 ladrões e assassinos, 288 doentes e 90 prostitutas, descendentes todos do mesmo pae alcoolico.

Dos meus observados 23, isto é, 20 % descendiam de paes criminosos ou tinham irmãos criminosos. Esta porcentagem, já de si importante, está ainda assim longe, da verdadeira, que não é facil conhecer pela ignorancia que a tal respeito mostram os cadastros d'estes precoces delinquentes e ainda por não saberem estes dar os necessarios esclarecimentos.

A origem hereditaria da criminalidade não se patenteia, porem, somente por esta forma. Paes não criminosos, mas alcoolicos ou nevropathas, geram filhos degenerados muita vez delinquentes.

O doctor Marro, que nos criminosos que anthropologicamente estudou diz ter encontrado 77 % victimas da hereditariedade morbida, dá como provado que em cada 100 criminosos ha 41 filhos de paes alcoolicos.

Dos 129 reclusos que estudei, em 31, isto é em 26 %, consegui verificar a existencia de paes alcoolicos. Alem d'isto notei que 9 eram filhos de epilepticos e um de alienado, encontrando por consequencia 63 menores, isto é mais de 50 % com antecedentes hereditarios morbidos ou delinquentes.

Ao estudar a etiologia do crime attribue Marro grande va-

lor á idade proecta dos paes dos delinquentes. Nada consegui sobre este assumpto averiguar com respeito aos meus observados, nem tão pouco logrei colher esclarecimentos com relação a um outro facto, a existencia da tuberculose nos ascendentes, á qual muitos criminalistas ligam grande importancia.

O que, porém, apurei e não menos digno de attenção deve ser, é que 23 rapazes se acharam de todo abandonados bastante tempo antes do crime ¹ e que 34 eram orphãos de pae e 23 de mãe. Alguns, como muito bem diz o digno procurador regio da relação de Lisboa o ex.^{mo} conselheiro Faria de Azevedo, nunca conheceram seus paes, e muitos dos que teem familia ou com ella convivem mais lhes valeria não a terem, porque é esta que em vez de os afastar os conduz ao vicio e ao crime.

* * *

Do que deixo dito se conclue a confirmação, feita pelo mais obscuro obreiro da moderna sciencia criminal, a algumas das asserções tão calorosamente apregoadas por tantos observadores illustres. Os criminosos de menor idade, como os adultos apresentam-se muita vez como uns seres de certo modo degenerados, ou para melhor dizer frequentemente distinctos por um conjuncto de caracteres especiaes.

E' esta distincção, por mim reputada não constante mas frequente, que convem tornar bem conhecida e divulgada, preconizando com enthusiasmo muitas das doutrinas da nova escola de anthropologia criminal, a qual apesar de ser de recente nascimento se apresenta já com uma copia de provas e factos, realmente attendivel.

Os metaphysicos, sectarios aferrados das antigas doutrinas da criminalidade, teem decerto fechado os olhos á evidente luz da verdade, pois só assim se pode hoje explicar a constancia das suas antigas crenças e opiniões.

E' justo, porém, que a nova escola se dispa dos exageros e

¹ Motel, medico da casa correccional de Paris disse no ultimo congresso anthropologico, poder certificar que dos reclusos d'aquella prisão (menores de ambos os sexos) um terço são analphabetos, e dois terços não recebem visitas de seus parentes, confirmando assim o completo abandono da familia.

generalisações fanaticas com que a teem ataviado; mas é igualmente justo que não sirvam estes para a aniquilar. Toda a ideia nova que aparece no horisonte surge sempre engrandecida, estranha e para alguns inquietadora. *Elle est, disse Fouillée, comme l'astre à son lever, que lorsqu'il est près de la terre, semble enorme et repand une lueur d'incendie; mais qui, parvenu à son zenith, illumine et féconde tout de sa clarté.*»

Continua.

A VONTADE, A LIBERDADE E OS HABITOS

(Conclusão)

Cultura da vontade. — A cultura da vontade é um dos problemas mais delicados da educação. Para desenvolvê-la e fortificá-la, convem primeiro attender á expontaneidade da criança, que é o germen da sua independencia e da sua liberdade. Os paes que de proposito não fazem às vontades aos seus filhos, preparam caracteres fracos e moles que serão incapazes de se guiar na vida.

«Não convem, diz Kant, annullar a vontade das crianças, mas sómente dirigil-a de fôrma que saiba ceder aos obstaculos naturaes ¹.»

E' este mesmo pensamento que inspirava Rousseau, quando nos primeiros doze annos da educação de Emilio queria que as acções da criança só se regulassem pela necessidade.

«E' preciso que cedo a criança sinta sobre a sua cabeça ativa o duro jugo que a natureza impõe ao homem, o pesado jugo da necessidade, ao qual é lei que todo o ser finito se submetta: convem, contudo, que ella só veja esta necessidade nas cousas e nunca no capricho dos homens ².»

E' exagerar muito o supprimir, na primeira educação, as prescripções dos paes e dos mestres. Convem pelo contrario que a vontade da criança sinta a seu lado outras vontades; mas com a condição d'estas vontades serem por si bem reguladas e que as ordens pelas quaes se manifestam, não se-

¹ Kant, *Pédagogie*, pag. 226.

² *Emile*, 1. II.

jam seguidas de contraordens, que sejam precisas e inflexiveis. Os caprichos de uma actividade inconstante que está sempre a contradizer-se, só podem ter effeitos funestos. A vontade da criança empurrada óra para aqui, óra para alli, tornar se-ha tambem caprichosa e inconstante.

A criança não deve ser nem um escravo nem um despota. Não convem que ella seja obrigada a obedecer cegamente a ordens despropositadas, nem contrariada em todas as suas tendencias, assim como não convem que seja satisfeita em todas as suas vontades.

«Os paes diz Kant, enganam-se ordinariamente recusando aos seus filhos tudo o que pedem. E' absurdo recusar-lhes sem razão o que esperam da bondade de seus paes.»

«Mas por outro lado, estragam-se tambem as crianças fazendo-lhes tudo que ellas querem. Sem duvida, assim ellas deixam de manifestar o seu mau humor, mas é certo que por isto mesmo se tornam mais arrebatadas.»

E' preciso ao mesmo tempo saber ceder e saber resistir. Cedendo sempre aos caprichos da criança, lisonjeando os seus instinctos, emancipamos, sem duvida, a sua vontade, mas fazendo-a sair da regra: em parte enfraquecemos-a. A vontade, com effeito, suppõe o esforço, o imperio sobre si mesmo. Resistindo á criança ensina-se-lhe tambem a resistir a si propria. E' só no caso de ella estar habituada a obedecer a outrem que seria capaz de obedecer mais tarde á sua propria razão.

Sentimento pratico da liberdade. — Ha um grande interesse pratico em determo-nos, muitas vezes, a proposito de nós mesmos, em reflexões como estas:

«Eu podia ter evitado tal erro, podia ter adquirido mais cedo tal qualidade: enfim, podia ter obrado de um outro modo e melhor.» E' este um meio seguro de augmentar a nossa fé na efficacia dos nossos actos, de fortalecer em nossas almas a cousa mais precisa d'este mundo, que é o sentimento pratico da nossa liberdade, livrando-nos d'esta oppressão de necessidade, de que Stuart Mill dizia: «A ideia de necessidade pesava sobre a minha existencia como um espirito mau.»

Habitue-mos, por consequencia, a criança a recolher-se em si, a praticar até certo ponto estes *exames de consciencia*, que já os philosophos da antiguidade recommendavam.

O kalendario moral de Francklin, inscrevendo cada dia

as infracções que havia commettido aos diversos preceitos do dever é uma engenhosa applicação da mesma ideia ¹.

Educação da liberdade.— O homem só é verdadeiramente digno d'este nome, quando a sentimentos vivos e elevados, a uma intelligencia esclarecida, junta uma vontade livre e sempre prompta. Mas esta qualidade é mais rara do que se imagina. Sem duvida, se se trata d'aquella vontade inferior, que apezar de dizer: «quero», não faz realmente mais do que obedecer á inclinação ou ao habito, d'esta vontade gosamos nós a cada instante na nossa vida. Mas reservando-se o nome de vontade para o acto deliberado e resolvido depois da reflexão, quem não sabe que só raramente a consciencia humana se eleva a esse esforço? A maior parte das vezes obramos nós, não direi sem um motivo, o que é impossivel, mas sem motivo reflectido: e assim as nossas acções não são realmente filhas da vontade.

Ha homens que quasi não teem vontade, e que não são, por assim dizer, senhores de si e que vivem uma vida passiva, machinal; escravos das suas proprias paixões e ludibrios das influencias externas. Mesmo os que mais reflectem não o fazem tanto como poderiam: ha em nós thesouros de energia que não sabemos fazer fortificar e, sem duvida alguma, temos mais forças do que propriamente vontade.

Não ha acto algum indifferente.— Para elevar a vontade na sua verdadeira altura, e para lhe assegurar todo o seu poder, é preciso considerarmos que nenhum dos nossos actos é indifferente. Se cedermos uma vez a uma inclinação má, promettendo resistir-lhe no dia seguinte, commettemos uma grave imprudencia: no dia seguinte, com effeito, já não temos a mesma força para lhe resistir. A simples pratica de um acto é já um começo de habito, e o habito estorva a vontade. Só pelo facto de termos, mesmo uma unica vez que seja, obrado em um certo sentido, ficamos um pouco mais dispostos a obrar do mesmo modo.

Vigiemos, pois, todos os actos da criança. Não lhe releve-mos falta alguma sob pretexto de que ella não será repetida e que será tempo de lhe pôr cobro quando fôr repetida. Em

¹ Por outras palavras, conviria fazer para o espirito o que o coronel Amoros fazia para o corpo: elle entregava a cada discipulo o que elle chamava a *folha physiologica*, onde estavam marcados ao mesmo tempo o estado de cada orgão no começo do curso de gymnastica e os em-pregos cumpridos depois de cada mez de exercicio.

toda a veleidade, por mais leve que seja ha sempre uma vontade em gremem ; e em toda a acção um começo de habito.

A vontade e os habitos.— A actividade da criança e do homem manifesta-se, como é sabido, sob tres fórmas : o instincto, a vontade e os habitos. E' preciso substituir o mais possivel a vontade ao instincto ; isto é, as resoluções reflectidas ás impulsões cegas. Mas deveremos, porventura, combater os habitos como se combatem os instinctos? Não, pois depende de nós o fazer com que o habito não seja mais do que um modo facil de fazer sem esforço, o que precedentemente fizemos com reflexão e com vontade : o habito consolida a obra da natureza.

Tem-se dito, não sem razão, dois obstaculos quasi invenciveis, impedem-nos de sermos senhores das nossas vontades : a inclinação e o habito. Seria, comtudo, erro grande e perigoso o attribuir a estes dois inimigos da vontade um poder insuperavel. A inclinação póde sempre ser confrontada com os nossos interesses, aferida por elles e reprimida por um acto energico do querer. Quanto aos habitos, sobre tudo á nascença, está completamente sob a dependencia da vontade pois que estão na nossa mão o impedir a repetição do acto que gera o habito. Mesmo quando já está inveterado podemos ainda vencel-o, senão por uma vez e por um unico esforço da vontade, pelo menos por uma resistencia prolongada e por uma tatica habil.

Necessidade dos habitos.— A educação em parte não é mais do que a arte de formar bons habitos. Assim não se comprehende como Rousseau tenha dito, com mais espirito do que senso : « Não deixemos Emilio contrair habito algum a não ser o de não ter nenhum. »

Kant, por sua vez, condemna os habitos, pela razão de que « quanto mais habitos o homem tem, tanto menos livre e independente elle é ».

O ideal de Kant e de Rousseau seria uma liberdade sempre em acção, por nada estorvada, uma liberdade sempre aberta, sempre em movimento, que em todas as circumstancias da vida se determinasse novamente e por um esforço especial.

Ora o acto é *uma obediencia*, pois que nos prende ao passado ¹. Mas o ideal de Rousseau e de Kant é irrealisavel ; é

¹ V. Vinet, *L'éducation, la famille et la société*.

impossível exigir a cada instante da vida, este desenvolvimento de energia que suppõe todo o novo exercicio da liberdade. A fraqueza humana é muito feliz em poder firmar-se em bons habitos que a dispensem de esforços incessantemente renovados, e que lhe tornem facil, commodo, quasi instinctivo o cumprimento do dever. O corpo não pôde estar sempre despertado e de pé: precisa de dormir e de se deitar; assim tambem a actividade não pôde estar sempre alerta: precisa repousar-se e adormecer, por assim dizer sob os molles e commodos degraus do habito. Uma vez que a vontade tem purificado as inclinações e regulado os habitos, pôde descansar em parte sobre o sentimento e sobre a rotina: á imitação de um general, que depois de ter pacificado um paiz embainha a espada, mas sem desarmar completamente, pois que o imprevisto das circumstancias e as mudanças da vida podem a cada instante exigir novos esforços de vontade.

A' objecção que podem fazer de o habito diminuir o esforço e por consequencia o merito, responderemos cómo Marion: o merito e o esforço não são toda a moralidade. «Estou mais certo de que um homem praticará o bem quando este não lhe custar trabalho algum.¹»

Não exijamos da vontade uma serie continua de excessos de força. Alem d'isso os habitos, por mais numerosos que sejam, nunca supprimem a liberdade, sobretudo fazendo-se da propria liberdade, isto é, da deliberação reflectida, um habito superior que domina todos os outros.

Como se formam os habitos.— A educação tem pois grandes necessidades de formar bons habitos, habitos de espirito, habitos de sentimento e de acção? Mas como os formará ella. Como conseguirá ella estabelecer aquella segunda natureza que vem a constituir o character definitivo do homem.

A dizer a verdade, os habitos formam-se de si mesmo pela repetição de um mesmo acto: uns derivam das inclinações, dos instinctos; outros de acções reflectidas em que collaborou a vontade. O papel do educador é, pois, de vigiar quer os instinctos quer as primeiras manifestações da vontade. Deve pôr cobro desde a nascença ás más tendencias, estorvar as

¹ Curso de Marion sobre a *Science de l'éducation*, resumido na *Reforme universitaire* de 1 de abril de 1885.

inclinações viciosas logo que se manifestem. E' preciso sobre tudo cortar o mal pela raiz.

«O habito, diz Montaigne, começa de um modo brando e simples : elle vae pouco a pouco e, como á surrelfa, plantando em nós o pé da sua auctoridade ; mas depois mostra-nos uma cara furiosa e tyrannica e bem difficil é então livrar-nos das suas garras.»

Oppondo-se por todos os meios ao seu alcance, empregando o castigo mesmo se fôr preciso aos actos maus, o mestre impedirá a formação dos maus habitos. Para favorecer os bons, só terá que exhortar a criança a obrar e com o auxilio do tempo o habito virá a formar-se. Não é possível impôr de chofre habitos novos que estejam em contradicção com a natureza da criança. Se lhe repugna o acto que lhe ordenaes esta acção feita contra a sua vontade não deixará tendencia alguma a reproduzir-se, o que é a condição essencial da formação dos habitos. Se se trata pois de habitos um pouco difficeis, para os quaes a criança não tem tendencia propria, façamos por bem preparar as transições ; tratemos de escolher o momento favoravel, em que a acção que se quer transformar em habito menos custa á criança ; contentemo-nos mesmo com que a principio ella a pratique com indifferença : repetindo em seguida com o prazer e o habito acabará por arreigar-se. «Uma ideia nova, dizia Fontenelle, é como uma cunha : não é pela cabeça que a devemos cravar.»

Como se corrigem os maus habitos.— Mas, qualquer que seja a vigilancia do mestre, não queremos dizer que sob a influencia das circumstancias exteriores um mau habito não venha a manifestar se na criança. Alem d'isso, entrando a criança na escola, já tem contrahido certas disposições, certos habitos do espirito e do coração. Será possível corrigir o elemento vicioso introduzido pelo costume na actividade da criança, não é de certo cousa facil e seria preciso quasi sempre desesperar do bom exito se não houvesse para o attingir outros meios que não fosse o combater de frente a má inclinação convertida em habito e sobretudo se quizesse obter esse bom exito immediatamente. O tempo que presidio á formação do habito, é tambem necessario para fazel-o desaparecer. E' preciso pois esperarmos com paciencia e contentarmo-nos em conseguir primeiro distanciar a repetição da acção má. Pouco a pouco o imperio da vontade resurgirá :

a criança irá gradualmente fugindo á sua inclinação, sobre tudo se soubermos habilmente crear-lhe habitos differentes que a arrastem em outra direcção.

A vontade e a educação publica ou privada.— A' primeira vista é-se tentado a crer que a educação privada mais favoravel do que a educação publica á cultura da vontade. Com effeito na escola tudo é regulado de antemão; tudo é uniforme: não ha iniciativa; todos ao mesmo nivel; nunca a criança se acha entregue a si mesma; os menores pedaços do dia tem a sua occupação determinada. Em casa, pelo contrario, a creança é mais senhora de si; não se acha submettida a uma regra tão inflexivel, dispõe do seu tempo e do seu trabalho; tem mais iniciativa.

E, comtudo, pensando melhor nas cousas, chegamos a convencer-nos de que a escola é preferivel á casa paterna no tirocinio da energia. Estando ao pé dos paes, a criança affemina-se; sob a sua direcção muitas vezes incerta e variavel, ella não tem bastante ordem nas suas acções; fluctua á mercê das suas ordens contradictorias e dos seus proprios caprichos, não aprendendo assim a obdecer a uma lei fixa e immutavel. A verdadeira vontade é a obediencia livremente consentida á lei moral, e para formar a criança a esta obediencia a melhor das preparações é a obediencia a um regulamento preciso. «A obediencia á lei, diz um auctor desconhecido, citado por M.^{me} Necker de Saussure, submete a vontade sem a enfraquecer, em quanto que a obediencia aos homens offende-a e enerva-a.»

M.^{me} Necker não hesita em reconhecer que «a educação publica leva decididamente a vantagem no ponto de vista do fortalecimento do character, do desenvolvimento das virtudes viris e da energia.

«Na familia só difficilmente o discipulo escapa á moleza. Em um interior pacifico não ha que desenvolver energia alguma. Todos os fracos são protegidos, ninguem necessita defender-se a si mesmo ou defender os outros: condição esta, sem duvida muito feliz, mas em que se não adquire a força de alma. No collegio não acontece o mesmo: o rapaz aprende a conhecer os seus direitos assim como os dos outros; acostuma-se a resistir ás provocações assim como ás ameaças, quando julga ter por si a equidade.

Adquire o espirito de rectidão, a arte de se pôr em equilibrio com os seus semelhantes, de conhecer até que ponto se

deve impôr a elles pela sua firmeza ou captivar-lhes o amor pela sua complacencia.¹»

Podemos dar ainda outras razões. Na familia a criança não tem facilmente opiniões suas, vive com pessoas que lhe são superiores em experiencia, que ella deve respeitar e que, além d'isso, ama muito e que o mais das vezes ama a ponto de não poder contrariar-as, differindo da opinião. No collegio ou na escola vive com eguaes, tem o direito de fallar firmemente. Na familia o ensino é geralmente muito commodo; a lição é por assim dizer toda mastigada; a criança não tem que fazer grandes esforços para assimilal-a. No collegio precisa trabalhar mais por si mesmo, e procurar na sua reflexão pessoal os meios de comprehender lições dadas uniformemente a todos.²»

Educação pessoal.— Não é, comtudo, na escola que se completa a educação da vontade. E' sómente na sociedade, ao contacto das difficuldades da vida, que se fórma verdadeiramente a personalidade humana. E eis, sem duvida, a razão porque Comenio reservava para a universidade, isto é, para a vida livre do estudante o cuidado de desenvolver a liberdade. A experiencia é a verdadeira escola da vontade.

«No collegio aplanamos o caminho deante dos passos da criança, quando é justamente o obstaculo que educa a vontade. Ensinamos, quando justamente só se sabe bem aquillo que se descobre por esforço proprio. Somos guias, e de quem? De individuos que deverão guiar-se por si mesmos.»

Esta opposição entre o desenvolvimento da vontade pessoal e o regimen escolar, mesmo o mais ameno e o mais livre, desaparece no dia em que a criança se acha entregue a si mesma. E' então sobretudo que a sua actividade voluntaria achará occasiões para se exercer e augmentar; mas é tambem então que a sua vontade vac correr os maiores perigos. Debalde lhe ensinaram a querer no circulo limitado das acções da infancia; pois agora está sujeito a esquecer isso mesmo no vasto campo das acções viris.

«A razão d'isto, como já bem se observou, está em que com a vontade a obra de educação nunca se acha termi-

¹ V. o capitulo III do livro 8.º *Considerations sur l'éducation publique et l'éducation privée.*

² V. sobre este assumpto um artigo bem incitativo de Faguet, *l'Éducation de la volonté dans l'enseignement publique* (*Revue de l'enseignement secondaire* primeiro anno pag. 498, Paris, Paul Dupont).

nada. Uma criança que aprendeu a ler não tem que tornar a fazel-o, já sabe. Com a vontade não acontece o mesmo, a educação d'ella nunca acaba ¹.»

Difficuldade da educação da vontade.— Com auxilio de uma vontade já formada, o bom exito da educação intellectual assim como da educação moral é cousa segura. Mas quanto á educação da propria onde é buscar o ponto de appoio, a alavanca sobre que seja preciso firmar-se? Não será preciso ter já um pouco de vontade para adquirir mais? E o que será das naturezas fracas que não tem animação alguma? Será possivel dar-lhes a vontade que não tem? «E' a vontade que se trata de emendar, diz Gauthey, e nós queremos que ella se emende por si mesma; isto é: que a fraqueza produza a força e que o mal gere o bem ².»

La Roche Foucauld dizia a este mesmo respeito: «a fraqueza é o unico defeito impossivel de corrigir.»

Felizmente a natureza não nos apresenta muitas vezes este problema insolúvel. E' raro, se é que isto mesmo acontece, que uma criança seja absolutamente desprovida dos germens da vontade. Se não a tem em grau sufficiente para combater os seus defeitos, tem sempre bastante para adquirir certas virtudes: pois que, como o observa Bourdalouc, «custa menos adquirir mil virtudes do que corrigir-se de um unico defeito.»

A boa vontade. — De nada serviria formar a vontade, se não se lhe desse por companheiro o amor do bem. Por si mesma, a vontade pôde ser um instrumento de vicio assim como um instrumento de virtude. Os grandes criminosos dão provas de vontade a seu modo. Pôde-se querer o bem com a mesma energia com que se quer o mal.

E', pois, a boa vontade que convem sobretudo educar e e fortalecer, a boa vontade da qual Kant, em uma pagina nunca assaz citada dizia:

«De tudo o que é possivel conceber no mundo e mesmo em geral fóra d'elle, só ha uma cousa que se possa ter por boa sem restricção. E' a boa vontade. A intelligencia, a fineza, o juizo, e todos os talentos dos espiritos, a coragem, a resolução, e a preserverança como qualidades do temperamento, são sem duvida qualidades boas e desejaveis sob muitos pon-

¹ Rousselot, *Pédagogie*, pag. 263.

² Gauthey, *De l'éducation*, tomo II, pag. 266.

tos de vista ; mas estes dons da natureza podem tambem ser extremamente maus e peniciosos, quando a vontade que d'elles faz uso e que constituem essencialmente o que se chama caracter, não é em si mesma boa.»

A boa vontade não tira a sua bondade dos seus effeitos, nem dos seus resultados, nem da sua aptidão a attingir tal ou tal fim, mas somente do querer, isto, é de si mesma ; considerada em si mesma deve ser tida por incomparavelmente superior a tudo o que se pode executar por meio d'ella em proveito de algumas inclinações ou mesmo de todas as inclinações reunidas. Quando mesmo uma sorte contraria ou a avareza de uma natureza madrasta privasse esto boa vontade de todos os meios de executar os seus designios, quando mesmo os seus maiores esforços não conduzissem a resultado algum e quando da boa vontade só pressistisse ella propria, ainda brilharia como do seu proprio esplendor como uma pedra preciosa pois que tira de si mesma tudo o que vale.»

A importancia da vontade na vida. — A boa vontade, a energia no bem, é a unica causa que dá á vida o seu prego e a sua dignidade.

«Esta energia, diz Blackie, só se adquire pelo exercicio, se imaginaes que os livros e as discussões sabias prestam n'isto um grande auxilio, enganai-vos.

Os livros e os discursos podem estimular-vos ao bem, na viagem atravez da vida, como o posto indicador que vos impede de vos transviar na partida mas que não pôde fazer-vos avançar nem um passo : esta viagem são os nossos proprios pés que tem de fazel-a. Infelizes, se não trouxerdes em vos mesmos a vossa bussola !»

Por outras palavras é preciso que o homem tenha em si a sua norma de procedimento, assim como as forças necessarias para se conformar a ella. A vontade é o agente essencial da virtude. Ella não é importante só para moralidade da vida tambem é necessaria para a felicidade e para o bom exito. Sem ella não é possivel ser bem succedido no triumphar das dificuldades e torcer as circumstancias. Nos negocios, quer grandes, quer pequenos, necessita-se sempre da vontade, ella é mesmo um elemento do genio que Buffon definia uma paciencia aturada. Os inventores e os bem fei-

¹ Blackie, op. cit., pag. 87.

tores da humanidade só levaram a sua obra a cabo á custa de nobres esforços e de uma energica preseverança. Emfim em todos os graus da escala social, a vontade e o principio da qualidade escencial do homem: o caracter. O caracter com effeito, é menos a somma dos nossos babitos e dos nossos gostos, do que a posse de uma vontade firme, esclarecida, recta e boa, capaz de fazer face aos acontecimentos, e o caracter assim comprehendido e o ideal da educação moral.

GABRIEL COMPAYRÉ.

ANALECTA LITTERARIA

DICÇIONARIO BIBLIOGRAPHICO

DE

Innocencio Francisco da Silva

P. ANTONIO LUIZ DE CARVALHO — Tom. I do Suppl., pag. 228.

«*Manual para a Confissão, &c.*»

Diz Innocencio :

«ha varias edições, todas sem o nome do auctor, sendo a ultima de Lisboa, 1832 in. 12.^o».

Vimos, porém, uma edição da Regia Off. Typogr., de M.DCC.XCIII, que segundo o auctor declara na dedicatória a N. S.^a da Purificação, é a 9.^a, e na qual se lê :

«*Por seu Author*

o P.^o Antonio Luiz de Carvalho»

Esta edição tem no frontispicio uma gravura d'esse anno (1793) não de todo má, de Carpinetti.

F.^r. FRANCISCO DE PAULA BOSIO — (como este auctor se assigna).

Innocencio, que escreve «BOSIO», diz que o auctor dei-

xára escripta a obra que enumera sob o n.º 1553, «a qual veiu a publicar posthuma Fr. Thomaz d'Aquino, em 1779.»

Bosio, porém, já publicára em 1778, na Offic. de Felipe (*sic*) da Silva e Azevedo, offerecido á Rainha D. Marianna Victoria, o seu

«*Trezenario*
do Prodigioso Thaumaturgo
e
Glorioso Patriarcha
S. Francisco de Paula
fundador
da
Sagrada ordem
dos
Minimos»

FR. JOSÉ PEREIRA DE SANCTA ANNA.

Diz Innocencio, no artigo respectivo :

«Mais algumas obras asceticas do auctor vêm mencionadas na *Bibl.* de Barbosa, as quaes por brevidade omitto, por não serem hoje lidas nem procuradas»,

Entre essas deve contar-se :

«*Mestre da Morte Jesus Christo Nosso Redemptor Cru-*
cificado, que com seu exemplo ensina efficazes meynos de
termos no fim da vida hum transito seguro para a conta,
feliz para o premio.»

Parte I

⌘ & ⌘

Dado á luz pelo P. Joseph Annacleto (1)

Lisboa

Na Off. dos Herd. de Antonio Pedroso Galrão

MDCCLXVII»

(1) «*Marcelati*», de appellido, conforme se vê no Privilegio d'el-rei D. João V, estampado no livro. D'esse mesmo *Privilegio* se colhe dever intitular-se a Parte II :

«*Medianeira da vida eterna*
Maria Santissima»

Ignoramos, porém, se chegou a publicar-se.

A Parte I, acima referida, tem uma estampa no frontispício, em chapa de cobre, representando o Crucificado, e aos pés um Penitente, com o coração abrasado na mão direita. Está assignada ao centro inferior do friso da moldura: — *Diotell sc. (?)*

P.º MANOEL JOSÉ GONÇALVES COUTO.

«*Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os peccadores e sustentar o fructo das missões, &, &, pelo...*»

Undécima edição melhorada

Porto

Em casa de Sebastião José Pereira, Editor

Campo da Regeneração, 11

1878»

Innocencio não menciona este auctor, nem no corpo do seu *Diccionario*, nem no *Supp.*, o que aliaz não podia, pois que não vae além da letra G.

Não colheria a objecção de que sendo a obra do applicado bibliographo, editada em 1858, estava assim naturalmente explicada a lacuna, pois que a edição de que se trata é já a *undécima*.

O que é para extranhar é que Innocencio não tivesse noticia de alguma das anteriores edições, gabando-se o auctor no «*Aos leitores*» de que «a extracção de *noventa e dois mil exemplares (!) em tão pouco tempo (!)*» e outras circumstancias mais de não menor valia, sejam «uma prova clara e manifesta de sua grande utilidade para todas as pessoas,» o que nós piamente cremos tambem.

«*CULTOS DE RELIGIÃO*» — *Collecção de hymnos da egreja, traduzidos em verso portuguez. Suppl. Tom. 9.º pag. 97, n.º 982.*

A obra é de Francisco Gomes da Fonseca, auctor do *Hymnario Lusitano*, conforme Innocencio indica, mas saiu sem nome de auctor, e por isso o diligente bibliographo a registta pelo titulo.

Por esse mesmo motivo, ha a acrescentar:

“982 A — CULTOS DE DEVOÇÃO e obsequios que se dedicão ao Thaumaturgo Portuguez S.^{to} Antonio de Lisboa, em os dias da sua nova Trezena,

*Offerecidos
á Magestade Fidelissima
de*

*D. José I nosso Senhor
pelo Provedor e mais Irmãos da Meza da Real Casa e
Egreja de Santo Antonio da Cidade, ordenados por um
Devoto do mesmo Santo, para se praticarem na sua propria Casa.*

Lisboa, off. de Simão Thaddeo Ferreira
M.DCC.LXXXVII»

Tem a imagem do Santo no frontispicio, aberta em cobre, não assignada.

A ECONOMIA DOS LUSIADAS

CANTOS	ESTANCIAS		NUMERO DE VERSOS
I	106	× 8	848
II	113	»	904
III	143	»	1144
IV	104	»	832
V	100	»	800
VI	99	»	792
VII	87	»	696
VIII	99	»	799
IX	95	»	760
X	156	»	1248
Totaes...	1102	»	8816

G. DE B.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

O INSTITUTO — Junho, 1894.

D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, José Caldas — *Contribution à l'étude bacteriologique du bacille de Lisbonne*, Dr. Luiz Pereira da Costa e Charles Lepierre — *Algebra*, Junio de Sousa — *Memorias de Castilho*, Julio de Castilho — *Retratos da rainha Santa Izabel*, Antonio de Vasconcellos — *D. Antonio da Costa*, Julio de Castilho — *Quadro biographico-litterario* — *O movimento typographico litterario em Coimbra no seculo XVI*, Sousa Viterbo.

REVISTA DE MEDICINA E CIRURGIA, n.º 16, agosto.

Responsabilidade criminal, Bettencourt Raposo — *Um novo aparelho de ophthalmologia*, J. de Mello Vianna — *O tratamento do prolapso uterino*, Augusto de Vasconcellos — *Bibliographia: Analyse microbiologica do ar*.

N.º 17, setembro.

Responsabilidade criminal, Bettencourt Raposo — *A clinica da doença dos olhos no hospital de S. José*, Hygino de Sousa — *Correspondencia de Paris*, J. M. Vianna.

A MEDICINA CONTEMPORANEA, Setembro, 1894.

Questão de validade de testamento, prof. Miguel Bombarda — *Estudos sobre a phtysica pulmonar*, Ferreira Vaz — *Geração espontanea* (Tyndall) — *Os saes de cobre na tuberculose* — *Hypnotismo e roleta* — *Exames e theses na Escola de Lisboa*. 9 de setembro, 1894.

Clinica das enfermidades Santo Amaro, prof. Bettencourt Raposo — *Questão de validade de testamento*, P. J. d'Almeida — *Os saes de cobre na tuberculose*.

LA REVUE PEDAGOGIQUE, julho.

Le président Carnot, La Redaction — *La lecture en classe, à l'étude et dans la famille*, F. Buisson — *L'instruction primaire aux États-Unis*, E. Lavisso — *Le congrès pour le rétablissement des jeux olympiques*, G. Strehly — *Correspondance: Conférences prépatrices aux grades supérieurs de l'enseignement primaire*, R. Thanim — *Oeuvre de l'éducation morale et*

civique de la jeunesse française appel de la ligue de l'enseignement — *Vaccination et revaccination dans les écoles*, dr. A. J. Martin — *L'exposition scolaire agricole de Lille, et l'enseignement agricole dans le département du Nord*, R. Sabatié — *Note relative au recrutement de la section spéciale annexe à l'école normale d'Alger-Houzaréa* — *Causerie littéraire*, F. Hémon.

REVISTA INTERNAZIONALE DI SCIENZE SOCIALE E DISCIPLINE AUSILIARE, julho, 1894.

La statistica di matrimoni religiosi, G. B. Salvioni — *La dinata del lavoro ad il riposo dominicale*, C. de Luca — *Lo stato presente dell'emigrazione in Europa*, R. A. Ernini — *Discorso di G. Decurtius al Circolo Cattolico degli studenti di Parigi*.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA, n.º 5 e 6, 13.ª serie.

Explorações portuguezas em Lourenço Marques e Inhamitane (relatorios da commissão de limitação da fronteira de Lourenço Marques), Freire d'Andrade.

REVISTA DAS ALFANDEGAS, 4 de agosto.

Tratado de commercio com a Hespanha, Salles Lencastre — *Commercio portuguez com Antuerpia*, J. A. Moreira d'Almeida — *Os concursos*, Damasio Ribeiro — *Novos medicamentos*, C. von Bonhont — *Explicação technica ao indice da pauta das alfandegas*, A. Telles de Machado Junior — *Secção litteraria: Uma festa inolvidavel*, A. Telles Machado Junior — *Em quinze dias*, Arthur Nogueira — *Quinzena lyricu*, Victorianno Estrella Braga.

NOVO MENSAGEIRO DO CORAÇÃO DE JESUS, agosto, 1894.

Verdade e franqueza — *Imprensa boa... e má* — *Tolerantes e intolerantes* — *O socialismo, Refutação* — *Amigos do Coração de Jesus*, Garcia Moreno — *Carta 25.ª: A um novo portuguez na India. Carta 26.ª: Missão do Mogwe* — *A solução necessaria das questões sociaes*.

NOUVELLE REVUE INTERNATIONALE, 1.º agosto.

Revue de la politique europeenne, Emilio Castellar — *La princesse Viola*, Camille Lemonnier — *Aryens et semites au*

Congo, Edmond Picard — *Odelettes paiennes*, Iwan Gilkin — *A Charles de Coster*, E. Van Arenlergh — *Odelettes*, Valère Gille — *Chanson d'Amuzes*, Max Elskamp — *Fin d'Exil*, Fernin Séverin — *Sonnets*, Albert Guirand — *Rarahu*, Victor Orband — *Le Sire de Ruybeke*, Van de Wiele — *La Rebellion du Christ*, Léon Helnebicq — *Intermèdes*, Arnold Goffin — *Celui du temps jadis*, J. F. Eslander — *Le mouvement littéraire vallon*, Auguste Vierset — *Lettres d'Anvers* — *Les plaisirs de l'Exposition*, Denise — *Le congrès internationale de la presse*, M. L. de Rute-Rattazi — *Le journalisme belge*, Victor Harlaux, Baron de Haulleville, Cosmans (E. du Fresnel) — *La Forge*, roman, Madame Urbain Rattazi — *Interview*, Ruggiero Bonghi — *Lettre de Grèce*, A. Z. Stéphanopoli — *Chronique de l'élégance* — *Bibliographie*. Dessins de MM. Vincent Van Gogh, Jean Tvorop, Xavier Mellery, E. Laermonu, André Hennebicq, Mlle. Holernan, MM. Isidore de Rudder, Ricketts, etc.

15 de agosto.

Revue de politique européenne, E. Castellar — *Lettre de Frédéric Mistral* — *Le mouvement d'idéal contemporain*, Jean Reibrach — *Lettres d'une voyageuse* — (*Une soirée flamande* — *La journée de De Coster* — *A l'Exposition d'Anvers*), M. R. — *Le 9 Thermidor*, Madame Rattazi — *Retour d'Algérie*, Ch. Bourget — *La Légende d'Ulenspiegel*, Ch. de Coster — *Nos collaboratrices: Marguerite van de Wiele*, Madame Rattazi de Rute — *Poesies*, Jean Viollis — *La Forge* (suite), Madame Urbain Rattazi — *Blanco White*, W. Gladstone — *Lettre de Londres*, Jules Magny — *Lettre d'Égypte*, A. Chotteau — *Chronique de l'élégance*, Simone — *Bibliographie*, H. Charriaut.

REVUE DE L'HYPNOTISME ET DE PSYCHOLOGIE PHYSIOLOGIQUE, julho.

Expériences médianiques de Varsovie, M. Julien Ochorowickz — *Vomissements incoercibles, guérison rapide par la suggestion hypnotique*, M. le dr. Dumontpallier — *Hystero-épilepsie, hypnotisme par le miroir rotatif*, Dr. August Voisin — *La tatouage chez les aliénés*, M. Daguillon — *Congrès de Rome. Le traitement de la morphino-manie* — *Revue bibliographique: Introduction à la psychologie expérimentale*, A. Binet — *Des phobias ou peurs maladives*, Gélineau.

O CONGRESSO DE CAEN

Os congressos, que hoje tão numerosos são, constituem um poderoso instrumento de divulgação e propaganda scientifica, que muito concorre para a obra eminentemente patriótica da reconciliação social.

A união, de esforços communs, de investigações scientificas identicas, de homens, de relações, de habitos, de opiniões e de crenças differentes, approxima as intelligencias e os corações, fazendo nascer sentimentos de estima reciproca.

Tal é a impressão que nos deixou os congressos da *Association française pour l'avancement des sciences*, a que tivemos a honra de assistir, quer em Besançon em 1893, quer em Caen, no mez de agosto ultimo, e cremos que o mesmo succedera com todos os congressistas que regularmente costumam assistir a estes congressos annuaes.

A *Association française pour l'avancement des sciences*, é hoje universalmente conhecida, e todos tambem conhecem as causas que motivaram a sua fundação, bem como as difficuldades de toda a especie por que ella passou para erigir as solidas bases sobre que hoje assenta.

Inutil pois, insistirmos sobre este ponto, tanto mais que a elle já nos temos referido em varias publicações, especialmente no nosso Relatorio apresentado á Academia Real das Sciencias, a proposito do congresso de Besançon, e tambem já o illustre director d'esta *Revista*, sr. Ferreira-Deusdado, se occupou em 1891¹ na desenvolvida noticia que dera sobre o congresso de Limoges, no qual este illustre professor tomou parte.

Limitar-nos-hemos pois a dizer que a Associação franceza, por occasião do congresso de Caen deu mais uma prova de sua vitalidade, sempre crescente, devida incontestavelmente á iniciativa do seu activo secretario dr. Gariel e á cooperação dos mais illustres homens de sciencia da França, que de boamente se agrupam com o fim de auxiliar os progressos de sciencia, não só entre os cultores de profissão, mas ainda entre aquelles que reconhecem a importancia de sciencia.

¹ *Revista de Educação e Ensino*, 1891, pag. 49.

* * *

O congresso de Caen, graças ao escrupuloso cuidado com que foi preparado pelo dr. Gariel, que encontrou no dr. Fayel, professor da Faculdade de Medicina de Caen e secretario do *Comité local*, um dedicado collaborador, foi coroado do melhor exito, ficando a occupar um logar honroso na longa serie dos congressos que a Associação franceza iniciou em 1871.

Abriu o congresso no dia 9 de agosto com uma sessão solemne na *Salle des Fêtes* do *Hotel de Ville*, presidida por um dos mais eminentes homens de sciencia da França — o professor Mascart.

Viam se no estrado, além do presidente sr. Mascart, o *maire* e deputado por Caen, sr. Lebret; os membros que compunham o *comité local*; dr. Gariel, secretario do conselho e dr. Cartaz, secretario adjunto; Galarte, thesoureiro; Mgr. Hugonin, bispo de Bayeux; os presidentes das diversas secções, delegados dos ministerios, conselheiros municipaes, delegados das diversas sociedades scientificas, etc.

Na sala assistiam á sessão inaugural mais de 300 pessoas, membros da associação na sua quasi totalidade.

Aberta a sessão, usou em primeiro logar da palavra o *maire*, lendo o tradicional discurso de boa vindas aos congressistas.

Findo elle, levantou-se o sr. Mascart, e pronunciou um discurso que ficará para sempre notavel nos annaes da sciencia.

A bem dizer, este discurso compõe-se de tres partes distinctas, ou, para precisar melhor, tres discursos: o primeiro é uma resenha das celebridades scientificas da Normandia; o segundo, as impressões que o sabio membro do Instituto da França experimentara na sua recente viagem a Chicago como delegado do governo francez á Exposição; finalmente o terceiro que se refere ao progressos recentes e inesperados da electricidade.

A um normando, foi certamente a primeira parte do discurso do sr. Mascart, a que melhor impressão produziu. E comprehende-se. E' que o sabio professor do *Collège de France* em uma linguagem elevada que captivava o auditorio, ao passo que fazia o elogio da cidade de Caen, agradecendo assim as amaveis phrases dirigidas pelo *maire* aos congressis-

tas, passava em revista as glórias da França que tiveram seu berço na velha Normandia, prestando d'esta fórma homenagem á memoria d'esses sabios. Assim, recorda-nos ter ouvido citar: Varignon, o illustre geometra e mechanic; Elie de Beaumont, o eminente geologo; Fresnel, o physico que deixou um nome immorredouro em todo o mundo; Le Verrier, esse vulto da astronomia moderna, a quem se deve a descoberta do planeta Saturno; e por ultimo, Caumont, o archeologo a quem é devido todo o progresso da sciencia monumental e a obra dos congressos scientificos, cujo desenvolvimento assombroso tão manifesto hoje é. Mas, no nosso entender, a parte verdadeiramente magistral do discurso do professor Mascart é a terceira, a que com razão, póde ter o titulo de *O seculo da electricidade*.

E' velha tradicção que o presidente da associação communique as suas reflexões com respeito aos progressos recentes que tem experimentado a parte da sciencia a que se dedica por profissão. Deveria pois fallar o sr. Mascart da chuva e do bom tempo, para não faltar á velha tradicção, mas tendo a electricidade conquistado n'estes ultimos tempos um tão eminente logar na industria e nas relações sociaes, entendeu o o sabio professor ser mais util recordar alguns dos traços caracteristicos da sua historia.

Referindo-se a Franklin, que verificou a identidade entre o raio e as faiscas electricas; a Coulomb que mostrou a analogia entre as acções reciprocas dos corpos electrizados e dos magnetes e as da attracção universal; a Volta, que descobriu a pilha electrica, cujos effeitos causaram a admiração dos seus contemporaneos; a Oersted e Ampère, cujos trabalhos estabeleceram uma relação entre a electricidade e o magnetismo; chamando a attenção para o papel universal das correntes de inducção que se encontram nos telegraphos, nas campainhas e nos telephones, e que são, a bem dizer, a chave da industria actual da electricidade; prestando honrosa homenagem a Faraday, a esse vulto que deu uma interpretação nova ao estudo da influencia electrica e ao sabio Clerk Maxwell, que fazendo um consciencioso estudo sobre os trabalhos de Faraday sobre o papel dos meios, alli descobrira a verdadeira origem dos phenomenos electricos; finalmente referindo-se a Gramme, ao humilde operario de um atelier de electricidade, que descobriu esse orgão a que, com justo titulo se deu o nome de *annel de Gramme*, orgão que realisou verdadeiras machinas

industriales, e cuja prova mais palpavel teve o sr. Mascart, occasião de encontrar em Chicago, termina o illustre membro do Instituto de França o seu brilhante discurso com os seguintes phrases elevadas, que para não lhes alterar em nada a sua belleza, as reproduzimos taes como elle as pronunciara.

«L'électricité transmet aujourd'hui à l'instant même la pensée humaine au travers des continents et des mers; elle permet d'entendre la voix et les émotions d'une personne aimée dont on est séparé par des centaines de lieues; elle pénètre dans les détails de la vie privée, popularise un mode d'éclairage qui a cessé de brûler l'oxigène respirable et d'infecter nos habitations; elle envahit l'industrie au point de paraître un instrument nécessaire partout où l'on a la sagesse de demander son concours. En même temps elle a bouleversé les idées dans le domaine de la philosophie naturelle et soumet à une cruelle épreuve les conceptions de l'esprit humain.

Tous ces progrès datent d'hier et nul ne sait ce que réserve l'avenir; mais quelles que soient les merveilles dont nos successeurs seront témoins, on a pu dire que le XIX siècle, qui va finir, s'appellera, à juste titre, le siècle de l'électricité.»

Terminado este discurso, que foi muito justamente applaudido, foi dada a palavra ao dr. Cartaz, que leu um resumo da sessão realisada no anno passado em Besançon, resumo que deveria ter sido apresentado pelo secretario geral da Associação, sr. Anthoine, mas que não pode ir a Caen, pelo não permittir o seu estado de saude.

Em seguida o thesoureiro, sr. Emilio Galante, deu conta do estado financeiro da Associação, que é bem lisongeiro. Efectivamente, as receitas no anno findo attingiram a cifra de 91181^{fr.},90 e as despesas a de 70002^{fr.},65. O capital ficou na linda cifra de 908830^{fr.},71.

*

Finda a sessão de abertura, todos os congressistas se dirigiram para o Palacio da Universidade, onde trataram de constituir as mezas e fixarem as *ordens do dia* das diversas secções.

Á noite, pelas 9 horas, houve recepção na sala dos concertos do *Hotel de Ville*, offerecida pela municipalidade aos congressistas, e á qual concorreram mais de 300 pessoas.

* * *

As 17 secções em que se divide o congresso, tiveram 5 dias uteis de trabalho, isto é, de 10 a 15 de agosto.

Muitas foram as memorias apresentadas e questões discutidas nas diversas secções.

Da melhor vontade desejaríamos referir-nos a todas ellas ou pelo menos ás mais interessantes, mas isso levava-nos a um trabalho fóra dos limites d'este jornal, além de tambem offerecer certas difficuldades.

L'imitar nos-hemos, pois, a fornecer uma relação dos trabalhos apresentados, terminando por nos referir a algumas das questões, a cuja discussão assistimos.

1.ª e 2.ª secções — Mathematicas e mechanica

Presidente — Dr. Laisant

FONTANEAU — Sur l'équilibre d'élasticité des corps isotropes.

COLLIGNON — 1.º Exemples de surfaces et de contours pour lesquels la recherche du point de passage de la résultante des pressions normales également réparties sur chaque élément superficiel ne conduit à aucun résultat; 2.º Questions de mécanique et de géométrie: sur l'emploi très fréquent d'un procédé élémentaire.

D'OCAGNE — Sur les surfaces de révolution applicables sur la sphère.

GUIMARÃES — Note sur les sections planes des cônes quelconques du deuxième degré.

LAISANT — Questions á l'ordre du jour. — Exposé de l'état d'avancement des travaux du repertoire bibliographique des sciences mathématiques.

LEMOINE — Suite de notes de géométrie.

DELANNOY — Sur les arbres géométriques est leur emploi dans la théorie des combinaisons chimiques.

G. CANTOR — Vérification, jusqu'à 1000, du théorème empirique de Goldbach.

R. W. GENESE — Sur une inégalité trigonométrique.

DEMONFERRAND — Calendrier perpétuel.

VASCHY — Sur les actions en raison inverse du carré des distances.

FABRE — 1.º Développement en série des racines d'une équation

- tion ; 2.º Développement en série des intégrales des équations différentielles linéaires ; 3.º Étude sur la construction des courbes planes.
- COCOZ — Note sur la construction des carrés magiques avec des nombres non consécutifs.
- TARBY — Géométrie générale dans l'espace.
- GRAVÉ — Sur une question de Tchébichef.
- MAILLARD — Contribution à l'étude du problème cosmogonique.
- MANNHEIM — Sur une transformation du conoïde de Plücker.
- LAISANT — Sur l'extension de l'expression de la dérivée logarithmique d'un polygone entier.
- FONTÉS — Sur quelques particularités de la suite de Fibonacci.
- RAFFARD — Mouvements luvoyants comme moyen de vérification de l'équilibre des pièces de mécanique par rapport à leur axe de rotation.
- R. W. GENESE — Sur l'enseignement des méthodes de Grassmann.
- PÉANO — Notions de logique mathématique.
- P. COUSIN — Sur une extension de la formule d'interpolation de Lagrange.
- FROLOV — Sur les polygones circonscrits et inscrits.
- ED. MAILLET — 1.º Sur une propriété des nombres présentés dans un système de numération quelconque ; 2.º Sur les carrés latins d'Euler.
- G. PARMENTIER — Chronologie des marches du cavalier aux échecs conduisant à des carrés semi-magiques.
- R. ARNOUX — Sur une théorie générale et élémentaire de l'équilibre des appareils industriels.
- E.-M. LÉMERAY — A propos d'une question proposée par M. C. Stephanos dans l'*Intermédiaire*.
- P.-H. SCHOUTE — Sur 3 divisions régulières de l'espace à n dimensions.
- NEUBERG — Notes diverses.
- REV. SIMMONS — Application de la géométrie à la résolution d'une classe de problèmes relatifs au calcul des probabilités.
- H. GENAILLE — Calculateur pour faciliter les grands calculs arithmétiques.
- RARUT — Résolution des équations des 2º, 3º et 4º degré, en prenant pour point de départ l'équation identique de Cayley sur les matrices.

LECORNU — Sur les aires des podaires.
 A. GOB — Transformation d'un quadrangle.

3.^a e 4.^a secções — Engenharia civil e navegação

Presidente — Gouton

GRIMAL — Vagons pour routes.
 DR. JEANNEL — L'Anémoscaphé.
 COTTANCIN — Travaux en ciment avec ossature métallique.
 SOCIÉTÉ D'ENCOURAGEMENT — Unification des filetages et des jauges de tréfilerie.
 SHOOLBRED — Les chemins de fer électriques en Angleterre en 1893.
 ARNOUX — Théorie de l'équilibre des appareils régulateurs.
 CASALONGA — Nouveau Métropolitain (système Faure et Casalonga).
 SLOAN — Nouveau système de chaîne Gall, à joints universels.

5.^a secção — Physica

Presidente — Neyreneuf

BELLOC — Sur la formation de l'arc électrique par le passage de l'étincelle.
 ZENGER — L'électricité mouvement hélicoïdal.
 BROCA — Sur la courbure de la surface focale dans les systèmes centrés.
 VAN DER MENSBRUGGHE — 1.^o Sur la cause commune de la tension superficielle et de l'évaporation des liquides; 2.^o Sur la constitution de la couche superficielle des solides.
 DEMERLIAC — Chaleurs spécifiques et chaleur de fusion de la benzine.
 LE ROY — Sur une pendule marquant le temps moyen et le temps sidéral.
 PESCHARD — Les orgues électriques.
 MALDINEY — 1.^o Formation de l'image latente photographique; 2.^o Explication de l'action du bromure de potassium comme modérateur dans le développement.
 WEISS — La puissance des systèmes centrés.
 BELLOC — Échauffement par un courant d'un fil métallique plongé dans différents gaz.
 GOSSART — 1.^o Quelques analyses chimiques par homéotropie; 2.^o Démonstration élémentaire d'une règle d'optique appliquée en minéralogie.

JAMES SCHOOLBRED — L'industrie électrique en Angleterre.
RENÉ ARNOUX — Sur quelques nouveaux appareils portatifs de mesures électriques.

RICHARD — Présentation du Vérascop, nouvel appareil de photographie donnant l'illusion absolue de l'image réelle.
GUEBHARD — Pourquoi les lointains viennent trop en photographie.

TARRY — Présentation de la plume Edison.

BROCA — Présentation d'un microscope de M. Verick.

NEYRENEUF — Sur la réfraction du son.

Secção de physica reunida á secção de meteorologia

ZENGER — La photographie du soleil et la prévision du temps. — Comparaison des résultats d'observation des années 1882 à 1884, et 1892 à 1894.

Secção de physica reunida á secção de physiologia

GARRIGOU-LAGRANGE — Sur les grands mouvements de l'atmosphère et la prévision du temps.

ZENGER — La photographie du soleil et la prévision du temps.

CASALONGA — Du principe II de la Thermodynamique et du coefficient des machines thermiques.

BROCA — 1.º Utilisation de l'énergie nerveuse par l'appareil visuel; 2.º Essai de la théorie des images accidentelles.

DR. GUEBHARD — Deux hypothèses physiques sur la physiologie de la vision.

6.ª secção — Chimica

Presidente — Dr. Louise, prof. da Faculdade de Sciencias de Caen

C. FRIEDEL — Sur une nouvelle série de sulfophosphures.

DESPIERRES — Sur quelques composés phosphazotés.

PERRIER — Sur de nouveaux composés organométalliques.

DE REY-PAILHADE — Sur de nouvelles propriétés chimiques du philothion.

BARRAL — 1.º Sur l'hexachlorophénol; 2.º Sur le parabichlorure de benzène hexachloré; 3.º Sur un octochlorophénol.

REY-PAILHADE — Détermination du genre des fonctions.

DESGREZ — Sur l'hydratation des carbures non saturés.

DESGREZ — Sur la fixation du cyanogène sur les carbures aromatiques en présence du chlorure d'aluminium.

FREUNDLER — Sur le pouvoir rotatoire des corps dissous.

MALDINEY — Action de l'explication du bromure de potassium sur le bromure d'argent pendant le développement.

BRISSONET — Études sur les principaux alcaloïdes des quin-
quinas.

7.^a secção — Meteorologia

Presidente — Teisserenc de Bort

L'ABBÉ MAZE — Sur d'anciennes observations faites à Caen
au XVIII^e siècle.

SIEUR — 1.^o Sur d'anciennes observations faites à Niort ; 2.^o
Sur la température des sources.

GARRIGON-LAGRANGE — 1.^o Présentation d'un nouvel ap-
pareil pour mesurer la composante verticale du vent ; 2.^o
Les grands mouvements de l'atmosphère et la prévision
du temps.

ANGOT — Sur le photographie des nuages et la distribution
des pluies à la surface du globe.

GABRIEL GUILBERT — Sur la prévision du temps par l'obser-
vation simultanée du baromètre et des nuages.

GARRIGOU-LAGRANGE — Influence luni-solaire sur la pression
barométrique à la surface de l'hémisphère boréal.

GABRIEL GUILBERT — Les trombes dans le Calvados.

BELLOC — Les variations de la température dans les lacs de
montagne.

MARRIOTT — Présentation de photographies d'éclairs.

ABBADE MAZE — Sur l'hyver de 1767-1768 à Caen.

SIEUR — Sur quelques chutes de foudre dans Deux-Sèvres.

ZENGER — Sur les aurores boréales.

8.^a secção — Geologia e mineralogia

Presidente — Schlumberger

DAVID LEVAT — Gisements de phosphate de chaux et gise-
ments de calamine de la Tunisie.

PALLARY — M. Levat, au nom de M. Pallary. — Sur les for-
mations à phosphate de chaux du quaternaire algérien.
Sur le phosphate d'alumine du territoire de la commune
de Misserghin (Algérie).

LENNIER — 1.^o Étude du sol de la ville du Havre. Présen-
tation de la carte géologique et de deux coupes ; 2.^o Os-
sements quaternaires recueillis aux environs du Havre.—
Présentation, au nom de la Société géologique de Nor-
mandie, de travaux publiés par la Société.

BRASIL — Sur quelques ammonites nouvelles ou peu con-
nues du jurassique inférieur de Normandie.

ÉMILE RIVIÈRE — Nouvelles recherches dans les grottes de la Dordogne.

BIGOT — Sur les opis bajociens de Normandie.

BIGOT ET BRASIL — Addition à la faune des sables de Glos.

COSSMANN — Sur quelques formes nouvelles ou peu connues des faluns du Bordelais.

PÉRON — 1.^o Note sur les brachiopodes du crétacé supérieur de Ciplly (Belgique); 2.^o Sur l'existence présumée d'un affleurement du terrain jurassique moyen au nord-ouest de Tebessa (Algérie).

RAMOND — 1.^o Sur les expositions temporaires des actualités géologiques; 2.^o Présentation du tome IX de l'annuaire géologique universel de MM. Carez et Douville; 3.^o Présentation d'une carte d'études géologiques dans le bassin de Paris.

TARDY — Sur les déviations magnétiques.

ÉMILE BELLOC — Étude sur la formation des lacs glaciaires.

DR. GUEBHARD — Sur le système orthogonal de plissements dans la région de Saint-Vallier.

FERRAY — Rivières du département de l'Eure qui se perdent et leurs points de réapparition.

GUSTAVE GIN — Les ocres naturelles du Boulonnais, de l'Artois et du pays de Caux.

ABBADE BOURGEAT — Classification du carbonifère du Nord.

9.^a secção — Botanica

Presidente — O. Lignier

NIEL — Remarques sur la végétation des vases de la Seine.

RADAIS — Sur l'appareil conducteur dans les graines de quelques conifères.

BATTANDIER — Considérations sur les plantes réfugiées ou en voie d'extinction de la flore algérienne.

BELLOC — Note sur la flore algologique d'eau douce d'Islande.

DANIEL — Étude anatomique sur les débuts de la soudure dans la greffe.

QUEVA — Anatomie de la tige de la vanille.

RENAULT ET BERTRAND — Premières observations sur des bactéries coprophiles de l'époque permienne.

BERTRAND — Sur une nouvelle Centradesmide de l'époque houillère.

RADAIS — 1.^o Sur un nouveau microtome; 2.^o Nouveau mode de préparation et d'emploi du carmin boraté.

- LÉGER — Analyse de la communication de M. Queva, «anatomie de la tige de la vanille».
- L. GUIGNARD — Sur l'existence et la localisation de l'émulsine dans les plantes du genre Manihot.
- DUFOUR — Influence du sol sur les parties souterraines des plantes.
- GAIN — Influence de la sécheresse sur la propagation et la multiplication de l'espèce chez les végétaux herbacés.
- CORNU — Sur le Kola du Congo (*Kola Ballayi*).
- BLANC — 1.° Sur une plante textile de l'Asie centrale; 2.° La culture du coton en Asie centrale.
- JORET — Pereise et Charlet de l'Écluse.
- HEIM — Organogénie florale du *Diospyros lotus*.
- PARMENTIER — Histologie comparée des magnoliacées.
- LIGNIER — La nervation des Cycadées est dichotomique.
- MAGNIN — 1.° Végétation des lacs du Jura; 2.° Des plantes calcifuges.
- HEIM — Sur les genres Euptelea et Encommia.
- GENEAU DE LAMARLIÈRE — Sur l'état ecidien du cronartium flaccidum.
- QUEVA — Modifications anatomiques provoquées par l'*Heterodera radicolica* dans les tubercules d'un *Dioscorea*.
- RUSSELL — Contribution à l'étude de l'influence du climat sur l'structure des feuilles.
- ED. BONNET — Recherches historiques, bibliographiques, etc. sur quelques *Doronicum*.
- EUG. MESNARD — Recherches sur le mode de dégagement des odeurs en présence des agents extérieurs.

10.ª secção — Zoologia e physiologia

Presidente — Armando Sabatier

- KUNCKEL D'HERCULAI — Histoire biologique des Insectes Diptères qui vivent en Algérie aux dépens des Orobanches.
- SIRODOT — Observations sur un squelette de *Lophius piscatorius* de grande taille.
- GADEAU DE KERVILLE — De la triplicité du œœum chez les oiseaux.
- A. FAUVEL — L'asymétrie comme caractère constant d'espèce, de genre et de tribu.
- ÉTIENNE DE ROUVILLE — Sur un Amphipode nouveau de Cette.
- ARMAND SABATIER — De la spermatogénèse chez les Sélaciens.

- CERTES — Sur le *Spirobacillos gigas* certes des citernes de Aden et des eaux d'Obock.
- EMILE BELLOC — De la pisciculture dans le sud-oeste de la France.
- CARAVEN-CACHIN — Catalogue des poissons des eaux douces du département du Tarn.
- J. DE REY-PAILHADE — Sur la nutrition oxygénée des tissus.
- CASALONGA — Du principe II de la Thermodynamique et du coefficient des machines thermiques.
- BROCA — 1.° Utilisation de l'énergie nerveuse sur le cerveau; 2.° Essai d'explication des images accidentelles sur fond obscur.
- GUEBHARD — Deux hypothèses physiques sur la physiologie de la vision.
- J. KUNCKEL D'HERCULAI — Les invasions de sauterelles dans l'Afrique du Sud.
- CALVET — Des Bryozoaires de la région de Cette.
- PAUL PALLARY — Hélices du département d'Oran.
- A. VILLET — Le polymorphisme des Sordiens.
- ADMIEN DOLPHUS — 1.° Sur des cas de dimorphisme chez les Isopodes terrestres; 2.° Notes préliminaires sur les *Idoteidae* des côtes françaises; 3.° Sur les Décapodes brachyures du Muséum du Havre.
- JOYEUX-LAFFLUIE — Sur les *Hyperoodon rostratus* échoués à Benzeval (Calvados).
- E. DE ROUVILLE — Études cellulaires sur le tube digestif.
- BROCA — Présentation d'un nouveau modèle du microscope de Véric.

11.ª seção — Anthropologia
 Presidente — A. de Mortillet

- PESCHARD — Le Moa et son extermination par l'homme.
- CHERVIN — La dépopulation du département du Calvados.
- DELORT — Sur les gisements dauphinois de certaines pierres-amulettes importées dans le Cantal.
- POMMEROL — Double sépulture ancienne découverte à Cibazat (Puy-de-Dôme).
- COUTIL — Tombelles de l'âge du fer de l'époque gallo romaine, découvertes à Lery (Eure).
- PIETTE — Résumé sur les fouilles de Brassempouy (Landes).
- A. DUMONT — La natalité dans le canton d'Isigny.
- BOSTEAUX-PARIS — Découvertes de sépultures de l'époque Halstantienne et tumulus des environs de Reims.

- E. RIVIÈRE — Explorations de deux nouvelles grottes de la Dordogne, près des Eyzies, et ateliers néolithiques de Taillade, de Cireul, Pagezat, dans la Vezère.
- E. RIVIÈRE — Ateliers néolithiques du mont Cerisy, près Flers (Orne), et polissoir de la pierre Saint-Martin (Calvados).
- LAJARD — Les stèles d'Égypte.
- ADRIEN DE MORTILLET — Monuments mégalithiques du Calvados.
- ARSÈNE DUMONT — Une station préhistorique à Oléron.
- COUTIL — Anneaux en pierre trouvés en Normandie.
- J. GALLOIS — Silex des plateaux des environs de Rouen.
- P. PALLARY — Le néolithique oronais.
- J. GALLOIS — Sépulture avec bracelets de schiste, à Gail- lon (Eure).
- A. CARAVEN-CACHIN — Le cimetière barbare du Gravas, près Gaillac (Tarn).
- SALMON — Dénombrement des crânes néolithiques de la France.
- F. REGNAULT — Les haltes de chasse et de pêche de l'épo- que du renne dans les Pyrénées.
- CARAVEN-CACHIN — Découverte de vases à bec à traverse intérieure du XIII^e siècle, aux Lials (Tarn-et-Garonne).
- G. DE MORTILLET — Le coup-de-poing, ou instrument pri- mitif.
- A. HOVELACQUE — Étude de séries de crânes normands.
- CH. COYON — Note au sujet de fouilles faites dans le Marne.
- MICHEL — Station lacustre de Rougemont (Doubs).
- SALMON — Dénombrement des crânes néolithiques de la Gaule.
- DR. BILHAUT — Les ossements de Louis XVII.
- LHOTTE — Note sur le polissoir du bois des coudriers à Flacy (Ionne)
- F. REGNAULT — Causes de l'attitude prise par la femme au moment de l'accouchement.
- A. DUMONT — Les populations blondes du Roussillon.

12.^a secção — Medicina

Presidente — Dr. Hallofreau

- DARIN — Nouveau procédé d'anesthésie chirurgicale.
- JEANSELME — Sur la coexistence du goitre exophtalmique et de la sclérodémie.
- HALLOPEAU ET TÊTE — Sur la présence d'alcaloïdes phlo-

- gogènes dans l'urine pendant une poussée de dermatite herpétiforme.
- ROUVEIX — Fibrome utérin traité par les courants continus.
- CHERVIN — Géographie médicale (Département de l'Orne).
- DARIN — Traitement des tumeurs par l'électrolyse. Observation d'un immense papillome de la face détruit par ce procédé.
- CANTRU — De l'emploi des agents physiques et, en particulier, des massages dans le traitement des dyspepsies.
- BÉRILLON — Les phobies neurasthéniques ; étiologie et traitement psychothérapique.
- MARAGLIANO — Recherches sur la pigmentation du sérum du sang et sur la pigmentation des exsudats.
- CENSIER — Station minéro-thermale de l'Ouest ; Bagnoles-de-l'Orne.
- VIHOT — *Diverticulum* de l'œsophage.
- CHAMBELLAN — Deux cas de syphilis héréditaire de l'oreille moyenne.
- GALLIARD — Une épidémie de choléra à Sivas.
- LEGENDRE — Accidents cérébraux à forme maniaque avec hyperthermie au 19^e jour d'une scarlatine : guérison par les bains froids et tièdes. Néphrite aiguë traitée par les enveloppements froids.
- CHARRIN — Le rhumatisme chronique et l'infection. Fréquence de l'entérite pseudo-membraneuse : sa forme cachectique.
- LAUNOIS — De l'hypertrophie de la prostate.
- BOUFFÉ — Traitement du psoriasis : sa nature.
- DE BACKER — Thérapeutique par les ferments figurés.
- CHIAIS — Révélations d'un verre d'eau.
- HALLOPEAU ET JACQUINET — Physiologie pathologique de l'urticaire démographique.
- GUELPA — Pathogénie et traitement de la diphtérie.
- BERGONIE ET BORDIER — Névrite périphérique secondaire chez un échassier.
- D. LABBÉ ET OUDIN — De l'ozone : aperçu physiologique et thérapeutique.
- BATUAUD — Un nouveau moyen pour faciliter la rédaction des rétrodéviations utérines.
- ÉM RIVIÈRE — Inventaire après décès du sieur Des Bordeaux.
- REGNAULT — Pathogénie et traitement de l'oncle incarné.
- BILHAUT — Traitement chirurgical de la coxalgie.

- CHÉRON — Ptoses viscérales et décubitus renversé — Massage abdominal dans cette position.
- DE REY PAILHADE — Sur les maladies de la nutrition exagérée.
- DE FLEURY — Traitement de l'insomnie.
- PRIOLEAU — De l'orchite pneumonique.
- LANTIER — 1.^o Empoisonnement par l'arnica ; 2.^o Empoisonnement par les champignons.
- NEPVEN — 1.^o Des capillaires sanguins et lymphatiques ; 2.^o Du béribéri.
- MONLOUGUÉT — Restauration du périnée.
- MASSART — Sur les affections médullaires.
- TISON — Purpura infectieux.
- ROGÉE — 1.^o De la Laparotomie ; 2.^o Ulcère de la cornée.
- NOURY — Sur les grossesses prolongées.

13.^a secção — Agronomia

Presidente — Houzeau

- XAMBEU — Quelques notes sur l'agriculture en Saintonge avant 1789.
- LEVAT — Etat actuel de la production et de la consommation des phosphates.
- BERNARD — Relations entre les cartes géologiques et les cartes avec courbes d'égal calcaire.
- J. KÜNCKEL d'HERCULAI — Le pays du mouton, les troupeaux et leurs conditions d'existence en Agérie, sur les hauts plateaux et dans l'Extrême Sud.
- WEBER — Emploi de la tourbe, spécialement comme litière : ses avantages et ses inconvénients.
- TRAVERS — Sur le cidre ; son histoire au XVI^e siècle ; ouvrage de Paulmier.
- ADRIEN AURIOL — Lecture de sa lettre relative à l'utilisation du vent comme force motrice des instruments agricoles.
- EDMOND GAIN — Communication de son mémoire sur l'influence de la sécheresse sur les tubercules de pommes de terre.
- XAMBEU — Analyses comparatives faites en 1893 sur les feuilles de chêne et sur les foins.
- BERNARD — Variation du $\frac{0}{0}$ de calcaire avec la ténuité. Vitesse d'attaque ou allure du dégagement gazeux.
- GURNAUD — L'ancienne sylviculture et la nouvelle.
- CHOUILLOU — Les écrémeuses centrifuges.
- TTOUDE — L'élevage des huitres sur les rochers du Calvados.

TRUELLE — Étude sur les fruits de la Suisse allemande. Emploi des fruits du *Malus baccata*, sous-variété *macrocarpa* et *monstruosa*.

A. LÉGER — État de la propriété rurale dans la Haute Normandie.

DELACHARLONNY — Nouveaux résultats obtenus par l'emploi du sulfate de fer en agriculture.

14.^a secção — Geographia

Presidente — Eduardo Blanc

HENRI CHEVALLIER — Analyse d'un manuscrit coréen (ouvrage appelé *Tjik Syeng haing nyen Hpyen nan*).

LE CONTE DE CHARENCEY — Fragment d'un dictionnaire étymologique de la langue basque.

RAVENEAU — La géographie dans l'enseignement secondaire.

DE REY-PAILHADE — Le temps décimal. La division décimale du temps et du cercle.

BARBIER — Le projet de carte de la Terre à 1,100:000.

KÜNCKEL D'HERCULAIS — L'aire d'habitation du mouton en Algérie.

TURGNAN — Les courants de migration intervenues en France.

BÉHAGLE — La question coloniale dans l'Afrique équatoriale.

La question du Niger et de la Bénoué. Situation actuelle des anglais vis-à-vis du Bornou et des pays voisins. Leurs dernières explorations. Etat des relations de l'Ademaona et du Mouri avec les pays voisins. Etat de la question politique dans les bassins de la Bénoué, du lac Tchad et du Congo, à la suite des dernières missions françaises effectuées dans la région.

LE BARON HULOT — Les origines de la colonisation française aux Antilles.

BELLOC — Excursions lacustres dans les Pyrénées espagnoles.

DUPONT — Le bassin commercial de la Garonne.

DRAPEYRON — L'enquête à instituer sur l'exécution de la grande carte topographique de la France, par César Cassini de Thury, dans la seconde moitié du XVIII^e siècle.

MAXIME MABYRE — Les courriers de la poste et les vois télégraphiques en France.

CASTONNET DES FOSSES — L'Amérique en 1792.

JULES DESFONTAINES — Le monde du travail.

GRAVOISIER — La doctrine de Munroë: l'Amérique aux Américains.

- PRÉSENTATION PAR M. GAUTHIOT—1.° D'une carte du pôle Nord et des régions polaires, par M. Irénée Chéron ; 2.° De l'ouvrage de M. Brunache : Au centre de l'Afrique, autour du lac Tchad.
- FOCK—Le chemin de fer de Biskra Ouargla.
- GAUTHIOT — Les progrès des allemands en Afrique en 1893.
- LE PRINCE ROLAND BONAPARTE — Etude sur le mouvement des glaciers.

15.ª secção — *Economia politica*

Presidente — A. de Foville

- BLAISE — La protection du travail industriel.
- NOTTELLE — Le protectionnisme.
- BARTHÉS — La loi Roussel.
- YVERNÉS — Le crime et le criminel devant le jury.
- CURIE — La représentation proportionnelle.
- CAYLA — De la possibilité d'une entente monétaire internationale.
- GEORGES — Le régime monétaire et fiduciaire des Etats-Unis.
- HAROLD TARRY — Les promotions de l'École polytechnique (étude statistique),
- RAFFALOVITCH — Les sociétés de construction en Angleterre et aux États-Unis.
- ID.—La prime sur l'or et le coup de bourse de 1869 à New-York.
- GUILBAUT — La comptabilité publique.
- BARTHÉS — La loi de 1893 sur l'assistance médicale gratuite.
- TURQUAN — De la durée des générations humaines.
- TAVERNI — De la constitution d'un bien familial privilégié.
- SAUGRIN — Le homestead et l'organisation du bien de famille en France.
- YVES GUYOT — Les employeurs et les employés en France.
- DUBOIS DE L'ESTANG — Turgot et la famille royale.
- BELLET — Le rendement des tramways.
- GROULT — Une institution philanthropique nouvelle.
- Dr. DROUINEAU — Présentation de graphiques sur la démographie française.
- YVES GUYOT — Quatre phases du commerce extérieur en France.
- VILFREDO PARRETO — Théorie mathématique des changes étrangers.
- TAVERNI — L'étude de l'antiquité au point de vu social.
- CASALONGA — Les brevets d'invention en Danemarck.

16.^a secção — **Pedagogia**

Presidente — Trabaud

- DUMOND — De l'éducation nationale.
 BOUDIN — De l'enseignement moderne.
 GROULT — Des moins pédagogiques de combattre le dépeuplement en France.
 Dr. CHERVIN — De l'utilité d'un enseignement méthodique de la parole.
 TRANHAND — Compte rendu de la brochure de M. Labbé, à propos de l'ouvrage de M. Fouillée sur l'enseignement national.
 TAVERNI — 1.^o De l'écriture verticale; 2.^o De l'enseignement de la composition par l'aspect, nouveau rôle des Muséums pédagogiques.
 ID. — 1.^o De la capacité de l'école à accroître les forces de l'humanité et à introduire un *divinum* rationel de la conscience humaine; 2.^o De la fondation des lieux de récréation, comme l'institution la plus efficace pour rapprocher des enfants du peuple les meilleures tendances de la culture moderne.
 Dr. BÉRILLON — Application de la suggestion hypnotique à l'éducation des dégénérés.
 MALVEZIN — De la réforme orthographique.
 Dr. TISSIÉ — Des programmes scolaires dans les écoles primaires de garçons et de jeunes filles. — Surmenage professionnel.
 Dr. BOÉ — De l'incompatibilité des congrès et des concours.
 VAUTHIER — Du rôle essentiel de la routine dans l'enseignement.

Secção de pedagogia reunida á de medicina

- Dr. LE GENDRE — Rapport sur la question posée par les 12^e et 16^e sections, au Congrès de Besançon, sur les dangers que peuvent offrir pour les enfants les exercices de sport.
 Dr. LII. PETIT — De l'influence fâcheuse sur le cœur des enfants des exercices de sport pratiqués pendant ou immédiatement après des maladies infectieuses.
 Dr. TISSIÉ — Contribution à la psychologie du sport.
 DE COUBERTIN — Contribution à la psychologie du sport.
 Dr. BÉRGOUÏÉ — Questions relatives au sport.
 TISSIÉ — Les lendits interscolaires.
 REGNAULT — Courses de vélocité et courses de fond.

17.^a secção — Hygiene

Presidente — Dr. Tison

DR. BARTHÉS — Commentaires de la loi du 15 juillet 1393.

(Assistance médicale et gratuite dans les campagnes.)

BLAISE ET SALMIN — La protection du travail industriel.

Dr. DESCHAMPS — Cur le rôle que jouent les vagabonds, roulottiers et autres ambulants dans la dissémination du typhus.

Dr. DUBIEF — Sur la propagation du typhus, exanthématique.

Dr. DROUINEAU — Sur l'épidémie du typhus dans la Somme; sur un appareil de désinfection.

Dr. TISON — Sur le rôle des vagabonds, roulotottiers et autres ambulants dans la dissémination du typhus et de la rougeole.

Dr. BÉRILLON — La prophylaxie de la dégénérescence.

LEBEL — La cuisson du pain.

Dr. BRÉMOND — Cuisson de la viande.

Dr. TISSON — Causes fréquentes de la tuberculose.

Dr. BARTHÉS — De l'hygiène en France. Importance d'une loi sur la protection de la santé publique en vue de la sanction à donner à la déclaration des maladies contagieuses.

Dr. TRÉLAT — Sur la hauteur croissante des maisons de Paris.

Dr. DECKTEREW — L'épidémie cholérique actuelle à Saint-Petersbourg, et les mesures prises pour la combattre.

BRUNET — De la propagation de la rage et de la morve par les animaux, chiens, chevaux des roulottiers.

* * *

Pela relação que acima deixamos transcripta se póde concluir que os congressos da Associação Franceza são d'aquelles em que mais se trabalha e onde se póde colher bons resultados em proveito da sciencia.

Afóra os trabalhos cujas epigraphes ahi ficam mencionadas e que na maior parte são resultado de profundas investigações, muitas outras questões foram discutidas e apreciadas; umas por deliberação tomada no ultimo congresso, outras levantadas no decorrer da leitura de alguns dos mais importantes trabalhos apresentados.

D'entre as primeiras, as que mais interesse offereceram, foram as propostas pelas secções de mathematica, meteorologia, medicina e hygiene.

A' secção de mathematica foram submettidos os seguintes quesitos :

1.º *Etude des moyens qui seraient de nature à assurer un échange d'idées plus facile et plus suivie entre les mathématiciens des diverses nactions et qui pourraient contribuer ainsi aux progrès des sciences mathématiques et au perfectionnement des methodes.*

2.º *Exposé de l'état d'avancement des travaux du répertoire bibliographique des sciences mathématiques à l'époque du Congrès.*

3.º *De l'utilité qu'il y aurait à essayer de mettre plus complètement les mathématiques pures au service des sciences d'application, notamment en ce qui concerne la mécanique.*

Com relação ao primeiro quesito, que é o mais importante, tomou a secção as seguintes resoluções, que reproduzimos na integra :

«Les 1^{ere} et 2^e sections, après une discussion approfondie, à laquelle ont pris part un grand nombre de membres,

1.º — Donnent en principe l'adhésion la plus complète au projet de création de *Congrès mathématiques internationaux* et se déclarent dès à présent disposées à apporter tout leur concours aux efforts qui sont ou seront faites dans cet ordre d'idées ;

2.º Approuvent absolument l'idée de Mr. Mansion, relative à la rédaction de *Vocabulaires mathématiques* et applaudissent au commencement de réalisation que Mr. le Commandant Brocard a déjà donné à cette idée, par la préparation d'un vocabulaire mathématique français ;

3.º — Expriment l'espoir que le projet de Mr. Jacques Boyer concernant l'établissement d'un *Dictionnaire mathématique*, pourra aboutir à un heureux résultat, et en France, et dans la plupart des autres pays ;

4.º — Croient devoir attirer l'attention sur les remarquables monographies mathématiques qui se publient en ce moment en Allemagne, notamment par les soins du *Jahrbuch über die Fortschritte der mathematik*, fondé depuis 1868, et dirigé avec tant de talent par Mr. le professeur Dr. E. Lampe, de Berlin ; monographies dont il serait très désirable de voir publier des traductions dans diverses langues ;

5.º — Considèrent que les grands efforts faits par Mr. le Professeur Peano et plusieurs de ses confrères pour la propaga-

tion de la *Logique mathématique* et de nature à contribuer puissamment au but qu'il s'agit d'atteindre ;

6.º — Sont heureuses de constater le degré d'avancement du *Répertoire bibliographique des Sciences mathématiques*, et dans le même ordre d'idées, applaudissent à la publication si intéressante due à un groupe de mathématiciens hollandais et entre autres de Mr. P. H. Schoute, et qui est intitulée *Revue Semestrielle des Publications mathématiques* ;

7.º — Estiment que la publication de *l'Intermédiaire des Mathématiciens*, depuis le commencement de 1894, a rendu et est appelée à rendre encore de très grands services, en ce qui concerne les rapports des mathématiciens entre eux ; expriment leur reconnaissance aux fondateurs, MM. Laisant et Lemoine, et se félicitent de voir que cette initiative a été due à deux des membres de l'Association française pour l'avancement des sciences ;

8.º — Prennent en très sérieuse considération les réflexions présentées par Mr. Lémeray sur la possibilité d'établir des bibliothèques mathématiques, ayant pour objet de mettre des livres à la disposition des travailleurs éloignés ces centres scientifiques ;

9.º — Décident que la question, sous la forme générale ou elle a été rédigée, sera maintenue à l'ordre du jour des séances pour la session de Bordeaux en 1895.

Ces diverses résolutions ont été prises à l'unanimité des Membres présents. »

Quanto ao segundo quesito, cumpre dizer que a secção soube com geral agrado, pela boca do seu digno presidente, dr. Laisant estar o *Répertoire bibliographique* muito adiantado podendo-se dar como certo o seu proximo apparecimento.

Não deixa de vir a proposito mencionar alguns traços da historia d'este *Répertoire*.

Achando-se reunidos em Paris, em 1889, por occasião da Exposição, mathematicos de muitos paizes, resolveram com os seus collegas francezes organizar um inventario o mais completo possivel de todos os trabalhos de mathematica até hoje apparecidos, trabalho este, bem o sabiam, que não era isento de difficuldades.

Dispostos a encetarem a tarefa, começaram por constituir uma commissão internacional de organização e redacção da obra, a qual primeiro que tudo, tratou de assentar em uma classificação e adoptar o plano geral a seguir.

Isso fez-se em 1889 e já foi um grande passo.

Restava todavia a parte mais espinhosa, aquella que mais attrictos levantava, e para cujo acabamento ainda se necessitam de esclarecimentos do estrangeiro, os quaes só podem ser fornecidos por quem se dedique com verdadeiro fervor ao progresso das sciencias mathematicas.

A este respeito, porém, a commissão pôde-se felicitar pelo appoio que sempre recebeu em todos os paizes, onde conta valiosissimos collaboradores, tendo sómente a lamentar que alguns d'elles e dos mais entusiastas não possam vêr concluida a obra á qual teem seus nomes ligados.

Estão n'este caso, o principe Balthazar Boncompagni, de Roma, e os professores Catalan, de Liège e dr. Weir, de Vienna, que este anno deixaram de existir. A morte d'estes tres distinctos collaboradores, produziu evidentemente um certo atrazo no andamento dos trabalhos.

Independente d'isto, a commissão luctou sempre com outras pequenas difficuldades, tantas e de ordens tão differentes que durante algum tempo se chegou a dar como irrealisavel, a idéa proposta com tanto enthusiasmo em 1889, com a realisação da qual tanto lucrariam as mathematicas.

Felizmente, porém, a passagem do secretariado da commissão para as mãos do dr. Laisant, iniciou uma nova era que fez surgir algumas esperanças da execução completa da obra, tal como fôra proposta.

Effectivamente não foram infundadas essas esperanças. Ultimamente, aquelle nosso illustre collega e amigo, apresentou perante a secção de mathematica, o trabalho completo do *Répertoire* relativo ás 3 primeiras lettras, achando-se tudo o mais em estado muito adeantado.

O apparecimento do *Répertoire Bibliographique* é pois um facto para breve, e esse resultado, como disse o sr. Maurice d'Ocagne no congresso, com o applauso de todas as pessoas presentes, a uma pessoa só é devido — ao dr. Laisant.

O terceiro quesito tambem foi considerado pela secção na devida conta, não se tomando em todo o caso uma resolução definitiva a que mereça fazer referencia.

A' secção de meteorologia foi proposta esta questão:

«Rechercher dans les points où l'on a fait des observations météorologiques, à quelle époque remontent ces observations, la durée des séries et les éléments qui les composent.

Todos os meteorologistas estão de accordo em reconhecer

que o atrazo em que se encontra esta sciencia é devida em grande parte á ausencia de documentos antigos sobre o estado de athmosphera. As observações um pouco precisas, com respeito a elementos importantes, como temperatura, pressão, etc, apenas datam do seculo XVII; além d'isso, estas observações não são feitas senão em alguns pontos isolados e em condições muitas vezes defeituosas. Entretanto, é importante conhecer a existencia d'essas observações que se encontram muitas vezes dispersas por velhos manuscriptos que dizem respeito á agricultura, á astronomia, etc., e que são ignorados da maior parte dos meteorologistas.

Dem andou pois a secção, ou melhor, o seu presidente sr. Teisserenc de Bort, illustrado secretario geral de *Société météorologique de France* em propor ás pessoas que se interessam por estes estudos, procurar e tornar conhecidos os documentos que se referem ás antigas observações

A secção medica, reunida á de pedagogia, discutiu largamente a seguinte importante questão: *Etude des dangers que peuvent offrir pour les enfants les exercices de sport*, a qual fôra suggerida aos membros da secção medica no anno passado em Besançon, quando o illustre clinico Le Gendre fizera leitura d'uma sua comunicação *De quelques accidents causés par l'abus des exercices sportifs pendant la croissance*.

Desde que o athletismo está em uso nas escolas, disse o dr. Le Gendre, nota-se nas creanças o apparecimento de uma doença, a neurasthenia, reservada até então aos systemas nervosos, vencidos na lucta para a vida productiva. Mas não é só esta doença nova de que acaba de ser enriquecida esta pathologia infantil *fin de siècle*.

O sr. Le Gendre observara effectivamente graves perturbações cardiacas produzidas nas creanças, em grande parte devidas ao abuso das corridas, sendo principalmente durante o periodo de crescimento que essas perturbações mais são para receiar. O abuso dos exercicios physicos produz ainda, no dizer do dr. Le Gendre, certas perturbações digestivas por igestão copiosa de liquido.

Por estas circumstancias, e apoz acalorada discussão em que tomaram parte verdadeiras summidades medicas, a secção entendeu não se dever protestar em absoluto contra os exercicios physicos, mas sómente contra o seu abuso durante o periodo delicado de crescimento.

Finalmente, a secção de hygiene tambem submetteu á

discussão um quesito de maior importancia do que á primeira vista se affigura.

E' o seguinte :

Du rôle que jouent les vagabonds, roulottiers et autres ambulants dans le dissémination des maladies contagieuses.

Além das discussões levantadas sobre estes quesitos, muitas outras, como já dissemos, tiveram logar a proposito de certas duvidas suggeridas na occasião e que são outras tantas questões a discutir com largueza no proximo congresso em Bordeus.

Uma d'essas questões, a que já nos podemos referir, é a proposta pelo dr. Chiari, e approvada pela secção medica : *Como determinar e fixar o typo de nutrição normal? Como distinguir a nutrição normal da nutrição ou nutrições pathologicas?*

* * *

Durante os 7 dias que durou o congresso, além dos trabalhos das secções, houve duas conferencias publicas e tiveram os congressistas ensejo de visitar certas curiosidades e estabelecimentos industriaes da cidade e dos arredores, como a fabrica de productos antisepticos de Saint-Remy, as installações de electricidade em Caen e as colleccões ethnographicas do sr. Peschard.

As duas conferencias realisaram se na *Salle des Fêtes do Hotel de Ville*, respectivamente nas noites de 10 e 13 de agosto, sendo na primeira conferente o dr. Lucas Championnière, presidente da *Société de Chirurgie de Paris*, o qual dissertou sobre — *A velocipedia* —, e na segunda foi conferente o sr. Perrier, professor do museu da historia natural, o qual fallou sobre a *Fauna das costas da Normandia*.

O assumpto tomado pelo Dr. Championnière, para thema da sua conferencia não podia ser mais bem escolhido, pois que hoje em dia a velocipedia é o sport da moda.

O facto de ir este artigo já muito longo impede-nos de referir com largueza, como era nosso desejo, á brilhante conferencia do dr. Lucas (o que em todo o caso faremos em outra parte), limitando-nos a dizer que o illustrado clinico, expondo em linguagem elevada e fluente o estado actual em que se encontra a velocipedia, se mostrou um verdadeiro adepto d'ella, que considera util, quer como genero de sport, quer como um dos mais rapidos meios de locomoção.

Inutil é dizer que uma enorme ovação lhe foi feita ao terminar a sua conferencia por todos os assistentes, na sua maior parte defensores da velocipedia.

O outro conferente, sr. Perrier, sabio membro do Instituto de França, soube durante a sua notavel conferencia, que versou, como dissemos, sobre a fauna das costas normandas, acompanhada de projecções, attrahir a attenção do publico para os laboratorios maritimos, que, á parte as investigações puramente scientificas, são destinados a prestar grandes serviços aos pescadores da costa, assegurando, como se fez na Noruega, a conservação da desova dos peixes e evitando a despopulação dos mares, que não será para receiar se se atalhar o tempo.

* * *

O congresso foi encerrado no dia 14, de manhã, realisando-se em seguida a reunião da assembléa geral da associação, onde, além das questões de ordem puramente economica e de interesse para a vida de tão util associação, se escolheu a cidade onde terá logar a reunião em 1896, sendo preferida Tunis.

O proximo congresso tem logar em Bordeus, sob a presidencia do sr. Trélat, professor da Escola de Architectura de Paris, como fôra determinado no anno passado em Besançon.

* * *

Findo o congresso realisou se uma excursão, que durou quatro dias seguidos, a Bayeux, Carentan, Cherbourg, e ás duas curiosas ilhas normandas Jersey e Guernesey, tendo já tido logar no domingo (12 de agosto) uma pequena excursão pelo valle da *La Vère* e Falaise.

As excursões não são a parte menos interessante dos congressos, por isso que ensinam a conhecer o paiz, tanto sob o ponto de vista social e historico, como tambem sob o ponto de vista economico e scientifico, constituindo assim uma parte essencial do programma de descentralisação que a Associação franceza tem em vista realisar.

Lisboa, outubro de 1894.

RODOLPHO GUIMARÃES.

HISTORIA LITTERARIA E PEDAGOGICA

(Continuado de pag. 308, do n.º 7 de julho de 1894)

CXXVI

Cem mil réis de tença ao collegio de Coimbra

Dom Philippe, per graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta virem que eu passei um meu alvará, por que houve por bem pelos respeitos e causas nelle declaradas de mandar padrões a João Baptista Revelasca, e Giraldo Pains, contractadores do contracto da pimenta, que se ora com elles fez por tempo de 6 annos, ou ás pessoas que elles nomeassem, de 5 contos de réis de tenças de juro em cada um anno de preço de 16\$000 réis o milheiro assentados na alfandega de Lisboa, ou nas outras casas de meus direitos della para se começarem de vender do primeiro dia do mez de janeiro deste presente anno de 586 em deante, por cumprir assim por bem, e effeito do dicto contracto: e isto com a condição e pacto de retrovendendo, e com as mais condições necessarias como se contem no dicto alvará, de que o treslado é o seguinte:

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu mandei ora fazer contracto com João Baptista Revelasca, e Giraldo Pains, pera por tempo de 6 annos que começação do 1.º de janeiro deste presente anno de 586 em deante, haverem de trazer das partes da India 30:000 quintaes de pimenta cada anno, ou a mais que se poder haver pera a darem toda á minha fazenda, posta na cidade de Lisboa no peso á sua custa e risco, por preço, e com as condições declaradas no dicto contracto. Por respeitos que me a isso moveram tocantes ao bom effeito e cumprimento delle, hei por bem de mandar passar aos dictos contractadores padrões de 5 contos de juro cada anno, com a condição de retro, de preço de 16\$000 réis o milheiro, assentados na alfandega da dicta cidade de Lisboa ou nas outras casas della, feitos em

cabeça delles ou das pessoas que elles nomearem, junctos ou repartidos, conforme a ordem que elles nisso derem, e que nas folhas do assentamento vão levados ás pessoas em cada um anno que conforme aos padrões os houverem de haver e que os comecem a vencer do dicto 1.º dia do mez de janeiro do anno presente : e isto com declaração que do preço que hão de haver os dictos contractadores por a pimenta, que hão de entregar a minha fazenda em cada um dos dictos 6 annos, conforme ao dicto contracto, se hão de descontar na casa da India os dictos 5 contos de redditos cada anno, e que no fim do dicto contracto da pimenta se fará conta com os dictos contractadores, e ficando elles satisfeitos do dinheiro que houverem de haver, por razão do dicto contracto, serão obrigados a quitar o dicto juro da mão das pessoas que o tiverem, ou outro tanto de outras pessoas que estiverem assentados nas mesmas casas com a mesma condição de retro, ou a parte do dicto juro que por a conta constar que fica desobrigada, o qual desempenho farão com o dinheiro que houverem de haver por a pimenta que entregarem á minha fazenda, ou com qualquer outro, que minha fazenda lhe dever por razão do mesmo contracto. E em caso que por a dicta conta que se ha de fazer se ache que minha fazenda lhe não deve dinheiro, desempenharão o dicto juro á sua custa de maneira que elles fiquem pagos do que houverem de haver de minha fazenda por razão do dicto contracto, e minha fazenda não receba damno algum no principal, nem nos redditos do dicto juro, e de tudo fique satisfeita inteiramente; e por tanto mando ao provedor da casa da India que faça registrar este alvará juncto ao dicto contracto e carregar em receita por lembrança sobre o thesoureiro della 200 mil cruzados, que é a valia dos dictos 5 contos de réis de juro ao dicto respeito de 16\$000 réis o milheiro, e 30 contos de réis mais que montam os redditos delles no dicto tempo de 6 annos pera o dicto thesoureiro ter cuidado, per vinda da armada da India em cada um anno, fazer descontar os dictos cinco contos de redditos per desconto do preço que os dictos João Baptista, e Giraldo Pains houverem de haver por a pimenta que entregarem, e de no fim do contracto fazer quitar os dictos cinco contos de juro para minha fazenda os não pagar mais, e ficar paga e satisfeita dos redditos delles, que tiver pagos ás partes, das quaes receitas se passarão certidões em forma aos dictos con-

tractadores para elles, ou as pessoas em cujo nome se houverem de fazer os padrões do dicto juro, os haverem com as sobredictas declarações, e com as mais que parecerem necessarias, e mando ao veador de minha fazenda da repartição do reino, que sendo-lhe apresentadas as dictas certidões em forma faça passar aos dictos João Baptista Revelasca, e Giraldo Pains, ou ás pessoas que elles nomearem, padrões dos dictos cinco contos de réis de juro cada anno, com condição de retro, tudo pela maneira acima declarada, apresentando-lhe outrosim certidão do provedor, e officiaes da casa da India, de como este alvará fica registado com o dicto contracto, e fica feito assento ao pé do registo delle, de como os dictos contractadores o acceitaram, e se obrigaram ao cumprimento delle pela maneira acima declarada, per um dos escrivães da dicta casa, e assignado por elles, os quaes padrões se passarão aos dictos contractadores, ou ás partes que elles nomearem, com as clausulas, e declarações necessarias, como se com effeito compraram o dicto juro a minha fazenda, a dinheiro de contado, e poderão os dictos contractadores receber o preço delle, das pessoas que nomearem, para haverem o dicto juro, ou parte delle. E sendo caso que antes de se acabar o dicto contracto da pimenta, o thesoureiro da casa da India, a que se hão de fazer as dictas receitas, haja de dar sua conta, tendo elle cumprido com a parte que lhe tocar, até o tal tempo conforme a esta provisão, se fará receita do mais que restar ao thesoureiro que lhe succeder, da qual lhe passará certidão em forma para seu desconto. Notifico-o assim aos dictos veador da fazenda, e ao provedor, e officiaes da casa da India, e a quaesquer outros a quem o conhecimento pertencer; e mando-lhes que o cumpram e façam cumprir, no que a cada um tocar, este alvará como nelle se contem, posto que não seja passado pela chancellaria, e que o effeito delle haja de durar mais de um anno, sem embargo das ordenações do segundo livro titulo vinte em contrario. Pero Pinto o fez em Valença a quinze de fevereiro de mil quinhentos oitenta e seis. Eu Nuno Alvres Pereira o fiz escrever. Com o qual alvará me foi apresentada a certidão em forma, do provedor e officiaes da casa da India, de que nelle faz menção, pera com ella se poderem fazer os padrões dos dictos cinco contos de juro, ás pessoas que o houverem de haver, da qual certidão outrosim o traslado é o seguinte :

No livro da receita de Bertholameu Caldeira, thesoureiro do dinheiro da casa da India, folhas cento, lhe são carregados em receita per licença, duzentos mil cruzados, que vallem os cinco contos de réis de juro, preço de dezeseis mil réls o milheiro, que Sua Magestade manda dar aos contractadores de trazer a pimenta da India, a preço certo, João Baptista, e Giraldo Pains, na alfandega, e casas de Lisboa, para elles, ou para as pessoas que elles nomearem, os haverem cada anno, no tempo do dicto contracto, que são seis annos, de quinhentos oitenta e seis em deante, para no fim do dicto contracto ter cuidado de se cobrarem delles contractadores os dictos duzentos mil cruzados pera desconto do qual é, se a fazenda de Sua Magestade ficar devendo da pimenta que trouxerem, e não lhe ficando devendo, se cobrar delles, a dinheiro de contado, para se remirem os dictos cinco contos de juro, não os remindo os dictos contractadores, e assim lhe são mais em receita per licença, ás dictas folhas, trinta contos de réis pera ter cuidado o dicto thesoureiro de na armada de cada anno fazer descontar aos dictos contractadores do que lhe houverem de pagar pela pimenta que nella trouxerem 5 contos de réis, que é outro tanto como de juro delles ou as partes em que o nomearem hão de haver cada anno na alfandega e casas de Lisboa conforme tudo á provisão que Sua Magestade passou aos dictos contractadores sobre este juro, que lhes manda assentar, a qual está registada ao pé do registo do dicto contracto, folhas 12. E feito o assento que ella manda de como os dictos contractadores acceitaram e se obrigaram ao cumprimento della e da dicta receita per licença lhe passamos esta certidão em fórma pera por ella requererem o padrão ou padrões do dicto juro em sua cabeça ou nas das pessoas que nomearem na fazenda de Sua Magestade pera o haverem de janeiro de quinhentos oitenta e seis em deante conforme á provisão que assi o manda. Hoje 6 de maio de 86.

E ora o reitor e padres da companhia de Jesus da cidade de Coimbra me enviaram dizer, que o dicto João Baptista Revelasca per si, e per Giraldo Pains seu parceiro no dicto contracto da pimenta, e como seu procurador bastante segundo mostrou por sua procuração, feita e assignada per sua mão a 26 dias de fevereiro deste anno presente de 86, justificada pelo doutor Ruy Brandão, do meu conselho, juiz de minha fazenda, e das justificações della, os nomeara em 100 mil

réis de tença de juro á condição de retro á conta dos 5 contos de réis contheudos no dicto alvará conforme a elle, pelos quaes 100 mil réis lhe deram e pagaram um conto e 600 mil réis que nelles montam, a rezão de 16\$000 réis o milheiro, como constava dum assignado do dicto João Baptista, que tambem apresentava, feito a 12 dias deste mez de maio do dicto anno presente de 86, que confessava ter recebido delles reitor e padres o dicto um conto e 600 mil réis, houvesse por bem lhe mandar passar padrão em seu nome e do seu collegio dos dictos 100\$000 réis de tença de juro, e visto seu requerimento com o dicto alvará, e certidão da casa da India, assignado de João Baptista, procuração de Giraldo Pains, e certidão de justificação della, por esta presente carta no melhor modo que possa ser, e de direito mais valer, vendo e hei por vendidos, e faço venda livre aos dictos reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra dos dictos 100\$000 réis de tença de juro, e de herdade para sempre, com a dicta condição e pacto de retro vendendo, das rendas e rendimentos de meus reinos e senhorios, na maneira e com as condições, limitações e declarações contheudas no alvará, neste tresladado, e o direito de os haverem e receberem em cada um anno de mim e de meus successores, pelas dictas rendas e rendimentos, por quanto os pagaram com o dicto preço e conta de um conto e 600\$000 réis que é a razão dos dictos 16\$000 réis o milheiro como dicto é, e isto para que os dictos reitor e padres, que ora são e pelo tempo forem do dicto collegio, e o mesmo collegio tenham e hajam em cada um anno os dictos 100\$000 réis de juro sem descontar cousa alguma da quantia que por elles deram e pagaram, e os possuam como bens proprios do dicto collegio, e como proprio patrimonio delle livre e isento, sem terem nome nem natureza de bens da corôa, e os possam trocar, alhear, vender, trespassar, e as pessoas em quem os assim trespassarem, venderem, ou trocarem, e os filhos e filhas das taes pessoas, e seus herdeiros e successores, descendentes, ascendentes, e transversaes, assim machos como femeas, seculares e ecclesiasticos, legitimos e naturaes, espurios ou bastardos, e quaesquer outros, tenham e hajam em cada um anno os dictos cem mil réis de juro como bens seus proprios e patrimoniaes e partiveis, e como seu proprio patrimonio livre e isento, sem outrosi terem nome nem natureza de bens da corôa, e a pessoa ou pessoas a quem

os assim venderem e trespassarem os possam trocar, partir, vender, alhear, trespassar, obrigar, e vincular, e em seu morgado ou morgados meter, e em testamento ou codicillo deixar, e delles testar, dar, ou doar, e antre-vivos, ou por causa de morte dispôr livremente como cousa sua propria, sem se poder dizer que são bens da coroa. E quando os dictos reitor e padres, e pessoas em que os trespassarem, derem, ou deixarem, o possam livremente fazer uns ou outros, sem para isso lhe ser necessario consentimento meu, nem dos reis meus successores nem dos meus officiaes, nem dos officiaes dos dictos reis meus successores, nem dos dictos contractadores da pimenta, e querendo as pessoas a quem a dicta tença de juro, ou parte della, vier no modo sobredito, ou por qualquer outro titulo, ou cada uma das dictas pessoas tirar carta para lhe ser despachado em minha fazenda, o que lhe assim pertencer haver, se fará a cada um com as condições desta, que será incorporada na outra, ou outras que de novo se houverem de fazer, com declaração de como se partiu ou lhe veiu e pertenceu; por quanto quero e me praz que elles e seus filhos e filhas, e todos seus herdeiros, e pessoas outras, assim machos como femeas, a que derem, doarem, venderem, ou trespassarem os dictos dinheiros, ou parte delles os tenham e hajam para sempre de juro e herdade com a dicta condição de retro como bens seus propios patrimoniaes, partiveis, de possessão sua livre, e para as cousas sobredictas, e para cada uma dellas haver effeito, derrogo e hei por derogada a lei mental, e todos os paragraphos e capitulos della que está no livro 2.º de minhas ordenações, titulo 17, em todas as partes, que a isso forem contrarias, posto que tenham clausula, ou clausulas derogatorias, porque de meu poder real e absoluto o derrogo em todo quanto a este caso, e cousas sobredictas, e quero que nelle não haja logar, e sem embargo das outras leis e ordenações, direito civil, grosas e opiniões de doutores, usos, costumes, capitulos de côrtes, e outras disposições e determinações feitas ou por fazer, que em contrario disto saiam, em parte ou em todo, por qualquer maneira, e posto que isso mesmo tenham clausulas, derogatorios, ou derogatorias dellas, e outras mais fortes e exorbitantes, e que de umas e outras fosse necessario fazer aqui expressa menção e derrogação *de verbo ad verbum*, e não bastasse fazel-o por clausulas geraes que importassem o mesmo, as quaes todas,

e cada uma dellas tambem derrogo e annullo de meu proprio moto, certa sciencia, poder real e absoluto, e quero que nesta venda, e cousas nesta carta contheudas não tenham effeito, nem vigor algum, e sem embargo da ordenação do 2.º livro titulo 49, que diz que, quando se as taes leis e ordenações derroguem se faça expressa menção da substancia dellas e que de outro modo não valha a derrogação que se fizer, e posto que eu houve por justo e arrezoado preço o dos dictos 16\$000 réis o milheiro, com a dicta condição e pacto de retro vendendo, com que os dictos reitor e padres compraram esta tença pera o dicto seu collegio, e seja certo que este contracto e venda de 16\$000 réis o milheiro perpetuos para sempre, com a dicta condição e pacto de retro é licito e justo para mais abastança e segurança sua, e das pessoas a que este juro por qualquer via vier, eu, em meu nome, e dos reis meus successores hei por bem que nunca, nem por minha parte, nem de meus successores, se poder allegar, que foi lesão em ametade do justo preço sem embargo da ordenação do livro 4.º titulo 30, que o contrario dispõe, e diz que a dicta lei se não possa renunciar, e dado caso que esta tença de juro por alguma maneira mais valesse agora ou pelos tempos vindouros em pouca ou em muita quantidade, eu de hoje para sempre em meu nome, e dos dictos reis meus successores, faço pura e livre e irrevogavel doação antre vivos, valedora aos dictos reitor e padres, e pessoas a que este juro per alguma via vier, da dicta melhoria e mais valia, e ainda que se quizesse dizer que houve nesta venda diminuição da quarta parte do justo preço sem embargo da ordenação do livro 4.º, titulo 14, «das usuras como são defezas», e de outra ordenação do mesmo 4.º livro, titulo 47 «do que vende alguma cousa com condição» e dos paragraphos de cada uma dellas, e quaesquer outras com as clausulas e derrogações acima dictas. E sem embargo dellas hei por bem que esta venda seja firme, valiosa, e se cumpra inteiramente o que assim quero e mando de meu proprio moto, certa sciencia, poder real e absoluto. E posto que em algum tempo se faça lei, regimento, ou capitulos de côrtes, ou se introduza uso ou costume, e qualquer outra cousa, por que se possa prejudicar as cousas nesta carta declaradas, quero e me praz que nella não hajam logar, antes sem embargo de quaesquer leis e mandados que ao deante, em geral ou particular, eu ou os dictos reis meus successores mandarmos

por alguma causa que seja, todavia esta carta se cumpra inteiramente, e o mais efficaçamente que possa ser, e os dictos reitor e padres, ou pessoas que este juro possuirem, hajam em cada um anno realmente e com effeito os dictos 100\$000 réis de juro de tença sem se lhe nunca descontar ao tempo que se lhes tirar a mesma tença pela condição do retro, e sem se lhe diminuir nada da quantia que por ella deu, e acontecendo que em qualquer tempo por alguma via, cuidada ou não cuidada, de effeito ou de direito, se achasse ou determinasse que esta venda, era usuraria, ou que se não podia fazer por alguma causa que seja, em tal caso hei por bem e me praz, de minha propria e livre vontade fazer mercê, como de effeito faço, por esta carta, mercê e doação por esmola aos dictos reitor e padres dos dictos 100\$000 réis de tença perpetuos, pera elles, e pera as pessoas a quem na maneira sobredicta vierem, ou poderem vir, no modo que dicto é, ficando porém o pacto de retro vendendo firme, quando a tal duvida, ou outras duvidas lhe não fossem postas, porque sendo lhe posta alguma duvida tal, por que se este contracto houvesse de invalidar, lhes faço delles mercê, na sobredicta maneira, sem embargo da tal doação, que posto que aconteça que haja de haver effeito sempre ficará com a dicta condição de retro, para que em todo o tempo que eu ou os reis meus successores, ou os dictos contractadores da pimenta, a quizermos tirar, o possamos fazer pela maneira nesta carta declarada, o que assim hei por bem, posto que seja certo que este contracto é livre, e não é usurario com a dicta condição, e pacto de retrovendendo, porque o dicto reitor e padres foram disso contentes, e portanto cada vez que eu ou os dictos contractadores da pimenta quizermos, e em qualquer tempo, que prouver a meus successores, tornar a comprar os cem mil réis de juro para sempre, o poderemos fazer, e elles reitor, padres, e pessoas que os possuirem, serão obrigados a nol-os tornar a vender com tanto que se lhe comprem junctamente, pelo preço por que lhos venderam, e dando-lhes junctamente os um conto e seis centos mil réis, que por elles deram, na moeda da lei em que os pagou ou outra moeda corrente, que responda á lei da moeda que ora corre, e doutra maneira não, e partindo-se a dicta tença e querendo-se tirar a parte que qualquer pessoa tiver, o podermos fazer, pagando-se-lhe junctamente, o que na tal parte se montar, a ra-

são dos dictos dezeseis mil réis o milheiro, pela maneira sobredicta, por quanto elles reitor e padres, ou pessoas que a dicta tença possuirem, poderão livremente haver, e levar para si os rendimentos della, de cada um anno, sem lhe ser nunca descontada cousa alguma ao tempo que lha tornar a comprar pelo modo que dicto é, pelo que hei a dicta venda por perfeita, e acabada, pela maneira sobredicta, e elles reitor e padres a aceitaram, e foram disso contentes, com todas as clausulas, e condições nesta carta declaradas, e para mór firmeza disto, suppro emquanto é necessario todos os defeitos de feito, ou de direito, que neste caso possam intervir, e rogo, e encomendo aos reis meus successores, que pelo tempo forem, que não se remindo, e tirando a dicta tença pela condição de retro, cumpram, e mandem inteiramente cumprir em todo esta carta, e cada uma das cousas nella contheudas. Os quaes cem mil réis de tença de juro hei por bem que lhe sejam assentados e pagos por esta carta geral, no almoxarifado da cidade de Coimbra; pelo que mandando ao executor que ora della é, e ao deante fôr, que do primeiro dia de janeiro deste anno presente de quinhentos oitenta e seis em deante, em que os dictos reitor e padres comecem a vencer esta tença pelo eu assim haver por bem pelo dicto alvará nesta tresladado, e o declarar o assignado da nomeação, que lhe delle fez o dicto João Baptista, lhe dê, e pague a elles, e aos que pelo tempo forem do dicto collegio, os dictos cem mil réis de tença de juro em cada um anno aos quarteis por inteiro, e sem quebra, posto que ahi a haja, por esta só carta geral, como dicto é; sem mais outra provisão minha, nem dos veadores de minha fazenda, cada quartel, do primeiro rendimento delle, sem do tal rendimento fazer outra despeza, por especial, e obrigatoria que seja, até os dictos reitor, e padres, e pessoas que á dicta tença succederem, serem della mui bem pagos; e posto que eu mande fazer outros pagamentos, assim meus como de partes, que o dicto executor tenha na folha do assentamento ou por outras provisões, o qual pagamento lhe assim fará sem esperar pela dicta folha do assentamento, que lhe em cada um anno é enviada de minha fazenda, e posto que os dictos cem mil réis não vão levados nella sem embargo do regimento em contrario, e pelo treslado desta carta, que será registada no livro onde se registam os padrões, e cartaes geraes das tenças que estão assentadas no dicto almoxa-

rifado pelo escrivão della, com conhecimentos dos dictos reitor e padres, ou das pessoas a quem esta tença vier; mando que lhe seja levado em conta o que pela dicta maneira pagar; e não o cumprindo o dicto executor assim, hei por bem que o dicto executor incorra em pena de trinta cruzados, ametade para os captivos, e a outra ametade para quem o acusar. E mando ao provedor da comarca da dicta cidade, e a qualquer corregedor, ou juiz de fóra della, que por parte dos dictos reitor e padres fôr requerido, que com muita brevidade, faça execução no dicto thesoureiro, pela tal pena, cada vez que nella incorrer, e esta carta não prejudicará aos pagamentos de outras cartas geraes, que no dicto almoxarifado estiverem assentadas primeiro que ella. E assim mando a dom Fernando de Noronha, conde de Linhares, do meu conselho de Estado, e veador de minha fazenda, que faça assentar no livro dos juro della, no titulo do dicto almoxarifado, estes cem mil réis de tença de juro aos dictos reitor e padres, constando-lhe primeiro por outra certidão nas costas desta, dos dictos provedor, e officiaes da casa da India, de como no livro que se ordenou para o dicto contracto da pimenta, onde se registou o dicto alvará, que se fez pelos dictos contractadores, a obrigação, e declaração de que nelle faz menção, e assim no livro da receita de Bertholameu Caldeira, thesoureiro da casa da India, onde lhe foram carregados por lembrança os dictos duzentos mil cruzados, que valem os cinco contos de reis de juro de que assim houve por bem que se passassem padrões aos dictos contractadores, ou ás pessoas que elles nomeassem, e onde se tambem carregaram por lembrança sobre o dicto thesoureiro Bertholameu Caldeira os trinta contos de réis, que no dicto tempo de seis annos montam nos dictos redditos dos cinco contos de réis de juro de cada anno, que tudo lhe foi carregado pela dicta maneira, por assim o requerer o dicto alvará, como nelle, e na certidão nesta tresladada, se contem; ficam feitas declarações, que á conta dos dictos cinco contos de réis se passou este padrão dos cem mil réis de juro aos dictos reitor e padres, por quanto no dicto alvará se fez a mesma declaração pelos dictos contractadores da pimenta lhos nomearem, como o podiam fazer pelo dicto alvará. E por firmeza de tudo lhe mandei dar esta minha carta de padrão por mim assignada, e sellada com o meu sello de chumbo pendente. Manuel Vaz a fez a vinte e nove dias do mez

de maio do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos oitenta e seis. E eu Ruy Dias de Menezes a fiz escrever.—El-Rei—O conde. Assentado.

Padrão de cem mil réis de tença de juro cada anno, á condição de retro, de janeiro deste anno presente, de oitenta e seis em deante, ao reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, em que os contractadores da pimenta os nomearam á conta dos cinco contos de réis, de que Vossa Magestade pelo alvará nesta tresladado houve por bem que se lhe passassem padrões a elles, ou ás pessoas que elles nomeassem, como tudo é declarado neste padrão. Para Vossa Magestade vêr. E posto que neste padrão seja declarado que o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra começarão a vencer os 100\$000 réis de juro que por elle tem de janeiro deste anno presente de 86 em deante, começal-os-hão a vencer de janeiro do anno que vem de 587 em deante, por quanto mandei levar em conta a João Baptista Revelasca os 5 contos de réis deste anno presente por elle os pagar ás partes que lhos compraram, conforme a provisão aqui incorporada, e com esta declaração se assentarão os dictos 100\$000 réis de juro no livro dos juros de minha fazenda, e se porá verba no registo da chancellaria deste padrão, de que o escrivão della passará sua certidão nas costas desta appostilla, que valerá como carta, sem embargo da ordenação que o contrario dispõe. João Alvres, a fez em Lisboa a 28 doutubro de 1586. E eu Manuel dAzevedo a fiz escrever.—Rei P. Pagou nada por serem privilegiados, a 18 de setembró de 86. E aos officiaes 1\$105 réis. Gaspar Maldonado. Registada na chancellaria ás folhas 57. Antonio de Aguiar; na appostilla Simão Gonçalves Preto. Pagou 140 réis em Lisboa a 20 de novembro de 86. Gaspar Maldonado. Registada na chancellaria, folhas 66. Antonio de Aguiar. O conde. Simão Gonçalves Preto. Fica na chancellaria posta a verba que a appostilla acima escripta manda, em Lisboa a 22 dias de novembro de 1586 annos. Gaspar Maldonado. Pagou 20 réis. No livro da receita de Bertholameu Caldeira na receita deste dinheiro ás folhas cento. E no livro do contracto de João Baptista, folhas 12. No registo da provisão ficam postas as verbas que se requerem neste padrão, 11 de dezembro de 86. Fernão Rodrigues d'Almada. Lopo de Abreu.

Continua.

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

ESTUDOS DE ANTHROPOLOGIA CRIMINAL

Notas anthropometricas e psychologicas sobre 120 reclusos da Casa da Correccão de Lisboa, colhidas e commentadas

POR ALFREDO LUIZ LOPES

IV — Conclusões

A influencia de anthropologia criminal sobre a legislação penal — Anthropologia dos menores delinquentes — Resultados geraes e individuais — Conclusões finaes.

Rapida e facil foi a propaganda da escola de Lombroso, e a dispersão das suas doutrinas pelo mundo scientifico porque, como já tive occasião de o dizer, essa escola tem um grande fundo de verdade. E de facto, a estatistica de anthropologia criminal, que bastantes observadores até hoje teem feito, apesar de por vezes discordar em determinadas minudencias, mais ou menos valiosas, tem um notavel numero de pontos de contacto, que não merecem apenas o nome de simples coincidencias. Reunil-os, avalial-os e d'elles tirar as devidas illações é um dever para quem a seu cargo tiver as questões de criminalogia e de sociologia, hoje tão habilmente ventiladas por homens de inconcussa respeitabilidade scientifica.

A grande frequencia de anomalias nos signaes fornecidos pela conformação externa e pela maneira de viver e de sentir dos criminosos tem para alguém tanto peso, que, segundo Ferri affirma no seu livro, levou o grande Lombroso a aventar um dia a opinião de que sempre que um individuo apresente o conjuncto de todos os caracteres anatomicos e physiologicos do *homo criminalis*, mesmo sem ter commettido acção criminosa, deve ser considerado como criminoso incorrigivel contra o qual a sciencia tem de aconselhar a detenção perpetua. Esse individuo pertenceria, portanto, ao grande grupo do genero humano que no congresso anthropologico de 1885 foi considerado como uma *especie* perfeitamente distincta, marcando talvez a transição entre o homem nosso contemporaneo, normal e honrado, e o selvagem das antigas eras.

Taes asserções na bocca de homens de tão distincta competencia, apesar de sem duvida se acharem exageradas pelo fanatismo, só devem ter sido concebidas e apregoadas depois

de uma arreigada convicção, que em questões d'esta ordem unicamente pôde resultar de numerosas observações imparcial e cuidadosamente feitas. E estas, iniciadas desde a mais remota antiguidade, tomaram em nossos dias vigoroso incremento com os trabalhos de grande numero de sabios de subido quilate. Avultam entre estes Lombroso, Garofalo, Ferri, Marrou, Puglia, Virgilio e Reggio na Italia, Despine, Le Bon, Motet, Orchanski, Bordier, Ribot, Letourneau, Richet, Roussel e Lacassagne em França; Maudsley, Ilil e Thomsou em Inglaterra; Benedikt e Flesk na Austria; Wirchow, Knecht e Listz na Allemanha; Babniski na Russia, etc.

Precisam, entretanto, taes observações serem ainda confirmadas por numerosos investigadores de todos os paizes, afim de se averiguar toda a verdade e só a verdade, da qual se devem deduzir os conhecimentos capazes de permittirem a avaliação dos differentes indiscutíveis graus de responsabilidade dos delinquentes. São estes graus que o legislador deve prever tendo em attenção os caracteres anatomicos, physiologicos, pathologicos e sociaes assignalados pela anthropologia como tendo importante papel na etiologia do crime.

Muitos d'estes conhecimentos d'alto valor scientifico já vão estando apurados e convém não os deixar olvidar. Vão elles sendo tão convincentes que os mais acerbos adversarios da escola neo-criminalista não podem negar-lhes absolutamente o valor. Assim Baudin, que não só pela palavra mas pela escripta combate a escola de Lombroso, declara n'um dos seus livros (*Folie et criminalité*—Besançon—1888) que «pour etre juste j'ajoute de suite, que les partisans de la these actuelle la présentent avec un appareil scientifique un peu bruyant peut-etre, mais à coup sur considerable, avec des arguments qui se pressent et dont beaucoup ne sont pas sans valeur.»

* * *

Perante os modernos progressos da criminalologia a sociedade no pleno direito de se defender do ataque dos criminosos tem actualmente a restricta obrigação de estudar cada um d'estes individuos em particular — anatomica, physiologica e psychologicamente — não só no momento e depois de praticar o crime, mas principalmente antes d'elle, não esquecendo nunca o importantissimo papel que os antecedentes hereditarios, morbidos e moraes, possam ter desempenhado.

Hoje, segundo disse Semal, o crime é como um phenomeno natural, que se pôde prevenir estudando-o nas suas causas sociaes e individuaes.

A necessidade d'um exame psycho-moral do delinquente impõe-se, pois, como o unico meio d'affirmar a existencia dos sentimentos, em que se deve firmar a auctorisação da libertação ou da prolongação da pena. E' só em consequencia d'este estudo feito á luz d'uma sã razão e d'uma cuidada e especial illustração que a lei póde proficuamente providenciar, não tanto para punir os actos criminosos, *muita vez* praticados por lunaticos e degenerados, mas para impossibilitar estes de repetir identicos maleficios.

E' justamente a authropologia criminal a sciencia destinada a n'este ponto guiar a jurisprudencia, e se por excepção se não poder alguma vez chegar a resultados praticos de precisão quasi mathematica, muitas e frequentes vezes se attingirá o fim a que desde remotas eras miram todos os criminalistas, isto é a diminuição da, até hoje crescente, criminalidade.

Convém, entretanto, deixar notado qae assim como no homem normal ha diferentes graus de saude physiologica e mental, e diferentes aptidões, genios, etc., assim entre os criminosos ha variedades intermedias de predisposição organica para a malvadez.

E' esta predisposição, originada tanta vez dos caracteres organicos e psycho-physiologicos, que, como diz Ferri, geralmente constitue debaixo do ponto de vista social uma degeneração mais profunda e perigosa que a verdadeira loucura. Na maior parte os alienados não são perigosos porque n'elles o sentimento moral sobrevive muita vez ao naufragio da sua intelligencia. Grande parte dos criminosos, porém, são irremediavelmente perigosos durante toda a sua vida, porque ainda que sejam mais ou menos intelligentes carecem da indole moral sufficiente para poderem livremente viver no meio da sociedade. O seu organismo, o seu typo especial torna-os completamente inaptos para tal fim. Nasceram criminosos, criminosos viverão e criminosos morrerão.

Mas como todos os criminosos não podem ser incluídos no grupo dos *natos* ou *alienados*, e por consequencia irresponsaveis¹, convém descortinar o grau de responsabilidade que pertence a cada um dos restantes culpados, que praticaram

¹ Não sirva de argumento para os que combatem as novas doutrinas o facto aparentemente assustador da ausencia de penalidades derivada de irresponsabilidade. Monstros ou doentes os criminosos que tenham dado indiscutíveis provas da sua insociabilidade representam um perigo constante contra o qual a eliminação, mais ou menos absoluta, se impõe como a unica forma logica de defeza.

o mal por impeto d'uma paixão social ou por debilidade mais ou menos passageira do senso moral. Para estes dois casos a lei deve marcar responsabilidades e impôr severas penalidades tendentes a acordar a força moral sufficiente para cohibir novo pendor para o crime. Nem todos os criminosos são completos degenerados, e, por isso, nem todos são totalmente irresponsaveis, nem absolutamente insusceptiveis de regeneração. Entre os dois limites extremos ha varios graus que conviria conhecer, e que explica a existencia de certas porcentagens minimas das estatisticas anthropometricas, porcentagens que teem servido de argumento para os adversarios da escola italiana.

E' complexa e difficil a resolução d'esta questão, que como outras embaraçam a jurisprudencia; mas justamente por significar hoje uma necessidade a que urge attender, é mister que todos nós com as forças mais ou menos proficuas e potentes de que possamos dispôr, pugnemos pela sua realisação afim de pôr um dique á marcha progressiva da criminalidade. Tal reforma necessita, como muito bem diz Garraud, fornecer os meios repressivos, eliminativos e penitenciarios capazes de curar certos criminosos, de defender a sociedade dos males que outros lhe virão de certo a fazer, e de corrigir os restantes.

E' indispensavel que além da sequestração perpetua dos criminosos, a que Ferri chamou delinquentes natos, habituaes e alienados, se estabeleça desde já o denominado systema penal progressivo applicado aos restantes reus, e ainda aos que pertencendo aos citados grupos, em virtude de evoluções naturaes ou provocadas, *nada frequentes* mas talvez possiveis, cheguem á completa regeneração, que para muitos criminalistas é utopica, e para todos difficil de confirmar.

Conjunctamente com estas questões a muitas outras urge attender, taes como :

1.º — a protecção cuidadosamente feita aos criminosos depois de postos em liberdade, aos menores abandonados, aos vagabundos e especialmente aos filhos de paes anthropologicamente degenerados ou viciosos;

2.º — o aggravamento das penas impostas aos pequenos delictos;

3.º — a reforma dos regulamentos das prisões correccionaes estabelecendo o trabalho obrigatorio e a indemnisação dos danos causados;

4.º — a diffusão racional da illustração moral e profissional entre as mais humildes classes da sociedade;

5.º — a repressão do alcoolismo, do jogo e do ocio, origem constante e poderosa, directa e indirecta, de tantos crimes ;

6.º — o estabelecimento de uma lei que augmente e torne grandemente progressivas as penas applicadas aos reincidentes.

Entre estas questões de ^{*} ^{*} indispensavel e urgente resolução avultam sem duvida todas as que se referem aos criminosos de menor idade, porque n'estes a par d'outras vantagens existe a de n'elles ser talvez menos rara a possibilidade da regeneração. Para as resolver com exito é, porém, necessario attender ao estudo anthropologico dos menores delinquentes, afim de extremar e tomar em perpetua guarda os que apresentarem o conjuncto de caracteres, que os assignalem como destinados a serem os grandes criminosos do futuro. D'estes deve o Estado tomar perpetuamente conta e direcção.

Aos restantes deve ser dada protecção e vigilancia pelos poderes publicos, a par da illustração especial e da correcção, não durante um periodo de tempo limitado pelo juiz que apenas lhe pesou a culpa, mas durante todo o tempo que fôr indispensavel para sem hesitação se poder acreditar na regeneração e na faculdade de poder gosar de uma vida livre, autonoma e honrada.

D'aqui se infere a alta importancia dos estudos anthropologicos d'estes individuos, e a preferencia que lhes dei para este meu trabalho. Vejâmos, por isso, o que das minhas observações se póde concluir.

Considerados em geral os rapazes reclusos da Casa da Correcção, que examinei, e que como fiz notar eram todos reconhecidamente criminosos apresentaram-se-me na sua maioria com as seguintes modificações :

1.º — Peso maior que o normal até aos 14 annos, igual em seguida, e inferior dos 16 até aos 18 ;

2.º — Estatura em muitos casos, e especialmente nos reincidentes, mais elevada que a normal, ainda que tomando as medias obtive numeros inferiores a esta ;

3.º — Curteza dos braços ;

4.º — Maior comprimento e largura da mão, coincidindo com menor comprimento dos dedos ;

5.º — Pequenas circumferencias craneanas e menor desenvolvimento da parte anterior do craneo ;

6.º — Grande numero de dolicocephalias e mui pequena porcentagem de brachyocephalias ;

7.º — Menor comprimento das curvas craneanas ;

8.º — Menor volume do craneo deduzido das conclusões anteriores e das sommas das medidas craneanas, que as fundamentam ;

9.º — Pequena altura da frente ;

10.º — Normalidade nos diametros bizygomáticos, e predominancia dos grandes diametros bimaxilares ;

11.º — Falta quasi absoluta de instrucção anterior ao crime, repugnancia para o estudo e para o trabalho, e pouco aproveitamento profissional ;

12.º — Frequencia de nevropathias, aberrações de caracter, indifferença ao soffrimento e imprevidencia ;

13.º — Pasmosa frequencia de reincidencias ;

14.º — Descendencia frequente de paes nevropathas, alçolicos ou criminosos.

Compendiando taes resultados deduz-se que a maioria de estes precoces delinquentes apresentaram signaes anthropometricos degenerativos, entre os quaes occupa principal lugar o acanhado volume da massa cerebral, e sobre todos a microcephalia anterior.

Mais que os resultados medios fornecidos pelas estatisticas é sem duvida valioso o exame do conjuncto de um numero mais ou menos consideravel de anormalidades encontradas em certos individuos, porque para aquelles influem os numeros fornecidos pelos reus, que não apresentam o typo do criminoso.

Nos mappas que apresento, se forem em especial estudados cada um dos cento e vinte rapazes criminosos, encontram-se particularidades indubitavelmente dignas de menção, que não podem passar desapppercebidas.

Os rapazes mencionados nos meus mappas sob os numeros 1, 7, 18, 37, 39, 100, 104 e 110 nunca a men ver poderão vir a ser cidadãos probos e prestaveis á sociedade. Podem desde já ser incluídos no grupo dos criminosos alienados (Ferri), ou pelo menos considerados como typos intermedios a estes e aos denominados natos ou instinctivos. Uns e outros são anthropologicamente identicos debaixo d'este ponto de vista, e todos predestinados para terem insignificant:s probabilidades de regeneração.

O n.º 1, por exemplo, apresenta todos os dados anthropometricos bastante diminutos. A somma das suas medidas craneanas é apenas igual a 138,6. Está preso pelo crime de

vadiagem; mas facil é o convencimento de que elle é simplesmente um idiota.

Em eguaes condicções se encontra o n.º 7, que está a terminar a pena que lhe foi imposta como vadio. Tem um grande diametro antero-posterior (19,2), que lhe faz apresentar uma circumferencia craneana de 55 centimetros. E' filho de epileptico, tem um irmão tambem preso como vadio e viu-se abandonado aos 8 annos de idade. A sua apparencia revela um notavel grau de idiotismo.

O n.º 18, apesar dos seus 14 annos, já foi cinco vezes preso como vadio. Apresenta um notavel grau de dolicocephalia, e é muito turbulento e desobediente.

O n.º 104 com 14 annos de idade está cumprindo a segunda pena de prisão, imposta esta pelo crime de aggressão e a primeira pelo de vadiagem. O pae morreu-lhe quando elle tinha 9 annos. Mostra asymetria da face e notavel comprimento dos braços. A addicção das suas medidas craneanas, apesar da idade, dá-me apenas 139,1 uma das duas menores sommas, que encontrei. Completa este desolador quadro o facto de se mostrar refractario a aprender qualquer cousa util.

O n.º 39, cujo indice cephalico é insignificante (68), descende de pae alcoolico e apresenta-se quasi como idiota. Já por tres vezes foi condemnado pelo crime de vadiagem.

Os n.ºs 100 e 110 teem tido ataques epilepticos, e este ultimo, filho de alcoolico, está cumprindo a sua terceira pena de prisão.

Todos os individuos, que acabo de citar, se não fôr immediatamente reformado o nosso codigo penal virão um dia a praticar crimes de grande monta, a não ser que antes d'isso a progressiva marcha da sua alienação chegue a um tão apparatuso grau, que a leigos e profanos da medicina se imponha a necessidade de serem recolhidos a um hospital de doudos.

Esta phase, porém, nem sempre sobrevem. A nossa cadeia do Limoeiro fornece todos os dias vivos argumentos comprovativos. Nos tres annos de 1886 a 1888 foram recolhidos á enfermaria d'aquella prisão 33 individuos, manifestamente atacados de seria perturbação das suas faculdades intellectuaes, e alguns outros ficaram nas prisões por ser menos funda e agitada a sua psycopathia. Todos estes casos se deram em individuos recentemente presos, muitos em frequentadores assiduos do Limoeiro e alguns attingiram proporções, que exigiram a remoção para o hospital de doudos. Tal re-

moção, porém, feita depois de praticado o crime não satisfaz aos desejos do verdadeiro criminalista.

Proseguindo no estudo, que tinha encetado, vejamos quaes os rapazes que podem ser considerados como criminosos natos ou instintivos, e que como já tive occasião de dizer pouco differem anthropologicamente dos alienados. Creio que em tal grupo podem, entre outros, ser incluídos os n.ºs 17, 20, 30, 52, 76, 82, 83, 107, e 114.

O n.º 17, filho do alcoolico, é dolicocephalo e refractario á instrucção.

O n.º 20, preso já pela terceira vez apesar dos seus 14 annos, tem um irmão que foi condemnado por ladrão.

O n.º 30, filho de alcoolico e irmão de desordeiro, tem a parte anterior do craneo menor que a posterior, mostrando uma differença de 16 millim. entre as duas respectivas semi-circunferencias. É dolicocephalo (72) e tem a abertura dos braços muito mais comprida que a estatura (differença de 25 millim.).

O n.º 52, que conta 17 annos de idade, já foi preso seis vezes, tem um indice cephalico insignificante (70) e apresenta o importante antecedente hereditario de ser filho de mãe epileptica.

Todos estes rapazes por enquanto teem apenas praticado o crime de vadiagem. Estão no principio da sua carreira.

O n.º 76, filho de epileptico, tem 17 annos de idade, e já foi quatro vezes condemnado pelo crime de furto.

O n.º 82, com igual idade e igualmente filho de epileptico, tem por cinco vezes sido preso como ladrão. É além d'isto neto de alcoolico, e teve a fatalidade de ficar abandonado aos seis annos.

O n.º 83, estando cumprindo a sexta condemnação por crimes de furto e vadiagem, apresenta o lado esquerdo do craneo menos desenvolvido que o direito. A sua cabeça muito pequena mostra como circumferencia craneana o numero 51,1 e como diametros 17,2 e 13,7. Tem irmão preso como vadio.

Os n.ºs 107 e 114 são igualmente dignos de attenção. Aquelle tem uma differença de 76 millimetros entre a semi-circumferencia craneana posterior e a anterior, mostrando por consequencia um muito menor desenvolvimento da parte anterior do craneo. O n.º 114 preso actualmente pela terceira vez, tem um indice cephalico muito pequeno (71,9).

Duvidosas são as probabilidades de regeneração d'estes delinquentes, e facil é de prever as funestas consequencias que

provirão das pequenas penas impostas pela actual lei e da completa e desassomburada liberdade em que a sociedade depois os deixa. E' certo que o artigo 256.º do nosso codigo penal determina que o individuo julgado e condemnado como vadio seja punido com a pena de prisão, e depois entregue ao governo para lhe dar trabalho. Apparentemente aos rapazes, a que acabo de me referir, teria applicação este artigo; mas esta acção repressiva e moralisadora da lei é illusoria e nada de real tem na pratica. O governo só os poderia empregar no serviço do exercito ou da armada, para o que tão novos e fracos organismos, poluidos pela miseria e desgraçada vida em que foram creados, não apresentam a indispensavel robustez. São, por isso, novamente postos em completa liberdade, e a crapula e a vadiagem prompto os arrasta pela escorregadia senda do crime. Poucos annos bastam para que os grandes furtos, roubos, assassinios, e outros maleficios por elles praticados os tornem heroes do crime, perigosissimos para a sociedade, que então arrogante impõe a punição sem se envergonhar de ter descurado a prevenção.

Eguas considerações suggere o exame que fiz em outros reclusos, os quaes apesar da sua menoridade são já criminosos habituaes. Taes são os n.ºs 13, 31, 53, 57, 69, 76 e 80.

O n.º 13 com 13 annos foi já cinco vezes preso. Tem uma altura exagerada para a sua idade, pois mede 143 centimetros.

O n.º 31 conta egual numero de condemnações nos seus 15 annos de existencia.

O n.º 53, filho de alcoolico, tem 17 annos, e no seu cadastro apresenta sete condemnações.

O n.º 57, com identicos antecedentes hereditarios tem sido já preso seis vezes.

O n.º 69, filho de pae criminoso, tem 14 annos e oito prisões, e o n.º 76, filho de pae epileptico, com 15 annos de idade já foi por cinco vezes condemnado.

O n.º 80, que apenas concluiu o seu decimo quinto anno de existencia mostra na sua historia dez condemnações por crimes de furto, aggressão e vadiagem. Filho de pae alcoolico, tem tido pessimo comportamento na cadeia, evidenciando a cada momento ausencia completa de vislumbres de regeneração.

E' facil de prever qual será o futuro d'estes já celebres criminosos, se as modificações, que apontei, não forem immediatamente introduzidas na lei.

A par dos tristes quadros, que acabo de apresentar, con-

vém não esquecer que entre os meus observados alguns poderão ainda tornar-se cidadãos honrados se forem guiados, protegidos e convenientemente instruídos. Citarei, por exemplo, o n.º 70 cujas medidas anthropometricas são perfeitamente normaes, o qual se tem tornado notavel pelo seu bom comportamento na prisão e excellentemente aproveitamento na aula e officinas. Está preso pelo crime de furto, mas é dos poucos que parecem regenerados.

* * *

Os anthropologos teem cuidadosamente investigado se em cada uma das varias classes dos criminosos existem caracteres e modificações especiaes, e alguns julgam terem chegado a resultados para elles concludentes. Marro no seu brilhante livro, que por mais de uma vez tenho tido occasião de citar, dedica curiosas paginas a tal assumpto. Aos assassinos e homicidas considera como os criminosos, que teem maior indice cephalico e maior curva craneana transversa. As suas mandibulas são grandes e a sua barba bastante rara, etc.

Aos reus de attentados contra o pudor attribue-lhes os seguintes caracteres : pequena estatura, peso elevado, mãos curtas, pequeno indice cephalico, maior desenvolvimento da parte posterior do craneo, etc.

Diz que é entre os vadios que se encontra a maior frequencia de nevropathias, etc.

Lombroso assignala caracteres ainda mais distinctivos, que não trasladarei por serem bastante conhecidos de todos que se dedicam a estes estudos.

Mas a principal importancia d'esta distincção, se é que ella realmente existe, refere-se sem duvida aos criminosos adultos, que por assim dizer já estão devidamente orientados na sua particular indole criminosa. Dos meus observados, muitos ainda não desvendaram completamente a sua especial propensão, e tanto que apenas em quatro classes de crimes os pude encorporar, apesar de não poucos candidatos a reus de maior crime entre elles existirem.

Convem, entretanto, não deixar passar desapercibidas algumas particularidades, quiçá de maior valor. Assim os rapazes vadios foram, os que me apresentaram numeros inferiores nas medições do peso, assim como no comprimento dos braços, mãos, e dedos. Entre elles predominaram em numero os analphabetos, os refractarios ao ensino, os suspeitos de idiotismo e os de intelligencia muito curta.

Os reclusos accusados de furto apresentaram-se-me em regra mais baixos que o normal, e com os braços curtos e mãos compridas. Avultaram n'esta classe os reincidentes, assumindo a proporção de 67 por cento, e os descendentes de criminosos e alcoolicos.

Entre os desordeiros e criminosos de aggressões e ferimentos vi maior frequencia da epilepsia e da descendencia de paes nevropathas.

Nos delinquentes por attentados contra o pudor depararam-se-me maiores pesos e mais elevadas estaturas, assim como maiores circumferencias craneanas, devidas ao maior desenvolvimento da parte posterior da cabeça.

* * *

Do que deixo exposto, peremptoriamente a meu ver, se podem fazer as seguintes conclusões:

1.^a *Existe frequentemente uma degeneração morphologica e psycho-physiologica nos criminosos de menor idade ;*

2.^a *Esta degeneração torna rarissima a regeneração, e exige a immediata adopção de leis, que punem com progressivo rigor os réus reincidentes.* As actuaes casas de correcção, como fiz ver, não são mais que um viveiro onde se conservam por algum e sempre curto tempo os menores criminosos. Ahi adquirem por vezes maus habitos e maior desenvolvimento da sua indole perversa pelo contacto com outros delinquentes, e quando d'ellas saem esses desgraçados, a seu bello prazer e com ampla liberdade, de novo se entregam á sua miseravel, viciosa, e por consequencia perigosissima vida. D'esta sorte a partir do primeiro crime, ás vezes crime de occasião, o menor adquire successivamente os caracteres psychologicos do criminoso instinctivo, pela influencia progressivamente degenerativo do meio em que vae gastando a sua vida — prisão alternando com o ambiente social mais malifico e perigoso.

3.^o *E' necessario que alem das penalidades, que forem impostas pela lei, os poderes publicos pensem em estabelecer uma prevenção social que possa destruir ou attenuar, tanto quanto possivel fôr, as causas determinantes do crime.*

O menor criminoso, é, no dizer de Lacassagne, como um microbio, que póde ficar sem importancia até ao dia em que achando-se n'um meio de cultura adequado á sua criminalidade fermenta e se transforma progressivamente, ou de uma só vez, n'um grande criminoso.

4.^a *E' urgente a reforma do actual codigo penal na parte que se refere ás penas applicadas aos menores, creando penas especiaes sempre maiores de dois annos, e illimitadas quando sem a menor duvida se verifique a existencia dos signaes evidentes dos criminosos instinctivos ou alienados.*

Estas penalidades não devem ser calculadas na occasião do julgamento; mas sim reguladas por pessoas competentes depois de repetidos e attentos exames durante os primeiros tempos da prisão, tendo sempre em vista o conhecimento anthropologico do observado.

5.^a *E' indispensavel proteger os menores delinquentes depois de expiadas as culpas, fundando a par das actuaes casas de correcção, sociedades protectoras, com escolas especiaes, fabricas, estabelecimentos agricolas, asylos industriaes e colonisações, etc.*

6.^a *E' necessario proteger e tomar conta dos menores abandonados e dos filhos de criminosos, alcoolicos, nevropathas, e viciosos.* Como muito bem diz no seu excellente livro o illustre sub-director da penitenciaria de Lisboa o ex.^{mo} sr. conselheiro Azevedo Castello Branco «a sociedade tem mais vantagens em dispender largamente com a protecção tutelar dos menores do que com a repressão dos adultos», cuja regeneração é geralmente mais que problematica.

7.^a *E' preciso fazer a educação dos menores criminosos seguindo uma nova e especial orientação, attendendo-se menos ao sentido pedagogico da palavra, e muito mais aos meios capazes de lhes imprimir habitos moraes e de lhes ensinar misteres, em que possam faci'mente ganhar os meios para a sua subsistencia.* A este respeito convem não esquecer, que, como muito bem faz ver Garofalo, esta educação, por mais racional e bem applicada que seja, nunca pode formar um instincto moral de todo ausente nem crear faculdades, cujo germen pelo menos não exista anteriormente.

A realisação das modificações, que acabo de propôr assim como das que tive occasião de indicar no decurso d'este meu trabalho, constituirá um vantajoso combate contra a crescente marcha da criminalidade, marcha, que forçoso é confessar a propria sociedade tem até hoje por varios modos favorecido dando razão á phrase de Lacassagne: *Les sociétés ont les criminels qu'elles méritent.*

PERNAMBUCO, SEU DESENVOLVIMENTO HISTORICO

POR

M. de Oliveira Lima

Consola o coração e eleva o espirito a leitura d'um livro como este, inspirado no ajuizado sentimento patriotico e pautado nas linhas do processo da moderna philosophia da historia. Como diz o seu auctor — o titulo d'este trabalho indica sufficientemente a sua indole. Pretende apenas ser o quadro da evolução politica e social, nos quatro seculos da historia que conta Pernambuco, quadro habilmente desenhado e adequadamente colorido.

O sr. Oliveira Lima é um dos mais illustres nomes brasileiros e um dos mais solidos talentos da hodierna geração do vasto Estado sul americano. Em Portugal é muito querido pelo seu excellente character e summamente estimado pela sua esclarecida intelligencia. E' um filho intellectual das escolas portuguezas das quaes muito aproveitou e cujo nome está honrando. Foi discipulo de insignes mestres do Curso superior de lettras, de Lisboa, haurindo das suas lições o methodo e as idéas em que orientou o seu lucido espirito e o enriqueceu successivamente pelo estudo. A classe do anno do sr. Oliveira Lima no Curso superior de lettras revelou, nos seus alumnos mais esclarecidos, uma pronunciada tendencia intellectual para as sciencias historicas. O sapientissimo Mestre o sr. Jayme Moniz fez n'esse anno (1886-1887) na aula de Philosophia da Historia, um curso esplendente pela fórma e accentuadamente original pelo conceito. Os dois discipulos d'esse curso que ao lado do sr. Oliveira Lima já publicaram trabalhos sobre sciencia historica foram os srs. M. Villas-Boas e Constancio Roque da Costa, aquelle um volume *Ensaio sobre Historia Pragmatica*, que é um reflexo das substanciosas lições do seu preclaro mestre, e este um notavel volume sobre a *Evolução do systema representativo*, redigido em francez, livro superior que póde figurar dignamente n'uma bibliotheca ao lado das celebres obras congeneres.

Em Berlim, n'aquelle grande foco intellectual, onde é

secretario de embaixada, tem estudado o sr. Oliveira Lima constantemente as sciencias sociaes e a litteratura. Brazileiro pelo nascimento e pelo coração, diplomado pelo Curso superior de letras de Lisboa, temperamento mais de artista do que de philosopho, eis os elementos ethnographicos e psychologicos que fizeram da sua individualidade um publicista perspicaz e imaginoso. O seu apprendizado de escriptor fê-lo desde muito novo e brilhantemente no jornalismo do seu paiz, mas este livro surge como o seu trabalho de mais largo folego.

O nosso auctor esboçou os factos capitaes, encadeando-os na sua filiação evolutiva, explicando os consequentes pelos antecedentes sem desprezar nenhum dos factores da historia, e fazendo sempre obra, que se lê com prazer e que se comprehende sem difficuldade. A noção do progresso deve estar immanente em todo o trabalho historico, e no do sr. Oliveira Lima preside ella a toda a narrativa e a toda a critica. O homem vae das idéas ao mundo dos factos. Os principios fundamentaes no desenvolvimento da humanidade são sempre os mesmos. O que se modifica é o conjuncto das relações sociaes, fundadas na idéa de direito, de dever, de sentimento da justiça, da solidariedade humana.

Com a narrativa dos factos pernambucanos nas suas relações com o caminhar da civilisação brazileira e com os successos da Europa, que além do Atlantico se reflectem, o auctor parece ter em vista demonstrar que a historia é a realisação progressiva da liberdade na humanidade.

Com effeito as idéas proeminentes que se destacam atravez as descripções e as analyses psychologicas e sociaes são a idéa de liberdade, de progresso e de independencia. Grande admirador da civilisação hollandeza em Pernambuco, não lhe poupa numerosos reparos á sua cubiçosa administração, nem justas censuras ao nocivo influxo do seu protestantismo. Transcreve o famoso trecho do immortal sermão do P.º Antonio Vieira, em que com a eloquencia do seu genio assombroso increpa Deus.

Cada phase social tem a sua formula de progresso que corresponde a um determinado ideal. O ideal é uma lei effectiva e permanente no individuo e na historia, é a columna de fogo que illumina o caminheiro em todas as categorias da actividade social, na religião, na sciencia, na arte, na politica e na industria. O estado para manter a acção d'estes elementos carece d'um equilibrio constante entre o principio

de auctoridade e o da liberdade. Segundo O. Barot, a sociedade é constituída por dois unicos principios: a *força* e a *justiça*, o primeiro conduz á guerra e encontra a sua expressão nas batalhas; o segundo conduz á paz e encontra a sua expressão nos tratados; são egualmente necessarios e comparaveis ás correntes quentes e frias do oceano.

O espirito do sr. Oliveira Lima, avesso por natureza e por systema ás aventuras metaphysicas e ás concepções geraes da philosophia da historia, limita-se á positividade dos phenomenos e ás leis que os regem no seu desenvolvimento. Nem outra cousa poderia fazer, pintando apenas o quadro da vida d'um recanto do globo, que tem para a historia uma idade de creança — quatro seculos incompletos. E' todavia um capitulo bem dramatico e assaz interessante da vida da humanidade. Outr'ora havia nas idéas do sr. Oliveira Lima uns laivos rubros de jacobinismo e uns verdes assomos de Voltairianismo, que agora nos apparecem senão dissipados, pelo menos profundamente modificados. Afigura-se-nos que não concorreram sómente para esse saneamento espirital, a reflexão dos annos, a somma das experiencias, mas a effusiva e salutar influencia d'um alto espirito feminino, que, fortalecido pela educação christã, veio providencialmente, por um feliz enlace, bordar-lhe o manto de romeiro da existencia e avigorar na sua alma o debilitado sentimento religioso cujos effeitos são sempre uma semente benefica, lançada no caminho das urzes bravias da existencia. O eterno hymno ao Infinito, entoado pelas vagas da formosa enseada do Recife, veio, atravez aquella senhoril alma de eleição, echoar doce-mente como uma especie de clamor do ceu dirigido a um coração da terra. No trecho que em seguida transcrevemos prega elle, solemnemente como um pontifice da critica, ao seu clero no altar da patria:

«Ao clero pertence um nobilissimo papel na instigação de semelhante evolução: o de manter, especialmente entre as classes inferiores, mais accessiveis ao seu influxo os sentimentos de fervor religioso, dignidade privada, e cáldo patriotismo. A Egreja Romana não possui felizmente a preocupação da coherencia, descambando facilmente no immobiliissimo, caminha antes essencialmente de accordo com o desenvolvimento geral humano, apezar de increpadas e passagens regressões. Haja vista a America do Norte, onde ella tem-se transformado em uma grande instituição democratica

e nacional, para cuja força e influencia crescentes appellam os politicos d'aquella União heterogenea na previsão de acontecimentos de desagregação social e de perversão dos sentimentos. Ao pontifice Leão XIII deve em grande parte a Igreja esta nova direcção, posto que enleada nas exigencias da politica europea e embaraçada pelas tradições diplomaticas do Vaticano, repassadas de argucia e subtileza caracteristicamente italianas. Em nosso paiz, porém, a Igreja, arredada pelas circumstancias diversas da civilização americana e como instituição collectiva, da arena politica, póde e deve revestir-se de um poder exclusivamente moralizador, e como tal fecundo — já procurando guiar os partidos nas veredas do desinteresse e do respeito pelo bem publico, já buscando congraçar e reunir, se não pelos laços da fé, ao menos pelos da affeição os elementos differentes e porventura discordantes de uma emigração aventureosa, todavia util, quando em pequena escala e dotada da espontaneidade, requerida para garantia da sua seriedade, para combater enervamentos produzidos pelo clima e aperfeiçoar processos de trabalho; já finalmente facilitando as novas relações entre patrões e obreiros livres, n'um prurido de sadio socialismo christão.»

Esta é uma amostra do seu estylo e das tendencias reformadoras do seu talento. Homem novo, pujante de seiva, rico de inspiração e de generosas intenções, propaga ardentemente as idéas que julga salutaes ao bem da sua patria.

Na pagina 215 reedita um engano geralmete espalhado sobre a liberdade dos indios do Brazil, decretada no tempo do marquez de Pombal. Essa sympathica acção deve-se ás instancias do benemerito P.^o Malagrida, esse martyr, que junto do leito do moribundo rei D. João V, obteve que este a recommendasse ao seu herdeiro o principe D. José. Com effeito essa ordem régia, dada á hora da morte, foi executada. São os panegyristas do marquez de Pombal que a attribuem a este estadista, mas o sr. Oliveira Lima deve conhecer a pag. 178 da *Historia do Ceará*, do dr. Guilherme Studart, que é uma obra fundada sobre originaes até agora inéditos.

Certamente ha no notavel trabalho do sr. Oliveira Lima muitas opiniões que nós não adoptamos, facto que sendo aliás trivial é necessario e util para o desenvolvimento da sciencia.

Seria tarefa longa fazer uma analyse critica dos capitulos

que constituem este livro, mas como isso não pôde facilmente executar-se, escrevemos aqui a impressão geral que a sua leitura nos produziu e os pormenores do conteúdo pôdem ser vistos no summario que adiante estampamos :

I — Descobrimento do Novo Mundo. Colombo e Martim Behsim. O Brazil. Inicios de Pernambuco. Partilha das terras de Vera-Cruz. A fidalguia portugueza em tempo de D. João III e o assalto da India. A quem coube a capitania de Pernambuco. Seus primitivos habitantes.

II — Itamaracá. Chegada de Duarte Coelho á sua capitania. A colonisação de Pernambuco. O feudalismo brasileiro. Belleza da terra. Iguarassú e Olinda. O assucar, o pão brazil e o ouro. Portuguezes, indios e jesuitas.

III — A theocracia jesuitica. Os primeiros padres da Companhia em Pernambuco. Projecto de absorpção das capitancias pela corôa. Centralisação intentada pelo conde da Castanheira e executada por Thomé de Sousa. Altivez do donatario pernambucano na defesa dos seus direitos, e dos de seus moradores. Os filhos de Duarte Coelho, typos de verdadeira nobreza.

IV — A hegemonia de Pernambuco no norte revelando-se pela colonisação da Parahyba e do Rio Grande. Em Sergipe. As expedições francezas e inglezas ao Brazil. Saque do Recife. A vida pernambucana, de abundancia e luxo, no fim do seculo XVI. O commercio, o funcionalismo e a religião. Trafico de escravos. Elementos fixos da população e sociabilidade dos moradores.

V — Os começos do seculo XVII em Pernambuco. Augmento da riqueza, diminuição da moralidade e crescimento da população. Expedições ao Ceará, Maranhão e Pará. Aparição de novos invasores. Character da expansão hollandeza.

VI — O movimento protestante, sua impressão geral e seu aspecto nos Paizes Baixos. A revolução hollandeza, Filippe II e Guilherme, o Taciturno. A tregua dos doze annos negociada por Barneveldt, victima da unidade politica da Hollanda. Fundação da Companhia das Indias Occidentaes. Filippe IV e o seu ministro, conde duque de Olivares. A politica d'este homem de Estado.

VII — Tomada da Bahia pelos hollandezes. A esquadra de D. Fradique de Toledo. Retirada do inimigo. As façanhas de Piet Heyn e as riquezas da Companhia. Expedição victoriosa contra Pernambuco. Defesa de Mathias de Albu-

querque. Combate naval entre Oquendo e Pater. Incendio de Olinda, o terreal paraizo de Frei Manoel Calado. O commandante Weerdenburch confinado no Recife.

VIII — Deserção do Calabar. Vantagens dos holandezes. Vinda a Pernambuco de dous directores da Companhia. O regimento do Conselho Politico e as preconizadas liberdades de consciencia e propriedade. Itamaracá e Rio Grande do Norte em poder dos invasores. Os soccorros da Hespanha. Conquista da Parahyba e de grande parte de Pernambuco. Triste retirada de Mathias de Albuquerque para as Alagôas. Um general hespanhol e a batalha da Matta Redonda. Infrene anarchia do Brazil Hollandez.

IX — Conquista moral da colonia. O conde de Nassau, governador geral: sua educação e tendencia de espirito. Bagnuoli refugiado em Sergipe e a possessão hollandeza limitada ao sul pelo rio S. Francisco. A nova capital, os palacios de Mauricio e a sua paixão por Pernambuco. Politica de tolerancia desajudada pelos ministros calvinistas e pelos agentes da Companhia. Expedições felizes á mina (Africa) Ilhéos, Sergipe e Ceará, o revez na Bahia defendida por Bagnuoli.

X — Chegada de Artichofsky e sua desavença com o conde Nassau. O estado da defesa hollandeza no Brazil e a situação commercial. Judeus e plantadores. Prenuncios da independencia portugueza e indifferença do reino pela sua colonia. A esquadra espano-lusitana do conde da Torre na Bahia. Batalhas navaes. Expulsão dos frades do Brazil hollandez. Marcha de quatrocentas leguas pelo territorio inimigo, commandada por Luiz Barbalho. Devastações portuguezas e represalias batavas. Desolação geral. O padre Antonio Vieira na tribuna sagrada.

XI — As idéas politicas do conde de Nassau. Convocação para o Recife de uma assembléa legislativa de portuguezes. Vexames que pesavam sobre os moradores. Propostas apresentadas pelo Supremo Conselho, sua discussão, e proposições elaboradas pelos escabinos e representantes do povo. As necessidades da colonia. Falla de encerramento e resultados da reunião. Continuação dos abusos. Dous deputados e amigos de Mauricio — Gaspar Dias Ferreira e João Fernandes Vieira.

XII — Chegada e disposições conciliadoras do marquez de Montalvão. Negociações entaboladas com o conde de Nassau.

Permutação de refens. Revolução em Lisboa contra o domínio castelhano. O perigo dos Braganças. Differente politica de Olivares e de Filippe II para com a poderosa casa ducal. Descontentamento constante dos portuguezes e miseria do reino. Vexações em tempo de Filippe IV. Miguel de Vasconcellos, a guerra da Catalunha e os jesuitas apressam a sublevação. Os conjurados decidem com difficuldade D. João de Bragança a acceitar a realeza.

O dia 1.º de Dezembro. Felicidade do movimento no continente e nas possessões. A aclamação no Brazil. Troca de prisioneiros de guerra e suspensão das hostilidades contra o Recife e Bahia. Justas e torneios com que Mauricio celebrou a independencia de Portugal.

XIII -- Os representantes de D. João IV no estrangeiro. Embaixada á Hollanda de Tristão de Mendonça Furtado. Treguas assignadas a 12 de junho de 1641, e como fõram entendidas e seguidas além-mar. Occupação de Sergipe e conquistas de Angola, S. Thomé e Maranhão, ordenadas pelo conde de Nassau. Protestos portuguezes. Um momento de paz. O director Herckman, da Parahyba. Mauricio em repto aos XIX descreve sombriamente a situação da colonia. A Companhia acceita-lhe a demissão. O sentimento religioso e o interesse, dando-se as mãos e impellido a sublevação. Opportunidade da tentativa. O governador Telles da Silva e a conspiração. Revolta do Maranhão. Outras infelicidades hollandezas. Partida do conde de Nassau para a Hollanda e a sua carreira na Europa.

XIV -- Desorganisação mais palpavel da colonia. Os apuros financeiros da Companhia e as violencias do Conselho Supremo. Toma corpo a sedição e a descoberta. Gloriosa sublevação. Evasivas de Telles da Silva. Batalhas do Monte das Tabocas e da Casa Forte, em que ficaram derrotados os hollandezes. Combate naval de Tamandaré e perda da esquadilha da Bahia. A correspondencia apprehendida na capitania de Serrão de Paiva. Perplexidades da fortuna no resto do Brazil hollandez. Os revoltosos dirigem-se a D. João IV. Chegada de reforços da Hollanda. As miserias do cerco do Recife.

XV -- As desconfianças da Hollanda, os embaraços diplomaticos de Souza Coutinho e a linguagem do cardeal Mazarino. Solução dos conflictos proposta por Gaspar Dias Ferreira. Resumo dos dous pareceres e seu acolhimento na

côrte portugueza. Desventuras do auctor. Reanimação da guerra no Brazil: infelicidades de Von Schkoppe e de Henderson. Tomada e abandono de Itaparica pelos bátaivos. Uma esquadra portugueza. Sustos e resoluções de D. João IV. A revolta campeando apesar das ordens de Lisboa. Convenio, firmado na Haya. Noyos soccorros hollandezes chegados a Pernambuco. Francisco Barreto de Menezes.

XVI—Inevitavel perdição do Brazil hollandez. A primeira batalha dos Guararapes. Recuperação de Angola e S. Thomé. O convenio da Haya em Lisboa e o celebre *papel forte*. Segunda batalha dos Guararapes. Fundação da Companhia Commercio Occidental á instigação do padre Antonio Vieira. A missão de Antonio de Sousa de Macedo e as attribuições da Hollanda. Os ultimos dias do dominio bátaivo em Pernambuco. A esquadra de Pedro Jacques e a capitulação de Tabora. Character da occupação hollandeza. Os planos dos Estados Geraes e a sympathia dos invasores pela colonia. As culpas da Companhia das Indias. Os factores da reivindicacão e as recompensas.

XVII—Pernambuco disputado aos herdeiros de Duarte Coelho e ás exigencias da diplomacia hollandeza. Peripecias das duas questões. A capitania confiada á administração militar. Fermentos de desordem pelas aggressões do poder e pelo mal estar geral. As desgraças pernambucanas. Gregorio de Mattos Guerra, genuino representante litterario da epocha. Scenas da escravidão. Paulistas e jesuitas. A destruição do Quilombo dos Palmares.

XVIII—Nobres brasileiros e mascates portuguezes. Erecção do Recife em villa contra as pretensões de Olinda. O governador Castro Caldas posto em fuga pelos pernambucanos em 1710, por causa do seu favoritismo e perseguições. Uma reunião memoravel: mallograda proposta republicana. A administração prelatia. Reacção dos mascates e consequente guerra civil. Apaziguamento e violencias da justiça. Os primeiros martyres da nova ideia. Continua decadencia de Pernambuco e crescente prosperidade de Minas Geraes. As manifestações do espirito brasileiro no seculo XVIII e os ciuemes da metropole.

XIX—Exploração do Brazil desconhecido. O marquez de Pombal. Sua defeza da monarchia absoluta contra o clero e a nobreza. Lucta com a Companhia de Jesus. O papel dos padres na catechese dos selvagens. Razões da má vontade á

Ordem e geral brutalidade da expulsão. No Recife. A transformação do ensino realizada em Olinda no seminário fundado pelo bispo Azeredo Coutinho. Theorias economicas de Pombal. A Companhia de Commercio de Pernambuco e Parahyba. A reacção sob D. Maria I pretende apagar a obra do Marquez. O Tiradentes em Minas. Transplantação da côrte para o Rio de Janeiro por motivo da invasão franceza, e sua consequencia para a colonia.

XX — Levantamento de Pernambuco e as suas condições economicas. Aspectos do Recife. As festas religiosas. Evolução da vida de sociedade na capitania. Decadencia de Olinda. Defeitos da administração portugueza. O futuro julgado por Henry Koster. Politica opportunistica sagazmente exercida por D. João VI, e apreciada na orientação interna e relações externas do Brazil. A republica em Pernambuco Caracter da sedição.

XXI — O desembargador Caetano Pinto, governador da capitania em 1817. O jacobinismo na colonia. Ideias da independencia nos quarteis e lojas maçonicas. A conspiração e a desvairada rebellião de 6 de março. Victoria dos naciaes. As primeiras palavras do governo provisorio. Sancção democratica do movimento. Papel liberal do clero. Perfis de sacerdotes. Era viavel a autonomia pernambucana? Commercio e recursos da provincia. Boa indole dos habitantes pensando a deficiencia da justiça. Hospitalidade aos estrangeiros e doçura para com os negros. Situação do escravo brasileiro comparada com a do proletario europeu. Efeitos da escravidão. Corrupção favorecida pelos conventos. Ausencia de odios de raça.

XXII — Primeiros actos do governo provisorio. Propaganda nas demais capitancias. A Parahyba e o Rio Grande adherem ao movimento. Missões infelizes ao Ceará e á Bahia. Supplicio do padre Roma. Medidas de administração e defeza tomadas no Recife. Domingos Martins, o homem de acção da junta: seu anterior viver. Os Estados-Unidos e a Inglaterra negam á republica o seu reconhecimento. Principia a reacção, preparada na Bahia e no Rio de Janeiro. A contra revolução domina a comarca das Alagôas, o Rio Grande, a Parahyba, e alastra-se em torno do Recife bloqueado por mar. A patria declarada em perigo e o ensaio do Terror. Afunda-se o projecto da constituição pernambucana. Combates inuteis. Prisão de Domingos Martins, Domingos

Theotônio proclamado dictador. As propostas de capitulação e a fuga dos revolucionários para o norte. Crimes do absolutismo victorioso. Os sentenciados á morte e os presos.

XXIII — Feição dominante de aversão ao Brazil da revolução portugueza de 1820. O constitucionalismo além-mar. Papel de Luiz do Rego em Pernambuco; antipathias que concitára, aggressões que recebia e defeza que intentou. O estado politico da provincia. Insurreição de Goyanna. Resistencia do governador e inicios de guerra civil. Ganho de causa pelos insurgentes. Regresso de D. João VI para Portugal e regencia de D. Pedro.

XXIV — A politica anti-americana das côrtes de Lisboa. Sua parodia da Convenção. Attitude particularista de Pernambuco. Motins contra os europeus. A centralisação fluminense contrariada pela junta do Recife. Insolencia do congresso e consequente recrudescencia dos sentimentos independentes no reino ultramarino. Movimentos do Recife. Gervasio Pires Ferreira deposto como infenso á União. O homem rude brasileiro negado pelas côrtes. Outras decisões vexatorias. O grito da emancipação.

XXV — Instalação do imperio e suas primeiras difficuldades. Vitalidade do sentimento republicano e desconfianças contra o soberano. Reunião da constituinte, seus trabalhos e forçada dissolução. Effeitos d'este acto de prepotencia de D. Pedro I. Descontentamento de Pernambuco. Demissão da junta e eleição de novo governo presidido por Manuel de Carvalho. Frei Caneca na imprensa. Prenuncios de rebellião. Manejos democraticos e final proclamação da Confederação do Equador. Episodios da lucta e rapida victoria dos unitaristas. Dispersão dos revoltosos e crueldade da repressão.

XXVI — Subsequente anarchia das provincias confederadas. Irritabilidade do organismo politico pernambucano. Symptomas de reacção e apparição do legitimo partido constitucional. Infelicidades e desvarios da politica imperial. Embaraços externos e difficuldades internas. Forçada abdicação do soberano. A regencia em lucta com a regressão e o federalismo. Os *columns* e os *calangros* na imprensa e litteratura de Pernambuco. O sete de abril no Recife. Profunda agitação da provincia. Serie de motins ultimados pela guerra dos cabanos. Papel do bispo Marques Perdigão. Morte de D. Pedro I e consequente dissolução do partido caramurú. Promulgação do Acto Additional. Nova phase da Regencia.

A Sociedade Defensora e as suas aspirações. Primorosos characteristics do decenio parlamentar. Resistencia do federalismo. A maioridade.

XXVII — Angustiosa situação do Imperio. Infancia de D. Pedro II. Suas boas qualidades. Erros de sua politica opportunistica. Alienação do exercito, da grande propriedade e da igreja, e desrespeito pelas franquias provincianas. A queda da monarchia e o juizo do soberano sobre o advento da Republica. O famoso poder pessoal consagrado no regimen presidencial. Vantagens da instituição parlamentar. Solidez da idéa federalista. Indispensabilidade da total desaparicação do militarismo, e objectivo do Brazil unido.

XXVIII — A revolução de 1848 em Pernambuco. Sua significação. Liberaes e republicanos no campo das reformas. Começos da lucta. Ataque do Recife. Victorias dos legalistas. Papel da provincia durante o segundo imperio. O seu futuro como Estado. Vantagens de uma pequena emigração permittindo a manutenção do typo nacional. Ausencia da questão social. O espectro das rebelliões politicas. A instrucção popular e a educação civica.

O livro constitue um formoso volume de 330 paginas, em excellente papel, nitidamente impresso pelo editor Brockhaus em Leipzig, acompanhado de quatro retratos.

FERREIRA-DEUSDADO.

O MUSEU DE HISTORIA NATURAL E AS VIAGENS

— Continuado do n.º 9 —

Tendo sido auctorisado o governo por carta de lei de 17 de março de 1851, sob influencia do então visconde de Sá da Bandeira, a determinar a exploração das provincias ultramarinas, no ponto de vista das riquezas naturaes, fôra encarregado da missão especial de estudar a flora africana o dr. Friderich Welwitsch, que já se havia notabilisado elo estudo da flora portugueza. Dizia d'este sabio o dr.

Bernardino Antonio Gomes ¹: «Esta commissão foi encarregada ao dr. Friderich Welwitsch, cuja aptidão como naturalista, habito d'este genero de trabalhos e actividade propria promettiam o melhor desempenho sobretudo na parte que lhe é especial e de que elle só tomou a responsabilidade, a parte phyto-geographica.»

Depois d'esta penosa e forçosamente demorada digressão na qual foram colhidos representantes de mais de tres mil especies da flora de toda esta região com muitos outros objectos da historia natural e as notas que deviam acompanhar semelhantes collecções, não resistiu o dr. Welwitsch a visitar Benguella e ainda mais demoradamente os districtos de Mossamedes e Huilla. O numero de objectos e os apontamentos com isso não só duplicára, mas augmentára de valor pelo grande interesse que nos deve merecer esta ultima parte da Africa portugueza, destinada sem duvida a ser para nós um novo Brazil, como tanto promete a amenidade do seu clima, a variedade de producções intertropicaes e a muita riqueza de que é susceptivel. Sete annos durou a digressão toda do dr. Welwitsch pela Africa. Havendo escapado ao risco de doencas e até das guerras dos pretos no meio das quaes se achou envolvido na Huilla, voltou á Europa rico de noticias e objectos, cujo conhecimento e regular entrada nos dominios da sciencia teem sido esperados com verdadeira ansiedade, é forçoso confessal-o muito mais ainda fóra do nosso paiz, do que n'elle mesmo.

O decreto que commetteu ao dr. Welwitsch a exploração phyto-geographica de Angola tem a data de 10 de abril de 1852; refere-se a instrucções que só mais tarde deviam apparecer, mas que segundo refere o mesmo auctor ² se resumiu a uma recommendação do conselho ultramarino em 1853 sobre a maneira de aproveitar as collecções dos productos recolhidos, em relação ao commercio e riqueza das provincias ultramarinas em exploração.

Foi em agosto de 1853 que partiu para Angola o dr. Welwitsch, depois, de uma viagem a Londres onde fóra ouvir os conselhos de Brown e outros mestres da sciencia phyto-

¹ Dr. B. A. Gomes, *Uma viagem scientifica em Angola no Diario de Lisboa*, 2 de junho de 1863.

² Dr. B. A. Gomes, *As explorações phyto-geographicas da Africa tropical, etc, Jornal das sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, XIII julho de 1872.

gica. Passou na Madeira, S. Thiago de Cabo Verde, S. Thomé e Serra Leôa.

Luctando com a doença e com extraordinarias difficuldades percorreu o illustre naturalista cento e vinte milhas do littoral desde a foz do Quanza até Quizembo ao Norte do Ambriz e tresentas e oitenta milhas para o interior, abrangendo tresentas e cincoenta milhas quadradas e comprehendendo o districto de Ambriz, Golungo Alto, Ambaca, Pungo-Andongo, as Pedras de Guinga, o Lucala e Duque de Bragança, as margens do Cuanza até ás Cataratas, as ilhas de Cabemba, o Luxillo, Cambambe, isto durante tres annos. Encontrou Livingstone em Sange. Tendo percorrido Angola visitou Benguella e Mossamedes, penetrando pelo interior até á Serra de Chella subindo a 1800 metros; seguindo pelo littoral até ao Cabo Negro, visitou o porto de Pinda e a Bahia dos Tigres.

Em cartas muito interessantes refere-se o viajante ao aspecto e riquezas das paragens que ia visitando; em algumas das cartas publicadas nos *Proc. of Lin. Soc.* II, V e em algumas dirigidas ao mesmo dr. B. A. Gomes descreve com affecto de naturalista de sentimento e de grande observação o paiz que atravessára.

Na carta escripta ao dr. Gomes e datada de Loanda, 4 de julho de 1860 diz: «Em todas as muitas digressões na Europa e na Africa, nunca fiquei tão surprehendido, tão encantado como n'estes passeios pelas sempre verdes mattas e vizinhas varzeas da Huilla. Logar mais bello, mais saudavel, e a todos os respeitois mais conveniente para a colonisação europêa, de certo não ha na Africa tropical; e esta deliciosa planura será, me persuado, um dia a chave para dar entrada nos vastos territorios da Africa austro-tropical, maiormente apoiando-se na costa de Mossamedes que fica contigua a este sertão, destinado pelo clima salubre e fertilidade do terreno a ser o imperio maritimo mais adequado d'esta costa, entre Loanda e o Cabo da Boa Esperança.»

Citaremos estas phrases do celebre explorador por que ellas testificam bem, como excerpto, o valor d'esta e de outras viagens, que para o estudo d'aquella região tão proficuas teem sido, e ainda mais seriam se se soubesse tirar o devido partido dos difficultosos trabalhos que immortalisaram não só o nome do dr. Welwitsch, mas o de tantos quantos por igual motivo tem jus ao respeito e admiração da poste-

ridade. O dr. Welwitsch de volta á Europa em 1861, ao cabo de oito annos de arriscados trabalhos e penosos sacrificios, trouxe com bem ordenados apontamentos, muitos milhares de especies vegetaes, além de numerosos exemplares zoologicos, geologicos e mineralogicos. O total das especies vegetaes encontradas por elle sobe a 5:379, dos quaes 3:227 de Angola e 2:152 de Mossamedes, formando collecções-modelos, as quaes todos quantos teem podido ajuizar do seu valor e boa ordem não se exhaurem de elogiar e bem assim o cuidado com que se acham redigidas as notas e memorias. Ainda subsidiado pelo governo portuguez, o dr. Welwitsch foi a Londres para fazer a determinação precisa e scientificamente fundada dos exemplares colhidos. Tomaram parte no proficiente estudo os celebres botanicos Decandolle, Reichenbach filho, Bentham e Hooker, Don, Oliver e outros que souberam aproveitar a tempo o rico producto d'aquella fecunda actividade.

O dr. Welwitsch começou a dar contas da sua missão africana nos *Apontamentos phyto-geographicos sobre a provincia de Angola* (Loanda, julho de 1858) insertos nos annaes do conselho ultramarino. D'então em diante foram successivamente apparecendo as memorias em que explanou os resultados principaes das suas explorações, dotando d'este modo a sciencia com os documentos da sua zelosa applicação e profundo conhecimento do assumpto.

Em portaria do ministerio da marinha e ultramar de 15 de novembro de 1858 mereceu o explorador o elogio official concedido com toda a justiça, referindo-se aos *Apontamentos phyto-geographicos* como o melhor documento do seu zelo e illustrada proficiencia. No mesmo documento o governo fazia declaração de ter recebido a collecção de plantas vivas remettidas pelo dr. Welwitsch e as *Informações sobre varias plantas uteis existentes em Angola*.

E' tambem honroso trabalho os *Apontamentos preliminares de varios objectos de Angola, proprios á exposiçõ de Londres* (29 de abril de 1861), como vogal da 5.ª secção directora da exposiçõ, documento que fornece indicações preciosas sobre o estado, riqueza e valor da provincia de Angola, expresso nos seus productos naturaes. Serviram estas collecções e noticias como valiosa contribuição para a publicação da *Flora of tropical Africa*, de Oliver, em que se globaram os resultados de varios trabalhos de exploração e

de estudo da flora africana intertropical, que já avolumavam de modo a tornar necessaria uma compilação escrupulosamente feita, para o conhecimento completo d'essa flora interessantissima e grandemente productiva.

Pela mesma data publicou tambem o dr. Welwitsch uma curiosa monographia sobre as cousas novas ou menos conhecidas das suas colheitas á qual deu o titulo de *Sertum angolense, sive Stirpium quarundam novarum vel minus cognitarum in itinere per Angolam et Benguellam observatarum descriptio, iconibus illustrata*, e que teve o mesmo acolhimento no mundo scientifico que tiveram os *Apontamentos* na sua epoca, com a superioridade de monographia que representa o estudo mais demorado e depurador que aquilata o merito scientifico do observador naturalista e faz melhor sobresahir o valor dos objectos estudados.

Do abundante material obtido pelo dr. Welwitsch acha-se ainda parte na obra de Morelet, *Voyage do dr. Welwitsch*, tanto com respeito á malacologia de Angola como ácerca da geologia d'essa região.

Além da preciosa collecção enviada á exposição de Londres em 1862 foi offerecida á Escola Medica Cirurgica de Lisboa, uma collecção de productos africanos cuja lista vem publicada na *Gazeta Medica* do mesmo anno e que mais desenvolvida se publicou depois sob o titulo de *Synopse explicativa das amostras e drogas medicinaes e de outros objectos mórmente ethnographicos colhidos na provincia de Angola*.

Por fim a collecção expositorial veio fazer parte do antigo Museu Colonial formado no Arsenal da Marinha e que actualmente faz parte do Museu da Sociedade de Geographia de Lisboa.

Insistimos um pouco mais na obra do dr. Welwitsch, porque ella constitue um dos mais bellos e eloquentes exemplos para provar a alta valia dos trabalhos de exploração scientifica que succederam á epoca de conquista e de devastação praticada pelos descobridores, e em que se substitue gloriosamente a temeridade guerreira pela dedicação scientifica e humanitaria que descobre, estuda e accumula as riquezas que hão de constituir mais tarde a melhor herança e propriedade das gerações vindouras e que são a base e o criterio da verdadeira civilização, considerações que é bom lembrar quando se contemplam nos museus as curiosidades e valores colleccionados, á custa dos mais preciosos esforços e

de uma grandiosa boa vontade, não de servir simplesmente a patria ou qualquer especulação do espirito, mas de empregar trabalho util á sciencia e á grande familia humana.

Para ultima prova d'isto seja-nos permittido mencionar um factu, por certo, de poucos conhecido e que mais deve exaltar na admiração de todos a memoria e os trabalhos do dr. Welwitsch. A obra de Morelet, illustrada de magnificas estampas coloridas, executadas como primor, é ainda prova do mais generoso desinteresse que póde coroar os trabalhos d'aquelle explorador justamente celebre e d'este zoologo, porque foi custeada pelo auctor e pelo dr. Welwitsch, segundo se depreheende da memoria escripta pelo dr. B. A. Gomes, já citada, d'onde tambem nos consta que analogo sacrificio foi feito para dar as estampas do *Sertum angolense*. O desembolso para esta foi de cento e cincoenta libras e para aquella de mil francos, quantias que sahiram dos subsidios e recursos proprijs do illustre naturalista.

As ilhas de S. Thomé e Principe, Fernando Pó e Anno-Bom, tambem foram objecto de interessantes e proveitosas explorações, tanto botanicas como zoologicas, a que já alludimos. G. Don foi o primeiro explorador botanico que aportou áquellas ilhas. Antes tinha alli feito a primeira exploração como zoologo, Carl Weiss (1847). Em 1853, o dr. Welwitsch, de passagem para Loanda tocou na ilha de S. Thomé, sem se demorar. Em 1861, Gustavo Mann visitou S. Thomé, Principe e Fernando Pó. Cerca de 1862, Ackermann percorreu S. Thomé, por conta da casa Van Hutt, de Gand, para colleccionar plantas vivas, bolbos e sementes. A este se deve o conhecimento da *Musa vittata*, que descreveu d'um modo completu e que era então desconhecida na Europa, e trouxe tambem exemplares vivos d'este vegetal.

As collecções de Mann fazem parte do herbario de Kew e as plantas colhidas por Don foram mencionadas na *Niger Flora*.

De 1879 a 1880, as mesmas ilhas e ilheu das Rollas foram estudados por Greef e ultimamente temos a mencionar como sendo das mais completas a exploração do sr. A. Frederico Moller, que no dizer do sr. dr. J. Henriques ¹, de Coimbra,

¹ J. Henriques, *Contribuição para o estudo da Flora d'Africa. Ilha de S. Thomé*.

é a melhor exploração colonial por iniciativa portugueza. Estas ultimas colheitas, teem sido guardadas pelo Museu de Coimbra, onde são estudadas por naturalistas distinctos, assim como os productos zoologicos, geologicos e ethnographicos d'ella provenientes. Diremos, embora de passagem e para completar a resenha d'estas viagens, que a fauna de S. Thomé e Principe, bem como a do Anno Bom, tem sido muito bem explorada pelo nosso enviado Francisco Newton, que em numerosas e fartas remessas tem dado ao Museu de Lisboa todos os elementos da fauna d'aquellas ilhas, as quaes teem sido detidamente estudadas pelos naturalistas competentes.

O sr. F. Newton segue nas possessões africanas com o mesmo afan e curiosidade com que seu pae, o sr. Isaac Newton, do Porto, tem seguido a exploração zoologica no norte do reino.

Póde dizer-se que as explorações dos srs. Moller e Newton, com a de Greef (1879-1880), completam o estudo d'aquella provincia ultramarina.

Na Africa Oriental (Moçambique, Zambesia e Zanzibar) a exploração phyto-geographica tinha por assim dizer estacionado na altura das investigações feitas pelo padre Loureiro e só muito depois se emprehenderam viagens explorativas com o fim de tomar conhecimento dos productos naturaes d'essas regiões. Distinguiu-se n'esta missão dr. Peters, de Berlim, que foi mandado a essas regiões pelo governo prussiano, em 1842 e cuja viagem durou seis annos, tendo como mostra do seu exito abundante colheita de especimens e noticias de zoologia e botanica, que formam a base da publicação intitulada — *Viagem historico-natural a Moçambique feita por ordem de Sua Magestade El-Rei Frederico Guilherme IV, nos annos de 1842 a 1843*. N'esta obra são descriptas na parte botanica 580 especies vegetaes, das quaes 300 assignaladas como novas. Foi collaborador d'esta parte o botanico Kotschy, tambem professor de Berlim.

Depois d'esta viagem veio a de Livingstone com Kirk que visitaram de 1860 a 1862 o Zambeze e o Shire, indo até ao lago Nyassa. Ainda Livingstone continuou a excursão com Walter e Miler e este com Kirk percorreram o territorio irrigado pelo Ravuna, colligindo exemplares e apontando verdadeiras curiosidades que dão grande valor a estas digressões scientificas.

Mais para o Norte multiplicam-se mais facilmente as ex-

plorações sci-entificas. A Abyssinia foi visitada por Schimper que ahi fez farta colheita e onde tambem foram Rother, Dillon, Petit e Salt. O Kordafu e a Nubia foram explorados por Klatschy e Bromfideld; a Nubia e o Gallabat por Schweinfurth que visitou tambem Soturbu, a ilha de Makan e o Wady Gadirch, trazendo 399 especies botanicas das tres regiões. O Somali foi estudado por Playfair, o Nilo superior por Peterick e Murie, para cujo conhecimento phyto-geographico contribuíram Speke e Grant explorando a região entre Zamzibar e Victoria-Nyanza. Internando-se no centro do continente africano Edward Vogel segue para Nordeste a região do Nilo, e vae pelo Sahara penetrar no Bornu e Denham e Clafferton herborisam em Oudney, formando collecções que foram infelizmente extraviadas. Baines e Chapman reconheceram botanicamente o paiz desde a bahia do Waalwisch até Zambezia superior, pelo Nyassa.

Foi com estas copiosas colheitas de todos os que arriscaram a vida, denodados e intrepidos pelos sertões da Africa incognita que se consubstanciaram as memorias scientificas que illustram a flora e a fauna das regiões intertropica s africanas e que enriqueceram os museus de Londres, Paris, Berlim e Lisboa.

Cabe aqui mencionar que as collecções de Welwitsch foram objecto de pendencia difficilmente resolvida entre os governos da Grã-Bretanha e de Portugal que, depois de ter subsidiado com certa largueza, em proporção de escassas forças do seu thesouro a expedição do dr. Welwitsch, esteve a ponto de perder completamente o resultado valiosissimo d'esses trabalhos executados a expensas suas ¹».

Continúa.

J. BETTENCOURT FERREIRA.

¹ Segundo ainda a curiosa memoria do dr. B. A. Gomes, que temos seguido n'esta exposiçào, houve litigio sobre a posse das collecções do dr. Welwitsch deixadas por sua morte em Inglaterra.

CONSELHOS DE MÃE A FILHA

POR

M.^{me} de Lambert

(TRAD. POR GOMES DE BRITO)

(Continuado do n.º 9)

Pelo que diz respeito ás linguas, ainda que uma mulher deva contentar-se de fallar a lingua do seu paiz, não me opporei á inclinação, que se possa ter pelo latim: é a lingua da Igreja. O latim abre-vos a porta a todas as sciencias, e familiarisa-vos com tudo que ha de melhor em todos os seculos.

A poesia pode ter inconvenientes. E comtudo, custar-me-ia a proscreever a leitura das bellas tragedias de Corneille; ainda que não raro as melhores d'ellas, dando-vos licções de virtude, deixam-vos a impressão do vicio.

São mais perigosos os romances: de modo algum lhes approvo a leitura. Não sendo nunca o romance architectado sobre a verdade, alvoroça a imaginação, mollifica o pudor, leva a desordem ao coração, e, por pouco que uma joven tenha disposições para a ternura, activa e precipita-lhe a propensão. Guardemo-nos de augmentar o encanto e a illusão do amor, quanto mais dulcificado, mais modesto e mais perigoso será. Entendo que se não deve prohibir os romances; toda a prohibição é contraria á liberdade, e faz recrescer o desejo, mas é mister que, tanto quanto podermos, nos acostumemos a leituras solidas, que illustrem o espirito e fortifiquem o coração: nunca será de mais evitar as que deixam impressões difficeis de desvanecer.

Moderai, minha filha, o vosso gosto pelas sciencias extraordinarias; são perigosas, e não inspiram commumente senão muito orgulho; essa classe de conhecimentos atrophia a mechanica da alma. Se possuis uma imaginação vasta, poderosa e activa, e uma curiosidade sem limites, mais valerá que occupeis essas disposições no estudo das sciencias, do

que arriscar-vos a que ellas se empreguem em proveito das paixões; reflecti, todavia, que as meninas devem ter para com as sciencias um pudor quasi tão escrupuloso como para com os vicios.

Conservai-vos pois sempre em guarda contra a tentação pelo espirito fallacioso: não vos entretenhais a correr após sciencias vãs, ou que sejam superiores ao vosso alcance. Os recursos de que a nossa alma dispõe para gosar são superiores aos que ella possui para conhecer: temos luzes proprias e necessarias ao nosso bem estar, mas não queremos contentar-nos com ellas, e por isso nos disvelámos em cata de verdades que não foram feitas para nós.

Antes de aporfiarmos em profundar materias superiores aos nossos conhecimentos, é assisado averiguar qual seja a extensão das nossas luzes, quaes devam ser as regras que hajam de determinar a nossa persuasão; aprender a extramar a opinião do conhecimento; ter a força de duvidar, sempre que as cousas escapam á nossa comprehensão, dispor da coragem precisa para ignorar o que a ella lhe é superior.

Não ha para conter os vãos do espirito e diminuir-lhe a confiança, como a certesa de que as duas fontes de nossos conhecimentos, a razão e os sentidos, carecem de sinceridade, e nos illudem. Os sentidos surpreendem a razão, e esta engana-os a seu turno; e eis aqui os nossos dois guias a extraviar-nos! Estas reflexões fazem perder o gosto pelas sciencias abstractas; empreguemos pois, minha filha, o nosso tempo em adquirir conhecimentos mais uteis.

Uma donzella deve ser docil, não confiar muito em si; mas tambem não se ha-de levar demasiado longe essa docilidade. Em materia de religião, cumpre que se acatem as auctoridades; mas em qualquer outro assumpto, seja qual fôr, só á evidencia e á razão se deve ceder. Dando demasiada extensão á docilidade, quitais á razão os seus direitos, e renunciando a recorrer a vossas proprias luzes, vêl-as-heis amortecer-se. Constrange as proprias ideias quem as decalca sobre as de outrem. O testemunho dos homens não pode ser crido senão conforme o grao de certeza que elles houverem alcançado instruindo-se dos factos. Contra a verdade não ha perscripções; a verdade é de todos os tempos, e d'ella commungamos todos. Em summa, direi como um grande homem: — *para ser christão, é mister crer cegamente; para ser sabio, é preciso crer evidentemente.*

Acostumai-vos, minha filha, a exercitar o vosso espirito, e a usar d'elle mais do que da vossa memoria. Abarrotamos a cabeça com as ideias alheias, e nada aproveitamos do nosso proprio peculio. Julgamos ter adiantado consideravelmente porque sobrecarregámos a memoria de historias e de factos, sem percebermos que toda essa bagagem em nada contribue para a perfeição do espirito. E' preciso acostumarmo-nos a pensar; o espirito dilata-se e rebustece-se pelo exercicio; e poucos são os que sabem pôr o seu espirito á prova; — que o saber pensar, em nós, é um talento.

Nem os factos da Historia, nem as opiniões dos philosophos nos guarecerão contra uma desgraça imminente; não é com uns nem com outros que nos sentiremos mais fortes. Somos presa de uma afflicção qualquer; eis-nos a recorrer a Seneca e a Epicteto. Como se a razão d'estes auctores pudesse consolar-nos! Não será a nossa propria razão que deve assumir esse encargo? Servi-vos, pois, minha filha, com o que de casa tendes. Encelleirai nos tempos proprios para quando chegarem as afflicções que vos esperam. Quanto melhor vos não servirá a vossa propria razão, do que vos ha-de prestar a razão alheia!

Se vos for possivel domar a vossa imaginação, submettendo-a á verdade e á razão, grande passo ha de ser esse em proveito da vossa perfeição e da vossa felicidade. As mulheres deixam-se de ordinario governar pela imaginação: como as não empregam em coisa alguma solida, e como no decurso da sua vida se não veem encarregadas de olhar pela sua fortuna, nem pela direcção de seus negocios, sobra-lhes tempo que farte para darem a seus prazeres. Espectaculos, bailes, modas, romances e sentimentos, tudo isso anda sob o imperio da imaginação. Bem sei que moderando-a, diminuem os motivos de prazer: é ella, com effeito, que lhes dá curso, e que imprime nas coisas que nos agradam o encanto e a illusão que as torna seductoras; mas, por um só dos prazeres que a imaginação engendra, quantos males nos não assaltam?! A imaginação intromette-se constantemente entre vós e a verdade, á razão falta-lhe animo para mostrar-se por onde quer que a imaginação vá triumphando a vida. Quanto vemos, ha de ser só como a ella lhe aprouver; só os infelizes que ella domina sabem quantas torturas lhe devem.

Vantajoso seria o tratado que estipulasse dar á imaginação todos os seus prazeres, em troca da certeza de que ella

deixaria de fazer-nos sentir todos os seus amargores. Emfim, minha filha, não ha infortunio que mais se opponha á felicidade do que o possuir uma imaginação delicada, vivaz e em demasia ardente.

Dai-vos uma verdadeira ideia das cousas, não cedais, como o povo, não cedais á opinião; desembaraçai-vos das pequices da infancia. Quando tiverdes qualquer pezar, adoptai o methodo seguinte; dei-me sempre bem com elle: examinai o motivo do vosso pezar, joeirai todas as inverosimilhanças, todas as ninbarias da imaginação que o avolumem; verifiqueis por fim que, a mór das vezes, tudo se reduz, a nada. Não aprecieis as cousas senão pelo seu justo valor. Com muita mais razão nos devemos queixar das falsas opiniões, do que da fortuna; de ordinario, não são as cousas que nos escandalisam, é a opinião que temos d'ellas. Para ser feliz, é preciso pensar maduramente. Deve-se grande respeito ás opiniões do commum, quando se refiram a pontos de religião: mas hemos de pensar por modo bem differente do do povo, ácerca do que se diz moral e felicidade.

Chamo *povo*, tudo quanto pensa baixa e servilmente; d'esta casta está cheia a côrte. O mundo não falla senão de fortuna e de crédito; não se ouve senão: *Abri caminho, tratai de andar para diante!* Ora, a sabedoria diz-vos: *Fixai a vossa preferencia nas cousas simples; escolhei uma vida obscura, mas tranquilla, furtai-vos ao tumulto, evitai as multidões.* A recompensa da virtude não está toda na nomeada, antes reside no testemunho da vossa propria consciencia. Não terá porventura uma grande virtude o poder de vos consolar da perda de uma pouca de gloria?

Aprendeí que a maior de todas as sciencias é a que vos ensinar a ser de vós mesma. *Aprendi*, dizia um antigo auctor, *a ser amigo de mim proprio: d'este modo não estarei nunca só.* Precisaís propiciar-vos recursos contra as consumissões da vida, e equivalentes nos bens com que haveis contado. Assegurai-vos um retiro, um asylo em vosso proprio intimo; assim podereis sempre volver a vós mesma e achar-vos em vós mesma.

Tornando-se-vos o mundo menos necessario, menor será o seu imperio sobre vossa pessoa. Quando a vós mesma vos não pertencerdes por predilecções solidas, tudo vos tentará e tudo vos será indifferente.

Continua.

OS SENTIMENTOS SUPERIORES, A EDUCAÇÃO ESTHETICA, A EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Os sentimentos superiores. — O amor da verdade. — A veracidade. — A indagação da verdade. — O amor do bello. — A educação esthetica. — A educação esthetica entre os antigos. — As artes e a moral. — As artes fonte de prazer. — Testemunho de Stuart Mill. — As artes na escola primaria. — Cultura do amor do bello. — Meios indirectos. — Exercicios especiaes. — Cultura do gosto. — A arte moralisadora. — Excessos a evitar. — O sentimento religioso. — A educação religiosa na escola primaria. — A religião e a moral.

Os sentimentos superiores. — A educação moral não seria completa se só tivesse por fim a cultura dos sentimentos de affeição e benevolencia, o progresso da vontade e da energia moral: deve tambem ter em vista a cultura dos sentimentos superiores que provêm tanto da intelligencia como da sensibilidade e onde simultaneamente se combinam as mais altas concepções da razão e as mais nobres do coração. Estes sentimentos são o amor da verdade, o gosto do bello, o amor do bem de que já fallamos ¹, e o sentimento religioso.

O amor da verdade. — Na sua fôrma mais humilde o amor da verdade é o horror da mentira; na sua fôrma mais elevada, é a indagação da verdade, o instrumento scientifico.

A veracidade. — Os pedagogistas teem estudado os meios de favorecer na creança a tendencia á veracidade de que Bain, com a justiça e a benevolencia, fôrma as tres virtudes fundamentaes.

O melhor é primeiro dar o exemplo da veracidade mais esculpulosa.

Miss Edgeworth, condemna com razão «as mentiras engenhosas» que Rousseau recommenda aos mestres da infancia. «Cedo ou tarde, as creanças descobrem que as enganam e então a sua desconfiança torna-se incuravel. A rectidão é a melhor das politicas. Esta maxima é tão verdadeira em educação como em negocios.²»

Mas o exemplo não basta: é preciso juntar-lhe outras precauções.

¹ V. X lição.

² *L'Education pratique*, cap. 8.º, *De la verité*.

Rousseau disse, com razão, que nunca se deve experimentar a veracidade da creança e questional-a sobre cousas que ella tem interesse em calar ou em alterar. «Convem antes, diz tambem Miss Edgeworth, estar de tenção feita com um copo que se quebrou do que experimentar a sinceridade da creança.» Se por uma severidade que não tem logar, provocarmos a creança a dissimular as suas pequenas faltas, devemos receiar que uma vez entrada n'esta via não presevere n'ella e não contraia o habito de mentir.

Por outro lado quando a creança confessa por si mesma os seus descuidos e os seus desatinos, devemos testemunhar-lhe que estamos mais satisfeitos pela sua sinceridade do que zangados pela sua falta. «O prazer de ser estimado e de merecer confiança, diz Miss Edgeworth, é cousa deliciosa para as creanças.»

Se pelo contrario, a creança tem disposições para mentir mostremos-lhe sem lhe dar grandes reprehensões que o resultado da sua dissimulação é a perda da nossa confiança.

«Um bom meio de correccção, diz Marion, será o de fazer ver que já se deixa de dar fé ás palavras da creança surprehendida em flagrante delicto de mentira, e de fazer verificar o que ella affirma, pelos seus condiscipulos; será preciso dizer-lhe com um tom severo e triste que nos vemos na penosa necessidade de não acreditar no que ella affirma e pelo contrario dar provas de uma confiança absoluta n'aquelles dos seus discipulos que nunca mentiram.

«E' preciso que o habito de mentir esteja bem inveterado para que resista a um semelhante tratamento empregado em tempo util ¹.»

Por outras palavras, a educação da veracidade terá por instrumentos os outros sentimentos da creança: primeiro o seu vivo desejo de ser amado e estimado pelos seus paes e mestres e possuir a sua confiança; mais tarde o sentimento da dignidade pessoal que a mentira avilta.

A indagação da verdade. — Mas não basta dizer a verdade que se sabe, é tambem necessario procurar a verdade que se não sabe. A missão mais grave da educação é a de inocular o amor da verdade e de combater a credulidade e o erro. N'esta tarefa será ella de certo, auxiliada pela curiosidade natural da creança, que uma vez excitada, aspi-

¹ Marion, *Leçons de Pédagogie*, pag. 196.

ra a conhecer tudo, a comprehender tudo. Não se trata de certo, de a satisfazer em todas as cousas, sobre tudo na escola primaria. Mas se a creança não pode saber tudo o que é verdade, pelo menos é nosso dever não ensinar nada que seja falso. A educação deve cada vez mais, formar as creanças em um espirito scientifico, e apresentar á sua creança, não illusões que que lhe deem prazer, mas verdades que as instruem. Habitue-mos pois o discipulo a não aceitar senão opiniões cuja razão comprehenda e que elle possa comprovar por si mesmo. Sem querer prematuramente excitar o seu espirito critico, exijamos d'elle que só se pronuncie com conhecimento de causa e depois de reflexão. Não se trata sem duvida de fazer d'elle um pequeno Carteziano, rendendo-se só á evidencia; mas devemos apellar o mais possivel para a sua razão. O prazer que acompanha naturalmente a verdade bem comprehendida affastal-o-ha pouco a pouco das opiniões cegas e irreflectidas. Assim virá a final, a amar a verdade por ella mesma, a apaixonar-se pela sciencia, a sentir a necessidade da indagação pessoal e a apreciar o prazer do descobrimento.

O amor do bello.— Não temos que preoccupar-nos aqui com a definição exacta e rigorosa do bello: deixemos estes cuidados aos professores de esthetica. Para nós o bello define-se, sobre tudo pelos sentimentos que excita no espirito, pelo encanto com que nos envolvem as produções da natureza e as obras de arte, e pela admiração de que nos encham.

O que é incontestavel é que a creancinha é sensivel ao bello. Certos irracionaes, mesmo parecem ter um como que sentimento vago da belleza. Perez estabelece com numerosos exemplos, que mesmo antes dos tres annos o instincto musical e o instincto do bello visual se desenvolvem e se manifestam. Na sua afeição pelos animaes, nas suas preferencias por certas pessoas, nos seus gostos pelas imagens, a creança mostra já que distingue confusamente o que é bello do que é feio. Um brinquedo bonito, uma cara agradável, uma flor brilhante, attrahem-no, agradam-lhe.

A educação esthetica.— Uma educação completa não deve deixar de cultivar estas disposições naturaos. Deve desenvolver-as por si mesmas, e pelo unico facto de que fazem parte da nossa natureza e que deixal-as extinguirem-se seria mutilal-as; ella deve ainda desenvolver-as e formal-as em

razão da influencia feliz que, sendo bem dirigidas, podem exercer sobre a educação moral.

E' preciso pois, dar cabimento ao que se póde chamar *a educação esthetica*. Na sua extensão mais lata esta educação comprehenderia ao mesmo tempo a apreciação de todas as bellezas da natureza ou da arte, o gosto litterario, o sentimento musical, o conhecimento das artes plasticas, e assim tambem os diversos talentos que levam não só a sentir a belleza nas obras dos outros, mas a realisar-a em obras pessoaes. Não se trata aqui d'aquella cultura especial que produz os criticos, os artistas e os poetas. Mas considerada simplesmente como um elemento da educação geral, e tendo por fim dar a felicidade e a perfeição relativa da pessoa humana, a educação esthetica tem ainda a sua importancia, e é de lastimar que não tenha ainda entre os povos modernos o apreço em que era tida entre os povos antigos.

A educação esthetica entre os antigos. — Para moralisar os homens, os antigos, sobretudo os gregos, contavam ainda mais com a arte do que com a religião. Em Athenas a educação moral era antes de tudo uma educação esthetica. Platão pensava que a alma se elevava ao bem pelo bello. «Bello e bom» são duas palavras que os gregos constantemente associavam.

«Convem, dizia Platão procurar artistas habeis capazes de seguir á risca a natureza do bello e do gracioso a fim de que as creanças educadas no meio das suas obras, como em um ar puro e são, recebam continuamente impressões salutaes pelos olhos e pelos ouvidos, a fim de que desde a infancia tudo as leve insensivelmente a amar e a imitar a belleza estabelecendo entre si um perfeito accordo.

Não será por esta razão que a musica é a parte principal da educação, pois que o numero e a harmonia, penetrando na alma, se apoderam d'ella fazendo-se seguir depois pela graça, quando a educação é administrada convenientemente, em quanto que só ao contrario se dá quando ella é descuidada? Uma creança educada como convem na musica perceberá com a maior facilidade todas as imperfeições e os defeitos das obras da arte ou da natureza e as suas impressões serão exactas; por isto mesmo elogiará aquillo em que observar belleza, dar-lhe-ha entrada na sua alma, tornando-o alimento proprio e formando-se assim a virtude: em quanto que hade ter um desprezo e uma aversão natural pelo que

achar vicioso, e isto antes de ser esclarecida pelas luzes da razão mas logo que esta despontar abraçal-a-ha como uma amiga para o conhecimento da qual a musica a preparou.»

O que Platão designa pelo nome de *musica* é o que hoje chamariamos a arte em geral; e aos olhos d'elle a arte é por assim dizer um escalão da virtude, uma preparação para a vida da razão.

Os antigos tiveram sempre uma tendencia a não isolar a moral confundindo-a ora com a indagação da verdade, ora com o amor do bem. Em quanto Socrates affirmava que o bem e a verdade são a mesma cousa, os stoicos proclamavam a identidade da belleza e da virtude.

As artes e a moral — Ha, com effeito, estreitas relações entre as artes e a moral.

«Deve-se ensinar a arte á creança, diz Marion, porque ella tem um poder educador incomparavel.

O bello é essencialmente ordem e harmonia. Da imaginação e do espirito, esta ordem e esta harmonia passam para o coração, e cedo se manifestam exteriormente pela elegancia e pela graça; nota-se uma proporção exacta nos movimentos e esta proporção acaba em revelar-se nos actos. O bom gosto toma facilmente a fórma do respeito de si mesmo. Não é já um logar commum que a arte suavisa os costumes privados e publicos? Ha faltas e tendencias moraes, cuja idéa um espirito habituado a viver no trato com a belleza, não póde soffrer nem mesmo conceber. ¹»

O mal, com effeito, é cousa feia e a delicadeza de uma alma sensivel á belleza, offende-se e sente-se repugnada com ella. E se entrarmos nas minudencias das differentes bellezas que a natureza ou a arte proporcionam para encanto e enobrecimento da vida, a influencia moralisadora, do bello apparece ainda mais brilhante.

Os espetaculos da natureza socegam as paixões envolvendo-nos de pureza e innocencia. As artes plasticas revelam-nos pelo menos e communicam-nos a graça e a elegancia dos movimentos do corpo. A musica, a mais penetrante das artes, e a que os antigos attribuiam um papel peponderante na educação da virtude, transmite á alma um como que contagio de ordem e harmonia. A poesia, em fim, eleva-nos. encanta-nos pelas suas inspirações mais

¹ Marion, *Leçons de Psychologie*, pag. 200.

precisas; enche-nos de admiração por todas as bellas obras que canta e que apresenta como modelos ao enthusiasmo que em nós excita.

As artes fonte de prazeres — As artes não são sómente um elemento da cultura moral, devem tambem ser recommendadas como o principio de algumas das emoções mais doces, mais vivas, e tambem mais elevadas de que possa, gozar a natureza humana. Não sendo possivel privar o homem do prazer; façamos com que elle o procure e o ache nos gozos puros da arte!

«Nas emoções produzidas pelas artes, diz Bain, devemos ver antes de tudo uma origem de prazer. O seu papel na educação intellectual é o de qualquer prazer que não seja excessivo: animam-nos, repousam-nos, e exhortam-nos ao trabalho.»

Os prazeres artisticos não perturbam nem corrompem: socegam e pacificam a alma; dispõem-na, longe de a desviar dos estudos serios, não compromettem nem a delicadeza dos sentimentos nem a força da razão. Occupam melhor do que qualquer outro divertimento, as horas de ocio, os intervalos da vida activa, e quando os deixamos, entregamo-nos sem esforço nem inquietação aos trabalhos e ás obrigações da nossa profissão ou do nosso officio. Aos que negassem a influencia moralisadora da arte, e que não quizessem comprehender quanto ella é poderosa para purificar e enobrecer as almas, teriamos nós de responder ainda que os sentimentos estheticos são bons em si mesmos, que nos proporcionam alegrias deliciosas, salutaes e sans, e tambem servem para substituir outros sentimentos, e prazeres inferiores de ordem puramente material no meio dos quaes os costumes se estragam, e o coração se avilta, «Se considerarmos a educação como um meio de tornar os homens felizes, diz Bain, deve certamente comprehender tambem o conhecimento das artes.

Testemunho de Stuart Mill — Os espiritos mais scientificos e mais apaixonados pelo amor da verdade não são geralmente insensiveis á seducção das artes. E' assim que Stuart Mill conta nas suas *Memorias* que a sua primeira educação sob a direcção de um pae rigoroso, fora toda dedicada á reflexão abstracta, á logica e á sciencia. Aos tres annos sabia grego, aos doze era um logico perfeito, aos treze aprendia o calculo integral.

D'esta educação intellectual, d'esta instrucção a todo o transe o que é que resultou? Resultou que durante a adolescencia foi invadido por uma tristeza profunda, aborrecimento da vida. Aos vinte annos passa um inverno a querer-se afogar todos os dias. Vem-lhe a cair entre as mãos um livro de poesia, toma gosto á musica: e eil-o salvo, fortificado pelo sentimento. Então comprehendeu elle a importancia das primeiras emoções, dos sentimentos que prendem á vida embellezando-a pelos seus encantos.

As artes na escola primaria — As artes tem penetrado ainda muito pouco na educação popular.

O filho do povo dispõe de tão pouco tempo para a sua instrucção, necessita de aprender em cinco ou seis annos tantas cousas immediatamente uteis, de adquirir tantos conhecimentos praticos que se hesita em impor-lhe mais este novo encargo resultante de um estudo, mesmo elementar, das artes.

E, comtudo bem seria de desejar que a educação popular não fosse exclusivamente subordinada ao interesse material, e que n'ella se reservasse um logar, o mais largo possivel, para a cultura desinteressada do gosto e do sentimento do bello.

«O homem do povo, diz eloquentemente Ravaisson, sobre quem tão fortemente peza a fatalidade material não teria achado elle o melhor dos alivios, para a sua melhor condição, se os seus olhos podessem abrir ao que Leonardo de Vinci chama, *la bellezza del mundo*, se fosse assim tambem elle chamado a gozar do espectaculo d'aquellas graças que veem espalhadas por todo este vasto mundo e que, tornando-se sensiveis ao coração, conforme a expressão de Pascal, suavisam-lhe mais do que qualquer outra coisa as suas tristezas, e mais do que qualquer outra coisa lhe dão o presentimento e antegosto de melhores destinos.»

Cultura do amor do bello — E' desde a primeira infancia que se deve acostumar a creança a respirar por assim dizer as bellezas que a rodeam. Mesmo no campo, onde faltam as obras d'arte, as cousas bonitas, bellas ou sublimes, que apresenta o espectaculo da natureza bastarão para esta primeira educação esthetica. Mais tarde, quando lavrador, o homem dos campos sentir-se-ha talvez animado no seu rude trabalho pelo amor que lhe tiverem inspirado para com as bellezas campestres.

«É preciso tornar cedo a creança sensível á belleza das arvores, das flôres, das aves, dos insectos, de todas aquellas maravilhas pelas quaes podia passar sem mesmo as vêr : é preciso leval-a á fonte dos gozos desinteressados.¹»

«Quanto á lingua da imaginação, dizia no mesmo sentido madame Necker de Saussure, o primeiro vocabulario está na natureza »

«E', diz tambem Herder, uma prova da profunda selvageria em que educamos as nossas creanças, o deixar de lhes dar, desde a mais tenra infancia, uma profunda impressão da belleza, da harmonia e da variedade que apresenta o nosso globo.²»

Meios indirectos. — Na escola, a decoração, mesmo da sala, os ornamentos simples que a embellezam, as imagens que adornam as paredes, as illustrações dos livros, serão meios indirectos de preparar a creança a tomar o gosto em tudo o que é bello.

Não é possível esperar que a creança das nossas escolas viva, como a creança atheniense, no meio das obras primas da arte, e por assim dizer no meio d'um povo de estatuas. Mas, pelo menos, podemos rodeal-a de objectos que não vão de encontro ao seu gosto. Nos seus brinquedos, por exemplo, podemos affastar tudo o que é feio e repellente, tudo o que póde dar maus habitos ao ouvido e á vista ³. Ostente-se tambem aos olhos da creança os thesouros das artes por meio de passeios nos museus e nas bibliothecas.»

Exercicios espeziaes. — Mas a estes meios indirectos

¹ M.^{elle} Chalamet, *l'École maternelle*, pag. 150,

² Herder, *Idées*, livro I, capitulo IV.

³ Um escriptor elegante e judicioso, Rigault, insiste sobre os inconvenientes que apresentam os primeiros brinquedos quando são feios : «Porque é que, se hade quasi sempre fazer da chupadeira e do boneco de metal que é o primeiro brinquedo da creança, um ser disforme, corcunda de ambos os lados, com uma bocca que vae até ás orelhas e com um nariz que vae tocar no queixo ? A primeira imitação da natureza que fere os olhos da creança é o monstro. Principia a conhecer a arte pelo entremedio do feio. Ainda não é tudo. No corpo d'este boneco cambaio e corcunda faz-se um assobio agudo que despedaça o ouvido tenro da creança. Diz-se então que é para o divertir. Eis aqui a primeira idéa que se lhe dá da musica. As primeiras notas que ouve na sua vida são falsas. Estou persuadido que cada anno a educação da creança pela chupadeira destroe em germen no nosso paiz um sem numero de pintores e de musicos.» Rigault, *Oeuvres complètes*, tomo IV, pag. 276.

é preciso juntar exercicios especiaes, e os recentes programas officiaes augmentaram com razão o tempo destinado ao desenho e ao canto nas escholas primarias.¹

Estes estudos quanto ao mais devem ser muito elementares.

«A escola, diz Rendu, não deve fazer, nem mechanicos, nem agricultores, nem geometras, nem gymnastas: não deve tambem fazer musicos. A escola *inicia* a creança nos conhecimentos que ella póde vir a precisar quando homem; esboça e não acaba.²»

Ravaisson, no notavel artigo que já citámos, dá a preferencia ao desenho e ao desenho da figura humana. Talvez apesar do que dizem, para os discipulos da escola primaria, para futuros operarios, o desenho de ornamento, o desenho geometrico offereça mais utilidade e os prepare melhor para as profissões que têm de abraçar na vida.

Cultura do gosto. — Uma educação esthetica, elementar, deve desenvolver o gosto mais ainda do que o talento de execução: não aquelle gosto requintado e puramente critico, que esquadriinha simplesmente os defeitos das obras de arte e que convém só a especialistas; mas sim aquelle gosto largo e benevolô que toca quasi no enthusiasmo, que se inclina a todas as bellezas e que se não exerce só na apreciação das qualidades litterarias, mas no gozo de todas as artes.

«Muito poucos homens são artistas, diz Bain, e os outros gozam das obras produzidas pelos primeiros. Sem tocar um instrumento qualquer adquire-se o gosto da musica escutando os bons bocados d'ella. Quanto ás artes que fallam á vista, como a pintura, esculptura e a architectura, o gosto exige uma instrucção prolongada. Quanto á poesia todo o professor de litteratura deve desenvolver o gosto poetico no duplo ponto de vista do prazer que n'ella achamos e do discernimento das bellezas.³»

E', decerto, o gosto litterario e poetico o mais facil de desenvolver, primeiro, porque n'este genero as obras primas são mais numerosas do que em qualquer outro, em seguida pela razão de que os moldes litterarios estão ao alcance de todos e que não é necessario para os apreciar forçar as portas d'um museu.

¹ V. a segunda parte d'esta obra.

² Rendu, *Manuel de l'enseignement primaire*.

³ *Science de l'education*, livro III, cap. III.

A arte moralisadora. — Já muitas vezes o dissémos e ainda o repetimos, a cultura esthetica preoccupa-nos menos como educação desinteressada das faculdades artisticas, do que como alliada da educação moral. E' este papel da arte que um moralista contemporaneo poz claramente em relevo no trecho seguinte :

«E' bem conhecido o systema d'aquelles paes e mães, d'aquelles perceptores que imaginam que em educação só as reprehensões são efficazes e que só com sentenças se fórma e amolda uma alma joven. N'esta especie de educação, ou antes de regimen, se as max mas em fructo não são facilmente engolidas, pensa-se logo em recorrer a um embuste salutar: dilue-se o remedio em um conto, para que elle passe sem que o paciente dê por isso; imita-se aquelle medico de antiguidade que não podendo fazer tomar a uma mulher uma planta amarga, teve a idéa de a dar a comer a uma cabra, cujo leite então impregnado da virtude medicinal restituiu, dizem, a saude á doente illudida. Empregam-se assim mil meios insidiosos e surrateiros para infundir os preceitos da honestidade. Pois não parece que a honestidade é uma cousa medonha e repugnante que é preciso estar continuamente a dulcificar e a sophisticar para que ella seja aceita? Suppondo que esta educação seja boa, não haverá outra? Não será factio, por ventura, que as creanças aproveitam mais em viver com um homem de bem que vive honestamente, que só manifesta grandes sentimentos, que pelos seus discursos e exemplos espalha á roda de si uma influencia benefica, sem nunca recorrer á linguagem das *moralidades*? Póde-se dizer que nas sociedades, a arte assemelha-se a um homem de bem. Se sabe o que deve ser, se é grande e pura, se é delicada, instrue, purifica pela sua delicadeza mesma e ensina manifestando-se.¹»

Excessos a evitar. — Seja qual fôr a idéa que tivermos da virtude educadora da arte, é preciso evitar o exaggero e resistir aos que dizem que: «a belleza é a palavra da educação, como a belleza é a palavra do universo.» Não, a educação real do homem não póde infelizmente contentar-se com doces e vagas inspirações da arte; a creança não póde crescer no meio de hymnos e canticos, *in hymnis et canticis*; é o mesmo que se dissesse que ella deve ser educada

¹ Artigo de Martha, na *Revue des Deux-Mondes*, 15 de abril de 1889.

no meio de jogos e de um perpetuo recreio. Os prazeres estheticos, posto que sejam prazeres puros e elevados, não deixam por isso de ser prazeres; participam da natureza, da sensibilidade, e a sensibilidade não é a norma da vida.

O abuso dos sentimentos estheticos enerva, enfraquece a alma e produz espiritos delicados em excesso que não sabem affrontar com coragem os revezes da vida real.

«Os delicados são infelizes», dizia Lafontaine; dando a entender por isto que os delicados não teem bastante força para resistir ás provas da vida e para vencer as difficuldades e os obstaculos. Infundamos, pois, nos corações uma nobre aspiração ao ideal, mas não esqueçamos que a vida é feita de realidades, que a existencia não se assemelha de modo algum a uma poesia amorosa entremeiada de canções, onde não temos mais do que seguir o declive seductor dos prazeres do gosto.

Ha esforços a envidar, luctas a sustentar, miserias a combater. E para preparar os combates da vida é preciso um tirocinio viril; é preciso desenvolver a razão ainda mais do que a imaginação; é preciso cultivar a sciencia mais do que a arte e do que a poesia.

O sentimento religioso. — Seja qual fôr a importancia do sentimento religioso na vida, só diremos aqui poucas palavras a esse respeito, por isso que este sentimento está sobre tudo ligado a doutrinas e crenças professadas, de que a philosophia da educação se não occupa.

Em quanto na Inglaterra e em outras partes se exige ainda do mestre de escola que ensine a religião, «apresentando-a ao mesmo tempo com o seu character proprio e como base da moral mais elevada ¹, em França separou-se a escola da igreja, deixando-se aos ministros dos differentes cultos o cuidado de catechisar as creanças.

Quererá isto dizer que é nossa opinião affastar do ensino propriamente dito tudo o que é relativo á educação religiosa? Não, decerto. Além das fórmulas e dos ritos, além dos dogmas particulares, ha uma aspiração natural do homem para a religião, isto é, conforme a definição que dá Marion, «para um systema de crenças que excedem o saber positivo e que dizem respeito ao lugar do homem na natureza, assim como ao seu destino ².»

¹ *Science de l'Education*, pag. 305.

² *La reforme universitaire*, curso de Marion, lição X.

A nosso ver, o papel do educador em semelhante materia deve ser sobre tudo negativo; entendo que devo respeitar escrupulosamente todas as creanças da creança, nada dizer, nem fazer, que possa ferir os sentimentos religiosos que lhe inculcaram os seus paes ou os seus mestres ecclesiasticos. Mas convirá ir mais longe, convirá que o mestre saia d'esta attitude de deferencia e de respeito para entrevir directa e activamente na cultura do sentimento religioso? Mui grandes ou bons espiritos ha que não hesitam em responder affirmativamente.

A educação religiosa na escola primaria. — Um dos organisadores dos programmas de 1882, Paul Janet, definiu claramente o papel que convém á educação religiosa no ensino moral. Seguem-se as proprias palavras d'elle :

«O coroamento natural da instrucção moral na escola primaria deve ser o conhecimento de Deus. Deve-se ensinar ás creanças que a vida tem um fim sério, que os homens não são o producto do acaso, que um pensamento de sabedoria preside ao universo e que um olhar vigilante penetra em todas as consciencias.

«E' aos cultos particulares que caberá o ensinar e preservar actos determinados sob fórma tradicional.

«Tratar-se-ha sobre tudo de despertar nas almas o sentimento religioso.

«Tratar-se-ha de lhes fazer comprehender que o sentimento e o pensamento de Deus pódem concorrer em todos os actos da vida, que toda a acção póde ser ao mesmo tempo moral e religiosa, sendo ella o cumprimento da vontade da Providencia. Quem trabalha, ora, diz o proverbio. Uma vida que se esforça por se conservar pura e virtuosa, é uma prece continua. Quanto á oração determinada, sob fórma particular, é de dominio das religiões positivas. Parece-nos que este modo de entender os direitos para com Deus não póde offender ninguem, visto que o Estado não se obriga a sustentar que a piedade puramente interior é sufficiente e por isso deixa aos differentes cultos o cuidado de mostrar que o não é. Os que pensam assim terão mais auctoridade ainda para pedir aos paes que completem a educação religiosa de seus filhos por meio do ensino da igreja ¹.»

¹ Relatorio de Paulo Janet, a secção permanente do concelho superior, 20 de junho de 1882.

A moral e a religião.— Fallando assim Janet, mostra-se inspirado em alguns dos maiores mestres da pedagogia moderna, como Rousseau e especialmente Kant.

Para Kant, a moral e a religião são inseparáveis e tem entre si as relações íntimas. Mas vejamos de que modo o philosopho allemão entendia estas relações.

No ver d'elle, é a moral que é a base e o principio da religião ; é a religião que é a consequencia da moral. É por que primeiro cremos no dever, no dever imperiosamente revelado pela consciencia, que nos elevamos em seguida á idéa de Deus e á esperanza de um destino immortal¹.

«A religião, diz elle, é a lei que reside em nós derivando a sua auctoridade de um legislador e de um juiz supremo ; é a moral applicada ao conhecimento de Deus. Quando não se une a religião á moralidade, aquella não é mais do que um modo de solicitar o favor celeste. Os canticos, as preces, a frequencia das egrejas, todas estas cousas só devem servir para dar ao homem novas forças e uma nova coragem para trabalhar no seu aperfeiçoamento : não devem ser mais do que a expressão de um coração animado pela idéa do dever. São apenas preparações para as boas obras, mas não ainda boas obras, e só podemos agradar a Deus tornando-nos melhores...»

Não se deve começar pela theologia. A religião que é fundada sómente sobre a theologia exclue o elemento moral. Os sentimentos na theologia ou são o receio do castigo de uma parte ou a esperanza da recompensa da outra, o que só dá em resultado um culto supersticioso. E' preciso pois que a moralidade venha antes e a theologia depois e é a isto que se chama religião.»

Deus só deve apparecer na consciencia depois do dever. Da idéa da lei elevemo-nos á idéa do legislador. As exprobações da consciencia são como que os embaixadores de Deus na nossa alma.

Por mais difficil que seja para a a intelligencia infantil a marcha que acabamos de indicar, julgamos ser ella a unica conveniente em um ensino leigo, em uma instrucção universal. Não convém introduzir a creança nas contendias religiosas. Sejamos sobrios sobre todas estas questões que dividem os homens e em que não ha ainda uma clareza absoluta. A

¹ Kant, *Pedagogie*, pag. 243.

religião nada é, se não passa de uma serie de formulas decoradas e impostas á força. Respeitemos a liberdade da creança. Não embarecemos em cousa alguma o seu vôo para o ideal, para o infinito; mas não tratemos de a constranger obrigando-a a acreditar em cousas que não comprehende. Trabalhemos sobre tudo para a moral, lancemos os principios moraes sobre alicerces assaz solidos para que no dia de crise, que porventura levasse as creanças religiosas, a creança no dever não desaparecesse com ellas.

GABRIEL COMPAYRÉ.

O EVANGELHO DE S. LUCAS TRADUZIDO EM LINGUA MIRANDESA

El Santo Ebanjelho de Jasucristo segundo Sã Lucas

CAPITULO IX

1. Tenendo porẽ Jásus combocado los doze apóstolos, doules poder e outeridade sobre todos los demonhos, e birtude de curar anfermidades.

2. Depois ambiou-los a prègar el reino de Dius, e a curar los anfermos.

3. E dixo-les: Nũ lھےbeis cousa algũa pol camino, nĩ bo-rõo ¹, nĩ alforja, nĩ pã, nĩ dinheiro, nĩ tengais duas túnicas.

4. E ã qualquier casa, ã que antrardes, quedai alhi e nã salgais deilha.

¹ O som com que termina este vocabulo é propriamente um ditongo, formado pela vogal õ, seguida da vogal ã, mais fraca. Com quanto até agora tenha aqui erroneamente sido representada por õ simples esta terminação, a sua verdadeira escripta é õo, por analogia com ão, restabelecendo-se uma grafia antiga portuguesa, como em dõo, são, cujas correspondentes formas modernas são dom, som. Dêste modo serãõ de agora em diante escritas todas as formas mirandesas analogas, taes como «coração, bencião», etc., e nesta conformidade pedimos ao leitor que emende todos os anteriores vocabulos terminados em õ.

G. V.

5. E quando qualesquier bos nũ quérã recibir, sacudi até el polvo d'los bossos piês, p'ra serbir de testimonho contra eilhes.

6. Tenendo eilhes puis salido, andábã de aldeia ã aldeia pregando el abangelho, e fazendo curar ã todo el lhogar.

7. E chegou a la noticia de Harodes tetrarca todo el que Jasus oubraba, e quedou como suspenso, por que deziẽ.

8. Ûs: Ié Joã que ruscitou d'los môrtos. E outros: Ié Elias que aparciu. E outros: Ié ù d'los antigos profetas que ruscitou.

9. Antõo dixo Harodes: Iou mandei degolar a Joã: quiẽ ié puis este, de quiẽ iou oubo semelhantes cousas? E busca-ba oucaião de lo ber.

10. E tenendo boltado los apóstolos, le contórã todo quanto habiẽ feito: e Jasus, tomando-los cũ él a la parte, fui a ù lhogar desierto, que ié del territorio de Betessaida.

11. E que oubindo los pôvos, lo fôrõ seguindo: e Jasus los recebeu, e falaba-les del reino de Dios, e sanaba los que necetábã de cura.

12. Ora el diẽ teniẽ começado iá quaje al fi, quando chegando a él los doze, le dexirũ: Despide essas gentes, para que indo eilhes por essas aldeias e granjas d'la comarca, se recólhã, e áchẽ que comer, porque eiqui stamos ã ù lhogar desierto.

13. Mas Jasus les respondiũ: Dai-les bós de comer. E replicórũ eilhes: Nós nũ tenemos mais del que cinco panes e dous peixes, se nũ ié que debemos ir comprar mantimiento p'ra todo el pôbo.

14. Porque érá quaje cinco mil homes. Antõo dixo Jasus a sous discípulos: Fazei-los sentar p'ra comer, debidados ã ranchos de cincoenta ã cincoenta.

15. E eilhes assi lo comprirũ e los fazirũ sentar a todos.

16. E tenendo tomado Jasus los cinco panes e dous peixes, lhebantou os olhos al ciêlo, e les botou la benciõ, e partiu, e dou a los sous discípulos, p'ra que los ponissẽ delante d'las gentes.

17. E comirũ todos, e quedórũ fartos. E lhebantórũ, d'lo que les sobrou, doze cestos de pedaços.

18. E aconteceu que, stando solo, ourando, se achábã cũ él tamiẽ los sous discípulos: e Jasus les preguntou, dezindo: Quiẽ dizẽ las gentes que sou iou?

19. Eilhes respondirũ, e dexirũ: Ûs dizẽ que Joã Bau-

tista, e outros que Elías, e outros que ruscitou algũ d'los profetas.

20. Antõo les dixo Jasus : E bós, quiẽ dezís que sou iou ? Respondendo Simõo Pedro, dixo : El Cristo de Dios.

21. El antõo, ameaçando-los, mandou que lo nũ dexissẽ a ningũ.

22. Dezindo : Ié necessairo que el filho del home padeça múitas cousas, e que seia rejeitado po los ancianos e po los príncipes d'elos saçardotes, e pol los scribas, e que seia an-tregue a la môrte, e que ruscite al terceiro diẽ.

23. E deziẽ a todos : Se algũ quiẽr benir atrás de mi, ne-gue se a si mesmo, e tome la sua cruz cada diẽ, e siga-me.

24. Porque el que quejir salbar la sua alma benerá per-dê-la, e quiẽ perder la sua alma, por amor de mi, salbará-la.

25. Porque, que aproveita ã home, se grangear todo el mundo, quando se perde a si mesmo, e se fai danho a si ?

26. Porque se algũ se ambergonhar de mi e d'las miês pa-labras, tamiẽ el filho del home se ambergonhará dél, quando benir na sua majestade, e na de sou pai, e santos anjos.

27. E digo-bos na berdade que, d'los que eiqui se áchã, algũs hai que nũ hã de gostar la môrte, até nũ bérẽ el reino de Dios.

28. E aconteciu que, passados quaje ôito diês depois que dixo estas palavras, tomou Jasus consigo, nũ solo a Pedro, mas a Tiago e a Joã, e chubiu a ã monte a orar.

29. E anquanto ouraba, parcia todo outro el rostro, e fi-za-se el sou bestido albo e brilhante.

30. E eis que falábã cũ él dous barones. E estes érá Moisés e Elías.

31. Que aparcirũ chenos de majestade e falábã d'la sua salida deste mundo, que habiẽ de se cumprir ã Jerusalẽ.

32. Antretanto Pedro e los que cũ él stábã se teniẽ dei-xado bencir de sônho, e despertando, birũ la alegria de Ja-sus, e los dous barones que cũ él stabã.

33. Conteciu que, al tiempo que se apartórũ dél, dixo Pe-dro a Jasus : Mestre, bõno ié que nós eiqui steiamos, e faga-mos três tiendas. ãa p'ra ti, outra p'ra Moisés, e outra p'ra Elías : nũ sabendo el que deziẽ.

34. E quando él staba inda dezindo isto, biẽno ãa nubre e los cobriu, e tubírũ miẽdo, antrando eilhes na nubre.

35. E saliu ãa boz d'la nubre, dezindo : Este ié aquel miu Filho specialmente amado, oubi-lo.

36. E al salir esta boz, achórũ solo a Jásus. E eilhes se calhórũ e a ningũ dixérũ naqueilhes diês cousa niũa d'las que teniẽ bisto.

37. E sucediu ne diê seguinte que, baixando eilhes del manto, les biẽno salir al ancontro ãa grande multidõo de gente.

38. E eis que ã home de la turba, clamou dezindo: Mestre, rogo-te que pongas los olhos ã miu filho, porque iẽ el único que tengo.

39. E eis que ã sprito se apodrou d'el, e de repente dá gritos, e él bota-lo por tiẽrra, e lo mõe cõ fôrça fazendo-lo scumar, apenas lo lharga deixando-lo feito ã pedaços.

40. E pedi a teus discipulos que lo deitassẽ fóra, e eilhes nõ pudirõ.

41. E respondendo Jásus, dixo: Ah geraciõ infiel e perbersa, até quando starei iou cõ bós, e bos sofrerei? Trai acá el tou filho.

42. E quando este iba chegando, el botou el demonho por tiẽrra, e lo arremesou cõ biolentas combulsiones.

43. Mas Jásus amenaçou el sprito imundo, e sanou el nino, e lo antregou a sou pai.

44. E pasmábã todos del grande poder de Dios: e admirando-se todos de todas las cousas que faziẽ, dixo Jásus a los sous discipulos: Ponei bós nes bossos coraçones estas palabras: El Filho del home há de benir a ser antregue nas manos d'los homes.

45. Mas eilhes nõ antendiẽ esta palabra e les era ã pouco scura, que nõ la comprendiẽ: e teniẽ miẽdo de le preguntar a respeito deilha.

46. Biẽno-les antõo al pensamiento qual deilhes era el maior.

47. Mas Jásus, bendo el que eilhes cuidábã nes sous coraçones, tomou ã nino, e lo puso junto a si.

48. E les dixo: Todo el que recibir este nino ã miu nome, a mi me recibe: e todo el que me recibir a mi, recibe aquel que m'ambiou. Porque quiẽ de antre bós todos iẽ el menor, esse iẽ el maior.

49. Antõo, respondendo Joã, dixo: Mestre, nós bimos a ã que botaba fora los demonhos ã tou nome, e lo bedemos porque nõ te sigue cõ nós.

50. E Jásus lhe dixo: Nõ lo proibades, porque el que nõ iẽ contra bós, iẽ per bós.

51. E aconteciu que, sendo chegado el tiempo d'la sua as-

suncião mostrou él antõo ù semblante destemido e resolutu p'ra ir p'ra Jerusalẽ.

52. E mandou adelante de si mensageiros : e indo eilhes, antrórũ ã ùa cidade d'los samaritanos, p'ra le prebenirẽ pouxada.

53. E nũ lo recibirũ, por él dar môstras de que iba p'ra Jerusalẽ.

54. El que porẽ tenendo bisto sous discipulos, Tiago e Joã, dextrũ : Senhor, quiêres tu que digamos que abaixe fõgo del ciêlo, e que los consuma ?

55. Porẽ Jasus, bolbindo-se p'ra eilhes, los reprendiu, dezinndo : Bós nũ sabeis qual iê el sprito d'la bossa bõcação.

56. El Filho del home nũ biêno a perder las almas, mas a salvá-las. E fôrũ p'ra outra poboação.

57. E aconteceu isto : indo eilhes pol camino, biêno ù home, e dixo Jasus : Las raposas ténẽ côbas, e las abes del ciêlo ténẽ sous niales, mas el Filho del home nũ tẽ onde reclinar la cabeça.

58. E al outro dixo Jasus : Sigue-me. E él le dixo : Senhor, permite-me que baia iou pormeiro anteirar a miu pai.

59. E Jasus le respondiu : Deixa que los môrtos antérrẽ los sous môrtos : e tu bai, e anuncia el reino de Dios.

60. E dixo-le outro : Iou, Senhor, seguirei-te, mas dá-me licença que iou baia pormeiro disponer d'los biênes que tengo ã miê casa.

61. Respondiu-le Jasus: Neũ que mete la sua mano al arado, e mira p'ra trás, ié capaz p'ral reino de Dios.

CAPITULO X

1. E depuis disto designou el Senhor inda outros setenta e dous, e mandou-los de dous ã dous adelante de si, por todas las cidades e lhogares p'ra onde él tênié d'ir.

2. E deziê-les : Grande ié na berdade la colheita, e poucos los trabalhadores. Rogai puis al dõnho d'la ceifa que mande trabalhadores p'ra la sua ceifa.

3. Ido, mirai que iou vos mando como cordeiros antre lhobos.

4. Nũ lhebeis bo'sa, nĩ alforja, nĩ calçado e a niũ saludeis pol camino.

5. ã qualquier casa, aonde antrades, dezi pormeiro todo: Paz seia nesta casa.

6. E se alhi houber algũ filho de paz, repousará sobre él la bossa paz : e se nũ, eilha tornarã p'ra bós.

7. E quedai na mesma casa, comendo e bebendo del que eilhes tubirẽ ; porque el trabalhador ié digno del sou jornal. Nũ andeis de casa ã casa.

8. E ã qualquier cidade ã que antrardes, e bos recebirẽ, comei el que se bos ponir delante.

9. E curai los anfermos que neilhas houber, e dizoi-les : Stã a chegar a bós outros el reino de Dios.

10. Mas se bós antrardes ã algũa cidade, e bos nũ recebirẽ, salindo polas suas praças, dizi :

11. Bede que até el polvo, que se nos pegou d'la bossa cidade sacudimos contra bós : nũ oustante isto, sabeí que stã a chegar a bós outros el reino de Dios.

12. Digo-bos que naquel diê haberã menos rigor p'ra la tal cidade.

13. Ai de ti, Corozai, ai de ti, Betessaida : que se ã Tiro e Sidónia se tubissẽ oubrado las maravilhas que óbrã ã bós, hai mũito tiempo que eilhas teneriẽ feito penitencia, cobrindo-se de cilicio e de cinza.

14. Por isso haberã si dũbida ne diê de juízo p'ra Tiro e Sidónia menos rigor que p'ra bós.

15. E tu, Cafarnaũ, que te lhebantiste até al ciêlo, serã afundida até al inferno.

16. El que bós oube, a mi oube : el que a bós desprẽzia a mi desprẽzia ; e a quiẽ a mi desprẽzia, desprẽzia aquel que me ãbiou.

17. Boltórõ depois los setenta e dous múi alegres, dezindo : Senhor, até los mesmos demonhos se nos sujeitã ã birtude del tou nome.

18. E el Senhor les respondi : Iou biẽ cair del ciêlo a Satanás, como ã relhãmpago.

19. Eis alhi bos dei iou poder de pisardes las sarpietes, e los scorpiones, e toda la fôrça del einemigo : e nada bos fará danho.

20. E contodo, el sujeitãrẽ-se-bos los spritos nũ ié lo de que bós bos debeis alegrar, mas si debeis alegrar-bos de que los bossos nomes stã scritos nes ciêlos.

21. Naqueilha mesma hora esult u Jasus a ampulos del Sprito Santo, e dixo : Grãcias te dou, Pai, Senhor del ciêlo e d'la tierra, porque scondiste estas cousas a los sábios e an-

tendidos, e las rebelaste a los pequinhos. Si, Pai, porque assi fui del tou agrado.

22. Todas las cousas me ténẽ sido antregues por miu Pai. E ningũ sabe quiẽ ié el Filho, senũ el Pai, nĩ quiẽ el Pai senũ el Filho, e aquel a quiẽ el Filho lo quejir rebelar.

23. E tenendo-se bolbido p'ra sous discipulos, dixo : Ditosos los olhos daqueilhes que bêã el que bós bedes.

24. Puis iou bos afirmo que fôrũ mûitos los profetas e reis que deseórũ ber el que bós bedes, e nũ lo birũ e que deseórũ oubir el que bós oubis, e nũ lo oubirũ.

25. E eis que se lhebantou ã doutor d'la lei, e le dixo p'ra lo tentar : Mestre, que hei de iou fazer p'ra antrar na posse d'la bida eterna ?

26. Dixo-le antõo Jasus : Que ié lo que stá scrito na lei? como liês tu ?

27. El, respondendo, dixo : Amarás al Senhor tou Dios, de todo el tou coração e de toda la tua alma, e de todas las tuas fôrças e de todo el tou antendimento e al tou prõximo como a ti mesmo.

28. E Jasus le dixo : Respondiste biẽ : fai isso, e biberás.

29. Mas él, querendo justificar-se a si mesmo, dixo a Jasus : E quiẽ ié el miu prõximo ?

30. Jasus, proseguindo ne mesmo discurso, dixo : ã home baixaba de Jerusalẽ a Jericó e caiu nas manos d'los ladrones, que lhougo lo despojórũ del que lhebaba : e depois de lo tenêrẽ maltratado cũ mûitas fridas, se retirórũ, deixando-lo meio mórto.

31. Aconteciu, puis, que passaba polo mesmo camino ã saçardote ; e, quando lo biu, passou de lhargo.

32. E assi mesmo ã llebita, chegando cerca daquel lhogar, e bendo-lo, passou tamiẽ de lhargo.

33. Mas ã samaritano, que iba sou camino, chegou cerca dél : e quando lo biu, se mobiu d'la compaxõo.

34. E, chegando-se, le atou las fridas, botando neilhas azeite e bino : e ponendo-lo sobre la sua jumenta, lo lhebou a ãa stalaje, e tubo cuidado dél.

35. E al outro diê tirou dous denarios, e dou-los al stalajadeiro, e le dixo : Tẽ-me cuidado dél : e quanto gatares de mais, iou te lo tornarei quando boltar.

36. Qual destes três te parece que fui el prõximo daquel que caiu nas manos d'los ladrones ?

37. Respondiu lhougo el doutor : aquel que ousou cũ él tal

de misericórdia. Antõo le dixo Jasus: Puis bai e fai tu lo mesmo.

38. E aconteceu que, como fõssẽ de camino, antrou depois Jasus ã ãa aldeia, e ãa mulhier por nome Marta lo hospedou ã sua casa.

39. E esta teniẽ ãa armana chamada Mariẽ, la qual até sentada a los piẽs del Senhor oubiẽ la sua palabra.

40. Marta, porẽ, andaba toda afadigada, na contina lida dla casa; la qual se apresentou delante de Jasus e dixo: Senhor, a ti nõ se te dá que miẽ armana me deixasse andar serbindo sola? dize-le puis que me ajude.

41. E respondendo el Senhor, le dixo: Marta, Marta, tn andas mui inquieta e te ambaraças cõ el cuidar ã muitas cousas.

42. Antretanto solo ãa cousa iẽ necessaira. Mariẽ scolhiu la melhor parte, que le nõ será tirada.

ANFÔNIO BERNARDO MONTEIRO.

BOLETIM BIBLIOGRAPHICO

PROF. MIGUEL BOMBARDA. — *O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-1893, com relatorios clinicos dos srs. Caetano Beirão e Reis Stromp.* — Publicação da *Medicina Contemporanea.* — Lisboa, 1894.

No desenvolvimento d'este consubstancioso relatorio encerra-se a historia do começo da reforma tão desejada e ha tanto tempo necessaria do lastimoso hospital-asylo de alienados, de Lisboa.

Desconhece a importancia d'estes trabalhos, quem mal imagina que um louco, um imbecil é pouco mais que inutil e apenas precisa a reclusão em quaesquer condiçõs que permitam o seu isolamento do resto da sociedade e sob o ponto de vista da caridade, o quanto basta para não morrer de fome e um feixe de palha e mal aconchegado fato.

Porẽm, hoje, o alienado para não ser só um perigo social ou um não-valor no meio da productividade e do utilitarismo,

necessita de condições muito diferentes d'aquellas em que foi quasi inquisitorialmente mantido por seculos e ainda ha pouco deixou de o ser no manicomio de Lisboa.

Por falta de todas as condições, ainda as mais essenciaes, e na crise que nos assoberba e difficulta a existencia, era muito para receiar que as melhores tenções e a mais poderosa iniciativa do sr. professor Bombarda, junta aos seus conhecimentos fossem d'embate aos obstaculos que por força havia de ter n'este caminho de reforma, propellido pelo seu impulso generoso, philanthropico e philosophico, a que presta-mos a mais reflectida admiração.

Pospõe-se o actual director de Rilhafolles ao ministro Dias Ferreira, que determinou *officialmente* a execução immediata de obras extremamente necessarias, e não achamos realmente razão para esta apresentação do lado fraco da obra do sr. professor Bombarda, em escripto. Está-se aqui tão mal habituado ás munificencias ministeriaes e a não corresponderem os onerosos tributos que directa ou indirectamente se pagam ao Estado a melhoramentos exigiveis e, pelo contrario costumado á falta das commodidades mais rudimentares da vida urbana, que á primeira acção de desentranhar melhoramentos, por parte de qualquer membro do gabinete, cae se de pasmo ou em encurvamentos de gratidão, como quem mal merece tamanho beneficio. Achamos, portanto, pelo menos excessivos os encomios ao sr. Dias Ferreira, pelas obras de remodelação de Rilhafolles, porque ellas representam para qualquer governo a mão que esconde a face mal ruborisada de vergonha na pessoa surprehendida em condemnavel desalinho de corpo e vestuario. Não nos parece comparavel a deliberação d'este funcionario com a obra humanitaria de Saldanha, do dr. Pulido, de Sena e conde de Ferreira, porque o que n'estes e no seu tempo era caridade e philosophia, hoje é dever social e dos governos.

Interessante e bem escripto, com methodo e certa elegancia de phrase, o relatorio mixto do sr. professor Bombarda reflecte n'uma brilhante amalgama a sua gloria de reformador em contraste com a negligencia terrivel de passadas administrações. Em tempos erguemos d'entre as paginas d'esta publicação o nosso brado e desinteressado protesto contra os barbarismos de que foi museu o antigo Rilhafolles e hoje felicitamos em verdade o illustre professor que tomou a cargo a difficultosa reforma d'aquelle estabelecimento hospitalar.

O novo trabalho do novo director revela differentes faces da sua physionomia moral. Descreve com notavel poder litterario o seu plano de reformas e as suas observações clinicas com poderosa intuição psychologica, ao mesmo tempo que mostra dirigir com auctoridade os serviços cuja superintendencia lhe foi confiada, os quaes demonstra pela estatistica que se acham bem administrados.

Tem sobretudo uma conclusão lisongeira para o auctor d'este curioso relatorio, — que é não mostrar parcialidade na distribuição dos melhoramentos, — feita sobre vistas lançadas de alto para este vasto campo da desdita, em que se debatem mais ou menos dramatica ou comicamente alguns centos de desgraçados que a sociedade tem hoje obrigação de considerar como outros tantos doentes, embora n'uma cathogoria muito especial, que os medicos são obrigados a olhar como susceptiveis de tratamento e de cura não raras vezes, para a regeneração dos quaes todos teem obrigação de cooperar, principalmente os medicos e os governos.

O relatorio do sr. professor Bombarda, com os sub-relatorios dos srs. Beirão e Stomp é mais do que um feixe de informações estatisticas sobre melhoramentos adoptados para a reforma do manicomio de Lisboa, é uma obra sobre o tratamento dos alienados hospitalisados, em vista dos modernos progressos da medicina psychiatrica e, longe de dar a tediosa leitura commum aos relatorios officiaes, desperta o interesse pela sorte dos pobres alienados e affirma as notaveis qualidades clinicas dos seus auctores e do principal signatario em especial.

J. BETTENCOURT FERREIRA.

* * *

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

O INSTITUTO — Julho, 1894.

D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, José Caldas — Algebra, Julio de Sousa — Memorias de Castilho, Julio de Castilho — D. Antonio da Costa — O movimento typographico e litterario em Coimbra no seculo XVI, Sousa Viterbo.

REVISTA DOS LYCEUS — Junho.

Chronica: Os exames de madureza, A redacção -- Diffi-

culdade de educação moral nos lyceus, A. Coelho — *Pensamentos sobre a educação, de Locke*, trad. por Ribeiro Nobre — *Responsabilidade dos paes. Os filhos perdidos*, A. C. — *Bibliographia* — *Noticias officiaes*.

— Julho.

Chronica: Os exames de madureza, A redacção — *A lei Berenger*, A. C. — *A estylistica latina*, J. M. Correia — *Relatorio dos exames de instrucção primaria para admissão aos lyceus, feitos na escola industrial em Guimarães*, Joaquim José de Mecia — *Bibliographia e noticias officiaes*.

BOLETIM DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA — 13.^a serie, n.^o 7.

America Austral, cartas por A. Lopes Mendes, 2.^a parte (conclusão).

— N.^o 8.

Inscripções lapidares da India portugueza, transcriptas por J. H. da Cunha Rivara.

NOVO MENSAGEIRO DO CORAÇÃO DE JESUS, n.^o 162, 9.^o, t. XIV, setembro.

Missões da Zambezia e da India — *Os jesuitas e suas maldades* (poesia) Ismenio — *O socialismo* — *Refutação* — *Defeza dos interesses do Coração de Jesus* — *Amigos do Coração de Jesus*, Garcia Moreira — *Graças do Coração de Jesus* — *Interesses do Coração de Jesus* — *Carta 27.^a a um novo portuguez na India* — *Bibliographia*, etc.

REVISTA DAS ALFANDEGAS — 4 de setembro.

A minha transferencia, Damasio Ribeiro — *Notas ligeiras*, A. Bulhão Pato — *Algodão e seus fios*, João José Dias — *Medicamentos novos*, C. Von Bonhorst — *Explicação technica ao indice da pauta das alfandegas*, A. Telles Machado — *Oliveira Martins*, Moreira d'Almeida — *Uma tentativa de libertinagem*, Vidigal Salgado — *Em quinze dias*, - Arthur Noqueira — *Quinzena ligeira*, Victoriano Braga.

REVUE INTERNATIONALE DE L'ENSEIGNEMENT — 15 d'agos

Les grecs professeurs de poesie chez les romains, Geor^s Lafarge — *Sur l'histoire ancienne*, J. Toutain — *Sur la necessité d'un enseignement national en Russie* (*Mémoire inédit du Comte d'Entraiques*) publié par M. Léonce Perigoud — *Chronique* — *Nouvelles et informations* — *Actes et documents officieles* — *Bibliographie*.

REVUE DE L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR — Agosto, n.º 6.

Chronique, J. Gautier — *Distribution des prix du concours général*, discours de M. Leygues, ministre de l'instruction publique — *Comparaison entre les divers établissements qui ont pris part au concours général* — *Quelques distribution de prix*, discours de M. Jules Claretie ; de M. Jules Lemaitre ; de M. F. Brunetière — *Centenaire de l'école normale*.

— N.º 7.

Chronique, J. Gautier — *Actes officielles* — *Distributions de prix*, discours de M. L. Zevost au lycée de jeunes filles de Rossen.

— N.º 8.

Chronique, J. Gautier — *La langue française*, M. Troillet, (fragments poetiques), M. Chollet — *Lourdes*, d'Émile Zola — *Distribution de prix, lycée dique*, discours de M. Foncault.

— N.º 9.

Chronique, J. Gautier — *Au pays des félibres*, M. L. Des-ternes — *Lourdes*, d'Émile Zola, par M. Chollet.

— N.º 10, settembre.

Chronique — *Distribution de prix*, lycée Nationale, discours de M. Morel ; lycée Voltaire, discours de M. Billaz — *Lourdes*, d'Émile Zola, par M. Chollet, (suite).

REVISTA INTERNAZIONALE DI SCIENZE SOCIALI E DISCIPLINE AUXILIARIE — Agosto.

La lettera apostolica ai principi e popoli del mondo, J. M. Sumesia — *Il matrimonio civile in Ungheria*, M. di Carpegna — *Sur la idée giuidiche contenute nel Libri V e VI delle Istituzioni de Lattanzio*, C. Ferrini.

REVUE PÉDAGOGIQUE — N.º 8, agosto, 1894.

L'instruction primaire aux États Unis, E. Levasseur — *La psychologie, à l'école normale primaire*, P. Fortrat — *Un cours non à supprimer mais à déplacer* (réponse à M. Mutelet), J. B. Piquet — *Le carnet de morale d'un instituteur*, L. H. F. — *Rapport sur les mémoires envoyés au concours ouvert par la correspondance générale de l'instruction primaire pour l'organisation des bibliothèques circulantes à l'usage des instituteurs*, A. Wizemans — *Les sanctions de l'enseignement agricole*, E. Rouget — *La charité d'un ouvrier* (de la correspondance générale de l'instruction primaire) — *Table générale des quinze premières années de la Revue Pédagogique* — *Causeries scientifiques : le potentiel électrique*, P. Poisé.

LA ESCUELA MODERNA — Tomo séptimo, n.º 2, agosto.

Carácter de la pedagogía moderna: un cuestionario de enseñanza, Prudencio Solís — *Cartas... pedagógicas?* (continuación), C. S. O. y U. G. S. — *El trabajo manual en la escuela*, D. Eugenio Mingo — *Organización práctica de una escuela regida por el sistema cíclico*, Manuel Martín Rojo — *Carta a una amiga, acerca de los premios y castigos*, Jesusa de Granda y Labin — *Un poco de escrimonio, otro poco de gramática y algo de pedagogía*, R. Emilio González — *Moyano y su obra*, Pedro Arnó Pausas — *El trabajo* (conclusión) Antonio de Bordons Guillot — *Ejercicios prácticos de Aritmética e geometría*, E. G. B. — *Lo maravilloso*, (cuento), A. F. de Molina — *Conferencias pedagógicas de Vizcaya*, Juliana de Aquirrezabala — *Sobre la excursiones escolares de Guadalajara*, G. Más — *Crónica general*.

UNION IBERO-AMERICANA.

Sección oficial: Jesús Pando y Valle, ex.^{mo} S. D. Mervano, Cancio Villaamil — *Amición ejecutiva* — *Combinación consular* — *Balance de comprobación en 31 d'agosto de 1894* — *Cuenta do ingreso y gastos durante el mes de agosto* — *Nuevos periódicos y revistas recibidas*.

Literatura, ciencias y artes: *Los egipcios en la antigüedad, su gobierno, religión y costumes*, José Cascales y Moñoz — *Ciencias novísimas*, Enrique Prigent.

Agricultura, industria y comercio: *Les produccion universal*, F. Latzina.

Legislativa: *De relaciones Ibero-Americanas*, J. José Serano.

Estatística: *Chile; produccion y exportacion de salitre* — *Nuestra exportacion*, P. Juste.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO — (Pará, Brazil) Anno IV vol. IV, n.º 6. Junho.

O desenho á mão livre — *Pedagogia* — *Trabalhos de agulha*, trad. de A. Schussler — *Sciencias, Astronomia*, por P. A. Secchi — *Instrucção publica* — *Exercicios militares*. — Julho.

A nossa instrucção publica no ultimo congresso do Estado — *As nossas escolas* — *O ensino das mesmas* — *Causas que concorrem para o pouco aproveitamento dos alumnos* — *Pedagogia Hygiene escolar* — *Sciencias: Geologia*, por A. Geiksi — *Instrucção publica: Exercicios militares*.

**RELATORIO E PROPOSTA DE LEI
SOBRE A INSTRUCCÃO SECUNDARIA, LIDO PELO SR. MINISTRO
DO REINO NA CAMARA ELECTIVA**

Este relatorio é a formosa encarnação d'um ideal levantado na urgente reforma da educação portugueza, considerada como um dos verdadeiros fundamentos da regeneração nacional. Apreciado sob o ponto de vista da doutrina o relatorio traduz profundo estudo da pedagogia moderna, sobretudo allemã; como fórmula é um modelo de estylo didactico, composto da correcta, rigorosa e severa expressão portugueza. Todos sabem que este documento, que foi lido na camara e no paiz com sincera admiração, é obra do doutissimo professor o sr. conselheiro Jayme Moniz, o qual o redigiu a muitas instancias do sr. ministro do reino e dos seus collegas do conselho superior de instrucção publica. Sua ex.^a conhece os assumptos de que tratou, como quem é familiar com toda a litteratura pedagogica allemã e a tem observado na pratica em differentes institutos do imperio germanico.

Da proposta de lei occupamo-nos n'outro lugar.

A *Revista de Educação e Ensino* honra-se hoje com esta publicação em seu primeiro artigo.

A DIRECCÃO.

Senhores. — O estado lastimoso do ensino secundario em Portugal não póde continuar. É mister pôr termo á situação a que elle desceu, porque assim o requerem numerosas e importantes vantagens. Tudo está exigindo que se obvie, sem demora, á ruina de uma funcção social, cujo valor elevadissimo ninguem desconhece. Cóm o direito das novas gerações casa-se aqui o da cultura geral do espirito e até o decoro da nação. Temos procurado com algum exito melhorar as condições proximas do desenvolvimento material do paiz. Empreguemos tambem a intelligencia e a acção em promover quanto possivel o seu progresso intellectual e moral, que lhe faremos n'este procedimento grande serviço. Por nossa parte, consagrando diligencia a tão alto fim, cumprimos um dever

imperioso do nosso cargo. Livres de qualquer preocupação partidaria, empenhamo-nos em uma obra de boa fé e sincera vontade.

De todos os ramos em que de ordinario subdividem a instrucção, o secundario é, a nosso vêr, o que oppõe á sciencia do estado e á sciencia do ensino, o estorvo de maiores difficuldades, antes de tudo pelos valiosissimos interesses a que se prende, on pelos estreitos laços que o vinculam á sociedade. O desenvolvimento humano volteia dentro do perimetro das mesmas cathogorias, mas o tributo de facto que o corporalisa está sujeito a continua mutação; é progressivo como o espirito de que deriva. Nascem novas necessidades e exigencias: formam-se novas tendencias e aspirações: criam-se novos ideaes: fundam-se novos serviços: abrem-se novas direcções á vida: com indole e physionomia proprias sahe á luz cada periodo nos dominios do que não pôde ser constante.

Nos dias que vão transcorrendo, a escolha dos conhecimentos componentes dos quadros da instrucção secundaria franquea campo a uma lucta geral entre os representantes das diversas escolas apostadas a dictar a lei na materia. O antigo e o moderno sahem á estacada. As sciencias disputam a primazia outorgada ás letras. O numero de disciplinas com pretensões á eleição recresce. Coutra o saber que se diz puro pejeja o saber que se chama utilitario.

Os governos das nações, por excellencia mestras, ainda agora se não orgulham de haver concluido o pleito com uma solução em todos os pontos definitiva. O conselho do passado, o parecer dos technicos, as observações da imprensa, os direitos dos interessados, as requisições das classes, as condições nacionaes, tudo isto veiu a ser objecto de minuciosa consulta, tudo isto ali se viu a diversa luz, se examinou a insistente debate, e só na conformidade de rigoroso apuramento, passo e passo, se foi trasladando a disposição. Por ultimo, após subsequentes ensaios legislativos ou regulamentares, a França, a Belgica, a Italia, a Prussia, a Allemanha emfim, reduziram a decretos as formulas preferidas. N'estas formulas condensaram cuidadosas os resultados positivos do severissimo processo a que submetteram o assumpto. Da efficacia de todas está agora dizendo a pratica em ultima instancia.

Infelizmente não cabe a nossas forças acompanhar em seu vasto alcance alguns dos alvitres acceitos por estas nações, onde ao par da progressão seguida e firme a que se conforma

o caminho de seus meios sociaes, e do impulso adquirido no decurso de longa e esclarecida administração escolar, a fortuna publica, muito ao revez de sentir-se compellida á estreiteza, larguea manirota á lavra do espirito abundante amparo. Mas estamos no caso de aproveitar muito da licção de todos estes povos, muitissimo do exemplo dos povos nossos congeneres, e em todas as hypotheses precisamos de prestar attenção ao que elles já demonstraram como seguro, ao que já é verdade conhecida e irrecusavel. Soccorridos de tão precioso auxilio, amestrados pela propria experiencia, que tem sido amarga, e acima de tudo attentos ás circumstancias privativas de nossa nacionalidade, porventura poderemos dar, na provincia litteraria de que tractâmos, um só passo, mas um passo para diante.

Em toda a sinceridade: os artigos que temos a honra de submeter ao vosso illustrado exame pretendem apenas impedir a decadencia a que nos referimos, e facilitar principio a nova ordem no regimen do ensino secundario: não tiram força d'outra idéa, nem envolvem maior designio. Não ha ensejo agora a qualquer ousado commettimento. O que é permittivel na região das aspirações, muita vez por effeito do momento vem a ser insensato para a pratica: os tempos recusam-se. Com serem modestas, porém, as disposições que abaixo seguem respondem ao seu intento, pôdem traduzir-se á realidade, e abrirão estrada a trabalho de maior tomo ou menos imperfeito, que as complete.

Supposto reservemos para a discussão oral a explanação de toda a proposta, diremos aqui breves palavras ácerca dos pontos mais importantes que ella abrange.

O pensamento de que dimana a generalidade, ou parte fundamental, deriva da idéa que em toda a legislação culta se allia ao fim do ensino secundario: o desinvolvimento gradual do espirito pela aquisição methodica e progressiva de dado saber: a habilitação por meio d'aquelle desinvolvimento e d'este saber para a entrada á instrucção superior.

Um corpo de conhecimentos ganha, sem duvida, innegavel valor por seu prestimo absoluto; mas ainda ascende a subidissimo preço pela traveção em que se acha com a força mental que lhe é correlativa. Muito longe de cahir na inercia de capital indifferente á actividade que o abraça, está no caso, por suas prendas, de ser exercitado em adquirir-lhe com as proprias idéas ou representações, e pelos pontos de

contacto ou de adherencia, um augmento de poder. Adjudica-se grande estima ás linguas, á mathematica e ainda a outras disciplinas, em razão do que denominam o influxo de suas texturas especiaes sobre o espirito, não só por seu proveito como saber. D'est'arte a aquisição de conhecimentos transverte se em factor de individualidade ou constitue-se em matriz de qualidades pessoases. Conforme o pensar de alguns criticos illustres pouco releva que o conteúdo de certas disciplinas venha a dissolver-se na memoria de quem as cursou; porque fôram estudadas, por isso mesmo subsistirá illusa sua maior utilidade: — o producto da influença operada sobre a energia psychica. Pondo de lado, por um instante, a exaggeração da doutrina, é certo que pôdem aproveitar-se as relações apontadas, por meio de acertada escolha, para a producção d'um estado subjectivo, d'uma determinação da personalidade, por onde toda a força do espirito, consorciada com as representações adquiridas, cresça á maior aptidão ou suba ao maior vigor possível. O sentido nobre da instrucção secundaria inclue estas saudaveis influencias, estes resultados beneficos, grangeados, certo, pelo esforço pessoal, mas ao mesmo passo tão preciosos dotes como se fôram naturaes. E faz-se com indeclinavel urgencia preciso que o ensino os comprehenda e alcance. Porque são geraes as queixas articuladas n'este capitulo pelos institutos de instrucção superior. A maioria dos estudantes entra ás aulas maiores sem o desinvolvimento de espirito indispensavel; desfallece perante o mais rudimentar trabalho analytic; raciocina errado se raciocina; não sabe observar; não sabe classificar; deduz mal, induz peor; emfim arrasta-se pelos bancos das escolas forçadas a tractar com uma população incapaz de as seguir em seus exercicios.

A posse de dada qualidade e quantidade de conhecimentos é necessaria. Tão errada se demonstra a doutrina que rejeita o valor formal da instrucção secundaria, comprazendo-se na pura materialisação do ensino, como se prova falsa a theoria que procura substituir-lhe uma exclusiva gymnastica de faculdades intellectuaes, folgando de estreitar-se ao inane formalismo didactico. Não ha methodica e verdadeira aquisição de disciplinas desprovida de efficaz correlação com a mentalidade de quem as aprendeu, nem póde existir formatura de espirito por simples apropriação de multiforme ignorancia. Aprendemos para poder e tambem para saber. N'esta

provincia, pois, importa, não menos do que em outra, acudir com o possível remedio ao triste conspecto do estado actual. Muitos dos frequentadores de nossos estabelecimentos superiores carecem da precisa lição preparatoria. Se a insciencia com que se introduzem ao adyto d'estes institutos já no ramo scientifico se patentea sob muitas maneiras de-sairosa, no grupo de letras chega a configurar-se em indiscriptivel pobreza. Aqui, alguma vez, nem a lingua patria logra salvar-se. Maltratada, mendiga a esmola de lhe deixarem intactas as concordancias mais simples!

Bem quizeramos dotar a instrução secundaria nacional com as classes de institutos hoje consagrados ao seu cultivo, sublimando a toda a copiosa riqueza de seus thesouros o typo classico e construindo a seu lado o typo moderno, como hoje se diz em França, ou das humanidades modernas como lhe chamam os belgas. Muito infelizmente as condições especiaes do paiz não auctorisam a realisação immediata d'este proposito, sob diversos aspectos defensavel. Converter alguns dos estabelecimentos existentes em outros, de diverso plano, fôra correr o duplo risco de abrir as portas a uma procura que ainda agora em extremo diminuta mal compensaria o sacrificio, e de cerral-as á quasi unica frequencia usual. Por outro lado a creação de novos quadros nas localidades dos antigos implicaria uma despeza que interesse algum proximo valeria a justificar. Emfim a instituição de todos, antigos e novos, na edificação escolar de maior graduação, nos lyceus centraes, sobre exceder tambem a possibilidade financeira é alvitre condemnado.

Um pensamento digno de muito preço levou a decretar a uniformidade de cursos em todos os lyceus. De feito reparar sem distincção pelos institutos secundarios do paiz o mesmo quantitativo e qualitativo de saber, e fazer d'este modo mais visinha, facil e diffundida, a conquista da totalidade dos estudos, são actos em que avultam, ao primeiro lance de olhos, qualificada vantagem da instrução, e certo beneficio das familias: está longe de ser indifferente, em absoluto, para os alumnos, a continuação do ensino d'uma escola pelo ensino de outra, embora em ambas se dê muita identidade de natureza; e tambem andam aqui envolvidas determinadas conveniencias de economia domestica ou particular. Não desconheço estas circumstancias, nem as conceituo em preço somenos de seu valor. Todavia interesses mais proe-

minentes, do paiz e dos alumnos, mandam volver á divisão, já outr'ora adoptada, em lyceus nacionaes com curso geral, e lyceus centraes com este curso e o curso complementar. Em verdade mal pôde recusar-se prompto consenso aos fundamentos com que a voz publica, illustrada e insuspeita, os reclama, e com os quaes em regra a sollicitam os dirigentes da instrucção superior. A um lado fallecem recursos — desde o pessoal até a fazenda — para conferirmos a todos os institutos existentes organização uniforme proveitosa, e a outro as circumstancias dos meios sociaes em que muitos d'elles existem, não accorrem a salvar a carta de suas regalias. E todavia ainda se progride um pouco. Porque, em logar de subsistirem para um ensino deficiente, os lyceus ganham um curso digno do qualificativo que a proposta lhe dá, como facil se vê dos conhecimentos que o constituem, e do tempo e do numero de professores que lhe são destinados.

A enumeração das disciplinas do plano abaixo adoptado testemunha a filiação dos institutos incumbidos de o trazer á pratica. Visto que este plano longe de proceder do livre alvedrio é dado na categoria em que se inscreve, vamos occupar-nos da só excepção que elle offerece á regra universalmente seguida. Referimo-nos ao ostracismo, em que, muito a nosso pezar, vae persistir o estudo da lingua grega; diremos mais claro, vae continuar a persistir. Porque alguma rara tentativa, feita no proposito de a collocar no quadro, fahou rapida; e outras diligencias com o fim de facultar-lhe, por fóra, acanhada instancia, serviram apenas de seguro penhor á sua exclusão.

A sabedoria da camara dispensa que nos demoremos em quaesquer dissertações sobre o alto prestimo que pôde ter para a cultura do espirito o conhecimento da opulentissima lingua d'aquelle povo que, unico até hoje, soube alliar, immune de quasi toda a macula, a perfeição qualitativa da fórmula com um extraordinario e assombroso conteudo de vida policiada. Tambem não precisa de quaesquer explicações sobre os motivos insuperaveis que infelizmente teem obstado, e ainda na actualidade obstem, á inclusão da primorosa disciplina no plano dos lyceus. Depositemos confiança na vinda de melhores tempos: um dia chegará, e que não venha longe, em que possâmos levantar a toda a extensão e pureza o typo classico do ensino secundario. Emtanto outorguemos amplo domicilio, junto de dois institutos supe-

riores á maravilhosa lingua da Hellade. Ali, onde sua principal prerogativa se fará mais immediatamente sentir, virá a veneral'a uma população escolar fiel observante de sua religião ; e que lhe preste reverente na pratica dos ritos consagrados as homenagens d'um devotado culto !

E depois de tudo consinta a camara que tenhamos por admissivel a possibilidade de assegurar ao ensino secundario a realisação sufficiente de seu papel, com particularidade para nós, pondo em substituição do precioso adjutorio da lingua grega um serio estudo da lingua latina. Sobrevem logo a primeira vantagem na isenção, em que permanece o quadro, de grande dispendio de tempo e do peso de um trabalho difficillimo, quaes se empregariam na colheita da flôr da instrucção intermedia, como á esplendida expressão do hellenismo chamou um abalisado auctor germanico.

Diversos motivos nos confirmam n'esta fé. Vemos o primeiro em um argumento de facto a nosso ver irrespondivel. As gerações que nos deram o periodo mais bello de nossa linguagem, as que architectaram os andares mais esplendentes de nossa litteratura, teriam da Grecia muita noticia : sua cultura formou-se na frequencia, na assiduidade da lingua latina. E' a lingua do Lacio, não a grega, que de preferencia a toda outra, junto com a propria, devemos aprender e temos obrigação estricta de saber. Porque ser portuguez e sacudir da instrucção intermedia o conhecimento da lingua latina é alguma cousa semelhante ao desdouro que enodoaria a qualquer familia de tronco illustre menos cuidada dos deveres de sua fidalga stirpe. Quando toda a terra civilisada, agradecida ao desenvolvimento romano, proclama na palavra insuspeita de gentes bem prendadas, vindas posteriormente aos labores da humanidade, a indeclinavel urgencia de communicação com o soberbo espirito latino, para uma cultura devéras superior, talvez não pareça mal que se-guremos e mantenhamos este espirito, nosso por titulo muito mais proximo ; que procuremos haver do preciosissimo legado todo o numeroso producto com que já se enriquece o estrangeiro distante : emfim que nos habilitemos para não pedirmos á sciencia dos povos, a quem nossos maiores hontem appellidavam de barbaros, os segredos da origem e da compleição da lingua patria, e o conhecimento das uberrimas regiões onde ella poderá avivar-se e fortalecer-se. Será uma vergonha de menos, e uma vantagem a mais.

Demos a preferencia á lingua latina, e obriguemos ao seu estudo, porque é para nós superior á grega em utilidade e bastante para os effeitos a que anhelamos. Vivemos no occidente europeu e portanto em um mundo romano: a cada passo precisamos de recorrer a Roma se queremos entendel'o em suas tradições, em seus costumes, em suas leis, em sua religião, em sua historia, em sua evolução, em sua vida, não só em sua linguagem ou em suas lettras. Não tem aqui muito que fazer a remota influencia da Grecia.

O equilibrio de facultades, a justeza de ponderação, a clareza e nitidez das idéas, a expressão relativamente facil e sempre logica e justa, a grande quantidade de razão e de senso commum, o pensamento penetrativo ao alcance de todas as intelligencias, a noção positiva e o sentido intenso dos ideaes praticaveis, o julgamento rigoroso das conveniencias da vida, a proximidade de pensar e de querer, a assimilação emfim dos elementos mais saudaveis das culturas antigas em prodigiosa unidade, todos estes preciosissimos predicados que firmam a fama immorredoura do espirito romano os instillou elle na sua linguagem, a qual, na phrase de um grande escriptor, é modelo e mestra de todas as qualidades que se aprendem! Pouco importa que seja menos plastica, menos rica, menos harmoniosa que a lingua da Hellade. Pouco importa a superexcellencia esthetica dos thesouros d'esta linguagem. A mesma grandeza a que a realça sua divinal natureza a faz extraordinaria entre as demais, e excepcional como o genio. Os nimbos do Olympo escondem-n'a á vista da maioria dos mortaes. Na lingua do Lacio, pelo contrario, expressiva da razão commum, nos avistamos e reconhecemos humanos todos os homens. E emfim a alma portugueza é um pedaço da alma latina!

O augmento do periodo escolar nos lyceus centraes é uma innovação de ha muito requerida pelos conhecedores das requisições do ensino, aconselhada pela pratica dos povos cultos, e ainda reduzida, se tomarmos para padrão o exemplo de alguns d'elles mais rigorosos no desvelo com que legislam sobre este assumpto. Aceita a multiplicidade de disciplinas, caracteristica dos planos modernos, e nascida das necessidades do periodo actual, não ha pôr esperanza de conhecel-as em minguido praso! O tempo de estudo, subalterno de sua aquisição, não pôde ser arbitrario: hade medir-se pelo numero de todas, pela profundidade e largura de cada ramo

do quadro, pela capacidade successiva, physiologica e psychologica dos alumnos. Onde se regateam as horas, os dias, as semanas, os mezes, os annos, á licção, ahi vem certa a ignorancia, de companhia com a ineptia, senão com a ruina do espirito e da saude. Querer que o alumno portuguez seja considerado a modo de prodigio, entre os de outros paizes, chega a merecer os epithetos de vaidoso ou inconsciente desejo, que nenhum motivo justifica. Sua capacidade, sem duvida mui grande, não auctorisa a tanto. Suppor que bons mestres e excellentes methodos alcançam a supprir o tempo, infelizmente não passa de um attrahente engano.

Por certo que não agradaremos aqui a toda a gente : nosso intuito, porém, não é ouvil-a em suas pertenções menos justas : sim attendel-a quando cremos a razão a seu lado, e parece-nos que esta mesma proposta lhe dá testemunho da sinceridade de nossas palavras. Para grande numero de famílias tudo se cifra, porém, no rapido ascenso dos filhos peforça das certidões aos institutos maiores : o saber não tem preço algum : o melhor systema é o de empreitada ou de mais veloz expedição. Por isso aggridem, a todo o esforço de suas egoistas e exclusivas preoccupações de momento, quaesquer estorvos, embora naturaes, oppostos á immediata posse dos diplomas : accusam de desmesurada extensão os periodos escolares, ainda os mais breves ; invectivam contra o uumero e a ordenação dos estudos ; negam a utilidade da mór parte d'elles ; condemnam os mais trabalhosos ou de mais exigente applicação !

Os governos que deferem ás petições escondidas n'estes actos ficam longe de resolver a contento o problema, e em premio nunca recebem o applauso dos requerentes. Como sacrificam os principios, preparam para o diante, nos effectos pessoaes de suas adhesões, outras censuras e investidas ! Então não ha fugir ao caminho encetado ; então atropellam-se as transmutações de quadros, as divisões erradas de disciplinas, as alterações de horarios, as substituições de programmas, as reduções de exames, tudo nordeado pela só estrella funesta que illumina as vantagens peculiares do instante.

O conselho a que se deu attenção agora já logo cederá logar a seu contrario. O preceito razoavel, que hontem vingou a custo, já com extrema facilidade desappareceu hoje. A' desordem succede a desordem. E o poder publico, victima das proprias complacencias, nem sabe o que hade que-

rer, porque na marulhada indescripível a que tudo isto conduz, ninguém descobre esteio a que apegar-se. Sôa então a hora em que todos clamam: os paes contra os adiantamentos ou reprovações; os mestres contra os fabricantes de disposições legais; os lentes do grau mais subido contra a ignorancia da mocidade academica! Afinal sob os impulsos de uma guerra viva aos direitos e conquistas do tempo presente levanta-se o appello dos louvadores dos tempos transactos; interpõe-se o recurso a uma pretensa e longiqua idade aurea, na qual, conforme a desenham e pintam, professores e entudantes eram a encarnação da sciencia e a prova irrecusavel das optimas praxes do ensino. É a historia interna dos derradeiros trinta annos.

Aqui, muito ao inverso, a obrigação consiste em não ceder. É mister fazer sentir ás familias que seu interesse bem estendido tem muito que perder na turtuosa viella para aonde as impelle a ambição de obterem aos filhos a mais prompta carreira, ou o projecto de trocarem, a toda a celeridade possivel, em fonte de receita, um encargo obrigatorio. Sobre arriscarem numero de vezes com este procedimento a sonhada victoria, por isso que as provas podem embargar seus passos ou prolongar os cursos alem do que se verificára na vigencia de planos dotados com o tempo indispensavel, estão porventura destruindo para os mesmos a quem seu coração se devota e seus sacrificios se dedicam, um futuro que seria facil e feliz se lhe não fallecessem os meios! A moeda que se arrecada nas arcas da instrucção secundaria corre em todas as praças onde o commercio das intelligencias permuta seus valiosos productos. Sobre o solido alicerce de uma segura instrucção intermedia ergue o ensino superior as edificações mais ousadas, fóra do perigo de as ver desabar sem remedio.

O confronto das disciplinas inscriptas no plano de ambos os institutos organizados pela proposta, indica sem demora que o systema adoptado para o ensino será o da distribuição bem ordenada de cada uma por diversos annos ou classes. Porque, emfim, depois de todas as experiencias, não pode ser outro.

Embora, em quasi tudo, de competencia especial e technica, este ponto está merecendo insistencia no que já a seu respeito se disse em outro documento official, e se encontra escripto em muitos pedagogistas e numerosas legislações.

Em vez da indiferença pela construcção do quadro, cada disciplina ha de ser aqui objecto de peculiar desquisição. O conhecimento cabal do seu valor absoluto ; a estimação exacta de sua importancia como saber e como processo ; a medida da extensão e intensidade em que importa professal-a ; a maneira porque sem quebra dos laços intimos cumpre dividil-a, e a diligencia accurada em limitar a ponto a pratica necessaria de a repartir, com o fim de evitar a diffusão e ganhar a concentração exigivel — têm n'este logar inteiro cabimento.

Tambem a apreciação completa das relações em que existe cada ramo de conhecimentos com os outros do quadro no interesse dos grupos convenientes ; a justa economia em determinar o tempo preciso a adquiril-o em cada uma das suas partes e na totalidade ; e a demarcação cuidadosa dos serviços que lhe pertençam na simultaneidade e successão dos estudos, hão de esclarecer o caminho por onde se vae até ao resultado final.

Isto, porém, não resume tudo. Releva ter em attenção a idea exacta da aptidão successiva da mocidade, para, entre muitas consequencias, não incidir em erro por excesso ou diminuição no apreço do seu alcance, em qualquer ponto ao longo do estadio da escola ; avaliar com o rigor possivel da sua valiosissima capacidade no intuito de não a prejudicar ; ter presente a lei da evolução do espirito a effeito de não a impedir mas acatar, como inspirativa e natural reguladora na delicada obra de o formar ; emfim definir com rigor a quantidade de trabalho possivel ás forças phisicas e moraes dos alumnos, na insistencia continuada da energia sobre o mesmo objecto ou na transformação do exforço applicado a diversos assumptos.

Em uma palavra. A repartição das materias pelo tempo do quadro não póde ser alguma cousa cujas porções á mingua de concordancia se achem desunidas, desconnexas, tumultuarias : deve constituir um todo cujos elementos se articulem entre si, se apertem pela força de uma viva cohesão, sujeitos á unidade de pensamento, endereçados á unidade de fim. N'esta coordenada e complexa estructura consiste em realidade o roteiro do ensino. O plano da instrucção secundaria em toda a parte onde a estimam, representa a organisação, nunca o atomismo.

E comtudo a tentativa feita por vezes para conferir-lhe

em Portugal qualquer disposição, parecida á ordem preceituada em regra, encontrou resistencia e veio a decahir. Dizia se então que os alumnos não aprendiam com taes planos. Asseverava-se a conveniencia, exclusiva, dos modernos sistemas, para a mocidade allemã e nenhuma outra. Contavam-se encantos dos annos de nossos ascendentes, dos tempos em que se de:conheciam tantos preceitos pedagogicos e se praticava e sabia muita doutrina.

A primeira observação que importa registrar aqui refere-se a um factó de irrecusavel verdade. Em nossos decretos nunca se fez a distribuição de disciplinas nas condições aconselhadas pela sciencia e pelo imitavel exemplo do estrangeiro douto: sempre lhe obstou a causal da escassez de tempo, ditada aos governos exactamente pela repugnancia das familias a maiores prazos; ajuntaram-se, eis a fiel narrativa, ajuntaram-se todas as disciplinas do plano classico em um periodo de seis annos, accumulando-se trabalho a que mal bastaria o emprego de oito ou nove! E cumpre advertir que nem era antecedida por qualquer estudo preparatorio immediato a entrada ao curso, nem depois no programma se confiava ao primeiro anno da instrucção superior capitulo algum pertencente á instrucção secundaria. Muito mais ainda. Os alumnos ficavam entregues á regencia isolada de cada professor, extranho inteiramente aos outros, arbitro independente na soberania de sua cadeira! Certo, seria difficil aprender bem sob o imperio de taes condições!

Importava, pois, prover de remedio a esse estado de coisas, que não devia, que não podia continuar; infelizmente, porem os processos com que se pretendeu obviar-lhe, falharam ainda mais rapido. Consentir a cada alumno o direito de realisar os seus estudos nos estabelecimentos secundarios do estado, conforme o capricho de seu alvedrio, é licença em tanta maneira surprehendente que se esquivava a todo o entendimento. Se nos fosse dado estabelecer a verdade d'esta singular negação de todo o ensino, dariamos ao mundo pedagogico uma estranha novidade, e sem duvida o felicitaríamos com mais um descobrimento. O pessimo de tudo isto porém, já se annuncia nos effeitos da nova reformação. A ignorancia promete ser maior!

A instrucção secundaria publica, bem organizada, evita estender a mão a expedientes mais ajustados a deslustral-a e a renderem-lhe grave prejuizo, que pertinentes para a en-

grandecerem. Tem nobreza superior e ha de reter incontestada a sua supremacia. Não anda presa ás exigencias da procura particular ; não vive de affeioar-se á phantasia dos consumidores ; em nenhum modo toma aspecto economico de ruim feição. É na esfera dos serviços, em que se alinha, a expressão desinteressada e organica de um pensamento verdadeiro, ou como tal havido, decretado por quem possui a prerogativa de o apurar e reconhecer : deve ser norma e exemplo. Entre os privilegios de sua alta posição está o caracter de que se acha revestida : — o de existir em nome e com proveito da sociedade : o de ser directamente e unicamente responsavel perante ella, não perante particular algum. Tanto vale a instrução secundaria d'um paiz, tanto vale esse paiz mesmo como affirma um sabio escriptor.

Na compleição de espirito do alumno portuguez buscam pessoas até distinctas a vantagem de demittir todos os principios por onde se organisam os planos secundarios bem constituídos. Vem d'um conceito triste, por felicidade muito immerecido, este errado modo de vêr. Inconsequencia notoria ! Quando se pretende fraccionar o estudo annual pelas disciplinas convenientes, em attenção aos direitos da idade, ás phases da capacidade psychica e á multiplicidade do material de estudo e variedade de suas funcções, apparece humilde e modesto o argumento da fraca energia intellectual dos alumnos. Quando se procura addir mais algum tempo lectivo ao acanhado tirocinio escolar, surge, alardeando brio, a estima contraria, e outorga-lhes então uma natureza intellectual capaz de milagres. De modo que a mocidade portugueza não póde estudar simultaneamente numero de disciplinas, como as estuda a mocidade allemã, sim, e a italiana, e a belga, e a franceza, e a hungara e outra, e outra, ... mas póde obter em seis annos a quantidade de saber que a maioria dos estudantes estrangeiros apenas consegue enfeixar em nove !

Restituamos a verdade, offendida, a quem de direito pertence. Nossos alumnos não carecem de requisito algum para se desempenharem com galbardia dos estudos incumbidos a seu desvelo pelo plano actual, filho legitimo das condições do tempo moderno. Os poderes intellectuaes que os distinguem alcançaram já o melhor qualificativo. Prenda natural ou vulgar é a sua conhecida capacidade de acquisição em face de todas as letras ou sciencias. A percepção é prompta,

a memoria é facil e tenaz; a imaginação é viva. Aqui só se faz necessario contrariar a extraordinaria sensibilidade, e combater o pendor para as doçuras do repouso: um negocio de educação e dos paes de familia. Nada mais.

Em tempos pouco distantes, áinda em Portugal era na verdade acanhado, fossem quaes fossem as disposições escriptas, o programma da instrucção secundaria. Nos annos immediatamente anteriores á era em que principiaram as reformas assim denominadas, e talvez um pouco depois, as disciplinas por excellencia d'este grau cingiam-se á lingua latina, á lingua patria, á mathematica elementar e a pouco mais. Havia por isso vagar de sobejo para a licção demorada na mesma estancia do plano; e de feito no estudo dos idiomas mencionados se despendiam muita vez cinco e até seis annos, porventura sob a direcção do mesmo professor, incessante e zeloso não só em tomar licção a seus alumnos, mas em fazer-lhes companhia nos trabalhos escolares. D'aqui vinha que a insistencia porfiada sobre os mesmos assumptos, e tão dotados de valor pedagogico, produzia vantagens indubitaveis. O alumno sahia da aula sabendo menos, ou com maior exactidão, possuindo menor numero de noções do que na actualidade, mas conhecia muito rasoavelmente o que lhe fôra ensinado, e com isto ganhava o desenvolvimento do seu espirito. Aprendâmos do passado o que pôde ser aproveitavel: demos aos cursos o estudo e tempo indispensaveis, já que não podemos descaptivar-nos do copioso plano actual, e convidemos tambem nossos professores á imitação dos antigos; convidemol-os a prestarem o seu insubstituivel curso a esta veneranda missão de cultura. Pódem fazel-o e devem fazel-o.

A regencia de cada cadeira não é uma funcção isolada; tem logar, programma e horario em meio da transmissão de outras disciplinas. Os mestres devem combinar-se para o exercicio de cada dia, e para o estudo com seus alumnos. Só assim a população escolar alcançará, anno e anno, a quantidade de conhecimentos e de aptidão que o legislador lhe prescreveu. As leis, os regulamentos, os programmas nunca previnem tudo para esta obra de variedade e de unidade, de combinação e de ajustamento. O mesmo excesso de zêlo é tão prejudicial como a falta de cuidado. Um professor que ensina com saber, porém não guarda respeito aos outros trabalhos da escola, um professor que se deixa illa-

quear da disciplina que professa, considerando-a unica, e fazendo pender toda em seu proveito a balança que aliás deve sustentar ouro e fio ao penso das demais aulas, desconhece o seu papel pedagogico. A competente e justa organização de classes fará aqui o seu dever.

Senhores. Taes são as considerações principaes que entendemos expôr n'este diminuto relatorio destinado tão só a apresentar á vossa esclarecida deliberação os artigos fundamentais da proposta seguinte. As outras disposições que a acsmpañham procuram assegurar a realização do pensamento essencial, e d'estas algumas apenas transcendem applicações ou consequencias de principios já sancionados por leis, com justo applauso do paiz. Só nos resta accrescentar que o capitulo da despeza nada oppõe contra a nova ordem do ensino.

Senhores. A proposta que temos a honra de submitter ao vosso douto exame, consagra-se a uma classe de alumnos sobre quem hão de pesar graves encargos e nobres mas difficeis funcções sociaes. Que possa aproveitar-lhes, se merecer o vosso assentimento, é o nosso voto fervoroso. Formou-se no vivo desejo que temos de bem servir a nossa patria e traslada as convicções que nutrimos nos assumptos de que é expressão. Direis na vossa alta sabedoria se nos foi concedido acertar.»¹

Artigo 1.º A instrução secundaria do estado é professada em institutos das duas categorias: lyceus centraes e nacionaes.

Art. 2.º Ha um lyceu central na séde de cada um dos districtos administrativos de Lisboa, Coimbra, Porto e Ponta Delgada, e um lyceu nacional na séde de cada um dos demais districtos

§ unico. Os lyceus de Lamego e Amarante continuam a ser considerados lyceus centraes.

Art. 3.º A instrução secundaria reparte-se por dois cursos: um geral e outro complementar. O curso geral verifica-se em todos os lyceus; o curso complementar é privativo dos lyceus centraes.

Art. 4.º O curso geral abrange cinco annos ou classes e comprehende as seguintes disciplinas:

¹ Por tersaido o relatorio com algumas levisimas incorrecções no *Diario do Governo*, obtivemos do sr. conselheiro Jayme Moniz o favor da revisão das provas d'este documento.

- 1.^a Lingua e litteratura portugueza.
- 2.^a Lingua latina.
- 3.^a Lingua franceza.
- 4.^a Lingua allemã ou ingleza.
- 5.^a Geographia e historia com especialidade a de Portugal.
- 6.^a Arithmetica, algebra elementar e geometria plana.
- 7.^a Elementos de historia natural, de physica e de chimica.
- 8.^a Desenho.

Art. 5.^o O curso complementar abrange dois annos ou classes e comprehende as seguintes disciplinas :

- 1.^a Lingua e litteratura portugueza.
- 2.^a Lingua latina
- 3.^a Lingua allemã.
- 4.^a Geographia e historia.
- 5.^a Algebra, geometria no espaço, trigonometria e cosmographia elementar.
- 6.^a Physica, chimica e historia natural.
- 7.^a Philosophia.

Art. 6.^o A lingua grega é professada em duas cadeiras : uma no curso superior de letras, e outra annexa á faculdade de theologia.

Art. 7.^o Ha quatorze professores nos lyceus centraes e nove nos lyceus nacionaes, incluindo o professor de desenho.

§ unico. Ficam supprimidos os logares de professores aggregados.

Art. 8.^o Os professores dos lyceus são de nomeação regia, em virtude de concurso publico. A nomeação dos jurys para julgamento dos candidatos pertence ao governo.

Os jurys compõem-se com professores de instrucção superior e professores dos lyceus centraes, e funccionam nas sedes d'estes estabelecimentos.

Art. 9.^o Logo que occorra vagatura em qualquer lyceu abre-se concurso, para a preencher, por um praso que não póde prolongar-se a mais de trinta dias. Se não fôr possivel preencher a vaga no primeiro concurso, abrir-se-ha para logo segundo, e se ainda se tornar necessario repetir-se-ha o concurso dentro de eguaes e successivos prazos, até que se realise o provimento.

Art. 10.^o Ao reitor do lyceu, ouvido o conselho, cabe nomear para emquanto não se não preenche a vagatura, pessoa com habilitação legal, que exerça a regencia interina. O reitor dará immediata conta da nomeação ao governo.

Art. 11.º Os vencimentos dos professores dos lyceus constam de duas partes : uma permanente ou de categoria, outra eventual ou de exercicio, e vão designados na tabella n.º 1 annexa.

§ unico. O vencimento eventual ou de exercicio é pago unica e exclusivamente aos lentes e professores que exercem o effectivo serviço de exames ou regencia de disciplinas. Nenhum outro serviço publico, de qualquer natureza, dá direito a este vencimento, para cuja contagem as faltas dos professores não podem ser abonadas, nem ainda por doença.

Art. 12.º Os individuos chamados a exercer a regencia interina tem direito ao vencimento de exercicio e a metade do ordenado dos professores. Nenhuma outra vantagem lhes é conferida.

Art. 13.º Em cada lyceu ha um reitor nomeado pelo governo de entre professores de instrucção superior ou secundaria, estranhos ao respectivo corpo docente ou de entre pessoas habilitadas em curso superior.

O lugar de reitor é de commissão, e tem a gratificação annual estabelecida na tabella n.º 1 annexa.

§ unico. Se o reitor é professor em actividade, a gratificação não póde ir além de dois terços da importancia designada na referida tabella.

Art. 14.º Ha em cada lyceu um secretario de nomeação do governo. No lyceu central o secretario é uma pessoa estranha ao magisterio effectivo, mas habilitada, pelo menos, com um curso de instrucção secundaria: no lyceu nacional é sempre um professor do quadro.

§ unico. O secretario não tem vencimento fixo; recebe os emolumentos incluidos na tabella n.º 2 annexa, salvo o disposto no artigo seguinte :

Art. 15.º São extinctos os logares de chefes de secretaria nos lyceus centraes. Os vencimentos d'estes funcionarios constituirão receita do estado.

§ unico. Os actuaes chefes de secretaria continuam a servir com o direito estabelecido no § unico do artigo 16.º do decreto de 29 de julho de 1886.

Art. 16.º Em cada lyceu nacional ha dois guardas : da bibliotheca e do museu.

Em cada lyceu central ha um porteiro, dois guardas e um continuo.

§ 1.º Nos lyceus nacionaes um dos guardas accumula o

serviço de porteiro, e outro accumula o serviço de continuo.

§ 2.º Se o regular expediente do serviço assim o exigir, poderá permittir-se nos lyceus centraes a nomeação de mais um empregado menor, com a classificação de amanuense de secretaria e vencimento igual aos dos guardas.

§ 3.º Os empregados a que se refere este artigo teem os vencimentos constantes da tabella n.º 1 annexa.

Art. 17.º Todo o professor de instrução secundaria pôde ser obrigado a reger duas disciplinas ou duas partes de uma disciplina, ou a ensinar a mesma disciplina a duas turmas de alumnos.

Nenhum, porém, será compellido a qualquer numero de horas de lição semanal que exceda a vinte e quatro.

Art. 18.º O serviço de exames de instrução secundaria é obrigatorio para todos os professores d'esta instrução, e bem assim para todos os professores de instrução superior, que pertençam a institutos dependentes do ministerio do reino.

§ 1.º Os professores de instrução superior vencem, pelo serviço de exames nos lyceus, a gratificação de exercicio correspondente á sua classe.

§ 2.º Os professores de instrução superior e secundaria que forem obrigados a serviço de exames fóra da sua residencia vencem a gratificação que fôr estatuida pelo governo nos regulamentos.

Art. 19.º As propinas de matricula e exames serão fixadas de modo que não excedam as actuaes nem causem diminuição nas receitas do estado provenientes d'estes serviços

Art. 20.º O anno escolar principia no primeiro dia de outubro e finda no dia 31 de julho. O anno lectivo começa no dia 16 de outubro e termina no dia 30 de junho. Ha em cada anno escolar um só periodo de exames.

Art. 21.º O numero de alumnos de uma classe não pôde ser superior a 50 nos tres primeiros annos do curso geral, a 45 nos restantes annos do mesmo curso, e a 40 nos dois annos do curso complementar. Se o numero de alumnos é maior, a classe em que se dá o excesso divide-se em turmas ou cursos parallelos.

Art. 22.º Fóra do caso de exame por effeito de transferencia de matricula, a qual só pôde effectuar-se se é solicitada, com fundamento justo, até tres mezes antes do encer-

ramento das aulas, a nenhum alumno de um lyceu se consentirá admissão ás provas em outro lyceu.

Art. 23.º Concluidos os exames dos alumnos internos verifica-se o exame dos alumnos estranhos. As provas instituidas para estes examinandos não devem carecer da organização indispensavel para o julgamento com exacto conhecimento de causa.

Art. 24.º Fica expressamente prohibida ao governo a concessão de quaesquer dispensas contra as disposições que forem decretadas em objecto de preparatorios para a entrada ao primeiro anno dos institutos secundarios ou superiores sujeitos ao ministerio do reino, ou em assumptos de habilitação para a frequencia nos demais annos, ou para os exames em todos estes estabelecimentos.

Art. 25.º Os livros destinados ao ensino secundario são os mesmos em todos os lyceus, escolas, collegios e institutos d'esta instrução.

Art. 26.º A adopção dos livros de que trata o artigo antecedente é decretada pelo governo, em virtude de concurso geral, de cinco em cinco annos.

Art. 27.º Os livros apresentados em concurso serão submettidos ao exame de uma commissão nomeada para este effeito, a qual proporá ao governo, em parecer fundamentado, os que devam ser adoptados. Acerca d'este parecer é indispensavel o voto affirmativo do conselho superior de instrução publica.

Art. 28.º O governo fixa o preço da venda dos livros e póde adquirir, por meio de compra ou qualquer outro contracto, as obras adoptadas, mandal-as imprimir e fornecel-as directamente por conta do estado. O producto liquido da venda constitue receita publica.

Art. 29.º Trez annos depois de decretada a adopção dos livros, podem os professores de qualquer lyceu representar ao conselho escolar, ácerca da necessidade de substituir alguns dos livros adoptados. O conselho se tiver por fundada a representação, a fará subir, em parecer motivado, ao governo, que resolverá nos termos do artigo 27.º

Art. 30.º É expressamente prohibido que os professores dos lyceus e os directores e professores de quaesquer institutos de ins'rução secundaria particular obriguem os alumnos á compra ou á lição de livros não adoptados pelo governo, e promovam directa ou indirectamente a venda aos mes-

mos alumnos de licções ou explicções impressas ou lithographadas. Tambem fica expressamente prohibido aos professores officiaes que interroguem nos exames sobre pontos que não estejam contidos nos livros adoptados.

§ 1.º Os professores officiaes que infringirem as disposições d'este artigo serão punidos com a demissão.

§ 2.º Os directores e professores de quaesquer institutos de instrucção secundaria particular serão punidos na primeira transgressão com a pena de encerramento do respectivo instituto ou com a de suspensão do exercicio do magisterio por um anno. Nas reincidencias serão estas penalidades elevadas a tres annos.

Art. 31.º Haverá nos lyceus salas de estudo que serão presididas, por turno, pelos professores.

Art. 32.º São creadas, annexas ao lyceu central de Lisboa, duas cadeiras: uma para ensino das linguas principaes da costa oriental africana; outra para o ensino das linguas principaes da costa occidental.

Art. 33.º São objecto de disposições regulamentares: o processo que é mister seguir durante o estado transitorio: a divisão do paiz em quaesquer circumscripções para os serviços da instrucção secundaria: as habilitações para a migisterio dos lyceus, e o processo do concurso: as habilitações para a regencia interina: a organização dos cursos, a distribuição das disciplinas e o regimen interno dos annos ou classes: os programmas dos estudos e os methodos e processos de ensino: os systemas e provas de exames: as habilitações para a matricula em todos os institutos dependentes do ministerio do reino: o processo para a adopção dos livros de texto: as penas disciplinares applicaveis aos alumnos e aos professores, e o processo correspondente: os premios pecuniaros aos estudantes internos: a policia escolar e o governo interno dos lyceus: as condições em que podem estabelecer-se escolas, collegios ou outros institutos particulares de ensino secundario, e as obrigações em que ficam estes estabelecimentos para que seus alumnos sejam admittidos a exame nos lyceus: as habilitações litterarias e mais condições que os directores dos referidos collegios, escolas ou institutos, e bem assim os professores de ensino particular, devem possuir para o exercicio de sua profissão: e finalmente, o processo para a applicação das penas estabelecidas no artigo 30.º § 2.º

Art. 34.º O governo mandará proceder á codificação das disposições em vigor relativas á instrução secundaria, e ouvidas as estações competentes decretará os regulamentos e programmas para a execução d'esta lei.

Disposições transitorias

Art. 35.º Os professores aggregados e os actuaes professores proprietarios que ficarem sem cadeira por effeito da nova organização do ensino, serão collocados nos lyceus a que pertencerem, ou em outros lyceus, na regencia de disciplinas para que possuam habilitação legal. Na hypothese de impossibilidade contra esta collocação ficam addidos até que haja vagas em que sejam providos.

§ unico. Emquanto existirem professores addidos não se abrirá concurso, nem se fará nomeação interina para disciplinas da sua competencia.

Art. 36.º Logo depois de publicados os regulamentos e programmas a que allude o artigo 34.º, e de feita a collocação a que se refere o artigo 35.º, o governo mandará abrir concurso para o provimento das vagaturas que ocorrerem e para a adopção dos livros de texto.

Art. 37.º Fica revogada a legislação em contrario.

TABELLA N.º 1

Vencimentos dos reitores, professores e empregados dos lyceus centraes e nacionaes

Reitor de lyceu central — gratificação	600\$000
Reitor de lyceu nacional — gratificação	480\$000
Professor de lyceu central — vencimento de categoria	600\$000
Professor de lyceu nacional — vencimento de categoria	500\$000
Professor de desenho, de lyceu central — gratificação	400\$000
Professor de desenho, de lyceu nacional — gratificação	300\$000
Porteiro de lyceu central	200\$000
Continuo de lyceu central	200\$000
Guarda de lyceu central	200\$000

Amanuense de lyceu central	200\$000
Guarda de lyceu nacional	150\$000

Os professores, tanto de lyceu central como nacional, teem direito ao vencimento de exercicio pelo serviço effectivo na razão de um terço dos seus vencimentos fixos.

TABELLA N.º 2

Emolumentos das secretarias dos lyceus

Pela matricula de alumnos dos lyceus :	
Termo de abertura.....	\$150
Termo de encerramento.....	\$150
Pela matricula para exame de alumno extranho..	\$300
Cada certidão de exame ou de frequencia.....	\$200
Cada certidão que não seja de exame nem de frequencia, por cada lauda	\$300

OBSERVAÇÕES A' PROPOSTA DE LEI SOBRE O ENSINO SECUNDARIO

Os dois pontos do projecto de lei sobre instrução secundaria, que até agora despertáram barulho no publico, são a questão dos compendios a seguir e a classificação dos lyceus em nacionaes e centraes; a primeira surgiu do interesse particular dos editores e livreiros, a segunda deriva do interesse colectivo das localidades. O concurso dos livros de texto e a adopção d'um unico para cada disciplina ou parcella de disciplina, é problema controverso e muito delicado quanto ao ponto de vista pedagogico e ao ponto de vista da liberdade de pensamento. Já o não consideramos assim sob o seu aspecto economico, porque n'este assumpto os poderes publicos teem o dever e o direito de pôr os interesses moraes e intellectuaes da nação acima dos syndicatos de quaesquer interesses particulares.

Quanto ao desejo de engrandecimento, aliás muito louvavel,

de cidades como Braga, Evora e Vizeu quererem, além do que teem actualmente, que é um lyceu nacional mais um curso complementar, isto é um lyceu central, é uma questão economica e administrativa que o sr. ministro do reino resolverá, attendendo sobretudo ás estatisticas de frequencia d'esses centros academicos e ás condições do thesouro.

O lyceu central de Lisboa é sob o aspecto financeiro, não um encargo para o thesouro, mas ao contrario uma fonte de receita como pôde vêr-se pela estatistica seguinte dos tres ultimos annos:

Lyceu Central de Lisboa

1892	--	<i>Receita</i>	—	25:703\$950
»		<i>Despeza</i>	—	16:711\$844
1893	--	<i>Receita</i>	—	24:016\$850
»		<i>Despeza</i>	—	17:802\$170
1894	--	<i>Receita</i>	—	34:009\$935
»		<i>Despeza</i>	—	13:019\$695

Como é sabido a fonte de receita são as propinas de matriculas e dos exames e tambem as portarias para a matricula em disciplinas de diferentes annos, saltando por cima da distribuição pedagogica vigente. Esta faculdade de concessão de portarias semeia a anarchia, desorganisa e mata a parte formal do ensino. Deus queira que o sr. ministro do reino cumpra e faça cumprir o salutar artigo 24.º da sua proposta de lei.

Vamos fazer sincera e humildemente algumas observações á proposta de lei do sr. ministro do reino, com a qual, áparte essas pequenas observações, concordamos e fazemos fervorosos votos, porque ella se converta em lei, convencidos de que o sr. ministro presta um relevantissimo serviço á educação nacional.

Ninguem, com justiça, de espirito desanuviado e esclarecido, pôde deixar de render preito á rectidão de intuitos, e á energia de esforços, empregados n'esta elevada causa pelo sr. Conselheiro Director geral da instrucção publica, pelos illustres membros do conselho superior de instrucção publica e, sobretudo, pelo sr. ministro do reino que, com uma rasgada comprehensão dos superiores interesses nacionaes abraçou dedicadamente este plano, que nos põe pedagogicamente ao lado dos paizes mais civilisados.

E' obvio que a estrutura do ensino depende mais do regulamento do que da lei, mas o parlamento não tem tempo nem competencia technica para legislar em materia formal do ensino, a sua funcção é diversa. A regulamentação pertence a corporações especiaes e a individuos particularmente competentes. No entanto, deve confessar-se, que o seu papel é primacial n'esta ordem de assumptos.

Sem duvida a melhor organização do ensino secundario que havia apparecido em Portugal, foi a de 14 de junho de 1880, acompanhada das providencias regulamentares, approvadas por decreto de 14 de outubro do mesmo anno. Este plano de estudos, obedecendo a superiores principios pedagogicos, não chegou a pôr-se em plena execução. Tudo o que tem vindo depois não passa de lastimoso e de deploravel. Esta organização ou plano de ensino assentava como a actualmente projectada na distribuição pedagogica das disciplinas, divididas gradualmente em diversos annos de harmonia com o desenvolvimento psychologico do alumno, sem nunca perder de vista o valor de cada disciplina, a sua intensidade e extensão para a formação do espirito, fim supremo da instrucção secundaria. O actual projecto tem a vantagem de elevar o curso lyceal de 6 a 7 annos, e ainda assim ficamos com o curso breve, porque nas nações adeantadas tem 8 a 9 annos. Antigamente entre nós era raro o alumno que ultimava o curso lyceal antes dos 18 ou 19 annos. Hoje, em regra, terminam-n'o aos 14 ou 16 annos, verdade é que no seu espirito fica archivada frequentemente como somma real de conhecimentos só o nome das disciplinas.

A divisão das disciplinas por classes obedecendo á moderna pedagogia scientifica existe até já em estabelecimentos lyceaes da Turquia da Europa. No Lyceu Greco-Francez de Pera-Taxim, em Constantinopla, a disciplina por exemplo de Historia e Geographia, começa na *sexta classe* e dura até á *primeira*. N'este lyceu o curso dura 9 annos. Temos deante dos olhos o plano de estudos seguidos n'este estabelecimento no actual anno de 1894, tanto na secção grega como na secção franceza. É evidente que este plano não provem da organização pedagogica turca, foi ali plantado pela civilização europea occidental.

A distribuição do ensino em classes e o augmento de um anno no curso dos lyceus, são sob o aspecto pedagogico duas

conquistas dignas de serem registadas. No entanto é indispensavel que o ensino dos collegios seja compellido, como seprehende da proposta, a executar esta saudavel disposiçãõ, ao contrario pelo systema de empreitada, elles reduzem o curso a 4 ou 5 annos, o que chama para lá a populaçãõ e os lyceus officiaes ficam desertos, e occupados os seus professores apenas em reprovar os alumnos saidos dos collegios.

Sem a alta educaçãõ das humanidades, dominando o quadro do ensino secundario, pela disciplina dos estudos classicos, a instrucçãõ lyceal no futuro, certamente, prepararia segundo a energica expressãõ de Paul Bert, «uma naçãõ de contra-mestres.» A phrase vem de superior auctoridade, nãõ é d'um humanista ou philologo, promana d'um medico eminente, d'um physiologista insigne.

O ensino lyceal nãõ póde ter em vista fazer do alumno um empregado particular ou publico, o seu escopo é desenvolver-lhe as faculdades intellectuaes e moraes, formar-lhe o espirito e fazer d'elle um homem que esteja em estado de escolher uma profissãõ liberal e de seguir, segundo as suas consciences inclinacões, uma carreira util. Na Allemanha chama-se á carta do exame final d'um *Gymnasio Zeugnis der Reife*, (diploma de madureza), porque se suppõe o diplomado com o espirito amadurecido para escolher um curso especial util.

O *Gymnasio* allemão, similhante ao *Atheneu* belga ou ao *Lyceu* francez, tem as suas materias divididas em 6 classes, que tem os nomes latinos, seguindo a ordem descendente *sexta, quinta, quarta, tertia, secunda e prima*. A sexta e a quinta constituem a divisãõ inferior, a quarta e a terceira, a divisãõ media, a segunda e a primeira a divisãõ superior.

A duraçãõ dos estudos é d'um anno para cada uma das classes da divisãõ inferior, assim como para a primeira classe da divisãõ media, isto é, para a quarta classe; é de dois annos para a segunda classe da divisãõ media e para cada uma das classes da divisãõ superior. A duraçãõ dos estudos é de 9 annos. O alumno entra no ensino secundario aos 10 annos e sae aos 19, para n'esta epoca com o diploma de madureza entrar entãõ na universidade.

O decreto com força de lei de 15 de junho de 1870, sobre a liberdade de ensino, tem servido de progãõ de abusiva tolerancia sem nunca ser completado com um bom regulamento

que fomentasse a iniciativa individual e eficazmente protegesse os interesses espirituaes da nação. O progresso dos povos só pôde resultar do equilibrio entre o principio da auctoridade e o sentimento da liberdade. Na d recção do ensino publico essa lei historica é indispensavel.

O artigo 30.º, impondo moldes doutrinarios, contém materia gravissima, sob o ponto de vista da liberdade de ensino, da vantagem dos differentes methodos, da concorrencia dos diversos processos entre o ensino official e o ensino livre. No entanto são indispensaveis os auctoritarios principios que elle encerra, se o Estado, resolvido a refundir o ensino secundario, exigir aos professores particulares e aos directores litterarios dos collegios livres, um diploma de capacidade absolutamente igual ao que a lei exige aos professores officiaes dos nossos lyceus. N'estas condições o professor livre passa quando lhe convem para o ensino official e vice-versa, como succede nos paizes adeantados. Entre nós qualquer mau estudante, que não concluiu o curso lyceal ou um curso tecnico que enctou, arvora-se de improviso em leccionista ou explicador, chegando a intitular-se e annunciar-se professor sem ter conquistado por um concurso, nem ter sido investido por um diploma d'esse honroso titulo.

Nos concursos publicos que nos ultimos annos se abriram nas tres circumscripções academicas, para as cadeiras vagas dos lyceus, appareceram como candidatos muitos leccionistas particulares, que deram provas dignas de serem admittidos no professorado official, mas bastantes houve que foram excluidos em merito absoluto e continuaram resignados e applaudidos no ensino particular. Houve mais ainda. Professores provisorios dos lyceus vieram a concurso e sem embargo de haverem sido excluidos em merito absoluto, continuaram depois a reger as cadeiras nos lyceus do reino. No nosso paiz, que tanta gente pretende um emprego publico, ficam vagas numerosas cadeiras nos lyceus em concursos successivos, porque não se dispõem a estudar, para pelo esforço proprio conquistar altivamente uma posição honrosa. Isto succedeu na secção de lettras, por ventura devido a que em nosso paiz não ha uma faculdade de lettras ou escola normal superior, alfobre de professores, para as linguas, litteraturas e sciencias moraes.

Em França, a entrada no professorado exige provas largas e difficéis. Na Allemanha, além da carta d'uma faculda-

de, junta-se o *curriculum vitae*, isto é, narração da vida, escripta em latim, expondo os seus trabalhos e os seus serviços ao ensino. Depois perante o jury o candidato faz o curso para o grupo que pretende.

Em Portugal ha quatro grupos nos lyceus para o concurso, entre os quaes se distribuem todas as disciplinas do quadro. Este agrupamento está bem feito, excepto a lingua franceza, que estava para as provas do concurso ligada á ingleza e á allemã. Com o desapparecimento do grego, o francez deve agora passar para o 1.º grupo, o de portuguz e latim, ficando assim uma secção de linguas romanicas. O 4.º grupo fica mais alliviado, permanecendo apenas com as duas linguas germanicas — inglez e allemão.

Parece-nos essencial que nos concursos se exija uma serie rigorosa de provas, uniforme tanto para os candidatos dos lyceus nacionaes como centraes, devendo os dos primeiros, quando o desejem, ser transferidos para os segundos.

Segundo a doutrina exposta no art. 8.º da reforma tentada, os jurys para o julgamento dos candidatos a professores de lyceu compõem se com professores de instrucção superior e professores dos lyceus centraes, e funcionam na séde d'estes estabelecimentos. E' tambem pois séde d'estes concursos o lyceu de Ponta Delgada?

O Estado não fiscalisa em nada os collegios particulares, a não ser, ás vezes, a inspecção das condições hygienicas. Não se importa com a distribuição do ensino, com os methodos, com os programmas, com a capacidade dos professores; é um negocio entre as familias e o director do collegio e toda a gente sabe a competencia das familias em materia de instrucção secundaria. No fim do anno quando o alumno fica reprovado exasperam-se contra o jury, desconhecendo a verdadeira origem do seu desgosto e a principal causa do seu infortunio. O Estado assim como não deixa livremente aos curandeiros a saude do corpo, não deve deixar aos charlatães a saude do espirito e a hygiene do coração nacional.

Nos lyceus nacionaes a media das reprovações não chega a attingir 20 0/0; nos lyceus centraes em algumas disciplinas chega a 60 e a 70 0/0.

Vejamos a França, onde existe o internato nos lyceus officiaes, uma disciplina rigorosa e uma organização superior do ensino.

**Resultado das provas do bacharelato em letras
durante os seguintes cinco annos :**

Annos	PRIMEIRA PARTE			SEGUNDA PARTE		
	NUMERO DOS CANDIDATOS			NUMERO DOS CANDIDATOS		
	Examinados	Eliminados depois da prova es- cripta	Admittidos ao grau	Examinados	Eliminados depois da prova es- cripta	Admittidos ao grau
1885	11871	6288	4769	7909	3331	3901
1886	11765	6199	4596	7992	3642	3812
1887	11554	6013	4585	7878	3355	3948
1888	11398	5873	4732	7857	3419	3886
1889	11928	6109	5002	7973	3526	3844

**Resultado das provas do bacharelato em sciencias
durante os seguintes cinco annos :**

Annos	NUMERO DOS CANDIDATOS		
	Examinados	Eliminados depois da prova escripta	Admittidos ao grau
1885	7903	4426	2861
1886	8685	5160	2930
1887	8538	5307	2654
1888	8126	4630	2978
1889	7621	4504	2635

O Estado não pôde deixar de fiscalisar o ensino livre, sobretudo exigir o titulo de capacidade intellectiva e moral a quem ensina, mas não deve pôr obstaculos, antes deve fomentar a iniciativa particular, promovendo a livre concorrência dos professores, collocar frente a frente o ensino official e particular para que do embate nasça o melhoramento de ambos ou a selecção d'um só. Em França, nos premios do grande concurso geral, entre os alumnos do ensino se-

cundario, todos sabem que é o ensino particular o que leva a maioria dos premios, mas o ensino particular dos collegios das congregações religiosas.

Em França são os collegios das congregações religiosas, que em concurso geral alcançam quasi todos os premios. Em Lisboa, o Collegio dos Padres da Companhia de Jesus, em Campolide, tem sido incontestavelmente aquelle que melhor prepara para os exames do lyceu de Lisboa.

Quando aos professores dos lyceus era permittido o exercicio do ensino livre, o pessoal docente dos collegios era mais elevado. Defendemos e votámos na sessão do conselho superior de instrucção publica de 1885 a prohibição do ensino livre, mas juntamente com uma serie de providencias sobre a urgencia e execução do diploma de capacidade. O governo decretou a prohibição do ensino aos professores officiaes, mas esqueceu crimosamente a exigencia do diploma de capacidade aos leccionistas do ensino particular. N'esta *Revista* temos affirmado pertinazmente, insistentemente, ha nove annos com o fervor d'um apostolo e com a serenidade de um crente a execução inadiavel d'aquellas providencias, que apresentámos, como membro do conselho superior de instrucção publica em 1885 e 1886. (Vide as nossas propostas no volume V d'esta *Revista*, pag. 3.)

Se o diploma de capacidade fôr exigido, assim como a organização do ensino por classes, poucos são os collegios seculares de Lisboa e Porto, que possam sobreviver.

Nos collegios particulares o quadro do ensino tem sido sempre e é reduzido a metade do tempo, ás vezes, á quarta parte. Por exemplo, o ensino da Geographia e Historia dura nos lyceus dois annos com cinco lições por semana cada anno e nos collegios ensina-se n'um anno e com tres lições por semana. O leccionista do collegio recebe como ordenado entre 6\$000 e 15\$000 réis mensaes. Como é possivel encontrar pessoal docente capaz? E como é possivel ensinar-se efficazmente n'este curtissimo praso de tempo?

A industria dos pequenos collegios actuaes devia limitar-se a ter repetidores e prefeitos que vigiassem os alumnos nos estudos e os acompanhassem a escutar as lições nos lyceus ou nos grandes collegios. E' assim que succede, por exemplo, em Lovaina, na Belgica, nas chamadas *pedagogias*, que recebem em casas situadas nas ruas visinhas, os alumnos desde o ensino secundario até á conclusão do ensino universitario. Igual

facto succede nos Gymnasios allemães, onde é frequente haver muitas casas d'esta natureza na proximidade dos Gymnasios e das Escolas Reaes. Como é sabido, na Allemanha é raro o internato no ensino official, ao contrario do que succede em França.

Essa infinidade de collegios em Lisboa e Porto devia reduzir-se ao que os francezes chamam *pension*, casa de educação e vigilancia, sem ministrar a verdadeira instrucção, o ensino.

O paragrapho 1.º do artigo 30.º, que contem doutrina antiga e justa, envolve todavia pela sua redacção, uma ameaça permanente que não serve senão para enfraquecer a auctoridade dos julgadores e desprestigiar a elevada e espinhosa função do jury. Todo o candidato infeliz tem o recurso de invocar, como represalia, aquelle artigo contra os seus juizes. O artigo 13.º, em que diz que o reitor ha-de ser extranho ao corpo docente, parece-nos um verdadeiro desacerto. A doutrina opposta é a que se pratica em todas as nações cultas.

O artigo 14.º do decreto de 29 de julho de 1886, a tal respeito traz uma disposição proficua e liberal, dizendo que os reitores dos lyceus serão nomeados pelo governo, sob proposta de lista triplice, organizada pelo respectivo conselho escolar, de entre os professores do ensino secundario ou superior, ou entre individuo extranho competente.

Em vez de triplicar os vencimentos de 23 reitores de lyceus, affigurava-se-nos mais util, organizar com essa verba uma escola normal de humanidades, seminario de professores de lyceus. O lugar de reitor deve ficar como um premio, uma distincção ao professor mais assiduo, mais digno.

O artigo 18.º, no paragrapho 1.º, diz que os professores de instrucção superior vencem pelo serviço de exames nos lyceus a gratificação de exercicio correspondente á sua classe. Esta vantagem é absolutamente illusoria, salvo se lhe abonarem duas gratificações, porque n'esta epoca teem os seus exames nas respectivas escolas, pelos quaes recebem a gratificação que lhe pertence. D'antes estes professores duplicavam o serviço no intuito de ganharem mais uma gratificação; mas tinham ordinariamente 8 horas de trabalho por dia, 4 na sua escola e 4 no lyceu.

Quanto ao professor do lyceu, é justo que elle examine os seus discipulos sem nenhuma gratificação extraordinaria, mas é duramente iniquo que seja obrigado a examinar gratuitamente ou sem recompensa extraordinaria as alluviões de can-

didatos que despejam os collegios livres e dos quaes o Estado, pelas propinas, arrecada a receita a que já nos referimos. Fei esta uma das famosas economias do lunatico financeiro o sr. Dias Ferreira, e que a proposta de lei, de que nos occupamos, pôde e deve remediar este desatino, como é de direito. Repetidas vezes se tem feito esta reclamação vibrante de justiça, que tambem é uma desigualdade, porque são sobretudo os professores de Lisboa e Porto que tem de supportar esse aspero encargo, derivado da copiosa massa de alumnos dos collegios particulares. Em compensação affigura-se-nos que ninguem legitimamente reclamou o sensivel augmento de gratificação aos reitores dos lyceus, de mais a mais, restabelecendo-se a inspecção primaria e alliviando o reitor de pesados encargos do commissariado dos estudos primarios.

A questão das linguas coloniaes africanas no lyceu de Lisboa não deslustra nem inquina a missão d'este instituto, é evidente que essas cadeiras não teem nada com o quadro do ensino do lyceu. Podem ficar annexadas alli, mas ficariam talvez melhor no Instituto Industrial ou na Escola Naval.

A' parte estes pequenos reparos, applaudimos calorosamente o sr. ministro do reino, pela sua elevada e fecunda iniciativa, tanto pelo projecto de instrucção secundaria como primaria. D'este havemos de occupar-nos proximamente, afirmando desde já que elle faz pela primeira vez em Portugal do magisterio primario uma carreira, recompensando-lhe d'uma maneira assás satisfactoria os serviços do seu espinhoso e delicado encargo. Tanto o relatorio como o projecto de lei, são dois documentos que honram os homens que n'elles collaboraram.

FERREIRA-DEUSDADO.

UMA CARTA DE THEODORO D'ALMEIDA

Na tarde de 8 de maio de 1779 reunia-se em Ponte do Lima, no paço dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, a primeira assembléa geral dos fundadores da *Sociedade economica de Ponte do Lima dos amigos do bem publico*. Estes

arrojados cidadãos, que eram dezoito, e todos limaranenses á excepção de dois, propunham-se dar impulso á agricultura, industria e commercio; instruir o publico nos bons principios da economia politica, e em todos os assumptos que prendessem com o bem da provincia.

Fôra apostolo da idéa o corregedor da comarca de Vianna do Minho, o dr. Manuel da Silva Baptista e Vasconcellos, que, por mais central, preferira aquella a esta villa, para séde do empreendimento.

Discutiram-se e approvaram-se n'esse dia os estatutos, que fôram sancionados por alvará de 5 de janeiro de 1780.

A carta abaixo copiada, que diz respeito a tão notavel aggremação de bons espiritos, é escripta por Theodoro d'Almeida, e dirigida ao benemerito socio, o dr. João d'Abreu Maia, que foi quem mais assiduamente trabalhou no intuito de fazer progredir a associação, ao cabo de poucos annos extincta á mingoa de recursos, tendo chegado comtudo a realisar em parte o pensamento dos iniciadores, estabelecendo duas escolas industriaes, uma de fição de linho e algodão, outra de tecelagem, e semeado e plantado amoreiras para a criação do bicho da seda.

Um bisneto d'este illustre associado, o dr. Francisco d'Abreu Pereira Maia, residente em Ponte do Lima, sympathico moço, que allia a uma grande modestia um espirito muito illustrado e decidido amôr ás coisas patrias, é quem possui hoje todos os documentos da extincta academia: á sua amabilidade devo o conhecimento d'esta carta que supponho nunca foi publicada na sua integra.

É honroso para a villa o que se deprehende da confidencia de Theodoro d'Almeida: quando já estava lançada aos ventos da publicidade o estabelecimento da Academia de Ponte do Lima, ainda era apenas segredada a iniciados a intenção de se fundar uma em Lisboa.

Theodoro d'Almeida o confessa por estas palavras: «Animo senhores, que ninguem lhes ha de disputar a gloria da primazia.»

Para a historia da Academia Real das Sciencias não é isto indifferente, e não o será tambem saber-se que o seu fundador, o duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, costumava passar uma temporada (pelo menos esteve um anno, procurarei saber em qual), na villa de Ponte do Lima, tomando banhos no formoso rio que a banha. É indispensavel appro-

ximar certos factos para se descobrir o meio onde germinou uma determinada idéa.

Segue a carta do illustre Academico; os seus conselhos merecem ser conhecidos e meditados:

«*Senr. João d'Abreu Maia*

Já pode parecer desatenção o que na verdade he desejo de bem servir e por isso não demoro mais a resposta das cartas honrosas que tenho recebido d'essa estimavel Academia; e deixando aquellas justas expressões de agradecimento lhes digo que convém por todos os modos animarmo-nos a promover esta honra da Nação, cuja falta era a nossa ignominia não havendo nação nenhuma culta sem ter Academias, e só nos os mais habeis que todos, para essas emprezas, pelo que a experiencia me tem ensinado, eramos os mais ignorantes de todos na estimação dos estrangeiros, como eu com vergonha ouvi: Não remeto ainda os Estatutos que com grande honra minha me mandaram; porque se com effeito levamos avante uma grande empresa em que andamos de formar na Côrte uma academia Real das Sciencias, como ha em todas as nações cultas, bom seria que nos estatutos mutuamente nos ligassemos para nos ajudar mutuamente. Ha grandes difficuldades, como sempre, em tudo o que he bom, contudo temos esperanças de que se desvaneção. Então este edificio scientifico tendo escoras por todas as partes será firme. Tenho demorado a resposta imaginando que podesse n'ella dar essa alegre noticia da Fundação da Academia; porem ainda não pode ser. Ainda que esse segredo ainda se quer guardar até ver o que sahe, para uns socios tão merecedores não o deve haver. Lastima má que tão bons projectos caiam por terra; porem sempre a que está fundada deve trabalhar contra ventos e tempestades, e não procurar adiantar muito, mas perseverar e levar avante o começado; não como quem corre para cançar mas como quem anda a passo com firmeza e prudencia, para adiantar no caminho. Os Portuguezes tem hum deffeito que é comum dos Francezes, posto que n'elles menos bem sucedido, que he muito ardor nos principios, de que vem que não havendo força para sustentar o vôo, cahem; nos temos mais vigor, mais constancia que os Francezes; se moderamos os principios, podemos prometer

nos muita perseverança. Animo senhores que ninguém lhes hade disputar a gloria da primazia.

Deus nos ajude para bem publico, e gloria sua.

Deus guarde.

Indigno companheiro mas zeloso
(assignado) *Theodoro d'Almeida.*»

A carta não foi datada, o que é pena.

CONDE DE BERTIANDOS.

ESBOÇO HISTORICO DO ENSINO DOS SURDOS-MUDOS- EM PORTUGAL

(Continuado do n.º 8)

Elyseu de Aguilar no Porto

Elyseu de Aguilar, sobrinho do precedente, era naturalmente designado como seu herdeiro e continuador. Assim o comprovou o requerimento que fez, a 5 de junho de 79, para obter da camara o mesmo subsidio que o seu mallogrado tio.

Tinha então vinte annos de idade.

Informando favoravelmente a proposta o vereador respectivo, foi approvada.

Temos poucos elementos para a analyse do methodo que o sr. Elyseu de Aguilar seguiu no Porto. As pessoas que podiam esclarecer-nos foram unanimes em dizer-nos que seguia o methodo do tio; isto, que era naturalissimo, pelo menos ao principio, confirmaram-no os jornaes da epoca. Com effeito n'uma conferencia publica, o sr. E. d'Aguilar «faz a critica dos principaes methodos iniciados lá fóra, com alguns dos quaes declarou não concordar; adopta o de *l'Epée* com as modificações que a experiencia lhe tinha aconselhado». Ora, como é sabido, o abbade de *l'Epée* não obtinha na pratica resultados lisongeiros. Os seus signaes methodicos eram tão complicados que faziam forçosamente uma confusão extrema

no cerebro dos seus discipulos e não permittiam adiantamento rapido na linguagem escripta. Quanto á linguagem fallada reconhecia-lhe utilidade incontestavel, mas não a ensinava. Depois do congresso de Milão, era um atraso imperdoavel seguir o methodo de l'Épée.

Em março de 80, estando o collegio na rua de Cedofeita, n.º 458, o sr. Elyseu de Aguilar apresentou um alumno cujo adeantamento mostrou que as insinuações que se tinham feito na imprensa não tinham fundamento.

Em 81 e 83 deu duas provas publicas do que fazia articulação com os alumnos; o que brilhou mais foi o sr. Carlos Costa, rapaz intelligente, que pronunciou sons, syllabas e palavras inteiras. Podia lêr ao acaso um periodo em voz alta; quanto á leitura nos labios pouco se disse, e quando visitámos o Instituto Municipal de Lisboa, de que o sr. Aguilar era então professor, não vimos nenhum dos poucos alumnos apresentados ler nos labios. O sr. Costa mostrou muita habilidade na leitura, na escripta, na analyse grammatical, em geographia, em arithmetica e em geometria, no traçado das figuras elementares.

Em 83, leccionava o sr. Aguilar 11 alumnos, dos quaes 9 gratuitamente; n'estes havia 2 com mais de 30 annos de idade. Pouco tempo passou no Porto, pois que em 86, depois das grandes férias participou á camara que ia para Lisboa dirigir uma escola subsidiada pelo municipio. A razão dada pelo illustre professor, é que «não accéitando elle aquelle cargo para que foi convidado, seria chamado um professor estrangeiro, o que importava a morte d'esta sua pobre escola, pois que de futuro os alumnos pensionistas de preferencia procurariam aquelle estabelecimento.»

O sr. E. de Aguilar retirou-se dignamente do Porto depois de ter pedido á camara de Lisboa para accéitar os alumnos pobres de que tinha começado a educação.

Porto depois do sr. E. d'Aguilar

Durante as nossas pesquisas no Porto, sempre facilitadas pela boa vontade das pessoas auctorizadas que consultámos, tivemos o ensejo de conhecer diversos surdos-mudos, que devem aos seus estudos os lucros que pôdem auferir dos empregos que alcançaram. Citaremos alguns: Romulo, empregado no correio; Frederico, empregado n'um *atelier* de pho-

tographia; Victorino, excellente alumno da Academia das Bellas-Artes. Os tres são antigos alumnos do padre Aguilar. Entreteem-se á noite com um relojoeiro, homem novo e intelligente, que aprendeu com elles o alphabeto dactylogico e os signaes usuaes indispensaveis para uma conversa facil e rapida.

Estes rapazes, embora intelligentes e laboriosos, não tinham os predicados indispensaveis para se entregarem ao ensino dos seus irmãos de infortunio e supprir, em parte, a falta do sr. Elyseu de Aguilar. De fórma que o Porto ficou sem collegio para os surdos mudos. A maior parte do subsidio da camara passou para a administração do bairro occidental e a commissão iniciadora d'esse collegio poz os fundos livres em logar seguro, aguardando uma occesião opportuna para applical-os ao mesmo fim. Esta occasião não se fez esperar por muito tempo, deixando o benemerito José Rodrigues de Araujo Porto approximadamente 234 contos de réis á Santa Casa da Misericordia com a obrigação de, com essa quantia, fundar um instituto de surdos-mudos. Mais adeante fallaremos detidamente d'este utilissimo estabelecimento.

Houve todavia n'aquella cidade dois homens eminentes que, por caminhos differentes foram conduzidos ao ensino dos surdos-mudos, e unicamente ao ensino da leitura e da falla. O primeiro em data é o sr. Candido José Ayres, dignissimo abbade d'Arcozello que foi ao principio o mais fervente propagador do methodo de leitura do grande lyrico João de Deus e depois o auctor d'um *methodo legographico pelo alphabeto natural*, systema organo-phonetico e physiologico estudado na pratica do ensino, baseado sobre a physiologia dos sons e cuja elaboração exigia vastos elementos de phonetica e de physiologia.

Gosando justamente de bastante fama depois da publicação do *Alphabeto natural*, o abbade d'Arcozello foi considerado insigne especialista em doenças ou defeitos que directa ou indirectamente dizem respeito aos orgãos da falla.

Foram consultal-o numerosas pessoas, ávidas de corrigir o *ceceo*, o *rotacismo* e a *gaguez*. Diz ter obtido bons resultados, e foi para auxiliar um maior numero de pessoas que verteu para portuguez o *Estudo da falla*, de mr. Ernesto Legouvé, da Academia Franceza. O dignissimo abbade d'Arcozello, tão conhecedor dos segredos da lingua franceza,

como dos methodos phoneticos, enriqueceu a litteratura nacional com esta obra de valor, excellente para as escolas primarias, a que foi destinado. Todavia, os estudiosos e principalmente os especialistas, não se devem limitar a estas considerações absolutamente elementares, da correção dos defeitos da falla. Eis aqui uma lista das obras mais importantes no assumpto, além dos methodos d'articulação para ensinar a falla aos surdos-mudos, entes que não possuem essa faculdade :

1833 — Dr. Colombat, de l'Isère — *Tableau synoptique de toutes les espèces de beqaiement et les moyens curatifs qui conviennent à chaque variété en particulier.*

1840 — id. — *Traité de tous les vices de la parole et en particulier du bégaïement.*

1866 — Dr. Ed. Fournié — *Physiologie de la voix et de la parole.*

1879 — Dr. Arthur Chervin — *Analyse physiologique des éléments de la parole.*

1880 — Em. Colombat — *Traité d'orthophonie.*

1882 — Normans W. Kingsley — *A treatise on oral deformities.*

G. H. de Meyer — *Les organes de la parole.*

1884 — Ad. Kussmaul — *Les troubles de la parole.*

O rev. abbade d'Arcozello é antes professor que sacerdote e é um prazer vel-o rodeado de creanças que o amam como amam o pae. Os seus estudos phoneticos conduziram-n'o ao ensino da falla a um surdo-mudo. Serviu-se do tacto e da vista, e a creança chegou a pronunciar a maior parte dos sons, até palavras disyllabicas. Não obteve uma grande pureza na articulação, o que não é para admirar, o abbade d'Arcozello conhecendo só os methodos de ensino, pelo lado da linguagem escripta, do alphabeto manual e da mimica.

Estamos convencidos que o eminente pedagogista podia, com estudos especiaes, chegar a um resultado notavel na nossa arte ; mas as suas muitas occupações não lhe deixaram mesmo acabar a educação do mudosinho de que se tinha encarregado, e não passou, com elle, dos elementos de escripta.

Foi unicamente movido pela compaixão que outro ecclesiastico, verdadeiro santo este, o rev. padre Sebastião Leite de Vasconcellos, benemerito fundador e zeloso director da Officina de S. José, dedicou-se a dar a falla a uma creança

surda-muda que tinha admittido no seu estabelecimento. Bello exemplo da mais elevada caridade! O rev. padre ainda não satisfeito por dar a um pobre surdo-mudo, quasi abandonado, a alimentação, o vestuario, a cama, e, pela officina, os meios de ganhar mais tarde a sua vida honradamente, queria restituir-lhe a falla. E tão perseverantes foram os seus esforços, que conseguiu que o rapazito recitasse em voz alta a *Avé-Maria*. E, que eu saiba, foram estes os unicos que se entregaram no Porto á educação de surdos-mudos.

Antonio José Gonçalves da Cunha

Seguindo para Lisboa, com o sr. Elyseu de Aguiar, encontrámos em Coimbra vestigios do ensino particular de Antonio José Gonçalves da Cunha. Foi por mera curiosidade que durante alguns annos este cavalheiro se entregou á leccionação dos surdos-mudos, e alguma cousa fez em favor d'elles.

Retirou de Coimbra para o Porto, onde falleceu em 1893, caixeiro ambulante d'uma casa commercial.

Emygdio de Vasconcellos

Antes do sobrinho do benemerito padre Aguiar chegar a Lisboa para tomar a direcção do Instituto Municipal de surdos-mudos, fundado n'essa epoca, o ensino d'estes infelizes tinha tido na capital um representante de muito merecimento. Com effeito, Emygdio de Vasconcellos, depois de longa pratica no ensino primario official, dedicou-se ao ensino dos surdos-mudos. Parece que pouco conhecia dos methodos modernos além do alphabeto manual; o que é certo é que o ensino que ministrava chamou a attenção do publico e muitas familias confiaram-lhe os seus filhos. Augmentando regularmente o numero dos alumnos, E. de Vasconcellos, não tendo recursos pecuniarios que lhe permitissem seguir o nobre exemplo do immortal abbade de l'Epée, que consagrou toda a sua fortuna e todo o seu tempo aos surdos-mudos, pediu o auxilio da Camara Municipal, de que era um dos mais zelosos funcionarios. Esta auctorisou-o a acceitar, no edificio da escola parochial, rua de S. Lazaro, 97, alumnos surdos-mudos internos, reservando-lhes, juntamente com E. de Vasconcellos, o 1.º andar para sala d'estudos, dormitorio, sala de jantar,

etc, e parte do rez do chão para as officinas. Para cada alumno interno, a camara dava 160 rs. diarios!

O illustre professor não tinha ajudante; todavia encontrou n'um empregado da escola, sr. Manuel Pinto, hoje digno gerente do acreditado jornal *A Folha do Povo*, uma grande dedicação á causa que tinha abraçado, o que foi de um valioso auxilio para elle.

Os oito ou dez alumnos que frequentavam a escola da rua de S. Lazaro exercitavam-se, fóra das horas d'estudos, nos trabalhos manuaes em tres officinas de encadernador, alfaiate e sapateiro, sendo a primeira a mais frequentada. E. de Vasconcellos tinha um contracto com os mestres respectivos; estes ensinavam o officio aos alumnos e, em compensação, utilisavam-se do trabalho d'elles, da casa e da luz. Sabemos por experiencia propria, pelo menos com os surdos-mudos, que n'estas condições são raros os mestres que cuidam de véras do adeantamento dos aprendizes. Dão-lhes o mais facil a fazer, quasi sempre a mesma parte das obras e em vez de lhes inculir amor ao officio, o seu desleixo origina n'elles uma reluctancia para o trabalho que infelizmente continua depois da sahida da escola.

Além do alphabeto manual, que servia para as communições entre o professor e os discipulos, E. de Vasconcellos ensinava a linguagem escripta na sua accepção mais simples: vocabulos isolados ao acaso, verbos no infinito, substantivos, adjectivos, e esta parte tinha no ensino um papel importante, proporcionando muita copia mais ou menos proveitosa.

O dedicado professor, com o louvavel desejo de preñder a attenção dos governos, a quem fazia escrupulosamente constantes pedidos, apresentava, como resultado dos seus esforços, e do seu methodo, um alumno que fallava regularmente.

Devemos dizer, em abono da verdade, que esse alumno tinha perdido a audição n'uma idade já tão adeantada que tinha conservado a faculdade de fallar. Na historia do ensino dos surdos-mudos não são raros os exemplos d'esta natureza. E talvez a narrativa singela dos factos não fosse sempre sufficiente — sobretudo em assumptos pouco conhecidos como o são o ensino dos surdos-mudos e dos cegos — para os tornar rapidamente do dominio publico. A meu vêr, exaggeros d'estes teem, até certo ponto, desculpa fundamentada no grande proveito que dão á humanidade.

Explica-se perfeitamente que E. de Vasconcellos tenha colhido poucos resultados n'esta especialidade porque um coração d'ouro, uma abnegação rara não eram condão sufficiente para, além dos deveres profissionaes na escola parochial, ensinar proveitosamente uma classe de surdos-mudos, mister que requer tanto tempo, tanta paciencia e exgota tanta força physica e intellectual. A imaginação ardente de E. de Vasconcellos escondia-lhe parte das difficuldades e certamente a sua razão sã, as suas idéas claras, illudiram-no quando, para cumulo de tantas fadigas, quiz dedicar-se a outro ramo d'ensino egualmente difficil e então desconhecido em Portugal, o dos cegos.

Para o ajudar chamou um cego intelligente, sr. Marcos José Barreiros,¹ que pouco tempo antes tinha perdido á vista, aos 25 annos de idade. E. de Vasconcellos já conhecia o methodo de Braille ou o dos *pontos em relevo*; para o applicar mandou vir um pauta do estrangeiro e, não tendo recursos para comprar uma prensa que imprimisse livros para o uso dos cegos fez uma subscrição no *Diario de Noticias*, 1877-78 que deu perto de 16 libras. Esta quantia, então insufficiente para tal compra, está hoje em poder do nosso illustrado amigo, dr. Aniceto Mascaró, distinctissimo medico oculista, desvelado protector dos cegos pobres e inventor de um methodo admiravel que proporciona aos seres privados da vista uma facilidade extraordinaria nas communicções escriptas com os videntes.

O sr. Barreiros familiarisou-se rapidamente com o methodo Braille e começou a ensinar a *ler, escrever, fazer as quatro operações* aos quatro ou cinco alumnos da escola; exercitava-os egualmente a *tocar flauta e clarinete*.

Foi em casa de E. de Vasconcellos que o sr. Barreiros copiou, pelo systema Braille, a grammatica de Claudino Dias, sendo esta dictada por um surdo-mudo.

No dia em que se abriu o Instituto de cegos, em Alcantara, falleceu Emygdio de Vasconcellos. Era consolador vêr n'uma das salas d'aquelle estabelecimento de instrucção pelos menos o retrato do talentoso professor; faço o mesmo voto com respeito ao Instituto Municipal de surdos-mudos.

¹ Este cego é um nobre character, de quem teremos a occasião de fallar mais detidamente n'um artigo especial ácerca do ensino dos cegos.

Elyseu de Aguilár em Lisboa

Ao tomar a direcção do Instituto Municipal de Surdos-Mudos, o sr. Elyseu de Aguilár encontrava, pois, a obra começada; mas pouco se tinha feito que o pudesse ajudar e facilitar-lhe a sua tarefa.

Para coadjuval-o, o sr. Aguilár trazia consigo sua mãe, que ficou regente do Instituto, e sua irmã, D. Sarah, que, pelos estudos praticos feitos em Guimarães, estava bem preparada para assumir a responsabilidade do ensino das meninas.

Pouco diremos sobre o methodo do sr. Aguilár, essencialmente mixto. Tencionavamos julgar-o pelos resultados obtidos; mas, sendo muito pouco adeantados todos os surdos-mudos, alumnos mais ou menos antigos, que encontrámos, pensamos que o acaso nos escondeu os que pudessem honrar o mestre e reservamos para uma occasião mais opportuna um estudo completo sobre o Instituto da Camara.

E' certo que o sr. Elyseu de Aguilár segue em grande parte o methodo do seu illustre tio. Usa o alphabeto manual e faz da mimica um emprego constante; applica-se ao ensino da articulação muito menos que ao da lingua escripta, e quanto á leitura nos labios é um recurso bem conhecido d'elle, mas unicamente em theoria.

Apressamo-nos a notar que, se no Instituto Municipal a leitura nos labios é nulla e o ensino da articulação muito restricto, e sem duvida ministrado a alumnos escolhidos, a responsabilidade não se deve imputar ao sr. Elyseu de Aguilár.

Com effeito este cavalheiro é de certo um excellente professor, conhecedor dos methodos modernos; mas é-lhe totalmente impossivel os applicar devidamente com todos os alumnos do Instituto.

Este contava ultimamente uns 25 educandos, de ambos os sexos e de idades differentes. Com tantos discipulos este ensino, querendo-se proveitoso e não apenas para poder dizer que a *falla* se dá, torna-se absolutamente impossivel. Em taes condições pôde-se ministrar a um certo numero de alumnos leves noções d'articulação e de leitura nos labios; mas são elementos insufficientes para a expressão e recepção das idéas e que por conseguinte ficam inuteis, e o professor que as dêsse perderia um tempo preciosissimo,

com prejuizo inevitavel para as mais creanças que frequentam a escola.

Além da falta de pessoal nota-se no Instituto Municipal uma grande deficiencia no material do ensino, parte indispensavel e de caracter especial n'uma escola de surdos-mudos. Encontra-se ahi alguma cousa para o ensino dos elementos de geographia e os pesos e medidas do systema metrico; mas é em vão que se procuram um museu escolar e as numerosas estampas que abundam nos estabelecimentos d'este genero.

Emfim, o Instituto Municipal não tem officinas, o que é uma deficiencia d'uma importancia capital como já o mostrámos analysando as más condições em que se encontrava o extinto Instituto do Porto.

Era licito pensar que o municipio de Lisboa, tomando conta do ensino dos surdos-mudos, fizesse uma obra digna d'elle e sobre tudo aperfeçoasse pouco a pouco o que fôra iniciado; mas está realmente em condições muito precarias. Considerado ao principio como casa de beneficencia, o Instituto guardou sempre o caracter d'asylo, que afasta a idéa de instrucção verdadeira e futura independencia conquistada por aturados e solidos estudos. Seria já um melhoramento importante para os infelizes alli reunidos se se conseguisse collocar o Collegio Municipal na dependencia do ministerio do reino; assim os resultados seriam devidamente apreciados e empregar-se-hiam esforços continuos para obter resultados cada vez maiores. O primeiro impulso consistia na ad-juncção de um professor já experimentado e de um ajudante, professor primario escolhido, que seguindo passo a passo parte dos exercicios feitos pelos professores, os ia repetindo nas horas d'estudos.

Confiamos na dedicacção do digno camarista encarregado do pelouro da beneficencia, para realisar em breve este desejavel melhoramento, que honrava o iniciador, a camara e o paiz.

O sr. Elyseu de Aguilar esteve ausente do Instituto Municipal de junho de 1891 a 1892. Foi substituido por

Ignacio José Miranda de Barros

Antigo alumno da escola normal do Porto e professor particular na mesma cidade, Miranda de Barros foi chamado

em 1891 pela camara municipal de Lisboa, para leccionar os alumnos do Instituto de Surdos-Mudos. Não tendo preparação alguma para este ensino especial, era-lhe difficil acceitar encargo tão espinhoso. Todavia confiou no seu estudo, na sua perseverança e no auxilio da camara a fim de abraçar um ideal na verdade tentador para um moço activo e intelligente, e acceitou o honroso convite.

Mal sabia Miranda de Barros em que estado ia encontrar o Instituto de Surdos-Mudos da camara. Vinte e tantos rapazes de aptidões e idades differentes, aos quaes estavam adjuntas tres meninas, tendo simplesmente um ajudante, que poucas noções podia ministrar aos alumnos.

Ora um professor distinctissimo encarregado de ministrar o ensino a vinte e tantos surdos-mudos não pôde com a tarefa e, se alcança algum resultado, á custa de um trabalho insano, é unicamente pela mimica e pela escripta. Póde-se objectar que, usando a linguagem dos signaes, grandes institutos tiveram aulas de mais de 20 alumnos, que funcionavam muito regularmente. Presenciei o facto no Instituto Nacional de Paris, onde substitui muitas vezes o professor respectivo; mas todos os alumnos tinham aproximadamente a mesma idade e o mesmo adeantamento intellectual, e uma licção collectiva era proveitosa para todos. E' indispensavel accrescentar que, além do professor, ha nos institutos estrangeiros repetidores intelligentes e instruidos, egualmente conhecedores do ensino, que assistem todos os dias a parte das aulas e tornam a fazer, nas horas de estudo, todos os exercicios que se fizeram n'aquellas.

O ajudante do Instituto Municipal estava muito longe de satisfazer a este *desideratum*. Em presença dos alumnos Miranda de Barros não se illudiu, e no relatorio ¹, publicado no fim do anno lectivo, dá as suas primeiras impressões: «não chego a comprehender como é que um professor, só, podia ministrar o ensino a dezenas de alumnos n'uma promiscuidade pouco racional de intelligencias e graus de instrucção naturalmente distinctos, posto estejam concatenados por successão.

«Começando por examinar o aproveitamento de cada alumno, apurei que na generalidade o grau de instrucção,

¹ Relatorio dirigido' ao director do Instituto Municipal de Surdos-Mudos de Lisboa. — Porto, 1892.

inclusivè nos tidos como mais adeantados, não correspondia á recebida no primeiro anno d'estudos (2.º de frequencia das escolas francezas congeneres)».

Muito laborioso, Barros apprehendeu ousadamente traçar o caminho da sua inesperada carreira. De dia, os alumnos tomavam-lhe o tempo, e de noite os livros ensinavam-lhe a vencer difficuldades que a pratica lhe tinha apresentado.

Com a bella intelligencia de que era dotado viu logo que o ensino da *falla* é a alma do ensino actual dos surdos mudos, e quiz conhecer-lhe os segredos para o ministrar proveitosamente. Começou por atacar vigorosamente o maior inimigo d'este ensino, a linguagem dos signaes, familiar aos alumnos. Era custoso: lembrar-nos-hemos sempre da lucta medonha que, na occasião do congresso de Milão, o Instituto Nacional de Paris organisou contra a mimica, sem nunca poder destrui-la completamente. Selecção completa dos alumnos nas aulas e nos estudos, nos pateos, nos dormitorios, nos passeios: tudo isto era insufficiente. Os malditos signaes appareciam continuamente.

Barros não dispunha de tantas medidas de prevenção: nem o director do Instituto, nem o vereador achavam interesse no meio d'esses desgraçados surdos-mudos e nada fizeram para o seu melhor aproveitamento.

A sua grande energia suppria em parte a falta de auxilio. Reconhecendo a impossibilidade de ensinar a fallar a vinte e tantos alumnos, escolheu cinco entre elles —grave erro pedagogico bem perdoavel n'um principiante — e deu-lhes, em seis mezes, elementos d'articulação. Foi um resultado lisongeiro, pois se obteve com alumnos que, segundo a affirmacção do professor, estavam acostumados a exaggeros e vicios de pronuncia. O ensino é, n'estas condições, mais difficil que quando a criança se apresenta absolutamente inculca.

No ensino da linguagem escripta obteve Barros resultados notaveis.

Bem comprehendia a importancia do ensino profissional n'um collegio de surdos-mudos pobres e não descansava em reclamar officinas.

Estava pois sobre modo apto a prestar relevantes serviços á Camara Municipal de Lisboa, applicando-se cada vez mais, como tencionava, ao aperfeicoamento dos seus queridos discipulos. Estas excellentes disposições não foram aproveitadas; quando o sr. Elyseu de Aguilar voltou para o seu lugar,

Miranda de Barros que, além do seu professorado exemplar, se tinha entregue a estudos profundos sobre a especialidade, ia vendo morrer o seu ideal. Achava-se, aos 22 annos, sem situação official, sem recursos e sem esperanças de continuar a carreira que tinha abraçado com enthusiasmo.

Felizmente estava-se organisando um instituto de surdos-mudos no Porto, sob a direcção da Misericordia, e o nobre conde de Samodães, o seu dignissimo provedor e conhecedor do ensino, teve a feliz lembrança de chamar Miranda de Barros para o c. adjuvar n'esse bello empreendimento.

O futuro sorria, pois, de repente, para o laborioso moço; deixou Lisboa, onde a sua fraca saude tinha recebido fortes abalos e, antes de assumir a responsabilidade da organização do Instituto Araujo Porto, foi para a terra natal, a linda Vizella, matar saudades — era filho e irmão estremitissimo — e procurar recuperar as forças physicas compromettidas.

Foi d'alli que um telegramma nos annunciou a morte quasi repentina do nosso mallogrado amigo, victimado por uma pneumonia dupla, 1893.

Algumas semanas depois a mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto lançava na acta d'uma das suas sessões um voto de sentimento pela morte do infeliz professor, e no seu ultimo relatorio, 1893, diz o illustre conde de Samodães algumas palavras saudosas pela memoria do mallogrado moço.

Associamo-nos do coração aos testemunhos de apreço dados a Miranda de Barros que, alem de talentoso professor, era um jornalista de valor; mostrou nos seus artigos da *Reforma* e da *Emancipação*, jornal que tinha fundado em Vizella e dirigia, um escriptor de largo futuro.

Os surdos-mudos perderam n'elle um educador distinctissimo e o paiz um trabalhador incansavel. Desejariamos que o retrato de Ignacio José Miranda de Barros fosse collocado n'una das salas do Instituto Municipal de Surdos-Mudos de Lisboa, como homenagem á sua memoria.

ANICET FCSILLIER.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

O INSTITUTO — Coimbra, agosto, 1894.

D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, José Caldas — *Noticia sobre uma serie de craneos da ilha de Timor existente no museu da Universidade*, Dr. J. G. de Barros e Cunha — *Memorias de Castilho*, Julio de Castilho — *D. Antonio da Costa*. Quadro biographico-litterario, Julio de Castilho — *Bibliographia*, Antonio de Vasconcellos — *O movimento typographico e litterario em Coimbra no seculo XVI*, Sousa Viterbo.

REVISTA DOS LYCEUS — Setembro e outubro, 1894.

Regulamento da escola normal annexa ao lyceu nacional de Nova Goa — *Programma das disciplinas da escola normal de Nova Goa* — *Regulamento das escolas municipaes secundarias do estado da India* — *Exames, exames*, A. C.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA — 13.^a serie, n.º 9. *A sobrinha do infante*, Luciano Cordeiro.

BOLETIM DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO.

BOLETIM DA SOCIEDADE BRETORIANNA.

REVUE NÉO-SCOLASTIQUE — N.º 4, outubro, 1894.

La cosmogonie d'Aristoteles, Cte. Domet de Vosges — *La Cristallographie*, C. de la Vallée Poussin — *Du beau dans la nature et dans l'art*, D. Mercier — *Qu'est-ce que la pensée ?* J. De Coster — *L'origine des contes populaires* (suite), Charles Martens — *De l'influence de la philosophie arabe sur la philosophie scolastique*, J. Forget — *Comptes rendus*, *Revue des revues*.

REVUE INTERNATIONALE DE L'ENSEIGNEMENT — Setembro, 1894.

Les grecs professeurs de poésie chez les romains, George Lafaye — *Documents inédits pour servir à l'histoire de l'instruction publique pendant la Révolution*, A. Gazier — *La question de l'éducation physique*, Albert de Bezeviczy.

15 de outubro de 1894.

L'enseignement public en Angleterre, E. Stropeno — *Les éléments scientifiques de l'histoire*, P. J. La Chesnais — *Les idées de Marguerite de Valois*, René de Maulde — *Histoire de l'enseignement public en France*, Alfredo Leroux — *L'école de médecine vétérinaire de Limoges* — *La philosophie à la Licence des lettres*, Gustavo Allais.

REVUE DE L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE ET SUPÉRIEURE —
N.º 11, setembro, 1894.

Distribution de prix: Lycée Voltaire, discours de M. Levasseur. *Lycée de jeunes-filles d'Amiens*, discours de M. Rory. *Collège d'Ambert*, discours de M. Girod — *Lowrdes, de Emile Zola*, M. Chollet.

N.º 12.

Distribution de prix: Lycée La Rochelle, discours de M. Hild — *Agrégations et certificats de l'aptitude en 1894: sujets donnés pour les compositions* (suite).

N.º 13.

Chronique — Circulaire ministérielle relative à l'enseignement secondaire des jeunes-filles, M. J. Gautier — *Un académicien au XVII siècle*, Etienne Pavillon, M. Brun — *Agrégation et certificats: composition* (suite).

N.º 14.

Chronique, J. G. — *Quelques discours de distributions des prix: Lycée Buffon*, M. Glachaut — *Agrégation et certificats: certificats de l'aptitude des classes élémentaires — Programme d'agrégation 1894: philosophie et lettres*.

N.º 15.

Chronique, J. G. — *Causerie littéraire*, M. E. Trolliet — *Joseph de Maistre*, G. Cogordan — *L'église et le siècle*, M. l'Abbé Kélin — *Du choix d'une langue vivante*, M. P. Robert — *Distribution de prix: Collège de Dinan*, discours de M. G. Destouches — *Agrégations: Programmes, 1895*.

N.º 16.

Chronique, J. G. — *Congrès de la ligue de l'enseignement* (Nantes, Aout, 1894), discours de MM. Léon Bourgeois et F. Buisson — *Agrégations: Programmes pour 1895* (Allemand; sciences mathématiques; physique; anglais).

CORREIO JURIDICO.

REVISTA DAS ALFANDEGAS.

Indice do volume IX — 1894

ALFREDO LUIZ LOPES :	
Estudos de anthropologia criminal — 273, 321, 388 e.....	453
A. MASCARO :	
Ensino dos cegos.....	107
ANICET FUSILLIER :	
Boletim bibliographico.....	363
Esboço hist. do ensino dos surdos-mudos em Portugal—21, 345 e	546
ANTONIO GOMES PEREIRA (P.º) :	
Associações de patronato para menores — 9 e.....	69
ANTONIO JOSE TEIXEIRA :	
Historia litteraria e pedagogica — 49, 190, 240, 298 e.....	442
BALTHAZAR OSORIO :	
José Julio Rodrigues.....	369
BERNARDO FERNANDES MONTEIRO :	
A primeira epistota de S. Paulo aos corinthios, trad. em mirandês	182
O evangelho de S. Lucas traduzido em mirandês — 151, 252 e..	501
CONDE DE BERTIANDOS :	
Uma carta de Theodoro d'Almeida.....	543
FALCÃO DE LIMA :	
Os tres reinos da natureza.....	185
FERREIRA-DEUSDADO :	
A moral no espirito contemporaneo.....	177
Boletim bibliographico.....	166
Congresso internacional em Antuerpia.....	249
Observações á proposta de lei sobre o ensino secundario.....	534
O criminalista Lombroso perante os sabios.....	3
O quinto centenario do infante D. Henrique.....	98
Os dois ministros liberaes José da Silva Carvalho e Manuel Gonçalves de Miranda.....	395
Pernambuco, seu desenvolvimento historico por M d'Oliveira Lima	465
Relação de exequias, etc., pela D. Maria I em Miranda do Douro	309
F. M. ESTEVES PEREIRA :	
Instituição do bispado de Miranda e dignidades da Sé d'ella—33 e	61
GABRIEL COMPAYRÉ :	
A educação moral — 211 e.....	232
A vontade, a liberdade e os habitos — 359 e.....	400
Cultura da sensibilidade — 118 e.....	148
Os sentimentos superiores, a educação esthetica e religiosa.....	487
GOMES DE BRITO :	
Analecta litteraria.....	410
Conselhos de mãe a filha — 292, 340, 382 e.....	483
Marquez de Pombal no desterro.....	140
Os pachidermes do estado d'el-rei D. Manuel.....	79
Uma carta do cavalheiro de Oliveira.....	225
J. BETTENCOURT FERREIRA :	
A proposito da identificação anthropometrica.....	30
Boletim bibliographico — 39, 172, 265, 313 e.....	507
O exame medico-legal dos criminosos — 87 e.....	129
O museu de historia natural e as viagens — 203, 379 e.....	475
RODOLPHO GUIMARÃES :	
O congresso de Caen.....	417
Publicações recebidas — 43, 174, 221, 269, 319, 365, 414, 509 e.	
Relatorio e proposta de lei sobre a instrucção secundaria.....	531



UC SOUTHERN REGIONAL LIBRARY FACILITY



A 000 145 072 5

45
R326
v.9

